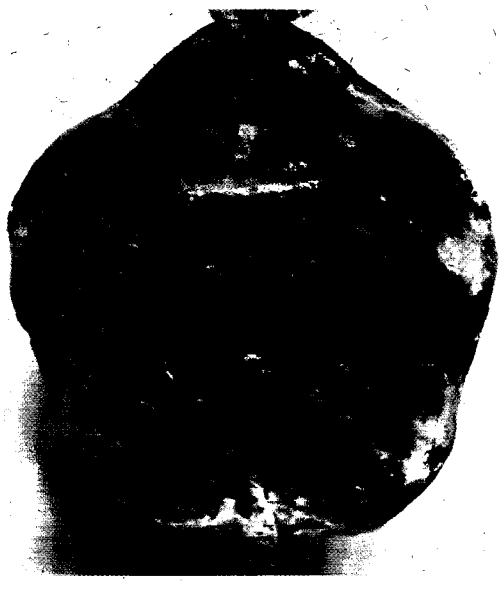
JOSÉ AUGUSTO DE SOTTO MAYOR PIZARRO

LINHAGENS MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Genealogias e Estratégias (1279-1325)

VOLUME I



PORTO 1997

JOSÉ AUGUSTO DE SOTTO MAYOR PIZARRO

LINHAGENS MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Genealogias e Estratégias (1279-1325)

VOLUME I

Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

PORTO 1997

Na Capa: Reprodução do Selo Heráldico do
1º Conde de Barcelos, de 1303
(Gentileza do Arquivo Distrital de Braga)

À memória dos que aqui biografei, que me perdoem se, aonde vi modelos ou estratégias, não estiveram apenas *vulgares* atitudes e sentimentos como os nossos

À memória de meus Pais, e do Henrique David

Para o Bernardo

INTRODUÇÃO

Em Julho de 1987, apresentámos à Faculdade de Letras do Porto uma dissertação de Mestrado intitulada *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre - Séculos XI a XIV).*

Nesse trabalho, tínhamos partido de uma lista de pouco mais de 200 nobres, que em 1365 tinham sido identificados como *naturais* do mosteiro de S.Salvador de Grijó, em virtude de descenderem de um casal que, em finais do século XI, tinha protegido aquele cenóbio. Procedemos, então, à identificação do maior número possível de indivíduos daquele grupo, tentando, depois, recuar nas respectivas ascendências até atingir o referido casal. Finalmente, e partindo dos finais do século XI, procurámos, então, analisar a evolução dos vários ramos familiares que dele se originaram, até atingir os meados do século XIV. Ao longo dessa análise, fomos detectando os processos de ascenção e de declínio, as estratégias matrimonias, os contactos com o rei, enfim, tentando perceber como se estruturaram essas várias famílias, e como, tendo partido de um ponto comum, tinham evoluído até destinos tão diversificados. Independentemente da validade dos resultados obtidos, adquirimos a convicção de que a reconstituição das famílias medievais, através da aplicação da genealogia, era uma via de investigação fecunda, e que estava longe de se encontrar esgotada.

Colocados perante a necessidade de escolher um tema para a nossa dissertação de Doutoramento, e depois de termos sido honrados pela anuência do Senhor Professor Doutor José Mattoso ao nosso pedido de orientação científica, não hesitámos em escolher, de novo, aquela via. Por outro lado, desde há muitos anos que a figura e o reinado de D.Dinis nos fascinavam. Naturalmente definidos, assim, e em termos gerais, o período cronológico e o método, faltava ainda traçar os objectivos.

Propuzemo-nos, então, reconstituir a nobreza do reinado de D.Dinis, com a finalidade de a analisar, depois, à luz das várias estratégias de aquisição de poder por ela adoptadas, nomeadamente quanto ao património, às relações com o poder régio, e às alianças matrimoniais.

As várias opções enunciadas, por outro lado, explicam também a estrutura do próprio trabalho, que se encontra dividido em seis capítulos, distribuidos ao longo de três partes. Na *Primeira Parte*, contendo três capítulos, definimos com o maior rigor possível o **Tema** escolhido, bem como as várias **Metodologias** adoptadas; seguidamente, fazemos uma apresentação **Crítica** das **Fontes** utilizadas; finalmente, tentamos traçar uma panorâmica da evolução do **Género Genealógico** na historiografia portuguesa. A *Segunda Parte* tem um único capítulo, composto por vinte e cinco pontos, e que é inteiramente dedicado às **Histórias Genealógicas**. Na *Terceira Parte*, finalmente, e com base no material recolhido na parte anterior, procedeu-se à análise da nobreza dionisina, face a diferentes **Contextos** - cronológicos, políticos e outros -, e à evolução das várias **Estratégias** de poder adoptadas por aquela. Fica também, desta forma, explicado o título: *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*.

Entre as duas dissertações, decorreram dez anos. O que mudou? É possível que, na aparência, se encontrem algumas semelhanças. Mas, de facto, muitas coisas se alteraram. Bastará, tão somente, recordar que, desde 1987 até agora, e para a cronologia em que trabalhámos, se defenderam três dissertações de doutoramento sobre nobreza, e uma outra sobre os cancioneiros e os trovadores medievais; ou que, entretanto, se publicaram três Histórias de Portugal.

Com este trabalho, em que nos empenhámos inteiramente, também quizemos contribuir para que se ficasse a conhecer um pouco melhor a nobreza medieval portuguesa.

Uma dissertação de doutoramento, para além da sua importância, quer a nível académico quer pessoal, não deixa de ser uma prova, às vezes bem penosa, de resistência física e mental. Ao longo da sua *construção* somos confrontados com a fadiga, o desânimo, ou mesmo a solidão. Por isso, talvez seja dos momentos em que damos mais valor aos gestos de apoio, de solidariedade e de compreensão. Nem sempre os reconhecemos de imediato, porque podem ir de uma bem perceptível informação bibliográfica, até um discreto convite para tomar café. Chegou a altura de os recordar e agradecer.

Em primeiro lugar, por elementar justiça, ao Senhor Professor Doutor José Mattoso, orientador científico desta dissertação. Nele reconhecemos o Mestre e o Amigo. No rigor e na sabedoria com que nos encaminhou ao longo da investigação; na paciente atenção que sempre nos dispensou quando o procurámos, ou com que leu os capítulos que lhe fomos enviando; na capacidade de criticar e de sugerir, mas sem nada impôr, dando-nos a liberdade de escolher o caminho. Como Amigo, enfim, nas palavras de apoio e de ânimo, ou nos gratificantes elogios. Jamais poderemos agradecer o quanto lhe devemos. Seguramente que, só a nós, se ficam a dever as falhas e as imprecisões deste trabalho.

Como é natural, cumpre-nos também agradecer reconhecidamente aos nossos Mestres e Colegas da Faculdade de Letras do Porto. Ao Senhor Professor Doutor Humberto Baquero Moreno, pelo permanente interesse no nosso trabalho, e pelo apoio que nos dispensou enquanto Secretário do Centro de História da Universidade do Porto, patrocinando a reprodução de vários núcleos documentais; mas, sobretudo, enquanto Director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Quem passar os olhos pela lista das fontes consultadas naquele Arquivo, no período que antecedeu a mudança de instalações, logo perceberá que, sem o seu empenhamento pessoal e a sua compreensão, esta dissertação seria quase impossível de concretizar. Ao Senhor Professor Doutor Luís Adão da Fonseca, devo também um sentido agradecimento. Ausente durante uma grande parte do tempo em que este trabalho foi elaborado, nem por isso deixou de nos manifestar o seu interesse e apoio. Mas, mais do que isso, devemos-lhe alguns comentários críticos, sempre estimulantes, para além de uma sólida, quanto honrosa Amizade, cimentada ao longo dos anos na lealdade e confiança mútuas. Para o Senhor Professor Doutor José Marques vai também a expressão sentida da nossa gratidão. É difícil encontrar alguém tão atento e tão disponível, e que tão humanamente acompanhe as nossas dúvidas e dificuldades, emprestando livros, aconselhando ou criticando, mas sempre como se de um parente mais velho se tratasse. Ao senhor Professor Doutor Armando Luís de Carvalho Homem temos também que agradecer a Amizade e a solicitude com que sempre nos ouviu e aconselhou. Devemos-lhe, ainda, a cedência de vários trabalhos, bem como a leitura atenta de alguns capítulos desta dissertação. Também nos cumpre agradecer aos Senhores Professores Doutor Armindo de Sousa, Doutor Luís Miguel Duarte, Doutora Teresa Soeiro e Doutora Lúcia Rosas, bem como ao Dr. Luís Carlos Amaral e à Dra. Cristina Cunha, o interesse e o apoio demonstrados ao longo deste trabalho.

Ainda na nossa Faculdade, e por imperativo de justiça e de Amizade, temos que destacar os nomes dos Senhores Professores Doutor José Carlos Miranda e Doutor Mário

Barroca. Colegas e velhos Amigos, foram dos interlocutores mais importantes ao longo destes anos. Trabalhando em áreas próximas da nossa, deles recebemos a maior atenção e apoio, prestando-nos valiosos esclarecimentos e lendo várias partes desta dissertação. Nunca esqueceremos as longas e frutuosas discussões em que se cruzavam linhagens, com epígrafes ou cantigas de escárneo, e algum *maldizer*... Para os dois, um comovido bem-hajam!

Mas a solidariedade não se encontra apenas na nossa *Casa*. Também nos cumpre agradecer a Mestres e a Colegas de outras Universidades, que tudo fizeram para que também aí nos sentíssemos à vontade. Na Faculdade de Letras de Coimbra, encontrámos na Senhora Professora Doutora Maria Helena da Cruz Coelho uma ouvinte sempre atenta e crítica, e que por mais de uma vez nos honrou com a sua disponibilidade e, sobretudo, com a sua íntegra Amizade. Ainda em Coimbra, queremos recordar os nomes das Senhoras Professoras Doutora Maria José de Azevedo Santos, Doutora Rosa Marreiros, Doutora Maria Alegria Fernandes Marques e Doutora Maria Teresa Veloso, e dos Senhores Professores Doutor João Gouveia Monteiro e Doutor José Antunes, bem como do Dr. Saúl António Gomes, a quem dirigimos a nossa gratidão pelos múltiplos gestos de apoio.

Na Universidade do Minho também encontrámos a solidariedade de Colegas e Amigos, nas pessoas da Senhora Professora Doutora Ana Maria Rodrigues, da Dra. Conceição Falcão e do Dr. Nuno Pizarro Dias. O mesmo diremos em relação à Faculdade de Letras de Lisboa, nas pessoas dos Senhores Professores Doutor Pedro Barbosa e da Doutora Manuela Santos Silva, e - é ainda estranho dizê-lo - do Dr. João Pedro Ribeiro, bem como à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nas pessoas dos Senhores Professores Doutor A.H. de Oliveira Marques, Doutora Iria Gonçalves, Doutora Ângela Beirante, Doutor Luís Krus e Doutora Amélia Andrade; e Doutor Bernardo de Vasconcelos e Sousa a quem devemos vários gestos de apoio.

Não esquecemos as manifestações de viva Amizade e de total disponibilidade com que sempre fomos recebidos pelo Senhor Professor Doutor Manuel González Jiménez, da Universidade de Sevilha, a quem reconhecidamente agradecemos, assim como aos Colegas do Departamento de História Medieval da mesma Universidade.

Propositadamente, deixámos para o fim três Colegas, dois da Faculdade de Letras de Coimbra, e um da Faculdade de Letras de Lisboa. Na Senhora Professora Doutora Leontina Ventura e no Senhor Professor Doutor António Resende de Oliveira, encontrámos tudo quanto se pode esperar dos Amigos: a Amizade, desde logo; a incondicional disponibilidade

para ouvir, criticar e aconselhar; a mais íntegra solidariedade, pessoal e científica, com que discutiram muitas das nossas ideias e opiniões. Para ambos, um sincero e comovido Obrigado! Os longos meses vividos em Lisboa, às voltas com os fundos monásticos da velha, e saudosa Torre do Tombo, revelaram-me muitos fidalgos; mas, seguramente, o mais importante de todos foi o Senhor Professor Doutor Bernardo de Sá-Nogueira! Se a palavra *Fidalguia* ainda tem sentido, e para nós ainda tem, então ela exprime a forma como fomos recebidos no seio da sua Família e da sua Casa. O que dizer, então, de tudo quanto o Bernardo e a Isabel fizeram para que esses meses não fossem tão solitários e tão, científicos... A Amizade que então nasceu, e que sempre se renova em encontros, e em discussões de ideias, quantas vezes fervilhantes, foi sem qualquer dúvida um dos melhores resultados desta dissertação. Obrigado!

Falámos de Arquivos, e não podemos também deixar de afirmar, publicamente, a nossa gratidão para com todos os técnicos e pessoal auxiliar dos vários arquivos e bibliotecas que percorremos, e que tudo fizeram para facilitar a nossa investigação. É justo que aqui se registem dois nomes, que de alguma forma personificam todos os outros: o da Senhora Dra. Maria José Bigotte Chorão, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e o da Dona Helena, verdadeiro "Índice dos Índices" do mesmo arquivo.

Para a Ana Barquinha, que passou para computador as árvores genealógicas, e para o pessoal das Oficinas Gráficas da Faculdade, vai o nosso agradecimento pela dedicação e competência com que executaram o seu trabalho.

Uma palavra é devida à Dra. Maria Ondina do Carmo, que com toda a eficiência se iniciou na difícil tarefa da transferência de dados, e gentilmente se ofereceu para executar a formatação final do texto. Para ela vai a nossa dedicada gratidão.

Finalmente, agradeço à minha Família todas as provas de apoio e de Amizade que me dedicaram ao longo destes anos, só podendo esperar que me perdoem o muito que a prejudiquei com a realização deste trabalho.

Trabalho que dedico à memória da minha Mãe, que tanto me incentivou e apoiou ao longo da minha carreira, e que com tanta ilusão seguiu a maior parte da sua elaboração; à memória do meu Pai, a quem devo o meu gosto pela História, e por cuja mão encontrei os *Três Mosqueteiros*, *o Cavaleiro Andante*, o Sir Walter Scott ou os romances históricos de Herculano, e que despertaram em mim o fascínio pela cavalaria e pela Idade Média. Dedico-o também à memória do Henrique David. Amigo constante e Companheiro em vários

trabalhos, foi, até à véspera da sua morte, o meu maior apoio. Nele encontrei, para além de outros interesses comuns, o da nobreza medieval, e com quem se passaram horas de frutuosas discussões em torno desta tese. Aonde quer que esteja, saiba que a sua memória foi sentida em cada uma das suas páginas, e que o D.C.P.P. não mais o esquecerá. Que me perdoe, enfim, por não ter tratado os Vinhais e os Cardonas, mas já não tinha sentido falar deles sem a sua opinião.

Finalmente, ofereço este trabalho ao meu Filho. Deixo-o ao Bernardo, para que ele saiba, se um dia o ler, que foi por pensar nele que muitas vezes encontrei as forças para o levar até ao fim.

Faculdade de Letras do Porto, 30 de Setembro de 1997

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABREVIATURAS

a.	antes de	fl.(s)	fólio(s)
ab./ab^{a}	abade/abadessa	gav.(s)	gaveta(s)
Ab.	Abril	ig.(s)	igreja(s)
Ag.	Agosto	inc.	incorporação
arcb^{o}	arcebispo	inq.	inquirição/ões
arv.	árvore	j.	julgado(s)
art. cit.	Artigo citado	Jan.	Janeiro
b.	bispado	Jul.	Julho
b^{o}	bispo	Jun.	Junho
bast^{o}(^{a})	bastardo(a)	l.	lugar(es)
c.	concelho	l^{o}(s)	livro(s)
cab^{o}	cabido	leg.	legitimado(a)
cav^{o}(s)	cavaleiro(s)	m^{o}(s)	maço(s)
c.c.	casar/casado(a) com	Mar.	Março
cfr.	confrontar	ms.(s)	manuscrito(s)
ch.	chancelaria	most^{o}(s)	mosteiro(s)
cit.	citado(a)	n^{o}(s)	número(s)
col.	colecção	Nov.	Novembro
Col.Esp.	Colecção Especial	o.c.	obra citada
Col.Cron.	Colecção Cronológica	Out.	Outubro
colg^{a}	colegiada	p./pp.	página(s)
con^{o}	cónego	perg.(s)	pergaminho(s)
corp.	corporação/ões	publ.	publicado(a)
cron.	crónica	ref.	referido(a)
cx.(s)	caixa(s)	s/d.	sem data
Dez.	Dezembro	s/n^{o}	sem número

dir.	**direcção/dirigido**	**Set.**	**Setembro**
doc.(s)	**documento(s)**	**t.**	**termo**
ed.	**edição/editado**	**test°**	**testamento**
escd°(s)	**escudeiro(s)**	**ts.**	**testemunha**
Fev.	**Fevereiro**	**vd.**	**vide**
fg.(s)	**freguesia(s)**	**vol.(s)**	**volume(s)**

SIGLAS

ACSE	**Arquivo do Cabido da Sé de Évora**
ADB	**Arquivo Distrital de Braga**
ADP	**Arquivo Distrital do Porto**
ADS	**Arquivo Distrital de Santarém**
ADV	**Arquivo Distrital de Viseu**
AGUC	**Arquivo Geral da Universidade de Coimbra**
AHCML	**Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa**
AMAP	**Arquivo Municipal Alfredo Pimenta**
ANTT	**Arquivo Nacional da Torre do Tombo**
AS	**Arquivo do Mosteiro de Singeverga**
BACL	**Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa**
BF	*Livro Baio-Ferrado do Mosteiro de Grijó*
BGUC	**Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra**
BL	*Benedictina Lusitana*
BNL	**Biblioteca Nacional de Lisboa**
BPE	**Biblioteca Pública de Évora**
BPMP	**Biblioteca Pública Municipal do Porto**
CAIV	*Chancelaria de D.Afonso IV*
CCL	*Corpus Codicum Latinorum*
CCSP	*Censual do Cabido da Sé do Porto*
CD	**Conventos Diversos**
CP	*Chancelaria de D.Pedro I*
CR	**Corporações Religiosas**
CV	**Conventos de Viana**
DC	*Portugaliae Monumenta Historica - Diplomata et Chartae*
DE	**Documentos Eclesiásticos**

DHP	*Dicionário de História de Portugal*
DMP	*Documentos Medievais Portugueses*
DP	**Documentos Particulares**
DR	**Documentos Régios**
DS	*Documentos de D.Sancho I*
GAVETAS	*As Gavetas da Torre do Tombo*
GEPB	*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*
HFAC	*História Florestal, Aquícola e Cinegética*
Inq	*Portugaliae Monumenta Historica - Inquisitiones*
LBJP	*Livro de Bens de D.João de Portel*
LC	*Livro das Campaínhas*
LD	*Livro de Linhagens do Deão*
Leges	*Portugaliae Monumenta Historica - Leges et Consuetudines*
LF	*Liber Fidei*
LK	*Livro das Kalendas*
LL	*Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*
LLP	*Livro das Leis e Posturas*
LN	**Leitura Nova**
LP	*Livro Preto da Sé de Coimbra*
LPA	*Livro das Posturas Antigas*
LS	*Livro Santo de Santa Cruz*
LV	*Livro Velho de Linhagens*
MC	**Mosteiros e Conventos**
ML	*Monarquia Lusitana*
MPV	*Monumenta Portugaliae Vaticana*
OA	*Ordenações Afonsinas*
OD	*Ordenações de D.Duarte*
PHGCRP	*Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*
PMH	*Portugaliae Monumenta Historica*
SH	*Synodicom Hispanum*
SS	*Portugaliae Monumenta Historica - Scriptores*
VMH	*Vimaranis Monumenta Historica*

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I. FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO (ANTT)

1. *Arquivo da Casa de Abrantes*:

Mº 72, nº 1364.

2. *Chancelarias Régias* (**Ch.**):

D.Afonso III - Lsº 1, 2 e 3.

D.Dinis - Lºs 1, 2, 3, 4 e 5.

3. *Colecção Costa Basto*:

Nºs. 6 a 9 (Mostº de S.Salvador de Grijó).

Nºs. 14 a 18 (Mostº de S.Simão da Junqueira).

Nº 29 (Sé de Viseu).

Nº 37 (Mostº de S.Pedro de Arouca).

Nº 42 (Mostº de Sª Mª de Refóios de Lima).

4. *Colecção Especial*:

Cx. 72.

5. *Conventos Diversos* (**CD**):

Almacave *(Colgª de Sª Mª de - Lamego)*:

Mº 1, nº 5.

Coimbra *(Mostº de Sª Cruz de)*:

Lºs 1, 7, 8, 32, 39, 42 e 47.

***Cucujães** (Most.º de S.Martinho de)*:

Mº único, nº 4.

***Ferreira d'Aves** (Most.º de Sª Eufémia de*:

Mº 1, 5 docs. s/nº.

***Lamego** (Sé de)*:

Lºs 4, 10 e 45.

***Vairão** (Most.º de S.Salvador de)*:

Mº 4, nºs. 31, 32, 33, 38 e 45; mº 5, nºs. 11, 13, 18, 21, 23, 25, 40, 49, 60, 90, 92, 134, 135 e 140; mº 6, nºs. 20, 95, 97, 146, 147, 148 e 151; mº 7, nºs. 18, 70, 101, 105, 154 e 157; mº 8, nºs. 12, 70, 76, 77, 88, 171 e 182; mº 9, nºs. 2, 4, 20, 28, 183, 185 e 190; mº10, nº 61.

***Vila do Conde** (Most.º de Sª Clara de)*:

Mº 135, 1 doc. s/nº.

***Vila Cova de Sandim** (Most.º de S.Salvador de)*:

Mº 1, 2 docs. s/nº.

6. *Conventos de Viana* (**CV**):

***Caramos** (Most.º de S.Martinho de)*:

Nº 450, mº 10 de Títulos.

***Crasto** (Most.º de S.Martinho*:

Nº 443, mº 3 de Títulos, nº 2.

7. *Corporações Religiosas - 1ª Incorporação* (**CR**):

***Alcobaça** (Most.º de Sª Mª de)*:

DR - mº 2, nºs. 12, 32 e 33; mº 3, nºs. 13, 19, 24, 25 e 29; mº 4, nº 7.

DP - mº 16, nºs. 36, 39 e 50; mº 17, nºs. 5, 7, 8, 30, 43 e 44; mº 18, nºs. 4, 8, 13, 14, 36 e 38; mº 19, nºs. 23, 36 e 42; mº 21, nºs. 3 e 24; mº 23, nºs. 2, 13, 14, 16, 20, 30, 31 e 40; mº 24, nºs. 8, 22, 34 e 36; mº 25, nºs. 1 e 32; mº 26, nºs. 32 e 38; mº 27, nº 14; mº 32, nº1.

***Almaziva** (Most.º de S.Paulo de)*:

Mºs. 3 e 4.

***Arouca** (Most.º de S.Pedro de)*:

Gav. 1, mº 1, nºs. 27, 28 e 45; mº 2, nºs. 10 e 13; mº 5, nº 34.

Gav. 2, mº 3, nº 1; mº 5, nº 18.

Gav. 3, mº 2, nºs. 15 e 18; mº 3, nºs. 9, 11, 13, 15, 29, 35 e 47; mº 4, nºs. 20, 62 e 70; mº 5, nºs. 8, 12, 30, 31, 37, 40, 45, 47, 53, 55, 59, 60 e 62; mº6, nºs. 13 e 29; mº 7, nºs. 4, 20, 35 e 45; mº 8, nº 33; mº 9, nºs. 17, 24, 26 e 44; mº 10, nºs. 19, 27, 34, 35, 41 e 48; mº 11, nºs. 1, 5, 20 e 31; mº 12, nºs. 8, 34, 35, 37 e 47; mº13, nºs. 34 e 48.

Gav. 4, mº 1, nºs. 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32; mº 2, nºs. 2, 2A, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 14, 17, 19, 20, 21, 23, 26, 29, 31, 35, 36, 37 e 39; mº 3, nºs. 2 e 5; mº 4, nºs. 4, 14, 15, 16, 20, 22, 30 e 34; mº 5, nºs. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 8A, 15, 16, 18, 23, 26, 27, 28, 34, 36, 37, 41, 45A, 45B, 46, 48, 50, 53, 54, 55, 62 e 63; mº 6, nºs. 1, 3, 6, 8, 9, 11, 17, 18, 19, 20, 25, 31, 33 e 35.

Gav. 5, mº 1, nºs. 1, 10, 11, 19, 21, 22, 29 e 32; mº 2, nºs. 8, 10, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 28, 30, 32 e 33; mº 3, nºs. 1, 4, 7, 11 e 17; mº 4, nºs. 1, 3, 4, 10, 11, 12, 24, 27 e 42; mº 5, nºs. 2, 7, 13, 20, 21, 24, 27 e 31; mº 6, nºs. 1, 7, 19 e 20; mº 7, nºs. 9 e 28; mº 8, nºs. 5, 16 e 27; mº 9, nºs. 6, 16, 19, 21 e 24; mº 10, nºs. 30, 32, 35, 36, 38, 39 e 43; mº 11, nºs. 1, 2, 4, 8, 10, 13, 18, 25, 30, 35 e 36; mº 12, nºs. 21, 22, 23, 24 e 30.

Gav. 6, mº 1, nºs. 9, 11, 15, 16, 20, 22, 23, 27, 28, 32, 35, 36, 37 e 38; mº 2, nºs. 2, 14, 23 e 29; mº 3, nºs. 12, 13 e 15; mº 4, nºs. 3, 4A, 11, 13, 16, 17C, 30 e 34; mº 5, nºs. 4, 6, 13, 14A e 19; mº 6, nºs. 8B, 9, 11, 12, 15, 16 e 18; mº 7, nºs. 6, 8A, 9, 13, 19 e 25; mº 8, nºs. 4, 5, 7, 15, 24 e 28; mº 9, nºs. 1, 2, 6, 9, 11, 14, 15, 16, 17, 22, 24, 25, 27, 29, 32, 34, 35, 46 e 49.

Gav. 7, mº 3, nºs. 1, 2, 7 e 12; mº 4, nºs. 6, 7, 10, 14, 17 e 21; mº 6, nºs. 1, 3, 9, 12, 17, 24 e 28; mº 7, nºs. 1, 23, 25, 26, 27 e 28; mº 8, nºs. 17, 20 e 23; mº 9, nºs. 4B, 10, 13, 18 e 25.

Vols. 106 e 219.

***Braga** (Mitra da Sé de)*:

Mº 4, nºs. 133, 134 e 137.

***Cête** (Mostº de S.Pedro de)*:

Mº 2, nºs. 11 e 22.

***Coimbra** (Mostº de Sª Cruz de)*:

DP - mº 20, nº 37; mº 21, nºs. 1, 2, 18, 27, 32, 35, 48 e 49.

***Coimbra** (Sé de)*:

DR - mº 2, nºs. 70 e 73.

DP - mº 12, nºs. 28A e 28D; mº 19, nºs. 5, 26, 28, 37 e 40; mº 20, nºs. 12, 16 e 21.

Rolo 1, nº 71.

***Coimbra** (Mostº de S.Jorge de)*:

DP - mº 6, nºs. 39 e 39B; mº 8, nº 2.

***Lisboa** (Mostº de Santo Agostinho de - Graça)*:

Mº 1, nºs. 2, 5, 27 e 45; mº 2, nº 9.

***Lisboa** (Mostº de S.Vicente de Fora de)*:

Mº 4, nºs. 10, 12, 13, 21, 30, 35 e 45; mº 5, nºs. 4, 5, 10, 24, 35 e 39; mº 6, nºs. 29, 32 e 40; mº 7, nº 8; mº 9, nºs. 11, 30 e 36.

***Lorvão** (Mostº de Sª Mª de)*:

Mº 10, nºs. 14 e 16.

***Moreira** (Mostº de S.Salvador de)*:

Mº 9, nºs. 31, 31A, 35, 36, 37, 39, 40, 40A, 43, 47, 49, 50, 54 e 55; mº 10, nºs. 1, 8, 9, 14, 20, 28, 33 e 38; mº 11, nºs. 8, 13, 15, 16, 16A, 25, 26, 28, 36, 37 e 40; mº 12, nºs. 5, 6 e 8.

***Oliveira** (Mostº de Sª Mª de)*:

Mº 1, nº 3.

Ordem de Cristo:

DR - mº I, nº 10.

DP - mº 1, nºs. 24 e 29; mº 2, nº 8.

Lºs 233 e 234.

Ordem de Santiago:

DR - mº I, nºs. 16, 19, 20 e 21.

DP - mº 1, nºs. 4, 7, 8, 9, 10 e 15.

***Pedroso** (Mostº de S.Pedro de)*:

Mº 8, nº 24.

***Pendorada** (Mostº de S.João Baptista de)*:

Mº 22, nºs. 3, 4, 11 e 61; nº23, nºs. 11 e 18; mº 24, nºs. 23 e 47.

***Santarém** (Mostº da SS. Trindade de)*:

Mº 1, nºs. 29, 32, 34 e 42; mº 2, nº 3.

***Santarém** (Mostº de S.Domingos de)*:

Mº 1, nºs. 11 e 19; mº 2, nºs. 2, 4, 8, 9, 20, 24, 29 e 34; mº3, nº 9.

***Santarém** (Mostº de S.Domingos das Donas de)*:

Mº 1, nº 1.

***Vilarinho** (Mostº de S.Miguel de)*:

Mº 2, nº 39; mº 3, nºs. 1, 10, 31, 33 e 35.

Viseu (Sé de):

Mº 9, nº 18 mº 10, nº 9.

8. *Corporações Religiosas - 2ª Incorporação)* (**2ª Inc.**):

Alcobaça (Mostº de Sª Mª de):

Mº 1, nºs. 12 e 22; mº 2, nº 56; mº 3, nº 84; mº 4, nºs. 115 e 117; mº 6, nºs. 159 e 166; mº 9, nºs. 212, 213 e 214; mº 10, nºs. 224, 226, 227 e 236; mº 12, nº 274; mº 18, nºs. 407 e 409; mº 19, nºs. 434 e 439; mº 26, nºs. 638 e 645; mº 39, nº 942(8); mº 40, nº 974(2); mº 44, nº 1117(4); mº 56, nº 1.

Coimbra (Mostº de Sª Cruz de):

Cx. 7, mº 4, Alm. 11, mº 6, nºs. 25 e 27.

Cx. 13, mº 13, Alm. 29, mº 3, nº 1.

Cx. 17, mº 17, Alm. 33, mº 3, nºs. 3 e 4; mº 7, nº 7.

Cx. 42, mº 38, Alm. 50, mº 3, nº 8.

Cx. 45, mº 41, Alm. 50, mº12, nº 5.

Cx. 46, mº 42, Alm. 53, mº 7, nº 4.

Cx. 47, mº 43, Alm. 45, mº 6, nº 1.

Cx. 51, mº 48, Alm. 34, mº 9, nº 20.

Cx. 200, mº 209A, gav. 3, mº 2, nº 2.

Cx. 232, mº 239, gav. 1, mº 3, nº 19; gav. 2, mº 6, nº 21; gav. 3, mº 7, nº 3.

Coimbra (Sé de):

Mº 1, nºs. 7, 10, 26 e 50; mº 2, nºs. 77 e 96; mº 3, nºs. 125 e 137; mº 4, nºs. 180, 181, 182, 185, 190, 193 e 194; mº 5, nºs. 226, 259 e 273; mº 7, nºs. 328, 345 e 363; mº 8, nºs. 399, 414 e 422; mº 9, nºs. 443 e 445; mº 10, nºs. 453, 458, 464, 467, 474, 475 e 500; mº 11, nºs. 514, 530, 532, 535 e 538; mº 12, nºs. 549, 575 e 585; mº 13, nº 624; mº 14, nºs. 634, 648 e 652; mº 15, nºs. 676, 685 e 699; mº 16, nºs. 736 e 737; mº 20, nºs. 816, 839, 841, 848, 866 e 872; mº 21, nº 913; mº 22, nºs. 931, 933, 934, 942, 960, 961, 966 e 967; mº 23, nºs. 969, 974, 986 e 987; mº 25, nºs. 1011 e 1029; mº 26, nºs. 1098 e 1103; mº 27, nºs. 1108, 1113 e 1133; mº 28, nºs. 1146, 1151 e 1164; mº 29, nºs. 1189, 1190, 1196, 1223 e 1224; mº 30, nº 1239; mº 31, nº 1272; mº 32, nºs. 1327, 1333, 1336, 1339 e 1350; mº 33, nº 1383; mº 34, nº 1390; mº 35, nºs. 1455, 1471 e 1483; mº 36, nºs. 1533 e 1548; mº 37, nº 1558; mº 39, nºs. 1649 e 1671; mº 43, nº 1766; mº 46, nº 1821; mº 47, nº 1878; mº 53, nº 2038; mº 62, nºs. 2279, 2280, 2281 e 2282; mº 63, nº 2307; mº 69, nºs. 2527, 2528, 2529, 2530, 2532 e 2533;

mº 74, nº 2898; mº 77, nºs. 3161, 3171, 3183, 3186, 3187, 3195, 3205, 3208, 3241 e 3242; mº 78, nºs. 3272 e 3288; mº 79, nºs. 3354 e 3414; mº 84, nºs. 3820, 3824, 3849, 3863 e 3870; mº 85, nºs. 3876, 3891, 3896, 3903, 3904, 3916, 3917 e 3926; mº 86, nºs. 3959, 3966, 3970, 3988 e 3992; mº 87, nºs. 4033, 4048, 4082 e 4109; mº 88, nºs.4118, 4143, 4155, 4164, 4200, 4201 e 4208; mº 89, nºs. 4215 e 4262; mº 90, nºs. 4320, 4324 e 4347; mº 92, nºs. 4400, 4413 e 4443; mº 93, nº 4455 e 4464; mº 100, nº 4796; mº 101,nºs. 4850 e 4876.

***Lamego** (Sé de)*:

Cx. 3, mº 3, nº 8.

Cx. 6, mº 1, nº 11; mº 2, nº 13; mº 7, nº 10.

Cx. 9, mº 1, nºs. 5, 9, 24, 27, 36 e 37.

Cx.18, mº 6, nº 3.

Cx.19, mº 1, nºs. 19 e 24.

***Lisboa** (Mostº de S.Vicente de Fora de)* :

Cx. 1, nº 243; cx. 3, nº 43; cx. 4, nº 157; cx. 5, nº 26 e 48; cx. 6, nº 9, 10, 13, 23 e 25; cx. 9, nº 3; cx. 10, nº 39; cx.11, nºs. 76 (fl.11) e 93; cx. 16, nºs. 22, 30, 32 e 51; cx. 20, nºs. 39 e 48; cx. 21, nº 49; cx. 22, nº 60, 87 e 88; cx. 23, nºs. 14, 15, 16 e 20; cx. 25, nºs. 7 e 8; cx. 26, nºs. 46, 84 e 85; cx. 30, nºs. 249 e 286-287; cx. 31, mº 69, nº 11360; cx. 32/33, mº único, nº 18.

Lº 26.

9. *Cortes (Suplemento de)* :

Mº 4, nºs. 3 e 5

10. *Fundos da Antiga Sala 25* (**Sala 25**):

***Almoster** (Mostº de Sª Mª de)*:

Cx. 6, mº 1, nºs. 11, 12, 22, 27, 28, 35 e 51.

Cx. 7, mº 2, nºs. 2, 9, 16, 17, 33, 40, 44, 53, 55, 58 e 68.

Cx. 8, mº 3, nºs. 11, 12, 21, 38, 45 e 60.

Cx. 9, mº 4, nºs. 1, 11, 12, 29, 37, 38, 39 e 40.

Cx.10, mº 5, nºs. 7, 19, 33, 34, 41, 46, e 54.

Cx.11, mº 6, nºs. 21, 24, 40, 43, 44, 47 e 51.

Cx.12, mº 7, nºs. 11 e 46; mº 8, nº 31.

Cx.13, mº10, nºs. 10, 22, 31, 33, 35, 41, 47 e 52.

Aguiar da Beira *(Most.º de S.ª M.ª de)*:

Mº 1, nºs. 7, 11, 16, 18 e 23; mº 5, nº 8.

Azeitão *(Most.º de N.ª S.ª da Piedade de)*:

Lº 1, fl. 8.

Barcelos *(Colg.ª de S.ª M.ª Maior de)*:

Mº 1, nºs. 1 e 4.

Celas - Coimbra *(Most.º de S.ª M.ª de)*:

Mº I, nºs. 11, 14 e 16; mº III, nº 13; mº IV, nº 8 (fl. 77); mº V, nº 38; mº VI, nºs. 4 e 12; mº XII, nº 14.

Cête *(Most.º de S.Pedro de)*:

Mº 3, nºs. 24, 26 e 1 doc. s/nº; mº 4, nºs. 1168, 1204 e 1205; mº 5, nºs. 1199, 1210, 1213, 1214 e 1 doc. s/nº; mº 6, nºs. 1151, 1215 e 1257; mº 7, nºs. 1218 e 1221; mº 8, nº 1223 e 1 doc. s/nº.

Coimbra *(Most.º de Sant'Ana de)*:

Cx. 1, mº 1, 7 docs. s/nº; mº 2, 4 docs. s/nº.

Cx. 3, mº 4, 1 doc. s/nº.

Coimbra *(Most.º de S.ª Clara de)*:

DR - mº 1, nºs. 2, 4, 5, 6, 11, 12, 13 e 14

DP - mº 1, nºs. 1, 5, 17, 18, 26, 31 e 46; mº 2, nºs. 5, 9, 20, 22, 26 e 36; mº 3, nºs. 1, 2, 6, 9 e 18; mº 17, nºs. 8 e 9; mº 18, nºs. 1, 5 e 8; mº 19, nºs. 6, 7, 11, 13, 16, 22 e 30; mº 20, nº 1; mº 22, nºs. 2, 3, 8, 9, 13, 15, 16 e 18; mº 25, nºs. 3 e 6; mº 29, nº 17; mº 30, nº 2; mº 32, nº 1; mº 33, nº 1; mº 34, nº 1; mº 36, nº 1.

Coimbra *(Most.º de S.ª Cruz de)*:

Cx. 1, Pasta 1, Alm. 5, mº 3, nº12.

Cx. 3, Pasta 5, Alm.34, mº 6, nº 6 e 1 doc. s/nº.

Cx. 6, Pasta 10, Alm.60, mº 7, nº 1.

Cx. 7, Pasta 11, gav. 2, mº 1, nº 18; mº 7, nºs.12, 16 e 34; gav. 3, mº 2, nº 6.
Pasta 12, gav. 2, mº13, nº 2.

Cx. 9, Pasta 14, gav. 1, mº 4, nº 12; gav. 2, mº 7, nºs. 3 e 32; mº 8, nº 9; gav. 3, mº 2, nºs. 5 e 14.

Cx.25, Pasta 36, gav. 1, mº 9, nº 12.

Cx.28, Pasta 38, gav. 1, mº 3, nº 5; mº 13, nº 10.

Cx.30, Pasta 41, nº 326; mº 1, nº 5.

Cx.32, Pasta 43, nº 16; gav. 3, mº12, nº 3.

Coimbra *(Colg[a] de S[a] Justa de)*:

Mº 1, nº 7; mº 2, nº 33; mº 22, nºs. 443 e 444; mº 25, nº 498; mº 37, nº 852.

Coimbra *(Colg[a] de Santiago de)*:

Mº 6, nº 752; mº 13, nº 517.

Coimbra *(Colg[a] de S.Cristóvão de)*:

Mº 2, nº 15; mº 3, nº 17; mº 4, nºs. 1 e 14; mº 5, nº 5.

Coimbra *(Colg[a] de S.João de Almedina de)*:

Mº 1, nºs. 3 e 19.

Coimbra *(Colg[a] de S.Salvador de)*:

Mº 16, 1 doc. s/nº.

Frielas *(Colg[a] de S.Julião de)*:

Mº 1, nºs. 11, 57, 80 e 83; mº 2, nºs. 19 e 23.

Guimarães *(Colg[a] de N[a] S[a] da Oliveira de)*:

DR - mº I, nºs. 7i, 7j, 7k, 7l, 15 31 e 37.

DP - mº 12, nºs. 6, 8, 25, 30, 32 e 41; mº 13, nºs. 3, 33 e 36; mº 14, nºs. 16, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 38 e 41; mº 15, nºs. 2, 3, 15 e 20; mº 16, nºs. 2, 11, 16 e 20; mº 18, nºs. 5, 16, 29 e 37; mº 19, nº 34; mº 20, nºs. 7, 19 e 32; mº 21, nºs. 35, 38 e 43; mº 22, nºs. 7, 11, 29A e 29B; mº 23, nºs. 14 e 26; mº 24, nºs. 1 e 22; mº 25, nº 13; mº 26, nº 8; mº 27, nºs. 24 e 29; mº 28, nºs. 26 e 40; mº 29, nºs. 23, 24, 25, 26 e 27; mº 30, nºs. 2, 7, 12 e 14; mº 31, nºs. 3 e 5; mº 32, nº 22.

Lisboa *(Mostº de S.Domingos de)*:

Lºs 9, 14, 27, 34, 38, 39, 44, 45, 46, 47 e 48.

Lisboa *(Mostº de S.Salvador de - Graça)*:

Mº 1, nºs. 6 e 12; mº 3, nº 37; mº 4, nº 75; mº 5, nºs. 82, 83 e 84; mº 6, nºs. 104 e 110; mº 7, nº 122; mº 14, nºs. 260, 261 e 262.

Lorvão *(Mostº de S[a] M[a] de)*:

Gav. 1, mº 1, nº 37; mº 3, nº 6; mº 6, nº 10; mº 7, nºs. 5, 23, 32 e 33.

Gav. 2, mº 2, nºs. 5 e 19; mº 3, nºs. 6, 7, 10, 16 e 17; mº 4, nº 13; mº 6, nº 32; mº 8, nº 16; mº14, nº 17; mº 16, nºs. 14 e 15.

Gav. 3, mº 3, nºs. 7 e 14; mº 5, nº 4; mº 11, nºs. 1, 2, 30 e 33.

Gav. 4, mº 2, nº 7; mº 9, nº 2; mº 14, nºs. 12 e 24.

Gav. 5, mº 1, nº 13; mº 2, nºs. 13, 14, 15 e 18/1; mº 3, nºs. 3 e 5; mº 6, nºs. 3, 6, 7, 10 e 34; mº 7, nºs. 6/2 e 17.

Gav. 6, mº 1, nºs. 15 e 22; mº 2, nº 15; mº 3, nºs. 3, 5, 9/1 e 16; mº 5, nº 21/1; mº 6, nºs. 14 e 19; mº 7, nºs. 15, 26 e 34.

Odivelas *(Most.º de S.Dinis de)*:

Tomos 1, 2, 18 e 29.

Pedroso *(Most.º de S.Pedro de)*:

Mº 47, nºs. 2, 3 e 5.

Porto *(Most.º de S.Bento da Avé-Maria do)*:

Cx. 8, mº 1, nºs. 3, 10, 156 e 11 docs. s/nº.

Rio Tinto *(Most.º de S.Cristóvão de)*:

Cx. 3, mº 4, nºs. 7, 17, 54, 124, 245 e 2 docs. s/nº; mº 5, 3 docs. s/nº.

Santarém *(Colg.ª de S.ª M.ª da Alcáçova de)*:

Mº 2, nº 26; mº 6, nº 105.

Santarém *(Colg.ª de S.Salvador de)*:

Mº 1, nº 6; mº 2, nº 84; mº 4, nº 178.

Santarém *(Most.º de S.ª Clara de)*:

Lº 1.

Mº 1, nºs. 3, 5, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 32, 33, 34, 35, 36, 38 e 39; mº 2, nºs. 41, 42, 44, 46, 54, 55, 56, 61, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73, 74 e 78; mº 3, nºs. 83, 84, 90, 97, 101, 106, 113, 116, 118 e 119; mº 4, nºs. 127 e 137; mº 5, nºs. 165, 172, 173, 174, 175, 190 e 191; mº 6, nºs. 218, 233, 242, 245, 259, 261, 283, 294, 295 e 300; mº 7, nºs. 308, 317, 318, 319, 320, 324, 326, 329, 335, 337, 338, 341 e 365; mº 8, nºs. 415, 416, 428, 429, 446, 447, 472, 473 e 480; mº 9, nºs. 531, 532 e 538; mº 10, nºs. 611, 677, 678, 679 e 680; mº 11, nºs. 759, 760, 769, 770, 771, 772, 786, 787, 790, 791, 792, 793, 794, 795 e 800; mº 12, nºs. 811, 834, 843, 848, 850, 857, 858, 862, 864, 866, 869, 875, 895, 896, 899 e 900; mº 13, nºs. 915, 916, 925, 926, 960 e 961.

Santarém *(Most.º de S.Domingos de)*:

Cx. 7, mº 14, 1 doc. s/nº.

Tarouquela *(Most.º de S.ª M.ª de)*:

Mº 8, nº 46A; mº 9, 7 docs. s/nº; mº 10, nºs. 3, 4, 6, 224, 324, 577 e 3 docs. s/nº; mº 11, nºs. 100, 134, 147, 362, 494 e 6 docs. s/nº; mº 12, nº 527 e 5 docs. s/nº; mº 13, 4 docs. s/nº; mº 14, nº 38 e 7 docs. s/nº; mº 15, nºs. 4, 20, 30, 35 e 9 docs. s/nº; mº 16, nºs. 7, 28 e 1 doc. s/nº; mº 17, nºs. 4, 6, 40, 515 e 3 docs. s/nº; mº 18, nºs. 2, 4, 82, 153, 272, 398, 510 e 3 docs. s/nº; mº 19, nºs. 30, 109, 185, 244, 359, 360 e 1 doc. s/nº; mº 20, nºs. 20, 140, 190, 493, 495, 586 e 4 docs. s/nº; mº 21, nºs. 129 e 476; mº 22, nº 28 e 3 docs. s/nº.

11. *Gavetas*:

Gav. I - mº 1, nºs. 3, 7, 8, 9 e 12; mº 4, nºs. 3 e 8; mº 5, nºs. 5, 6 e 9; mº 7, nº 8.

Gav. II - mº 1, nº 5; mº 2, nº 20.

Gav. III - mº 1, nºs. 5, 12, 14 e 16; mº 2, nº 3; mº 3, nºs. 8, 11, 12 e 15; mº 4, nº 8; mº 5, nºs. 4 e 8; mº 6, nºs. 4, 5 e 7; mº 7, nº 4; mº 8, nºs. 6, 7, 15 e 16; mº 9, nºs. 1 e 11; mº 10, nºs. 2, 5, 17 e 18; mº 11, nºs. 2, 5 e 8; mº 12, nºs. 11A e 11B.

Gav. IV - mº 1, nº 21.

Gav. V - mº 1, nºs. 14 a 46 e 48; mº 2 - nº 6.

Gav. VI - mº 1, nº 27.

Gav. VII - mº 2, nº 4; mº 4, nº 8; mº 9, nº 32; mº 17, nº 1; mº 18, nº 2.

Gav. VIII - mº 1, nºs. 1, 2, 5, 6 e 13; mº 2, nºs. 5, 9 e 12; mº 3, nºs. 2, 3, 4, 5, 6 e 7; mº 4, nºs. 1 a 20; mº 5, nºs. 1 a 8, 11, 12 e 14; mº 6, nºs. 1, 2, 3, 6 e 8 a 12.

Gav. IX - mº 1, nº 26; mº 2, nº 27; mº 3, nºs. 2, 3 e 4; mº 4, nº 36; mº 6, nº 26; mº 7, nº 48; mº 8, nºs. 25 e 37; mº 10, nº 25.

Gav. X - mº 3, nº 15; mº 4, nº 6; mº 5, nºs. 12 e 26; mº 7, nº 7; mº 9, nº 15; mº 12, nº 1.

Gav. XI - mº 1, nºs. 1, 12, 21 e 25; mº 2, nºs. 11, 16 e 36; mº 5, nºs. 1 e 15; mº 6, nºs. 2, 8, 9, 23 e 30; mº 7, nºs. 32 e 33; mº 8, nºs. 37, 39 e 46; mº 9, nºs. 1, 7, 13 e 14; mº 10 - nºs. 13 e 14; mº 11 - nº 37.

Gav. XII - mº 2, nºs. 9 e 14; mº 3, nºs. 13, 21 e 26; mº 4, nº 15; mº 5, nº 1; mº 6, nºs. 16 e 20; mº 7, nº 21; mº 9, nºs. 19 e 20; mº 10, nº 6.

Gav. XIII - mº 1, nºs. 6, 7 e 21; mº 2, nº 3; mº 3 - nº 2; mº 4, nº 8; mº 5, nºs. 9 e 10; mº 6, nº 10; mº 9, nºs. 1, 7, 21, 24 e 30; mº 11, nºs. 2 e 12.

Gav. XIV - mº 1, nºs. 3, 4, 7, 8, 9, 12, 13, 15 e 68; mº 3, nºs. 21 e 24; mº 4, nºs. 2, 3, 23, 29 e 30; mº 6, nºs. 18 e 19; mº 7, nº 24.

Gav. XV - mº 2, nº 44; mº 3, nºs. 15 e 16; mº 5, nº 5; mº 9, nºs. 20 e 33; mº 10, nº 13; mº 12, nº 26; mº 15, nº 21; mº 19, nº 53; mº 20, nº 10; mº 23, nº 4; mº 24, nºs. 4 e 13.

Gav. XVI - mº 1, nºs. 3 e 19; mº 2, nºs. 4 e 6.

Gav. XVII - mº 1, nº 11; mº 4, nº 14; mº 6, nºs. 8, 10, 11, 12 e 13; mº 7, nºs. 17 e 22; mº 8, nº 7; mº 9, nº 8.

Gav. XVIII - mº 3, nºs. 22 e 23; mº 4, nºs. 8 e 22; mº 5, nºs. 30, 31 e 32; mº 7, nº 12; mº 8, nº 19; mº 9, nºs. 1, 2, 4, 5, 7, 9, 11, 12 e 13; mº 10, nº 6; mº 11, nº 5.

Gav. XIX - mº 1, nº 8; mº 2, nº 18; mº 3, nº 45; mº 4, nº 25; mº 5, nºs. 23 e 24; mº 6, nº 17; mº 7, nº 23; mº 8, nº 25; mº 9, nº 2; mº 10, nº 2; mº 13, nº 30; mº 14, nºs. 2, 3 e 5.

Gav. XX - mº 3, nº 1; mº 10, nº 5; mº 13, nº 1; mº 14, nº 1; mº 15, nº 23.

Gav. XXI - mº 2, nº 8; mº 3, nºs. 11, 13, 14, 23, 24, 25, 32, 40, 41 e 48; mº 4, nº 3; mº 8, nºs. 11A, 11B, 14, 29 e 34; mº 10, nº 3.

12. *Incorporação de 1912* (**Inc.1912**):

Porto *(Mostº de Sª Clara do - Entre-os-Rios)*:

Mº 166, nº 10; mº 168, nºs. 4, 4C, 4D e 4F; mº 169, nºs. 12, 73, 76 e 78; mº 170, nºs. 57 e 61; mº 171, nº 7; mº 176, nº 138; mº 181, nºs. 252, 283, 312, 318 e 320; mº 184, nºs. 222, 227, 233 e 249; mº 185, nº 292; mº 186, nºs. 300, 308, 309, 312, 318 e 331; mº 187, nº 277.

Semide *(Mostº de SªMª de)*:

Lº 182, nºs. 2, 3, 6, 7, 12, 17 e 18.

Mº 1, nºs.2, 10 e 13; mº 2, nº 3; mº 3, nº 4; mº 4, nº 1.

Torres Vedras *(Colgª de S.Pedro de)*:

Mº I, nºs. 7, 8, 9, 22, 25 e 30; mºIV, nºs. 221 e 225.

13. *Inquirições* (**Inq**.):

D.Afonso III - Lº 2.

D.Dinis - Lºs 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10.

14. *Leis*:

Mº I, nºs. 15 e 88.

15. *Leitura Nova* (**LN**):

Inquirições de - Além Douro

Arcebispado de Lisboa

Beira e Além Douro

Entre-Douro-e-Ave

Entre-Cávado-e-Ave

16. *Mosteiros e Conventos* (**MC**):

***Chelas** (Most° de S^a M^a de)*:

M° 1, n° 14; m° 3, n°s. 43 e 49; m° 4, n° 63; m° 7, n°s. 128 e 131; m° 8, n°s. 143, 146 e 150; m° 10, n°s. 189, 191 e 193; m° 11, n° 220; m° 12, n° 228; m° 13, n°s. 258 e 259; m° 14, n° 264; m° 15, n° 300; m° 17, n° 339; m° 18, n° 354; m° 20, n°s. 382, 395 e 397; m° 24, n° 463; m° 26, n°s. 517 e 519; m° 27, n° 529; m° 28, n°s. 546 e 556; m° 34, n° 676; m° 44, n° 865; m° 54, n° 1071; m° 56, n°s. 1104, 1105 e 1117; m° 61, n° 1214.

***Lisboa** (Colg^a de S^a Cruz do Castelo de)*:

N°s. 15, 62, 89, 138 e 186.

***Lisboa** (Colg^a de S^a Mª Madalena de)*:

M° 1, n°s. 1 e 11.

***Lisboa** (Colg^a de S^a Marinha de)*:

M° 1, n°s. 2 e 17; m° 2, n°s. 48, 49, 53, 56 e 67; m° 3, n°s. 81, 86, 107, 108 e 110; m° 4, n°s. 153 e 154; m° 5, n°s. 171 e 193; m° 6, n°s. 205, 216 e 229; m° 7, n°s. 254 e 275; m° 8, n° 306; m° 10, n° 385.

***Lisboa** (Colg^a de Santiago e de S.Martinho de)*:

M° 2, n° 1.

***Lisboa** (Colg^a de Santo Estêvão de Alfama)*:

M° 10, n° 198; m° 12, n°s. 227, 233 e 237; m° 13, n° 246; m° 14, n° 263; m° 16, n° 304; m° 19, n° 383.

***Lisboa** (Colg^a de S.Lourenço de)*:

M° 2, n° 35; m° 3, n°s. 41 e 53; m° 7, n°s. 121 e 131; m° 8, n°s. 152 e 159.

***Lisboa** (Colg^a de S.Pedro de Alfama)*:

M° 1, n° 19.

***Lisboa** (Most° de Santos-o-Novo)*:

N°s. 21, 26, 28, 135, 178, 196, 215, 242, 245, 249, 299, 303, 316, 319, 374, 381, 435, 436, 456, 474, 520, 521, 554, 562, 675, 680, 683, 688, 707, 737, 740, 744, 745, 748, 750, 779, 780, 839, 889, 921, 960, 988, 989, 990, 994, 1002, 1011, 1031, 1064, 1093, 1095, 1105, 1107, 1116, 1296, 1297, 1308, 1309, 1366, 1398, 1403, 1404, 1418, 1451, 1490, 1498, 1513, 1542, 1562, 1573, 1600, 1604, 1606, 2049 e 2052.

17. *Núcleo Antigo*:

N°s. 490 a 503 e 505 a 510.

18. *Ordem de Avis*:

Nºs. 87, 126, 137, 142, 143, 150, 153, 155, 156, 185, 186, 207, 211, 213, 223, 232, 240, 242, 250, 256, 270, 296, 297, 302, 303, 307, 332, 340, 380, 401, 403, 444, 447, 457, 526, 540 e 844.

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA (ADB)

1. *Colecção Cronológica* (Col. Cronológica):

Pasta 2, nºs. 78, 80 e 81.

Pasta 3, nºs. 92, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 108, 114, 116, 120, 121, 124, 125, 126 e 127.

Pasta 4, nºs. 135, 141, 159, 162, 171, 173, 174, 175, 178, 179, 182 e 191.

Pasta 5, nºs. 195, 197, 207, 208, 209, 212, 221 e 229.

Pasta 6, nºs. 245, 247, 250, 252 e 255.

Pasta 7, nºs. 295, 301 e 306.

Pasta 8, nºs. 327, 331, 345, 347 e 349.

Pasta 9, nºs. 366 e 367.

2. *Fundo Monástico-Conventual*:

***Viana** (Mostº de Sant'Ana de)*:

nº 265.

3. *Gavetas do Cabido*:

Gav. dos Arcebispos: nº 49; ***Gav. dos Coutos e Honras***: nºs. 6, 7, 8, 9, 22, 23, 24, 80, 85 e 87; ***Gav. 1ª das Igrejas***: nºs. 16, 18, 20, 22, 23, 32, 33, 34, 70, 72, 95, 97, 98, 99, 139, 170, 171, 174, 175, 207, 216, 220 e 222; ***Gav. 2ª das Igrejas***: nºs. 11, 37, 37bis, 38 e 146; ***Gav. dos Legados e Sufrágios***: nºs. 10, 11, 13 e 14; ***Gav. das Matérias Inúteis***: nºs. 8, 29 e 144; ***Gav. das Notícias Várias***: nºs. 15, 16 e 24; ***Gav. de Prazos do Cabido***: nº 46; ***Gav. de Prazos Particulares***: nºs. 27 e 37; ***Gav. das Propriedades Particulares***: nºs. 672, 717, 718, 738, 747, 757, 762, 769, 773, 775, 779, 781, 801, 806, 808, 810, 814, 824, 825, 840, 841, 847, 855, 879, 891, 892, 895, 897 e 990; ***Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido***: nºs. 103, 105, 106, 109, 110, 111, 117, 121, 126, 134, 135, 141, 152, 154, 161, 168, 185, 191, 193, 202, 206, 211, 212, 214, 219, 220, 221, 222, 224, 226, 229, 231, 232 e 236; ***Gav. das Propriedades e***

Rendas da Mitra: nºs. 13, 40, 47, 48, 52, 86 e 87; ***Gav. das Religiões, Mosteiros e Seminários***: nºs. 18, 33, 121, 130 e 131; ***Gav. dos Testamentos***: nºs. 5, 10, 14, 20, 28, 43, 46, 75, 76 e 77.

4. *Livros*:

Lº 2º de Aniversários.

Lº das Cadeias.

Lº 1º de Testamentos - nºs. 24, 26, 37, 43 e 59.

Rerum Memorabilium - vols. I e III.

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO (ADP)

1. *Cabido da Sé do Porto*:

Lºs de Originais: VII, fls. 1 e 6; IX, fl. 11; XII, fls. 7 e 44; XIV, fl. 46; XVII, fl. 10; XX, fl. 18; XXI, fl. 3; XXIII, fls. 35 e 44; XXV, fls. 9, 10, 27 e 32; XXVI, fls. 6 e 11; XXVIII, fl. 25.

2. *Secção Monástica*:

Paço de Sousa *(Mostº de S.Salvador de)*:

Nºs. 80, 82, 91 e 92.

ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM (ADS)

1. *Pergaminhos Avulsos*:

Nºs. 1, 4, 15, 39, 47 e 62.

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU (ADV)

1. *Pergaminhos*:

Mº 9, nºs. 32, 33, 35 e 40; mº 12, nºs. 41 e 46; mº 18, nº 81 mº 21, nº 89; mº 22, nºs. 7, 13, 22, 26 e 41; mº 23, nºs. 43 e 78; mº 24, nºs. 66 e 98; mº 25, nºs. 3, 30, 31, 43, 46, 57, 72, 80 e 88; mº 26, nºs. 4, 5, 14, 38 e 42; mº 28, nºs. 20, 26, 35, 45,

59, 71, 88, 91, 94 e 96; mº 29, nºs. 4, 19, 42, 61, 71, 95 e 99; mº 30, nºs. 40, 61, 64, 82 e 97; mº 31, nºs. 9, 17, 45 e 50; mº 37, nºs. 1, 42 e 45; mº 38, nº 20; mº 41, nº 25; mº 49, nºs. 27 (118 a 122) e 30; mº 50, nºs. 12 e 18.

ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (AGUC)

1. *Casa-Forte*:

Cx. de Pergaminhos Avulsos.

2. *Fundo Gabriel Pereira*:

Gav. 7, mº único de Pergs. Portugueses do séc. XIII, nºs. 2, 9, 14, 18 e 26.

Gav. 7-A, mº único de Pergs. Latinos do séc. XIII, nºs. 12, 29, 30, 31 e 32.

Gav. 8, mº 1, nº 8; mº 2, nºs. 50, 52, 66, 75, 81, 82, 97 e 109.

Gav. 22, nº 4.

Gav. 25, nº 6.

Gav. 26, nº 12.

Gav. 29, mº único, nºs. 5 e 6.

3. *Pergaminhos*:

***Coimbra** (Sé de)*:

Arm. 1, gav. I, nºs. 7 e 10.

Arm. 7, gav. IV, nºs. 1 e 3.

Arm. 12, gav. VII, nº 8.

***Guimarães** (Colg[a] de N[a] S[a] da Oliveira de)*:

Pasta 2, nºs. 18, 21, 22, 27, 28, 33, 34 e 36.

4. *III[a] Secção*:

Móvel 2, gav. 1, nºs. 1 e 2.

ARQUIVO DO CABIDO DA SÉ DE ÉVORA (ACSE)

1. *Cabido da Sé de Évora*:

Cartas dos Bispos de Évora - EE3a.

Cartas do Cabido de Évora - CC1 e 3.
Cartas das Herdades do Cabido - CH1, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 18 e 25.
Cartulário da Sé e do Cabido - CEC3-III.
Códices Manuscritos - CEC4-XV, XVI e XVII.
L° III dos Originais - CEC10-XIII.
Tombo das Herdades e Capelas do Cabido - CEC3-II.

ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (AHCML)

1. *Casa de Santo António*:
Códice 1, L° I do Alqueidão.

2. *Hospital do Conde Dom Pedro*:
Códice 101, L° I dos Bens do Hospital do Conde D.Pedro.

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA - GUIMARÃES (AMAP)

1. *Guimarães (Colg[a] de N[a] S[a] da Oliveira de)*:
N°s. 38, 40, 41, 46, 49, 52, 54, 83 e 84.

ARQUIVO DO MOSTEIRO DE SINGEVERGA (AS)

1. *Bustelo (Most° de S.Miguel de)*:
Manuscritos:
Memórias Do Most° de S.Miguel de Bustelo Escritas sobre o exame do seu Arquivo Pelo M.e Jubilado Fr. Antonio d'Asumsão Meireles, nos anos De 1800, e 1801.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA (BNL)

1. *Reservados*:

Cartório Resende:

Docs. do séc. XIV.

Cartório Tarouca:

nº 685.

Manuscritos:

nºs. 91-1 e 250-78.

Pergaminhos:

Série Azul: nºs. 1, 2, 4 e 7; **Série Preta**: nºs. 3, 27, 28, 36, 39, 43 e 49; **Série Roxa**: nºs. 1 e 2; **Série Vermelha**: nºs. 2, 3, 7 e 13.

BIBLIOTECA GERAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (BGUC)

1. *Reservados*:

Mss. de João Pedro Ribeiro:

Códices nºs. 701 a 704.

BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA (BPE)

1. *Fundo Monástico*:

Évora *(Convento de Nª Sª do Espinheiro de)*:

Lº 6, nºs. 8 e 9.

Évora *(Convento de Nosso Senhor do Paraízo)*:

Lº 86, doc. s/nº.

Évora *(Mostº de S.Domingos de)*:

Pergaminhos, mº I, nº 14; mº II, nºs. 6 e 22.

Pasta de Pergaminhos, nº 9.

Códice 317, Lº 2.

2. *Fundo Manizola*:

Códice 500, nº 8a.

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO (BPMP)

1. *Reservados*:

Ms. nº 72 (*Miscelânea* de Cristóvão Alão de Moraes).

BIBLIOTECA DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (BACL)

1. *Manuscritos*:

Série Azul - nº 730.

II. FONTES IMPRESSAS

Álbum de Paleografia (Ed. provisória, por António Cruz), Porto, Faculdade de Letras, 1968.

Álbum de Paleografia (Publ. por João José Alves Dias, A.H. de Oliveira Marques e Teresa F. Rodrigues), Lisboa, Ed. Estampa, 1987.

Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas. Volume I- Estampas (Publ. por Avelino de Jesus da Costa), 4ª Ed., Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.

Alguns Diplomas Particulares dos Séculos XI-XIII (Publ. por Torquato de Sousa Soares), Coimbra, Faculdade de Letras, 1942.

Alguns Diplomas Particulares dos Séculos XIV e XV (Publ. por José Mendes da Cunha Saraiva), Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1943.

Alguns Documentos Medievais do Cartório de S.Bento da Avé-Maria (Vd. António CRUZ, *1945*).

Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra (Ed. por António Cruz), Porto, BPMP, 1968.

Archivo da Collegiada de Guimarães (Sumários por Oliveira Guimarães-Abade de Tagilde, e por J.L.de Faria - a partir do vol.XXX), in "Revista de Guimarães", vols.XXII a XXXII (1905-1922).

Biblioteca (A) e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII (Vd. Avelino de Jesus da COSTA, *1985*).

Biblioteca (A) e o Tesouro da Sé de Coimbra nos séculos XI a XVI (Vd. Avelino de Jesus da COSTA, *1983*).

Bulário Português. Inocêncio III (1198-1216) (Ed. por Avelino de Jesus da Costa e Maria Alegria F. Marques), Coimbra, INIC, 1989.

Cancioneiro da Ajuda (Ed. crítica por Carolina Michaëlis de Vasconcelos), 2 vols., Halle, 1904.

Cartulaire (Le) Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI.e-XIII.e Siècles (Publ. por Robert Durand), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-Centro Cultural Português, 1971. (*BF*)

Cartulário (O) do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde. Edição de 37 cartas régias de D.Sancho I (a.1200) a D.Manuel I (Ed. de Carlos da Silva Tarouca), in "Arqueologia e História", 8ª série, vol. 4 (1947), pp.11-119.

Cartulário (O) do Mosteiro de S.Paulo de Almaziva (Ed. crítica por Maria José de Azevedo Santos), sep. do *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIX, Coimbra, 1981.

Cartulário (O) Seiscentista da Mitra de Braga, «Rerum Memorabilium» (Vd. António Gomes da Rocha MADAHIL, *1968*).

Cartvlário do Mosteiro de Crasto (Publ. por Alfredo Pimenta), Guimarães, Arquivo Municipal, 1938.

Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto (Ed. da BPMP), Porto, Imprensa Portuguesa, 1924. (*CCSP*)

Chancelarias Portuguesas. D.Afonso IV (1325-1357) (Org. por A.H. de Oliveira Marques), 3 vols., Lisboa, I.N.I.C.-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990-1992. (*CAIV*)

Chancelarias Portuguesas. D.Pedro I (1357-1367) (Org. por A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, I.N.I.C.-Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984. (*CP*)

Chartularium Universitatis Portugalensis (Ed. por Artur Moreira de Sá), 8 vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966-1981.

Coleccion Diplomatica do Mosteiro Cisterciense de Sta. Maria de Oseira (Ourense) 1025-1399 (Ed. por Miguel Romaní Martínez *et alii*), 3 vols., Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1989-1993.

Coleccion de Documentos para la Historia del Reino de Murcia.III - Fueros y privilegios de Alfonso X el Sabio al Reino de Murcia; IV- Documentos de Sancho IV; V- Documentos de Fernando IV (Ed. por Juan Torres Fontes), 3 vols., Murcia, Academia Alfonso X El Sabio, 1973-1980.

Colección Documental de Alfonso XI. Diplomas Reales conservados en el Archivo Historico Nacional. Seccion Clero. Pergaminos (Publ. por Esther Gonzalez Crespo), Madrid, Universidad Complutense, 1985.

Colecção de Concordatas estabelecidas entre Portugal e a Santa Sé de 1238 a 1940 (Ed. por Eduardo Brasão), Lisboa, Liv. Bertrand, [1941].

Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa dos reinados de D.Dinis, D.Afonso IV, D.Pedro I e D.Fernando publicados de Ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa pela Comissão de História da mesma academia, 2ª ed., Vol.IV, Lisboa, Academia das Ciências, 1925.

A Colecção do Visconde da Carreira (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1915*).

Corpo Diplomático Portuguez contendo os tratados de paz, de alliança, de neutralidade, de tregua, de commercio, de limites, de ajustes de casamentos, de cessões de território e outras transacções entre a Corôa de Portugal e as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia até aos nossos dias. Portugal e Hespanha (Ed. pelo Visconde de Santarém), Tomo I, Paris, 1846.

Corpus Codicum Latinorum et Portugalensium eorum qui in Archivo Municipali Portucalensi asservantur antiquissimorum - Diplomata, Chartae et Inquisitiones, 6 vols., Porto, Câmara Municipal, 1891 e ss. (*CCL*)

Corpus Mediaevalia Cordubensis (vol.II) *1256-1277* (Ed. por Manuel Nieto Cumplido), Córdova, 1980.

Cortes Portuguesas. Reinado de D.Afonso IV (1325-1357) (Org. por A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, INIC, 1982.

Cortes Portuguesas. Reinado de D.Pedro I (1357-1367) (Org. por A.H. de Oliveira Marques), Lisboa, INIC, 1986.

Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285) (Publ. por José Joaquim Nunes), 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918.

Crónica de Cinco Reis (Ed. por A. de Magalhães Basto), Vol.I, Porto, Liv. Civilização, 1945.

Crónica de D.Dinis (Ed. por Carlos da Silva Tarouca), Coimbra, Faculdade de Letras, 1947.

Crónica de D.Dinis (Vd. Rui de PINA *1945*).

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal (Ed. por Carlos da Silva Tarouca), 3 Vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952-1953. (*Cr.7Reis*)

Crónica Geral de Espanha de 1344 (Ed. crítica do texto em português por Luís Filipe Lindley Cintra), 4 vols., 2ª ed., Lisboa, IN-CM, 1983-1990. (*Cr.1344*)

Descobrimentos Portugueses - documentos para a sua história (Ed. por João Martins da Silva Marques), Vol.I, Suplemento ao vol.I e Vol.III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1944, 1944-1945 e 1971.

Diplomatário Andaluz de Alfonso X (Ed. por Manuel González Jiménez), Sevilha, El Monte. Caja de Huelva y Sevilla, 1991.

Documentación (La) de Alfonso XI conservada en el archivo de la catedral de Sevilla (Vd. Isabel MONTES ROMERO-CAMACHO *1982*).

Documentación del Monasterio de las Huelgas de Burgos. 1263-1283 e Indices (1116-1283) (Ed. por Jose Manuel Lizoain Garrido), in *Fuentes Medievales Castellano-Leonesas* (Col. dirigida por J.J. Garcia e F. Xavier Peña), Vol. 32, Burgos, 1987; ***Documentacion (...). 1284-1306*** (Ed. por Araceli Castro Garrido e Jose Manuel Lizoain Garrido), in *Fuentes (...)*, Vol. 33, Burgos, 1987; ***Documentacion (...). 1307-1321 e 1322-1328 e Indices (1284-1328)*** (Ed. por Araceli Castro Garrido), in *Fuentes (...)*, Vols. 34 e 35, Burgos, 1987.

Documentos Antigos da Beira. Cartório de Ferreira d'Aves (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1902-05*).

Documentos da Biblioteca Nacional relativos a Lisboa. 1ª Série - Séculos XIII a XV, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1935.

Documentos da Colegiada de Guimarães (Vd. Avelino de Jesus da COSTA, *1947*).

Documentos de D.Sancho I (1174-1211) (Org. de Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira), Vol.I, Coimbra, Universidade, 1979. (*DS*)

Documentos de Santa Maria de Aguiar (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1910a*).

Documentos de Vairão (Século XII) (Cd. Pedro de AZEVEDO, *1911*).

Documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis, 8 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1957-1964.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis I-III, 3 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1957-1959.

Documentos Históricos da Cidade de Évora (Publ. por Gabriel Pereira), Évora, 1885-1891.

Documentos Ineditos de Alfonso X el Sabio y del Infante, su hijo Don Sancho (Ed. por Juan Manuel del Estal), Alicante, 1984.

Documentos inéditos dos séculos XII-XV relativos ao Mosteiro de S.Salvador de Souto (Publ. por Oliveira Guimarães - Abade de Tagilde), Porto, 1896.

Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I - Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Vd. Saúl António GOMES, *1988*).

Documentos Medievais do Convento de Seiça certificados por Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo (Vd. António Gomes da Rocha MADAHIL, *1940*).

Documentos medievais inéditos do Mosteiro de Souto (Homenagem ao Abade de Tagilde) (Vd. Avelino de Jesus da COSTA, *1954*).

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Particulares, vol. III, ***1105-1115***, (Ed. por Rui Pinto de Azevedo), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940; vol. IV, ***1116-1123*** (Ed. por Rui Pinto de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980. (*DMP-DP*)

Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, vol. I, Tomos I e II, ***Documentos dos Condes Portugalenses e de D.Afonso Henriques, 1095-1185*** (Ed. por Rui Pinto de Azevedo), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1958-1961. (*DMP-DR*)

Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé. Sumarios de Lousada. Apontamentos dos Brandões. Livro dos Bens Próprios dos Reis e Rainhas, Lisboa, Câmara Municipal, 1954.

Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Livro I de Místicos de Reis. Livro II dos Reis D.Dinis, D.Afonso IV, D.Pedro I, Lisboa, Câmara Municipal, 1947.

Documentos para a história de Guimarães, in "Revista de Guimarães", vol.XXIX, Guimarães, 1912, pp.145-166.

Documentos para a História Marítima e Comercial de Portugal nos Reinados de D.Afonso IV a D.Duarte (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1976*).

Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média (Vd. António Gomes da Rocha MADAHIL, *1933-35*).

Documentos Portugueses do Mosteiro de Chellas (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1906*).

Documentos Portugueses de Pendorada do Século XIII (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1908*).

Fontes do Direito Ecclesiástico Portuguez. I - Summa do Bullario Portuguez (Publ. por Joaquim dos Santos Abranches), Coimbra, 1895.

Fontes Medievais de História Torreana. Alguns Documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Vd. José Maria Cordeiro de SOUSA, *1957*).

Foro Real de Afonso X (Ed. e estudo linguístico por José de Azevedo Ferreira), 2 vols., Lisboa, INIC, 1987.

Gavetas (As) da Torre do Tombo, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1975. (*GAVETAS*)

História Florestal, Aquícola e Cinegética. Colectânea de Documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Chancelarias Reais (Publ. por Carlos Manuel L. Baeta Neves), 5 vols. publ., Lisboa, Ministério da Agricultura e Pescas, 1980-1992. (*HFAC*)

Indice Chronologico dos documentos mais notaveis que se achavão no Archivo da Illustrissima Camara da cidade do Porto, quando por ordem regia o examinou no anno de 1795, o Conselheiro João Pedro Ribeiro, natural da mesma cidade (Ed. por J.- A. Pinto Ferreira), Porto, Câmara Municipal, 1951.

Inquirição de 1336 sobre os Milagres da Rainha D.Isabel (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1910b*).

Inquirição na «Terra de Vouga» em 1282 (Vd. Joaquim da SILVEIRA, *1943*).

Inquirições de D.Afonso II na Terra de Santa Maria (Vd. Miguel de OLIVEIRA, *1936*).

Inquirições de D.Afonso III no Distrito de Aveiro (Vd. Conde da BORRALHA, *1936*).

Inquirições de D.Afonso III na Terra de Santa Maria (Vd. Miguel de OLIVEIRA, *1964-66*).

Inquirições de D.Dinis na Beira (Vd. José Mendes da Cunha SARAIVA, *1933-35*).

Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX) (Publ. por J.M. Cordeiro de Sousa), 2ª Ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940.

Inventário de bens e Obituário de Santa Maria da Alcáçova de Santarém (Vd. Avelino de Jesus da COSTA, *1981*).

Inventário e Contas da Casa de D.Dinis (1278-1282) (Vd. Anselmo Braamcamp FREIRE, *1916*).

Leituário da Sé de Lamego (Publ. por Alfredo Pimenta), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942.

Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas) (Ed. por Pierre David e Torquato de Sousa Soares), 2 vols., Coimbra, Instituto de Estudos Históricos, 1947-1948. (*LK*)

Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae (Ed. por Avelino de Jesus da Costa), 3 vols., Braga, Assembleia Distrital, 1965-1990. (*LF*)

Libro de las Generaciones (Estudio preliminar, edición critica e indices por Josefa Ferrandis Martinez), Valencia, Anubar Ed., 1968.

Libro (El) de Privilegios de la Ciudad de Sevilla (Estudio Introductorio y Transcripción de Marcos Fernández, Pilar Ostos Salcedo e Maria Luiza Rodriguez), Sevilla, Universidad de Sevilla, 1993.

Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas de Fr. Baltazar dos Reis (Publ. por J. Leite de Vasconcellos), Lisboa Imprensa Nacional, 1934. (vd. J.Leite de VASCONCELLOS, *1934*)

Livro das Campaínhas (códice da segunda metade do século XIV). Mosteiro de São Salvador de Grijó (Leitura e transcrição de Jorge Alarcão, revisão, índices e notas de Luís Carlos Amaral), Vila Nova de Gaia, Gabinete de História e Arqueologia e Câmara Municipal, 1986. (*LC*)

Livro das Doações de Tarouca (Leituras, Sumários e Notas por A. de Almeida Fernandes), in *Taraucae Monumenta Historica*, Vol. I/1, Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1991. (vd. A.A. FERNANDES, *1991-3*, I/1)

Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal. 1574 (Publ. por Joaquim Veríssimo Serrão), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

Livro das Leis e Posturas (Ed. por Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues), Lisboa, Faculdade de Direito, 1971. (*LLP*)

Livro das Posturas Antigas (Ed. por Maria Teresa Campos Rodrigues), Lisboa, Câmara Municipal, 1974. (*LPA*)

Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra. Escrito no século XVI pelo Cónego Pedro Álvares Nogueira (Ed. por António Gomes da Rocha Madahil), Coimbra, 1942.

Livro de Aniversários da Igreja de Santa Marinha de Lisboa (Vd. Isaías da Rosa PEREIRA, *1964*).

Livro de Aniversários da Igreja de S.Pedro de Torres Vedras (Séc.XV) (Vd. Isaías da Rosa PEREIRA, *1989*).

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (Ed. por José Mattoso), in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, Vol. II (Tomo I e II), Lisboa, Academia das Ciências, 1980. (*LL*)

Livro de Linhagens do Deão (Ed. por Joseph Piel e José Mattoso), in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980. (*LD*)

Livro de Linhagens do Século XVI (Ed. por António Machado de Faria), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1956.

Livro dos Bens de D.João de Portel (Cartulário do séc. XIII) (Publ. por Pedro A. de Azevedo), in "Archivo Historico Portuguez", Vols. IV-VII, Lisboa, 1906-1910. (*LBJP*)

Livro dos Testamentos do mosteiro de Paço de Sousa (Ed. por Maria Teresa Monteiro e J.J. Rigaud de Sousa), in "Bracara Augusta", XXIV (1969-1970), pp.138-283.

Livro Preto da Sé de Coimbra (Ed. por Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e M. Teresa Veloso), 3 vols., Coimbra, Arquivo da Universidade, 1977-1979. (*LP*)

Livro Santo de Santa Cruz (cartulário do séc. XIII) (Ed. por Leontina Ventura e Ana Santiago Faria), Coimbra, INIC, 1990. (*LS*)

Livro 2º da Correia (cartas, provisões e alvarás régios registados na Câmara de Coimbra, 1273-1754) (Ed. por José Branquinho de Carvalho), Coimbra, Biblioteca Municipal, 1958.

Livro Velho de Linhagens (Ed. por Joseph Piel e José Mattoso), in *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1980. (*LV*)

Livro Verde da Universidade de Coimbra. Cartulário do Século XV (Publ. por Manuel Augusto Rodrigues e Maria Teresa Nobre Veloso), Coimbra, Arquivo da Universidade, 1990.

Livros de Aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra (Vd. Isaías da Rosa PEREIRA, *1978*).

Matosinhos em Textos Medievais (até Afonso III), Matosinhos, Biblioteca Municipal, 1978.

Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo (Vd. António da Assunção MEIRELES, *1942a*).

Memórias do Mosteiro de Pombeiro (Vd. António da Assunção MEIRELES, *1942b*).

Memórias para a Historia das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal colligidas pelos discipulos da Aula de Diplomatica no anno de 1814 para 1815 debaixo da direcção dos Lentes Proprietário, e Substituto da mesma Aula (Dir. por João Pedro Ribeiro), Lisboa, Impressão Régia, 1815.

Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos, **Vol. I** *959-1516* (Ed. por António Gomes da Rocha Madahil), Aveiro, Câmara Municipal, 1959.

Monumenta Portugaliae Vaticana. Vol. I - *Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocêncio VI e Urbano V*; Vol. II - *Súplicas dos Pontificados dos Papas de Avinhão Clemente VII e Bento XIII e do Papa de Roma Bonifácio IX*; Vol. IV - *Súplicas do Pontificado de Martinho V (Anos 8 a 14)* (Ed. por António Domingos de Sousa Costa), Porto, Ed. Franciscana, 1968-1970. (*MPV*)

Narrativas dos Livros de Linhagens (Selecção, introdução e comentários por José Mattoso), Lisboa, IN-CM, 1983.

Notícia de vários documentos dos séculos XIII, XIV, XV e XVI, existentes no Museu de Grão-Vasco (Publ. por Manuel Joaquim), Viseu, 1955 (Sep. de *Beira Alta*).

Ordenações Afonsinas (Ed. por Mário Júlio de Almeida Costa e Eduardo Borges Nunes), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. (*OA*)

Ordenações Del-Rei Dom Duarte (Ed. por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988. (*OD*)

Pergaminhos Avulsos do A.U.C. (1079-1612), (Publ. por A.J. Peixinhos Caia), Coimbra, 1989 (Trabalho policopiado - Instituto de Paleografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra).

Pergaminhos (Os) da Câmara de Ponte de Lima, in "O Archeologo Portugues", vols. XII (1907), pp.178-194, XIII (1908), pp.38-55 e 341-350, XIV (1909), pp.60-73, XV (1910), pp.5-25 e XXI (1916), pp.1-18 (Ed. por Manuel José da Cunha Brito).

Pergaminhos da Colegiada de S.Pedro. Documentos do Município de Évora em depósito na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital (Publ. por Luis da Silveira), Évora, Câmara Municipal, 1941.

Pergaminhos (Os) da Confraria de S.João do Souto da Cidade de Braga (1186-1545) (Vd. José MARQUES, *1982b*).

Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra (Vd. António Gomes da Rocha MADAHIL, *1942-43*).

Pergaminhos do Instituto de Paleografia (Sécs. XII-XVIII) (Ed. por Maria José de Azevedo Santos e Maria Teresa Veloso), Coimbra, Coimbra Ed., 1983.

Pergaminhos dos Conventos Dominicanos. Iª série: Elementos de interessse para o Estudo Geral Português. 1- Convento de S.Domingos de Santarém (séculos XIII-XIV) (Ed. por Fr. António do Rosário), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1972.

Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum - Diplomata et Chartae, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1867-[1873];- ***Inquisitiones***, Vol. I, Parte I e Parte II, Lisboa, Academia das Ciências, 1888-1977; - ***Leges et Consuetudines***, Vols. I-II, Lisboa, Academia das Ciências, 1856-1868; ***Scriptores***, Vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1856. (*PMH-DC*; *PMH-Inq*; *PMH-Leges* e *PMH-SS*)

Primeyra Partida de Afonso X (Édition et étude de José de Azevedo Ferreira), Braga, INIC, 1980.

Os Primeiros Documentos de Santa Maria de Salzeda (até à morte da fundadora. Comentários e defesa (Vd. A. de Almeida FERNANDES, *1985*).

Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa (Ed. por D. António Caetano de Sousa), 2ª Ed. (por M. Lopes de Almeida e César Pegado), 6 Tomos em 12 vols., Coimbra, Livraria Atlântida-Editora, 1946-1954. (*PHGCRP*)

Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas Potências do Mundo, desde o princípio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias (Publ. pelo Visconde de Santarém), vol.I ,Paris, 1842; vol.III. Paris, 1843; vol.IX, Lisboa, 1864.

Rainha Santa. Cartas inéditas e outros documentos (Vd. Sebastião Antunes RODRIGUES, *1958*).

Recuento de las Casas Antiguas del Reino de Galicia, por Vasco de Aponte (Ed. por Manuel C. Diaz y Diaz et alii), Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1986

Subsídios para a História da Ordem de Malta. I - Index Histórico e Diplomatico do Cartorio de Laça mandado fazer por Frei Manuel de Almeida e Vasconcelos Bailio; II/III/IV - Livro dos Forais, Escripturas, Doações, Privilégios e Inquirições (Publ. por José Mendes da Cunha Saraiva), 3 Vols, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1944-1948.

Synodicon Hispanum (Dir. por Antonio Garcia y Garcia), Vol. II, ***Portugal*** (Ed. por F. Cantelar Rodríguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, A. Gutierrez Rodríguez e Isaías da Rosa Pereira), Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982. (*SH*)

Textos Antigos Portugueses. II - Testamento da Infanta D.Leonor Afonso (Vd. José Joaquim NUNES, *1906*).

Três Documentos em Português Antigo (Vd. Pedro de AZEVEDO, *1902*).

Vida e milagres de Dona Isabel rainha de Portugal (Ed. por José Joaquim Nunes), Coimbra, 1921.

Vimaranis Monumenta Historica a saeculo nono post Christum usque ad vicesimum, Partes I e II, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1929-1931. (*VMH*)

III. INSTRUMENTOS AUXILIARES DE PESQUISA

ABRANTES, Marquês de - *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989.

- *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa. Índices Esfragísticos* (Sep. de *Armas e Troféus*, VI[a] Série, Tomo I, n°s.1-3 (Jan.-Dez.), 1987/8).

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA - *Catálogo de Manuscritos. Série Vermelha*, 2 vols., Lisboa, A.C.L., 1978.

ALMEIDA, José Gaspar de - *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto e dos Cartórios Anexos*, Porto, Arquivo Distrital, 1935.

- *Índice-Roteiro dos chamados Livros de Originais (Colecção de Pergaminhos) do Cartório do Cabido da Sé do Pôrto*, Porto, Arquivo Distrital, 1936.

ANSELMO, António Joaquim - *Bibliografia das Bibliografias Portuguesas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923.

ARAÚJO, António de Sousa; SILVA, Armando B. Malheiro - *Inventário do Fundo Monástico-Conventual*, Braga, Arquivo Distrital, 1985.

Armorial Lusitano. Genealogia e Heráldica (Dir. de Afonso Eduardo Martins Zúquete), Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.

Atlas de Cidades Medievais Portuguesas (Org. de A.H. de Oliveira Marques, Iria Gonçalves e Amélia Aguiar Andrade), Lisboa, INIC, 1990.

AZEVEDO, Carlos A. Moreira - *Bibliografia para a História da Igreja em Portugal*, 5 vols., Porto, 1981-1987.

AZEVEDO, Pedro de - "Catálogo de manuscritos do Museu Etnológico Português", in *O Archeologo Português*, vols. XVII-XIX, Lisboa, 1912-1913.

AZEVEDO, Pedro de; BAIÃO, António - *O Archivo da Torre do Tombo. Sua história, corpos que o compõem e organização*, Lisboa, Academia de Estudos Livres, 1905.

AZEVEDO, Ruy de - "A Colecção Especial do Arquivo Nacional daTorre do Tombo. Sua génese e corpos que a formam. Reconstituição dêstes fundos pelos seus elementos arquivísticos. O itinerário do cartório de Moreira", in *Revista Portuguesa de História*, vol. III, Coimbra, 1947.

- *O Livro de Registo da Chancelaria de Afonso II de Portugal (1217-1221)* (Sep. do *Anuario de Estudios Medievales*, vol.4), Barcelona, 1967.

BAIÃO, António - *O Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.

- *A Segunda Incorporação de Pergaminhos Coimbrãos na Torre do Tombo*, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1956 (Sep. de *Arquivo Coimbrão*, vol.XIV).

Bibliographie de l'Histoire Médiévale en France (1965-1990) (Textes réunis par Michel Balard), Paris, Publications de la Sorbonne, 1992.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA - *Inventário. Secção I - Historia e Geografia (Séries I^{a} a III^{a})*, 3 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1889-1897.

BRÁSIO, António - "Arquivo Municipal de Viana do Castelo", in *Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, pp.94-150.

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO. Arquivo Histórico - *Lista dos Índices e Inventários*, Porto, Câmara Municipal, 1981.

CAMPOS, João Correia Ayres de - *Índice Chronologico dos Pergaminhos e Foraes existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra. Primeira Parte do Inventario do mesmo Archivo*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1863.

- *Índices e Summarios de Livros e Documentos mais Antigos e Importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra. Segunda Parte do Inventario do mesmo Archivo*, 3 vols., Coimbra, Câmara Municipal, 1867-1872.

CARVALHO, José Branquinho de - *Roteiro do Arquivo Municipal de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal, 1947.

CARVALHO, José Branquinho de; SILVA, Armando Carneiro da - *Catálogo dos Manuscritos do Arquivo Municipal de Coimbra*, Coimbra, Câmara Municipal, 1964.

Catalogo da Bibliotheca Publica Municipal do Porto. Indice preparatorio do catalogo de manuscritos (Ed. por Eduardo Augusto Allen), 8 vols., Porto, 1879-1896.

Catálogo de Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 22 vols., Coimbra, B.G.U.C., 1931-1972.

Catalogo de Tesis Doctorales sobre Geografia e Historia que se conservan en el Archivo de la Universidad Complutense de Madrid. 1900-1987, Madrid, A.D.E.S., 1988.

Catálogo dos Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, B.G.U.C., 1970.

CINTRA, Luís Filipe Lindley - *Les Anciens Textes Portugais non Littéraires. I - Classement et bibliographie. II - Observations sur l'ortographe et la langue de quelques textes non littéraires Galiciens-Portugais de la seconde moitié du XIII.e siècle* (Sep. da *Revue de Linguistique Romane*, Tomo XXVII), Estrasburgo, 1963.

CINTRA, Maria Adelaide do Valle - *Bibliografia de Textos Medievais Portugueses*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1960.

COSTA, Américo - *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, 12 vols., Porto, Liv. Civilização, 1929-1950.

COSTA, António Carvalho da - *Corografia Portugueza e Descripçam Topografica do famoso reyno de Portugal*, 2ªed., 3 vols., Braga, 1868-1869.

COSTA, Avelino de Jesus da - *Arquivos Eclesiásticos Portugueses. Origem e Evolução*, Lisboa, 1980 (Sep. de *Dicionário de História da Igreja*, vol.I, pp.515-554).

- *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 2ª ed., Braga, 1982.

COSTA, José Pereira da - "O Arquivo Nacional da Torre do Tombo", in *Revista de História Económica e Social*, nº 6 (Jul.-Dez.), Lisboa, 1980, pp.97-103.

DANTAS, Júlio - "O Arquivo do Cabido de Lisboa", in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, vol.I, nº2, 1915, pp.76-81.

- "O Cartório do Cabido da Sé de Évora", in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, vol.I, nº2, 1915, pp.95-98.

- "O Segundo ciclo de incorporações", in *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, vol.II, nº8, 1916, pp.119 e ss.

Dicionário de História de Portugal (Dir. de Joel Serrão), 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1961-1971.

Dicionário Ilustrado da História de Portugal, 2 vols., Lisboa, Publicações Alfa, 1985.

DIFFIE, Bailey W. - "Bibliography of the principal published guides to Portuguese Archives and Libraries", in *Actas do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Washington, 15-20 de Outubro de 1950*, Nashville, 1953, pp.161-188.

ESPANCA, Túlio - "Inventário do Primitivo Cartório da Câmara de Évora", in *A Cidade de Évora*, vol.VII, nº. 21/22 (Jan-Jun.), Évora, 1950, pp.165-184.

- "Inventário dos Antigos Arquivos da Câmara e do Real Celeiro Comum de Évora", in *A Cidade de Évora*, vol.VII, nº. 19/20 (Set.-Dez.), Évora, 1949, pp.23-124.

FARIA, António Machado de - *Os Manuscritos de Lousada na Biblioteca Nacional*, Lisboa, 1934.

FEIO, Alberto - "O Arquivo Distrital de Braga. Notas Histórico-Descritivas", in *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*, vol.I, Braga, 1920, pp.77-116.

FERNÁNDEZ DE VIANA Y VIEITES, José Ignacio - "Las fuentes documentales gallegas de la Edad Media. Estado de su publicación", in *El Museo de Pontevedra*, vol. XLIII, Pontevedra, 1989, pp.1-7.

FERREIRA, Carlos Alberto - *Índice abreviado das genealogias manuscritas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, 1937.

- *Índice abreviado das genealogias manuscritas da Biblioteca da Ajuda*, Lisboa, 1937.

FIGANIÈRE, Jorge Cesar de - *Bibliographia historica portugueza, ou Catalogo methodico dos auctores portuguezes, e de alguns estrangeiros domiciliados em Portugal, que tractaram da Historia civil, politica e ecclesiastica d'estes reinos e seus dominios, e das nações ultramarinas; e cujas obras correm impressas em vulgar, onde tambem se apontam muitos documentos e escriptos anonymos que lhe dizem respeito*, Lisboa, 1850.

FIGUEIREDO, A. Mesquita de - *Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Roteiro prático. Notas coligidas por ...*, Lisboa, Liv. Universal, 1922.

FRAZÃO, A.C.Amaral - *Novo Dicionário Corográfico de Portugal* (Revisto, aumentado e actualizado por A.A. Dinis Cabral), Porto, Liv. Figueirinhas, 1981.

FREITAS, Eugénio de Andrêa da Cunha e - "Arquivo Municipal de Vila do Conde", in *Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, pp.151-180.

GAMA, Eurico - "Arquivo Municipal de Elvas", in *Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976, pp.11-93.
- *Catálogo dos Pergaminhos do Arquivo Municipal de Elvas*, Coimbra, 1963.

GARCIA-CUBERO, Luis - *Bibliografia Heraldico-Genealogico-Nobiliaria de la Biblioteca Nacional*, Madrid, 1992.

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, 50 vols., Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1935-1987. (*GEPB*)

GUERRA, Luís Figueiredo da - "Indice dos Pergaminhos do Archivo da Câmara de Vianna", in *Archivo Viannense*, vol.I (1891), pp.43-44 e 58-60.

Guia da Bibliografia Histórica Portuguesa, vol.I, fasc. 1, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1959.

Guia do Arquivo da Universidade (sep. do *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, vol.I, Coimbra, 1973, pp.83-175).

GUIMARÃES, João Gomes de Oliveira - "Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Colegiada de Guimarães", in *O Archeologo Portuguez*, vol.IX-XIII (1904-1908).

Indice Bibliografico de los Cuadernos de Historia de España (1944-1979), Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1979.

Indice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1863-1872.

Índices da Revista Lusitana. Vols. I-XXXVIII (1887-1943), Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1967.

Índice das matérias contidas nos tômos dos Boletins da Associação dos Arqueólogos Portugueses de 1865 a 1921 (Coord. por Quirino da Fonseca), sep. de *Arqueologia e História*, vol.II, Lisboa, 1923, pp.5-51.

Índice de Autores da Revista «Biblos» (Artigos e críticas publicados nos volumes I a XVI), Coimbra, 1941.

Índice dos Elementos para a História do Município de Lisboa, 2 vols., Lisboa, Câmara Municipal, 1942-1943.

Indice geral dos documentos conteudos no Corpo Chronologico existente no Real Archivo da Torre do Tombo, 2 vols., Lisboa, 1845.

Inventario das Fontes Documentais da Galicia Medieval. I (Coord. de Xosé Ramón Barreiro Fernández), Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega, 1988.

Inventário dos Códices Alcobacenses, 6 vols., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1930-1978.

JIMÉNES GÓMEZ, Santiago - *Guia para el estudio de la Edad Media Gallega (1100-1480)*, Santiago de Compoetela, Universidad de Santiago de Compostela, 1973.

LAVADINHO, Domingos - *Manuscritos e outros documentos da Biblioteca Municipal de Elvas*, 2 vols., Elvas, 1945.

LOPES, João Baptista da Silva - *Diccionario Postal e Corografico do Reino de Portugal*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1894.

LOPEZ GOMEZ, Pedro - *Archivo del Reino de Galicia. Catalogo de Instrumentos de Descripción Documental*, Madrid, 1988.

MACHADO, José Pedro - *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1989[5]

MAGNE, Augusto - *Dicionário da Língua Portuguesa. Especialmente dos períodos medieval e clássico*, 2 vols., Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1950-1954.

MARQUES, A.H. de Oliveira - *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1988.

MARQUES, João Martins da Silva - *Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Ensaio de um Manual de Heurística e Arquivologia). I - Index Indicum* (sep. de *Ethnos*, vol.I (1935), pp.113-128).

MATTOSO, José - "Os cartórios dos mosteiros beneditinos na diocese do Porto", in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, I.N.-C.M., 1982, pp.553-590.

- "Documentos Beneditinos da Torre do Tombo", in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, I.N.-C.M., 1982, pp.653-750.

- "Inventário dos fundos de antigos mosteiros beneditinos existentes no Arquivo Distrital de Braga", in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, I.N.-C.M., 1982, pp.591-651.

MOREIRA, Domingos A. - *Freguesias da Diocese do Porto. Elementos Onomásticos Alti-Medievais. I Parte - Introdução Histórica Geral* (Sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.XXXIV, fasc.1-2, 1972), Porto, 1973.

- "Freguesias da Diocese do Porto. Elementos onomásticos alti-medievais. II Parte - Inventariação Onomástica", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.XXXV, fasc.3-4 (1972), pp.141-237 (A); IIª Série, vol.2 (1984), pp.7-86 (B-F); vol.3/4 (1985/86), pp.61-157 (G-O); vol.5/6, (1987/88), pp.7-53 (P); vol.7/8 (1989/90), pp.7-117 (R-V).

"**Noblesse Britannique. Bibliographie**", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I, Paris, 1978, pp.CCLXXI-CCLXXV.

"**Noblesse Espagnole. Bibliographie**", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I, Paris, 1978, pp.CXLIX-CLXV.

"**Noblesse Française. Bibliographie**", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I, Paris, 1978, pp.CCV-CCXIII.

"**Noblesse Italienne. Bibliographie**", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I, Paris, 1978, pp.CCCLXXVII-CCCLXXXII.

"**Noblesse Portugaise. Bibliographie**", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.II, Paris, 1979, pp.CCLXXIX-CCLXXXI.

Nobreza de Portugal e Brasil. Bibliografia, Biografia, Cronologia, Filatelia, Genealogia, Heráldica, História, Nobiliarquia e Numismática (Dir. de Afonso Zúquete), 3 vols., Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1960-1961.

NORTON, Manuel Artur; VASCONCELOS, Maria da Assunção - *Classificação Heraldico-Genealogica e Bibliográfica das "Armas e Troféus"*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1986.

PEREIRA, Gabriel - *O Archivo Municipal*, Évora, Minerva Eborense, 1887.
- *Catálogo dos Pergaminhos do Cartório da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1880.

PEREIRA, Isaías da Rosa - *Inventário Provisório do Arquivo da Cúria Patriarcal de Lisboa* (Sep. de *Lusitania Sacra*, vol.IX), Lisboa, 1972.
- *Manuscritos da Cúria Patriarcal de Lisboa* (Sep. de "Lumen"), Lisboa, 1966.

PESSANHA, D.José - "Uma rehabilitação historica - inventarios da Torre do Tombo no seculo XVI", in *Archivo Historico Portuguez*, vol.III, Lisboa, 1905, pp.287-303.

PESTANA, Manuel Inácio - *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança. Documentos Apógrafos e Originais do Século XIII ao Século XVIII*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1985.

PIMENTA, Belisário - "Alguns Manuscritos da Biblioteca Municipal", in *Arquivo Coimbrão*, vol.I, Coimbra, 1923-1924, pp.179-182.

PIMENTA, Rodrigo - *Índices da Revista de Guimarães (Volumes I a XL - 1884 a 1930)*, Famalicão, Sociedade Martins Sarmento, 1932.

PINTO, Sérgio da Silva - *Arquivo Municipal de Braga* (Sep. de *Bracara Augusta*, vol.XIII), Braga, 1962.

RAU, Virgínia - "Arquivos de Portugal", in *Estudos de História Medieval*, Lisboa, Ed. Presença, 1985, pp.178-210.

Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa (1974-1994) (Org. de Maria Helena da Cruz Coelho) Coimbra, Instituto Camões e Faculdade de Letras de Coimbra, 1995.

RIVARA, José Heliodoro da Cunha; MATOS, Joaquim António de Sousa Teles - *Catalogo dos Manuscriptos da Biblioteca Publica Eborense*, 4 vols., Lisboa, 1850-1871.

RIVERO, Casto M. del - "Indice de las personas, lugares y cosas notables que se mencionan en las Tres Cronicas de los Reyes de Castilla: Alfonso X, Sancho IV, Fernando IV", in *Hispania*, nsº 7 (pp.163-235), 8 (pp.323-406) e 9 (pp.557-618), Madrid, 1942.

Roteiro dos Arquivos Municipais Portugueses, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1976.

SILVA, António de Morais da - *Diccionario da Lingua Portugueza*, 2 vols., Lisboa, 1789.

SAMEIRO, António Pedro de S.A. - "Subsídios para uma bibliografia genealógica de algumas famílias do Alentejo", in *Cidade de Évora*, Ano XXVII-XXVIII (1970-71), pp.185-319.

SANTA ROSA VITERBO, Fr. Joaquim de - *Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram* (ed. crítica de Mário Fiúza), 3ª ed, 2 vols., Porto, Livraria Civilização-Editora, 1965-66.

SILVA JÚNIOR, António Joaquim Lopes da - *Os Reservados da Bibliotheca Publica de Évora. Catalogo methodico*, Coimbra, 1905-1907.

SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo (Carcavellos) - *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza*, 5 vols., Braga-Vila do Conde-Porto, Autor-Liv. Fernando Machado, 1916-1947.

SOUSA, Fernando de - *O Arquivo Municipal de Moncorvo*, Porto, 1982.

- "Relatório dos Arquivos a Norte do Douro", in *Revista de História Económica e Social*, nº 3 (Jan.-Jun.), Lisboa, 1979, pp.109-119.

SOUSA, Fernando de, *et al.* - *O Arquivo Municipal de Vila do Conde*, Vila do Conde, Câmara Municipal, 1991.

SOUSA, Ivo Carneiro de; AMORIM, Inês - *Inventário da Documentação Régia dos "Livros de Originais" do Cartório do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Arquivo Distrital, 1981.

TAROUCA, Carlos da Silva - *Estudos de História, Arte e Arqueologia. I - Inventário das Cartas e dos Códices Manuscritos do Arquivo do Cabido da Sé de Évora*, Évora, Edições Nazareth, 1946.

UNIVERSIDADE DO PORTO. Faculdade de Letras, Biblioteca Central -*"Fundo Primitivo" da Biblioteca Central (1919-1928)*, Porto, F.L.U.P., 1989.

VILLA OLIVEROS, Milagros; PARDO DE GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo - "Documentación medieval gallega en la «Colección Diplomática de Diversos» del Archivo Historico Nacional", in *El Museo de Pontevedra*, vol. XLIII, Pontevedra, 1989, pp.

IV. BIBLIOGRAFIA CITADA

ABRANTES, Marquês de

1966-69 "A Heráldica da Casa de Abrantes. I- Goes e Lemos; II- Silveiras e Pestanas; III- Valentes e Castelo-Brancos", in *Armas e Troféus*, IIª Série, Tomos VII a X, 1966-1969.

1969-70 "A Heráldica da Casa de Abrantes. Sás e Lancastres - Alcaides-Móres do Porto desde o séc. XIV", in *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vols. XXXII e XXXIII, 1969-1970.

1970 "A Heráldica Funerária do Conde D.Pedro de Meneses", in *Actas das 1.as Jornadas Arqueológicas*, vol.I, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1970, pp.165-221.

1982a *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. I - A Bandeira Heráldica de D.Afonso Sanches* (Sep. do *Boletim da Câmara Municipal de Cascais*), Cascais, 1982.

1982b *A Heráldica Medieval na Sé de Lisboa* (Sep. do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, IIIª Série, nº 88), Lisboa, 1982.

1982c *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. II - De novo o selo de D. Constança Gil* (Sep. de *Armas e Troféus*), Lisboa, 1982.

1983a *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. III - A Heráldica dos «Sousões» no Claustro do Silêncio de Alcobaça* (Sep. de *Armas e Troféus*, Vª Série, Tomo I), Lisboa, 1983.

1983b *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

1983c *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. IV - Um monumento heráldico português do séc. XIII* (Sep. das *Actas do XV Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*), Madrid, 1983.

1983d *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. V - Reis d'Armas ao serviço de D.Afonso III e D.Dinis?* (Sep. das *Actas do XV Congresso Internacional das Ciências Genealógica e Heráldica*), Madrid, 1983.

1984a *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. VI - Três Matrises Sigilares Medievais* (Sep. de *Miscelânia Histórica de Portugal*), Cascais, 1984.

1984b *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. VII - Da origem das Armas de Portugal (À guisa de recensão)* (Sep. de *Armas e Troféus*), Lisboa, 1984.

1985 *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. VIII - As armas da linhagem dos de Briteiros* (Sep. do *Boletim de Trabalhos Históricos*), Guimarães, 1985.

1986 *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. X - Armas dos de Riba-Douro* (Sep. de *Armas e Troféus*), Lisboa, 1986.

1987 *Apontamentos de Armaria Medieval Portuguesa. IX - A estatística ao serviço da Heráldica* (Sep. do *Arquivo de Ponte de Lima*), Ponte de Lima, 1987.

1989 *Quelques aspects de l'evolution de la noblesse portugaise vers la fin du Moyen-Âge* (Sep. de *Arquivos do Centro Cultural Portugês*, vol.XXVI), Paris, 1989.

1992 *Introdução ao Estudo da Heráldica Portuguesa*, Lisboa, ICALP, 1992.

ACKERLIND, Sheila R.

1990 *King Dinis of Portugal and the Alfonsine Heritage*, Nova Iorque, Peter Lang Publishing, 1990.

ALMEIDA, Ana Paula Ferreira Godinho de

1996 *A Chancelaria Régia e os seus Oficiais em 1462*, Porto, 1996 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de

1990 *Barcelos*, Lisboa, Ed. Presença, 1990.

ALMEIDA, Fortunato de

1967-71 *História da Igreja em Portugal*, 2ª ed., 4vols., Porto, Portucalense Editora, 1967-71.

ALMEIDA, Maria José Perez Homem de

1990 *Influências da Galiza (...)* (Vd. Manuel Luís **REAL** e ...).

ALVES, Francisco Manuel (Abade de Baçal)

1981 *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança. Vol.VI - Os Fidalgos*, 2ª Ed., Bragança, Museu do Abade de Baçal, 1981.

AMARAL, António Caetano do

1945 *Memórias. V- Para a história da Legislação e costumes de Portugal* (Ed. por M. Lopes de Almeida e César Pegado), 2ª ed., Porto, Liv. Civilização, 1945.

AMARAL, Luís Carlos

1988 *Por onde vem (...)* (vd. Armando Luís de Carvalho **HOMEM**, Amélia Aguiar Andrade, e...).

1995 *Um património laico no século XI: os bens fundiários de Pedro Lovesendes e de Dª Aragunte Mides* (Sep. de *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*), Guimarães, 1991.

ANDRADE, Amélia Aguiar

1986 *Paços de Ferreira na Idade Média (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Luís Krus e...).

1988 *Por onde vem (...)* (vd. Armando Luís de Carvalho **HOMEM**, Luís Carlos Amaral e...).

1989 *O Castelo e a Feira (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Luís Krus e...).

1993a *A Terra de Santa Maria (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Luís Krus e...).

1993b "Um Empreendimento Régio: a formação e desenvolvimento de uma rede urbana na fronteira noroeste de Portugal durante a Idade Média", in *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, nº 12, Lisboa, 1993, pp.121-125.

ANTUNES, João

1987 *A Família Cardona (...)* (Vd. Henrique **DAVID**, Amândio Barros, e...).

ANTUNES, José

1990 *Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca* (Sep. de *Revista de História das Ideias*, vol. XII), Coimbra, 1990.

ANTUNES, José; António Resende de OLIVEIRA, e João Gouveia MONTEIRO

1984 *Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão* (Sep. da *Revista de História das Ideias*, vol. VI), Coimbra, 1984.

AURELL Y CARDONA, Martí

1985 "La détérioration du satut de la femme aristocratique en Provence (Xe-XIIIe siècles)", in *Le Moyen Age*, Tomo XCI, n°1 (1985), pp.5-32.

AUTRAND, Françoise

1986 *Prosopographie et Genèse de L'État Moderne. Actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche scientifique et l'École Normale Supérieure de jeunes filles - Paris, 22-23 octob. 1984 (Édités par...)*, Paris, E.N.S.J.F., 1986.

AZEVEDO, Alfredo G., e Domingos A. MOREIRA

1973 *Fermedo. Aspectos da sua história*, Porto, 1973.

AZEVEDO, Francisco de Simas Alves de

1966 *Uma Interpretação Histórico-Cultural do Livro do Armeiro-Mor. Fastos significativos da história da Europa reflectidos num armorial português do séc. XVI*, Lisboa, 1966.

AZEVEDO, Julieta da Costa

1940 "Os elementos portugueses das Inquirições Gerais de 1220", in *Biblos*, vol.XVI (1940), pp.427-454.

AZEVEDO, Pedro de

1897a "Alguns sellos antigos do concelho de Santarém", in *O Archeologo Português*, vol.III, Lisboa, 1897, pp.173-176.

1897b "O Trovador Martim Soárez e seu filho João Martinz", in *Revista Lusitana*, vol.V, Lisboa, 1897, pp.114-136.

1902 "Três Documentos em Português Antigo", in *Revista Lusitana*, vol.VII (1902), pp.73-75.

1902-05 "Documentos Antigos da Beira. Cartório de Ferreira d'Aves", in *Revista Lusitana*, vol.VII (1902), pp.59-65, e vol.VIII (1903-05), pp.35-45.

1904 "Os de Vasconcellos", in *Archivo Historico Portuguez*, vol. II, nº 10, Lisboa, 1904, pp.363-380.

1905 "Urraca Machado, dona de Chellas", in *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, nº 1-2, Lisboa, 1905, pp.1-33.

1906 "Documentos Portugueses do Mosteiro de Chellas", in *Revista Lusitana*, vol.IX (1906), pp.259-276.

1908 "Documentos Portugueses de Pendorada do Século XIII", in *Revista Lusitana*, vol.XI, Lisboa, 1908, pp.79-95.

1910a "Documentos de Santa Maria de Aguiar (Castello Rodrigo)", in *Revista Lusitana*, vol.XIII (1910), pp.1-17.

1910b "Inquirição de 1336 sobre os milagres da Rainha D.Isabel", in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol.III, Lisboa, 1910, pp.294-303.

1911 "Documentos de Vairão (Século XII)", in *Revista Lusitana*, vol.XIV, Lisboa, 1911, pp.251-259.

1915 "A Colecção do Visconde da Carreira", in *Boletim da Segunda Classe [da Academia das Ciências de Lisboa]*, vol.VIII (1915), pp.210-217.

1918 "O Trovador Martim Soares e sua Família (Documentos)", in *Revista Lusitana*, vol.XXI, Lisboa, 1918, pp.246-279.

1976 "Documentos para a história marítima e comercial de Portugal nos reinados de D.Afonso IV a D.Duarte", in *Arquivo de História e Bibliografia*, vol. I, Lisboa, 1976, pp.26-88.

AZEVEDO, Rui Pinto de

1934 "Fronteiras entre Portugal e Leão em Ribacôa, antes do Tratado de Alcañices (1297)", in *Biblos*, vol.X, Coimbra, 1934, pp.454-466.

1962 "Ribacoa sob o domínio de Portugal no reinado de D.Afonso Henriques. O Mosteiro de Sª Mª de Aguiar de fundação portuguesa e não leonesa", in *Anais [da Academia Portuguesa da História]*, IIª Série, vol.XII (1962), pp.239-296.

AZNAR GIL, Federico

1989 *La Institución Matrimonial en la Hispania Cristiana Bajo-Medieval (1215-1563)*, Salamanca, Universidad Pontificia, 1989.

BALLESTEROS BERETTA, Antonio

1984 *Alfonso X El Sabio*, 2ª ed., Barcelona, Ediciones «El Albir», 1984.

BAPTISTA, Júlio César

1976 "Fundação de Montoito", in *A Cidade de Évora*, Ano XXXIII, nº 59, Évora, 1976, pp.109-145.

BAQUERO MORENO, Humberto

1961 *Subsídios para o Estudo da Sociedade Medieval Portuguesa. Moralidade e Costumes* (Tese de licenciatura policopiada), Lisboa, [1961].

1966 *Subsídios para o estudo da adopção em Portugal na Idade Média (D.Afonso IV a D.Duarte)* (Sep. da *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*, Série V (Ciências Humanas), vol. III), Lourenço Marques, 1966.

1967 *Subsídios para o estudo da legitimação em Portugal na Idade Média (D.Afonso III a D.Duarte)* (Sep. da *Revista dos Estudos Gerais Universitários de Moçambique*, Série V (Ciências Humanas), vol. IV), Lourenço Marques, 1967.

1973 *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico* (Sep. da *Revista das Ciências do Homem*, Série B, vol. IV), Lourenço Marques, 1973.

1979 *O Casamento no contexto da Sociedade Medieval Portuguesa* (Sep. de *Bracara Augusta*, vol. XXXIII), Braga, 1979.

1984 *A irmandade de Ribacoa nos fins do século XIII*, in *Alfonso X el Sabio: vida, obra, epoca*, Sevilha, 1984 (reed. in H.B.MORENO, *1986*, pp. 27-32.

1986 *Os Municípios Portugueses nos séculos XIII a XVI. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1986.

1987 *Exilados portugueses em Castela durante a crise dos finais do século XIV (1384-1388)*, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I, Porto, 1987 (reed. in H.B.MORENO, *1990*, pp.26-56).

1990 *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval. Estudos de História*, Lisboa, Ed. Presença, 1990.

BARROCA, Mário Jorge

1987 *Necrópoles e Sepulturas de Entre-Douro-e-Minho (Séculos V a XV)*, Porto, 1987 (Ed. policopiada).

1988 *A Ocupação Medieval em Castelo de Matos. Primeira abordagem* (Sep. de *Arqueologia*, nº17), Porto, 1988.

1989 *Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares* (Sep. de *Revista de História*, vol. IX), Porto, 1989.

1990-91 *Do castelo da Reconquista ao Castelo Românico* (Sep. de *Portugalia*, Nova Série, vol. XI-XII), Porto, 1990-91.

1992 *Medidas-Padrão Medievais Portuguesas* (Sep. de *Revista da Faculdade de Letras - História*, IIª Série, vol. IX), Porto, 1992.

1995 *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 4 Vols., Porto, 1995 (Dissertação de Doutoramento policopiada).

BARROCA, Mário Jorge, e António J. Cardoso MORAIS

1986 *A Terra e o Castelo. Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena* (Sep. de *Portugalia*, Nova Série, vol. VI-VII), Porto, 1986.

BARROS, Amândio

1987 *A Família Cardona (...)* (Vd. Henrique **DAVID**, João Antunes e...).

BARROS, Henrique da Gama

1945-54 *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed. (Ed. por Torquato de Sousa Soares), 11 vols., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1945-1954.

BASTOS, Manuel Pires

1985 *Macinhata da Seixa (...)* (vd. Maurício Antonino **FERNANDES** e...).

BECEIRO PITA, Isabel

1987 "Los dominios de la familia real castellana (1250-1350)", in *Génesis Medieval (...)* - vd. Adeline **RUCQUOI**, *1987*, pp.79-106.

1990 "La conciencia de los antepasados y la gloria del linaje en la Castilla Bajomedieval", in *Relaciones de Poder (...)* - vd. Reyna **PASTOR DE TOGNERI**, *1990*, pp.329-349.

BECEIRO PITA, Isabel, e Ricardo CORDOBA DE LA LLAVE

1990 *Parentesco, Poder y Mentalidad. La nobleza castellana. Siglos XII-XV*, Madrid, CSIC, 1990.

BEIRANTE, Maria Ângela

1980 *Santarém Medieval*, Lisboa, UNL - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980.

1982-83 "Capelas de Évora", in *A Cidade de Évora*, nº 65-66, Évora, 1982-83, pp.21-50.

1995 *Évora na Idade Média*, [Lisboa], FCG/JNICT, 1995.

BELMARTINO, Susana M.

1968 "Estructura de la familia y «edades sociales» en la aristocracia de León y Castilla según las fuentes literarias e historiograficas (siglos X-XIII)", in *Cuadernos de Historia de España*, Tomo 47-48 (1968), pp.256-328.

BENAVIDES, D. Antonio

1860 *Memorias de D.Fernando IV de Castilla*, 2 tomos, Madrid, Real Academia de la Historia, 1860.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca

1878-79 *Rainhas de Portugal. Estudo histórico com muitos documentos*, Lisboa, 1878-79.

BEZERRA, Manuel Gomes de Lima

1992 *Os Estrangeiros no Lima. I-II. III - Estudos sobre o Autor e a Obra* (Fac-Símile da 1ª ed. - 2 vols. Coimbra, 1785-91), 3 Vols., Viana do Castelo, Câmara Municipal, 1992.

BENAYAN CARMONA, Narciso

1978 "Una Princesa Armenia en Compostela en el Siglo XI: su genealogia", in *Estudios Genealogicos, Heraldicos y Nobiliarios en honor de Vicente de Cadenas y Vicent con motivo del XXV aniversario de la Revista Hidalguia*, Tomo I, Madrid, 1978, pp.131-153.

BETTENCOURT, Olga

1982 *As Inquirições como Fonte (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Luís Krus, e...).

BLOCH, R. Howard

1981 "Étymologies et Généalogies. Théorie de la langue, liens de parenté et genre littéraire", in *Annales. E,S.C.*, 36.e Année, nº5 (1981), pp.946-962.

BORLIDO, Armando Paulo Carvalho

1996 *A Chancelaria Régia e os seus Oficiais em 1463*, Porto, 1996 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

BORGES, Nelson Correia

1992 *Arte Monástica em Lorvão. Sombras e Realidades. I - Das origens a 1737*, vol.I, Coimbra, 1992.

BORRALHA, Conde da

1936 "Inquirições de D.Afonso II no Distrito de Aveiro", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.II (1936), pp.243-244 e 285-291.

BOURDIEU, Pierre

1972 "Les Stratégies Matrimoniales dans le système de reprodution", in *Annales. E.S.C.*, Ano 27, 1972, pp.1105-1127.

BRAGA, Paulo Drumond

s/d *A Simbologia do Poder nas moedas medievais portuguesas* (Sep. de *Arqueologia do Estado*), Lisboa, s/d.

BRANDÃO, Frei António

ML.IV *Monarquia Lusitana. Parte Quarta*, 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego), Lisboa, IN-CM, 1974.

BRANDÃO, Frei Francisco

ML.V *Monarquia Lusitana. Parte Quinta*, 3ª ed. (Introdução de A. Silva Rego), Lisboa, IN-CM, 1976.

ML.VI *Monarquia Lusitana. Parte Sexta*, 3ª ed., Lisboa, IN-CM, 1980.

BROOKE, Cristopher

1991 *The Medieval Idea of Marriage*, Oxford, University Press, 1991.

BULST, Neithard

1996 "Objet et Méthode de la Prosopographie", in *L'État Moderne et les Élites (XIIIe-XVIIIe Siècles). Apports et limites de la méthode prosopographique. Actes du colloque international CNRS-Paris I, 16-19 octobre 1991 (édités par Jean-Philippe GENET et Gunther LOTTES)*, Paris, 1996, pp.467-482.

CADENAS Y ALLENDE, F., e Faustino MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS

1978 "Histoire de la Noblesse Espagnole", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I, Paris, 1978, pp.CXIII-CXLVIII.

CAETANO, Marcelo

1981a *A Administração municipal de Lisboa durante a 1ª Dinastia (1179-1383)*, 2ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1981.

1981b *História do Direito Português. I- Fontes. Direito Público (1140-1495)*, Lisboa, Ed. Verbo, 1981.

CAIRNEY, C. Thomas

1989 *Clans and Families of Ireland and Scottland. An Ethnography of de Gael, A.D. 500-1750*, Londres, McFarland & Co., 1989.

CARON, Marie Thérèse

1987 *La Noblesse dans le Duché de Bourgogne (1315-1477)*, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1987.

1994 *Noblesse et Pouvoir Royal en France (XIIIe.-XVIe. siècle)*, Paris, Armand Colin, 1994.

CARRON, Roland

1989 *Enfant et Parenté dans la France Médiévale (Xe-XIIIe Siècles)*, Genève, Librairie Droz, 1989.

CARZOLIO DE ROSSI, Maria Ines

1985 "Apuntes sobre la renta de los señores gallegos de los siglos XIII a XV", in *Estudios de Homenaje a Don Claudio Sanchez Albornoz en sus 90 años - Anexos de Cuadernos de Historia de España*, Buenos Aires, 1985, pp.417-477.

CASEY, James

1990 *História da Família*, Lisboa Teorema, 1990.

CASTRO, Júlia Isabel Coelho Alves de

1993 *O Mosteiro de S.Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia (1345-1513)*, Porto 1993 (Dissertação de Mestrado, polic.)

CINTRA, Luís Filipe Lindley

1950 "O *Liber Regum* e outras fontes do Livro de Linhagens do Conde D.Pedro", in *Boletim de Filologia*, vol.XI (1950), pp.224-251.

COELHO, Maria Helena da Cruz

1977 *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XIII*, Coimbra, Universidade, 1977.

1983 *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1983.

1986 *Seia, uma terra de fronteira nos séculos XII-XIII*, Seia, Câmara Municipal, 1986.

1988 "O Poder e a Sociedade ao tempo de D.Afonso IV", in *Revista de História*, vol. VIII, Porto, 1988, pp.35-51.

1990a *Homens, Espaços e Poderes.* I- *Notas do Viver Social*; II- *Domínio Senhorial*, 2 vols., Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

1990b *O Arcebispo D.Gonçalo Pereira: um querer, um agir* (Sep. de *IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional - Actas*, vol. II/1), Braga, 1990.

1996 "Os Homens ao longo do tempo e do espaço", in *Nova História de Portugal* (vd. Joel **SERRÃO** e de A.H. de Oliveira **MARQUES**, *1996*, vol.III, pp.166-184).

COELHO, Maria Helena da Cruz, e Rui Cunha MARTINS

1993 *O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV)* (Sep. de *Theologica*, IIª Série, vol.XXVIII), Braga, 1993.

COELHO, Maria Helena da Cruz, e João José da Cunha MATOS

1986 *O Convento Velho de S.Domingos de Coimbra (Contributo para a sua história)* (Sep. de *Arquivo Histórico Dominicano Português*, vol. III/2), Porto, 1986.

COELHO, Maria Helena da Cruz, e Leontina VENTURA

1986a *A Mulher como um bem e os bens da mulher* (Sep. de *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Actas*, vol. I), Coimbra, 1986.

1986b *Vataça - Uma dona na vida e na morte* (Sep. de *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. I), Porto, 1986.

1987 "Os Bens de Vataça. Visibilidade de uma existência", in *Revista de História das Ideias*, vol. IX, Coimbra, 1987, pp.33-77.

CONDE, Manuel Sílvio Alves

1987 "Subsídios para o estudo dos gafos de Santarém (Séculos XIII-XV)", in *Estudos Medievais*, vol. 8, Porto, 1987, pp.99-170.

CONTAMINE, Philippe

1976 *La Noblesse au Moyen Âge (XIe-XVe Siècles). Essais à la mémoire de Robert Boutrouche. Réunis par...*, Paris, PUF, 1976.

1989 *L'État et les Aristocracies (France, Angleterre, Écosse) - XIIe-XVIIe. Actes de la table ronde organisée par le Centre National de la Recherche Scientifique. Maison française d'Oxford, 26 et 27 septembre 1986. Textes réunis et présentés par...*, Paris, ENS, 1989.

CORDOBA DE LA LLAVE, Ricardo

1986 "Las relaciones extraconyugales en la sociedad castellana bajomedieval", in *Anuario de Estudios Medievales*, vol.16 (1986), pp.571-619.

1990 *Parentesco (...)* (vd. Isabel **BECEIRO PITA**, e...).

COSTA, Adelaide Lopes Pereira Millan da

1989 *«Vereação» e «Vereadores»: o governo do Porto em finais do século XV*, Porto, 1989 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

COSTA, António Domingos de Sousa

1963 *Mestre Silvestre e Mestre Vicente, juristas da contenda entre D.Afonso II e suas irmãs*, Braga, Editorial Franciscana, 1963.

COSTA, Avelino de Jesus da

1947 "Documentos da Colegiada de Guimarães", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo III, Coimbra, 1947, pp.561-589.

1954 *Documentos medievais inéditos do mosteiro de Souto* (in A.J.COSTA, *1992*, pp.259-311).

1959 *O Bispo D.Pedro e a organização da Diocese de Braga*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1959.

1981 *Inventário de Bens e Obituário de Santa Maria da Alcáçova de Santarém* (Sep. do *Boletim da Universidade de Coimbra*, vol. 36), Coimbra, 1981.

1983a *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Coimbra nos Séculos XI a XVI* (Sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 38), Coimbra, 1983.

1983b *Comarca Eclesiástica de Valença do Minho. (Antecedentes da Diocese de Viana do Castelo)* (Sep. de *Actas do I Colóquio Galaico-Minhoto*), Ponte de Lima, 1983.

1985 *A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII* (Sep. de *Theologica*, vol. XVIII), Braga, 1985.

1992 *Estudos de Cronologia. Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992.

COSTA, M. Gonçalves da

1977-79 *História do Bispado e Cidade de Lamego.* I- *Idade Média: a mitra e o município*; II- *Idade Média: paróquias e conventos*, Lamego, 1977-79.

COSTA, Maria-Mercedes

1981 "Los Reyes de Portugal en la Frontera Castellano-Aragonesa (1304)", in *Medievalia*, nº2 (1981), pp.27-50.

COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida

1957 *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.

1961 *Raízes do Censo Consignativo. Para a história do crédito medieval português*, Coimbra, Atlântida Editora, 1961.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto

1993 *A Ordem Militar do Hospital em Portugal (Séculos XII-XIV)*, Porto, 1993 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

CROUCH, David

1992 *The image of aristocracy in Britain, 1000-1300*, Londres, Routledge, 1992.

CRUZ, Abel dos Santos

1995 *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*, Porto, 1995 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

CRUZ, António

1938 *Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro. Com apêndice de estudos sobre as Ordenações Afonsinas e de documentos do cartório do Mosteiro de Sto. Tirso de Riba d'Ave*, Coimbra, Atlântida Editora, 1938.

1945 *Alguns documentos medievais do cartório de São Bento da Avé-Maria* (Sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. VIII), Porto, 1945.

1973 *Tempos e Caminhos*, Porto, Faculdade de Letras, 1973.

1981 "O Mosteiro de Souto. Um cenóbio medieval de Guimarães ao serviço da terra e do homem", in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada - 850º Aniversário da Batalha de S.Mamede (1128-1978) - Actas*, vol.III, Guimarães, 1991, pp.85-104.

1987 *Paleografia Portuguesa. Ensaio de Manual*, Porto, Universidade Portucalense, 1987.

CRUZ, Guilherme Braga da

1941-47 *O Direito de Troncalidade e o Regime Jurídico do Património Familiar*, 2 vols., Braga, Livraria Cruz, 1941-1947.

CUNHA, Arlindo Ribeiro da

1961 "Os Machados da Torre de Geraz", in *O Distrito de Braga*, Ano I, fasc.I-II, Braga, 1961, pp.25-58.

CUNHA, Mafalda Soares da

1990 *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1990.

CUNHA, Maria Cristina de Almeida

1989a *A Comenda de Oriz da Ordem de Avis* (Sep. de *Bracara Augusta*, vol. XL), Braga, 1989.

1989b *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, Porto, 1989 (Ed. policopiada).

1995 *A Ordem de Avis e a Monarquia Portuguesa até ao final do reinado de D.Dinis* (Sep. da *Revista da Faculdade de Letras - História*, IIª Série, vol.XII), Porto, 1995.

CUNHA, Maria Cristina de Almeida, e Maria Cristina Gomes PIMENTA

1984 *A Casa Senhorial do Infante D.Henrique: organização social e distribuição regional* (Sep. de *Revista da Faculdade de Letras - História*, IIª Série, vol. I), Porto, 1984.

CUNHA, Mário Raul de Sousa

1991 *A Ordem Militar de Santiago (das origens a 1327)*, Porto, 1991 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

CUNHA, D.Rodrigo da

1634-35 *Primeira (e Segunda) Parte da Historia Ecclesiastica dos Arcebispos de Braga, e dos Santos, e Varões illustres, que florecerão neste Arcebispado*, 2 vols., Braga, 1634-1635.

DAVID, Henrique

1986 *Os Portugueses nos Livros de «Repartimiento» da Andaluzia (Século XIII)* (Sep. da *Revista da Faculdade de Letras-História*, IIª Série, vol. III), Porto, 1986.

1989 *Os Portugueses e a reconquista castelhana e aragonesa do século XIII* (Sep. das *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. III), Porto, 1989.

DAVID, Henrique, Amândio BARROS e João ANTUNES

1987 "A Família Cardona e as relações entre Portugal e Aragão durante o reinado de D.Dinis", in *Revista da Faculdade de Letras-História*, IIª Série, vol. IV, Porto, 1987, pp.69-87.

DAVID, Henrique, e José Augusto de Sotto Mayor PIZARRO

1987 "Nobres Portugueses em Leão e Castela (Século XIII)", in *Revista de História*, vol. VII, Porto, 1987, pp.135-150.

1989 "A Conquista de Faro. O reavivar de uma questão", in *Revista de História*, vol. IX, Porto, 1989, pp.63-75.

DIAS, João José Alves

1980 *Itinerário de D.Afonso III (1245-1279)* (Sep. de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol.XV), Paris, 1980.

DIAS, Nuno José Pizarro Pinto

1990 *Chaves Medieval (Séculos XIII e XIV)* (Sep. da *Revista Aquae Flaviae*, nº 3), Chaves, 1990.

DUBY, Georges

1977 *Hombres y Estructuras de la Edad Media*, Madrid, Siglo XXI, 1977.

1988a *Mâle Moyen Âge. De l'amour et autres essais*, Paris, Flammarion, 1988.

1988b *O Cavaleiro, a Mulher e o Padre. O casamento na França feudal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988.

1989 *A Sociedade Cavaleiresca*, Lisboa, Teorema, 1989.

DUBY, Georges, e Jacques LE GOFF

1977 *Famille et Parenté. Actes du Colloque de Paris (6-8 Juin 1974) organisé par l'École Pratique des Hautes Études (VIe Section) en collaboration avec le Collège de France et lÉcole Française de Rome. Communications et débats présentés par ... et Jacques LE GOFF*, Roma, École Française de Rome, 1977.

DURAND, Robert

1982 *Les Campagnes Portugaises Entre Douro et Tage aux XII.ème et XIII.ème siècles*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

ESPERANÇA, Fr. Manuel da

1656-66 *Historia seraphica da Ordem dos Frades menores na provincia de Portugal. (Partes I e II)*, 2 vols., Lisboa, 1656-66.

ESPINOSA, Fernanda

1972 *Escritos Históricos* (Ed. por A.H. de Oliveira Marques), Porto, Porto Editora, 1972.

FEIO, Alberto

1920-21 "Pergaminhos da Colecção Cronológica do Arquivo Distrital de Braga", in *Boletim da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga*, vols.I-II, Braga, 1920-1921.

FARIA, António Machado de

1944a *Origens da Heráldica Medieval Portuguesa*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1944.

1944b "Os nobiliários medievais portugueses", in *Arquivo Histórico de Portugal*, Iª Série, vol.V (1944).

1977 "Livros de Linhagens Medievais", in *A Historiografia Portuguesa anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Lisboa, 1977, pp.17-20.

FERNANDES, A. de Almeida

1950 *Os Bezerras e a Torre Senhorial de Ferreirim* (Sep. de *Acção Católica*), Braga, 1950.

1958 "Como nasceu Viana", in *Arquivo do Alto Minho*, vol.VIII, Tomo II, Viana, 1958, pp.105-187.

1959 "Ponte de Lima na Alta Idade Média (Como se fundou a vila)", in *Arquivo do Alto Minho*, vol.IX, Tomo II, Viana, 1959, pp.73-235.

1960 *Acção das Linhagens no Repovoamento e na Fundação da Nacionalidade* (Sep. de *Douro Litoral*, IXª Série, vol.III), Porto, 1960.

1964-66 "Arouca na Idade Média Pré-Nacional", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vols.XXX a XXII, Aveiro, 1964-1966.

1970 *Esparsos de História (Sécs. XII e XIII) com 143 documentos inéditos (73 do séc. XII)* (Sep. do *Boletim da Casa Regional da Beira-Douro*, Anos XV-XIX, 1966-1970), Porto, 1970.

1970-71 *A Honra de Gouviães e a sua Estirpe (Séculos XII-XV)* (Sep. de *Armas e Troféus*), Braga, 1970-1971.

1972 *Território e Política Portugalenses (Sécs. VI-XII)* (Sep. de *O Tripeiro*, IVª Série, Anos X-XII, 1970-1972), Porto, 1972.

1972a "A Estirpe Vianense dos Velhos (Origens e Inícios)", in *Arquivo do Alto Minho*, 2ª Série, vol.IX, Tomos I e II, Viana Do Castelo, 1972-73, pp.47-83 e 121-146.

1973 *Portugal no Período Vimaranense (868-1128)* (Sep. da *Revista de Guimarães*), Guimarães, 1973.

1974 *Acção dos Cistercienses de Tarouca (As granjas nos sécs. XII e XIII)* (Sep. da *Revista de Guimarães*, vol.LXXXIII), Guimarães, 1974.

1978a *A Nobreza na época vimarano-portugalense (Problemas e Relatórios). Parte I-Problemata*, (Sep. da *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVII), Guimarães, 1978.

1978b *Guimarães, 24 de Junho de 1128. Nos 850 Anos da Batalha de S.Mamede* (Sep. da *Revista de Guimarães*, vol. LXXXVIII), Guimarães, 1978.

1979-82 "O Livro das Doações da Salzeda", in *Beira Alta*, vol.XXXVIII (1979), pp.407-439 e 751-768; vol.XXXIX (1980), pp.81-102 e 427-457; vol.XL (1981), pp.99-134, 341-380 e 505-545; e vol.XLI (1982), pp.93-134, 399-432 e 605-648.

1985 *Os primeiros documentos de Santa Maria de Salzeda (até à morte da fundadora). Comentários e defesa* (Sep. de *Revista de Guimarães*, vols.XCIV e XCV), Guimarães, 1985.

1990a *Homenagem de Lalim ao Conde Dom Pedro. A História de Lalim*, Lamego, Câmara Municipal, 1990.

1990b *Tarouca na História de Portugal. Parte I (até aos séculos XII-XIII). Volume I (Livros I a V)*, Viseu, Câmara Municipal de Tarouca, 1990.

1991 *Faria 1127-1128, e não Feira*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, 1991.

1991-93 *Taraucae Monumenta Historica. I- Livro das Doações de Tarouca. I/1: Documenta; I/2: Indices & Studia (Anthroponymia); I/3: Indices & Studia (Toponymia. Institutiones. Communia Verba). Leitura, sumários e notas de ...*, 3 vols. publ., Braga, Câmara Municipal de Tarouca, 1991-93.

FERNANDES, Fátima Regina

1996 *O Reinado de D.Fernando no âmbito das relações régio-nobiliárias*, Porto, 1996 (Dissertação de Doutoramento, policopiada).

FERNANDES, Maurício Antonino

1989 *Felgueiras de Ontem e de Hoje*, Felgueiras, Câmara Municipal, 1989.

FERNANDES, Maurício Antonino, e Manuel Pires BASTOS

1985 *Macinhata da Seixa. Documentada mostragem da terra e evolução do seu povo*, Oliveira de Azeméis, Câmara Municipal, 1985.

FERREIRA, J. Augusto

1923-24 *Memórias archeologico-historicas da cidade do Porto (Fastos Episcopaes e Políticos). Séc. VI- Séc. XX*, 2 vols., Porto, Cruz & Cia.-Editores, 1923-24.

1925 *Os Túmulos do Mosteiro de Santa Clara de Villa do Conde, Estudo histórico, seguido do Catalogo das Abbadessas do referido Mosteiro, no qual estão representadas as principais «casas nobres» do Entre-Douro-e-Minho*, Porto, Marques Abreu, 1925.

1928-35 *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Séc. III- Séc. XX). Obra illustrada com os breazões dos respectivos Arcebispos desde o século XIV-XV*, 4 vols., Braga, Mitra Bracarense, 1928-35.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão

1990 *"Pinheiros" e "Mendanhas" de Barcelos em confronto por finais do século XV (1489/1490)* (Sep. de *Revista de Ciências Históricas*, vol.V), Porto, 1990.

1991-92 *Barcelos Terra de Condes. Uma abordagem preliminar* (Sep. de *Barcelos Revista*), Barcelos, 1991-92.

1995 *As quintãs "de Gominhães" e a coexistência medieval de um topónimo* (Sep. das *Actas do Congresso Histórico Comemorativo dos 150 Anos do Nascimento de Alberto Sampaio*), Guimarães, 1995.

FICALHO, Conde de

1979 *Notas históricas acerca de Serpa e o elemento árabe na linguagem dos pastores alentejanos*, Lisboa, 1979.

FIGUEIREDO, José Anastásio de

1800 *Nova Historia da Militar Ordem de Malta e dos Senhores Grão-Priores della em Portugal*, 3 vols., Lisboa, 1800.

FONSECA, Luís Adão da

1982 *O Condestável D.Pedro de Portugal*, Porto, INIC, 1992.

1985 *La Historiografia Medieval Portuguesa (1940-1984)* (Sep. de *III Conversaciones Internacionales de Historia. La Historiografia en Occidente desde 1945*), Pamplona, 1985.

FOSSIER, Robert

1986 "L'ère féodale (XIe-XIIIe siècle)", in *Histoire de la Famille* (sous la direction de André Burguière, Christiane Klapisch-Zuber, Martine Segalen, Françoise Zonabend), vol.I, Paris, Armand Colin, 1986, pp.361-383.

1995 "Seigneurs et Seigneuries au Moyen Âge", in *Seigneurs et Seigneuries au Moyen Âge. Actes du 117e Congrès national des Sociétés Savantes. Clermont-Ferrand, 1992*, Paris, Ed. du C.T.H.S., 1995, pp.13-24.

FOX, Robin

1986 *Parentesco e Casamento. Uma perspectiva antropológica*, Lisboa, Ed. Vega, 1986.

FRANKLIN, Francisco Nunes

1816 *Memória para servir de índice aos foraes das terras do reino de Portugal e seus domínios*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1816.

FREIRE, Anselmo Braamcamp

1899-1900 "Sêllo do Padre-Mestre Gonçalo Origiis, dominicano de Santarém", in *O Archeologo Português*, vol.V, Lisboa, 1899-1900, pp.24-26.

1906a *A Honra de Resende* (Sep. do *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV), Lisboa, 1906.

1906b *D.João de Aboim* (Sep. do *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV), Lisboa, 1906.

1916 "Inventários e contas da Casa de D.Denis (1278-1282)", in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. X (1916), pp.41-59.

1973 *Brasões da Sala de Sintra*, 3ª ed., 3 vols., Lisboa, IN-CM, 1973.

1989 *Armaria Portuguesa*, Lisboa, Cota d'Armas, 1989 (Fac-Símile da 1ª ed., s./data).

FREITAS, Eugénio de Andrêa da Cunha e

1941 *O Préstimo de Avioso, na Terra da Maia* (Sep. do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol.IV, fascs. II e III, 1941).

1949 "O Castelo de Paranho, em Terroso (Póvoa de Varzim)", in *Douro Litoral*, IIIª Série, vol.VII, Porto, 1949, pp.51-53.

1962 *Gerações medievais portuguesas - Cavaleiros e escudeiros do Casal* (Sep. dos *Anais [da Academia Portuguesa da História]*, IIª Série, vol.XII), Lisboa, 1962.

1963 *Nuno Gonçalves, Alcaide de Faria - tentativa de identificação* (Sep. de *Armas e Troféus*, 2ª série, tomo IV, Braga, 1963).

1965 "O Conde D.Martim Gil. Quem era? Quando morreu?", in *Armas e Troféus*, IIª Série, Tomo VI, 1965, pp.260-269.

1976 *Sepulturas medievais na Sé do Porto* (Sep. do *Boletim dos Amigos do Porto*, Porto, 1976).

1977a "Um Inédito de Gaspar Álvares de Lousada: o Mosteiro de Fonte Arcada e os seus Fundadores", in *A Historiografia Portuguesa Anterior a Herculano. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1977, pp.105-117.

1977b *Carvalhos de Basto. A descendência de Martim Pires de Varvalho, cavaleiro de Basto*, vol.I, Porto, 1977.

1990 "O Mosteiro de S.Simão da Junqueira. Padroeiros, herdeiros e naturais. Uma nota à margem do Livro de Linhagens do Conde D.Pedro: da verdadeira origem dos de Cunha", in *IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol.I, Braga, 1990, pp.679-688.

FREITAS, Judite Antonieta Gonçalves de

1991 *A Burocracia do "Eloquente" (1433-1438). Os textos, as normas e as gentes*, 2 vols., Porto, 1991 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes

1922-28 *Sancho IV de Castilla*, 3 vols., Madrid, 1922-28.

GARCIA, João Carlos

1986 *O espaço medieval da reconquista no sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.

GARCIA ALVAREZ, Manuel-Ruben

1975 *Galicia y los Gallegos en la Alta Edad Media*, 2 vols., Santiago de Compostela, Ed. Pico Sacro, 1975.

GARCIA FERNÁNDEZ, Manuel

1989 *El Reino de Sevilla en tiempos de Alfonso XI (1312-1350)*, Sevilha, Diputación Provincial de Sevilla, 1989.

1991 "Jaime II y la minoria de Alfonso XI (1312-1325). Sus relaciones con la sociedad politica castellana", in *Historia. Instituciones. Documentos*, vol.18 (1991), pp.143-181.

1992 *Don Dionis de Portugal y la minoria de Alfonso XI de Castilla (1312-1325)* (Sep. de *Revista da Faculdade de Letras - História*, IIª Série, vol.IX), Porto, 1992.

GARCIA ORO, José

1981 *La Nobleza Gallega en la Baja Edad Media. Las casas nobles y sus relaciones estamentales*, Santiago de Compostela, Editorial de los Bibliofilos Gallegos, 1981.

GAUCHER, Elisabeth

1994 *La Biographie Chevaleresque. Typologie d'un genre (XIIIe.-XV.e siècle)*, Paris, Honoré Champion Éditeur, 1994.

GAUDEMET, Jean

1993 *El matrimonio en Occidente*, Madrid, Taurus, 1993.

GAYO, Felgueiras

1989-90 *Nobiliário de Famílias de Portugal*, 2ª ed. anotada, 12 vols., Barcelos, 1989-90 (Fac-Símile da 1ª ed., de Agostinho de Azevedo Meireles e Domingos de Araújo Afonso, 1938-1941).

GENET, Jean-Philippe e Gunther LOTTES

1996 *L'État Moderne et les Élites (XIIIe-XVIIIe Siècles). Apports et limites de la méthode prosopographique. Actes du colloque international CNRS-Paris I, 16-19 octobre 1991 (édités par...)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1996.

GÉNICOT, Léopold

1960 *L'Économie namuroise au bas Moyen Âge. II - Les hommes, la noblesse*, Lovaina, 1960 (*Récueil de Travaux d'Histoire et de Philologie*, 4ª série, fasc.20).

1975 *Les Généalogies* (Fasc. 15 das *Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental*), Brepols, 1975.

198 *2La Noblesse dans l'Occident Médiéval*, Londres, Variorum Reprints, 1982.

GERBET, Marie-Claude

1994 *Les Noblesses Espagnoles (XI.e-XV.e Siècle)*, Paris, Armand Colin, 1994.

GOMES, Paulo Dordio

1993 "O Povoamento Medieval em Trás-os-Montes e no Alto-Douro. Primeiras impressões e hipóteses de trabalho", in *Arqueologia Medieval*, nº2, Mértola, 1993, pp.171-190.

GOMES, Rita Costa

1987 *A Guarda Medieval (1200-1500)*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.

1995 *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

GOMES, Saúl António

1988 *Documentos medievais de Santa Cruz de Coimbra. I- Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Sep. de *Estudos Medievais*, nº 9), Porto, 1988.

1993a *A afirmação da freguesia de Santa Margarida do Arrabal (Leiria) - da Idade Média ao século XVI* (Sep. de *Arrabal- Terra de Santa Margarida. Quatro Séculos de História*, Leiria, 1993, pp.146-194.

1993b *Leiria na Crise (...)* (Vd. Leontina **VENTURA** e...).

1995a *Introdução à História do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal, 1995.

1995b *A população e o povoamento de Leiria do século XII ao XVI* (Sep. de *Leiria-Fátima*, Ano III), Leiria, 1995.

GONÇALVES, Iria

1978 "O entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII (Dir. de ...)", in *Revista da Faculdade de Letras*, IV[a] Série, vol.2 (1978), Lisboa, pp.399-440.

GONÇALVES, José Pires

1975 "A "Defesa" e Solar do Esporão no termo de Monsaraz", in *A Cidade de Évora*, Ano XXXII, nº 58, Évora, 1975, pp.27-81.

GONZÁLEZ, Julio

1944 *Alfonso IX*, 2 vols., Madrid, CSIC, 1944.

1960 *El reino de Castilla en la epoca de Alfonso VIII*, 3 vols., Madrid, CSIC, 1960.

1980-86 *Reinado y Diplomas de Fernando III*, 3 vols., Córdova, Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros, 1980-86.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel

1993a *Alfonso X El Sabio (1252-1284)*, Palencia, Ed. La Olmeda, 1993.

1993b "Algunas questiones en torno a los señorios andaluces del siglo XIII", in *Señorio y Feudalismo en la Peninsula Iberica. SS.XII-XIX. Actas*, vol.I, Saragoça, 1993, pp.535-554.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, Cesar

1976 *Fernando IV de Castilla (1295-1312). La guerra civil y el predominio de la nobleza*, Victoria, 1976.

1995 *Fernando IV (1295-1312)*, Palencia, Ed. La Olmeda, 1995.

GOODY, Jack

1985 *L'Évolution de la Famille et du Mariage en Europe*, Paris, Armand Colin, 1985.

GUENÉE, Bernard

1978 "Les généalogies entre l'histoire et la politique: la fierté d'être capétien, en France, au Moyen Âge", in *Annales. Économies-Sociétés-Civilizations*, 33e. Année, nº3 (1978), pp.450-477.

GUERRA, Luís de Bivar

1978 "Cem Anos de Genealogia (1877-1977)", in *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950. Actas do Colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, pp.157-179.

1979 "La Noblesse Portugaise", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.III, Paris, 1979, pp. XCV-CXV.

GUERRA, Luís de Figueiredo da

1891 "Elementos para a história do concelho de Vianna. Documentos para a historia de Vianna", in *Archivo Viannense*, vol.I, 1891.

1907 "Fernão Anes de Lima", in *Archivo Historico Portuguez*, vol.V (1907), pp.266-271.

1925 "Torres Solarengas do Alto Minho", in *O Instituto*, vol.72 (1925), pp.415-465.

GUERREAU-JALABERT, Anita

1981 "Sur les structures de parenté dans l'Europe médiévale", in *Annales. E.S.C.*, Ano 36, nº6 (1981), pp.1028-1049.

1990 "El sistema de parentesco medieval: sus formas (real/espiritual) y su dependencia con respecto a la organización del espacio", in *Relaciones de Poder (...)* -vd. Reyna **PASTOR DE TOGNERI**, *1990*, pp.85-105.

GUIMARÃES, Gonçalves

1990 *Trovadores Medievais de Gaia*, Vila Nova de Gaia, 1990.

GUIMARÃES, Oliveira [Abade de Tagilde]

1896 *Documentos inéditos dos séculos XII-XIV relativos ao Mosteiro de S.Salvador de Souto*, Porto, Typ. de António José da Silva Teixeira, 1896.

HEERS, Jacques

1974 *Le Clan Familial au Moyen Age. Étude sur les structures politiques et sociales des milieux urbains*, Paris, PUF, 1974.

HERCULANO, Alexandre

1854 *Memória sobre a origem provável dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1854.

1980 *História de Portugal desde o começo da Monarquia até o fim do reinado de Afonso III* (Prefácio e notas críticas de José Mattoso), 4 vols., Lisboa, Livraria Bertrand, 1980.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho

1990 *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC, 1990.

1994 *Dionisius et Alfonsus, dei gratia regis e communis utilitatis gratia legiferi* (Sep. de *Revista da Faculdade de Letras. História*, IIª Série, vol.XI), Porto, 1994.

1996 "A Dinâmica Dionisina", in *Nova História de Portugal* (vd. Joel **SERRÃO** e A.H. de Oliveira **MARQUES**, *1996*, vol.III, pp.144-163).

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, Amélia Aguiar ANDRADE e Luís Carlos AMARAL

1988 *Por onde vem o medievismo em Portugal?* (Sep. da *Revista de História Económica e Social*, nº22), Lisboa, 1988.

IRIA, Alberto

1956 *Descobrimentos Portugueses. O Algarve e os Descobrimentos*, 2 vols., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1956.

JESUS, Frei Rafael de

ML.VII *Monarquia Lusitana. Parte Sétima*, 2ª ed., Lisboa, IN-CM, 1985.

JULAR PEREZ-ALFARO, Cristina

1990 *Los Adelantados y Merinos Mayores de Leon (Siglos XIII-XV)*, Leon, Universidad de Leon, 1990.

KLAPISCH-ZUBER, Christianne

1983 "L'invention du passé familial à Provence (XIVe.-XVe. siècles)", in *Temps, Mémoires et Tradition au Moyen Âge*, Aix-en-Provence, 1983, pp.97-118.

KRUS, Luís

1981 *Escrita e poder: as Inquirições de Afonso III* (reed. em *1994*, pp.35-57).

1982 *As Inquirições de 1258 como Fonte (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Olga BETTENCOURT, e...).

1986 *Paços de Ferreira na Idade Média (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Amélia Aguiar ANDRADE, e...).

1988-89 "Património e linhagem: origens familiares e origens do reino nos finais do século XIII", in *O Estudo da História*, IIª Série, nº7/9 (1988-89), pp.36-42.

1989a *A Concepção Nobiliárquica do Espaço Ibérico. Geografia dos Livros de Linhagens Medievais Portugueses (1280-1380)*, Lisboa, 1989 (Dissertação de Doutoramento - Policopiada).

1989b *D.Dinis e a Herança dos Sousas. O Inquérito Régio de 1287* (Reed. em *1994*, pp.59-99).

1989c *O Castelo e a Feira (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Amélia Aguiar ANDRADE, e...).

1993 *A Terra de Santa Maria (...)* (Vd. José **MATTOSO**, Amélia Aguiar ANDRADE, e...).

1994 *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994.

LA FIGANIÈRE, Frederico Francisco de

1859 *Memórias das Rainhas de Portugal. D.Theresa - Santa Isabel*, Lisboa, Typographia Universal, 1859.

LA FORCE, Duc de

1978 "Histoire de la Noblesse Française", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I (1978), pp.CLXVII-CXCIV.

LADERO QUESADA, Miguel Angel

1976 "Los Estados Peninsulares a la muerte de Alfonso X el Sabio", in *VII Centenario del Infante Don Fernando de la Cerda (1275-1975)*, Ciudad Real, Instituto de Estudios Manchegos, 1976, pp.311-337.

LAPA, Manuel Rodrigues

1965 *Cantigas D'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses. Edição crítica pelo Prof...*, s/l., Ed. Galaxia, 1965.

LE GOFF, Jacques

1977 *Famille et Parenté (...)* (vd. Georges **DUBY**, e ...).

LIRA, Sérgio

1993 *O Mosteiro de S.Simão da Junqueira (dos primórdios a 1300*, 2 vols., Porto, 1993 (Dissertação de Mestrado).

LOMAX, Derek W.

1982 "El Rey Don Diniz de Portugal y la Orden de Santiago", in *Hidalguia*, vol.XXX (1982), pp.477-487.

LOPES, Francisco Félix

1953a "Santa Isabel de Portugal. A larga contenda entre el-Rei D.Dinis e seu filho D.Afonso", in *Itinerarium*, Ano IV, nº1 (Jan.), Braga, 1953, pp.3-41.

1953b "Fundação do mosteiro de Santa Clara de Coimbra. Problema de direito medieval", in *Itinerarium*, Ano IV, nº2 (Maio), Braga, 1953, pp.166-192.

1953c "O Culto de Santa Clara em Portugal", in *Itinerarium*, Ano IV, nº3 (Dez.), Braga, 1953, pp.356-364.

1962-63 "Das actividades políticas e religiosas de D.Fr. Estêvão, bispo que foi do Porto e de Lisboa", in *Lusitania Sacra*, Tomo VI, Lisboa, 1962-1963, pp.25-90.

1963 "Data e circunstâncias do casamento da Rainha Santa Isabel", in *Itinerarium*, Ano IX, Braga, 1963, pp.193-219.

1964 "O Infante D.Afonso irmão de el-Rei D.Dinis", in *Itinerarium*, Ano X, Braga, 1964, pp.190-220.

1965 "Alguns documentos respeitantes a D.Pedro conde de Barcelos", in *Itinerarium*, Ano XI, Braga, 1966, pp.486-503.

1967a "O primeiro manifesto de El-Rei D.Dinis contra o Infante D.Afonso seu filho e herdeiro", in *Itinerarium*, Ano XIII, Braga, 1967, pp.17-45.

1967b "Actividades pacificadoras de S.Isabel de Portugal nos dissídios entre Castela e Aragão de 1300 a 1304", in *Itinerarium*, Ano XIII, Braga, 1967, pp.288-339.

1967-69 "Santa Isabel na contenda entre D.Dinis e o filho (1321-1322)", in *Lusitania Sacra*, Tomo VIII, Lisboa, 1967-1969, pp.57-80.

LOTTES, Gunther

1996 *L'État Moderne et les Élites (...)* (vd. Jean-Philippe **GENET**, e ...).

LOURO, Henrique da Silva

1968-71 "O Livro mais antigo da Sé de Évora", in *A Cidade de Évora*, Anos XXV-XXVI e XXVII-XXVIII, Évora, 1968-1971.

MADAHIL, António Gomes da Rocha

1933-35 "Documentos para o estudo da cidade de Coimbra na Idade Média", in *Biblos*, vols.IX-XI, 1933-35.

1940 *Documentos Medievais do Convento de Seiça certificados por Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo* (Sep. de *Revista de Guimarães*), Guimarães, 1940.

1942-43 "Pergaminhos do Arquivo Municipal de Coimbra", in *Arquivo Coimbrão*, vol.VI (1942), pp.263-284, e vol.VII (1943), pp.300-335.

1968 *O Cartulário seiscentista da Mitra de Braga, «Rerum Memorabilium»* (Sep. de *Boletim Cultural [da Câmara Municipal do Porto]*, vol.XXXI), Porto, 1968.

MARONGIU, Antonio

1976 *Matrimonio e Famiglia nell'Italia Meridionale (Sec. VIII-XIII)*, Bari, Sicietà di Storia Patria per la Puglia, 1976.

MARQUES, A.H. de Oliveira

1981 *A Sociedade Medieval Portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 4ª ed., Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1981.

1987 *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Ed. Presença, 1987 (vol. IV de *Nova História de Portugal*).

1987-96 *Nova História de Portugal* (Vd. Joel **SERRÃO** e...).

MARQUES, José

1980 *O Censual do Cabido de Tui para o arcediagado da terra da Vinha (1321)* (Sep. de *Bracara Augusta*, vol. XXXIV), Braga, 1980.

1982a *Os Franciscanos no norte de Portugal nos finais da Idade Média* (Sep. do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. I), Porto, 1982.

1982b *Os pergaminhos da Confraria de S.João do Souto da cidade de Braga (1186-1545)* (Sep. de *Bracara Augusta*, vol.XXXVI), Braga, 1982.

1983 *O povoamento das aldeias transmontanas de Gache, Jales, Torre e Soudel, no século XIII* (Sep. de *Estudos Transmontanos*, nº 1), Vila Real, 1983.

1985a *Afonso X e a Diocese de Silves* (Sep. do *Boletim do Arquivo Distrital do Porto*, vol. II), Porto, 1985.

1985b *O Mosteiro de Oia e a granja da Silva no contexto das relações Luso-Castelhanas nos séculos XIV-XV* (Sep. da *Revista de História*, vol. VI), Porto, 1985.

1986 *Os Castelos algarvios da Ordem de Santiago no reinado de D.Afonso III* (Sep. de *Caminiana*, Ano VIII), Braga, 1986.

1988 *A Arquidiocese de Braga no Século XV*, Lisboa, IN/CM, 1988.

1990 *D.Afonso IV e as jurisdições senhoriais* (Sep. das *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV), Porto, 1990.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes

1990 *O Papado e Portugal no tempo de D.Afonso III (1245-1279)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990.

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira

1984-85 "O senhorio da Ordem do Hospital em Amarante (sécs.XIII-XIV). Sua organização administrativa e judicial", in *Estudos Medievais*, nº5/6 (1984-85), pp.3-38.

1990 *Propriedade fundiária e rendas da Coroa no reinado de D.Dinis. Guimarães*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1990.

1992 *A política de fomento agrícola e de povoamento de D.Dinis* (Sep. da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXVII), Coimbra, 1992.

1993 *Os coutos do Mosteiro de S.João de Tarouca* (Sep. de *Bracara Augusta*, vol.XLIII), Braga, 1993.

1995 "A propriedade da coroa na região de Leiria ao tempo de D.Dinis", in *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região. Actas*, vol.I, Leiria, 1995, pp.279-327.

1996 "Senhorios", in *Nova História de Portugal* (vd. Joel **SERRÃO** e A.H. de Oliveira **MARQUES**, *1996*, vol.III, pp.584-602).

MARTINS, Rui Cunha

1992 *Património, Parentesco e Poder. O Mosteiro de Semide do Século XII ao Século XV*, Lisboa, Escher, 1992.

1993 *O Monaquismo Feminino (...)* (Vd. Maria Helena da Cruz **COELHO**, e...).

MATA, Joel Silva Ferreira

1991 *A Comunidade Feminina da Ordem de Santiago: a comenda de Santos na Idade Média*, Porto, 1991 (Tese de mestrado policopiada).

MATOS, João José da Cunha e

1986 *O Convento Velho (...)* (vd. Maria Helena da Cruz **COELHO**, e...).

MATTOS, Armando de

1936-38 "Manual de Heráldica Portuguesa", in *O Instituto*, vols.89-93, 1936-38 (2ª ed.-1941; 3ªed.-1960).

1939 *Evolução histórica das arma nacionais portuguesas*, Porto, Liv. Fernando Machado, 1939.

1940 *A Heráldica dos Bastardos Reais*, Porto, Liv. Fernando Machado, 1940.

1940-43 *Brasonário de Portugal*, 2 Vols., Porto, Liv. Fernando Machado, 1940-43.

1943a *Manual de Genealogia Portuguesa*, Porto, Liv. Fernando Machado, 1943.

1943b "Contributo heráldico dos Livros de Linhagens", in *Actas do 4º Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências*, vol.VIII, Porto, 194, pp.518-520.

1947 *Pedras-de-Armas de Portugal*, vol.I, Porto, Liv. Fernando Machado, 1947.

MATTOSO, José

1962 *L'Abbaye de Pendorada des origines à 1160* (Sep. da *Revista Portuguesa da História*, tomo VII), Coimbra, 1962.

1968 *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*, Louvain, Université de Louvain, 1968.

1968-69 *As famílias condais portucalenses dos séculos X e XI* (reed. em *1981*, pp.103-159).

1969 *A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII* (reed. em *1981*, pp.161-253).

1970 *A Nobreza Portucalense dos Séculos IX a XI* (reed. em *1981*, pp.257-270).

1974 *Sobre a Estrutura da Família Nobre Portucalense* (reed. em *1981*, pp.373-388).

1975a *Senhorias monásticas do Norte de Portugal nos Séculos XI a XIII* (reed. em *1981*, pp.271-280).

1975b *A Nobreza de Entre Douro e Minho na História Medieval de Portugal* (reed. em *1981*, pp.289-313).

1976 *Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média* (reed. em *1981*, pp.37-55).

1977a *As Fontes do Nobiliário do Conde D.Pedro* (reed. em *1981*, pp.57-100).

1977b *O Mosteiro de Santo Tirso e a Cultura Medieval Portuguesa* (reed. em *1982b*, pp.481-509).

1978 *A Região de Arganil: de fronteira a terra senhorial*, reed. em *1981*, pp.315-329).

1979 *A família da Maia no século XIII* (reed. em *1981*, pp.331-342).

1981 *A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1981.

1982a *Ricos-Homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães & Cia. Editores, 1982.

1982b *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, IN-CM, 1982.

1982c *A Guerra Civil de 1319-1324* (reed. em *1985a*, pp.293-308).

1982d "Perspectivas actuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)", in *Revista de História Económica e Social*, nº9 (Jan.-Jun. de 1982), pp.145-162.

1984 *A crise de 1245* (reed. em *1985a*, pp.57-75.

1985a *Portugal Medieval - novas interpretações*, Lisboa, IN-CM, 1985.

1985b *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325.* Vol. I- *oposição*; Vol. II- *composição*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1985.

1985c *A Nobreza e a Revolução de 1383* (reed. em *1987*, pp.277-293.

1986 "Estruturas familiares e estratégias do poder: a nobreza de Entre-Douro-e-Minho", in *Cadernos do Noroeste*, Braga, 1986, pp.80-99.

1987 *Fragmentos de uma Composição Medieval*, Lisboa, Ed. Estampa, 1987.

1988a *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Ed. Estampa, 1988.

1988b *Sangue e família no « Cantar dos Infantes de Lara»* (Sep. de *Estudos e Ensaios em Homenagem a V. Magalhães Godinho*), Lisboa, 1988.

1991 "Sur les sources du comte de Barcelos", in *L'Historiographie Médiévale en Europe. Paris, 29 mars-1 avril 1989*, Paris, CNRS, 1991, pp.111-116.

1993a "A Monarquia Feudal (1096-1325)", in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol.II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp.9-309.

1993b "A investigação da Heráldica e da Genealogia medievais em Portugal na década de 1980", in *Las Armerias en Europa al comenzar la Edad Moderna y su proyección al Nuevo Mundo*, (vd. Faustino **MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÈS**, *1993b*, pp.263-275).

1993c "Grupos Sociais na Fronteira Portuguesa. Séculos X a XIII", in *Aragón en la Edad Media. La Sociedad de Frontera en la España Medieval. Sesion de Trabajo. II Seminario de Historia Medieval*, Zaragoza, 1993, pp.111-124.

1993d *História de Portugal* (Dir. de...), vol.II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

1996a *Le Portugal de 950 à 1550* (Sep. de *Hagiographies*, vol.III), Brepols, 1996.

1996b *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular* (Dir. de...), Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1996.

MATTOSO, José, Luís KRUS, e Olga BETTENCOURT

1982 "As Inquirições de 1258 como Fonte da História da Nobreza - o julgado de Aguiar de Sousa" in *Revista de História Económica e Social*, nº9, 1982, pp.17-74.

MATTOSO, José, Luís KRUS, e Amélia Aguiar ANDRADE

1986 *Paços de Ferreira na Idade Média: uma sociedade e uma economia agrárias* (Sep. de *Paços de Ferreira - Estudos Monográficos*, vol. I), Paços de Ferreira, 1986.

1989 *O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII*, Lisboa, Ed. Estampa, 1989.

1993 *A Terra de Santa Maria no Século XIII. Problemas e Documentos*, S/l., Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 1993.

MAUREL, Christian

1990 "Un artifice contre l'extinction des familles? La substitution de nom et d'armes à Marseille (fin XIVe-fin XVe siècle", in *Medievales. Langue-Textes-Histoire*, nº19 (Automne 1990), pp.29-35.

MEIRELES, Fr. António da Assunção

1942a *Memórias do Mosteiro de Paço de Sousa & Index dos Documentos do Arquivo* (Publ. por Alfredo Pimenta), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942.

1942b *Memórias do Mosteiro de Pombeiro. Escritas por...* (Publ. por António Baião), Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1942.

MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, Faustino

1963 "Algunos Monumentos Heráldicos portugueses en España", in *Armas e Troféus*, II^{a} Série, Tomo IV (1963), pp.34-43.

1966 "El Sello de Doña Constança Gil", in *Armas e Troféus*, II^{a} Série, Tomo VII (1966), pp.3-5.

1978 *Histoire de la Noblesse Espagnole* (vd. F. de **CADENAS Y ALLENDE**, e...).

1982 *Heraldica Medieval Española. I - La Casa Real de León y Castilla*, Madrid, Hidalguia, 1982.

1984 *Le début des emblèmes héraldiques en Espagne* (Sep. de *Armas e Troféus*, Vª Série, Tomos III-IV), Lisboa, 1984.

1992 "Genealogia, Simbolo y Heraldica en Europa Occidental", in *Archivum*, vol.XXXVII (1992), pp.227-241.

1993a *Los Emblemas Heraldicos. Una interpretación historica*, Madrid, Real Academia de la Historia, 1993.

1993b *Las Armerias en Europa al comenzar la Edad Moderna y su proyeccion al Nuevo Mundo. Actas del VII Coloquio Internacional de Heraldica. Cáceres, 30 sept.-4 oct. de 1991. Organizado por la Académie Internationale d'Héraldique. Edición coordinada por...*, Madrid, Dirección de Archivos Estatales, 1993.

1997 "Individualidad y Linaje", in *Hidalguia*, Ano XLV, nº262-263 (Maio-Agosto), 1997.

MILLET, Hélène

1985 *Informatique et Prosopographie. Actes de la Table Ronde du CNRS - Paris, 25-26 octobre 1984 (Textes réunis par...)*, Paris, CNRS, 1985.

MIRANDA, José Carlos

1988 "«A 'Lenda de Gaia' dos livros de linhagens: uma questão de literatura?»", in *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, 2ª série, vol.V/2, 1988, pp.483-515.

1993 *Dois Estudos (...)* (vd. António Resende de **OLIVEIRA**, e...).

1994 *Calheiros, Sandim e Bonaval: uma rapsódia de amigo*, Porto, 1994.

1996 *Os Trovadores e a Região do Porto. Em torno do rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, Ed. do Autor, 1996.

MONTEIRO, João Gouveia

1984 *Conflitos políticos (...)* (Vd. José **ANTUNES**, António Resende de OLIVEIRA, e...).

MONTEIRO, Maria Teresa, e José João Rigaud de SOUSA

1981 "Notas sobre o pleito entre D.Mór Dias, fundadora do convento de Santa Clara, de Coimbra, e os cónegos do mosteiro de Santa Cruz (Coimbra)" in *Estudos Medievais*, nº 1, Porto, 1981, pp.81-93.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves

1993 *Senhorio e Feudalismo (...)* (vd. Bernardo de Vasconcelos e **SOUSA**, e...).

MONTES ROMERO-CAMACHO, Isabel

1982 "La Documentación de Alfonso XI conservada en el archivo de la catedral de Sevilla", in *En la España Medieval*, vol.III (*Estudios en Memoria del Professor D. Salvador de Moxó* - Tomo II), Madrid, 1982, pp.135-156.

MONTGOMERY-MASSINGBERD, Hugh

1978 "La Noblesse Britanique", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I (1978), pp.CCXXXV-CCLX.

MORAIS, António J. Cardoso

1986 *A Terra (...)* (vd. Mário Jorge **BARROCA**, e...).

MOREIRA, Domingos A.

1973a *Fermedo (...)* (Vd. Alfredo G. **AZEVEDO**, e...).

MOREIRA, Manuel António Fernandes

1986 *O Antigo Mosteiro de S.Salvador da Torre e os Pergaminhos da Biblioteca Municipal de Viana do Castelo (Sécs. XI-XIV)*, Viana do Castelo, 1986.

MORSEL, Joseph

1996 "Histoire lignagère et non-genèse de l'État en Allemagne du Sud à la fin du Moyen Âge. Entre prosopographie et micro-histoire", in *L'État Moderne et les Élites (XIIIe-XVIIIe Siècles)* (Vd. Jean-Philippe **GENET** e Gunther **LOTTES**, *1996*, pp.139-148).

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa

1991 *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (Sécs. XIII a XV)*, Porto, 1991 (Tese de Mestrado, policopiada).

MOTA, Eugénia Pereira da

1989 *Do "Africano" ao "Príncipe Perfeito" (1480-1483). Caminhos da Burocracia Régia*, 2 vols., Porto, 1989 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

MOXÓ, Salvador de

1969 *De la nobleza vieja a la nobleza nueva*, Madrid, 1969.

1970 "La nobleza castellano-leonesa en la Edad Media. Problematica que suscita su estudio en el marco de una historia social", in *Hispania*, Tomo XXX (1970), pp.5-68.

MOXÓ Y MONTOLIU, Francisco de

1990 *La Casa de Luna (1276-1348). Factos politicos y lazos de sangre en la ascensión de un linaje aragonés*, Munster, 1990.

NIETO SORIA, Jose-Manuel

1994 *Sancho IV (1284-1295)*, Palencia, Ed. La Olmeda, 1994.

NÓBREGA, Artur Vaz-Osório da

1973 *Peixotos. Subsídios para a sua genealogia* (Sep. de *Armas e Troféus*), Braga, 1973

NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte

1994 *Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média. Dos primórdios ao século da Universidade (Contribuição para o seu estudo)*, Lisboa, 1994.

NORTON, Manuel Artur

1990 *O doador do cálice românico do mosteiro de Refóios de Basto* (Sep. de *IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol. I), Braga, 1990.

NUNES, José Joaquim

1906 "Textos Antigos Portugueses. II- Testamento da Infanta D.Leonor Affonso", in *Revista Lusitana*, vol.IX, Lisboa, 1906, pp.135-138.

OLIVEIRA, António Resende de

1984 *Conflitos políticos (...)* (Vd. José **ANTUNES**, João Gouveia MONTEIRO, e...).

1986 "A mulher e as origens da cultura trovadoresca no ocidente peninsular", in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Actas do Colóquio*, vol.II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1986, pp.21-34.

1987 *A Cultura Trovadoresca no Ocidente Peninsular: trovadores e jograis galegos* (Sep. de *Biblos*, vol.LXIII), Coimbra, 1987.

1990 *Trovadores Portugueses na Corte de Afonso X* (Sep. das *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol.IV), Porto, 1990.

1994 *Depois do Espetáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos sécs. XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.

1995 *Os Briteiros (...)* (vd. Leontina **VENTURA**, e...).

1996 "A cultura das cortes", in *Nova História de Portugal* (vd. Joel **SERRÃO** e de A.H. de Oliveira **MARQUES**, *1996*, vol.III, pp.660-691).

OLIVEIRA, António Resende de, e José Carlos MIRANDA

1993 *Dois Estudos Trovadorescos*, Porto, 1993.

OLIVEIRA, Miguel A. de

1936 "Inquirições de D.Afonso II na Terra de Santa Maria", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vol. II, Aveiro, 1936, pp.71-74.

1964-66 "Inquirições de D.Afonso III na Terra de Santa Maria", in *Lusitania Sacra*, Vol. 7, Lisboa, 1964-66, pp.95-133.

1967 *Ovar na Idade Média*, Ovar, Câmara Municipal, 1967.

PARDO DE GUEVARA, Eduardo

1985 "Los Castros gallegos en el siglo XIV. Apuntes para un analisis de su proyección en la historia politica de Castilla", in *Hispania*, vol.XLV (1985), pp.477-511.

PARISSE, Michel

1982 *Noblesse et Chevalerie en Lorraine médiévale*, Nancy, Université de Nancy II, 1982.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna

1967 "Historia de las familias en Castilla y León (siglos X-XIV) y su relación con la formación de los grandes dominios eclesiasticos", in *Cuadernos de Historia de España*, Tomo 43-44 (1967), pp.88-118.

1990 *Relaciones de Poder, de Producción y Parentesco en la Edad Media y Moderna. Aproximación a su estudio (Coord. de ...)*, Madrid, CSIC, 1990.

PASTOUREAU, Michel

1977 "L'apparition des armoiries en Occident. État du problème", in *Bibliothèque de l'École des Chartes*, vol.CXXXIV (1977), pp.281-300.

1979 "Vogue et perception des couleurs dans l'Occident Médiéval: le témoignage des armoiries", in *Actes du 102ème Congrès Nationale des Sociétés Savantes - Limoges, 1977. Études sur la Sensibilité au Moyen Âge (Philologie et Histoire jusqu'a 1610* , vol.II, Paris, 1979, pp.81-102.

1981 *Les Sceaux*, Turnhout, Brepols, 1981 (Fasc.36 de *Typologie des Sources du Moyen Âge Occidental*).

1984 "Couleurs, Décors, Emblèmes", in *Matèrieux pour l'histoire des cadres de vie dans l'Europe Occidentale (1050-1250)*, Nice, 1984, pp.103-108.

PEREIRA, Gabriel

1902 *Lisboa e Arredores. Inquirições de D.Affonso 3º com observações de ...*, Lisboa, 1902.

PEREIRA, Isaías da Rosa

1964 *Livro de Aniversários da Igreja de Santa Marinha de Lisboa* (Sep. de *Revista Municipal de Lisboa*, nº 100), Lisboa, 1964.

1978 *Livros de Aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra* (Sep. de *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV), Coimbra, 1978.

1989 *Livro de Aniversários da Igreja de S.Pedro de Torres Vedras (Séc. XV)* (Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol.XXXV), Coimbra, 1989.

PIMENTA, Alfredo

1948 *A doação de Vila da Conde a Maria Paes, a Ribeirinha*, Guimarães, Arquivo Municipal, 1948.

PIMENTA, Maria Cristina Gomes

1984 *A Casa Senhorial (...)* (vd. Maria Cristina de Almeida **CUNHA**, e...).

1989 *A Ordem Militar de Avis (durante o mestrado de D.Fernão Rodrigues Sequeira)*, Porto, 1989 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

PINA, Isabel Castro

1993 "Linhagem e Património. Os Senhores de Melo na Idade Média", in *Penélope*, nº12 (1993), pp.9-26.

1996 "Ritos e imaginário da morte em testamentos dos séculos XIV e XV", in *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular* (Dir. de José Mattoso), Lisboa, 1996, pp.125-164.

PINA, Rui de

1945 *Crónica de D.Dinis, segundo o códice inédito nº 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, seguida da versão actualizada Ferreiriana de 1726*, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor

1984 *Armando de Mattos. Alguns aspectos da sua obra* (Sep. de *Gaya*, vol.III), Vila Nova de Gaia, 1984.

1987 *Nobres Portugueses em Leão e (...)* (Vd. Henrique **DAVID**, e...).

1989 *A Conquista de Faro (...)* (Vd. Henrique **DAVID**, e...).

1990 *A Nobreza do julgado de Braga nas Inquirições do reinado de D.Dinis* (Sep. de *IX Centenário da Dedicação da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol. II/1), Braga, 1990.

1991 "La noblesse médiévale", in *EUROPALIA 91 - Aux Confins du Moyen Age. Art Portugais XII-XV siècle. [Catálogo]*. Gand, Fondation Europalia International, 1991, pp.51-57.

1992 "Genealogia", in *Manuel Gomes de Lima Bezerra - Os Estrangeiros no Lima. Vol.III - Estudos sobre o autor e a obra*, Viana do Castelo, 1992, pp.37-41.

1993 "D.Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII", in *Revista da Faculdade de Letras-História*, IIª Série, vol.X, Porto, 1993, pp.90-101.

1995 *Os Patronos do Mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre - Séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima. Ed. Carvalhos de Basto, 1995 (Texto da Dissertação de Mestrado, apresentado em 1987).

QUINTANILLA RASO, Maria Concepción

1996 *Nobleza y caballeria en la Edad Media*, Madrid, Arco Libros, 1996.

RAMOS, Cláudia Maria Novais Toriz da Silva

1991 *O Mosteiro e a Colegiada de Guimarães (ca. 950 - 1250). Volume I- Estudo; Volume II- Coleccção Documental* (Tese de Mestrado policopiada), 2 vols., Porto, 1991.

RAU, Virgínia

1962 *Itinerários Régios Medievais. I- Itinerário del-Rei D.Dinis (1279-1325)* (Dir. de ...), Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1962.

1982a *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1982.

1982b *Sesmarias Medievais Portuguesas*, 2ª ed., Lisboa, Ed. Presença, 1982.

REAL, Manuel Luís

1986 *A Igreja de S.Pedro de Ferreira. Um invulgar exemplo de convergência estilística* (Sep. de *Paços de Ferreira - Estudos Monográficos*), Paços de Ferreira, 1986.

REAL, Manuel Luís, e Maria José Perez Homem de ALMEIDA

1990 *Influências da Galiza na Arte Românica Portuguesa* (Sep. de *Actas das II Jornadas Luso- Espanholas de História Medieval*), Porto, 1990.

RIBEIRO, João Pedro

1815 *Memórias para a Historia das Inquirições dos primeiros Reinados de Portugal* (Dir. de...), Lisboa, Impressão Régia, 1815.

1816 *Memória para a História das Confirmações Régias neste Reino com as respectivas provas* (Dir. de...), Lisboa, 1816.

1860-96 *Dissertações chronologicas e criticas sobre a Historia e Jurisprudência Ecclesiastica e Civil de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1860-96.

RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz

1992 "Estrategias Señoriales en Galicia: las Instituciones Eclesiásticas y sus relaciones contractuales con la Nobleza Laica (1150-1350), in *SEMATA. Ciencias Sociais e Humanidades*, nº4, Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia, 1992, pp.175-189.

RODRIGUES, Ana Maria

1983 *La formation et l'exploitation du domaine de la Collégiale de São Pedro de Torres Vedras (fin XIII.e - fin XV.e siècles)* (Sep. dos *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX), Paris, 1983.

1991 *O Património das Donas de Santos no termo de Torres Vedras durante a Idade Média* (Sep. de *As Ordens Militares em Portugal - Actas do Iº Encontro Sobre Ordens Militares*), Palmela, 1991.

RODRIGUES, Sebastião Antunes

1958 "Rainha Santa. Cartas inéditas e outros documentos", in *Arquivo Coimbrão*, vol.XVI, Coimbra, 1958, pp.81-212.

RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana

1994 *La Consolidación Territorial de la Monarquía Feudal Castellana. Expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*, Madrid, CSIC, 1994.

ROSA, Maria de Lurdes

1991 *Quadros de Organização do Poder Nobre na Baixa Idade Média. Estrutura familiar, património e percurso linhagístico de quatro famílias de Portalegre* (Sep. de *A Cidade - Revista Cultural de Portalegre*, Nova Série, nº6), Portalegre, 1991.

ROSENTHAL, Joel T.

1984 "Aristocratic marriage and the English pperage, 1350-1500: social institution and personal bond", in *Journal of Medieval History*, vol.10, nº3 (1984), pp.181-194.

RUCQUOI, Adeline

1987 *Génesis Medieval del Estado Moderno: Castilla y Navarra (1250-1370). Introducción de ...*, Valladolid, Ambito Ed., 1987.

1992 "Le testament de Doña Teresa Gil", in *Femmes. Mariages-Lignages (XII.e-XIV.e siècles. Mélanges offerts à Georges Duby*, Bruxelas, 1992, pp.305-323.

RUIZ-DOMENEC, J.E.

1979 "Système de parenté et théorie de l'alliance dans la société catalane (env.1000-env.1240)", in *Revue Historique*, Tomo 262 (1979), pp.305-326.

SÁ, Artur Moreira de

1968 "Primórdios da Cultura Portuguesa (II)", in *Arquivos de História da Cultura Portuguesa*, vol.II (1968), pp.1-129.

SÁ, Ayres de

1899-1900 *Frei Gonçalo Velho*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1899-1900.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de

1987 *O Testamento de Estêvão Anes, chanceler d'el-Rei D.Afonso III* (Sep. da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 5ª Série, vol. VIII), Lisboa, 1987.

1988a *Lourenço Eanes, Tabelião de Lisboa (1301-1332). Reconstituição e análise do seu cartório*, Lisboa, 1988 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

1988b *O Padroado régio dionisino (1279-1321), entre a organização episcopal e a chancelaria régia* (Sep. de *Arqueologia do Estado. Actas*), Lisboa, 1988.

1991a *Memórias sobre a Ordem de Santiago no Tombo Velho da Vila de Sesimbra. A Jurisdição de Coina (1330-1363)* (Sep. do *1º Encontro sobre Ordens Militares. Actas*), Palmela, 1991.

1991b *A constituição do senhorio fronteiriço de Marvão, Portalegre e Arronches, em 1271. Antecedentes regionais e significado político* (Sep. de *A Cidade. Revista Cultural de Portalegre*, Nova Série, nº 6), Portalegre, 1991.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo de, e Mário VIANA

1988 *Rui Pais Bugalho, privado d'el-Rei D.Dinis. Origens familiares, património e carreira política* (Sep. de *Arqueologia do Estado. Actas*), Lisboa, 1988.

SÁEZ, Emilio

1946 "Notas al episcopologio minduniense del siglo X", in *Hispania*, tomo VI (1946), pp.3-79.

1948 "Los ascendientes de San Rosendo. Notas para el estudio de la monarquia astur-leonesa durante los siglos IX y X", in *Hispania*, tomo VIII (1948), pp.3-76 e 179-233.

SALAZAR ACHA, Jaime de

1985 *Una familia de la Alta Edad Media: los Velas y su realidad historica* (Sep. de *Estudios Genealogicos y Heraldicos*, nº1), Madrid, 1985.

1989 "Los descendientes del Conde Ero Fernandes, fundador del Monasterio de Santa Maria de Ferreira de Pallares", in *El Museo de Pontevedra*, vol.XLIII (1989), pp.67-86.

SALES, E.

1922 "O Foral e o Pelourinho da extinta Vila de Frechas", in *Arqueologia e História*, vol.I, Lisboa, 1922, pp.67-75.

SALITOT, Michelle

1988 *Héritage, Parenté et Propriété en Franche-Comté du XIIIe siècle a nos jours*, S/l., A.R.F. Éditions, 1988.

SAMPAIO, José de Mancelos

1930 "Os Morgados de Antanhol dos Cavaleiros", in *Arqueologia e História*, vol.VII, Lisboa, 1930, pp.137-150.

SÁNCHEZ SAUS, Rafael

1986 *Notas sobre el comportamiento familiar y matrimonial de la aristocracia jerezana en el siglo XV* (Sep. de *Cadiz en su Historia. V Jornadas de Historia de Cadiz*, Abril 1986), 1986.

1989 *Caballeria y Linaje en la Sevilla Medieval. Estudio genealogico y social*, Sevilha-Cádis, Diputación Provincial de Sevilla-Universidad de Cadiz, 1989.

1991 *Linages Sevillanos Medievales. I - Estudios historicos. II - Arboles genealogicos*, 2 vols., Sevilha, Ed. Guadalquivir, 1991.

1992 "La Genealogia. Fuente y tecnica historiografica", in *Archivum*, vol.XXXVII (1992), pp.78-92.

1994 *De armerías, apellidos y estructuras de linaje* (Sep. de *En la España Medieval*, nº17), Madrid, 1994.

SANTARÉM, Visconde de

1842-54 *Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as diversas potencias do mundo, desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias* , 21 vols., Paris, J.P. Aillaud, 1842-54.

SANCTA MARIA, D. Nicolau de

1668 *Chronica da Ordem dos Conegos regrantes do patriarcha Sancto Agostinho*, 2 vols., Lisboa, 1668.

SANTO TOMÁS, Frei Leão de

BL *Benedictina Lusitana* (Ed. por José Mattoso), 2ª ed., 2 vols., Lisboa, IN-CM, 1974.

SANTOS, Maria José de Azevedo

1982 *As origens do mosteiro de S.Paulo de Almaziva* (Sep. do *Arquivo Coimbrão*, vol.XXX), Coimbra,1982.

SÃO PAIO, Luiz de Mello Vaz de

1966 "A família de Martim Afonso de Sousa «o da Batalha Real»", in *Armas e Troféus*, Tomo VI, nº3 (Out.-Dez. de 1965), pp.365-383, Tomo VII, nº1 (Jan.-Mar. de 1966), pp.135-153, nº2 (Abril-Jun. de 1966), pp.194-213, e nº3 (Out.-Dez. de 1966), pp.295-316.

1987a "Os Naturais (sec. XIII e XIV)", in *Raízes e Memórias*, nº1, Lisboa, 1987, pp.45-71.

1987b *D.Nuno Soares o que fez Grijó*, Lisboa, 1987.

1988-91 "A ascendência de D.Afonso Henriques", in *Raízes e Memórias*, nº2 (Jan. de 1988), pp.29-47, nº3 (Out. de 1988), pp.7-56, nº4 (Jan. de 1989), pp.19-48, nº5 (Out. de 1989), pp.21-46, nº6 (Out. de 1990), pp.23-58 e nº7 (Out. de 1991), pp.33-80.

1990 *Les Établissements Religieux Portugais et la Généalogie Médiévale*, Lisboa, 1990

SÃO PAIO, Marquês de

1965 "O Selo de D.Constança Gil", in *Armas e Troféus*, IIª Série, vol.VI, nº3 (Out.-Dez. 1965), pp.270-271.

1977 "Um Português do século XIV que durante anos governou Castela - D.João Afonso de Albuquerque - e de como ganhámos e perdemos a vila de Albuquerque", in *Anais [da Academia Portuguesa da História]*, IIª Série, vol.24 (1977), pp.9-38.

SARAIVA, José Mendes da Cunha

1927 *O Túmulo de uma Infanta na Charola da Sé de Lisboa*, Lisboa, 1927.

1933-35 "Inquirições de D.Dinis na Beira", in *Arquivo Histórico de Portugal*, Vol. I (1933), fasc. 3, pp.125-132 e fasc. 5/6, pp.264-270, e Vol. II (1935), fasc. 3, pp.106-126.

1943 *Alguns Diplomas Particulares dos Séculos XIV e XV. Com um estudo de ...*, Lisboa, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, 1943.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

1971 *Les Portugais à l'Université de Montpellier (XIIè.-XVIIè. siècles)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

SERRÃO, Joel, e A.H. de Oliveira MARQUES

1987-96 *Nova História de Portugal* (Dir. de ...), Vols.III-IV, Lisboa, Ed. Presença, 1987 e 1996.

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da

1986 *A Genealogia em Portugal e o desafio do presente* (Sep. de *Armas e Troféus*, Vª Série, Tomo V), Lisboa, 1986.

SILVA, Isabel L. Morgado S. e

1989 *A Ordem de Cristo sob o Mestrado de D.Lopo Dias de Sousa*, Porto, 1989 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

SILVA, José Custódio Vieira da

1993 *Paços medievais portugueses: caracterização e evolução da habitação nobre: séculos XII a XVI*, Lisboa, 1993.

SILVA, Manuela Santos

1987 *Óbidos Medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*, Lisboa, 1987 (Dissertação de Mestrado Policopiada).

1989 *Uma prestigiada linhagem obidense: a de Rui Nunes nos séculos XIV e XV* (texto apresentado no colóquio *Poder Central e Poderes Periféricos em Perspectiva Histórica - 14-16 de Abril de 1989- Reguengos de Monsaraz*).

1993 "Contribuição para o Estudo das Oligarquias Urbanas Medievais: a Instituição de Capelas Funerárias em Óbidos na Baixa Idade Média", in *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp.113-127.

1994 *A região de Óbidos na época medieval. Estudos*, Óbidos, Câmara Municipal, 1994.

SILVA, Maria João Branco Marques da

s/d *Vivência religiosa e propriedade no mosteiro de Arouca no dealbar do séc.XIV: o exemplo de Margarida Pires de Portocarreiro* (Trabalho policopiado).

1991 *Aveiro Medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991.

1992 *Morrer e testar (...)* (Vd. Hermínia Vasconcelos **VILAR**, e...).

SILVEIRA, Joaquim da

1943 "Inquirição na «Terra de Vouga» em 1282", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol.IX, Aveiro, 1943, pp.81-85.

SMITH, Richard M.

1983 "Hypothèses sur la nuptialité en Angleterre au XIIIe-XIVe siècles" in *Annales. E.S.C.*, Ano 38, nº 1 (1983), pp.107-136.

SOUSA, D. António Caetano de

1946-54 *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 2ª ed. (por M. Lopes de Almeida e César Pegado), 12 Tomos (em 13 vols.), Coimbra, Livraria Atlântida-Ed., 1946-54.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e

1989 *O Sangue, a Cruz e a Coroa - a memória do Salado em Portugal* (Sep. de *Penélope*, nº2), Lisboa, 1989.

1995 *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (Séculos XIII-XIV)*, Lisboa, 1995 (Disseração de Doutoramento, policopiada).

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e, e Nuno Gonçalves MONTEIRO

1993 *Senhorio e Feudalismo em Portugal (Sécs. XII-XIX). Reflexões sobre um debate historiográfico* (Sep. de *Señorio y Feudalismo en la Peninsula Iberica. SS.XII-XIX*, vol.I), Zaragoza, 1993.

SOUSA, João Silva de

1991 *A Casa Senhorial do Infante D.Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.

SOUSA, José João Rigaud de

1976 *Mónio Ermiges, Abade de Paço de Sousa* (Sep. de *Bracara Augusta*, vol.XXX), Braga, 1976.

1981 *Livro de Testamentos (...)* (vd. Maria Teresa **MONTEIRO**, e...).

SOUSA, José Maria Cordeiro de

1957 *Fontes Medievais da história Torreana. Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, Torres Vedras, 1957.

1964 "A Morte do Infante D.Fernão Sanches contada no seu túmulo", in *Arqueologia e História*, vol.XI, Lisboa, 1964, pp.179-186.

1965 "Contenda entre Afonso Sanches e o Conde Dom Martim Gil", in *Armas e Troféus*, II^{a} Série, Tomo VI, Lisboa, 1965, pp.251-259.

SPRING, Eileen

1993 *Law, Land, & Family. Aristocratic Inheritance, 1300 to 1800*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1993.

STRINGER, K.J.

1985 *Essays on the Nobility of Medieval Scotland. Edited by...*, Edimburgo, John Donald Publ., 1985.

TAROUCA, Carlos da Silva

1944 "Os mais antigos documentos do Arquivo do Cabido de Évora", in *A Cidade de Évora*, Ano II, n° 7-8, Évora, 1944, pp.53-83.

1960 "Os Originais do Cartório da Câmara Municipal de Évora", in *A Cidade de Évora*, Ano XVII-XVIII, nº 43-44, Évora, 1960, pp.221-229.

TAVARES, Maria José Pimenta Ferro

1973 "Nótulas para o Estudo da Assistência Hospitalar aos Pobres em Lisboa: os Hospitais de D.Maria de Aboim e do Conde D.Pedro", in *A Pobreza e a Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das I.as Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol.I, Lisboa, 1973, pp.371-399.

1983 "A Nobreza no reinado de D.Fernando e a sua actuação em 1383-1385", in *Revista de História Económica e Social*, nº12 (1983), pp.47-89.

TÁVORA, D.Luiz Gonzaga de Lancastre e (Vd. Marquês de **ABRANTES**)

TORRES FONTES, Juan

1989 "Galicia en la repoblación murciana del siglo XIII", in *El Museo de Pontevedra*, vol.XLIII, 1989, pp.181-189.

TRINDADE, Maria José Lagos

1971 "A Propriedade das Ordens Militares nas Inquirições Gerais de 1220", in *Do Tempo e da História*, vol.IV (1971), pp.125-138.

URBANI, Ildebrando Coccia

1978 "La Noblesse d'Italie", in *L'Ordre de la Noblesse*, vol.I, Paris, 1978, pp.CCCXLVII-CCCLXXXIII.

VASCONCELLOS, Carolina Michäelis de

1916 "João Lourenço da Cunha a "Flor de Altura" e a cantiga **Ay Donas por quê em tristura?**", in *Revista Lusitana*, vol.XIX, Lisboa, 1933, pp.5-26.

VASCONCELLOS, J. Leite de

1902 "Tenção entre D.Affonso Sanchez e Vasco Martins num manuscrito da Bibliotheca Nacional de Madrid", in *Revista Lusitana*, vol.VII, Lisboa, 1902, pp.145-147.

1933 *Memórias de Mondim da Beira. Para a história do concelho d'este nome*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1933.

1934 *Livro da Fundação do Mosteiro de Salzedas por Fr. BALTAZAR DOS REIS. Manuscrito do século XVII, publicado (agora pela primeira vez) como apenso às* Memórias de Mondim da Beira *de* ..., Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

VAZ, Vasco Rodrigo dos Santos Machado

1995 *A boa memória do monarca. Os escrivães da Chancelaria de D.João I (1385-1433)*, 2 vols., Porto, 1995 (Dissertação de Mestrado, policopiada).

VEIGA, Augusto Botelho da Costa

1936 *Estudos de História Militar Portuguesa.* Vol. I- *Corografia Militar do Noroeste de Portugal, em 1220-1258; Análise da Tradição e da Polémica de Ourique (Parte I)*, 2 vols., Lisboa, 1936.

1940a "Ourique - Vale de Vez", in *Anais [da Academia Portuguesa da História]*, Ciclo da Fundação da Nacionalidade, vol. I, Lisboa, 1940, pp.9-186.

1940b "Os nossos nobiliários medievais. (Alguns elementos para a cronologia da sua elaboração)", in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, vol.XV (1940), pp.165-193.

VELOSO, Maria Teresa Nobre

1988 *D.Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1988.

1991 *Para uma bibliografia crítica de História Medieval de Portugal: algumas notas* (Sep. de *Ler História*, nº21), Lisboa, 1991.

VENTURA, Leontina

1985a *O cavaleiro João Gondesendes - Sua trajectória político-social e económica (1083-1116)* (Sep. da *Revista de História Económica e Social*), Lisboa, 1985.

1985b *A Mulher como um bem e os bens da mulher* (Vd. Maria Helena da Cruz **COELHO**, e...).

1986a *Vataça - uma dona na vida e na morte* (Vd. Maria Helena da Cruz **COELHO**, e...).

1986b *João Peres de Aboim - da terra da Nóbrega à Corte de Afonso III* (Sep. da *Revista de História Económica e Social*, nº 18), Lisboa, 1986.

1987 *Os Bens de Vataça (...)* (vd. Maria Helena da Cruz **COELHO**, e...).

1992 *A Nobreza de Corte de Afonso III*, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras, 1992.

1996 "A Crise de Meados do Século XIII", "Afonso III e o Desenvolvimento da Autoridade Régia", "A Nobreza - da Guerra à Corte", e "Terras e Julgados", in *Nova História de Portugal* (vd. Joel **SERRÃO** e A.H. de Oliveira **MARQUES**, *1996*, vol.III, pp.104-123, 123-144, 206-224, e 542-554).

VENTURA, Leontina, e Saúl António GOMES

1993 *Leiria na Crise de 1245-1248. Documentos para uma revisão crítica* (Sep. de *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXVIII), Coimbra, 1993.

VENTURA, Leontina, e António Resende de OLIVEIRA

1995 *Os Briteiros (Séculos XII-XIV). Trajectória social e política)* (Sep. de *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXX), Coimbra, 1995.

VIANA, Mário

1988 *Rui Pais Bugalho (...)* (Vd. Bernardo de **SÁ-NOGUEIRA**, e...).

VILAPLANA, Maria Asuncion

1975 *La Colección Diplomática de Santa Clara de Moguer (1280-1483)*, Sevilha, Universidad de Sevilla, 1975.

VILAR, Hermínia Vasconcelos

1988 *Abrantes Medieval. Séculos XIV e XV*, Abrantes, Câmara Municipal, 1988.

1996 "Rituais da morte em testamentos dos séculos XIV e XV (Coimbra e Santarém)", in *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular* (Dir. de José Mattoso), Lisboa, 1996, pp.165-176.

VILAR, Hermínia Vasconcelos, e Maria João Branco Marques da SILVA

1992 *Morrer e testar na Idade Média: alguns aspectos da testamentaria dos séculos XIV e XV* (Sep. de *Lusitania Sacra*, IIª Série, vol.4), Lisboa, 1992.

WAUGH, Scott L.

1988 *The Lordship of England. Royal Wardships and Marriages in English Society and Politics, 1217-1327*, Princeton, University Press, 1988.

WERNER, Karl-Ferdinand

1977 "Liens de Parenté et Noms de Personne. Un problème historique et méthodologique", in *Famille et Parenté (...)* - vd. Georges **DUBY** e Jacques **LE GOFF**, *1977*, pp.13-18 e 25-40.

PARTE I

METODOLOGIA, CRÍTICA DE FONTES E O GÉNERO GENEALÓGICO

Capítulo 1

O Tema e a Metodologia

Na *Introdução* já ficaram definidos alguns elementos que genericamente indicam qual o tema desta dissertação, e ainda a metodologia utilizada. Mas é neste espaço que queremos deixar explícitas as nossas escolhas, não só em relação ao tema, como às metodologias adoptadas ao longo deste trabalho. Começemos, então, pelo **TEMA**.

Inicialmente, tínhamos pensado estudar a nobreza portuguesa situada, cronologicamente, entre 1185 e 1325, ou seja, entre o início do reinado de D.Sancho I e o final do reinado de D.Dinis. Em breve verificámos que um trabalho dessa amplitude não era exequível. Em primeiro lugar porque a amplitude cronológica era excessiva; depois porque é um período *excessivamente* rico para poder ser analisado, em conjunto, com o rigor desejado; finalmente, porque significaria um volume documental dificilmente controlável, sobretudo tendo em conta a sua dispersão e os limites impostos para a elaboração de uma dissertação de doutoramento.

Por outro lado, quer o tema quer a cronologia levantavam outro problema, não menos importante, que era o de "colidir" com outras investigações já em curso. Com efeito, havia vários anos que a Professora Leontina Ventura iniciara o seu estudo sobre a nobreza de corte do reinado de D.Afonso III, e era praticamente impossível que não viesse a existir sobreposição entre os dois trabalhos. Seria também o caso do estudo que então fazia o Professor António Resende de Oliveira, sabendo-se que muitos dos "seus" trovadores eram nobres. E isto, para não falar dos reinados de D.Afonso II e de D.Afonso III, que então estavam a ser estudados pelas Professoras Maria Teresa Veloso e Maria Alegria Fernandes Marques, muito embora sob o ponto de vista das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé. Por outro lado, o reinado de D.Sancho II, parecendo uma *clareira* - mas fazendo juz ao clima do seu reinado - degeneraria seguramente em campo de batalha para onde

confluiriam todas as teses. Resumindo, o século XIII estava, perdoe-se-nos a expressão, demasiado "congestionado"! Restavam-nos os extremos.

O reinado de D.Sancho I, por várias razões, era convidativo. Por um lado, porque o seu estudo se podia assumir como uma continuação dos trabalhos que o Professor José Mattoso tinha dedicado à nobreza dos séculos XI e XII, sintetizados na sua obra *Ricos Homens, Infanções e Cavaleiros - a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*; por outro, porque o reinado do *Povoador* assistira ao auge dos Sousas, à afirmação, por exemplo, dos Riba de Vizela, dos Limas ou dos Soverosas, ao afastamento dos Braganças e, ainda, ao germinar de alguma tensão que eclodiria logo após a sua morte. Temíamos, porém, que para esse período as fontes não abundassem, o que poderia levantar problemas quanto à dimensão de um trabalho desta natureza. Sendo assim, a nossa atenção desde logo se voltou para a época de D.Dinis.

Este reinado apresentava múltiplas vantagens:

- Em primeiro lugar, porque a sua duração, de quase meio século, era suficientemente longa para englobar entre duas a três gerações, o que era suficiente para analisar a evolução de algumas estratégias de afirmação social seguidas pelas linhagens.

- Em segundo lugar, e quanto ao âmbito geográfico, aquela duração, por não ser excessiva, permitia também organizar a pesquisa em função de toda a área nacional, o que representava uma condição favorável a estudos de carácter comparativo.

- Em terceiro lugar, e considerando que as várias investigações que então se elaboravam dariam, como deram, um largo contributo para um maior conhecimento dos reinados anteriores ao de D.Dinis, fazia todo o sentido que a nossa escolha recaísse sobre o deste monarca, o que permitia dar continuidade àqueles estudos; e, muito embora também então se elaborasse uma tese sobre o reinado dionisino, o tema estudado pela Professora Rosa Marreiros dificilmente colidiria com a temática que pretendíamos estudar.

- Em quarto, e último lugar, o reinado de D.Dinis era particularmente rico, quer em termos políticos quer das relações internas do próprio grupo, e deste com o poder régio, o que permitiria analisar vários fenómenos: por um lado, e aguardando-se um estudo sobre a nobreza de corte do reinado anterior, seria interessante verificar como é que ela suportou a passagem para um outro "tempo", profundamente marcado por uma política de centralização, contrária aos interesses senhoriais; depois, como é que se tinha processado a renovação de um grupo, que vivia sérios problemas de extinção de algumas das suas mais importantes linhagens; por outro, ainda, a análise de uma série de enfrentamentos senhoriais, extremados na Guerra Civil de 1319-24; finalmente, estudar o fenómeno do aparecimento de

linhagens "novas".

Definido o tema, bem como os âmbitos cronológico e geográfico do trabalho, convirá agora abordar a questão relativa à **METODOLOGIA** geral adoptada ao longo da sua realização[1].

Em Setembro de 1987, demos início à tarefa de fichar toda a documentação, manuscrita e publicada, compreendida entre 1279 e 1325. Mas, como é óbvio, a vida dos homens não se compadece com os limites cronológicos de um reinado. Os indivíduos que queríamos estudar podiam nascer muito antes do seu início, ou morrer muito depois do seu final. Assim sendo, definimos como termo *a quo* o ano de 1261, data do nascimento de D.Dinis; para o termo *ante quem* pareceu-nos lógica a década de 40 do século XIV, ou seja, o período em que foi redigido o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*. Podíamos alguma segurança admitir que este *Livro* mencionasse uma boa parte dos nobres nascidos no final do reinado dionisino.

Assim, foi sobre esse período, à volta de 80 anos, que incidiu o nosso levantamento documental[2], do qual resultaram perto de 30.000 fichas, correspondentes às informações recolhidas sobre 3720 indivíduos[3]. Estes, por seu lado, distribuíam-se por 770 "nomes" diferentes.

Na *Introdução*, já ficou afirmada a nossa opção por um estudo sobre a nobreza dionisina, a partir de uma abordagem metodológica assente na genealogia[4]. Assim sendo, a

---

[1] Dizemos geral, uma vez que ao longo do trabalho serão definidos os métodos seguidos em situações pontuais e que, sem necessidade, iriam sobrecarregar este texto. De resto, em cada um dos pontos seguintes deste capítulo, serão esclarecidos dois casos de abordagem metodológica que, pelas razões opostas, merecem um tratamento particular.

[2] Sobre as fontes e a sua crítica, veja-se o Capítulo 2 desta Primeira Parte.

[3] Nos pontos 1.1. e 1.2 deste capítulo será descrita a forma como essas informações foram trabalhadas.

[4] Sobretudo a partir dos anos 50, a historiografia europeia compreendeu que a reconstituição genealógica das linhagens era fundamental para o conhecimento da nobreza medieval, permitindo a abordagem de temáticas variadas, sendo de destacar, por exemplo, os estudos desenvolvidos sobre as estruturas do parentesco, a evolução do matrimónio e da família, etc. Devem-se sobretudo a Léopold Genicot e a Georges Duby os trabalhos pioneiros que assinalaram essa importância (L.GENICOT, *1960* e vários estudos, datados a partir de 1953 e recolhidos em *1982*; G.DUBY, *1989* - colectânea em trad. port. de artigos datados desde 1958), e que contribuiram decisivamente para o alargamento desses estudos, não só em França (destaquem-se, entre muitos outros, as colectâneas de artigos reunidos por P.CONTAMINE em *1976* e em *1989*, ou os estudos de M.PARISSE, *1982* e de M.T.CARON, *1987* e *1994*), mas também às historiografias anglo-saxónica (K.J.STRINGER, *1985*, S.L.WAUGH, *1988*, C.T.CAIRNEY, *1989*, D.CROUCH, *1992* e E.SPRING, *1993*) e peninsular (sem esquecer os trabalhos pioneiros de E.SÁEZ, *1946* e *1948*, deve-se a S.MOXÓ, *1969*, o estudo clássico - partindo das genealogias de várias linhagens - sobre a nobreza castelhana; são de destacar, por mais recentes, os estudos de J.GARCIA ORO, *1981*, E.PARDO DE GUEVARA Y VALDÈS, *1985*, J.SALAZAR ACHA, *1985* e *1989*, F.MOXÓ Y MONTOLIU, *1990*, e especialmente de R.SÁNCHEZ SAUS, *1989*). O caso português será analisado no capítulo terceiro desta *Primeira Parte*.

fase seguinte do trabalho implicava a reconstituição genealógica das várias linhagens encontradas. Atendendo, porém, ao seu volume, fomos obrigado a fazer uma selecção, processo que, numa primeira fase, nos levou a um grupo de 323 linhagens, às quais se poderiam ainda acrescentar mais umas 130[5]. Ainda era um número muito elevado, mas admitimos que a própria evolução do trabalho acabaria por determinar uma selecção mais apurada, o que, de facto, veio a acontecer.

Decidimos, então, fazer um ensaio de reconstituição, não só para verificar quais os resultados a que se podia chegar, como também para calcular o tempo que essa tarefa implicava. Escolhemos os Alcoforados; era uma linhagem que se podia considerar representativa da *média* daquele grupo: não tinha um número de indivíduos muito elevado - treze- , e apresentava um volume de dados que nos parecia suficiente para a reconstituição das suas biografias.

Constatámos, porém, que as informações relativas à linhagem, recolhidas das inquirições dionisinas, apontavam para uma partilha de certos bens entre os Alcoforados e os de Arões. Intrigado com a insistência dessa partilha, e persuadido que não se tratava de uma coincidência, tentámos então descobrir que relações explicariam aquela co-propriedade. Feita a reconstituição genealógica das duas linhagens, logo concluímos que descendiam ambas de um tronco comum, os Guedãos. Seguindo o processo inverso, verificámos que estes se segmentaram em nove linhagens diferentes. O confronto dos dados que tínhamos para todos estes ramos revelou situações idênticas à anterior.

Se, desde o início, tínhamos consciência que não era possível compreender os diferentes comportamentos e características das linhagens da nobreza dionisina sem conhecer, ainda que de uma forma sintética, os seus antecedentes, o acaso ajudou-nos a clarificar duas questões: por um lado, que algumas linhagens não podiam ser analisadas como unidades isoladas, mas sim em comparação com os restantes segmentos de um todo mais complexo, de que provinham; e, por outro, que para todas se impunha um estudo da sua evolução, mais pormenorizado do que inicialmente se pensara.

Aparentemente, o método não era novo. Com efeito, já na nossa dissertação de mestrado tínhamos tentado a reconstituição genealógica de um certo número de famílias, partindo dos meados do século XIV e recuando até aos finais do século XI, estudando depois a sua evolução no sentido contrário. O método repete-se aqui, com a diferença, óbvia, de o âmbito da análise ser muito mais vasto, uma vez que não parte, como então, de um único ponto, mas de vários. Mas, a evolução das linhagens é agora abordada, quanto a nós, de uma forma inovadora.

[5] Sobre esse processo, veja-se a introdução ao Capítulo 4.

Assim, elegemos três vectores que consideramos fundamentais para a caracterização daquelas: o património e a sua mobilidade geográfica, as alianças matrimoniais e os contactos com a corte. Todas as linhagens, em termos evolutivos, serão estudadas em função desses três aspectos, devidamente articulados entre si. Além disso, e como já referimos, no caso de haver situações de segmentação das *linhagens-mãe*, os diferentes ramos daí provenientes não serão apreciados isoladamente, mas sim em termos relacionais.

Estas opções metodológicas tiveram várias consequências. Por um lado, facilitaram a selecção final das linhagens que seriam estudadas: escolhemos 25 linhagens, que vão desde as mais conhecidas - englobando a "Família Real" e as da nobreza de corte -até algumas que nunca foram estudadas, passando por linhagens da nobreza média, de âmbito regional ou local, contemplando-se, nos diferentes níveis, vários *casos* de segmentação; procurou-se, ainda, que essas 25 linhagens não se restringissem apenas, em termos de origem geográfica, ao Entre-Douro-e-Minho ou, se se preferir, ao *Norte senhorial* - muito embora seja o "berço" da maioria -, mas a outras regiões do Reino.

Por outro lado, contudo, e como facilmente se perceberá, aquelas opções também implicaram a alteração do plano inicial, ou seja, a reconstituição genealógica das linhagens já não se podia limitar às gerações que viveram no período que havíamos seleccionado, mas tínhamos que recuar até às origens de cada uma delas. Uma vez, porém, que o levantamento documental fora dirigido para uma determinada cronologia, e não poderia alargar-se da mesma forma, procurámos, na medida do possível, sistematizar o maior número de informações recolhidas por outros autores para os períodos anteriores, o que, em relação a certas linhagens, permitiu reunir, pela primeira vez, muitos dados que se encontravam dispersos.

Finalmente, e antes de passarmos à apresentação detalhada do método seguido no tratamento dos dados e na forma da sua exposição, uma palavra muito breve sobre a bibliografia.

Como se poderá verificar através de uma análise sumária da bibliografia citada neste trabalho, uma parte considerável do nosso esforço, como acima referimos, volveu-se para a tentativa de recolher o maior número possível de dados já publicados por outros autores, sobre as linhagens medievais portuguesas ou sobre os seus membros. Daí resultou a utilização de um volume considerável de trabalhos, na sua maioria dispersos pelas mais variadas revistas, em actas de congressos ou em forma de monografia. Esforço que, em muitos casos, acabou por ser compensatório, na medida em que nos permitiu encontrar alguns elos que faltavam para esta, ou aquela ligação familiar; ir um pouco mais além na biografia de determinado indivíduo, etc. Por outro lado, a sistematização dessas informações,

devidamente articuladas com os dados documentais, permitiu corrigir alguns erros interpretativos, ou lacunas que, de outra forma, dificilmente seriam colmatadas.

Quanto aos estudos sobre nobreza medieval, ou sobre as questões que serão analisadas na *Terceira Parte* desta dissertação, privilegiámos, sobretudo, as bibliografias portuguesa e espanhola, sem que isso signifique uma menor atenção relativamente ao contributo das investigações realizadas para as regiões de além Pirinéus, nomeadamente pela bibliografia francesa, da qual aquelas, por muitos anos, foram grandemente dependentes.

Contudo, parece-nos inegável que, ao longo dos últimos vinte anos, a historiografia sobre a nobreza medieval dos dois países peninsulares deu passos significativos, quer quanto ao número de estudos, quer quanto a um melhor conhecimento e aproveitamento das fontes, quer, finalmente, quanto ao aperfeiçoamento e utilização de diferentes abordagens metodológicas[6]. Desta forma, por exemplo, haverá que, nomeadamente, atender ao facto de a realidade medieval da Península ter sido profundamente marcada pelo "fenómeno" da Reconquista, a qual deu contornos específicos à evolução política, social, económica e cultural dos vários reinos ibéricos.

Ou seja, e agora quanto aos estudos sobre nobreza, parece-nos que os historiadores peninsulares terão, cada vez mais, que ter em conta os múltiplos factores que determinaram a evolução daquela classe social. De resto, são cada vez mais os exemplos das chamadas de atenção para as particularidades deste ou daquele fenómeno, para a necessidade de uma melhor definição das cronologias, ou para o "arcaísmo" de certas situações. Ou seja, vão-se detectando as diferenças, que em relação a alguns aspectos distinguem a nobreza peninsular da restante nobreza europeia, nomeadamente da francesa.

Em conclusão, e, repita-se, sem negar, muito pelo contrário, a importância do contributo de outras realidades e/ou experiências metodológicas, talvez aqueles já tenham as condições - ou mesmo a obrigação - para definir e ensaiar os seus próprios modelos interpretativos.

Vejamos, agora, as principais opções seguidas, primeiro em relação ao tratamento dos dados e, depois, quanto à sua apresentação.

---

[6] Recorde-se, a título de exemplo, que o século XIII se encontrava praticamente por estudar, contando agora com vários estudos aprofundados sobre a nobreza desse período, o que permite uma avaliação muito mais rigorosa da sua evolução entre os séculos XII e XIV.

1.1. História Genealógica ou Catálogo Prosopográfico?

Mais acima, referímos que o levantamento de dados efectuado conduziu a um total de cerca de 30.000 fichas, contendo informações sobre 3720 indivíduos, cronologicamente situados entre 1261 e 1350. Para a recolha daqueles dados recorremos ao método prosopográfico[7]. Já não será necessário, hoje em dia, enaltecer as virtudes de um método, que nos últimos anos se afirmou como um dos processos mais úteis para o conhecimento da composição social de vários grupos, nomeadamente o das élites políticas[8].

Assim, também nós recolhemos todo o tipo de informações relativas aos elementos que constituíam o grupo que previamente definíramos e que pretendíamos estudar. Como também já dissemos, acabámos por seleccionar um conjunto de 25 linhagens, número que, devido ao fenómeno de segmentação sofrido por algumas, atingiu 101 linhagens. A estas, corresponde um universo de 1435 indivíduos - documentados entre 1261 e 1350 - ao qual poderemos acrescentar perto de 250, também membros daquelas 101 linhagens, mas das

---

[7] Sobre as incertezas ainda existentes quanto ao verdadeiro sentido da palavra *Prosopografia*, e mesmo quanto ao seu objectivo, vg. N.BULST, *1996*, sobretudo pp.470-478. Nestas circunstâncias, seguimos a postura de Karl Ferdinand Werner, segundo o qual, aquela, como ciência auxiliar, se situa "*entre l'anthropologie, la généalogie, la démographie et l'histoire sociale, entre l'évènement unique, l'individualité et la reconstructions sérielle de phénomènes sociaux et de processus de longue durée*" (cit. por N.BULST, *1996*, p.471). Desta forma - até porque "*le médiéviste et prosopographe fera bien de ne pas oublier que la prosopographie ne représente qu'une approche parmi d'autres*" (IDEM, *ibidem*, p.482) - se o método prosopográfico nos foi útil para a sistematização dos dados obtidos, será através da genealogia interpretativa que tentaremos estudar e conhecer a nobreza dionisina.

[8] Sobre *Prosopografia* e *Método Prosopográfico*, continuam a ser de leitura obrigatória os textos reunidos por H.MILLET, *1985*, por F.AUTRAND, *1986*, e, mais recentemente, por J.-P.GENET e G.LOTTES, *1996*. Em Portugal, o método foi ensaiado pela primeira vez por José Mattoso no final da década de 60, aplicando-o quer aos meios monásticos quer aristocráticos (J.MATTOSO, *1968*, *1968-69* e *1969*), sendo depois utilizado por vários autores, relativamente à reconstituição e estudo: **de várias casas senhoriais** (H.BAQUERO MORENO, *1973*; L.A.FONSECA, *1982*; M.C.A.CUNHA e M.C.G.PIMENTA, *1984*; J.MARQUES, *1988*; M.S.CUNHA, *1990* e J.S.SOUSA, *1991*); **de comunidades monásticas** (M.R.B.MORUJÃO, *1991* e R.C.MARTINS, *1992*) **ou monástico-militares** (M.C.A.CUNHA, *1989*; M.C.G.PIMENTA, *1989*; I.L.M.S.SILVA, *1989*; J.S.F.MATA, *1991*; M.R.S.CUNHA, *1991* e P.M.C.P.COSTA, *1993*); **de várias linhagens** (J.A.S.PIZARRO, *1995* e B.V.SOUSA, *1995*), **ou da nobreza de diferentes reinados** (L.VENTURA, *1992*; A.S.CRUZ, *1995*, e F.R.FERNANDES, *1996*); **dos trovadores** (A.R.OLIVEIRA, *1994*), **ou dos "agentes do direito"** (J.A.A.D.NOGUEIRA, *1994*). Seríamos injusto, porém, se aqui não destacássemos o esforço que o Professor Carvalho Homem, da nossa Faculdade, tem vindo a desenvolver nos últimos anos, dedicado-o ao estudo da oficialidade régia e das élites políticas dos sécs. XIV e XV, para o qual foi decisivo o contributo do seu estudo sobre a constituição do Desembargo Régio (A.L.C. HOMEM, *1990*), esforço continuado pelo próprio e por um já significativo "corpo" de discípulos (E.P.MOTA, *1989*; A.L.P.M.COSTA, *1989*; J.A.G.FREITAS, *1991*; V.R.S.M.VAZ, *1995*; A.P.F.G.ALMEIDA, *1996*, e A.P.C.BORLIDO, *1996*).

gerações anteriores ou posteriores àqueles limites, e para os quais foram recolhidos e sistematizados os dados trabalhados por outros autores. Ou seja, tínhamos pela frente um grupo de cerca de 1700 indivíduos. A questão que então se colocou foi a do seu tratamento, bem como a da apresentação dos respectivos dados[9].

Pensarão alguns que, tendo sido utilizada a prosopografia, seria natural que depois se elaborasse o respectivo **catálogo prosopográfico**. Contudo, não só isso não era viável, como a sua utilidade seria muito relativa. Expliquemo-nos.

Quanto á viabilidade, convirá recordar que trabalhámos com um número de indivíduos muito superior ao que habitualmente é tratado em obras que apresentam aquele tipo de catálogos, pelo menos no âmbito da História Madieval[10]. Para termos uma ideia, bastará referir que *O Desembargo Régio*, para um período de mais de 100 anos, conta com 240 membros; que a *Nobreza de Corte de Afonso III* engloba 102 indivíduos; e que os actores do *Espectáculo Trovadoresco* são 164[11]. Ou seja, grupos francamente mais reduzidos, bem longe de um hipotético catálogo com perto de 1700 entradas, mesmo que distribuídas por **cento e uma** famílias...[12].

Quanto à utilidade, lembre-se que os catálogos prosopográficos, pelo menos aqueles que conhecemos, partiram de realidades com contornos muito mais bem definidos e delimitados do que o nosso, e daí o seu menor volume, bem como a possibilidade de se tornarem, digamos assim, operativos. Isto significa que, caso fizéssemos o estudo da nobreza de corte dionisina, não teríamos este problema, como estamos convencidos que um estudo sobre *toda* a nobreza do reinado de D.Afonso III não permitiria a elaboração de um catálogo prosopográfico. Quer isto dizer, que não basta apenas encontrar um qualquer denominador comum que defina o grupo a analisar[13]. É preciso que esse elemento seja minimamente "restrictivo" - por exemplo, os membros do desembargo, ou a nobreza de corte, ou os

---

[9] Uma vez que se trata, na sua maioria, das linhagens mais importantes da nobreza da época, compreende-se que sejam aquelas para as quais existem mais dados. Assim, para essas 101 linhagens, foram utilizados perto de 50% das 30.000 fichas.

[10] Sobre a prosopografia aplicada às sociedades de "Antigo Regime", e que abarcam micro-populações não raro bem mais elevadas, graças a uma alta sofistificação informática, vejam-se alguns artigos inseridos em J.P.GENET e G.LOTES, *1996* (nomeadamente o de António Manuel HESPANHA (*et alii*), o de Gerald AYLMER, e o de Wolfgang REINHARD e Wolfgang WEBER).

[11] Reportamo-nos, como é óbvio, às dissertações de doutoramento de, respectivamente, A.L.C.HOMEM, *1990*, pp.261-394, L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.526-767, e A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.303-440.

[12] Sobre os problemas levantados por números elevados de indivíduos, cfr. J.MORSEL, *1996*, sobretudo pp.141-145.

[13] F.AUTRAND, *1986*, p.13.

indivíduos de uma linhagem, etc. - por forma a evitar o alargamento desmesurado do grupo. O que nós não podemos evitar, uma vez que "*a qualquer coisa em comum*"[14] que une aqueles 1700 indivíduos, é o facto de serem nobres.

Nobres, porém, de 25, ou de 101 linhagens diferentes, com origens variadas, quer no tempo quer no espaço, ocupando níveis distintos dentro da sua classe, que podiam ir dos Infantes ou ricos-homens até ao mais miserável dos escudeiros de província. No fundo, não pretendemos, com este trabalho, enquadrar funções, actividades, estatutos ou outras características específicas. Queremos, sim, e dentro das nossas várias limitações, reconstituir vidas, dar corpo a nomes perdidos na documentação e ligados por laços de sangue ou de afinidade. Os dados recolhidos sobre cada um deles permitem fazer uma ideia do estatuto e do comportamento social dos nobres, mas a sua lista está longe de ser exaustiva. Constituem apenas uma amostra representativa do conjunto.

Neste sentido, e na nossa perspectiva, continuamos a acreditar que a Genealogia se apresenta como uma das abordagens metodológicas mais frutuosas para o conhecimento da nobreza, como da sociedade em geral[15], e para o qual este trabalho pretende, modestamente, contribuir.

Assim, o que constitui o núcleo central deste trabalho são as reconstituições genealógicas ou, homenageando um dos nomes maiores da genealogia portuguesa, as *Histórias Genealógicas* das linhagens previamente seleccionadas. Será a partir delas que, depois, na terceira e última parte, se procurará definir e caracterizar a nobreza dionisina, através da análise do património, das relações com a corte, e das alianças matrimoniais.

---

[14] IDEM, *ibidem*.

[15] Sobre a importância da Genealogia, vejam-se, entre muitos outros: G.DUBY, *1967*; L.GENICOT, *1975*; J.MATTOSO, *1976*; B.GUENÉE, *1978*; e, mais recentemente, R.SÁNCHEZ SÁUS, *1992* e E.GAUCHER, *1994*. Não se deve, também, deixar de mencionar o desenvolvimento que os estudos sobre Heráldica e Sigilografia têm demonstrado nos últimos anos, sobretudo para o período medieval, contribuindo para um mais perfeito conhecimento da nobreza, sendo de destacar os nomes, e alguns dos principais trabalhos, de M.PASTOUREAU (*1977*, *1979*, *1981* e *1984*) e de F.MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS (*1982*, *1984*, *1992* e *1993a*), deixando para mais tarde as referências sobre o panorama nacional.

1.2. Texto Genealógico e Árvores Genealógicas

Uma vez que a *Segunda Parte* desta dissertação é, na sua grande maioria, constituida por reconstituições genealógicas, convirá explicar os critérios adoptados, quanto à construção do texto como das árvores genealógicas.

Todas as reconstituições são antecedidas por uma breve introdução, onde se procura traçar a evolução da linhagem até ao período dionisino, destacando-se ainda as características que melhor as definem. Apresentam-se, a seguir, as histórias genealógicas.

Estas, porém, têm momentos de "arranque" diferentes: assim, sobretudo nos casos das linhagens que sofreram segmentações, podem ter que recuar bastante mais que as outras, uma vez que se tem que procurar o antepassado comum a todos os ramos secundários do tronco principal, sendo depois desenvolvidos a partir daí; caso contrário, o texto genealógico começará nos progenitores da geração que atingiu o período dionisino. De uma maneira geral, o termo do texto é marcado pelas gerações que nasceram o mais próximo possível do final daquele período, muito embora possa haver casos mais tardios; contudo, raramente se ultrapassará a década de 60 do século XIV.

Finalmente, e quanto ao desenvolvimento dos diferentes ramos, convirá deixar as seguintes indicações:

- O texto genealógico começará sempre pelo desenvolvimento do tronco principal, passando depois, quando for o caso, para os sucessivos ramos secundários;

- Sobretudo nos casos em que existe segmentação, e para tornar mais clara a exposição, foram criados novos textos que, de uma maneira geral, correspondem a um novo "apelido"; contudo, podem acontecer situações em que o mesmo texto se reporta a vários apelidos, sobretudo quando alguns deles tiveram uma duração muito limitada, não se justificando, por isso, textos autónomos;

- Como é normal nas descrições genealógicas, existe sempre um ramo que tem primazia sobre os outros; assim, no conjunto de vários irmãos, a expressão ***«que segue»***, indica aquele pelo qual é desenvolvido o texto até ao final da reconstituição. No entanto, isso nem sempre significa que a linha escolhida é a primogénita - o que muitas vezes não se pode apurar - mas apenas a que teve mais continuidade, ou a que reuniu os elementos mais importantes para o período dionisino;

- Na ordenação dos irmãos, e de uma maneira geral, seguiremos a que é indicada pelos

livros de linhagens, excepto quando a documentação permite optar por uma ordenação diferente;

- Só serão desenvolvidos os ramos femininos quando não se sabe a linhagem do cônjuge de uma determinada senhora; caso contrário, as biografias das senhoras, excepção feita às solteiras, serão remetidas para a linhagem do respectivo marido[16];

- O tratamento de *«Dom/Dona»* só é referido quando existe confirmação documental do seu uso.

Quanto às Árvores Genealógicas, que constituem o Volume III, elas seguem a mesma ordem, e numeração, dos textos genealógicos da *Segunda Parte*.

Em onze casos[17], coincidindo a maioria com famílias cujas origens remontam muito para além do período dionisino, o confronto das informações provenientes de vários autores, ou dispersas em diferentes artigos do mesmo autor, permitiu, por vezes, esclarecer situações menos claras, rectificar parentescos, acrescentar ou eliminar filiações, acrescentar gerações, etc. Todas essas alterações, ou simples sistematizações de dados dispersos, são assinaladas através de notas alfabéticas, correspondentes a outros tantos textos que se encontram reunidos no final das respectivas reconstituições genealógicas, sob a epígrafe «**NOTAS À ÁRVORE GENEALÓGICA DOS...**».

Quanto aos diferentes símbolos e convenções utilizados nas árvores, respeitam os habitualmente usados em trabalhos idênticos, como os de parentesco documentado ou hipotético, etc., havendo apenas a assinalar a inclusão de três sinais menos usuais: o asterisco (*), para indicar os indivíduos que não são referidos em qualquer dos três livros de linhagens medievais; o círculo cheio ou vasado (o/o) para indicar, respectivamente, os clérigos/monges e as monjas. Na verdade, e uma vez que a complexidade da elaboração das árvores não permite colocar muitos símbolos, achamos mais útil que o leitor tenha uma perspectiva imediata dos membros de cada linhagem que seguiram a carreira eclesiástica do que, por exemplo, colocar os símbolos de masculino/feminino, o que imediatamente se depreende pelos nomes dos indivíduos; nos casos, pouco numerosos, de desconhecimento do nome próprio, a leitura do texto genealógico esclarecerá a dúvida.

Este último aspecto leva-nos até ao formato do Volume III, porventura incómodo ou

[16] Por razões de homogeneidade, a remissão é sempre feita, mesmo quando a linhagem do marido não foi contemplada neste estudo.

[17] Árvores relativas aos Sousas, Braganças, Maias, Baiões, Riba Douro, Barbosas, Guedões, Lanhosos, Trastâmaras, Cunhas e Góis.

pouco prático mas que, quanto a nós, tem uma virtude. Com efeito, quem não "desesperou" já, tentando acompanhar um texto com a visualização simultânea de um mapa, de um quadro sinóptico ou de uma árvore genealógica? Sobretudo quando são desdobráveis - que teimam em não desdobrar... -, situados no mesmo ou em diferente volume, obrigando ao exercício de andar para trás e para a frente, ou de segurar dois livros abertos. Foi a pensar nesses incómodos, até porque o mesmo formato do texto implicaria que a maioria fosse desdobrável, que resolvemos apresentar as árvores genealógicas em formato "A3", formando uma espécie de álbum que facilita a simultaneidade de consultas, permitindo que o leitor possa acompanhar a leitura dos textos genealógicos com a permanente "companhia" da perspectiva geral de cada linhagem.

De resto, só assim se entendem certos parentescos ou relações realçadas no texto genealógico, como, por exemplo, facilmente se apercebem as "preferências" ou estratégias matrimoniais, o crescimento e a extinção, a incidência das carreiras eclesiásticas ou monásticas, ou o número de celibatos e a fecundidade de cada linhagem.

SÍMBOLOS E CONVENÇÕES

Numeração - Romana: Gerações

Árabe: Posição relativa do indivíduo dentro de cada geração.

Linha - Contínua: Parentesco documentado.

Descontínua: Parentesco hipotético.

Ponteada: Ligação por bastardia.

Símbolos:

=	Aliança legítima.
:::	Aliança ilegítima.
*	Indivíduo omitido pelos livros de linhagens.
+	Indivíduo cuja existência é hipotética.
•	Clérigo/Monge.
o	Monja.
↓	A descendência deve-se procurar na família indicada.
⊥	Ramo sem descendência documentada.
N	Nome próprio desconhecido.
GAIA	Ramo estudado em capítulo autónomo e com árvore própria.

Capítulo 2

Tipologias e Crítica de Fontes

Tendo passado o mês de Agosto de 1988 na "Sala dos Índices" do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, para um primeiro levantamento da documentação monástica a consultar, logo no primeiro dia fomos interpelados pela Dona Helena sobre quais os cartórios que pretendíamos explorar. Jamais esqueceremos o seu olhar, entre o espanto e a incredulidade, quando respondemos "*Todos*", expressão que mais se avivou quando a mesma resposta elucidou a sua interrogação sobre o tipo de documentos que nos interessavam.

Este episódio, pequena *estoria* de uma história de dez anos, serve apenas para introduzir a matéria que compõe este capítulo: as fontes e a sua crítica; a simples apresentação da lista de fontes utilizadas, tanto manuscritas como impressas, desde logo fará compreender a sua pertinência.

Com efeito, para uma investigação como a que pretendíamos fazer, passando pela reconstituição de centenas de biografias, todo e qualquer tipo de informação interessava, independentemente da sua proveniência. Ao contrário do que muitas vezes se afirma, existe uma grande quantidade de documentação para o período que nos interessava, muito embora se encontre bastante dispersa, e na sua grande maioria permaneça inédita. Na verdade, o reinado de D.Dinis é aquele que, dentro da 1ª Dinastia, conta com menos fontes impressas. Como se sabe, Alexandre Herculano orientou a recolha e publicação de documentos precisamente até ao final do reinado de D.Afonso III - é até 1279 que contamos com mais documentação régia e cartulários publicados -enquanto que, por outro lado, as recentes edições de chancelarias e de actas de cortes têm contemplado os reinados posteriores a 1325.

Desta forma, não estando publicados, os diplomas régios - forais, inquirições, actas de cortes, etc. - e sendo escassa a documentação eclesiástica ou monástica publicada para o período que nos interessa, o investigador do período dionisino vê-se obrigado a percorrer

quase todos os arquivos e fundos documentais do país, uns e outros geralmente mal organizados e inventariados. O que, diga-se também em abono da verdade, terá permitido encontrar muitas informações em fundos que, à partida, não se esperava revelassem matéria de interesse.

2.1. Tipologia e diversidade

Numa primeira fase procedemos à recolha das informações contidas na documentação régia manuscrita, existente em reproduções microfilmadas no Instituto de Documentação Histórica Medieval da Faculdade de Letras do Porto (Chancelarias de D.Afonso III e de D.Dinis, e Inquirições de D.Dinis e de D.Afonso IV, e Inquirições da Leitura Nova[1]), depois do que passámos aos arquivos onde, com excepção das *Gavetas* da Torre do Tombo, a maioria da documentação trabalhada foi a de proveniência eclesiástica e monástica. Na fase seguinte foram levantados os dados contidos nas principais colecções de fontes impressas (diplomáticas, narrativas, jurídicas e outras[2]), após o que, finalmente, se procedeu à inventariação e fichagem dos documentos dispersos em inúmeros artigos de revistas, em actas de congressos, ou em estudos monográficos que, à partida, sabíamos que continham bons apêndices documentais.

[1] Graças aos avisos sábios de investigadores mais velhos e experientes, deixámos para o fim os livros da Leitura Nova - até porque os tínhamos à disposição no Porto, em microfilmes - os quais, com excepção dos relativos às Inquirições, não foram fichados. Com efeito, no final do levantamento documental, e após algumas sondagens, chegámos à conclusão que o esforço e o tempo dispendidos na leitura das dezenas de livros que a compõem se revelariam pouco frutuosos, atendendo ao grande volume de documentos originais por nós compulsados nos arquivos; acresce, ainda, e tal como nos tinha dito o Professor Carvalho Homem, a quem mais uma vez penhoradamente agradecemos, o facto de a Leitura Nova conter inúmeros erros de leitura e, sobretudo, de datação, o que implicaria o dispêndio de mais tempo para o seu confronto com os textos originais. Opção, como é óbvio, que comportará o risco de se terem perdido algumas informações, mas que não cremos sejam muito numerosas.

[2] Só não foram fichados os livros de linhagens, os cancioneiros, e as Inquirições de 1220 e de 1258. Os primeiros, por razões óbvias: para além de nos interessarem na sua globalidade, a recente edição crítica dos seus textos foi acompanhado por índices muito completos, permitindo uma consulta rápida e eficaz; os segundos, porque dentro de pouco tempo seriam postos à disposição dos investigadores os resultados das investigações levadas a cabo pelo Professor Resende de Oliveira, sobre esses textos e os seus autores, muitos deles membros da nobreza ; as inquirições, finalmente, porque, para além de se reportarem a períodos anteriores ao do nosso levantamento, representariam um imenso esforço e acréscimo de informação. Todavia, e como se poderá facilmente comprovar pela leitura da *Segunda Parte* deste trabalho, as duas inquirições foram amplamente utilizadas.

Como acabámos de ver, a parte central desta dissertação foi construída com materiais de variada procedência e qualidade. Por um lado, temos as informações de origem diplomática e que podemos chamar "arquivísticas", uma vez que são aquelas em que se pode depositar mais confiança, quer nas suas características externas como internas, e que não levantam os mesmos problemas interpretativos que as "narrativas". Estas, são essencialmente as que provêm dos livros de linhagens, das crónicas e dos cancioneiros; como se sabe, são fontes que muitas vezes foram redigidas com intuitos laudatórios ou depreciativos para este ou aquele personagem, omitindo propositadamente certos factos ou exacerbando a importância de outros. Daí que o seu aproveitamento implique uma maior atenção, sobretudo para quem as utiliza sem o apoio de outro tipo de fontes. Já a seguir teremos oportunidade de aprofundar estas questões.

Entretanto, e como corolário, tivemos ainda que contar com um terceiro tipo de informações, "de segunda mão". Com efeito, para além de se terem articulado os dados provenientes de um e de outro tipo de fontes, não podíamos deixar de entrar em linha de conta com os dados fornecidos por outros autores. Mas, entre estes, a variedade também é grande: desde os mais clássicos, como os incontornáveis Brandões ou António Caetano de Sousa, até aos actuais, encontram-se, por exemplo, afirmações baseadas em documentos que já não existem, que se referem incorrectamente, ou que pura e simplesmente não se citam; há ainda que contar com os frutos das interpretações mais sólidas, como das mais fantasiosas.

Estas dificuldades foram muitas vezes resolvidas pelo confronto directo com os diplomas originais, os quais permitiram confirmar, ou infirmar, algumas dessas informações; nos outros casos, optou-se por aceitar as que não colidiam com a globalidade dos dados que tínhamos, muito embora seja sempre referida a sua menor fiabilidade[3].

Ou seja, e concluindo este ponto, pretendemos aqui, como nos pontos que se seguem, chamar a atenção para as dificuldades que se colocaram - e muitas delas terão ficado por resolver - no momento de cruzar todas estas informações, de origens e qualidade tão diversificada, implicando escolhas e, seguramente, interpretações pessoais. O leitor julgará se são seguras ou "fantasias".

[3] Como é evidente, utilizámos sempre em primeiro lugar os originais e só depois as cópias; em caso de anomalias, estas foram analisadas face aos "dossiers" constituídos com base naquelas informações, para verificar se se podiam resolver com alguma correcção dos dados fornecidos; sempre que foi necessário, recorreu-se à crítica diplomática, pelo exame do formulário e dos usos da época.

2.2. Livros de Linhagens

A importância dos nossos livros de linhagens medievais, mesmo quando confrontados com a produção congénere europeia, é por todos reconhecida[4]. Pela nossa parte, e no que respeita a este trabalho, a sua importância foi crucial.

Na verdade, teria sido muito difícil, e em alguns casos mesmo impossível, reconstituir o número de linhagens que aqui se apresentam sem o apoio dessas fontes. Mesmo quando, sobretudo para as épocas mais recuadas, apresentam algumas deficiências, o seu encadeado de nomes e de gerações funciona como um "esteio" onde podemos apoiar-nos, sendo ainda assim bem mais úteis do que se tivéssemos que partir do nada.

Ora, depois da vasta massa documental que recolhemos e que foi trabalhada, estamos em condições de afirmar, pelo seu confronto com a globalidade dos dados comportados nos três livros de linhagens, que essas deficiências não são suficientes para ofuscar a grande e geral fiabilidade das suas informações.

Todavia, não se pode deixar de chamar a atenção para certos aspectos, que deverão ser levados em conta sempre que se usarem essas fontes.

Em primeiro lugar, uma simples consulta às árvores genealógicas do volume III permite, de imediato, constatar que o número de indivíduos por família, referidos pelos livros de linhagens, é quase sempre inferior ao que foi encontrado através da documentação diplomática, havendo mesmo alguns casos com diferenças consideráveis[5]. Aqui fica a chamada de atenção para aqueles que sejam tentados a fazer alguns cálculos demográficos a partir destas fontes, sem o necessário confronto com outro tipo de informações[6].

Em segundo lugar, as inexactidões com os nomes. São menos abundantes que as anteriores, e encontram-se sobretudo de dois tipos: troca de nomes, por exemplo entre irmãos, mas mais vulgarmente entre irmãs; e omissão de nomes próprios. Cabe aqui referir, que a maioria dos investigadores que utilizam estas fontes, dá geralmente a preferência ao *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*. Compreende-se que assim seja, uma vez que este é muito mais completo que os outros dois livros; contudo, é muitas vezes utilizar estes, já que

[4] J.MATTOSO, *1976*.

[5] A título de exemplo, veja-se o caso dos Nóbregas, sendo tanto mais de estranhar, porquanto era a linhagem do todo-poderoso valido de D.Afonso III, Dom João Pires de Aboim.

[6] Para dar outros exemplos, há bastantes casos de casais ditos "sem filhos", que na realidade os tiveram, ou de "celibatários(as)" que o não foram.

as suas informações, em certos casos, são mais correctas que as daquele. Estamos a pensar no caso, por exemplo, dos nomes mais arcaicos ou no das religiosas, normalmente mais bem identificadas, pelo *Livro Velho de Linhagens* e pelo *Livro de Linhagens do Deão.*

Devem-se também referir as omissões de indivíduos, noutra perspectiva. Algumas resultam de pertencerem a linhagens mais afastadas da corte, e por isso menos conhecidas. Para outras, porém, a explicação tem que ser de outro tipo.

Vejamos um caso extremo. Como compreender que, na enumeração dos bastardos de D.Dinis, o Conde D.Pedro tenha omitido os nomes de uma irmã e do respectivo marido!? Esquecimento? Nem por sombras. O problema, quanto a nós, é que essa irmã estava casada com um membro da linhagem dos Lacerdas, pretendente ao trono castelhano desde a morte de Afonso X. Para além da amizade que uniria o conde de Barcelos a Afonso XI, seu sobrinho e protector durante o exílio, as suas relações com o cunhado, João Afonso de Lacerda, não seriam as mais cordiais, tendo em conta que este se manteve até ao fim ao lado de D.Dinis e dos bastardos Afonso Sanches e João Afonso. Ora, se o Conde D.Pedro não hesitou em omitir uma irmã, imagine-se o que seria com os membros de uma qualquer linhagem que fossem do seu desagrado.

Este aspecto conduz-nos directamente ao âmago da matéria deste ponto. É preciso entrar em linha de conta com a função ideológica destes textos. Com efeito, qualquer um dos três livros de linhagens está muito longe dos textos genealógicos "neutros", ou seja, limitados ao seco desfiar de nomes e de gerações.

Para a compreensão destes aspectos, têm sido fundamentais os estudos de Luís Krus, sobretudo a sua dissertação de doutoramento[7], demonstrando, de uma forma muito impressiva, como os topónimos referidos nos três livros de linhagens, mais do que pretenderem indicar simples referências de localização geográfica, revelavam um código, segundo o qual eram identificados o prestígio ou a imagem negativa de um indivíduo ou de uma linhagem. Daí, que se tenha que ter muito cuidado ao interpretar o sentido desta ou daquela afirmação contida nesses textos, seja a propósito de traições ou de raptos, de barreganias ou de feitos heróicos, ou simplesmente dos aparentes "silêncios" que há pouco referimos.

Em última análise, parece-nos que a intenção mais profunda destes textos é o de exortar o espírito de coesão de um grupo que, cada vez mais, ia perdendo o poder e a autonomia, face à crescente preponderância do poder régio.

[7] L.KRUS, *1989.*

2.3. Fontes diplomáticas

Finalmente, algumas breves palavras sobre a documentação de carácter diplomático. Como se compreenderá, é a mais volumosa, e foi também aquela que nos proporcionou as informações mais importantes para a reconstituição da vida dos nobres aqui biografados.

Para além da documentação régia e das inquirições[8], que permitiu, por um lado, conhecer os contactos com a corte e com o poder régio e, por outro, reconstituir uma parte significativa dos seus bens patrimoniais e saber de que forma exerciam os seus poderes, a documentação monástica e eclesiástica revelou-se como o "veículo" mais eficaz para uma aproximação aos indivíduos no seu quotidiano: nos actos de gestão económica dos seus domínios, como as compras e vendas, ou escambos; nos conflitos, por vezes decorrentes dessa mesma gestão, e que nos revelam os contactos com outros elementos do mesmo grupo, ou com aquelas instituições. É por vezes nestes últimos que aparecem referidas, por exemplo, as atitudes de violência para com dependentes e iguais.

Mas, a sua importância vai muito para além destas informações. Com efeito, uma grande maioria dos testemunhos das relações entre parentes ou entre linhagens - de aliança ou litígio - ficaram preservados nos cartórios monásticos: cartas de procuração ou de arras, nomeações de testamenteiros, de tutores ou de árbitros, partilhas e testamentos, doações pias e préstamos, dívidas, etc. Enfim, todo um vasto mundo de dados que nos permitiram reconstituir trajectórias individuais ou de grupos de parentes, que revelaram os sentimentos e as atitudes que uniram, ou afastaram irmãos, tios e sobrinhos, ou primos; que nos mostraram como os pais deixaram distribuidos os seus bens, que conselhos podiam dar a uma filha, herdeira e "casadoira", ou como os seus filhos os acompanharam até à sepultura.

Curiosamente, não foi nas chancelarias, mas sim nos fundos monásticos, que encontrámos a maior parte dos testemunhos do exercício da autoridade régia, através de sentenças condenatórias como árbitro de partes desavindas, ou simplesmente como protector de orfãos ou de parentes desprotegidos, face a outros mais poderosos.

Não esqueçamos, finalmente, que a maior ou menor riqueza de informação sobre esta ou aquela linhagem, nem sempre está na razão directa da sua importância ou do seu

[8] As inquirições dionisinas forneceram mais de 1/3 do conjunto de informações recolhidas da documentação arquivística. As inquirições, por outro lado, são também uma das fontes que mais atenção tem merecido da parte dos investigadores, muito embora se continue a aguardar um estudo de conjunto, quer sobre aquelas quer sobre as anteriores.

prestígio. Isso pode acontecer, mas muitas vezes fica apenas a dever-se ao facto de a linhagem ter tido, ou não, a sorte de se ligar a um mosteiro com um bom cartório ou, pelo menos, bem preservado até aos nossos dias. Daí, a diferença entre as linhagens da Beira, vítimas das perdas irrecuperáveis de Tarouca, de Salzedas ou de Aguiar, com as situadas no Entre-Douro-e-Minho, mais rico em mosteiros. Mas, de entre todos os mosteiros, há que realçar o fundo documental de Arouca, indiscutivelmente o mais rico espólio para a história da nobreza deste período; família que tenha tido qualquer contacto com esse importante mosteiro - e, sobre tudo e todos, aristocrático - teve quase garantida a preservação de uma boa parte da sua memória.

São essas memórias que nós pretendemos reavivar ao longo da reconstituição das suas vidas. Umas mais bem conseguidas e ricas do que outras, fruto, apenas, do maior ou menor número de vestígios que chegou até nós, e também, seguramente, das nossas limitações.

Antes de passarmos a essa parte, porém, gostaríamos ainda de lançar um olhar, e reflectir, sobre a evolução do género genealógico na historiografia portuguesa ao longo do tempo, desde os livros de linhagens medievais até à actualidade.

Capítulo 3

O *Género* Genealógico na Historiografia Portuguesa

Em meados de 1964, veio a público, pela mão do Professor Oliveira Marques, uma das obras mais inovadoras e marcantes da historiografia medievística portuguesa deste século: o *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*. Aí se encontravam, incluídas no capítulo dedicado às "Ciências Auxiliares da História", algumas páginas relativas à *Heráldica* e à *Genealogia*[1]. Na sua maioria, as obras aí referidas datam dos sécs. XVIII-XIX ou da primeira metade deste século[2], panorama que não se alterou substancialmente, exceptuando dois ou três casos, nas sucessivas reedições, respectivamente de 1979 e de 1988.

Mais recentemente, ou seja, passados 30 anos, saiu a lume uma importante publicação onde se inventaria a produção historiográfica portuguesa, entre os anos de 1974 e 1994[3]. O leitor interessado em procurar trabalhos que versem temas como, por exemplo, heráldica ou genealogia, é encaminhado, respectivamente, para "Outras Ciências de Incidência Histórica" ou para "Biografias e Genealogias".

Esta "arrumação" coloca-nos face a várias realidades: em primeiro lugar, que os estudos heráldicos ainda não evoluiram o suficiente para merecerem um lugar próprio e autónomo, a par de outras ciências afins da História, como é o caso da Paleografia e da Diplomática; pelo contrário, e em segundo lugar, parece que a importância da Genealogia foi finalmente reconhecida, ombreando com a Biografia, uma das abordagens metodológicas

---

[1] 1ª Ed., Lisboa, Ed. Cosmos, 1964, pp.160-164.

[2] O mesmo se diga relativamente ao *Dicionário de História de Portugal* (1961-1967), no artigo relativos a "Genealogia" (vol.II, pp.334-337).

[3] *Repertório Bibliográfico da Historiografia Portuguesa. 1974-1984* (Coord. de Maria Helena da Cruz Coelho, *et alii*), S/l., Faculdade de Letras de Coimbra-Instituto Camões, 1995.

mais inovadoras e em destaque nos últimos anos.

Quanto à Heráldica, não nos admira que assim seja, porquanto continua a ser uma ciência muito pouco cultivada entre nós, quer no que respeita ao inventário dos testemunhos existentes, quer, sobretudo, quanto à teorização ou ao estudo da sua evolução e características próprias. Mas não se pode deixar de valorizar o esforço meritório de alguns heraldistas, empenhados em alterar esta situação. No que concerne à Genealogia, convenhamos que seria de uma enorme injustiça não reconhecer os progressos assinaláveis que sofreu nos últimos anos[4].

Entre as referidas edição do *Guia do Estudante* e publicação do *Repertório* (1964-1995), vários autores se debruçaram sobre a evolução da historiografia medieval portuguesa, valendo porventura a pena analisar se, quando, e de que forma, se foi percepcionando a evolução (ou a não-evolução) daquelas duas ciências[5].

A primeira análise é da autoria de José Mattoso[6]. Datada de 1982, o Autor, compreensivelmente, não se citou, nem aos seus importantes trabalhos reunidos na colectânea *A Nobreza Medieval Portuguesa - a família e o poder*, ou a síntese *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros*, publicada nesse mesmo ano, já para não falar do seu contributo decisivo para a renovação dos estudos genealógicos da Idade Média, com a edição crítica dos *Livros de Linhagens*[7]. No que respeita à heráldica e à genealogia, sobretudo em relação a esta última, omitia, assim, os seus trabalhos de reconstituição genealógica realizados no final dos anos sessenta, bem como a sua dissertação de doutoramento, do mesmo período, e aos quais voltaremos a mencionar[8]. Referia-se,

---

[4] No ponto 1.2. teremos ocasião de concretizar um pouco mais estas questões. Fique desde já registada, porém, a nossa estranheza quanto à ausência no referido *Repertório*, pelo menos, do falecido Marquês de Abrantes, responsável pela renovação dos estudos sobre heráldica e sigilografia medievais em Portugal. Tanto quanto soubemos, por gentil informação da Professora Maria Helena da Cruz Coelho, tal ficou a dever-se ao facto de não terem sido contactados os membros do Instituto Português de Heráldica, pelo que os genealogistas e heraldistas ali referidos são apenas os que pertencem a instituições universitárias ou às Academias das Ciências e da História.

[5] Seleccionámos apenas algumas, não tendo conseguido o texto de Maria Helena da Cruz Coelho, *A história medieval portuguesa - caminhos percorridos e a percorrer* (in "Boletim do Núcleo de História Medieval", nº1, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1990). Note-se, contudo, que algumas dessas análises pretendiam apenas traçar uma panorâmica geral, pelo que não tinham necessáriamente que focar este ou aquele aspecto mais particular.

[6] J.MATTOSO, *1982d.*

[7] J.MATTOSO, *1981* e *1982a*, respectivamente. Os livros de linhagens foram editados em 1980.

[8] Vd. a seguir o ponto 3.2. A importância desses trabalhos já era devidamente valorizada na 2ª ed. do *Guia do Estudante* (p.74).

contudo, aos seus trabalhos iniciais sobre o regime senhorial e, acima de tudo, noticiava o início do trabalho de Leontina Ventura *sobre a nobreza da época de Afonso III*[9], o qual viria a ser concluido dez anos depois. Parece, enfim, que o ano de 1982 ainda era muito "jovem" para que fosse possível afirmar a referida evolução, muito embora já fossem bem visíveis, pelo menos, os sinais de uma forte renovação.

Em 1984, Luís Adão da Fonseca apresentava em Espanha uma análise sobre a produção medievística portuguesa entre os anos de 1940 e de 1984[10]. Numa abordagem necessariamente sintética, atendendo às circunstâncias e ao público a que se dirigia, não deixou, contudo, de sublinhar a importância da década de 70 para a renovação dos estudos sobre história económica e social e, dentro desta última área, o contributo dos acima referidos trabalhos de José Mattoso[11].

Data de 1988 a análise seguinte, da autoria de Armando Luís de Carvalho Homem, Amélia Aguiar Andrade e Luís Carlos Amaral[12]. Sem que aí se afirme, claramente, a evolução dos estudos sobre nobreza[13], não deixaram de salientar a importância cada vez mais visível das investigações sobre os sécs. XII-XIII e, sobretudo, de valorizar o contributo decisivo da edição crítica dos *Livros de Linhagens, aspecto indissociável do desenvolvimento que os estudos sobre história da nobreza têm tido nos últimos anos*[14].

Finalmente[15], em 1991, Maria Teresa Nobre Veloso publicava também algumas notas críticas sobre a produção medievística[16]. Realçando alguns temas, a Autora foi muito clara em destacar, no campo da história social, a importância dos trabalhos de José Mattoso para o estudo da nobreza, bem como os de alguns dos seus discípulos, nomeadamente Leontina Ventura, prestes, então, a concluir o estudo anteriormente referido[17].

---

[9] J.MATTOSO, *1982c*, pp.156 e 161.

[10] L.A.FONSECA, *1985*.

[11] L.A.FONSECA, *1985*, p.55 - nota 37. O mesmo contributo era realçado no ano seguinte, no *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* (s.v. "Genealogia", vol.I, p.284).

[12] A.L.G.HOMEM, A.A.ANDRADE e L.C.AMARAL, *1988*.

[13] Os autores privilegiaram, sobretudo, a análise de alguns campos temáticos (edição de fontes, histórias rural e urbana, e movimentos sociais).

[14] A.L.C.HOMEM, A.A.ANDRADE e L.C.AMARAL, *1988*, pp.121-122.

[15] Vd. nota 4. Entretanto, em 1989, num trabalho sobre *La Recherche en Histoire du Portugal*, nada se diz quanto ao aumento e importância das investigações sobre história da nobreza.

[16] M.T.N.VELOSO, *1991*.

[17] M.T.N.VELOSO, *1991*, p.27.

Quatro análises, concordantes quanto à importância dos anos sessenta, e especialmente dos setenta, na renovação das temáticas e das metodologias, bem como da abertura de Portugal a outras correntes historiográficas; concordantes, ainda, quanto ao aumento quantitativo e qualitativo, a partir desses anos, da produção historiográfica medieval portuguesa; concordantes, enfim, quanto à expressiva vitalidade dos estudos sobre a nobreza.

E, todavia, em nenhuma se afirmou, em relação a esta última questão - salvo quanto ao contributo dos *Livros de Linhagens* -, a importância decisiva da genealogia para o arranque desse pujante desenvolvimento. Já voltaremos a esta matéria.

Qual era, entretanto, a opinião dos genealogistas? De que forma sentiram e reagiram (ou não), na sua área específica, a esses *ventos de mudança?* Também aqui tentaremos encontrar algumas respostas através de análises idênticas às anteriores, mas restrictas à produção genealógica.

Em 1977, por ocasião do centenário do falecimento de Alexandre Herculano, Luís de Bivar Guerra apresentou à Academia da História uma comunicação sobre a produção genealógica no século posterior à morte do grande Historiador mas, em boa verdade, a análise daquele genealogista vai mais além do que o título indica, uma vez que também aborda a evolução da genealogia portuguesa até Herculano[18].

Ora, pelas palavras de Bivar Guerra - um dos mais probos e conscienciosos genealogistas deste século, diga-se - e pese embora a "amabilidade" da sua análise, ficamos com a sensação de que o próprio Autor sentia que, até à data, poucas coisas se tinham alterado. Com efeito, se afirma que depois de Braamcamp Freire, *foram aparecendo, entretanto, vários trabalhos genealógicos já obedecendo às exigências de seriedade e de provas documentais*, logo a seguir admite que *alguns pseudo genealogistas, teimavam e ainda teimam hoje em nos impingir «gato por lebre», enganando-se a si próprios*; ou, então, depois de louvar o esforço e competência dos precursores e fundadores do Instituto Português de Heráldica, logo lamenta que *no campo da genealogia científica há muito ainda a fazer*, e que *é pena que toda a facilidade que hoje temos de consultar as inúmeras fontes documentais antes furtadas à consulta dos que nos antecederam, não seja devidamente aproveitada*; finalmente, depois de enumerar as múltiplas e importantes fontes arquivísticas a explorar, e de afirmar a sua importância *para se estudarem as genealogias das famílias fidalgas (...) mas, principalmente, para se organizarem as genealogias das famílias burguesas e plebeias, as dos cristãos-novos (...)*, logo afirma que *poucos*

[18] L.B.GUERRA, *1978*.

genealogistas terão realizado estudos dessa natureza mas, aqueles que como o Dr. Eugénio de Freitas e como eu os temos realizado, sabemos bem o que se sente a cada descoberta (...)[19].

Como acabámos de ver, e salvo algumas excepções, em cem anos de produção genealógica muito pouco se tinha alterado. Mas, ainda se vivia a década de 70, pelo que, tendo em conta o facto de a própria História viver ainda uma fase de "renascimento" temático e metodológico, será de admitir que essas transformações não tivessem efeitos imediatos nas outras ciências que com ela colaboram.

Passados dez anos, Armando Barreiros Malheiro da Silva publica um importante, quanto invulgar trabalho, onde aponta e desenvolve uma série de considerações teóricas e metodológicas sobre a investigação genealógica em Portugal[20]. Dizemos que não é vulgar, porque é muito raro o exemplo, senão mesmo o único que conhecemos, de um genealogista que se interroga, por exemplo, se a Genealogia é uma ciência ou uma «técnica»; e se ela é autónoma ou auxiliar da História[21]. Vale a pena reter algumas das suas considerações[22].

Sobre a afirmação de que a Genealogia é uma ciência, diz que *a palavra ciência tem servido para distinguir uma técnica (...), que consiste em recolher, sobretudo no fundo paroquial, dados nominais e em organizar árvores de costados (...) e títulos genealógicos (...). Repugna à mais elementar Epistemologia converter um mero método quantitativo de busca de nomes e de exposição das informações obtidas em ciência!*; depois de traçar uma panorâmica sobre a evolução da genealogia portuguesa até 1988, afirma que, *à luz do exposto verifica-se, que a Genealogia, há muito cultivada, é um método de pesquisa de antepassados: regista-os seguidamente em árvores de costados e em «títulos genealógicos», sem os submeter a uma interpretação histórica e económico-social. Carece, portanto, de racionalidade*; acaba, enfim, por concluir que o que se tinha feito até então, era a *Genealogia-«jogo»*, ou seja, *a lenta, aliciante e mágica composição de um «puzzle», com peças de proveniência diversa (...). A sua grande regra é: perseguir a verdade dos factos, fugindo a toda e qualquer fantasia. O seu único limite: unir as peças do «puzzle», sem*

[19] L.B.GUERRA, *1978*, pp.168-170. O Autor apresenta ainda, como apêndice ao trabalho, uma relação dos principais autores que nesses cem anos mais se notabilizaram (pp.172-179).

[20] A.B.M.SILVA, *1988*.

[21] De resto, o próprio autor afirma que *os genealogistas portugueses continuam a praticar muito e a teorizar pouquíssimo* (*ob.cit.*, p.7.).

[22] As seguintes citações encontram-se, respectivamente, na *ob.cit.*, pp.8, 15, 16, 17, 20 e 22.

interpretar os dados e analisar os factores subjacentes. Pela interpretação e análise se opera o salto qualitativo do jogo para a ciência. Em conclusão, o Autor só admite a Genealogia como ciência, *enquanto integrada no campo específico da História da Família*, ou, autonomamente, com um relacionamento interdisciplinar com a História.

Finalmente, e como que em resposta à questão por nós formulada no início, entendia que *a Genealogia praticada em Portugal* [era] *a mesma de ontem e de hoje!*[23]

Em síntese, parece que a maioria dos genealogistas, ainda em finais da década de 80, continuava incapaz de ultrapassar os horizontes tradicionalmente limitados por métodos e por conceitos arcaicos.

Ou seja, por um lado todos admitem que os estudos sobre nobreza evoluiram substancialmente a partir dos anos 60/70 mas, por outro, nem os historiadores nem os genealogistas citados admitem que essa mesma renovação se ficou a dever, pelo menos em parte, à Genealogia. Por outras palavras, parece-nos que um dos principais "saltos qualitativos" da historiografia portuguesa em geral, a partir daquele período, e que foi permitindo um progressivo desenvolvimento, por todos reconhecido, foi o da abertura da investigação histórica a um leque muito mais amplo de abordagens metodológicas. Ora, dentro da história social, um dos campos que mais beneficiou com essa abertura foi precisamente o dos estudos sobre nobreza medieval, graças à aplicação de uma metodologia, à época inovadora para Portugal, assente na utilização das fontes linhagísticas e da genealogia.

O seu responsável foi um historiador. É também o autor do último texto que aqui vamos utilizar. Em 1991, José Mattoso apresentava uma síntese, publicada em 1993 e infelizmente pouco divulgada, sobre *A Investigação da Heráldica e da Genealogia Medievais em Portugal na década de 1980*[24]. Ao contrário do que sucedera no primeiro texto aqui analisado, não engeitou as suas "responsabilidades":

> *A escolha do período 1980-1990 não tem um valor arbitrário. 1980 foi, com efeito, o ano em que se publicou a minha edição crítica dos três livros de linhagens medievais portugueses (...). Além disso, os meus estudos anteriores acerca das famílias nobres da região do Porto entre os séculos X e XIII e*

[23] O Autor admite que nos últimos trinta anos se tinham sentido algumas melhorias, mas quase exclusivamente ao nível da maior importância dada às fontes arquivísticas.

[24] J.MATTOSO, *1993b*.

acerca das famílias condais dos séculos IX a XI permitiam-me mostrar que os livros de linhagens transmitiam uma memória genealógica susceptível de ser documentada por meio de testemunhos autênticos. Pude assim reabilitar a genealogia aos olhos dos historiadores medievalistas (...). Os meus trabalhos mostravam, além disso, a fecundidade do método de reconstituição prosopográfica e genealógica (...)[25].

Reconhecido o carácter pioneiro dos seus trabalhos de reconstituição genealógica e a importância da edição crítica das fontes linhagísticas medievais portuguesas, bem como o seu significado em termos de "renovação" metodológica, dificilmente se pode continuar a negar, agora, que aqueles foram uma das bases fundamentais em que se vieram a erguer as sínteses posteriores, nomeadamente a consagrada aos *Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI a XIII*; ou seja, e como vimos no início, o tantas vezes afirmado dinamismo dos estudos dedicados à história da nobreza medieval portuguesa!

Renovação de fontes, de metodologias e de temas, e, como também já fora sublinhado, de cronologia, que veio a frutificar no labor de um considerável número de investigadores espalhados por várias escolas universitárias[26]. Mas, no decorrer da sua análise, José Mattoso também não deixava de chamar a atenção, e com toda a justiça, para o indiscutível contributo de alguns genealogistas e heraldistas, a quem estas ciências, em particular, e a história da nobreza medieval portuguesa, em geral, muito ficaram a dever[27].

Em conclusão, e salvo honrosas excepções, parece que a reabilitação dos estudos genealógicos se ficou a dever ao labor de investigadores universitários, que souberam entender a Genealogia, ciência e não «jogo», como uma das mais fecundas abordagens metodológicas para o estudo e conhecimento da sociedade medieval. O que, em última análise, não podemos deixar de lamentar, é que muitos dos que se dedicam à genealogia e à heráldica continuem a "fechar-se" a essa renovação, desperdiçando, por exemplo, e sobretudo para as épocas moderna e contemporânea, os inúmeros dados recolhidos em outros tantos trabalhos produzidos ao longo de vários séculos.

---

[25] *Ob.cit.*, p.266.

[26] IDEM, *ibidem*, pp.268-271.

[27] IDEM, *ibidem*, pp.265-268 (aos nomes dos falecidos Marqueses de São Paio e de Abrantes, e ao de Luís de Mello Vaz de São Payo, atrevemo-nos a acrescentar o de Eugénio da Cunha e Freitas).

Produção que, no que concerne à época medieval, vamos agora tentar acompanhar, desde os mais antigos nobiliários até aos nossos dias.

3.1. Do Conde D.Pedro a Alexandre Herculano

Iniciar este ponto com o Conde D.Pedro não levantará, por certo, qualquer tipo de reparo ao leitor mais crítico. É hoje inquestionável o lugar de destaque que ocupa na história da historiografia portuguesa, seja no âmbito linhagístico ou seja no cronístico. Já o nome de Alexandre Herculano poderá causar alguma estranheza a um leitor menos informado sobre a evolução da genealogia, e que desconheça, por exemplo, que ao grande historiador se deve a primeira edição conjunta dos três livros de linhagens medievais. Só este facto, a nosso ver, já justificaria a sua escolha; mas ainda há outras circunstâncias, como depois veremos[28].

Esclarecidas as "balizas", elas significam um período que vai desde os finais do séc. XIII até aos meados do séc. XIX, ao longo do qual se produziram algumas das obras mais significativas do género, mas também, perdoe-se-nos o termo, as mais «delirantes».

Começemos, então, pelo período medieval[29]. Este, como se sabe, destaca-se sobretudo pela produção linhagística dos sécs. XIII-XIV. Data dos finais da primeira centúria (c. 1282/6-90), a compilação do *Livro Velho de Linhagens*. Destinado a descrever a genealogia das linhagens de Sousa, de Bragança, da Maia, de Baião e de Riba Douro, apenas chegou até nós o texto relativo aos Sousas, e parte do respeitante aos Maias[30]. Mesmo assim, Luís Krus

---

[28] A figura de Alexandre Herculano como "charneira" da evolução da genealogia portuguesa não é uma novidade nem, muito menos, da nossa autoria. Já outros autores a escolheram, como é o caso, só para citar um exemplo, de Luís de Bivar Guerra (*1978*, p.167).

[29] A bibliografia sobre os três livros de linhagens é já bastante extensa, pelo que apenas se indicam os trabalhos mais pertinentes e que permitiram, de facto, esclarecer autorias, datações, etc., ou que souberam chamar a atenção para a sua importância historiográfica: A.C.SOUSA, *1946-54*; A.HERCULANO, *1854*; A.B.C.VEIGA, *1940*; A.M.FARIA, *1944b*; L.F.L.CINTRA, *1950*; J.MATTOSO, *1976, 1977a, 1982a, 1988b, 1991*, e a "Introdução" a *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, vol.I, pp.9-20, e vol.II/1, pp.7-54; L.KRUS, *1989*; A.R.OLIVEIRA, *1994* e *1996*. Não se esqueçam, ainda, os contributos fundamentais de alguns filólogos espanhóis, como Diogo Catalán Menéndez Pidal ou Ramón Menéndez Pidal, abundantemente referidos em todos os trabalhos citados de José Mattoso.

[30] Sobre o *Livro Velho*, vejam-se as considerações críticas do Professor José Mattoso, publicadas na "Introdução" à ed. crítica dos livros de linhagens (cfr. *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série (...)*, vol.I, pp.9-14). Uma interessante análise e interpr. ação do seu conteúdo, privilegiando-se os seus contornos simbólicos a partir da toponímia, foi-nos dada por Luís Krus (*1989*, pp.10-39 - ainda sobre este assunto, vg. do

pode aí contabilizar um grupo de 691 nobres, representando 175 famílias[31].

Sendo o texto mais antigo, e possivelmente aquele que, mesmo truncado, chegou até nós menos adulterado por interpolações posteriores, nele se insere uma das primeiras versões da *Lenda de Miragaia*[32]; por outro lado, o facto de aí se encontrar uma das primeiras manifestações quanto à antiguidade da linhagem dos Sousas, por certo que terá sido um dos textos que mais contribuiu para "alimentar" a sua aura quase mítica, prolongada ao longo dos séculos pelas obras genealógicas.

Contudo, e talvez pela sua dimensão reduzida, se comparado com os outros dois nobiliários medievais, é poucas vezes utilizado pelos investigadores, os quais dão muito mais atenção ao Conde D.Pedro. No entanto, e ao longo das nossas reconstituições genealógicas, tivemos a oportunidade de verificar que, por vezes, era o texto mais fidedigno. Talvez valesse a pena alguém fazer um estudo comparativo dos três textos genealógicos, face a um confronto com os dados documentais, para se aferir, família a família, do rigor de cada um dos três livros de linhagens, bem como do grau das interpolações posteriores.

Nos meados do séc. XIV, por volta de 1337-40, era feita uma nova compilação genealógica, conhecida por *Livro de Linhagens do Deão*[33]. Propondo-se tratar a descendência de 30 nobres, que o texto situava no reinado de Afonso VI de Leão e Castela, dos quais apenas desenvolve, e desigualmente, vinte e três, resultou em referências a 1663 nobres e a 423 famílias[34]. Redigido para um deão[35], é sem qualquer dúvida o texto mais rigoroso quanto às identificações de membros do clero, facto que pudemos comprovar no nosso estudo.

Aproximadamente na mesma altura, entre 1340 e 1344, era redigido o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, indiscutivelmente o mais importante e completo dos três livros de linhagens medievais portugueses, e mesmo uma das fontes deste género mais

---

mesmo autor, *1988-89*, pp.36-37).

[31] L.KRUS, *1989*, p.LXII.

[32] *Narrativas dos Livros de Linhagens*, pp.45-46.

[33] Sobre este nobiliário veja-se a apreciação crítica de José Mattoso em *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série (...)*, vol.I, pp.15-18; tal como indicámos na nota 30, veja-se também L.KRUS, *1989*, pp.40-119.

[34] L.KRUS, *1989*, pp.LXII-LXIII.

[35] Luís Krus sugere que esse deão seria Martim Martins Zote II, deão de Braga na altura em que o livro é redigido, aparentado com o arcebº Dom Gonçalo Gonçalves Pereira (*1989*, p.77 - nota 140). O mesmo autor teve ainda a oportunidade de realçar a importância dada pela fonte à cidade arquiepiscopal, argumento valorativo daquela identificação (IDEM, *ibidem*, pp.72 e ss.).

importantes do ocidente medieval europeu, ou, como afirma José Mattoso, *a mais célebre fonte histórica medieval portuguesa*[36]. Ao longo do seu texto - objecto de refundições em 1360-65 e em 1380-83 - são desenvolvidos 76 títulos, onde se referem *4738 nomes, identificando indivíduos oriundos de 776 famílias fidalgas*[37]. A atribuição definitiva da sua autoria, bem como da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ao célebre bastardo de D.Dinis, Pedro Afonso, 3° Conde de Barcelos, deve-se aos trabalhos magistrais do saudoso e eminente filólogo Luís Filipe Lindley Cintra[38]. Objecto de inúmeras cópias e de algumas edições, só em 1980 conheceu, assim como os outros dois nobiliários já referidos, uma edição crítica, da autoria do Professor José Mattoso, tornando-se finalmente utilisável.

Já em trabalho anterior nos tínhamos tornado devedores destes textos[39]. Mas não tanto como agora! Com efeito, a tarefa de reconstituição genealógica a que nos abalançamos, não sendo impossível, seria extraordinariamente morosa, e penosa, sem o auxílio destas três fontes, especialmente "o Conde D.Pedro". Naturalmente que tem erros e omissões, como teremos ocasião de demonstrar na segunda parte desta dissertação. Algumas das omissões inclusivé, são manifestamente propositadas, o que, em nosso entender, merecia um estudo específico, procurando-se assim conhecer melhor os "amores ou ódios" dos autores, quer do texto original quer das duas refundições, em relação a determinados indivíduos e/ou famílias[40]. Pese embora este facto, o certo é que a estrutura proporcionada pelo encadeado de gerações e a simples indicação dos nomes e de alguns cargos, se tornou num apoio de utilidade indiscutível, na hora de identificar os milhares de dados que tínhamos recolhido da documentação arquivística[41].

Depois deste período áureo da linhagística portuguesa que, graças à última refundição do *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, podemos alargar até ao final do séc. XIV, a produção genealógica entra em colapso e, que se saiba, a centúria seguinte não produziu

---

[36] De novo, veja-se a "Introdução" da autoria de José Mattoso, em *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série*, vol.II/1, pp.7-54, e L.KRUS, *1989*, p.120-572. Como é natural, as considerações que se seguem são subsidiárias dos trabalhos dos autores citados na nota 30, excepto quando refletem a experiência pessoal proveniente da realização deste trabalho.

[37] L.KRUS, *1989*, p.LXIII.

[38] A bibliografia fundamental encontra-se citada na biografia do Conde D.Pedro (cfr. Parte II - 4.1.).

[39] J.A.S.PIZARRO, *1995*.

[40] Como referimos anteriormente, só para dar um exemplo, o nobiliário do Conde D.Pedro omite uma irmã do próprio conde...

[41] Para outras considerações críticas, veja-se o ponto anterior sobre crítica de fontes.

qualquer obra digna de menção[42]. Pelo contrário, o labor cronístico do bastardo de D.Dinis teve, nesse período, os seus mais célebres expoentes.

Assim, teremos que aguardar pelo séc. XVI para que de novo surjam textos genealógicos com alguma importância. De resto, datam também desta centúria, nomeadamente do período manuelino, algumas das mais importantes medidas e produções no campo da heráldica, onde sobressaem, entre outras, o *Livro do Armeiro-mor* ou a lindíssima Sala dos Brasões do Paço Real de Sintra, para além, como é óbvio, da reestruturação do cargo e do regimento do armeiro-mor, de 1507[43].

Desse século, porém, apenas seria impresso um nobiliário, o anónimo *Livro de Linhagens do Século XVI* (c.1549-55), publicado em 1956 pela Academia Portuguesa da História, com uma "Introdução" de António Machado de Faria. Sem qualquer utilidade para o período anterior ao séc. XV, para o qual é inteiramente subsidiário dos livros de linhagens anteriores, tem sido bastante usado pelas suas informações relativas a Quatrocentos e à primeira metade de Quinhentos, mas, como se compreenderá, não sabemos até que ponto as suas informações merecem crédito.

Há notícia de outros nobiliários feitos no séc. XVI, a maioria dos quais, possivelmente, serão cópias do texto do Conde D.Pedro; mas existe um, geralmente atribuído a Damião de Góis e que será, porventura, aquele que mais interesse e curiosidade desperta, muito embora nunca se tenha tentado a sua edição[44].

Nas duas centúrias seguintes vão surgir alguns nomes dos mais famosos da genealogia portuguesa, mas, infelizmente, os sécs. XVII e XVIII também serão responsáveis pelo completo descrédito com que a genealogia chegou, praticamente, até aos nossos dias[45]. Vejamos alguns dos nomes, e das obras, que merecem aquela fama.

Do séc. XVII[46], podem-se citar os nomes de Gaspar Álvares Lousada, de Gaspar

---

[42] Veja-se, a propósito, o trabalho de Carlos da Silva Tarouca, *O «Livro do Duque» - o missing link entre os Nobiliários Medievais e os Livros Genealógicos Modernos*, cit. por António Machado de Faria na "Introdução" ao *Livro de Linhagens do Século XVI*, p.XV.

[43] Cfr. F.S.A.AZEVEDO, *1966*, p.74.

[44] A menos que fosse o texto que se encontrava pronto para publicação, quando a morte surpreendeu o seu responsável, Braamcamp Freire (ref. por A.M.FARIA na "Introdução" ao *Livro (...) do Século XVI*, p.XVIII). Para a centúria de Quinhentos haveria ainda que citar outros autores, como o conceituado Xisto Tavares, D.António de Ataíde, nome homónimo dos 1º e 2º Condes da Castanheira, ou António Correia Baharém, mas o mais que fizeram, e já será útil, foi actualizar alguns títulos dos livros de linhagens medievais.

[45] L.B.GUERRA, *1978*, p.165.

[46] Para além dos que se seguem, não podemos esquecer os nomes de Frei António Brandão e de Frei Francisco Brandão que, nas respectivas "Partes" da *Monarquia Lusitana*, não só aproveitaram trechos dos

Estaço, de D.António de Lima Pereira, ou de Cristóvão Alão de Morais. Seria este último, porém, e justamente, o mais considerado desse período. Autor da *Pedatura Lusitana*, a sua carreira de magistrado em vários pontos do país permitiu-lhe compulsar uma vasta gama de fontes, tornando a sua obra uma das mais seguras da época, a ponto de ter merecido uma edição já neste século, estando prevista para breve uma outra[47]. Criticado por autores posteriores, nomeadamente por D.António Caetano de Sousa, por ter tratado famílias exteriores à nobreza, foi o primeiro genealogista a distinguir, com clareza, genealogia de nobiliarquia - sendo mesmo por alguns considerado como *o pioneiro da genealogia científica em Portugal*[48] - postura que só neste século viria a ser continuada.

O séc. XVIII foi bem mais produtivo - Diogo Rangel de Macedo, Manuel de Sousa da Silva, D.Tomás Caetano do Bem, D.António Caetano de Sousa, Manso de Lima, Montarroio Mascarenhas, Felgueiras Gayo, Lima Bezerra[49], entre muitos outros - obrigando-nos a reter um maior número de casos. Jacinto Leitão Manso de Lima (1690-1753), foi um dos genealogistas mais conscienciosos dessa centúria, deixando um extenso *Nobiliário das Famílias de Portugal*, obra de mérito e geralmente bem fundamentada e que, finalmente, vai ser publicada na íntegra[50]; o seu contributo para a Idade Média é pouco volumoso e de credibilidade desigual, mas ainda assim contem informações interessantes. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo (1750-1831), deixou-nos também um *Nobiliário de Famílias de Portugal*, trabalho extenso e geralmente muito utilizado pelos genealogistas. Bastante inferior em qualidade, tanto em relação a Alão de Morais como a Manso de Lima, as suas referências à Idade Média são geralmente cópia do nobiliário do Conde D.Pedro; quando não, o melhor é não serem levadas em conta, excepto para se apreciar até onde podia ir a

---

livros de linhagens medievais, como procuraram indicar as ligações genealógicas entre essas fontes e o seu tempo.

[47] *Pedatura Lusitana* (ed. por Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas, António Cruz e Alexandre de Miranda e Vasconcelos), 12 vols., Porto, Liv. Fernando Machado, 1942-48.

[48] L.B.GUERRA, *1978*, p.163.

[49] Manuel Gomes de Lima Bezerra (1727-1806), foi autor de um curioso livro intitulado *Os Estrangeiros no Lima* (2 vols., Coimbra, 1785-1791), curioso exemplo da influência das correntes iluministas em Portugal. Àparte as suas informações genealógicas, aceites pelos genealogistas com alguma consideração, são interessantes as suas opiniões relativamente à Idade Média em geral, e aos livros de linhagens, sobretudo ao do Conde D.Pedro, em particular (sobre estes aspectos, cfr. J.A.S.PIZARRO, *1992*, pp.39-41).

[50] Por iniciativa de Perry Vidal, iniciou-se a sua publicação em folhas avulsas, (reproduzidas em *stencil*), mas não passou da letra M.

imaginação e a fantasia dos genealogistas da época[51].

Dificilmente, porém, se pode falar da produção genealógica do séc. XVIII sem referir o nome do teatino e académico D.António Caetano de Sousa (1674-1759). Um dos fundadores da Academia Real da História, é precisamente no âmbito académico, influenciado pela busca do rigor histórico, que vai compor a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, estribada em diversos volumes de *Provas*[52].

Obra monumental, foi publicada entre 1739 e 1749 e, mesmo contendo algumas inexactidões, como vários autores se preocuparam em salientar, é inegável que se trata de um trabalho ainda hoje incontornável, mercê do manancial de informações ali contido, transcrevendo-se vários diplomas, reproduzindo-se selos e moedas, alguns dos quais se perderam depois irremediavelmente. Para a parte medieval, e depois da *Monarquia Lusitana*, deverá ser o trabalho que mais espaço lhe dedicou, não se podendo esquecer o seu contributo para a genealogia medieval, através de biografias e da descendência de Reis, Infantes ou bastardos régios, ou pela publicação do *Livro de Linhagens do Deão*, até aí inédito.

Na passagem do séc. XVIII para o séc. XIX, e se bem que não fosse um genealogista, não podemos deixar de mencionar o nome de José Anastásio de Figueiredo que, na sua "*Nova Malta*", e mercê dos inúmeros diplomas que compulsou, deixou algumas informações importantes sobre vários membros da nobreza medieval[53].

Entrados no séc. XIX, o espírito liberal não se compadeceu com prosápias, condenando impiedosamente as fantasias e os delírios de muitos genealogistas do período anterior - e por arrastamento aqueles que mais seriamente a tinham estudado - deixando a genealogia completamente desacreditada. A tal ponto, que é bem conhecida a afirmação de Braamcamp Freire - *Alguns chamam-me genealogista: é espécie a que não pertenço.*

---

[51] A título de exemplo, recorde-se o início dos Pachecos: *Fernão Jeremias que viveo pellos annos de Christo de 1070, natural de Burgos e Rico Homem de El Rey D.Affonso 6º de Leão e comtemporaneo do Conde D.Henrique Tronco dos Reys de Portugal, he em quem todos principião esta Familia; era filho de Mem Fernandes, e neto de Jeremias Mendes* (até no habitual jogo de patronímicos se enganou!) *Rico Homem do Rey D.Ordonho, o qual se julga ser neto pella proximidade de tempo* (!) *de Lucio Junio Pacheco* ***grande vallido de Julio Cezar*** *(...) e viveo pellos annos de 708 da fundação de Roma que são 45 da nossa Redempção,* (7 séculos entre avô e neto é coisa insignificante) *e neste tempo consta que esta familia tinha o seu Sollar em Burgos de Tarrazona, tendo em suas Casas as suas Armas (...)* - F.GAYO, *1989-90*, vol.VIII, p.9.

[52] Vd. A.C.SOUSA, *1946-54*, e *PHGCRP*.

[53] J.A.FIGUEIREDO, *1800*.

Genealogista é sinónimo de mentiroso e de parvo[54].

Recuemos um pouco. Curiosamente, foi uma das figuras mais consagradas do liberalismo que reabilitou, se não a genealogia, pelo menos o crédito das fontes linhagísticas medievais.

Publicada em 1854, a *Memória sobre a origem provável dos Livros de Linhagens*[55] prenunciava, como um "arauto", a importância que Alexandre Herculano atribuia àquelas fontes, e às quais viria a destinar a maioria do primeiro volume dos *Portugaliae Monumenta Historica*, na secção dos *Scriptores*[56]. Editando na mesma obra os textos do *Livro Velho de Linhagens* - até aí inédito -, do *Livro de Linhagens do Deão* e do *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, Herculano prestava um enorme serviço aos estudiosos do período medieval, historiadores como genealogistas, porque o seu espírito superior compreendera que o valor e o significado daquelas fontes ultrapassava em muito o simples encadeado de gerações e de nomes.

Razões, voltamos a repetir, que nos levaram, como a outros anteriormente, a colocar Alexandre Herculano como o ponto de chegada de um processo evolutivo de um género historiográfico que, iniciado com uma invulgar pujança nos finais do séc. XIII e na primeira metade do séc. XIV, viera, progressivamente ao longo dos sécs. XV-XIX, a sofrer as vicissitudes dos diferentes interesses e das correntes historiográficas, acabando por cair em descrédito. Mas, ele também deve ser entendido como o ponto de partida, já que a sua acção permitiu que, alguns anos depois, a genealogia desse os primeiros passos como verdadeira ciência. Digamos que o pioneiro dessa genealogia científica, Braamcamp Freire, foi o primeiro "herdeiro" de Herculano. Com ele iniciaremos o próximo ponto.

Antes, porém, deixaremos as palavras do grande historiador que, no seu estilo inconfundível, assim resumia o singular valor da nossa fonte linhagística medieva mais célebre, o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro:*

> *No estado, pois, em que a idade media no-lo herdou elle continha não só as linhagens das nobres familias, mas tambem o espirito, a indole, dessa larga*

[54] A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.XVI.

[55] A.HERCULANO, *1854*.

[56] Tendo o primeiro fascículo saído em 1856, os livros de linhagens ocupam a maioria do segundo e a quase totalidade do terceiro fascículos, publicados em 1860 e em 1861, respectivamente.

serie de annos. A singeleza, a credulidade, os costumes de então surgem ahi ás vezes inesperadamente no meio do arido catalogo das gerações, que é por assim dizer o seu pensamento radical, a sua essencia, e foi o seu primeiro destino. Nas suas paginas sente-se viver a idade media: ouve-se a anecdota cortesan, de amor, de vingança, ou de dissolução, como a contavam escudeiros e pagens por sallas d'armas, e as lendas como corriam de boca em boca, narradas pela velha cuvilheira juncto do lar no inverno. Assistimos, por meio delle, ás façanhas dos cavalleiros em desaggravo da propria honra, aos feitos de lealdade, ás covardias dos fracos, ás insolencias dos fortes, e, enfim, a grande parte da vida intima do solar do infanção, do rico-homem e do paço real, que as chronicas raro nos revelam, e que a historia, como o seculo XVI a reformou e puliu, achou indigna de occupar os seus periodos brilhantes moldados pelos de Sallustio e de Livio[57].

3.2. De Braamcamp Freire aos nossos dias

Iniciado o ponto anterior com o Conde D.Pedro, escolha que, quanto a nós, não levantaria qualquer objecção, também nos parece pacífica, como "baliza" inicial deste ponto, a escolha do nome de Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921)[58]. Digno herdeiro de Herculano, como acima dissemos, é justo que abra o espaço que dedicamos à análise da produção genealógica deste século, relativa à época medieval.

O rigor que imprimiu a todos os seus trabalhos, o seu imenso labor e a qualidade com que abordou diferentes matérias, fizeram da sua obra um marco de referência obrigatório para genealogistas, heraldistas e historiadores.

Com o seu trabalho mais importante, os conhecidos *Brasões da Sala de Sintra*[59],

[57] A.HERCULANO, *1854*, p.4.

[58] Os elementos essenciais para a sua biografia, foram recolhidos e publicados por Luís de Bivar Guerra na "Apresentação" da 3ª ed. dos *Brasões da Sala de Sintra* (cfr A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, pp.VII-LVI).

[59] A.B.FREIRE, *1973*.

Braamcamp Freire mostrava como se podia fazer investigação histórica, rigorosa e séria, utilizando a genealogia e a heráldica[60]. Ou seja, Braamcamp Freire foi o primeiro autor a utilizar, de uma forma sistemática, a documentação "não genealógica" de cada época, para assim situar e datar os indivíduos referidos pelas fontes linhagísticas medievais e pelos nobiliários posteriores.

Em 1903, juntamente com D.José Pessanha, fundou o *Archivo Historico Portuguez* (1903-1916), revista que marcou uma época da nossa historiografia, e onde publicou alguns dos seus trabalhos mais importantes do ponto de vista genealógico, como os que dedicou à *Honra de Resende*, ou a *D.João de Aboim*[61] - este último como introdução ao *Livro dos Bens de D.João de Portel*.

Nessa revista colaboraram alguns nomes bem conhecidos dos historiadores, e que aí deixaram alguns estudos importantes para a genealogia medieval, como é o caso de Pedro de Azevedo que, para além de publicar o cartulário acima referido, tratou os Vasconcelos e os Machados[62], ou o de Luís de Figueiredo da Guerra, sobre os Limas[63]. Ainda do início do século são de referir os nomes de Ayres de Sá, em cujo trabalho sobre o descobridor dos Açores tratou da genealogia de várias famílias para a época medieval, aí publicando

---

[60] Não sendo a Heráldica o tema desta breve análise, não podemos deixar de dar, ainda que numa breve nota, algumas referências sobre os estudos heráldicos durante o mesmo período. Para além dos "Brasões", onde a matéria heráldica é reduzida, Braamcamp Freire deixou um importante trabalho de recolha sobre brasões de armas, a *Armaria Portuguesa*, recentemente reeditado (A.B.FREIRE, *1989*). O final da década de 20 ficaria marcado pela fundação do Instituto Português de Heráldica, onde se destacaram, também como heraldistas, os nomes de Afonso de Dornelas (*1914*) e do Marquês de Sampaio (*1932-36*). As décadas de 30 e 40 ficaram sobretudo marcadas pelos trabalhos de Armando de Mattos (*1934*, *1936*, *1939*, *1940* e *1947* - sobre a sua bibliografia, vg. J.A.S.PIZARRO, *1984*), e António Machado de Faria, já aqui referido, e que nos deixou um interessante trabalho sobre as *Origens da Heráldica Medieval Portuguesa* (*1944*); Armando de Mattos deve ser recordado como autor de um dos primeiros manuais de heráldica e, também, como impulsionador da elaboração de um *corpus* heráldico que, infelizmente ainda não foi feito (salvem-se as excepções de Artur Vaz-Osório da Nóbrega que ao longo da década de 70 procedeu ao inventário das *Pedras de Armas e Armas Tumulares do Districto de Braga*, ou de Manuel Artur Norton, que incansavelmente tem publicado centenas de cartas de brasão de armas, mas sem interesse para o período medieval). De pouco interesse heráldico é o *Armorial Lusitano*, de 1961, década que ficaria marcada pelo estudo de Francisco Simas Alves de Azevedo sobre o "Livro do Armeiro-mor (*1966*), mas, sobretudo, pelos estudos do Marquês de Abrantes, que nos deixou na sua obra o que de melhor se fez neste século para o conhecimento da heráldica e da sigilografia medievais, ao longo de vários e rigorosos trabalhos (ver toda a sua bibliografia indicada).

[61] *1906a* e *1906b*, respectivamente. Também publicou nessa revista os *Inventários e Contas da Casa de D.Denis (1278-1282)*, documento do maior interesse para o conhecimento da estrutura e composição da casa senhorial de um príncipe herdeiro do trono em finais do séc. XIII, e que conta com alguns dados importantes para algumas famílias da nobreza (*1916*). Essa lista já tinha sido publ. parcialmente na *ML*.V.304-305.

[62] P.AZEVEDO, *1904* e *1905*, respectivamente. Os seus trabalhos sobre o trovador Martim Soares também contêm elementos de interesse (*1897b* e *1918*). Sobre os Machados, veja-se também A.R.CUNHA, *1961*.

[63] L.F.GUERRA, *1907*.

numerosos documentos[64], ou do Abade de Baçal, que dedicou o volume VI das suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Districto de Bragança*, aos "Fidalgos", e aonde recolheu vários elementos com algum interesse[65].

Ainda deste período, não podemos deixar de citar o nome de Carolina Michaelis de Vasconcellos, que no seu estudo exemplar sobre *O Cancioneiro da Ajuda*, nos deixou inúmeros elementos relativos às genealogias de vários trovadores pertencentes à nobreza. De resto, os nossos cancioneiros têm-se apresentado aos olhos dos historiadores da sociedade medieval, como uma das fontes mais fecundas para o seu conhecimento, especialmente da sociedade nobre; na sequência dos estudos de Carolina Michaelis, há que mencionar toda a obra de outro ilustre filólogo, Manuel Rodrigues Lapa, e, mais recentemente, e para além dos trabalhos de alguns autores italianos, as investigações inovadoras de José Carlos Miranda[66] e de António Resende de Oliveira[67].

Voltemos aos genealogistas. Falecendo Braamcamp Freire em 1921, no final dessa década fundava-se o Instituto Português de Heráldica, por acção de Afonso de Dornelas, contando a partir de 1930 com a publicação da revista *Armas e Troféus*, ainda activa. A partir de então até aos nossos dias, e citando apenas os que, de uma forma mais ou menos regular, se dedicaram ao período mediévico, são de mencionar os nomes do Marquês de São Paio (D.António)[68], de Eugénio de Andrea da Cunha e Freitas e de Luís de Mello Vaz de São Paio[69], para além de Armando de Mattos, do Marquês de Abrantes, e de Vaz-Osório da Nóbrega, já mencionados a propósito da heráldica, área em que mais especialmente se notabilizaram.

Sem ser genealogista, A. de Almeida Fernandes produziu algumas genealogias relativas ao período medieval[70]. Ao longo da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*

---

[64] A.SÁ, *1899-1900*.

[65] F.M.ALVES, *1981*.

[66] J.C.MIRANDA, *1988*, *1994* e *1996*, e também os estudos em co-autoria com Resende de Oliveira (A.R.OLIVEIRA e J.C.MIRANDA, *1993*).

[67] A.R.OLIVEIRA, *1986*, *1987*, *1990* e *1994* (vd. também a nota anterior).

[68] M.SÃO PAIO, *1965* e *1977*.

[69] Devem-se a estes dois últimos autores alguns dos trabalhos mais seguros e importantes sobre genealogia medieval (E.A.C. FREITAS, *1941*, *1949*, *1962*, *1963*, *1965*, *1976*, *1977a* e *1990*; L.M.V. SÃO PAIO, *1966*, *1987a*, *1987b*, *1988-91* e *1990* sendo curioso que a ambos se deva a divulgação de várias listas de padroeiros e *naturais* de mosteiros (*1977a* e *1990*, e *1987a*, respectivamente), tendo a de Grijó servido para a nossa dissertação de mestrado (J.A.S.PIZARRO, *1995*).

[70] A.A.FERNANDES, *1950*, *1970-71* e *1972*.

elaborou dezenas de entradas relativas a freguesias, onde se podem colher várias informações sobre personagens medievas. Autor polémico, o seu maior mérito será o de conhecer muito bem a documentação medieval, particularmente até ao séc. XIII, tendo mesmo utilizado dados a partir de fontes que durante vários anos estiveram inéditas - como é o caso do *Livro das Doações de Tarouca*, que viria a publicar já nesta década[71]. Sobretudo dedicado à figura de Egas Moniz, os seus trabalhos incidem principalmente sobre a região duriense, em torno da área de maior implantação dos de Riba Douro e das abadias de Salzedas e de Tarouca, e das questões que envolvem os inícios da nacionalidade[72]. Contudo, e será esse o seu principal defeito, reflectido ao longo da obra, nunca procurou sistematizar as informações que ia recolhendo e utilizando, tornando a consulta dos seus trabalhos uma tarefa particularmente difícil, quer pela dispersão quer por alguma incoerências que, sobre o mesmo tema, se detectam de uns trabalhos para os outros; por outro lado, nem todas as suas deduções são suportadas pela documentação aduzida, sendo necessária alguma precaução na consulta dos seus trabalhos[73].

Entretanto, e ao longo deste período, foram-se realizando alguns estudos fundamentais para o conhecimento dos nossos livros de linhagens[74]. Também no campo da inventariação das fontes e da produção genealógicas se deram alguns passos, mas ainda se está muito longe de poder contar com uma obra que corresponda às actuais exigências e necessidades[75]. Contudo, seria injusto que aqui não mencionássemos o nome de Eduardo de Azevedo Soares, autor da conhecida *Bibliographia Nobiliarchica Portugueza* (1916-47), mas que, representando um notável contributo para aquele inventário, já precisava de uma actualização[76].

---

[71] A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/1.

[72] Para o efeito, consulte-se a lista da sua bibliografia.

[73] Estamos particularmente à vontade para fazer estas críticas, como os elogios, uma vez que Almeida Fernandes é um dos autores mais vezes citados nas nossas reconstituições genealógicas. O confronto sistemático dos seus estudos foi-nos de grande utilidade, mas não deixou de comprovar aquilo que aqui afirmamos.

[74] Vd. nota 29.

[75] Entre as recolhas mais actualizadas, citem-se a *Nobreza de Portugal e Brasil (...)*, e os trabalhos de António Pedro Sameiro, sobre famílias do Alentejo, e de Manuel Artur Norton que, com a colaboração de Maria da Assunção Vasconcelos, publicou um índice da revista "Armas e Troféus" (cfr. *FONTES E BIBLIOGRAFIA*.III).

[76] Cfr. *FONTES E BIBLIOGRAFIA*.III. Ainda úteis, são também os trabalhos de Carlos Alberto Ferreira, relativos às genealogias manuscritas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e da Biblioteca do Palácio da Ajuda (*ibidem*).

Entrados na década de 60, e como deixámos referido na parte inicial deste capítulo, os trabalhos de reconstituição genealógica e de síntese sobre nobreza dos sécs. XI-XIV, da autoria de José Mattoso, bem como a sua edição crítica dos livros de linhagens medievais, vieram renovar profundamente o panorama dos estudos, tanto genealógicos como da nobreza, para aquelas centúrias[77].

Com efeito, foi ele o primeiro Autor a interpretar os dados genealógicos à luz da sociologia, quer da sociologia em geral quer da sociologia do parentesco e das classes sociais. Ou seja, para além do aproveitamento dos dados genealógicos para situar os indivíduos no tempo e no espaço, também os utilizou para compreender a posição sociológica desses mesmos indivíduos, ou dos grupos que eles formavam - alta, média ou baixa nobreza, nobreza de corte ou de província, ricos-homens, infanções, cavaleiros, fidalgos, etc. - e das suas características - ligação ao poder político, nível do poder económico, estratégias de aliança, etc.

A partir de então, o número de trabalhos multiplicou-se substancialmente mas, acima de tudo, e o que mais demonstra o dinamismo da nossa historiografia relativamente a esta matéria, é o variado leque de abordagens temáticas que a utilização da genealogia, bem como da prosopografia, em articulação com as investigações sobre nobreza, têm permitido.

Assim, e sem pretensões de exaustividade, enunciemos alguns dos campos em que essa renovação mais se fez sentir. Desde a sua dissertação de licenciatura, mas sobretudo no seu doutoramento sobre o monaquismo, que José Mattoso acentuava a importância da articulação entre a história monástica e as famílias patronais[78]. Desde então, os estudos sobre diversas comunidades monásticas passaram a ter em conta essa realidade, como sejam os dedicados a Arouca por Maria Helena da Cruz Coelho, ou por Robert Durand a Grijó[79]; por outro lado, a importância das famílias patronais, em particular, e da nobreza em geral, para a constituição das comunidades monásticas, sobretudo femininas, encontra-se bem patente nos trabalhos de Maria do Rosário Morujão, Joel Ferreira Mata e Rui da Cunha Martins, respectivamente sobre Celas, Semide e Santos[80]; mas também em relação às ordens militares, como foi demonstrado por Paula Pinto Costa em relação aos hospitalários[81].

---

[77] Sendo por demais conhecidos, remetemos a sua lista para a Bibliografia Citada deste trabalho (cfr. *FONTES E BIBLIOGRAFIA*.IV).

[78] J.MATTOSO, *1962* e *1968*.

[79] M.H.C.COELHO, *1977* [1971], e R.DURAND, *1971*.

[80] M.R.B.MORUJÃO, *1991*, J.S.F.MATA, *1991*, e R.C.MARTINS, *1992*. Refira-se ainda o excelente estudo que sobre essa matéria, com o caso de Arouca, realizaram M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS (*1993*).

[81] P.M.C.P.COSTA, *1993*.

Os diferentes tipos de laços que uniam os mosteiros à nobreza, àparte as suas naturais rivalidades, não podiam ter deixado de se repercutir no povoamento e na senhorialização do espaço. Também esse fenómeno foi estudado por Maria Helena da Cruz Coelho e por Robert Durand para regiões a Sul do Douro[82], sendo particularmente elucidativos os estudos realizados para áreas situadas no *Norte senhorial,* como Aguiar de Sousa, Paços de Ferreira e a Terra de Santa Maria, sob a direcção de José Mattoso[83].

Tradicionalmente hostil à nobreza, o mundo urbano medieval foi-se abrindo lentamente aos nobres, prenunciando a realidade Moderna. Sendo a história urbana uma das áreas temáticas que mais se tem desenvolvido, não será de estranhar que muitas das monografias publicadas nos últimos anos tenham dedicado alguma atenção às relações cidade/nobreza; são os casos, entre muitos outros, de Santarém, de Évora, da Guarda ou de Óbidos[84].

Por outro lado, a genealogia e o conhecimento da nobreza têm-se revelado da maior importância para os arqueólogos, quando se torna necessário identificar senhores de castelos ou de torres, ou as suas memórias funerárias. Neste campo, seja-nos permitido destacar os nomes de Manuel Real[85] e de José Custódio Vieira da Silva[86], mais vocacionados para os elementos artísticos, mas sobretudo o de Mário Barroca, responsável, depois do labor do seu Mestre, o saudoso Professor Carlos Alberto Ferreira de Almeida, pelos trabalhos mais inovadores da arqueologia medieval portuguesa dos últimos anos[87].

Numa outra área, as fontes linhagísticas medievais, bem como a reconstituição de famílias, permitiram avanços significativos no conhecimento da estrutura do parentesco e da evolução da família nobre, sendo aqui de destacar, de novo, os trabalhos de José Mattoso[88], temáticas que posteriormente foram abordadas por outros autores[89].

---

[82] M.H.C.COELHO, *1983*, e R.DURAND, *1982*.

[83] J.MATTOSO, L.KRUS, e O.BETTENCOURT, *1982*, e J.MATTOSO, L.KRUS, e A.A.ANDRADE, *1986* e *1989*. Sobre este assunto veja-se ainda I.GONÇALVES, *1978*, e A.A.FERNANDES, *1960*, *1964-66* e *1974*.

[84] M.A.BEIRANTE, *1980* e *1995*, R.C.GOMES, *1987*, e M.S.SILVA, *1987*, respectivamente. Alguns dados sobre as linhagens presentes em diversas cidades medievais, encontram-se sintetizados no *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*.

[85] M.REAL, *1986*.

[86] J.C.V.SILVA, *1993*.

[87] M.J.BARROCA, *1987*, *1988*, *1989*, *1990-91* e *1995*; e M.J.BARROCA e A.J.C.MORAIS, *1986*. Recorde-se ainda aqui um velho trabalho sobre algumas torres minhotas (L.F.GUERRA, *1925*).

[88] Para além das suas sínteses, veja-se J.MATTOSO, *1974* e *1986*.

[89] J.A.S.PIZARRO, *1995* [1987], e L.VENTURA, *1992*.

No campo das fontes também surgiram algumas mudanças, não tanto, infelizmente, porque tenha aumentado o ritmo da sua publicação, mas pela renovação das abordagens face a "velhas" fontes. Neste aspecto, e para além, como é lógico, dos próprios livros de linhagens[90], cumpre destacar as listas de *naturais* de vários mosteiros[91], bem como os textos dos «repartimientos», que proporcionaram a Henrique David dois trabalhos absolutamente inovadores sobre a presença de nobres portugueses nas reconquistas andaluza e aragonesa[92].

A história política recebeu também o contributo de alguns estudos que, graças a um melhor conhecimento dos indivíduos e das famílias envolvidas, vieram renovar a interpretação de alguns conflitos políticos e militares, como sejam as guerras civis de 1245[93] e de 1319-24[94], ou mesmo a revolução de 1383-85[95].

Enfim, a articulação de diferentes metodologias, como a genealogia, a biografia ou a prosopografia, tem demonstrado a sua fecundidade através da publicação de vários trabalhos específicos sobre nobres ou linhagens[96]. Fecundidade ainda mais sublinhada, pelo facto de os sécs. XI a XIV contarem já com várias dissertações[97].

Temos vindo até aqui a privilegiar a cronologia agora indicada, uma vez que o panorama sobre o século XV é um pouco diferente. Com efeito, dentro da nossa Idade Média, é o período que conta globalmente com menos estudos sobre nobreza. Para além de a centúria de Quatrocentos ter atraído a atenção sobre outras temáticas, como é o caso, entre várias outras, dos Descobrimentos, aquele desiquilíbrio assenta, quanto a nós, em duas circunstâncias que dificultam bastante a investigação: por um lado, o volume da massa

---

[90] O autor que, no plano simbólico, mais se tem debruçado sobre estas fontes, é sem qualquer dúvida Luís Krus, como já tivemos ocasião de referir (vd. nota 30). A este autor, por outro lado, se devem também alguns estudos excelentes sobre a organização interna e os códigos de valores transmitidos pelos textos das inquirições (L.KRUS, *1981* e *1989b*).

[91] L.M.V.SÃO PAIO, *1987*, e J.A.S.PIZARRO, *1995* [1987].

[92] H.DAVID, *1986* e *1989*, e, na sequência do seu primeiro trabalho, H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*.

[93] J.MATTOSO, *1984*, e L.VENTURA, *1992*.

[94] J.MATTOSO, *1982c*.

[95] M.J.P.F.TAVARES, *1983* e J.MATTOSO, *1985c*. Sobre a ligação da nobreza a estes, como a outros acontecimentos, veja-se ainda H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1989*, e J.A.S.PIZARRO, *1993*.

[96] L.VENTURA, *1985* e *1986b*; M.H.C.COELHO e L.VENTURA, *1986b* e *1987*; H.DAVID, A.BARROS e J.ANTUNES, *1987*; B.SÁ-NOGUEIRA e M.VIANA, *1988*; M.S.SILVA, *1989*; M.L.ROSA, *1991*; B.SÁ-NOGUEIRA, *1991*; I.C. PINA, *1993*; L.C.AMARAL, *1995*, e M.C.F.FERREIRA, *1990* e *1995*.

[97] J.A.S.PIZARRO, *1995* [1987]; L.KRUS, *1989*; L.VENTURA, *1992*; A.R.OLIVEIRA, *1994*; e B.V.SOUSA, *1995*.

documental disponível é muito superior ao das centúrias anteriores; por outro, a ausência de livros de linhagens, face à razão anterior, torna particularmente difícil a reconstituição genealógica das linhagens.

Dentro deste período, no entanto, conta-se com importantes estudos sobre casas senhoriais. Aliás, deve-se a Humberto Baquero Moreno o primeiro trabalho que, para essa cronologia, utilizou o método prosopográfico, permitindo-lhe reconstituir a casa do Infante D.Pedro[98]. O seu exemplo pioneiro foi seguido por vários autores, contando-se já hoje com estudos sobre outras casas senhoriais, tais como a do Condestável D.Pedro[99], a do Infante D.Henrique[100] e a de Bragança[101].

Em conclusão, podemos afirmar que a historiografia portuguesa, ao longo dos últimos trinta anos, foi sendo enriquecida com o contributo de um número significativo de estudos sobre a nobreza medieval. Esses estudos, em alguns casos, permitiram renovar por completo o conhecimento sobre diversas matérias, e mesmo sobre a evolução da sociedade nobre medieval, o que foi ficando patente nas sínteses de diferentes autores[102]. Mas, o que mais nos importa agora, é saber que essa mesma historiografia se foi apercebendo que alguns dos passos mais importantes daquele desenvolvimento, foram dados a partir de novas abordagens metodológicas, entre as quais teve um papel destacado a genealogia, quer através das fontes linhagísticas medievais quer das reconstituições genealógicas.

Razão que, como já referimos, nos levou a adoptar essa metodologia para tentar conhecer um pouco mais a nobreza portuguesa do período dionisino. Reconstituições genealógicas que agora passaremos a apresentar.

---

[98] H.BAQUERO MORENO, *1973*. De resto, pode-se dizer que tem sido o Autor que mais atenção tem dedicado à nobreza Quatrocentista.

[99] L.A.FONSECA, *1982*.

[100] M.C.A.CUNHA e M.C.G.PIMENTA, *1984*, e J.S.SOUSA, *1991*.

[101] M.S.CUNHA, *1990*.

[102] J.MATTOSO, *1982a*, *1985b* e *1993a*; A.H.O. MARQUES, *1987*; J.A.S.PIZARRO, *1991*; B.V.SOUSA e N.G.MONTEIRO, *1993*; L.VENTURA, *1993*. Em 1979, Luís de Bivar Guerra publicou uma síntese sobre a nobreza portuguesa, mas privilegiou sobretudo os períodos moderno e contemporâneo (L.B.GUERRA, *1979*).

PARTE II

HISTÓRIAS GENEALÓGICAS

Capítulo 4

As Linhagens

Esta *Segunda Parte* é inteiramente dedicada à reconstituição genealógica de 25 linhagens da nobreza medieval portuguesa. No entanto, esse número representa apenas as linhagens enquanto troncos principais, ou seja, aquilo a que habitualmente se designa como *linhagem-mãe*. Uma vez, porém, que algumas delas sofreram um processo de segmentação, dando origem a ramos secundários que se foram gradualmente autonomizando, o seu verdadeiro número é consideravelmente superior. Assim, e em consequência da segmentação da sua maioria (15 em 25), acabamos por atingir 101 linhagens, tantas quantas, na realidade, foram reconstituídas.

Este número representa, aproximadamente, mais do que a sétima parte do universo de 770 "nomes" recenseados ao longo da nossa pesquisa, já que alguns deles são alcunhas ou meros identificativos de proveniência geográfica, sem que se tenham afirmado como verdadeiros apelidos. Outros, ainda, registaram-se para um único indivíduo, sem que se possa saber se depois foram adoptados pelas gerações seguintes[1].

De qualquer forma, e mesmo tendo em conta o seu número global, parece-nos que o conjunto de linhagens reconstituidas, e estudadas, pode ser considerado como uma amostragem com algum significado.

Tínhamos, à partida, um universo de 323 linhagens susceptíveis de serem tratadas, dado o número de indivíduos e de elementos documentais que lhes diziam respeito, mais 130 com dados insuficientes mas onde se poderiam colher informações aproveitáveis. Além disso mais 317 nomes sem informações suficientes. Desse conjunto escolhemos as 25 linhagens-mãe com os critérios que indicaremos a seguir, e aquelas que delas procediam por

[1] A lista completa, com a indicação dos nomes que considerámos alcunhas, encontra-se no final do Volume II (vd. *ANEXO* - **ELENCO DAS LINHAGENS MEDIEVAIS PORTUGUESAS**).

segmentação, o que prefaz as 101 acima indicadas.

O número de 25 impôs-se, em primeiro lugar pela necessidade de terminarmos esta tese dentro do prazo de que dispúnhamos. Tentámos temperar a escolha necessariamente aliatória com alguns critérios de racionalidade. Mas antes, ainda, uma breve explicação. A selecção que vamos comentar, resultou de uma escolha prévia, relativa ao ***tipo*** de linhagem que pretendíamos estudar.

De início pensámos em dois tipos possíveis de linhagens: as mais conhecidas e poderosas ou, pelo contrário, as ignoradas pela investigação. A escolha levantava algumas dificuldades: por um lado, as primeiras tinham a seu favor, precisamente, o facto de estarem mais documentadas, sendo por isso previsível que não se lavantariam tantos problemas nas reconstituições genealógicas como na identificaçãos dos indivíduos; e, contra, a possibilidade de nos levar, na maioria dos casos, a referir o conhecido ou a repetir o que outros já tinham dito; por outro lado, as segundas tinham a vantagem de garantir, à partida, mais "novidades", mas a desvantagem de estarem condicionadas a uma maior pobreza de informação, correndo-se o risco de "produzirem" pouca matéria para análise, ou demasiadas incertezas devido a eventuais lacunas.

Verificámos depois que as linhagens mais conhecidas se podiam abordar numa perspectiva inteiramente nova, pelo facto de muitas delas não serem unidades isoladas, mas sim partes de outras unidades maiores. Obtínhamos assim uma variedade de situações que tornava possível a análise das genealogias nas perspectivas sociológica e da estrutura do parentesco. Desde as mais conhecidas e poderosas até algumas perfeitamente obscuras.

Após uma sondagem prévia, orientada segundo alguns critérios, como o grau de segmentação, a antiguidade e a longevidade, a dimensão, ou o número e a importância global das informações, etc. - muito embora, e como é natural, ao longo do trabalho se tenham definido outros, como, por exemplo, a variedade regional - acabamos por chegar às tais 25 linhagens. Vejamos, finalmente, quais são, explicando as razões da escolha, bem como da sua ordenação.

Um trabalho sobre a nobreza do período dionisino não podia deixar de abordar, por razões óbvias, a própria **Família Real**, até porque, quer D.Dinis quer o seu pai foram "férteis" em bastardos, fenómeno que também nos interessava analisar. Naturalmente, ***coroa*** a lista.

As cinco linhagens seguintes - **Sousa, Bragança, Maia, Baião e Riba Douro** - não precisam de apresentações; o seu prestígio era por tal forma evidente, que o *Livro Velho de Linhagens* as associava à própria génese do Reino; a sua ordenação é a proposta por aquela fonte linhagística e, em si mesma, talvez nos venha a merecer algumas reflexões. Todas elas

segmentaram-se, muito embora em graus muito variados.

Não hesitámos, depois, em escolher os **Barbosas**. Para isso, pesou bastante o prestígio da origem e o facto de se terem aparentado com a família real. Não deram origem a qualquer ramo secundário. Seguiram-se os **Riba de Vizela**, de origens bem mais modestas mas que, inegavelmente, constituíram uma das linhagens mais importantes do séc. XIII e do início da centúria seguinte. Deu origem a alguns ramos com trajectórias interessantes. Em nono e décimo lugares, aparecem os **Guedões** e os de **Lanhoso**. São duas linhagens antigas e com bastante prestígio no séc. XII, decaindo depois gradualmente; ambas se segmentaram, mas os Guedões num grau bastante elevado. O seu posicionamento pode ser discutível face à linhagem seguinte. Com efeito, os **Briteiros** ocuparam, sobretudo a partir de D.Afonso III, um lugar destacado no conjunto da nobreza de corte mas, no nosso critério, tinham contra si a origem recente.

Seguem-se os **Valadares**, os **Soverosas** e os **Cabreiras**. Os primeiros mantiveram uma posição continuada na corte até ao final do séc. XIII, para além de representarem um tipo de linhagens com implantação junto da fronteira galega, o que nos interessava analisar. Dessa forma, a sequência com Soverosas e Cabreiras era natural, uma vez que ambas procediam da Galiza. Valadares e Cabreiras segmentaram-se, provindo dos segundos uma das linhagens mais importantes do séc. XIV. Os Soverosas, muito embora se tivessem extinguido no reinado de D.Dinis, tiveram uma acção destacada naquela centúria. Seria lógico que os **Trastâmaras** acompanhassem o grupo anterior, atendendo também à sua origem galega. Contudo, foram precedidos pelos **Nóbregas**. Não podemos esquecer que estes deram origem a uma das figuras mais emblemáticas da nobreza ducentista, o célebre Dom João de Aboim, enquanto que aqueles, pese embora o prestígio da origem e do lugar destacado que ocuparam, sobretudo durante o séc. XII, praticamente desaparecem na centúria seguinte, para só renascerem no séc. XIV por intermédio dos Pereiras.

Até este ponto foram seleccionadas famílias que, claramente, atingiram a rico-homia, muito embora com diferentes graus de frequência e em cronologias diversas. As três famílias seguintes, **Portocarreiros**, **Cunhas** e **Correias** só muito raramente tiveram ricos-homens no seu seio, mas são notáveis pela sua persistência junto dos meios da corte. Faziam parte das famílias que considerámos da nobreza média, mas com claros sinais de distinção relativamente a outras do mesmo nível.

Do vigésimo até ao último lugar a escolha recaiu em linhagens situadas num plano mais modesto face às anteriores. Assim, **Molnes**, **Urgezes**, **Moreiras**, **Madeiras**, **Dades** e **Farinhas-Góis** surgem pela diversidade regional da origem. Com efeito, a maioria das famílias até aí apresentadas eram quase todas provenientes do chamado *Norte Senhorial*.

Interessava-nos, também, analisar linhagens oriundas de zonas diversas, ou que desde cedo tivessem abandonado aquela área, e que de alguma forma representassem uma nobreza média, mas de âmbito mais local, ou seja, com fracos índices de mobilidade geográfica e com poucos, ou nenhuns contactos com a Corte. A sua escolha, por outro lado, permitia chamar a atenção para outras regiões, valorizando a sua importância como "bolsas" de senhorialização, mais ou menos afastadas da área senhorial por excelência.

Definidas e, segundo cremos, justificada a selecção das 25 linhagens principais, convirá explicar uma ou outra ausência, porventura mais polémica.

Comecemos pelos Teles. Pode parecer estranho que uma das linhagens mais marcantes da nobreza de Duzentos esteja ausente deste trabalho, sobretudo quando um dos seus membros foi mordomo-mor de D.Dinis, e senhor do primeiro condado que houve em Portugal. Contudo, eram de origem castelhana, e ao contrário do que aconteceu com linhagens de proveniência galega mas que, desde cedo, se radicaram em Portugal, a sua presença foi esporádica e sem continuidade, sobressaindo muito mais pelas carreiras individuais do que pelo conjunto da linhagem. Na verdade, só alguns anos depois da morte de D.Dinis, e com a morte do Conde D.Pedro, é que os Teles recuperaram o condado de Barcelos, tornando-se, indiscutivelmente, a primeira linhagem da nobreza durante a segunda metade do séc. XIV, ou seja, num período já muito afastado da nossa cronologia.

Pela mesma ordem de razões também os Limas não foram tratados. Outras, como os Silvas ou os Vinhais, levantavam outro tipo de problemas. Os primeiros, depois de, nos finais do séc. XI e inícios do séc. XII, terem ocupado uma posição destacada, passaram quase ao anonimato, pelo menos político, durante o séc. XIII, com a excepção do arceb° D.Estêvão Soares, só voltando a ganhar relevo na segunda metade de Trezentos. Os segundos, contaram com uma ou outra carreira individual de prestígio em Castela, pelo que a sua presença em Portugal foi discreta, mesmo que no nível da rico-homia, extinguindo-se muito cedo. Ainda dentro da alta nobreza se podia falar dos Quartelas-Portugal ou dos Castros, mas as suas trajectórias não diferem muito das anteriores.

Havia ainda um outro tipo de linhagens que foram excluídas, ou porque recentemente tinham sido tratadas, como é o caso dos Pimentéis, ou porque as suas características estavam já exemplificadas por outras linhagens semelhantes, tanto ao nível do estatuto como dos percursos.

De qualquer forma, e admitindo que uma ou outra das ausentes poderia contribuir com outras variáveis, entendemos que a selecção feita permite atingir uma variedade considerável de tipologias, desde as linhagens de corte às locais, passando pelas da alta, média e baixa nobreza, até às que se distinguiram pelo conjunto ou pelas trajectórias individuais.

Uma última palavra, ainda, sobre os textos que antecedem as reconstituições genealógicas. Entendemos que estas não deveriam aparecer sem uma breve introdução que, de uma forma sintética, enquadrasse os dados individuais no âmbito mais vasto da evolução da linhagem. Só assim, no nosso entender, alguns deles ganhariam o seu real significado.

Procurou-se, desta forma, analisar uma série de variáveis, que de alguma maneira permitissem perceber quais os processos sofridos por cada linhagem, desde a origem até ao reinado dionisino.

As variáveis escolhidas foram três: o património e a sua mobilidade geográfica, as alianças matrimoniais, e o grau de relacionamento da linhagem com os meios da corte. Naturalmente que esses vectores, que consideramos fundamentais para a caracterização das linhagens, foram analisados em articulação entre si, assim como com outros factores igualmente importantes, como os dados sobre a origem, quer em termos de tempo como de espaço, a influência política dos seus membros, ou a ligação às ordens monásticas e militares.

Por outro lado, e a nosso ver, revelou-se particularmente fecunda a análise comparativa, quando era o caso, do processo evolutivo das linhagens provenientes de um tronco comum, o que permitiu detectar as soluções preferenciais, ou alternativas, adoptadas por cada uma para se autonomizarem e desenvolverem.

Finalmente, o que poderá ser discutível, pareceu-nos mais útil apresentar estes textos antes das reconstituições genealógicas, do que reuni-los num capítulo autónomo. Assim, aquelas não surgem isoladamente, como um mero acumular de informações, permitindo ainda valorizar este ou aquele pormenor num quadro mais vasto, que se tem bem presente graças à leitura, imediatamente anterior, das análises sobre a sua evolução.

Passemos então às histórias genealógicas, ordenadas segundo a sequência enunciada mais acima. Quando se dá o caso de uma linhagem se segmentar em ramos secundários, então estes são descritos imediatamente a seguir àquela. Para se saber quais as 101 linhagens que foram estudadas, ou em que linhagem-mãe se deve procurar um dos seus ramos secundários, basta consultar o ***Índice Remissivo de Famílias***, que já a seguir se apresenta.

ÍNDICE REMISSIVO DE FAMÍLIAS

ABOIM (Vd. Nóbrega > Aboim-Portel)
AGUIAR (Vd. Guedões > Aguiar-Alcoforado-Tenro-Carnes)
ALCOFORADO (Vd. Guedões > Aguiar-Alcoforado-Tenro-Carnes)
ALTERO (Vd. Lanhoso > Lanhoso-Altero)
ALVARENGA (Vd. Riba Douro > Alvarenga)
ALVELO (Vd. Cabreira > Alvelo).
ALVIM (Vd. Riba de Vizela > Alvim-Lobeira)
ARÕES (Vd. Guedões > Arões)
AZEVEDO (Vd. Baiões > Azevedo-Veiga)

BAGUIM (Vd. Maia > Baguim)
BAIÃO (Vd. Baiões > Baião-Resende)
BAIÕES
BARBOSA
BARRETO (Vd. Velhos > Barreto)
BARROSO (Vd. Guedões > Barroso)
BASTO (Vd. Guedões > Barroso > Barroso-Basto)
BERREDO (Vd. Cabreira > Ribeira-Berredo)
BEZERRA (Vd. Riba Douro > Fonseca-Ferreirim-Bezerra-Mós)
BOCARRO (Vd. Bragança > Chacim-Bocarro)
BRAGANÇA
BRITEIROS
BRAVO (Vd. Velhos > Velho-Bravo)

CABREIRA

CAMBRA (Vd. Riba de Vizela > Cambra-Lambaz)

CAMELO (Vd. Cunha > Camelo)

CANELAS (Vd. Maia > Canelas)

CARNES (Vd. Guedões > Aguiar-Alcoforado-Tenro-Carnes)

CARVALHAIS (Vd. Urgezes > Fermoselhe-Carvalhais)

CERVEIRA (Vd. Velhos > Cerveira)

CHACIM (Vd. Bragança > Chacim-Bocarro)

COELHO (Vd. Riba Douro > Coelho-Frade-Magro)

COGOMINHO (Vd. Guedões > Cogominho)

CORREIA

CUNHA

DADE

FAMÍLIA REAL

FARINHA (Vd. Góis > Farinha)

FERMOSELHE (Vd. Urgezes > Fermoselhe-Carvalhais)

FONSECA (Vd. Riba Douro > Fonseca-Ferreirim-Bezerra-Mós)

FRADE (Vd. Riba Douro > Coelho-Frade-Magro)

FREIRE (Vd. Riba de Vizela > Melo-Freire)

FROIÃO (Vd. Trastâmara > Homem-Froião)

GABERE (Vd. Valadares > Penela-Gravel-Gabere)

GAIA (Vd. Maia > Gaia)

GATO (Vd. Velhos > Gato-Mourão)

GÓIS

GRAVEL (Vd. Valadares > Penela-Gravel-Gabere)

GUEDAZ (Vd. Guedões > Guedaz)

GUEDÕES

HOMEM (Vd. Trastâmara > Homem-Froião)

LAMBAZ (Vd. Riba de Vizela > Cambra-Lambaz)

LANHOSO

LEIRIA (Vd. Urgezes > Podentes-Leiria)

LOBEIRA (Vd. Riba de Vizela > Alvim-Lobeira)

LUMIARES (Vd. Riba Douro > Lumiares)

MADEIRA

MAGRO (Vd. Riba Douro > Coelho-Frade-Magro)

MAIA

MICHOM (Vd. Riba Douro > Fonseca-Ferreirim-Bezerra-Mós)

MELO (Vd. Riba de Vizela > Melo-Freire)

MOELA (Vd. Sousa-Moela).

MOLNES

MOREIRA

MÓS (Vd. Riba Douro > Fonseca-Ferreirim-Bezerra-Mós)

MOURÃO (Vd. Velhos > Gato-Mourão)

NÓBREGA

PAIVA (Vd. Paivas > Paiva)

PAIVAS (Vd. Baiões > Paivas)

PALMEIRA (Vd. Trastâmara > Trava-Tougues-Palmeira)

PENELA (Vd. Valadares > Penela-Gravel-Gabere)

PEREIRA (Vd. Trastâmara > Pereira)

PIAS (Vd. Valadares > Valadares-Sarraça-Pias)

PODENTES (Vd. Urgezes > Podentes-Leiria)

PORTEL (Vd. Nóbrega > Aboim-Portel)

PORTOCARREIRO

REBOTIM (Vd. Paivas > Rebotim)

REDONDO (Vd. Velhos > Redondo)

RESENDE (Vd. Baiões > Baião-Resende)

RIBA DE VIZELA

RIBA DOURO

RIBEIRA (Vd. Cabreira > Ribeira-Berredo)

RIBEIRO (Vd. Guedões > Ribeiro)

SANDE (Vd. Riba de Vizela > Sande)

SARRAÇA (Vd. Valadares > Valadares-Sarraça-Pias)

SOUSA (Vd. Sousa-Moela, Família Real e Briteiros-Sousa)

SOUSA

SOVEROSA

TAVEIRA (Vd. Paivas > Taveira)

TEIXEIRA (Vd. Lanhoso > Teixeira)

TENRO (Vd. Guedões > Aguiar-Alcoforado-Tenro-Carnes)

TOUGUES (Vd. Trastâmara > Trava-Tougues-Palmeira)

TRASTÂMARA

TRAVA (Vd. Trastâmara > Trava-Tougues-Palmeira)

URGEZES

VALADARES

VASCONCELOS (Vd. Cabreira > Vasconcelos)

VASQUINHOS (Vd. Velhos > Vasquinhos)

VEIGA (Vd. Baiões > Azevedo-Veiga)

VELHO (Vd. Velhos > Velho-Bravo)

VELHOS (Vd. Baiões > Velhos)

VIDES (Vd. Guedões > Barroso-Vides)

ZOTE (Vd. Velhos > Zote)

4.1. FAMÍLIA REAL

Um estudo sobre a nobreza medieval portuguesa ao longo da segunda metade do século XIII e da primeira metade do século XIV, que assenta numa análise das suas linhagens mais representativas, não poderia deixar de se iniciar pela apresentação daquela que, naturalmente, ocupava o vértice da pirâmide nobiliárquica.

No entanto, e como facilmente se compreenderá, a sua especificidade introduz características que a diferenciam das demais. Na verdade, os três factores que escolhemos para analisar as várias linhagens seleccionadas para este estudo - património e sua mobilidade geográfica, alianças matrimoniais, e relações com a Corte - não podem ser aqui abordados nos mesmos moldes em que o faremos em relação a todas as outras linhagens.

Com efeito, não sendo possível dissociar a família real - sobretudo o chefe da "linhagem" - da própria coroa, não faria sentido tentar uma reconstituição do seu património, ou sequer falar da sua mobilidade. De resto, e como é sabido, até ao século XV não se constituiu no reino, com continuidade, qualquer casa senhorial a partir de filhos segundos dos monarcas, já que os senhorios de Serpa e de Portalegre foram absorvidos pela coroa. Pela mesma ordem de razões, também não faria sentido, nem a análise das alianças matrimoniais - a qual nos levaria mais para um estudo de história política e diplomática do que social - nem a do relacionamento da linhagem com a Corte, sendo uma a cúpula da outra.

Contudo, nesta família coexistem duas realidades ou, se se preferir, dois níveis distintos: o primeiro, que acabámos de referir, onde se enquadra a família real composta pelos reis e rainhas e pelos infantes, e que é também aquele em que dificilmente se podem dissociar as estratégias patrimoniais e matrimoniais da família relativamente às da coroa; e o segundo, onde se encontram os bastardos régios.

É precisamente a este que dedicaremos a maior parte da nossa atenção. Com efeito, se os bastardos, por um lado, e relativamente à família real legítima, se situam num plano "inferior" e, logo, exterior ao quadro acima delineado, por outro, quando perspectivados em relação ao grupo da nobreza, surgem no seu nível superior.

Assim, estes bastardos, graças ao parentesco que os unia aos monarcas, acabavam por corporizar um patamar intermédio, por onde passavam alguns dos contactos mais

importantes entre a realeza e as linhagens da alta nobreza. É neste contexto particular, e no âmbito cronológico da primeira dinastia, que se destacam os reinados de D.Afonso III e de D.Dinis, ou melhor, os bastardos destes dois monarcas.

De facto, no processo de controle senhorial encetado por D.Afonso II, e fortemente impulsionado pelos seus filho e neto, os bastardos régios protagonizaram um papel relevante, o qual nem sempre tem sido devidamente valorizado. Referimo-nos, concretamente, às alianças matrimoniais daqueles com elementos das linhagens tradicionalmente ligadas aos círculos da Corte. Alianças pelas quais passavam - e se garantiam - fidelidades, cimentadas pelos laços de parentesco que acabavam por unir essas linhagens à própria família real. É precisamente aí, nesse jogo de compromissos e de interesses mútuos, que não podemos deixar de reconhecer a argúcia daqueles dois monarcas: alimentando com o seu sangue a prosápia das famílias mais poderosas ganharam o seu apoio, declarado ou silencioso, e nele escudaram a sua política centralizadora[1]. Relação duplamente frutuosa para a Coroa já que, graças a essas alianças e ao imponderável dos fenómenos biológicos, viria a controlar o património das mais importantes casas senhoriais da altura.

Este aspecto, de resto, permite-nos tratar da última questão que gostaríamos de abordar neste texto introdutório, e que se prende com o uso do apelido Sousa por parte de dois ramos bastardos da família real. Com efeito, uma das casas senhoriais que, por intermédio das alianças referidas anteriormente, passou para o controle da coroa foi precisamente a de Sousa, a mais antiga e, porventura, a de maior prestígio no conjunto da nobreza, até ao final do século XIII. Não entrando agora nos pormenores relativos à extinção da linhagem, de resto bem conhecidos, e à forma como se processou essa transmissão, o que será feito na altura e lugar próprios, apenas gostaríamos de referir a apropriação do apelido Sousa por parte daqueles dois ramos, atitude também seguida pelos de Briteiros, como teremos ocasião de verificar. Este fenómeno vale, quanto a nós, pelo seu significado simbólico: se os Sousas, casando com bastardos régios, procuraram aumentar ainda mais os seus prestígio e poder, não deixa de ser significativo que outros bastardos régios, ao adoptarem um apelido tão *mítico*, procurassem, talvez, sublimar a ilegitimidade do nascimento, "mácula" que a simples posse de um património, por mais valioso que fosse, não ocultava verdadeiramente.

Voltemos, porém, às alianças matrimoniais já que, no seu conjunto, acabam também por nos dar uma ideia do grupo restricto de linhagens que eram honradas com o "parentesco régio"; imagem que claramente transparece pela simples análise da árvore genealógica

[1] Sobre a evolução deste processo, nomeadamente ao longo do reinado dionisino, já tivemos ocasião de expôr algumas das nossas ideias (J.A.S.PIZARRO, *1993*).

respectiva, e que teremos ocasião de ver a seguir, acompanhando com mais pormenor as várias gerações de bastardos régios.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Relativamente a este ponto, e de acordo com as considerações anteriores, optámos pelos seguintes critérios: em primeiro lugar, não desenvolveremos as biografias dos Infantes, excepto quando estes tenham sido contemporâneos de D.Dinis, nomeadamente os seus irmãos; de igual modo, só serão desenvolvidos os ramos bastardos provenientes de D.Afonso III e de D.Dinis, excepto quando a descendência ilegítima de um monarca anterior tenha atingido o período dionisino; finalmente, e em relação à árvore genealógica precedente, os indivíduos aí assinalados - legítimos ou bastardos -são, até à geração de D.Afonso II, os que vêm citados nos três livros de linhagens e, a partir daí, todos os que conhecemos através das fontes compulsadas.

De acordo com estes critérios, iniciaremos este ponto com o rei D.Sancho I, já que um seu neto, por via bastarda, atingiu o período dionisino. No entanto, não deixaremos de assinalar todos os seus descendentes referidos nos livros de linhagens, começando pelos filhos legítimos, tidos em Dona Dulce de Aragão:

III1 - *D.Afonso II*, que segue;

III2 - Dom **PEDRO SANCHES** que, depois de servir o seu cunhado, Afonso IX de Leão, c.c. **AUREMBIAUX DE URGEL**, vindo a ser Conde de Urgel e Rei de Maiorca[2].

III3 - Dom **FERNANDO SANCHES**, que foi Conde da Flandres pelo seu casamento com **JOANA DA FLANDRES**[3].

III4 - Dona **TERESA**, que c.c Afonso IX de Leão.

III5 - Dona **SANCHA**.

III6 - Dona **MAFALDA**, que c.c. Henrique I de Castela.

III7 - Dona **BRANCA**.

[2] L.VENTURA, *1992*, vol.I, pp.563-564.

[3] A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.I, pp.63-65.

D.Sancho I teve vários bastardos, primeiro de Maria Aires de Fornelos (III8 e 9), e depois de Maria Pais da Ribeira (III10 a 13):

III8 - MARTIM SANCHES, que c.c. **EULÁLIA PIRES DE CASTRO**, de quem não teve descendência.

III9 - URRACA SANCHES.

III10 - RODRIGO SANCHES, figura bem conhecida da corte de D.Sancho II, seu sobrinho, teve um filho bastardo de **CONSTANÇA AFONSO DE CAMBRA**:

IV7 - AFONSO RODRIGUES, omitido pelos livros de linhagens, é referido em 1256 como "escolar de Coimbra"[4], sendo depois frade franciscano e "Guardião do Convento de Lisboa"[5]. Em 1269 foi contemplado no test° de Constança Sanches - irmã de seu pai e que ali o refere expressamente como sobrinho - com 6 marcos de prata e 50 lbs.[6] Frequentou as cortes de D.Afonso III e de D.Dinis, chegando mesmo, em 1294, a fazer parte do Desembargo deste último rei[7]. A confiança que nele depositava o monarca - decorrente do seu estatuto de homem de religião e de parente da família real - era também partilhada por várias figuras da Corte. A prová-lo, está o facto de Frei Afonso Rodrigues ter sido nomeado testamenteiro por Leonor Afonso, bastarda de D.Afonso III, por Dona Constança Mendes de Sousa, ambas suas primas, e por Dom Martim Anes de Soverosa[8].

III11 - GIL SANCHES, clérigo - *e foi chus honrado clerigo que houve na Espanha*,

---

[4] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.545.

[5] *ML*.V.121v°.

[6] *ML*.V.121v° e *PHGCRP*.I.30. Já dois anos antes nos surgira associado a Dona Constança, confirmando uma doação que esta fez à Infanta Dona Sancha, filha de D.Afonso III (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.96v°).

[7] *ML*.V.121v°. A última vez que é referido junto da corte data de 1297, quando testemunhou o pedido feito pela Rainha Santa a D.Dinis no sentido de este não legitimar os filhos do irmão, o Infante Dom Afonso de Portalegre (ANTT, *Gavetas*, XVII-7-22, doc. de 6 de Fev., publ. nas *GAVETAS*, vol.VII, pp.485-487).

[8] Dona Leonor Afonso nomeou-o como seu único executor testamentário (ANTT, *2ª Inc. - Most° de Alcobaça*, cx.4, m°10, n°227 - doc. de 30 de Nov. de 1286, ref. na *ML*.V.121-121v°); em 19 de Ag. de 1295 foi a vez de Dom Martim Anes o nomear, juntamente com a mulher e a mãe (IDEM, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°84, n°3820); finalmente, a 8 de Jan. de 1297, testemunhou o test° de Dona Constança, que o trata por *coirmão* e o nomeia testamenteiro (IDEM, *Gavetas*, III-6-4 - doc. ref. na *ML*.V.270v°. Estas nomeações são também referidas por M.ESPERANÇA, *1656-66*, 2ª parte, pp.150-151).

o que não o impediu de ter tido por barregã a **MARIA GARCIA DE SOUSA** (*LV*1AO10;*LD*5G3) - e também trovador, terá nascido nos primeiros anos do século XIII vindo a falecer em 1236[9].

III12 - CONSTANÇA SANCHES, cujos dados biográficos foram recentemente reunidos[10], faleceu a 8 de Agosto de 1269[11].

III13 - TERESA SANCHES, que c.c. Afonso Teles, o Velho (Vd. TELES).

III1 - D.AFONSO II, monarca entre 1211 e 1223, teve dois filhos bastardos, ambos omitidos pelos livros de linhagens, para além de quatro filhos legítimos, fruto do seu casamento com Dona **URRACA DE CASTELA**, filha de Afonso VIII. Filhos legítimos:

IV1 - D.SANCHO II, rei entre 1223 e 1248, casou com Dona **MÉCIA LOPES DE HARO**, de quem não teve descendência.

IV2 - *D.Afonso III*, que segue;

IV3 - Dom **FERNANDO**, senhor de Serpa, foi c.c. Dona **SANCHA FERNANDES DE LARA**, de quem não teve filhos. No entanto, o Infante de Serpa teve um filho bastardo, recentemente identificado:

V14 - SANCHO FERNANDES, prior de Santo Estêvão de Alfama testemunhou, nessa qualidade, a demarcação do couto de Portel, realizada em 1 de Nov. de 1261[12]. Desconhece-se a data da sua morte.

IV4 - Dona **LEONOR**, que c.c. Valdemar III da Dinamarca.

Não sabemos se da mesma mulher, teve os bastardos seguintes:

IV5 - JOÃO AFONSO I, sobre quem nada apurámos, excepto o facto de estar

---

[9] Para a biografia de Gil Sanches, v.g. A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.351-352. Sobre Dona Maria Garcia, só conseguimos apurar que foi criada na fg. de Gilmonde, no j. de Faria, facto que permitiu a seu irmão, o conde Dom Gonçalo Garcia, honrar toda a vila de Gilmonde (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-8 e VIII-5-4, e *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fl.56).

[10] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.556-559.

[11] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.184.

[12] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.553.

sepultado no Claustro do Silêncio do most° de Alcobaça, onde uma epígrafe funerária nos informa que faleceu a 9 de Out. de 1234[13].

IV6 - PEDRO AFONSO I, esquecido pelos livros de linhagens e pelas crónicas, e mesmo ausente no testamento de seu pai, como recentemente acentuou Leontina Ventura, em 1249 acompanhou o irmão na conquista de Faro[14]. Deve-se à autora citada a descoberta de alguns diplomas que referem este bastardo régio, e dos quais se conclui que teve uma filha, talvez bastarda:

V15 - CONSTANÇA PIRES[15].

IV2 - D.AFONSO III, monarca entre 1248 e 1279, e a partir do qual - segundo os critérios acima definidos - procuraremos desenvolver mais as notícias biográficas, sobretudo as relativas aos bastardos régios[16]. Como é sabido, Dom Afonso, sendo ainda Infante, casou uma primeira vez com Dona **MATILDE**, Condessa de Bolonha, de quem não teve descendência. Em 1253, já entronizado, e ainda em vida daquela, recebeu por mulher a Dona **BEATRIZ**, filha natural de Afonso X de Castela. Devido a esta situação de bigamia o reino esteve sob um interdito papal, entre 1255 e 1262, levantado em Maio deste último ano, seguido pela bula *Qui celestia*, de Urbano IV, a qual dispensou os vários impedimentos canónicos que obstavam à legitimidade daquele segundo matrimónio[17]. À data desse diploma pontifício - 19 de Junho de 1262 - já tinham nascido três dos sete filhos legítimos de D.Afonso III:

V1 - Dona **BRANCA**, nascida a 28 de Fevereiro de 1259, foi senhora das vilas de Montemor-o-Velho, de Campo Maior e de Montalvão (por troca com a anterior), e ainda do most° de Lorvão[18]. É, porém, no património e no prestígio

[13] A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.I, pp.86-87.

[14] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1989*, p.69.

[15] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.555-556.

[16] Naturalmente que, depois do recente estudo sobre a corte de D.Afonso III (L.VENTURA, *1992*), pouco se poderá acrescentar às biografias dos seus filhos, pelo que o nosso esforço se centrará mais sobre a descendência destes. Assim, a maior parte das informações que daremos, quer sobre os Infantes quer sobre a maioria dos bastardos do Bolonhês, serão sintetizadas a partir da obra acima citada.

[17] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.526-531 - onde, para além dos dados referidos, se encontra uma biografia da Rainha Dona Beatriz.

[18] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.534-535 e 537.

que alcançou no reino castelhano que reside a principal singularidade biográfica desta Infanta. Com efeito, tendo acompanhado a sua mãe até Sevilha, para junto de Afonso X, este deixou-lhe, em testº, 100.000 marcos para casamento[19]. Provavelmente, com essa quantia adquiriu a Sancho IV o senhorio do mostº das Huelgas de Burgos, à frente do qual a encontraremos a partir de 15 de Abril de 1295 até à sua morte, ocorrida entre 15 e 25 de Abril de 1321. Ao longo desses dezasseis anos são inúmeros os docs. que permitem acompanhar a sua actuação, quer a nível individual quer como senhora do mostº[20], destacando-se as doações feitas à Infanta por Sancho IV e por Fernando IV e, mais do que outro qualquer, o seu testº, onde se torna evidente a sua fortuna. Feito a 15 de Abril de 1321, nele deixa avultadas doações pias, contemplando também vários parentes[21], vindo a falecer antes de 25 de Abril seguinte[22]. Está sepultada no mostº das Huelgas num belíssimo túmulo armoriado[23].

V2 - *D.Dinis*, que segue;

V3 - Dom **AFONSO**, nascido a 6 de Fev. de 1263, foi senhor das vilas e dos castelos de Portalegre, de Marvão, de Arronches, de Castelo de Vide e da Lourinhã, tendo exercido várias tenências durante os reinados de seu pai e de seu irmão[24]. A nota mais saliente da vida deste Infante[25] terá sido o antagonismo que o opôs ao irmão, levando-o a várias situações de confronto aberto com D.Dinis em 1281, em 1287 e em 1299[26]. O resultado mais importante desses conflitos

[19] A.BALLESTEROS BERETTA, *1984*, p.1054.

[20] A documentação das Huelgas de Burgos tem vindo a ser publicada de uma forma sistemática desde 1987 - *Documentación del Monasterio de las Huelgas de Burgos (1116-1328)* - já estando publicados todos os docs. relativos a Dona Branca.

[21] *Documentación del Monasterio (...)*, vol.34, pp.322-333 (doc.364). Dona Branca nomeou como principal testamenteira a sua tia Dona Maria de Molina, viúva de Sancho IV de Castela; deixou 30.000 maravedis a cada uma das suas sobrinhas, filhas de Dom Afonso de Portalegre, e 10.000 para Dona Maria Ribeira, viúva do seu meio-irmão Afonso Dinis.

[22] *Documentación del Monasterio (...)*, vol.34, pp.335-337 (doc.366).

[23] F.MENÉNDEZ PIDAL DE NAVASCUÉS, *1963*, pp.38-40.

[24] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.531-533. Em Agosto de 1282 foi a Bragança, juntamente com o Conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa, receber a Infanta Dona Isabel de Aragão, acompanhando-a depois até Trancoso onde D.Dinis aguardava a Rainha (*Cr.7Reis*, vol.II, p.11; R.PINA, *1945*, p.20).

[25] Os dados biográficos mais importantes sobre Dom Afonso de Portalegre foram já sistematizados por F.F.LOPES (*1964*), por B.SÁ-NOGUEIRA (*1991b*) e por L.VENTURA (*1992*, vol.II, pp.531-534).

[26] As circunstâncias e o enquadramento político desses conflitos serão abordados em outro ponto deste

acabou por ser a perda do importante senhorio fronteiriço detido pelo Infante, o qual foi recuperado por D.Dinis através de escambos: em 1288, o Infante cedeu ao rei a vila de Arronches, obtendo em troca a terra de Armamar[27], e em 1300 recebeu as vilas de Ourém e de Sintra, entregando Marvão e Portalegre[28]. Sempre derrotado, o Infante acabou por se exilar em Castela, onde o encontrámos junto de Fernando IV entre 1302 e 1306[29]. Regressando a Portugal no ano seguinte, conhecem-se alguns diplomas desse ano expedidos pelo Infante a partir de Castelo de Vide, onde terá fixado residência[30], nada se sabendo sobre a sua vida a partir de 1307. Faleceu a 2 de Novembro de 1312 e foi sepultado na ig. de S.Domingos de Lisboa *em hum muymento de pedra que esta a porta do coro* [31].

---

trabalho. De momento, interessam-nos alguns pormenores relativos ao confronto de 1281, pelas informações que nos permitem reconstituir, à data, o grupo de vassalos de Dom Afonso. Com efeito, no âmbito das pazes celebradas entre os dois irmãos, constava uma cláusula pela qual cada uma das partes nomearia 10 cavaleiros - entre estes teriam que estar, obrigatoriamente, o alferes e o mordomo de cada um - que prestariam menagem à outra pelo cumprimento das condições acordadas. Assim, pela parte do Infante, foram nomeados Vasco Pires Farinha (mordomo), Gomes Pais [da Silva] (alferes), Pero Esteves de Tavares, Martim [Pires] de Podentes, Estêvão Gonçalves Safanhão, Martim Rodrigues Babilão, Estêvão Pires Vinagre, Gomes Lourenço de Cerveira, Rui Pais Bugalho e Rui Gil Babilão (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.47-48v°).

[27] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.216v°.

[28] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.10v°-11. Se o Infante, economicamente, saíu beneficiado por estes escambos - Portalegre rendia anualmente 1200 lbs. e Ourém 800, enquanto que Sintra e Ourém rendiam, respectivamente, 3400 e 1000 lbs. - eles significaram, na verdade, o seu afastamento político, retirando-lhe a posição estratégica que ocupava junto da fronteira, mantendo apenas Castelo de Vide e Alegrete. Dom Afonso teve ainda outros bens, normalmente omitidos pela bibliografia. Assim, em 1278, fez um acordo com a Ordem de Avis, devidamente autorizado por seu pai: tomou de prazo da dita Ordem todos os bens que esta tinha em S.Vicente da Beira, entregando 1500 lbs. para que aquela comprasse herdamentos em Elvas, e no seu termo, e ficasse com a sua posse durante um ano, após o que os emprazaria ao Infante (ANTT, *Ordem de Avis*, n°87 - doc. de 14 de Set.). A estes bens se referia Dom Afonso quando, em 1307, declarou que por sua morte deveriam ser entregues à Ordem de Avis a aldeia de S.Vicente e a torre de Linhares, as quais trazia da dita Ordem (IDEM, *ibidem*, n°s. 302, 303 e 307 - docs. datados de Castelo de Vide, a 13 de Maio, e testemunhados por Paio Soares, Aires Cabral, Estêvão Rodrigues de Molnes, vassalos de Dom Afonso, e por Martim Afonso, vassalo de Afonso Sanches). Durante 33 anos teve a posse da vila de Torrão, por préstamo da Ordem de Santiago, a qual rendia anualmente 1800 lbs. (A.B.C.VEIGA, *1940*, p.159).

[29] São de há muito conhecidos os diplomas que atestam a presença de Dom Afonso na corte castelhana, entre 1302 e 1305 (F.F.LOPES, *1964*, pp.211-212). Documentação mais recentemente publicada, porém, permite alongar essa presença até Julho do ano seguinte (*Documentación del Monasterio de las Huelgas de Burgos*, vol.33, pp.344-350 - doc.195).

[30] ANTT, *Ordem de Avis*, n°s. 302, 303 e 307. As circunstâncias em que o Infante regressou a Portugal são referidas por F.F.LOPES (*1964*, pp.218-219).

[31] *Cr.7Reis*, vol.II, p.23; R.PINA, *1945*, p.33; *Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX)*, p.123.

O Infante Dom Afonso foi c.c. Dona **VIOLANTE MANUEL DE CASTELA**[32], de quem teve os seguintes filhos:

VI9 - Dom **AFONSO**, que segundo alguns autores foi senhor de Leiria[33], faleceu solteiro.

VI10 - Dona **ISABEL AFONSO DE PORTUGAL**, que c.c. Dom João de Castela (Vd. HARO).

VI11 - Dona **MARIA AFONSO DE PORTUGAL**, que casou primeiro com Dom Telo Afonso de Molina (Vd. TELES), e depois com Dom Fernando de Haro (Vd. HARO).

VI12 - Dona **CONSTANÇA AFONSO DE PORTUGAL**, que c.c. Dom Nuno Gonçalves de Lara (Vd. LARA).

VI13 - Dona **BEATRIZ AFONSO DE PORTUGAL**, que c.c. Dom Pero Fernandes de Castro (Vd. CASTRO).

V4 - Dona **MARIA AFONSO** (1264-1267).

V5 - Dona **SANCHA AFONSO** (1264-1279).

V6 - Dom **VICENTE AFONSO** (1268).

V7 - Dom **FERNANDO** (1269)[34].

Tal como acima afirmámos, D.Afonso III teve diversos filhos bastardos. No entanto, e muito embora se saiba o nome de algumas das suas barregãs - **ALDONÇA ANES**

[32] Era filha do Infante Dom Manuel, filho mais novo de Fernando III de Castela, e detentora dos senhorios de Elda e de Novelda, junto à fronteira castelhano-aragonesa. A união de Dom Afonso com Dona Violante era ilegal, atendendo ao grau de parentesco, e nunca foi legitimada por dispensa papal. Daí que os seus filhos fossem ilegítimos, até que D.Dinis, a 8 de Fev. de 1297, os legitimou (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fl.126. Sobre as condições em que a legitimação foi concedida, vg. F.F.LOPES, *1964*, pp.205-207).

[33] *ML*.V.286 e *HGCRP*.I.121. Félix Lopes afirma que essa posse só poderia ter sucedido até 1300, data em que D.Dinis doou a vila de Leiria à Rainha Santa, sugerindo que Dom Afonso teria falecido pouco tempo antes (F.F.LOPES, *1964*, p.205). Quanto a nós, ou nunca teve o dito senhorio - a sua posse não está documentalmente provada - ou então perdeu-o quando acompanhou o pai no exílio para Castela, o que deve ter ocorrido nos finais de 1299. Por falecimento não foi, já que em 1302 testemunhou, juntamente com o pai, uma proclamação feita por Fernando IV de Castela contra os Lacerdas (A.BENAVIDES, *1860*, vol.II). De resto, não foi esta a primeira vez que Dom Afonso esteve em Castela. Com efeito, num diploma de 1291, Sancho IV de Castela deu quitação ao bispo de Astorga por certas despesas, entre as quais se contavam 2600 mbs. relativos a dois meses que "um filho do Infante Dom Afonso de Portugal" estivera na corte castelhana, de Julho a Setembro de 1290 (M.GAIBROIS DE BALLESTEROS, *1922-28*, vol.III, doc.371).

[34] Sobre os poucos dados biográficos relativos a estes quatro Infantes, vg. L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.540-541.

DA MAIA, TERESA FERNANDES DE SEABRA, TERESA MENDES DE SOUSA, URRACA ABRIL DE LUMIARES, ELVIRA ESTEVES[35] - não tem sido possível, até agora, salvo em relação a dois casos, destrinçar a maternidade de cada uma delas em relação aos bastardos conhecidos:

V8 - RODRIGO AFONSO, nascido antes de 1258, já nas inq. gerais desse ano é referido com bens nos j. de Felgueiras e de Guimarães[36]. Curiosamente, em 1267, Rodrigo Afonso surge-nos, não como beneficiário, mas como doador ao pai de todos os bens que tinha em Santarém e em Lisboa, bem como nos respectivos termos - por herança materna? - "pelo muito bem e mercê que dele tinha recebido" [37]. Faleceu antes de 12 de Maio de 1272[38], tendo deixado diversos bens à colgª de Sª Mª da Alcáçova de Santarém[39]. Foi seu mordomo um tal Pero Esteves, que em 1268 testemunhou uma compra feita por Dom João de Aboim[40].

V9 - MARTIM AFONSO CHICHORRO I, filho de uma moura[41], foi seu amo João Pires de Lobeira[42]. Surge-nos referido a primeira vez no testº de seu pai,

---

[35] L.VENTURA. *1992*, vol.II, pp.541-545. Para além das indicadas no texto, foi também barregã régia uma moura da qual nasceu Martim Afonso Chichorro I.

[36] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.550.

[37] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, Lº1, fl.93vº (doc. de 7 de Julho, feito em Lisboa, e testemunhado pelos cavºs. Martim Pires de Barbosa, Fernão Fernandes Cogominho e Pero Martins Casével). Quatro anos depois o monarca concedeu-lhe, em vida, a posse desses mesmos bens (IDEM, *Ibidem*, Lº1, fl.111 - doc. de 16 de Out. de 1271).

[38] Nesta data D.Afonso III doou a Martim Afonso, irmão de Rodrigo, os bens que tinha recebido, por morte deste, no t. de Santarém (ANTT, *Ch. de D. Afonso III*, Lº1, fl.114vº).

[39] É provável que tivesse nomeado Martim Afonso, seu irmão, como testamenteiro, já que aquele, a 22 de Abril de 1280, ordenou que fossem entregues à referida colgª os bens que ele tinha deixado em testº: uma herdade e uma vinha em Tooxe, o casal de Almonda, a herdade dos Bacelos, a herdade de Valada - que Rodrigo recebera de Dona Ouroana - em Alvisquer, e as vinhas das Pereiras e da Boca do Mel, todos situados no t. de Santarém (ANTT, *Sala 25 - Colgª de Sª Mª da Alcáçova de Santarém*, mº6, nº105). O facto de Rodrigo e Martim surgirem sempre associados, poderá significar que eram filhos da mesma mãe?

[40] *LBJP*, doc.CXIII.

[41] *LL*22G14. A articulação desta informação com uma outra do *Livro do Deão*, permite afirmar que Martim Afonso era irmão uterino de Urraca Afonso, "irmã d'el rei dom Diniz, de gaança, que fora filha de uma moira" (*LD*10A5).

[42] O doc. cit. na nota 39 foi selado com o selo de João Lobeira a pedido de Martim Afonso - que o trata por "meu amo" - pois este ainda não tinha selo próprio.

em 1271, onde é contemplado com a quantia de 1000 lbs.[43]. Como já vimos, no ano seguinte o rei doou-lhe os bens que tinha recebido por morte do seu irmão Rodrigo, sitos no t. de Santarém[44]. Teve ainda bens no t. de Torres Vedras, que vendeu ao pai por 1500 lbs.[45]. Martim Afonso foi rico-homem da corte de seu irmão D.Dinis, confirmando diversos diplomas régios entre 1288 e 1300[46]. Pensamos que ainda vivia em 1313, quando doou a João Afonso, bastardo de D.Dinis, tudo o que tinha na Lousã[47]. Foi c.c. **INÊS LOURENÇO DE VALADARES**[48], de quem teve:

VI14 - MARTIM AFONSO CHICHORRO II (DE SOUSA)[49], foi rico-

[43] *ML*.IV.285.

[44] Vd. nota 38. Entre esses bens estariam os herdamentos que, em 1275, possuia em Tooxe (*LBJP*, doc. CCXIX, cit. por L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.549), bem como duas vinhas, situadas em Alvisquer, e que em 1283 deixou à colgª da Alcáçova de Santarém, para o seu aniversário (M.A.BEIRANTE, *1980*, p.156). Como também referímos, em 1280 ordenou ao seu mordomo, Domingos Soares, que entregasse àquela colgª os bens que aquele seu irmão deixara em testº (vd. nota 39).

[45] O herdamento, situado no l. de Valada, foi vendido antes de 5 de Jul. de 1278, quando o rei o doou ao bastardo Afonso Dinis (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, Lº1, fls.159vº-160).

[46] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº1, fls.239-241 e Lº3, fls.11-11vº, respectivamente. No texto do tratado de Alcanices é expressamente referido como *rico-homem* (IDEM, *Gavetas*, XVIII-9-13, doc. publ. nas *GAVETAS*, vol.IX, pp.500-504). Martim Afonso Chichorro tem sido confundido por diversos autores com Martim Afonso Telo, atribuindo ao primeiro o exercício de diversas tenências que, de facto, pertenceram ao segundo (*HGCRP*.XII-2.3 e L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.549). Essa confusão fica-se a dever à homonimia e ao facto de ambos coincidirem nas cortes afonsina e dionisina, muito embora outros autores já se tivessem apercebido da distinção entre os dois (*ML*.V e VI, A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.207, e J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.185 e 203-204). Com efeito, e para além de outras razões, há duas outras que permitem, com segurança, estabelecer essa distinção: em primeiro lugar, não parece normal o facto de o bastardo, em 1280, ainda não possuir selo próprio, pedindo-o ao seu amo, se já desde 1270 governava duas tenências; em segundo lugar, e esta ainda é mais clara, o modo como um e outro aparecem referidos quando confirmam diplomas régios claramente os distingue, ou seja, enquanto que o Telo é sempre designado como *Dom* Martim Afonso, o Chichorro raramente o é, e chegou mesmo a acontecer que o escrivão, reparando no erro, riscou o "dom" que antecedia o nome do bastardo (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº1, fls.239-249).

[47] A 15 de Dez. o seu escrivão, Domingos Pais, fez a referida entrega em seu nome, sendo testemunha o alcaide da Lousã, João Anes (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Clara de Santarém*, mº7, nº326). O obituário de S.Vicente de Fora, sem referir o ano, indica que Martim Afonso faleceu a 12 de Maio (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.549). O seu túmulo encontra-se no Museu Arqueológico de Santarém (M.A.BEIRANTE, *1980*, p.156).

[48] Filha de Dom Lourenço Soares de Valadares e de Dona Maria Mendes de Sousa era, por sua mãe, uma das pretendentes à herança do Conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa - o que motivou o uso do apelido Sousa pelos seus descendentes - e, como tal, foi representada por seu pai, em 1287, na respectiva demanda (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº1, fls.241vº-244vº). Como nesta data era representada pelo pai, é natural que então ainda não estivesse casada com Martim Afonso.

[49] O uso do apelido Sousa é-lhe atribuído pelas Crónicas (*Cr.7Reis*, vol.II, p.95).

homem da corte de seu tio D.Dinis[50] e, como tal, em 1320, foi ouvido aquando da apresentação que aquele fez das queixas que tinha contra o infante herdeiro[51]. No ano seguinte, contudo, talvez já se encontrasse ligado ao partido de Dom Afonso, uma vez que foi um dos ricos-homens que juraram, pela parte do Infante, as pazes celebradas em Pombal entre este e o monarca[52]. Desconhecemos, porém, qualquer elemento que nos indique o seu envolvimento político posterior. De facto, as poucas notícias que temos, depois de 1321, são relativas aos seus bens. Assim, em 1322, fez uma doação ao most° de Pombeiro, do qual este "rico-homem de Sousa" era *natural e padroeiro*, pelo muito bem que recebera do dito most° e por 1000 lbs. que o respectivo abade lhe dera[53]; no ano seguinte, por composição feita com o Conde Dom Pedro, ficou com as honras e os coutos de Freixeeiro, Travaços, Amarante, Barroso, Andrães e Galegos, bem como com o lugar de Mouçãos[54]. É provável que ainda estivesse vivo em 1341 sendo, então, referido no compromisso matrimonial assumido por seu filho Vasco Martins[55]. Martim Afonso não casou, mas teve dois filhos bastardos de **ALDONÇA ANES DE BRITEIROS**, abad[a] de Arouca (*LL*22G15):

VIII1 - VASCO MARTINS DE SOUSA, rico-homem e figura destacada da corte ao longo da segunda metade do século XIV.

[50] D.Dinis doou-lhe um casal em Lordelo, no j. de Celorico de Basto (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.135v°, doc. de 3 de Março de 1321).

[51] *Cr.7Reis*, vol.II, p.95; R.PINA, *1945*, p.110; *ML*.VI.372.

[52] *ML*.VI.423.

[53] *BL*.II.72 e A.A.MEIRELES, *1942b*, pp.25-26.

[54] A composição, que foi arbitrada pelo Infante Dom Afonso, envolveu os já referidos Conde de Barcelos e Martim Afonso, bem como as irmãs deste (*ML*.VI.424-425; A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.207). Quer pelos intervenientes quer pelos bens em causa, estamos seguramente perante um conflito, ainda em 1323, decorrente das partilhas sobre a herança do Conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa.

[55] *CAIV*.I.342. Se colocamos alguma reserva quanto ao facto de Martim Afonso ainda viver nesse ano, isso deve-se à circunstância de o doc. o indicar como pai do noivo, mas sem afirmar a sua presença num acto "familiar" tão importante. Se ainda vivia, então também aceitamos que se identifique com o Martim Afonso Chichorro que, em 1348, juntamente com o seu escd° Pero Afonso, testemunhou uma proc. dada por Dona Constança, viúva de Gonçalo Pires Ribeiro (ANTT, *CR - Most° de S.Domingos das Donas de Santarém*, m°1, n°1). Note-se que Gonçalo Pires, filho bastardo de Teresa Mendes de Sousa, era primo co-irmão de Inês Lourenço de Valadares, mãe de Martim Afonso.

Íntimo, desde a infância, de D.Pedro I, foi por este nomeado para o cargo de chanceler-mor, ocupando-o entre 1357 e 1360[56], e beneficiado com algumas doações[57]. O monarca seguinte doou-lhe vários senhorios, entre o quais se destacam os de Mortágua, de Penaguião e de Gestaçô, confirmados em 1385 por D.João I[58]. Falecido em 1387[59], foi casado com **INÊS DIAS MANUEL**, tendo chegado até nós o contrato de casamento, celebrado em 1341 e testemunhado por D.Afonso IV[60]. Deste casamento ficou descendência, a qual é referida em 1365, juntamente com Vasco Martins, no grupo dos ricos-homens *naturais* do mosteiro de Grijó[61].

VII12 - MARTIM AFONSO DE SOUSA (CHICHORRO III), rico-homem omitido pelos livros de linhagens - mas que já anteriormente tivemos a oportunidade de identificar, graças às referências do *Livro das Campainhas* - casou com **MARGARIDA GONÇALVES DE SOUSA (BRITEIROS)**, de quem teve, pelo menos, uma filha[62].

---

[56] A.L.C.HOMEM, *1990*, p.390. Na c. de doação cit. na nota seguinte o monarca alude explicitamente ao parentesco e aos contactos que desde a infância os uniam. Essa proximidade explica também que Vasco Martins tenha sido uma das testemunhas do enlace secreto que uniu o então Infante com Dona Inês de Castro, facto que pessoalmente confirmou por diversas vezes (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.204).

[57] Nomeadamente com os bens que tinham sido do "justiçado" Pero Coelho (*CP*.173).

[58] A.L.C.HOMEM, *1990*, p.390. Caetano de Sousa afirma que D.Fernando lhe confiscou essas terras doando-as, em 1375, a João Afonso Pimentel (A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.XII, tomo 2, p.5).

[59] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.204.

[60] Vasco Martins entregou, a título de arras, 4000 lbs. sobre uma quintã que possuia em Pejeiros (c. de Vila da Feira), ficando o Infante D.Pedro, Afonso Martins, alcaide de Santarém, e Gonçalo Lobato por fiadores das ditas arras (*CAIV*.III.342). Para além desta referência, Vasco Martins surge-nos na companhia da mulher, em 1357, a fazer um escambo com os testamenteiros de Guiomar e de Leonor Anes, filhas de João Mendes de Briteiros, pelo qual obteve uma quintã no j. de Guimarães, entregando bens que possuia nos j. de Lousada e de Sª Cruz de Riba Tâmega, escambo que foi testemunhado por Nuno Viegas do Rego, Gonçalo Martins Alvelo, Lopo Afonso e Lopo Esteves, todos vassalos de Vasco Martins (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Lamego*, cx.3, mº3, nº8).

[61] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.29-30.

[62] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.31-32 e 205. Também lhe são atribuídas outra aliança e várias barreganias, todas com descendência (A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.XII, tomo 2, pp.7-8), mas supomos que estas devem dizer respeito a seu sobrinho, filho de Vasco Martins.

VI15 - MARIA AFONSO CHICHORRO, que c.c. Gonçalo Anes de Briteiros (Vd. BRITEIROS).

VI16 - CONSTANÇA AFONSO CHICHORRO, já falecida em 1341, ano em que Margarida Afonso, sua irmã e testamenteira, inquiriu sobre os bens que ela deixara para a constituição de uma capela[63]. É possível que, como aquela sua irmã, tenha sido religiosa, até porque em *LL*22G14 se afirma que Martim Afonso e Inês Lourenço tiveram outras filhas que foram freiras, muito embora não se indiquem os seus nomes.

VI17 - MARGARIDA AFONSO DE SOUSA, dona de Sª Clara de Santarém encontra-se, como agora vimos, referida em 1341 como testamenteira da irmã.

VI18 - [VASCO AFONSO DE SOUSA I][64], que poderia ter sido o pai de:

VII13 - MARTIM VASQUES DE SOUSA[65], já falecido em 1325, ano em que a sua viúva, **SANCHA DIAS DE HARO**, nomeou como procurador a um dos netos, Gonçalo Afonso, para que vendesse os bens que ele possuira em Portugal[66]. Teve descendência.

V10 - URRACA AFONSO, que casou primeiro com Pero Anes de Riba de Vizela (Vd. RIBA DE VIZELA), e depois com João Mendes de Briteiros (Vd. BRITEIROS).

V11 - LEONOR AFONSO, que casou primeiro com Estêvão Anes de Sousa e depois com Gonçalo Garcia de Sousa I (Vd.SOUSA).

V12 - AFONSO DINIS, filho de D.Afonso III e de Marinha Pires de Enxara, como o próprio monarca afirma num doc. de 1278, e pelo qual lhe doa um herdamento

---

[63] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Clara de Santarém*, mº8, nº428-429 (doc. de 11 de Nov.).

[64] A inclusão de Vasco Afonso, cuja existência é meramente hipotética, serve apenas como proposta de filiação para Martim Vasques de Sousa (vd. nota seguinte).

[65] Para além do apelido, existe uma outra razão que nos leva a supôr que Martim Vasques seria parente próximo da família real. Referimo-nos ao seu casamento, já que é difícil de aceitar uma aliança com os Haro por parte de alguém que não tivesse aqueles laços de parentesco. Mas, o que dificilmente se explica é o silêncio dos livros de linhagens acerca deste indivíduo e do seu casamento, silêncio que - sobretudo no caso do Conde D.Pedro - poderá ocultar razões de natureza política.

[66] Dos bens, situados em Carvalhal, em Santarém e em Montejunto, estes últimos foram vendidos por 200 lbs. (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Clara de Santarém*, mº11, nºs. 769-770). Martim Vasques teve duas filhas, Maria Vasques e Joana Martins, esta última mãe de Gonçalo Afonso, Martim Vasques e Urraca Afonso (sem que o doc. nos indique o nome do pai).

no valor de 1500 lbs., situado em Vila Pouca, no t. de Torres Vedras[67]. Tal como outros bastardos, foi contemplado com 1000 lbs. no testº de seu pai[68]. Meio-irmão de D.Dinis, de quem também recebeu benefícios[69], foi rico-homem da sua corte e mordomo-mor da rainha entre 1315 e 1322[70]. Para além dos bens já referidos, possuiu outros, dispersos pelos j. de Valadares, de Vermuim e de Panóias[71], e ainda outros em Óbidos por doação da Ordem de Santiago[72]. Como já referimos deve ter falecido pouco depois de 1322, tendo sido sepultado na Sé de Lisboa[73]. Foi casado com **MARIA PIRES [PORTEL] RIBEIRA**[74], que lhe

[67] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, Lº1, fls.159vº-160 (publ. na *ML*.IV.220vº e nas *PHGCRP*, vol.VI, tomo 1, pp.235-237).

[68] *PHGCRP*, vol.I, p.69 (no texto do testº é apenas referido como Afonso, mas a sua colocação junto dos outros bastardos régios não pode deixar dúvidas quanto à sua identificação. No mesmo texto afirma-se que este bastardo fora criado por Martim Pires, clérigo do rei). Por outro lado, não sabemos explicar por que razões Afonso Dinis foi omitido no trabalho de Leontina Ventura (L.VENTURA, *1992*).

[69] Em 1300 confirmou-lhe a posse de umas casas em Lisboa que lhe tinham sido dadas pela rainha Dona Beatriz, e em 1310 coutou-lhe a póvoa de Salvador Aires (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls. 10vº e 72vº, respectivamente).

[70] Afonso Dinis confirma diplomas régios entre 1306 e 1315 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls. 50-50vº, 53vº, 53vº-54, 58vº-59, 75 e 97vº-98), data a partir da qual, como se disse, nos surge com o cargo de mordomo-mor da Rainha até 1322 (*ML*.V.39vº), ano provável da sua morte.

[71] No j. de Valadares teve a honra de Vilar (fg. de S.Martinho de Alvaredo), a qual, segundo os inquiridos de 1288, existia há mais de 100 anos (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.66); segundo as Inq. de 1301, trazia por préstamo do mostº de Santo Tirso o l. de Bragadela (fg. de Rio Airão, no j. de Vermuim), tendo dado a Dom Fernão Pires de Barbosa a voz e a coima desse lugar (IDEM, *ibidem*, Lº3, fl.4); no entanto, em 1304 afirma-se que tinha toda a terra de Vermuim, beneficiando o mesmo Fernão Pires com alguns préstamos (IDEM, *Gavetas*, VIII-4-6, Perg.1). Finalmente, em Panóias, possuia a meias com João Pires Portel, seu cunhado, a honra de Andrães (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, Lº7, fl.83).

[72] A doação tinha sido feita sem o conhecimento do cabº da Ordem pelo que, depois da queixa apresentada por aquele, D.Dinis obrigou o irmão a devolvê-los (ANTT, *CR - Ordem de Santiago*, mº1 (DP), nº15 - doc. de 4 de Jun. de 1315).

[73] Sobre a data da morte e o local de sepultura, vd. notas 70 e 75, respectivamente.

[74] Este matrimónio reveste-se de um duplo interesse para a estratégia régia, demonstrando exemplarmente como os bastardos régios serviram a política centralizadora de D.Afonso III e de D.Dinis. Na verdade, Dona Maria Pires, pela morte, sem filhos, dos seus irmãos, tornou-se na principal herdeira das casas de Aboim e de Sousa: da primeira, não só herdou os bens de seu pai, Pero Anes Portel, como da sua tia, Maria Anes de Aboim, a qual também não teve descendência, pelo que a fortuna de D.João de Aboim, dividida entre os dois filhos, se reuniu de novo na pessoa da sua neta; da segunda, recebeu a parte de sua mãe, Constança Mendes de Sousa, uma das herdeiras do último senhor da casa de Sousa. Naturalmente que o interesse estratégico deste matrimónio se compreende melhor, se articulado com outros, também eles peças de um jogo mais vasto de domínio e poder régios: dos bastardos de D.Afonso III, Martim (V9) casou com a filha e herdeira de Maria Mendes de Sousa, irmã de Constança Mendes acima referida e, portanto, também ela herdeira da Casa de Sousa; Leonor (V11) casa primeiro com Estêvão Anes de Sousa e depois com o conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa, tio do seu primeiro marido e último senhor da Casa de Sousa (de quem Maria e Constança Mendes

sobreviveu vários anos[75], e de quem teve:

VI19 - PERO AFONSO DE SOUSA, rico-homem da corte de seu primo D.Afonso IV, foi por este encarregue - aquando do cerco posto pelo monarca a Badajoz, em 1336 - de sitiar Vila Nova da Barcarrota, o que não conseguiu[76]. Talvez este insucesso lhe tenha trazido o desagrado régio, provocando o seu exílio em Castela, surgindo em 1340 na batalha do Salado, ao lado de Afonso XI[77]. Entretanto, em 1337, fora contemplado com 250 lbs. pelo test° de Dona Maria Anes de Aboim, sua tia-avó[78]. Da sua passagem por Castela deverá ter resultado o casamento com **ELVIRA ANES DA NÓVOA**[79], de quem teve dois filhos:

---

foram as principais herdeiras), e, finalmente, Afonso Dinis, que temos vindo a referir; dos bastardos de D.Dinis, Afonso (VI3) casou com a principal herdeira do primeiro Conde de Barcelos e Pedro (V4) casou com Branca Pires Portel, irmã de Maria Pires Ribeira e, portanto, também herdeira da fortuna dos Aboim e dos Sousa. E isto, sem falar de outras linhagens de primeira grandeza, como é o caso dos Briteiros, ligados por sucessivas alianças a bastardos régios ou seus descendentes directos (V10, VI6, VI14, VI15, VI20 e VII12). De resto, a simples visualização da árvore genealógica relativa à Família Real, revela de imediato as linhagens que ocuparam o topo da hierarquia nobiliárquica durante a segunda metade do século XIII e a primeira da centúria seguinte: Sousas, Riba de Vizela, Teles, Valadares, Briteiros e Pachecos.

[75] Temos notícias suas até 1342. Assim, em 1337 recebeu 100 lbs. pelo test° de sua tia, Dona Maria Anes de Aboim (ANTT, *Sala 25 - Most° de S.Domingos de Lisboa*, L°9, fls.376 e 381), a qual também beneficiou os seus filhos, como adiante veremos; em 1341, estando em Leiria, aforou para sempre, por 14 lbs. anuais, meia almuinha com a sua vinha e um olival, sita no termo da dita vila, o que foi testemunhado por Gonçalo Anes, seu mordomo (IDEM, *2ª Inc. - Most° de Alcobaça*, m°39, n°942); no ano seguinte, por escambo feito com o most° de Alcobaça, adquiriu todos os bens que o most° possuia em Enxara dos Cavaleiros, onde residia, dando em troca todos os seus bens situados em Leiria (o escambo, concretizado a 3 de Ag. de 1342, foi precedido por uma c. de proc. datada de 28 de Jul., feita nas suas casas em Enxara e onde Dona Maria Pires se apresenta como vizinha de Torres Vedras (IDEM, *ibidem*, m°19, n°439), tomando posse dos bens a 10 de Ag. (IDEM, *CR - Most° de Alcobaça*, m°32 (DP), n°1). O facto de ser vizinha daquela vila explica o facto de ter sido sepultada na ig. de Sª Mª do Castelo de Torres Vedras, de onde as suas ossadas foram trasladadas, em 1371, para junto das do marido, que se encontrava enterrado na Sé de Lisboa, de acordo com as disposições testamentárias do seu filho Rodrigo (BPE, *Fundo Monástico - Most° de S.Domingos de Évora*, Pasta de Pergs. n°1).

[76] A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.276.

[77] A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.XII, Tomo 1, p.356. Este mesmo autor afirma que Pero Afonso foi partidário do Infante D.Pedro contra D.Afonso IV, o que também poderia justificar o seu afastamento da corte portuguesa.

[78] ANTT, *Sala 25 - Most° de S.Domingos de Lisboa*, L°9, fls.376 e 381.

[79] Em 1360 Pero Afonso já tinha falecido, porque D.Pedro concedeu uma tença anual de 200 lbs. à sua viúva (A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.XII, tomo 1, p.356). Curiosamente, pertenciam ambos à família patronal do most° de Grijó (J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.193 e 210).

VII14 - VASCO AFONSO DE SOUSA II que, segundo alguns autores, se terá fixado em Castela, dando origem a um ramo de Sousas bastante ligado a Córdova[80].

VII15 - BEATRIZ AFONSO DE SOUSA, vulgarmente identificada com a mulher do conde Seia, Dom Henrique Manuel, confundindo-a vários autores com uma outra Beatriz, filha de Martim Afonso de Sousa (VII12)[81]. Não sabemos se casou.

VI20 - RODRIGO AFONSO DE SOUSA que, como os seus irmãos, também recebeu 250 lbs. pelo testº de sua tia-avó[82], foi rico-homem das cortes de D.Afonso IV[83], de D.Pedro I e de D.Fernando[84]. Em 1342 surge-nos a testemunhar, por pedido da abadª Dona Teresa de Freitas, uma sentença dada pelo juíz de Arouca contra Branca Lourenço de Valadares[85]; em 1356, na companhia de Dom João Afonso Telo, envolveu-se numa contenda com o mostº de Grijó pela posse de parte da honra de Cortegaça, a qual ficou resolvida nesse mesmo ano[86]. Rodrigo Afonso estava "familiarmente" ligado a Grijó, sendo referido em 1365 como membro da família patronal, juntamente com a mulher, **VIOLANTE PONÇO DE BRITEIROS**[87], como rico-homem *natural* do mostº[88].

---

[80] A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.XII, tomo 1, pp.361-364 e A.B. FREIRE, *1973*, vol.I, p.276.

[81] Já tivemos ocasião de corrigir este erro, graças às informações do *Livro das Campainhas* (J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.31-32).

[82] Vd. nota 78.

[83] Em 1355 é referido como vassalo da casa do rei (A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, p.72). As Inq. de 1343 referem que trazia pelo rei a terra de Fradelos (fg. de Sª Leocádia de Fradelos, no j. de Vermuim (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, Lº1, fl.188).

[84] Em 1361 confirma, como rico-homem, uma procuração dada pelo monarca ao Mestre de Avis (*CP*.512). De D.Pedro recebeu as terras de Arraiolos e de Paiva, o que D.Fernando confirmou em 1367 (A.C. SOUSA, *1946-54*, vol.XII, tomo 1, p.152).

[85] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.3, mº12, nº37.

[86] A honra, composta por 12 casais, pertencia, em diferentes proporções, a vários herdeiros. Como Gonçalo Martins, procurador de Rodrigo Afonso, era o mais velho do lugar foi ele o incumbido de informar como esses casais se dividiam (ANTT, *Col. Costa Basto - Mostº de Grijó*, nº6, fls.217vº-219).

[87] Filha de Martim Anes de Briteiros I e de Branca Lourenço de Valadares, em 1333 o seu pai ordenou que, quando morresse, o seu irmão, Martim Anes II, dividisse com ela todos os bens (ADB, *Gav. dos Coutos e Honras*, nº23). Em 1360 os dois irmãos doaram o direito que tinham como *naturais* da ig. de Sª Leocádia de

Segundo o Conde D.Pedro este casal teve descendência (*LL*23B3), mas nunca se encontraram dados que o confirmassem, sendo apenas conhecidos os bastardos de Rodrigo Afonso. No entanto, a riqueza de informações do seu testº[89], feito em Évora em 1371, vem lançar luz sobre essa questão. Assim, de sua mulher teve:

VII16 - LEONOR RODRIGUES DE SOUSA que, como acabámos de ver, foi beneficiada pelo testº paterno com diversos bens. Não sabemos se casou.

Rodrigo Afonso teve uma barregã chamada **CONSTANÇA GIL**[90], da qual teve, como ficou dito, os seguintes bastardos:

VII17 - GONÇALO RODRIGUES DE SOUSA, já referido a propósito do testº do pai, do qual beneficiou e foi nomeado executor. Em 1374, no cumprimento dessas funções, declarou os bens que seu pai deixara ao convento de S.Domingos de Évora - tudo o que possuíra em Leiria e nos seus termos - fazendo a

---

Lágea, no t. de Baião, ao mostº de Ancede, do qual também eram ambos *naturais* (ANTT, *Sala 25 - Mostº de S.Domingos de Lisboa*, Lº27, fl.378 - doc. firmado por Dona Violante nos paços da sua honra de Gestaçô, a 22 de Out.).

[88] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.35-36 e 211.

[89] Rodrigo Afonso mandou enterrar-se no cabº do mostº de S.Domingos de Évora, aonde pedia para lhe fazerem uma capela com altar onde dissessem missas por sua alma, deixando para isso metade de todos os bens móveis e 100 lbs.; a outra metade ficaria para Constança Gil, sua amante, a quem pedia para fazer cumprir as suas últimas vontades; deixou as rendas dos bens que possuia na Estremadura para uma capela de missas por alma do pai, que jazia na Sé de Lisboa, pedindo ainda que levassem para junto deste as ossadas da mãe, que jazia em Sª Mª do Castelo de Torres Vedras; a sua filha deixou os bens que tinha em Cortegaça, em Arrifana da terra de Sousa, em Canidelo "que creo que he na terra da Maya", bem como o que tinha em Pena de Aguiar e o que lhe deixara o Conde D.Pedro em Vale de Nogueiras; todos os restantes bens ficaram para seu filho Gonçalo. Nomeou testamenteiros a Constança Gil e a Afonso Pires de Molnes, seu vassalo, a quem deixou 50 lbs. O testº foi testemunhado por Fernão Gonçalves de Arca, escdº, e por João de Alvarenga, seu escdº (BPE, *Fundo Monástico - Convento de S.Domingos de Évora*, Pasta de Pergaminhos, nº9). O testº data de 6 de Out., mas a 22 do mesmo mês fez um codicilo ao mesmo, revogando a nomeação de Afonso Pires de Molnes e substituindo-o por Rui Gonçalves, escdº seu vassalo, e por seu filho Gonçalo (IDEM, *ibidem*, Cód. 317, Lº2, fls.33vº-34vº). Sobre a permanência deste ramo bastardo da família real em Évora, cfr. M.A.BEIRANTE, *1995*, pp.528-529.

[90] Ainda vivia em 1378, ano em que outorgou uma doação feita em 1374 pelo filho Gonçalo (vd. nota seguinte).

respectiva entrega[91]. Legitimado em 1370, ainda em vida de Dona Violante Ponço, foi senhor de Mafra, da Ericeira e de Enxara dos Cavaleiros, alcaide de Monsaraz, de Portel e de Marvão, nos reinados de D.Fernando e de D.João I mas, acabou por optar pelo partido castelhano, exilando-se em Castela, onde teve descendência ilegítima[92].

VII18 - FERNÃO GONÇALVES DE SOUSA, que curiosamente não é referido no testº de seu pai, foi senhor de Vila Boim e, como aquele, alcaide de Portel, também seguiu, a partir de 1384, o caminho do exílio[93].

VI21 - DIOGO AFONSO DE SOUSA foi, dos filhos de Afonso Dinis, o mais beneficiado pelo testº de sua tia-avó, Dona Maria Anes de Aboim: "seu criado", recebeu as vilas e senhorios de Mafra e da Ericeira, para além das 250 lbs. dadas a cada um dos seus irmãos[94]. Sendo o testº de 1337, como então referímos, não estiveram esses senhorios na posse de Diogo Afonso por muitos anos, pois veio a falecer 18 de Nov. de 1344, estando sepultado na ig. de Santo André de Mafra[95]. Foi c.c. **VIOLANTE LOPES PACHECO**, que lhe sobreviveu cerca de dez anos, durante os quais deteve aqueles senhorios[96]. Desta aliança nasceram os seguintes

[91] A entrega dos bens foi testemunhada por Vicente Esteves Bugalho, por Fernão Álvares, seu escdº, e por Pero Gonçalves, seu homem (BPE, *Fundo Monástico - Convento de S.Domingos de Évora*, Pergaminhos, mºI, nº14 - o texto do doc. de 1374 vem inserido no da confirmação da mesma, feita por Constança Gil em 1378). É possível que Rodrigo Afonso tenha falecido pouco antes da data da referida entrega - 23 de Março de 1374.

[92] A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.XII, tomo 1, p.153 e A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.277. De facto, em 1388 encontrava-se fugido em Castela, porque nesse ano os frades de S.Domingos de Évora, que pretendiam o treslado do testº de Rodrigo Afonso, não sabiam se Gonçalo Rodrigues embargaria o seu pedido (BPE, *Fundo Conventual - Convento de S.Domingos de Évora*, Pasta de Pergaminhos, nº9).

[93] A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.277.

[94] Vd. nota 77. Que Diogo Afonso foi criado por Dona Maria de Aboim não levanta quaisquer dúvidas, não só pelo tratamento referido no texto, mas também porque o aio de Diogo, Gonçalo Anes, na qualidade de "homem" de Dona Maria, testemunha uma doação feita por esta senhora em 1327 ao mostº de S.Domingos de Lisboa (ANTT, *Sala 25 - Mostº de S.Domingos de Lisboa*, Lº9, fl.385), provando-se assim a presença de Diogo, ainda menor, junto da sua tia e entregue aos cuidados dos membros da sua casa.

[95] A.B.FREIRE, *1973*, pp.277-279.

[96] A posse dos senhorios de Mafra e da Ericeira foi-lhe retirada em 1357 por D.Pedro I - não se esqueça que Dona Violante era irmã de Diogo Lopes Pacheco - mas o mesmo monarca devolveu-lha em 1362. Faleceu nos inícios de 1365, e está sepultada junto do marido (A.B.FREIRE, *1973*, p.279).

filhos:

VII19 - ÁLVARO DIAS DE SOUSA, que provavelmente não chegou a deter os senhorios de Mafra e da Ericeira, pois faleceu exilado em Castela antes de 1365, sendo estes entregues a sua irmã, já que também o seu irmão Lopo o acompanhou no exílio[97]. Foi c.c. **MARIA TELES [DE MENESES]**, de quem teve descendência, originária do ramo conhecido por *Sousas de Arronches*[98].

VII20 - LOPO DIAS DE SOUSA I, que regressou a Portugal depois da morte de D.Pedro I, foi alcaide de Chaves por c. de 27 de Junho de 1368[99]. Referido, em 1365, como rico-homem *natural* do most° de Grijó, casou antes de 1367 com uma **BEATRIZ**, cuja família se desconhece, não tendo tido filhos[100]. Por morte de sua irmã Branca, deteve, a meias com o seu sobrinho homónimo, filho de Álvaro, os senhorios de Mafra e da Ericeira, vindo a falecer antes de 7 de Agosto de 1377[101].

VII21 - BRANCA DIAS DE SOUSA, também referida no *Livro das Campainhas*, em 1365, como rica-dona *natural* do most° de Grijó, foi senhora de Mafra e da Ericeira, por c. de 17 de Abril de 1365[102]. Não casou nem teve descendência (*LL*22I15).

VI22 - GARCIA MENDES DE SOUSA III que, entre 1332 e 1342, encontrámos referido como Cón. de Braga e Prior de Sª Mª da Alcáçova de Santarém[103], também em 1337 foi contemplado com 250 lbs. pelo test°

---

[97] A.B.FREIRE, *1973*, p.279.

[98] A.B.FREIRE, *1973*, pp.279-291. Quer a sua mulher quer os seus dois filhos - um dos quais, Lopo Dias de Sousa II, foi Mestre de Cristo - são referidos em 1365, no *Livro das Campainhas*, como ricos-homens *naturais* do most° de Grijó (J.A.S.PIZARRO, *1987*, p.260).

[99] A.B.FREIRE, *1906b*, p.164.

[100] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.212.

[101] IDEM, *ibidem*.

[102] IDEM, *ibidem*.

[103] ANTT, *Ordem de Avis*, n°s. 447, 401 e 403 (docs. de 18 de Jun. de 1332, de 28 de Jul. de 1336 e de 12 de Set. de 1338, respectivamente. Na primeira data ordenou que se fizesse um inventário dos ornamentos da

de sua tia-avó, Maria de Aboim[104]. Desconhecemos a data do seu falecimento.

VI23 - GONÇALO MENDES DE SOUSA IV, sobre quem só sabemos que em 1337, tal como os seus outros irmãos, também beneficiou de 250 lbs., deixadas pela sua tia-avó[105]. Não se sabe se casou ou se teve descendência.

V13 - GIL AFONSO que, tal como os seus irmãos, recebeu 1000 lbs. pelo testº paterno[106], é possível que tenha sido freire da Ordem do Hospital. Com efeito, aquando das Inq. de 1343, e a propósito da fg. de Santo André de Mareces, no j. de Faria[107], é referido um *Dom Affomso comendador de Chavam irmãao del Rey*, e que dificilmente se poderá identificar com outro bastardo de D.Afonso III[108]. De mulher desconhecida teve um filho:

---

ig. de Sª Mª da Alcáçova). Finalmente, em 1342, encontrava-se em Avinhão, pedindo a Clemente VI o canonicato e prebenda lisbonenses e o arcediagado de Santarém, apresentando-se na qualidade de cón. de Braga, perito em direito e consanguíneo do rei de Portugal - *Garsias Menendi de Saussa, canonicus Bracharensis, in iure peritus, ac regis Portugalie consanguineus germanus* (*MPV*.I.7).

[104] Vd. nota 78.

[105] Vd. nota 78. Anteriormente, avançámos a hipótese de se poder identificar com um Gonçalo Anes de Sousa que, por sentenças de 1342 e de 1344, viu confirmadas as jurisdições de várias honras (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.211), hipótese que, hoje, liminarmente recusamos, já que se trata de Gonçalo Anes de Briteiros.

[106] *PHGCRP*.I.69.

[107] ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, Lº1, fl.161. Não só porque este bastardo está tão pouco documentado, mas porque o texto das inq. é particularmente rico e cheio de sabor, não podemos deixar de o transcrever integralmente: "... *que el Rey Dom Dinis dera a hermida de Sam Migeel d'Azões a huum seu alfayate com dous casaaes que hi avya na dicta freeguesya porque era ja velho e nom podya andar com elle. E vivendo hi na hermida e nos casaaes que chegara per hi Dom Affomso comendador de Chavam irmãao del Rey e que lhe disse[: -] que faaes[; -] aqui vivo em esta hermida e em estes casaaes que me deu el Rey e as cartas delles ey [; -] da-me a carta e vay-te comigo e dar-thei de comer e de bever e vistir ata morte, fiquem os dictos casaaes a Chavam por ta alma e polla del Rey (...). E que os levara del o comendador assy como dicto he e que per esta guisa avya a dicta bailya os dictos casaaes.*"

[108] Na verdade, se atendermos ao facto de os sucessos relatados pelo texto das inq. serem posteriores à entronização de D.Dinis e de, por razões óbvias, se excluir à partida a figura do Infante Dom Afonso, Senhor de Portalegre, nenhum dos outros bastardos do *Bolonhês*, pelos dados já referidos, se pode identificar com este indivíduo: Rodrigo Afonso faleceu em vida do pai e, quer Martim Afonso quer Afonso Dinis, estão suficientemente documentados para que se possa aventar para eles uma possível identificação. Assim sendo, e atendendo ao facto de o filho de Gil Afonso também ter sido hospitalário, como a seguir veremos, não nos repugna aceitar que os inquiridos de 1343 se referissem a este bastardo régio, nomeando-o pelo patronímico - com omissão do nome Gil - associando-o, assim, ao nome do monarca.

VI24 - LOURENÇO GIL, freire e comendador da capela de São Brás, na Ordem do Hospital, como reza a sua epígrafe funerária, que se encontra na ig. de Santa Luzia em Lisboa, na qual se refere a sua filiação e onde se indica que faleceu a 31 de Dezembro de 1346[109].

V2 - D.DINIS, sexto Rei de Portugal, nasceu a 9 de Outubro de 1261[110], sendo referido na doc. régia a partir do dia 12 desse mesmo mês[111]. Pela morte de seu pai, ocorrida a 16 de Fevereiro de 1279 e, ao que parece, após o curto período da regência encabeçada por sua mãe[112], assumiu a governação do Reino durante quarenta e seis anos, vindo a falecer a 7 de Jan. de 1325[113]. Subiu ao trono em circunstâncias invulgares, e raras vezes repetidas, ou seja, ainda solteiro, pelo que foi dos poucos monarcas portugueses que tiveram "liberdade" para escolher a sua Rainha, vindo a casar a 11 de Fev. de 1281, após alguns meses de negociações[114], com Dona **ISABEL DE ARAGÃO**, a *Rainha Santa*, filha de Pedro II de Aragão. Deste casamento nasceram:

VI1 - Dona **CONSTANÇA**, que c.c. Fernando IV de Castela.

VI2 - *D.Afonso IV*, que segue;

De algumas das suas barregãs - **ALDONÇA RODRIGUES DE TELHA**[115],

---

[109] *ML*.IV.220, A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.I, p.114, e *Inscrições Portuguesas de Lisboa (Sécs.XII a XIX)*, p.60.

[110] *PMH-SS*, pp.4 (*Chronicon Conimbriense*) e 21 (*Breve Chronicon Alcobacense* - com erro na data: "Era 1249" por 1299), e *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, p.76.

[111] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.538. Esta Autora já deixou, na obra cit. (pp.538-540), alguns dos elementos mais significativos sobre a infância de D.Dinis, nomeadamente quanto aos seus aios - Lourenço Gonçalves Magro e Nuno Martins de Chacim - e provável perceptor - Domingos Anes Jardo -, bem como à circunstância de, em 1278, D.Afonso III lhe ter constituido casa, composta por 16 vassalos, a maioria dos quais serão referidos ao longo deste trabalho.

[112] *ML*.V.51v°-52.

[113] *PMH-SS*., p.4.

[114] O erudito estudo do Padre Félix Lopes (F.F.LOPES, *1963*) veio clarificar as incorrecções até então divulgadas sobre "a data e as circunstâncias" deste casamento. Sobre a composição da casa da Rainha Santa Isabel, v.g. F.F.LA FIGANIÈRE, *1859*, pp.LIX-LXXI.

[115] Na documentação só o nome e o patronímico são referidos, sendo o apelido conhecido pelas referências do Conde D.Pedro (*LL*57J4). Mãe de Afonso Sanches, beneficiou da liberalidade do seu régio amante que, a 7 de Abril de 1301, lhe doou vários herdamentos nas fgs. de S.Lourenço da Barra e de Angeja (j. de Vouga e de

BRANCA LOURENÇO [DE VALADARES][116], **GRACIA ANES**[117], **MARIA PIRES**[118], **MARIA RODRIGUES DE CHACIM**[119] e **MARINHA GOMES**[120] - teve D.Dinis vários bastardos, sendo conhecidos os seis seguintes:

VI3 - PEDRO AFONSO II, Alferes-mor e 3º Conde de Barcelos, é sem dúvida o mais conhecido dos bastardos de D.Dinis, que o teve de Gracia Anes. Trovador[121], cronista[122] e, acima de tudo, linhagista, o *Conde Dom Pedro de Barcelos* destaca-se como uma das mais importantes figuras da cultura medieval

---

Figueiredo de Rei, respectivamente - ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.19). Escudando-se, talvez, no seu estatuto de barregã régia, logo as inq. desse mesmo ano se referem aos abusos que ela cometia nesses herdamentos, não deixando que os moradores de Angeja fossem ouvidos pelo juíz de Figueiredo (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, Lº3, fl.33vº); mas, fosse porque, entretanto, o rei tivesse outra favorita, ou porque os seus abusos se agravassem, o certo é que, em 1304, D.Dinis ordenou às suas justiças que a impedissem de exercer violências na metade da aldeia de Angeja que pertencia ao mostº de Grijó, sob pena de 500 soldos e de mandarem para a torre de Viseu todos os que cometessem essas violências (IDEM, *Col. Costa Basto - Mostº de Grijó*, nº7, fls.361vº-363 - doc. de 21 de Nov. de 1304, inserto num outro de 21 de Junho de 1305, relativo à execução da ordem régia). Se a identificação estiver correcta, ainda vivia em 1314, ano em que o cabº coimbrão nomeou um proc. para, junto da corte, tratar da contenda que o opunha a Aldonça Rodrigues sobre casais, herdamentos e termo do couto de Paredes e das vilas de Outil, Mogofores, Vilarinho e Óis do Barro (IDEM, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº63, nº2307).

[116] Não parece que tenha sido a mãe de qualquer bastardo régio. Que ainda não tinha tido nenhum em 1301, se prova pela c. de doação de D.Dinis, de 28 de Junho desse ano, pela qual o monarca - "pela compra do seu corpo" - lhe doa em sua vida e na dos seus filhos - "se dela tiver algum" - a vila de Mirandela com os seus termos e direitos de juro real (ANTT, *Gavetas*, XIII-5-11). Cinco anos depois, a 25 de Maio de 1306, o rei deu-lhe toda a herdade de Gondomar, no t. do Porto, bem como a herdade de Cidões, no t. da Maia (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.49vº). Quer o patronímico quer a qualidade da primeira doação, nos levam a aceitar a proposta de Frei Francisco Brandão, identificando esta barregã com a filha homónima de Dom Lourenço Soares de Valadares (*ML*.V.186vº-187 e 293). E, mais força ganhará esta identificação, se aceitarmos com naturalidade o facto de os monarcas encontrarem nos círculos cortesãos o meio preferencial para a escolha das suas barregãs. Estas, por outro lado, serviam as estratégias das suas famílias para fortalecerem a sua influência, tanto àquele nível como junto dos próprios monarcas.

[117] Mãe do Conde Dom Pedro de Barcelos. Sobre as suas obras assistenciais, vd. M.J.P.F.TAVARES, *1973*.

[118] Mãe do bastardo João Afonso, como consta da c. de leg. deste último (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.110vº). O Conde D.Pedro identifica-a apenas como *uma boa dona do Porto* (*LL*43Q8).

[119] Neta de Nuno Martins de Chacim, aio e mordomo-mor de D.Dinis, a sua barregania é referida em *LL*38T10. Não parece ter sido mãe de nenhum bastardo.

[120] Mãe de Maria Afonso I.

[121] Não só compoz algumas cantigas, como parece ter sido o responsável pela mais tardia das recolhas daquele género de composições efectuada no séc.XIV, à qual os especialistas designam por *compilação geral* (A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.275-282).

[122] É-lhe atribuída, graças aos estudos do Prof. Lindley Cintra, a autoria da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (*Cr.1344*, vol.I, pp.CXXX-CLXIX).

peninsular. Atributos que, naturalmente, justificam o elevado número de estudos que à sua vida e obra têm sido dedicados[123], pelo que pouco, ou mesmo nada, lhes poderemos acrescentar[124].

Nascido nos finais do séc.XIII - talvez por meados da década de 80[125] - entre 1289 e 1306 recebe de seu pai uma série de bens em Estremoz, em Évoramonte, em Sintra e em Tavira, bem como a terra de Gestaçô. Figurando nos diplomas régios, como confirmante, a partir de 1303[126], no ano seguinte acompanhou o seu pai até Aragão, quando este arbitrou questões que opunham os monarcas castelhano e aragonês, surgindo em 1307 como *Mordomo da Infanta* Dona Beatriz de Castela, mulher do Infante D.Afonso[127]. Todas estas provas do apreço paterno[128] culminaram em 1314 com a doação da vila de Barcelos, da qual Dom Pedro já era o 3° Conde, à qual se seguiu, no ano seguinte, a nomeação para o cargo de Alferes-mor. Os cargos proeminentes que detinha levaram-no a envolver-se nos graves dissídios que opuseram D.Dinis ao Infante D.Afonso. A tentativa de se manter fiel às duplas obrigações de fidelidade que o ligavam a seu pai e a seu irmão era inviável, sobretudo perante a pressão que sobre ele terão exercido os outros bastardos, Afonso Sanches[129] e João Afonso.

---

[123] Da extensa bibliografia existente sobre o Conde Dom Pedro seja-nos permitido destacar os estudos que mais contributos trouxeram para o conhecimento da sua biografia e aqueles que, mais recentemente, os procuraram sintetizar: *GEPB*.XX.802-811 (artigo da autoria de A. de Almeida Fernandes), *Cr.1344* (vol.I da ed. crítica de Lindley Cintra), F.F.LOPES, *1965*, M.J.P.F.TAVARES, *1973*, J.MATTOSO, *1981* (pp.37-100), A.A.FERNANDES, *1990a* (pp.251-313), e A.R.OLIVEIRA, *1994* (pp.402-405).

[124] Pelo exposto, procuraremos, tão somente, dar uma ideia do seu património e da constituição da sua *casa*, sendo este segundo aspecto aquele para o qual podemos acrescentar alguns dados inéditos. Quanto ao primeiro, apenas daremos referências documentais quando se tratar de bens que, até agora, se desconheciam na posse do Conde, pois que a maioria deles já foi identificada pelos trabalhos atrás citados, sobretudo nos dois da autoria de A. de Almeida Fernandes.

[125] Foi seu tutor, tal como de seu irmão Afonso Sanches, Pero Afonso Ribeiro (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°20 - doc. de 12 de Março de 1293).

[126] ANTT, *Gavetas*, IV-1-21 (doc. de 26 de Março, relativo a uma doação à O. de Avis).

[127] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.58v°-59.

[128] As quais não impediam que D.Dinis fizesse justiça contra os abusos praticados pelo seu bastardo. Assim aconteceu em 1307, quando o monarca proibiu a Dom Pedro o usufruto de várias direituras das honras de Freixieiro, Cegoela e Bornaria, as quais pertenciam ao most° de Pombeiro (A.A.MEIRELES, *1942b*, pp.23-24).

[129] Este, ainda em 1308, e depois em 1310, nomeou Pedro Afonso como primeiro herdeiro do senhorio de Albuquerque, no caso de não deixar descendentes directos (ANTT, *Gavetas*, XI-6-2, 1° e 2° docs., respectivamente).

Sofrendo o desagrado régio, foi obrigado a exilar-se em Castela, onde permaneceu entre 1317 e 1322[130]. Depois do seu regresso procurou estabelecer a concórdia entre as partes desavindas - no que colaborou com a Rainha Santa - acompanhando o seu pai nos últimos momentos[131]. Com a subida ao trono de seu irmão, D.Afonso IV, terá optado por uma actividade política mais discreta - discrição só pontualmente interrompida por situações delicadas, como a guerra que ocorreu em 1336 entre Portugal e Castela - mantendo, porém, até à morte, a alferesia-mor[132]. Retirado para os seus paços de Lalim, aí terá encontrado a tranquilidade necessária para proceder à "compilação geral" das cantigas, à elaboração do célebre *Livro de Linhagens*, e à redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

As doações paternas que mais atrás enunciámos, só por si, não justificam o enorme património que o Conde D.Pedro possuiu[133]. A esses bens teremos agora que acrescentar aqueles outros a que acedeu pelo matrimónio, sobretudo através do primeiro dos dois que efectuou. Nos últimos anos do séc.XIII, ou nos primeiros da centúria seguinte, casou com **BRANCA PIRES PORTEL** (*LL*22H13-14), a qual, pela morte do irmão, João Pires Portel, talvez ocorrida em finais de 1304, veio a tornar-se herdeira de boa parte da fortuna do avô paterno, Dom João Pires de Aboim, e, por via materna, dos bens da casa de Sousa. Dona Branca, porém, poucos anos sobreviveu a seu irmão, vindo a

[130] Terá partido depois de Março de 1317, pois nesse mês ainda se encontrava em Portugal, conduzindo uma inq. feita na terra da Feira (*ML*.V.184v°). Regressou antes de Out. de 1322, data em que foi citado, juntamente com o most° de Lorvão, para que fosse resolvida uma questão sobre Esgueira (ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.4, m°2, n°7), questão que não se terá resolvido tão cedo, já que no ano seguinte o most° apresentou um protesto contra o vigário do Conde em Vilarinho (l. de Esgueira), o qual tinha excedido as suas ordens quanto à recolha da portagem desse lugar (IDEM, *ibidem* , gav.4, m°9, n°2).

[131] *Cr.1344*, vol.IV, p.259.

[132] A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.266.

[133] Para além desses bens, e dos que adquiriu por casamento, ainda recebeu outros, quer por adopção quer por doação ou herança: assim, por volta de 1306, alguns bens situados em Torres Vedras, por ter sido recebido por herdeiro de Vicente Domingues Franco (A.A.FERNANDES, *1990a*, p.253); em 1309, por doação do cav° Martim da Espiunca, recebeu a quintã de Brunhido, na t. de Vouga, a qual foi entregue à guarda de Vasco Martins da Cunha, cav° e mordomo de D.Pedro (ANTT, *Gavetas*, III-2-3); anos depois, em 1314, o Rei autorizou-o a ficar com tudo quanto lhe doara João Soares, freire do Templo (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.85); finalmente, em 1324, o seu pai doou-lhe duas tendas em Lisboa, sitas à Porta do Ferro, e que anteriormente tinha doado à mãe do Conde (IDEM, *ibidem*, fl.160v°). Em 1312, estando em Santarém, abdicou, a favor do most° de Entre-os-Rios - atendendo à sua pobreza - da parte que tinha no serviço do burgo de Entre-os-Rios (ANTT, In.1912 - *Most° de S^a Clara do Porto/Entre-os-Rios*, m°169, n°73).

falecer por volta de 1307[134] - deixando um filho, ainda criança, que cedo a acompanhou - pelo que D.Pedro se viu herdeiro da sua fortuna[135]. Logo no ano seguinte voltou a casar, agora com **MARIA XIMENES CORONEL**, de quem não teve descendência, e com a qual teve um misterioso diferendo que levou a um afastamento do casal[136]. Depois desse afastamento o Conde passou a viver com **TERESA ANES DE TOLEDO**, dama da casa da Rainha Dona Beatriz e de quem também não teve descendentes. Vivendo retirado nos seus paços de Lalim, como já dissemos, aí veio a falecer - entre 2 de Fevereiro e 5 de Julho de 1354 - quatro anos depois de fazer o seu último testamento[137].

O poder e o prestígio de D.Pedro de Barcelos não se deduzem somente do seu nascimento régio, dos cargos curiais que ocupou ou do vasto património que deteve. Senhor do único condado que ao tempo existia no reino, é natural que a envergadura da sua *Casa* também os reflectisse, sobretudo na complexidade de uma estrutura que em tudo procurava imitar o modelo régio[138]. Poder, prestígio

---

[134] Tanto quanto sabemos, só é conhecido um doc. que refere o casal, e muitos anos posterior à morte de Dona Branca: a 24 de Jun. de 1324, estando em Santarém, D.Dinis, a pedido do Conde D.Pedro e do Prior do Hospital, D.Estêvão Vasques Pimentel, outorgou e confirmou o escambo que seu filho e a mulher tinham feito com aquela Ordem, ao tempo do comendador Dom Garcia Rodrigues (1303-1306), pelo qual entregaram tudo quanto tinham no castelo, vila e t. de Montouto (c. de Redondo), recebendo em troca os bens e jurisdições que aquela tinha em Eixo (c. de Aveiro), e que tinham sido do Conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa (ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, m°1, n°9). Em 1329 o Conde fez alguns escambos com o most° de Arouca, sobre bens situados em Eixo (IDEM, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°3, n°2 - doc. de 21 de Maio, feito em Eixo).

[135] Parte desses bens é já conhecida, através das doações e escambos efectuados entre o Conde e o most° de Paço de Sousa (A.A.MEIRELES, *1942a*, pp.27-28, 224-225 e 260-261). Menos conhecidos, são os mencionados nas inq. efectuadas nos reinados de seu pai e de seu irmão, respectivamente em 1307-11 e em 1343. As primeiras, referem sobretudo os bens que possuia em diversas fgs. dos j. de Benviver - honras de Paços, de Gontigem e de Paços de Gaiolo, e o couto de Tuías - e de Panóias - honras de Mucães e de Vale de Nogueiras (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fls.73, 73v° e 74v°, e 83, respectivamente); as segundas, que nomeiam D.Pedro apenas por "conde", mas também como *Conde de Portugal*, referem que ele trazia pelo rei as terras de Segade, no j. de Guimarães, e as de Amorim e Touguinhó, ambas no j. de Faria (IDEM, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.27v°, e 166v° e 175, respectivamente), e ainda que eram suas, temporal e espiritualmente, as fgs. e as igs. de S.Cristóvão de Mondim, de S.Vicente de Ermelo, de S.Pedro de Vilar de Ferreiros e de S.Salvador de Veló, todas no j. de Celorico de Basto (IDEM, *ibidem*, L°1, fl.120).

[136] Sobre a data e circunstâncias do casamento, bem como da separação do casal, v.g. F.F.LOPES, *1965*.

[137] O principal herdeiro do Conde D.Pedro parece ter sido o most° de Tarouca. No entanto, outros houve, nomeadamente o most° de Paço de Sousa, que dele recebeu a honra de Louredo (A.A.MEIRELES, *1942a*, p.30), ou Rodrigo Afonso de Sousa (**VI20**), como já referímos (vd. nota 89). O test° encontra-se publ. nas *PHGCRP*, vol.I, pp.174-177.

[138] Quer através de documentação inédita (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°3, n°1), quer pelos docs. já publicados ou referidos em estudos (*ML*.V-VI; *PHGCRP*, vol.I, pp.165-177; A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, pp.263-271, F.F.LOPES, *1965* e A.A.FERNANDES, *1990a*), podemos reconstituir boa parte dessa *Casa - cav°s. vassalos*: Lopo Soares de Albergaria (*alferes*), Vasco Martins da Cunha (*mordomo*), Rui Gonçalves e

e riqueza testemunhados também, finalmente, na grandiosidade do túmulo que para si próprio encomendou, e que para sempre o recordarão no most° de S.João de Tarouca[139].

VI4 - AFONSO SANCHES, filho de Aldonça Rodrigues de Telha, foi leg. por c. de 8 de Maio de 1304[140]. Nascido antes de 1289[141], foi seu tutor Pero Afonso Ribeiro[142]. Não é em vão que se afirma a preferência do rei pelos seus bastardos e, sobre todos eles, por Afonso Sanches. A prová-lo, ficaram os testemunhos das doações que lhe fez[143], bem como a entrega do mais destacado cargo curial.

Vasco Gonçalves Pereira, Martim Esteves de Molnes, Gonçalo Esteves de Tavares, Fernão Vasques Pimentel, Vasco Martins de Resende, Afonso Martins do Vale, Pero Esteves Coelho, Gonçalo Anes de Veire e Álvaro Afonso de Espargo (estes três últimos também *procuradores*); - *escd°*: Lourenço Martins; *homens*: João de Ansiães, Afonso Anes de Basto e Gonçalo Anes; - *chanceler*: Vicente Anes Forjaz (clérigo e primo do Conde); - *vedor*: Pero Esteves; - *esmoler*: Gonçalo Rodrigues; - *ouvidor*: Vasco Anes de Tarouca; - *escrivão*: Gil Anes; - *caminheiro*: Martim Martins; - *dizimeiro*: Tomé Gonçalves; - *pousadeiro*: Martim Vasques; - *saquiteiro*: Garcia Pires; - *vigário das honras de Paços de Gaiolo e de Gontigem*: Domingos Esteves. Que tinha bastantes vassalos se confirma, também, pela queixa contra ele dirigida pelo abade de Paço de Sousa ao juiz de Penafiel de Sousa, em 1345, por pousar, tirar mantimentos e pretender os foros dos 18 casais que o most° tinha em Galegos, comendo neles "com grande comitiva de cavaleiros e de escudeiros", não tendo ali qualquer direito (A.A.MEIRELES, *1942a*, p.378).

[139] O Prof. C.A. Ferreira de Almeida entendia que a ig. da Colg[a] de Barcelos - 2° quartel do séc. XIV - foi encomenda sua, atendendo às armas reais e flores-de-lis que decoram o seu portal (C.A.F.ALMEIDA, *1990*). Atrevemo-nos a discordar da sua opinião, já que o 3° Conde não tinha qualquer razão para usar os lises, que, por direito, pertenciam ao 1° Conde, Dom João Afonso Telo II, ou aos seus descendentes. Assim, e de acordo com a cronologia e os símbolos heráldicos referidos, a encomenda só poderia ser da filha e do genro do 1° Conde, Teresa Martins Telo e Afonso Sanches, ou do filho de ambos, João Afonso de Albuquerque. Mas, atendendo ao facto de Afonso Sanches já ter falecido em 1328, e de o seu filho se ter retirado para Castela em 1330, inclinámo-nos mais para a hipótese de Dona Teresa Martins ser a autora da dita encomenda e, para a mesma, em nada obstaria o facto de, nessa altura, ser senhor da vila e do condado o bastardo Pedro Afonso.

[140] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.33.

[141] *ML*.V.174v°. Tanto Afonso Sanches, como Pedro Afonso e Fernão Sanches, nasceram antes de Dona Constança, filha mais velha, legítima, de D.Dinis.

[142] A 15 de Maio de 1291, o seu pai doou-lhe sete casais na fg. de S[a] M[a] de Real, no j. de Paiva, cuja administração foi entregue ao seu tutor (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fls.10-10v° e *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°15), bem como a de mais três, sitos na mesma fg., que acrescentou aos anteriores por doação de 12 de Jan. de 1293 (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fl.45v°). No exercício das suas funções, Pero Afonso escambou aqueles dez casais com o most° de Arouca recebendo em troca, pelos sete primeiros, 1/8 de Vila do Conde, Nabais, Mota e Regufe, e, pelos outros três, o que o most° possuia em Germelo (IDEM, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°16, e *ibidem*, gav.6, m°1, n°20 - docs. de 4 de Ag. de 1291 e de 14 de Mar. de 1293, respectivamente). Ainda como tutor, Pero Afonso entregou à O. de Santiago tudo o que Afonso Sanches tinha em Beja, recebendo em troca a metade que a dita Ordem tinha da vila de Germelo (IDEM, *CR - Ordem de Santiago*, m°I (DR), n°19 - doc. de 20 de Fev. de 1295).

[143] Para além dos bens indicados na nota anterior, e dos que obteve por via matrimonial - os quais serão referidos na altura própria - beneficiou ainda das seguintes doações régias: em 1304, a vila e terra de S.Fins dos Galegos (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.36; com estes bens viria a adquirir, por escambo feito em 1308 com o Infante de Molina, metade do castelo de Albuquerque - IDEM, *ibidem*, L°3, fl.62); até 1305, recebia

Mordomo-mor a partir de 1312[144] - cargo que ocupou até, pelo menos, 1323[145] - já em 1303 nos surge associado à curia régia, confirmando uma doação feita à O. de Avis[146]. Senhor de um vasto património, situado de um e do outro lado da fronteira, e de uma grande *casa*[147], a que associava o favor paterno e a influência política que detinha na corte, foram razões mais do que suficientes para favorecer o ciúme do seu irmão, o infante herdeiro D.Afonso, alimentado pelos conselhos de cortesãos ressentidos com a política anti-senhorial levada a cabo por D.Dinis. São bem conhecidas as consequências desse avolumar da revolta, a qual viria a desembocar na guerra civil de 1319-24[148], só atenuada pelo afastamento de Afonso Sanches[149]. Exilado em Castela, integrou a corte de seu

400 lbs. anuais sobre Chileiros (IDEM, *ibidem*, L°3, fl.40v°); em 1310 recebeu o padroado da ig. de S.Salvador de Fervença (IDEM, *ibidem*, L°3, fl.72v°); em 1312 recebeu, a título de préstamo vitalício umas casas na rua Nova, em Lisboa (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°10, fl.1v°); nesse mesmo ano de 1312, recebeu de seu pai 20.000 lbs., para o compensar dos gastos que tivera na compra de numerosos bens que tinham sido do 2° conde de Barcelos - Cervã, Atei, Atães, Vila Caiz, Vila Marim, Unhão, Barlhães, Veiga, Vilar de Torno, Tagilde, Palmeira, Miradoiro, Paços, Baião, S.Martinho de Ovelha, Mancelos, Almançais, Carrazedo, Sequeiros, Besteiros, Novelos, Nevogilde, Regilde, Veariz, o mato de Sovelhães, Lordelo e Avintes, bem como todos os outros bens que o conde possuira em Entre-Douro-e-Minho, excepto Mondim e as ferrarias (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.80v°-81); no ano seguinte a aldeia e o padroado da ig. (Santiago) de Alhariz (ADB, *Gav. 2ª das Igrejas*, n°37 bis); finalmente, em 1318, o rei cedeu-lhe o direito de apresentação na ig. de S.João de Cinfães, no b. de Lamego (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.120).

[144] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°10, fl.1v°.

[145] ADB, *Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cab°*, n°219.

[146] ANTT, *Gavetas*, IV-1-21. Além de outras confirmações (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.58v°-59, 88 e 97v°-98), foi também responsável pela redacção de alguns diplomas (IDEM, *ibidem*, L°3, fls.54 e 86-86v°). Ainda como *filho d'algo da corte*, analisou as inq. tiradas por Aparício Gonçalves (IDEM, *ibidem*, L°3, fl.75).

[147] Eram seus vassalos: Nuno Rodrigues de Vasconcelos, Fernão Gomes, Vasco Pais de Azevedo (cav°s.), Martim Afonso do Vale (alcaide de Albuquerque), Estêvão Pires Zarco (advogado da corte), Bartolomeu Martins (escd° e procurador), Estêvão Pires, abade de Telões (Chanceler), Vicente Domingues (Pousadeiro) e Gonçalo Martins de Felmir (seu vigário na quintã de Atães).

[148] Sobre todos estes acontecimentos, v.g. J.MATTOSO, *1985a*, pp.293-308, sendo interessantes os relatos cronísticos sobre o assunto (*Cr.1344*, vol.IV, pp.252-253; *Cr.7Reis*, vol.II, pp.82-83, 85, 88-96, 102, 113 e 143-144). Importantes, ainda, para o conhecimento integral deste processo, são as bulas de João XXII - *Nuper ad aures nostras* e *Scripsisse tibi*, respectivamente de 10 de Set. de 1320 e de 12 de Fev. de 1322, ambas de Avinhão (as duas são ref. por V.SANTARÉM, *1842-54*, vol.IX, pp.327-328, e a primeira foi sum. por J.S.ABRANCHES, *1895*, p.33): na primeira, que é dirigida aos arcebispos, bispos, conventos, condes e barões, o pontífice declara que D.Dinis nunca lhe pedira dispensa para Afonso Sanches, como ilegítimo, para herdar o trono, estranhando que se divulgassem calúnias a tal respeito, com vista a separarem o monarca do infante herdeiro; afirmava ainda que idêntico pedido nunca fora feito aos seus antecessores, Bonifácio VIII, Bento XI e Clemente V; na segunda bula, dirigida ao rei, aconselha-o a fazer as pazes com o infante herdeiro, bem como a tentar a concórdia entre este e Afonso Sanches.

[149] A exigência feita pelo Infante D.Afonso, no sentido de seu pai retirar a Afonso Sanches todas as terras e "maravedis", data de 25 de Fev. de 1324 (*Cr.7Reis*, vol.II, pp.147-148). D.Dinis ainda o nomeou

sobrinho, Afonso XI, junto do qual testemunhou, em 1327, alguns diplomas relativos às relações entre os dois reinos[150], vindo a falecer em meados do ano seguinte, durante o cerco de Escalona[151].

Talvez que um dos maiores benefícios que recebeu de seu pai[152] tenha sido o seu casamento com **TERESA MARTINS TELO**, filha mais velha do 1º Conde de Barcelos, Dom João Afonso Telo II[153]. Esta aliança, que deverá ter ocorrido antes de Fev. de 1306[154], permitiu-lhe juntar ao seu já vasto património o senhorio de Albuquerque, o qual tinha uma enorme importância estratégica[155]. No entanto, a herança dos restantes bens deixados por seu sogro não foi pacífica, tendo-se envolvido numa longa contenda com o seu cunhado, Dom Martim Gil de Riba de Vizela II, alferes-mor e 2º Conde de Barcelos, c.c. Dona Violante Sanches, irmã de Dona Teresa, e que só ficou resolvida a 3 de Jan. de

testamenteiro, nos finais desse ano (*ML*.VI.582-589), mas é natural que logo a seguir àquela primeira data se tenha retirado para os seus senhorios castelhanos, a partir dos quais lançou alguns ataques, em 1325, na sequência do confisco de todos os seus bens por parte de D.Afonso IV (A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.311).

[150] ANTT, *Gavetas*, XVIII-11-5 e XVII-6-23 (ambos de 18 de Out. de 1327). A sua presença junto de Afonso XI também ficou registada numa iluminura onde é figurada a sua bandeira heráldica (M. ABRANTES, *1982a*).

[151] J.ANTUNES, A.R.OLIVEIRA e J.G.MONTEIRO, *1984*, pp.119-121.

[152] É perfeitamente aceitável que o matrimónio tenha sido patrocinado por D.Dinis (*Cr.7Reis*, vol.II, p.6). Esta fonte, porém, confundindo-o com o bastardo Pedro Afonso, casa-o com a filha de Pero Anes Portel (p.18).

[153] Por testº feito em Lisboa, a 5 de Maio de 1304, pediu ao rei que, quando ele morresse, fizesse entregar o castelo de Albuquerque a Dona Teresa Martins, sua filha mais velha (ANTT, *Gavetas*, XVI-1-19).

[154] A 13 deste mês, Martim do Vale, alcaide por Afonso Sanches em Albuquerque, testemunhou um acordo celebrado entre os concelhos de Cáceres e de Albuquerque, também testemunhado por Fernão Afonso, seu notário naquela vila (A.BENAVIDES, *1860*, doc.358). No ano seguinte, aquele alcaide testemunhou, em Castelo de Vide, uma doação feita à O. de Avis pelo Infante D.Afonso, senhor de Portalegre (ANTT, *Ordem de Avis*, nºs. 302, 303 e 307).

[155] Muito embora já o detivesse em 1306, como agora vimos, só a partir de 19 de Out. de 1307 Afonso Sanches se intitula *Senhor de Albuquerque* (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls.58vº-59), titulação que jamais deixaria de utilizar, associando-a à designação do seu cargo de mordomo-mor. Estando em Guimarães, a 13 de Jul. de 1308, determinou, na companhia de sua mulher, a forma como, no caso de não deixar descendentes, deveria ser transmitida a metade que possuia da vila e do castelo de Albuquerque: por esta ordem, os seus irmãos Pedro Afonso e João Afonso; dois anos depois - agora em Lisboa, a 20 de Abril - reformulou o número e a ordem dos herdeiros, da seguinte forma: primeiro os irmãos, Pedro Afonso, Fernão Sanches, João Afonso e Maria Afonso e, finalmente, o meio-irmão de seu pai, o seu tio Afonso Dinis (ANTT, *Gavetas*, XI-6-2, 1º e 2º docs., respectivamente). Esta repetição ficaria a dever-se ao facto de, entretanto e por escambo feito com o Infante D.Afonso de Molina, Afonso Sanches deter a totalidade do senhorio de Albuquerque (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.62).

1312, dia em que D.Dinis, juíz do pleito, decidiu a questão[156]. Na companhia da sua mulher o iremos encontrar, pelo menos até 1322, gerindo o enorme património que ambos detinham[157] mas, de todas as acções deste casal destaca-se, sobre as demais, a fundação, em 1317, do mostº de Sª Clara de Vila do Conde[158], onde se encontram os dois sepultados[159]. Dona Teresa Martins ainda sobreviveu ao marido quase vinte anos[160], ao longo dos quais conseguiu reaver

[156] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls.78-78vº (doc. publ. n'*O Cartulário do Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde*, docs. VIII e IX). Afonso Sanches recebeu Safões, Soverosa e Macieira, tudo o que o 2º Conde tinha em Oliveira e em Cortegaça, e tudo o que o 1º Conde tinha em Santarém e em Lisboa, e nos seus termos, no Lumiar, em Alcubela (t. de Sintra), e ainda Alcoentre (t. de Santarém), Campo Maior (entre Arronches e Badajoz), e em Além Douro, Souto de Rebordões, Varzim de Jusão e Touguinha (Vila do Conde). D.Dinis fez-lhe depois uma doação de 20.000 lbs., pela qual Afonso Sanches comprou a maioria dos bens que couberam ao 2º Conde de Barcelos (vd. nota 124).

[157] De entre os dados que apurámos destaquem-se: o escambo feito com Martim Anes de Briteiros em 1313, pelo qual deram a aldeia e a ig. de Alhariz, recebendo em troca o que aquele possuia em Cervã, Atei, Atães e Soverosa, escambo que foi outorgado pelo monarca (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls.83vº-84, e ADB, *Gav. 2ª das Igrejas*, nº37); a doação feita ao mostº de Pombeiro, em 6 de Out. de 1318, do padroado da ig. de S.Mamede de Cepães, sita na honra de Cepães, feita pelos muitos serviços que receberam do mostº e pelas muitas orações que nele se faziam pela alma do 1º Conde de Barcelos, doação que implicava a celebração de uma missa perpétua por alma deste último feita na capela onde repousava (A.A.MEIRELES, *1942b*, pp.70, 83 e 171-172); finalmente, alguns dias depois - 18 de Out. - venderam a D.Dinis, por 15.000 lbs., a vila e o castelo de Campo Maior, bem como os herdamentos da Contenda (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.122, e *Gavetas*, XII-10-6 - este último é autenticado com os dois selos do casal). Outros dados em J.A.S. PIZARRO, *1995*, pp.187-188.

[158] Os docs. relativos aos primeiros anos do mostº - de fundação, da protecção e benefícios régios, etc. - encontram-se todos publicados no *Cartulário* ref. na nota 137.

[159] Sobre os seus túmulos, v.g. M.J.BARROCA, *1987*, pp.467-469.

[160] Em 1322, ainda em vida de seu marido, fez Dona Teresa uma generosa doação ao mostº de Pombeiro, do qual era *natural* e padroeira, no valor de 50 lbs. anuais sobre os seus bens de Neiva (A.A.MEIRELES, *1942b*, p.25 - alguns anos depois, porém, teve um diferendo com Pombeiro, o qual foi resolvido por D.Afonso IV a favor do mostº - IDEM, *ibidem*, p.27). Em 1329, já viúva, concedeu a sua cunhada, Dona Fruilhe Anes de Briteiros, o direito de ter bens em Alcoentre, que esta comprara ao seu criado Gonçalo Simões e ficavam na sua jurisdição, nas mesmas condições em que ele os tivera (ANTT, *CR - Sé de Viseu*, mº10, nº9 - doc. de 18 de Jun.). Dois anos depois recebeu ordem régia para, juntamente com o mostº de Arouca e a O. do Hospital, demarcarem entre si os bens que possuiam em Unhão, no j. de Felgueiras (IDEM, *CR - Mostº de Arouca*, gav.5, mº8, nº27 - doc. de 9 de Ag. de 1331). Em 1334 doou ao mostº de Odivelas a ig. de S.João de Lumiar (*ML*.V.224vº). No ano seguinte, juntamente com o seu filho, doou ao mostº de Sª Clara de Vila do Conde todos os direitos que tinha nas igrejas de S.Pedro de Atei, de S.Pedro de Cervã e de S.Pedro de Polvoreira (doação feita a 30 de Abril nas suas casas de Lisboa, testemunhada, entre outros, por Fernão Fernandes de Pinho, Rodrigo Anes, Diogo Gomes da Silva - *Pergaminhos do Instituto de Paleografia (...)*, doc.6). As Inq. de 1343 referem vários casais que possuia em diferentes fgs. do j. de Celorico de Basto (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, Lº1, fls.117vº e 120vº). Finalmente, em 1346, foram-lhe embargados os rendimentos da quintã de Macieira, da torre de Vilar e dos paços de Unhão - 462 lbs./ano - para pagamento de dívidas aos testamenteiros de Dona Vataça (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº5, nº273), contra os quais se envolvera em contenda para se apoderar dos bens daquela (M.H.C.COELHO-L.VENTURA, *1986*, pp.34-35). Em 1313, Domingos de Lemos era seu reposteiro (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº69, nº2532). Como nota final, e a título de curiosidade, refira-se que foi Dona Teresa Martins quem criou Dona Inês de Castro (A.SÁ, *1899-*

parte dos bens que àquele tinham sido confiscados por D.Afonso IV[161]. Deste matrimónio ficou um único filho[162]:

VII8 - JOÃO AFONSO DE ALBUQUERQUE, *o do Ataúde*, foi criado em Lisboa por Dom João Simão de Urrô, meirinho-mor de D.Dinis, que em 1314 lhe doou bens em Lisboa e no t. de Alenquer[163]. O seu avô, que outorgou a doação anterior, também lhe fez doação de umas casas, sitas na fg. de S.Bartolomeu de Lisboa[164]. Sexto senhor de Albuquerque, retirou-se por volta de 1330 para Castela, onde serviu os seus primos Afonso XI, como alferes-mor, e Pedro I, como aio e depois como mordomo-mor, vindo a falecer, tragicamente, a 28 de Setembro de 1354[165]. Casado desde 1323, ou 1324, com **ISABEL TELES DE MOLINA**, sua prima e décima senhora de Meneses, teve apenas um filho

1900, vol.I, p.148).

[161] D.Afonso IV, estando em Olhão a 14 de Jul. de 1330, mandou entregar a Dona Teresa a ao seu filho os bens que tinham sido sequestrados a Afonso Sanches, já falecido, com excepção de Souto de Rebordões, de Alcoentre e do Lumiar. A 27 de Jan. de 1333, então em Elvas, o mesmo monarca ordenou às suas justiças que respeitassem as suas ordens anteriores, e que não perturbassem nem impedissem as honras e jurisdições que ambos tinham no Entre-Douro-e-Minho; as duas cartas foram apresentadas por Gonçalo Simões, escdº de Dona Teresa, ao corregedor daquela comarca, o qual desembargou as ditas honras e jurisdições. Este último acto, que decorreu em Guimarães, a 5 de Março de 1333, foi testemunhado pelos cavºs. Gonçalo Vasques de Azevedo e Gil Viegas do Rego, e pelos escdºs. Estêvão Pires de Ornelas e Martim do Rego (ANTT, *CD - Mostº de Sª Clara de Vila do Conde*, mº135, s/nº). Quanto aos bens exceptuados em 1330, conseguiu Dona Teresa a sua devolução, depois de um pleito que correu na corte, e no qual foi também representada por Gonçalo Simões, obtendo a confirmação da sua posse, por sentença de 28 de Ag. de 1341, pela qual manteve as jurisdições cível e crime em Vila do Conde, no j. de Souto de Rebordões, em Alcoentre, nas vilas de Parada e de Pousadela, sitas na terra de Bouro, entre os j. de Lanhoso e de Penafiel, e ainda em Varzim de Jusão e em Touguinha (*CAIV*.III.326, doc. publ. n'*O Cartulário de Sª Clara de Vila do Conde*, pp.60-63). No ano seguinte, porém, talvez porque não quizesse, ou não pudesse provar a sua posse, foi condenada à revelia a perder todas as jurisdições dos coutos e honras de S.Martinho de Ovelha, Cervã, Soverosa, *Daqui*, *Menquefecta*, *Senhomil*, *Assquiz*, Vila Marim, *Ouda*, S.Lourenço de Bairro, Ameal, Paredes, Casal, Casalinho, *Ujerra*, Novelas, Atães, Nespereira, *Vila Queviz*, Tagilde, Regilde, Pereira de Faro, Lovegilde, Capães, Macieira, Unhão, Lordelo e Maçãs de Dona Maria, todos, com excepção do último, no Entre-Douro-e-Minho (*CAIV*.III.383-387, de 24 de Jul. de 1342).

[162] Na verdade, o casal parece ter tido mais dois filhos que morreram crinças e dos quais se desconhecem os nomes (*ML*.V.271), pelo que só referiremos o que sobreviveu.

[163] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.87vº.

[164] IDEM, *ibidem*, Lº3, fl.113vº - doc. de 14 de Jul. de 1317.

[165] Já tínhamos feito referência a Dom João Afonso a propósito da mãe (vd. notas 141 e 142). Quanto ao seu destacado papel na corte castelhana, já anteriormente tivemos oportunidade de sintetizar os seus principais aspectos (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.188).

que morreu sem descendência, pelo que os senhorios de Albuquerque e de Meneses foram anexados pela coroa castelhana[166]. Também teve descendência ilegítima, pela qual se continuou o uso do apelido *Albuquerque*[167].

VI5 - FERNÃO SANCHES, que é seguramente a figura mais discreta dos bastardos de D.Dinis, praticamente só surge associado a dados patrimoniais[168]. Entregue em 1298, tal como os seus dois irmãos já referidos, à guarda da Rainha Santa[169], surge-nos pela primeira vez em 1290 a beneficiar de uma doação paterna, gesto que se repetiria por diversas vezes, até 1306[170]. Casou com **FRUILHE ANES**

[166] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.188.

[167] A.B.FREIRE, *1973*, pp.196 e ss.

[168] De facto, não se conhece qualquer protagonismo da sua parte durante a Guerra Civil de 1319-24 e, mesmo em relação à sua actuação na cúria, limitou-se a confirmar alguns diplomas régios, em 1303, em 1307 e em 1315 (ANTT, *Gavetas*, IV-1-21, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.58v°-59 e 97v°-98, respectivamente), e a representar D.Dinis numa demanda com a O. do Hospital (IDEM, *ibidem*, L°3, fl.62 - doc. de 24 de Maio de 1308). Ainda em relação ao primeiro aspecto, muito embora se perceba alguma proximidade de Fernão Sanches em relação aos seus irmãos Afonso Sanches e João Afonso, e de o seu mordomo ter sido morto por partidários do infante herdeiro, não parece ter sofrido qualquer retaliação com o advento de D.Afonso IV - fez mesmo uma doação ao novo rei - o que poderá confirmar uma postura de afastamento durante aquele conflito. Mas, também não podemos excluir a hipótese de ter beneficiado da intercessão do Conde D.Pedro, ou mesmo da dos cunhados - Martim Afonso Chichorro II e Gonçalo Anes de Briteiros (VI14 e 15) - que com toda a probabilidade foram partidários do novo monarca.

[169] E não tutoria como habitualmente se refere. Na verdade, D.Dinis é muito explícito em afirmar que aquela só terá efeito, no caso de o monarca falecer antes da Rainha e de os referidos bastardos serem ainda menores (*ML*.V.269v°). Aliás, o verdadeiro tutor de Fernão Sanches foi o meirinho-mor Dom João Simão de Urrô (*GEPB*.XXXIX.598-599).

[170] Entre as datas referidas D.Dinis doou-lhe bens em Lisboa - 6 de Fev. de 1290 - o herdamento de Barro, no t. de Santarém - 21 de Mar. de 1292 - os herdamentos chamados "Préstamo da Chancelaria", no j. de Vouga - 3 de Ag. de 1296 - a lezíria de Alfonvelal - 20 de Ag. de 1299 - o herdamento de Horta de Numão - 1 de Out. de 1300 - a lezíria dos Porcos, no t. de Santarém - 29 de Ag. de 1303 - Oliveira do Conde e, por fim, a aldeia de Favaios, no j. de Panóias - ambas a 28 de Mar. de 1306 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.283-283v°; L°2, fls.23v°, 119v°-120; L°3, fls.7v°, 12v°, 27v°, 49-49v° e 49v°, respectivamente). Também em 1297 o seu pai lhe permitiu um escambo com o most° de Salzedas, do qual recebeu o padroado e o senhorio da ig. de S^{a} Mª de Fonte Arcada, dando em troca o padroado e a ig. de Castro Rei, antes chamada S.Pedro de Tarouca (IDEM, *ibidem*, L°3, fl.1). Da aldeia de Favaios fez uma honra, metendo *hy meyrrinho e tabelliom e juiz que prrende e faz justiça*, como se refere nas Inq. de 1307-11, as quais registaram outros bens que possuia no j. de Panóias (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fls.82-83v°). Finalmente, e ainda a propósito dos bens acima referidos, em 1314 deu foral ao senhorio de Horta de Numão, elevando-o a vila com jurisdição própria e privilégios de concelho (cit. por M.G.COSTA, *1977-79*, vol.II, p.230). D.Dinis, porém, e como já vimos nos dois casos anteriores, também não deixava de reprimir os abusos dos seus bastardos. Assim aconteceu em 1313, quando ordenou que Fernão Sanches entregasse os bens que indevidamente comprara ao falecido Conde de Barcelos, sitos em Trancoso, pois que este os tinha por préstamo do most° de Arouca (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°7, n°13); e em 1320, proibindo-o de roubar casais e herdades que pertenciam ao most° de S.Pedro de Folques, em Arganil (doc. publ. por S.A.GOMES, *1988*, doc.54).

DE SOUSA (BRITEIROS), talvez no início de 1315, se não mesmo em Abril desse ano, altura em que recebeu doações do seu pai e do seu tutor[171], fazendo, dois meses depois, uma composição com os cunhados, possivelmente decorrente do acordo de arras da sua mulher[172]. Fernão Sanches, porventura desmotivado pela falta de filhos, fez importantes doações a seus irmãos, primeiro, em 1323, a João Afonso e depois, em 1327, ao próprio rei[173]. Senhor de uma considerável *casa*[174], mas sem filhos, terá falecido nos seus paços de Recardães, em Junho de 1329[175], sendo sepultado no most° de S.Domingos das Donas de Santarém[176].

[171] A 20 de Abril, D.Dinis outorgou a doação que o seu filho recebera do tutor - herdamentos em Vila Nova de Miranda - e ele mesmo, dois dias depois, doou ao casal o l. de Folhadal, no j. de Canas de Senhorim, recebendo en troca as casas e tendas que Fernão Sanches tinha em Bragança (ANTT, *Ch. de D.Dinis* , L°3, fls. 94 e 94-94v°, respectivamente). Curiosamente, dois anos depois, Dom João Simão e a mulher doam a Dona Fruilhe Anes 50 astis de herdade no t. de Santarém, pela criação que lhe fizeram e a seu marido (ADV, *Pergaminhos*, m°30, n°82 - doc. de 30 de Maio de 1317). Atendendo à filiação de Dona Fruilhe - Dom João Rodrigues de Briteiros foi um dos mais influentes e poderosos ricos-homens do período dionisino -não se estranhará mais esta *criatio*, reafirmando, uma vez mais, o prestígio que aquele meirinho-mor teve na corte.

[172] O casal doou e "presenteou" Aldonça Anes de Briteiros - irmã de Fruilhe e barregã de Martim Chichorro II (VI14) - com a quintã de Pessegueiro e outras herdades que tinham em Paradela, no j. de Sever, e, depois da morte de Dom João Rodrigues, pai de ambas, todas as suas rendas; Dona Fruilhe dava-lhe, ainda, tanta de herdade que lhe coubesse por avoenga e que rendesse 270 lbs. anuais ou, no caso de esses bens ficarem aos seus irmãos Martim e Gonçalo Anes e de ela não os poder adquirir, herdamentos com o rendimento de mais 130 lbs. por ano. Dona Aldonça, pelo seu lado, deixava-lhes todos os direitos às honras, coutos, maladias e outros bens de seus pais, prometendo-lhes que, por sua morte, eles ficariam com a quintã e herdades referidas (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°6, n°1, e BNL, *Reservados - Pergaminhos*, 49P - esta última espécie ainda conserva os belíssimos selos heráldicos de Fernão e de Fruilhe). Compromissos que não foram cumpridos já que, em 1327, o casal deu a Dona Aldonça a herdade de Guardão, pois que não conseguira desembargar os bens suficientes para garantir as 400 lbs. anuais prometidas (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°8, n°28).

[173] As doações são bem mais uma nomeação de herdeiros, já que a sua posse só se efectuaria após a morte de Fernão Sanches: assim, ao primeiro, deixou os bens que o casal tinha em Miranda, Bragança, Vilarinho da Castanheira, Favaios, S.Lorenço de Riba Pinhão, Sanfins, Almodôvar e no Reino do Algarve (doação feita a 31 de Jan. - ANTT, *Gavetas*, III-4-8 - e confirmada por D.Dinis a 16 de Mar. - IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.149-149v° e *Gavetas*, III-6-7); ao segundo deixou os restantes bens, que não são especificados (doc. de 13 de Nov. de 1327, cit. na *ML*.V.176), mas dos quais constariam os situados em Santarém e que D.Afonso IV doou à Rainha Dona Beatriz em 1335 (IDEM, *Gavetas*, XIV-4-3).

[174] Os dados recolhidos na documentação citada permitem indicar os seguintes elementos: *cav°s vassalos* - Gonçalo Fernandes (mordomo), Nuno Gonçalves de Ataíde, Diogo Gil do Avelar, Lourenço Martins Buval, Estêvão Anes de Frazão, Afonso Rodrigues de Castanheira, Gonçalo Martins de Balsemão, Martim da Costa e Lourenço Esteves; *clérigo* - Pero de Crasto; *físico* - Mestre Geraldo.

[175] *GEPB*.XXXIX.599. Com efeito, ainda vivia no início de Maio desse ano quando, a pedido do cab° viseense, prometeu aguardar a chegada do bispo Dom Miguel Vivas, entretanto eleito de Viseu, para resolver uma questão de direitos e serviços em Cabanas, e nas póvoas de Vale Travesso e de Peso (ADV, *Pergaminhos*, m°25, n°30); a 18 de Junho já tinha falecido, data em que a sua cunhada, viúva de Afonso Sanches, autoriza Dona Fruilhe Anes, "mulher que foi" de Fernão Sanches, a ter bens em Alcoentre (vd. nota 160).

[176] O túmulo, com estátua jacente, encontra-se actualmente no Museu do Carmo, em Lisboa (cfr.

Dona Fruilhe Anes, que lhe sobreviveu quase trinta anos, foi sepultada na capela de S.João da Sé de Viseu[177].

VI6 - JOÃO AFONSO II, alferes e mordomo-mor de seu pai, parece ter sido o oposto de Fernão Sanches. Violento e prepotente, o seu perfil agressivo transparece dos vários dados que recolhemos, tanto na documentação avulsa como nas referências cronísticas, o que lhe terá custado a vida, desabando sobre si - na ausência de Afonso Sanches - todo o rancor que D.Afonso IV foi acumulando contra esses dois irmãos bastardos. Provavelmente nascido em meados da década de 90, era filho do Rei e de Maria Pires - *uma boa dona do Porto*, nas palavras do seu irmão, o Conde D.Pedro (*LL*43Q8) - só em 1303 nos surge na documentação. Nesse ano recebeu, por doação paterna, a quintã de Montagraço[178], atitude que D.Dinis repetiria com assiduidade até 1314, passando para as mãos do seu bastardo a Póvoa de Ervas Tenras, com todo o direito temporal e espiritual (1305)[179], as aldeias de Outeiro de Miranda, de Vila Verde de Bragança e de Vilarelho, na terra de Vilariça, e as de Cortiços e de

---

J.M.C.SOUSA, *1964*).

[177] A autorização do cab° viseense resultou de um contrato entre as partes, pelo qual Dona Fruilhe se comprometeu a comprar em Viseu, e no seu termo, bens que rendessem ao cab° 100 lbs. anuais; pelo seu lado, este prometia-lhe 200 lbs. por ano sobre a aldeia do Fôjo - que rendia 124 lbs., e o restante sobre outros bens - para além de autorizar a mandar fazer sepultura dentro da Sé, no lado esquerdo do altar da capela referida (ADV, *Pergaminhos*, m°18, n°81 - doc. de 14 de Out. de 1344). No ano seguinte comprou bens em Teives, em Povolide e em Penalva, no valor global de 462 lbs., encoutando-os para sempre, aos que lhos venderam, por 39 lbs. anuais; em 1346 a sua irmã Dona Aldonça pediu a atestação notarial de vários docs., já que Dona Fruilhe lhe tinha prometido 30 lbs. anuais sobre esses encoutos, por troca com os herdamentos de Moução, no t. de Santarém (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°8, n°5). Estes últimos já os detinha desde o ano anterior, pois que 28 de Out. de 1345 nomeou um proc. para administrar os bens que possuia em Moução e em Alcoentre (ADV, *Pergaminhos*, m°31, n°17). Em 1343, D.Afonso IV confirmou-lhe a honra de Ribeira - fg. de S[a] Eulália de Besteiros, c. de Tondela (*CAIV*.III.403, e ANTT, *Ch. de D.Afonso V*, L°35, fl.40). Dona Fruilhe Anes, que em 1329 é referida como rica-dona *natural* da ig. de Vilar de Porcos (ANTT, *Sala 25 - Most° de S[a] Cruz de Coimbra*, Pasta 10, Alm.60, m°7, n°1), faleceu em 1357, segundo o *Obituário da Sé de Viseu* (ANTT, *Col. Costa Basto - Sé de Viseu*, n°29, fl.4).

[178] A doação ocorreu a 25 de Set., e a quintã foi comprada, em nome do rei, por Dom João Simão de Urrô a Dom Vasco Fernandes, Mestre da O. do Templo, e que antes fora de Pero Martins Casével (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.28, e *Gavetas*, XIV-1-13). É esta a primeira das muitas doações que recebeu do pai, como a seguir veremos, e não a que Frei Francisco Brandão indica com a data, errada, de 1295, relativa à Póvoa de Ervas Tenras (*ML*.V.185). Na verdade, esta ocorreu em 1305, tal como se refere nas três versões que conhecemos da c. de doação (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.42v°, *Gavetas*, III-8-6, e *LN - Místicos*, L°6, fl.20v° - sendo esta última aquela que se cita na obra referida, com a data e a indicação do fólio erradas). O facto de ser Dom João Simão a fazer a compra poderá significar, tal como com Fernão Sanches, que também João Afonso teve aquele meirinho-mor por tutor.

[179] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.42v°, e *Gavetas*, III-8-6 (doc. de 19 de Maio, no qual se refere que a Póvoa de Ervas Tenras já era então designada como *Póvoa d'el Rei*).

Cernadela, na terra de Ledra (1313)[180], as vilas de Nuzelos e de Alfândega [da Fé] (1313)[181], o préstamo de todos os bens que o rei possuia no j. de Portocarreiro, com o direito de aí fazer justiça (1313)[182], as vilas de Arouce, da Lousã e de Ázere (1313)[183] e, finalmente, a vila de Rebordões, na terra de Bragança, com todos os seus direitos (1314)[184]. Mais novo do que os seus três irmãos anteriormente referidos, só em 1315 nos surge a confirmar um diploma régio e, por sinal, o último que contém listas de subscritores[185]. Passando a figurar, a partir desse ano, em todos os actos da corte, veio a ascender aos cargos de alferes-mor (1318-25)[186] e de mordomo-mor (1324-25)[187], acabando, assim, por beneficiar com os respectivos exílios dos seus irmãos, o Conde D.Pedro e Afonso Sanches. Fiel partidário de seu pai - que acompanhou até à morte[188] - contra o infante herdeiro D.Afonso, e apoiante de Afonso Sanches, foi aquele que, como dissemos, mais caro pagou essa fidelidade, "morrendo por justiça de seu irmão", D.Afonso IV, que a 4 de Julho de 1326 proferiu a sentença que no mesmo dia fez executar[189]. No entanto, o seu carácter não se revelou apenas pelas atitudes que tomou durante os conflitos que marcaram o

[180] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.82 (doc. de 19 de Março, publ. no *Album de Paleografia* (ed. de João Alves Dias), n°17).

[181] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.83v° (doc. de 12 de Jul.).

[182] ANTT, *Gavetas*, III-3-12 (com data de 18 de Ag.), e *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.84 (com data de 22 de Ag.).

[183] A doação, feita a 12 de Out., contemplava todos os termos das referidas vilas e todos os direitos temporais e espirituais das mesmas (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.84v°, e *Gavetas*, III-5-8). A 15 de Dez. do mesmo ano, o escrivão de Martim Afonso Chichorro I, irmão de D.Dinis, e em nome daquele, entregou a João Afonso tudo quanto tinha na Lousã, o que foi testemunhado pelo alcaide local, João Anes (IDEM, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Santarém*, m°7, n°326).

[184] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.85v°, e *Gavetas*, XIV-1-12 (doc. de 29 de Março).

[185] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.97v°-98.

[186] A 24 de Set. de 1318 é referido como alferes-mor (ADB, *Gav. 1ª das Igrejas*, n°20), mas é possível que ocupasse a alferesia-mor desde 1317, ano em que D.Pedro foi para Castela.

[187] Apenas como mordomo-mor, redacta uma c. régia de 28 de Maio de 1324 (A.L.C.HOMEM, *1990*, p.327), e, com a acumulação dos dois cargos, testemunha o último test° de seu pai, de 31 de Dez. (*ML*.VI.582-589), pelo que supômos que os terá conservado até à morte de D.Dinis.

[188] *Cr.1344*, vol.IV, p.259.

[189] A sentença está publ. nas *Ordenações de D.Duarte* (*OD*.334-337). Confirma-se que a morte ocorreu no mesmo dia pelas referências do *Chronicon Conimbricense* (*PMH-SS.*, p.5, e *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, p.79).

final do reinado de seu pai[190]. As posições que assumiu nas contendas que o opuseram às sés de Coimbra e de Braga - merecendo ambas a intervenção papal - revelam bem os traços com que o definimos no início do texto[191].

Legitimado em 1317[192], havia dois anos[193] que se encontrava c.c. **JOANA PIRES PONÇO DAS ASTÚRIAS**, de quem teve uma filha:

VII9 - URRACA AFONSO, que c.c. Álvaro Pires de Gusmão (Vd. GUSMÃO).

O Senhor da Lousã[194] teve, de uma barregã da qual se desconhece o nome, mais

---

[190] *Cr.1344*, vol.IV, pp.252-253.

[191] O conflito com o cab° conimbricense decorreu sobre o direito de padroado da ig. de Vilarinho, no t. de Arouce. Iniciado o processo em 1314 (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°63, n°2307), ainda se arrastava em 23 de Maio de 1326, numa altura em que João Afonso já se encontrava prisioneiro de seu irmão - *que el ten en sa prison* - e este lhe ordenou que nomeasse um proc. para tratar da questão (AUC, *Pergaminhos - Sé de Coimbra*, Móvel 1, gav.1, n°7), a qual, pela execução daquele, ficaria breve, e "naturalmente", resolvida. Entretanto, a 20 de Março de 1319, tinha sido expedida de Avinhão a bula *Sua nobis*, de João XXII, dirigida ao deão de Ciudad Rodrigo, para que este ouvisse as duas partes, devido à vacância da Sé de Coimbra (J.S.ABRANCHES, *1895*, p.339). O segundo conflito, tido com a Sé de Braga pela posse da ig. de Palmeira, ganhou contornos mais graves ou, pelo menos, a documentação revelou melhor a forma prepotente como o bastardo régio agia. Passou-se o caso em 24 de Set. de 1318, quando João Afonso, *alferes-mor do Rei e Rico Homem*, postado em frente à porta da Sé, montado e acompanhado pelos seus vassalos, e depois de ter sido citado por um clérigo para responder sobre a dita questão, começou a insultar os clérigos que ali se encontravam, ameaçando-os de morte, no que foi secundado por alguns dos seus cav°s, como o seu mordomo Martim Redondo, obrigando os atemorizados clérigos a refugiarem-se dentro da catedral, depois do que *o dicto dom Joham Affomso deu das sporas a besta e fosse com sa gente* (ADB, *Gav. 1ª das Igrejas*, n°20). Depois disto, e sem que o caso estivesse resolvido, a ig. foi indevidamente entregue ao bastardo régio pelo meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho, Gomes Martins, o que fez com que D.Dinis, em 1319, recebesse um protesto escrito pelo bispo de Tuy, exigindo a entrega da ig. à Sé de Braga (IDEM, *ibidem*, n°18). João Afonso perdeu a questão, já que em 1324 o Papa João XXII incumbia o arcebispo de Lisboa e os bispos de Coimbra e de Tuy de o obrigarem a pagar 68 florins de ouro para indemnizações (IDEM, *ibidem*, n°22), a que se seguiu, no ano seguinte, a respectiva sentença apostólica (IDEM, *ibidem*, n°23).

[192] C. de leg. de 13 de Abril - ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.110v° - na qual é referido o nome de sua mãe, Maria Pires. Seria através dela que João Afonso teve, em 1315, direito à *naturalidade*, como rico-homem, no most° de Tibães (*BL*.I.383-384)?

[193] A 31 de Ag. desse ano o casal comprou, por 1000 lbs., todos os bens que Nuno Martins de Chacim, abade de Fonte Arcada, possuia em Chacim, compra testemunhada, entre outros, por Nuno Gonçalves Cogominho, almirante-mor, e Fernão Rodrigues Redondo (ANTT, *Gavetas*, XIV-4-29). Esta compra é importante, atendendo ao avultado número de bens que João Afonso já detinha na região transmontana, e que mais acrescentaria ainda com a larga doação que recebeu de seu irmão Fernão Sanches em 1323 (vd. nota 173). Curiosamente, aquela compra é a única referência que conheçemos para Dona Joana.

[194] A importância deste senhorio transparece no facto de João Afonso, mesmo quando se identifica com os seus cargos curiais, lhes acrescentar aquela "titularidade". Dois docs. o referem, ambos de 1323: o primeiro, de 23 de Ag., relativo a um pedido da Rainha Santa dirigido ao Alferes-mor e Senhor da Lousã, para que este autorizasse Joana Gonçalves Redondo a ficar com a quintã da Lousã, que ela comprara a um mercador, pois

uma filha:

VII10 - LEONOR AFONSO, que c.c. Gonçalo Martins de Portocarreiro (Vd. PORTOCARREIRO).

VI7 - MARIA AFONSO I, filha de D.Dinis e de Dona Marinha Gomes[195] e que, tal como a sua irmã homónima (VI8), foi omitida pelos livros de linhagens do *Deão* e do *Conde D.Pedro*, mais se estranhando o facto por este último ser da autoria de um irmão de ambas. Nascida antes de 1301, recebeu várias doações do rei[196], e também foi nomeada por seu irmão Afonso Sanches como possível herdeira do senhorio de Albuquerque[197]. Mas, se acima declarámos a nossa estranheza pela sua omissão dos nobiliários medievais, talvez que a mesma seja atenuada pelo facto de Maria Afonso ter casado, antes de 1317[198], com Dom **JOÃO AFONSO DE LACERDA**, o único filho do Infante Dom Afonso de Lacerda que não é referido pelo Conde D.Pedro no seu nobiliário, o que poderia ser justificado por alguma espécie de animosidade existente entre os dois

---

estava determinado que nenhum fidalgo tivesse herdamentos na terra da Lousã, da qual ele era senhor (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Coimbra*, m°19 (DP), n°16); o segundo, de 27 de Dez., fazendo cumprir uma ordem anterior de D.Dinis - de 13 de Out. de 1321 - e pelo qual foram vendidos bens de Vasco Pires de Penacova, que tinha sido alcaide da Lousã, e que devia ao bastardo 230 lbs. pelo arrendamento da Lousã (IDEM, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.3, m°11, n°33).

[195] Ainda vivia em 1338 (*ML*.V.187, citando docs. que se encontram no ANTT, *MC - Most° de Santos-o-Novo*, m° único, n°17/745).

[196] Como é evidente, a homonimia com a sua irmã impede-nos de ter a certeza quanto à verdadeira identidade das beneficiadas com as seguintes doações de D.Dinis: doação de 8000 lbs. para, com as 5000 que já possuia, comprar 100 astis de herdade no l. de Tooxi, no t. de Santarém, ao rabi-mor do Reino, o qual tinha feito a compra a Dom Pero Anes Portel (ANTT, *Gavetas*, XII-6-16, doc. de 10 de Março); doação da terra de Jales, instituindo-a em morgado para sempre (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.30v°, doc. de 20 de Março de 1304); doação de todos os herdamentos que o rei possuia em Penacova e em Aboboreira (IDEM, *ibidem*, L°3, fls.33v°-34, doc. de 30 de Out. de 1304); doação de Pousa Foles (IDEM, *ibidem*, L°3, fl.36v°, doc. de 1 de Jan. de 1305); protecção régia à sua pessoa, bens e dependentes (IDEM, *ibidem*, L°3, fl.39, doc. de 28 de Jan. de 1305).

[197] Vd. nota 154.

[198] Neste ano o casal fez um escambo com o most° de Santo Tirso, recebendo a quintã de Chão de Couce e dando em troca os lugares de Ardazube e Vila Verde, no t. de Tentúgal, umas casas em Lisboa e ainda 500 lbs. (*BL*.II.35 - onde se confunde o marido de Maria Afonso com o homónimo senhor de Albuquerque). Este relacionamento com Santo Tirso não foi o único, uma vez que, em 1320, por pedido de Dom João Afonso, o rei doou ao most° vários bens em Coimbra, os quais tinham sido do Conde Dom Martim Gil (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.130-130v°).

cunhados[199]. Quanto a Dona Maria Afonso, apenas temos conhecimento de mais uma notícia, relativa a um escambo feito com o mostº de Sª Clara de Santarém, autorizado por seu pai e outorgado por seu marido[200], de quem teve geração que passou a Castela. Foram ambos sepultados no mostº de S.Domingos de Santarém[201].

VI8 - MARIA AFONSO II, também esquecida pelo seu irmão D.Pedro, e de quem só sabemos que foi freira no mostº de Odivelas[202], onde mandou fazer, entre 1312 e 1320, um altar consagrado a Santo André[203].

VI2 - D.AFONSO IV, nascido a 8 de Fevereiro de 1291[204], foi o sétimo Rei de Portugal (1325-1357). Surge pela primeira vez em 1299 a confirmar um diploma paterno, sendo

---

[199] O que não seria difícil de acontecer, atendendo, por um lado, à amizade que unia o Conde D.Pedro a Afonso XI de Castela, a quem o pai de João Afonso disputava o direito ao trono de Leão e Castela; por outro, pelo facto de João Afonso, durante os conflitos de 1319-24 ter estado do lado do seu sogro, contra o infante herdeiro D.Afonso. Em relação a este último aspecto, é significativo, quanto a nós, que das duas únicas referências que o Conde D.Pedro faz a seu cunhado, designando-o mesmo como genro de D.Dinis, uma delas seja precisamente a propósito da sua participação, do lado do rei, no combate que se verificou em Santarém entre as tropas de D.Dinis e do Infante D.Afonso (*Cr.1344*, vol.IV, p.259). Acompanhou a corte até à morte do sogro - que presenciou (*Idem*, ibidem) - tendo sido uma das testemunhas da apresentação feita por D.Dinis do rol das queixas que tinha contra o Infante D.Afonso (ANTT, *Gavetas*, XI-8-37, doc. de 1321), e como rico-homem do novo monarca assistiu ao recebimento feito entre o Infante D.Pedro e Dona Constança Manuel, realizado em Évora em 1336 (*Corpo Diplomático Português (...)*, vol.I, pp.215-220). Dom João Afonso não foi o único *Lacerda* presente na corte portuguesa. Já tinha sido precedido por seu tio Dom Fernando que, entre Jul. de 1306 e Out. de 1307, surge à cabeça dos confirmantes dos diplomas régios como *Dom Fernando filho do Infante Dom Fernando* (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls. 50-51vº, 53vº, 53vº-54 e 58vº-59).

[200] O mostº deu-lhe a terra de Mortágua - a qual tinha sido de Leonor Afonso, meia-irmã de D.Dinis - recebendo os 100 astis de herdade que Maria Afonso tinha comprado em Tooxe, no t. de Santarém (vd. nota 195), mais 4610 lbs. para acerto de rendimentos; o escambo e a outorga de João Afonso ocorreram a 3 de Abril de 1319, e foram ambos testemunhados por D.Geraldo, bispo do Porto, Vasco Martins da Ribeira, cónego de Coimbra, Estêvão Pires Zarco, advogado da corte, Estêvão Martins, cónego de Viseu, e por Estêvão Domingues, cónego do Porto e prior da Azambuja (ANTT, *Gavetas*, I-1-7); a autorização régia fora dada no dia 28 do mês anterior, transferindo D.Dinis para a terra de Mortágua o privilégio que anteriormente tinha dado aos bens situados em Santarém, ou seja, que Dona Maria a tivesse em sua vida e depois dela os seus descendentes ou, se os não tivesse, para a coroa (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls.124vº-125vº).

[201] Informação que agradecemos ao nosso colega Doutor Mário Barroca, que identificou um fragmento da tampa sepulcral que actualmente se encontra no Museu de Santarém, mas que infelizmente não permite indicar a data da morte de Dona Maria ou de Dom João Afonso.

[202] *Cr.7Reis*, vol.II, p.19; *ML*.V.186vº.

[203] Outra informação do Doutor Mário Barroca, que agradecemos.

[204] *PMH-SS*, pp. 4 e 21.

designado na lista de confirmantes como *herdeiro do trono*[205]. Talvez por ter tido tantos problemas com os de seu pai, D.Afonso não teve bastardos[206]. Casou, a 12 de Setembro de 1309, com Dona **BEATRIZ DE CASTELA**, filha de Sancho IV, de quem teve:

VII1 - Dona **MARIA**, que c.c. Afonso XI de Castela.

VII2 - Dom **AFONSO**, nascido em 1315 morreu criança, sendosepultado no mostº de S.Domingos de Santarém[207].

VII3 - Dom **DINIS**, que nasceu a 12 de Fevereiro de 1317,falecendo poucos meses depois[208].

VII4 - Dom **PEDRO I**, por quem se continuou a sucessão dos monarcas portugueses.

VII5 - Dona **ISABEL**, nascida a 21 de Dezembro de 1324 faleceu a 11 de Julho de 1326, tendo sido sepultada no mostº de Sª Clara de Coimbra[209].

VII6 - Dom **JOÃO**, que parece ter estado prometido para casar com sua prima, Dona Isabel Afonso de Portugal, filha do Infante D.Afonso, irmão de D.Dinis[210], faleceu em 1327.

VII7 - Dona **LEONOR**, que c.c. Pedro IV de Aragão.

---

[205] ANTT, *Ch.de D.Dinis*, Lº3, fl.8.

[206] Caso único ao longo da 1ª Dinastia, uma vez que D.Sancho II não teve qualquer tipo de descendência.

[207] A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.I, pp.192-193.

[208] A 13 de Junho desse mesmo ano o Papa João XXII dirigiu a D.Dinis a bula *Scimus fili carissime*, dando-lhe os pêsames pela morte do neto (V.SANTARÉM, *1842-54*, vol.IX, p.310). Parece ter sido sepultado no mostº de Alcobaça, junto do bisavô (A.C-SOUSA, *1946-54*, vol.I, p.193).

[209] A.C.SOUSA, *1946-54*, vol.I, p.193.

[210] Pelo menos existe uma bula de João XXII - *Et si inter illos* - datada de 6 de Junho de 1318, pela qual o pontífice lhes concede dispensa para casarem, ainda que fossem parentes em 3º e 4º graus (V.SANTARÉM, *1842-54*, vol.IX, p.311).

4.2. SOUSA-MOELA

A abordagem desta família, seja para a tratar em conjunto seja para referir apenas um dos seus membros, representará sempre, para quem investiga a nobreza medieval portuguesa, um momento especialmente significativo. De facto, o estudo dos Sousas obriga, talvez mais do que com qualquer outra linhagem, a ultrapassar os limites da sua própria "história". Tendo sido uma das cinco linhagens *dos bons homens filhos d'algo do reino de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal* - como nos conta o "Prólogo" do *Livro Velho de Linhagens* - foi, sem dúvida, a que mais intimamente se ligou à génese e aos primeiros passos do jovem reino português. Foi também, daquelas cinco famílias, a que mais tempo conseguiu resistir à voragem do tempo e da inconstância política, mantendo-se até ao final do século XIII no topo da hierarquia nobiliárquica. E, mesmo depois da extinção, foi, ainda, a única daquelas cinco que conseguiu sobreviver na memória dos homens graças à preservação do apelido **Sousa**, apropriado pelas linhagens que reclamavam o prestígio da sua representação.

Linhagem de mordomos e de alferes-mores, de tenentes e de conselheiros régios ao longo dos séculos XII e XIII, mas também de santas e de abadessas, de protectores de mosteiros e de igrejas, detentores de um vastíssimo património territorial constituído a partir dos sécs. X-XI, o seu prestígio era de tal forma elevado que os nobiliários medievais não se eximiram a destacar os seus membros, mesmo os femininos, como os geradores das principais famílias da nobreza portuguesa. Poder, riqueza e prestígio que acabariam por soçobrar nos finais do séc. XIII, face ao imponderável dos caprichos biológicos. Morto o último senhor da *Casa* sem descendência legítima, o património familiar acabou por ficar controlado pela coroa, graças a uma hábil política matrimonial levada a cabo por D.Afonso III e por D.Dinis, casando os seus bastardos com as várias herdeiras daquele[1].

A sua importância, por outro lado, não poderia deixar de se ter reflectido numa numerosa bibliografia, a qual nos facilitou a elaboração da breve síntese que se segue, sobre a

[1] Situação que, curiosamente, se viria a repetir séculos depois, quando D.Pedro II casou um dos seus bastardos com a herdeira da Casa de Sousa, dando origem ao ducado de Lafões.

evolução da linhagem até ao período dionisino[2].

Começemos por abordar a questão do património territorial, vector fundamental para a caracterização das linhagens, e que no caso presente se reveste de especial importância, atendendo à sua dimensão. A localização dos bens iniciais da família, porém, levanta algumas dúvidas: alguns autores entendem que o polo inicial de fixação se situava na parte superior da bacia do rio Sousa, daí alastrando os seus interesses para norte, através da bacia do rio Tâmega até Chaves, e para leste, desde este rio até à margem direita do rio Tua[3]; enquanto outros se inclinam mais para uma fixação inicial na parte setentrional das terras de Basto, delimitada pela serra do Barroso, entre Vieira e Boticas, alargando então, a partir dessa área, os seus interesses, nomeadamente para o alto Sousa, onde já se encontrariam no século XI[4].

Terá sido a partir desta altura que passaram a proteger - juntamente com os de Barbosa - o importante cenóbio beneditino de Pombeiro de Riba de Vizela, no j. de Felgueiras, verdadeiro "centro espiritual" da linhagem, e para o qual Mem Viegas de Sousa obteve de

---

[2] Se essa bibliografia, até ao século passado, foi sobretudo de índole genealógica e panegírica, nem por isso deixou de acentuar o relevo que a família teve ao longo da história portuguesa. Deste período cumpre destacar o largo espaço dedicado aos Sousas por D.António Caetano de SOUSA, na sua monumental *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, pelo facto de os dois ramos principais em que se desmembrou a família após a extinção na varonia - Sousas Chichorros, ou do Prado, e Sousas de Arronches - terem tido origem em alianças com bastardos régios, tal como referimos no texto. Já neste século, é obrigatório referir os nomes de Anselmo Braamcamp FREIRE, que nos *Brasões da Sala de Sintra* dedicou um capítulo integral a esta família, de A. de Almeida FERNANDES, a quem se devem vários artigos da *GEPB* sobre indivíduos da linhagem (XVI.887-890 e XXIX.890-899) e, finalmente, de José MATTOSO, que ao longo da sua obra tem chamado a atenção para a importância desta linhagem no conjunto da nobreza medieval portuguesa (v.g. *1982a* e *1985b*). Mais recentemente, os Sousas mereceram duas importantes abordagens, uma dedicada ao inquérito régio que apurou o património do último senhor da *casa*, da autoria de Luís KRUS (*1989b*), e outra de Leontina VENTURA, que enquadrou a linhagem no conjunto da nobreza de corte de D.Afonso III (*1992*). Estes trabalhos - aos quais seria injusto não acrescentar o de António Resende de OLIVEIRA (*1994*), que procurou biografar os membros da linhagem que foram trovadores - já nos permite ter um conhecimento bastante alargado sobre os Sousas, pelo que, desde já o dizemos, poucos dados inéditos poderemos fornecer sobre os membros da família. De resto, e como se pode verificar pela análise da árvore genealógica, são muito poucos os indivíduos da linhagem que se encontram omissos nos nobiliários medievais.

[3] *GEPB*, vol.XXIX, p.890 (art. da autoria de A. de Almeida FERNANDES), e L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.269.

[4] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.158. Curiosamente, o autor cit. na nota anterior, também advoga esta hipótese, mas numa outra obra (A.A.FERNANDES, *1960*, p.112). Pessoalmente, é também esta a que nos parece ter argumentos mais sólidos, não só pela posse, documentada ao longo do séc. XI, de bens nessa região, como pela ligação da linhagem ao most° de Vieira do Minho, do qual Santa Senhorinha foi abad[ª], enquanto que a presença dos Sousãos junto à bacia do Sousa é referida em 1059, mas através de um doc. falso (J.MATTOSO, *ibidem*). Este último aspecto, contudo, não significa que a linhagem não se tenha aproximado, ainda na centúria referida, para junto do rio Sousa. O que parece mais verosímil, atendendo aos poucos elementos disponíveis, é que essa fixação resultou da articulação de dois elementos: por um lado, o exercício, por parte de Gomes Echigues, de "funções judiciais e de delegado régio a sul de Guimarães em meados do século XI" (J.MATTOSO, *ibidem*), e, por outro, a aquisição de bens nessa zona graças ao casamento do pai daquele, Echega Vizois, com Aragunte Soares (A.A.FERNANDES, *ibidem*).

Dona Teresa, em 1112, a respectiva carta de couto[5]. Assim, a partir da segunda metade do século XI, a linhagem foi alargando os horizontes da sua influência patrimonial, atingindo uma expressão territorial invulgarmente extensa, possuindo na segunda metade da centúria seguinte bens situados entre o Lima e o Douro, "concentrando-se entre os rios Vizela e Tua, mas especialmente nas margens dos rios Sousa, Tâmega e Corgo, ou seja, nas terras de Santa Cruz de Sousa, Ferreira, Penafiel de Sousa, Aguiar de Sousa, Felgueiras e Lousada, mais a Ocidente, na de Celorico de Basto, mais central, e nas de Panóias e Aguiar da Pena, mais a Oriente"[6]. Também é de salientar o importante núcleo constituido por via matrimonial, na bacia inferior do rio Vouga, e que englobava, entre outros bens, os coutos de Eixo, Requeixo e Óis.

Como é óbvio, esta expansão territorial não se pode dissociar de um outro factor, não menos importante para a caracterização das linhagens, ou seja, o do relacionamento com a corte régia. Ora, também quanto a este aspecto, a linhagem dos Sousãos impressiona pela capacidade demonstrada em se manter ligada àquela, quer através do exercício das duas funções palatinas mais importantes quer pelo governo de numerosas tenências por vários dos seus membros, ao longo dos séculos XII e XIII[7]. Naturalmente que, a exemplo do que sucedeu com outras linhagens habitualmente ligadas à corte, também a dos Sousas viu reduzida a sua influência política, sofrendo as consequências de uma estratégia régia de centralização, iniciada por D.Afonso II e continuada por D.Afonso III e por D.Dinis[8]. Mas, mesmo nessas circunstâncias adversas, os Sousas, até à morte do último chefe da linhagem, conseguiram manter na corte régia uma posição de destaque, naturalmente justificada pelos poderes e pelo prestígio acumulados ao longo do tempo.

Por outro lado, a simples observação da árvore genealógica dos Sousas, torna evidente

---

[5] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.159.

[6] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.315.

[7] Quanto aos primeiros, refiram-se - através dos dados fornecidos por L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.997-1038 - os mordomos-mores Gonçalo Mendes I (1156-1167), Mem Gonçalves I (1186-1192), Gonçalo Mendes II (1192-1211 e 1224) e Henrique Mendes (1224), e os alferes-mores Garcia Mendes I (1138-1141), Mem Gonçalves I (1173-1176), Rui Mendes (1192 e 1196-1198) e Gonçalo Garcia I (1255-1284); quanto às segundas, foram vários os membros da linhagem que detiveram as seguintes tenências: Baião, Basto, Faria, Lanhoso, Maia, Neiva, Riba Minho e Sousa (Entre-Douro-e-Minho), Aguiar da Pena, Barroso, Bragança, Chaves, Panóias e Penaguião (Trás-os-Montes), Beira, Castelo Branco, Celorico, Guarda, Lamego, Pinhel, Seia, Trancoso e Viseu (Beira), e, finalmente, Évora (Alentejo). É importante sublinhar o facto de a mordomia e a alferesia mores terem chegado a ser ocupadas, em simultâneo, por membros da linhagem, e acentuar o carácter hereditário de algumas das tenências referidas, como é o caso das de Aguiar da Pena, de Basto e de Sousa.

[8] J.MATTOSO, *1985b*, vol.II, p.135 e L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.320.

que aquela acumulação de poderes e de prestígio não poderia deixar de estar articulada com as alianças matrimoniais dos vários membros da linhagem. Com efeito, essas alianças, pelo menos a partir da segunda metade do séc. XI e até ao final do séc. XIII, são sistematicamente efectuadas com as famílias que, como os Sousas, ocupavam o topo da hierarquia nobiliárquica - nível que não se alterava quando aquelas eram estabelecidas com linhagens castelhanas - chegando mesmo a ligar-se à família real. Situação que, sendo previsível para os sucessivos chefes de uma linhagem tão altamente "cotada", se verifica também com os matrimónios dos seus elementos femininos, normalmente feitos com chefes de outras linhagens.

Ou seja, os Sousas parecem ter praticado uma estratégia matrimonial que, quer por via masculina - mais claramente ao nível dos chefes da linhagem - quer por via feminina, permitiu, por um lado, alargar o âmbito da sua implantação geográfica e do exercício de funções de governo territorial[9], e, por outro, que a maioria dos seus membros se tivesse mantido nos estratos superiores da nobreza.

Em síntese, podemos afirmar que a linhagem dos Sousas fez assentar o seu poder e o seu prestígio na articulação de três vectores essenciais, conseguindo - mais do que qualquer outra das antigas linhagens - a sua manutenção ao longo dos séculos XII e XIII: em primeiro lugar, um vasto e importante património fundiário, preferentemente concentrado na região usualmente designada por *Norte Senhorial*, e, se bem que possuíssem alguns senhorios nas Beiras, não parecem ter demonstrado um grande interesse numa fixação mais meridional, nomeadamente junto da corte[10]; ao poder senhorial acrescentavam, em segundo lugar, um notável poder político, assente na presença quase constante dos seus membros na corte e concretizado no exercício dos mais importantes cargos palatinos e de numerosas tenências; em terceiro, e último, uma estratégia matrimonial orientada para a conservação do *status* familiar da maioria dos seus membros, através de alianças realizadas no mesmo nível hierárquico[11].

---

[9] Quanto ao primeiro aspecto, por exemplo, as alianças com os de Marnel e os de Riba Douro parecem apontar, claramente, para um desejo de aproximação da linhagem a regiões mais meridionais, tal como já foi acentuado por J.MATTOSO (*1985b*, vol.I, p.159); em relação ao segundo, as citadas alianças, sobretudo com os de Riba Douro, trouxeram aos Sousas o exercício de tenências que habitualmente estiveram sob o controle daquela linhagem ou dos seus ramos colaterais (Lumiares), nomeadamente as que se situavam na Beira (L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.318).

[10] Naturalmente que não esqueçemos os bens situados em zonas mais meridionais, como é o caso dos que a linhagem deteve na Estremadura mas estes, como muito bem acentuou L. VENTURA (*1992*, pp.309 e 319), "não parecem, no entanto, ter sido privilegiados pela linhagem", salvo, quanto a nós, e como excepção, o senhorio de Alegrete, no Alto Alentejo.

[11] A importância de que se revestem essas alianças para a manutenção dos outros dois níveis, é visível, por

No entanto, e tal como afirmámos no início deste texto introdutório, esta linhagem revestia-se de uma aura de prestígio tão grande, que seria um erro da nossa parte não destacar um outro factor: referimo-nos ao poder simbólico.

Poder que, como já dissemos, passava pela protecção dada a Pombeiro, um dos mosteiros mais poderosos e ricos do Entre-Douro-e-Minho e que serviu de panteão da linhagem. Todavia, esse simbolismo tinha outros contornos, geralmente pouco valorizados mas, porventura, de maior impacte junto dos seus contemporâneos e que, quanto a nós, verdadeiramente os "distinguiram" dos seus pares. Em primeiro lugar, o uso bastante precoce, já nos meados do séc.XII[12], de um **apelido** - *de Sousa*; em segundo lugar, também os Sousas parecem ter sido dos primeiros a utilizar **símbolos heráldicos**[13]; em terceiro lugar, a quase exclusividade do **tratamento** de *conde*, dado a vários chefes da linhagem[14]; em quarto, finalmente, a **distinção** única de possuirem um segundo panteão, junto ao panteão régio da abadia de Alcobaça[15].

Parece-nos que a conjugação destes elementos[16], em articulação com os três factores antes enunciados, poderá ajudar a compreender melhor o destaque da linhagem que, no conjunto da nobreza dos sécs. XII e XIII - e como acertadamente afirmou Leontina Ventura[17] - "gozava de maior consideração social, diria mesmo, de uma espécie de hegemonia".

Gostaríamos, finalmente, e antes de passarmos a abordar a reconstituição genealógica da linhagem, de colocar uma última questão. Como explicar essa hegemonia face às outras linhagens do mesmo nível? Ou, por outras palavras, de que meio, ou meios, se serviram os

---

exemplo, no caso dos de Riba Douro, através dos quais os Sousas adquiriram os núcleos patrimoniais situados na Beira, bem como a maioria das tenências que controlaram nessa mesma região (L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.318).

[12] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.159.

[13] M.ABRANTES, *1983a*, e *1983b*, pp.167-168.

[14] A partir dos finais do séc. XII, e ao longo da centúria seguinte, os Sousas serão mesmo os únicos a receber esse tratamento o qual, como é evidente, tinha contornos distintos daquele que foi dado, nos finais do séc. XIII, ao 1º Conde de Barcelos.

[15] M.ABRANTES, *1983a*.

[16] Não queremos deixar de nos referir, ainda que em nota, ao papel desempenhado pelos Sousas no contexto da cultura senhorial dos sécs. XII e XIII. Com efeito, os estudos mais recentes, e inovadores, de António Resende de OLIVEIRA (*1994*), e de José Carlos MIRANDA (*1994*), evidenciaram o protagonismo desta linhagem no âmbito do desenvolvimento e difusão da poesia trovadoresca.

[17] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.315.

Sousãos para fazerem frente a obstáculos tão variados como, por exemplo, a pressão demográfica e/ou a tendência natural de desagregação patrimonial, passando pelas variações políticas ao longo de dois séculos? A resposta passará pela vastidão patrimonial? Ou pelas ligações continuadas à corte régia? Ou, ainda, pela estratégia matrimonial praticada?

Aparentemente, a maneira mais simples para responder à questão passaria por atribuir a sua solução à conjugação de todos esses factores. Mas, mesmo que em diferentes graus, não os conjugaram também os de Baião, de Bragança, da Maia e de Riba Douro? O facto de terem sido atingidas mais cedo pelos acidentes biológicos ou o de não terem conseguido contornar alguns insucessos políticos serão suficientes para explicar aquela diferença?

Poderá a resposta residir no facto de os Sousãos se terem constituído muito cedo em linhagem e de terem assumido, *de facto*, essa nova estructura? É que, se acentuámos a sua coerência, isso prende-se com um aspecto que, ao que julgamos saber, não foi nunca valorizado: das cinco linhagens em causa, a dos Sousas foi a única que não se segmentou em ramos secundários[18]. Ora, essa atitude reveste-se, quanto a nós, de um significado estratégico em termos de conservação da unidade do património territorial, uma vez que aquela só terá sido afectada, com algum relevo, pelos dotes das filhas[19].

Esta realidade poderá significar que a linhagem optou antes por alicerçar o seu poder e influência política através das alianças com outras linhagens do mesmo nível, ou de importância emergente - Soverosas e Riba de Vizela - do que criar esses apoios em ramos secundários, mas patrocinados à custa de perdas territoriais. Esta possibilidade parece reforçada pelo facto de a transmissão do poder territorial e político ter sido feita de uma forma claramente uniliniar[20] conseguindo, assim, evitar o seu enfraquecimento.

Independentemente da manifesta importância de todos os factores até aqui enunciados, parece ter sido na conservação de um elevado grau de riqueza[21] que residiu o segredo do poder dos senhores da casa de Sousa ou, se quizermos, da sua "hegemonia".

Hegemonia de uma *Casa Senhorial* que, talvez mais do que outra qualquer, procurou

---

[18] A título de exemplo, os de Baião, como teremos oportunidade de verificar, deram origem a 17 linhagens diferentes.

[19] Na verdade, a observação da árvore genealógica permite verificar que, entre a V^a e a VIII^a gerações, de 12 varões só cinco casaram legitimamente - e destes, 4 eram os chefes da linhagem - três tiveram alianças ilegítimas, não se conhecendo qualquer tipo de união para os restantes quatro. Pelo contrário, para igual período, de 8 senhoras apenas uma não casou.

[20] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.710.

[21] Sobre a importância da riqueza económica na conservação do *status* das linhagens, v.g. L.VENTURA, *1992*, vol.I,pp.303-306.

imitar o modelo régio. Chegou, assim, o momento, de conhecermos melhor os seus membros: ricos-homens e ricas-donas que cedo usaram um apelido e adoptaram símbolos heráldicos, fomentaram a poesia trovadoresca, que se enterraram junto dos reis e que, enfim, casaram com os seus filhos.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Iniciaremos esta reconstituição com o Conde Dom Mendo Gonçalves de Sousa I, antepassado comum de todos os membros da linhagem que atingiram o período dionisino. Verdadeiro marco na memória colectiva da família[22], o conde Dom Mendo foi alferes-mor de 1173 até 1176, e depois mordomo-mor de D.Sancho I entre 1186 e 1192[23]. Casado com Dona Maria Rodrigues Veloso, filha do Conde de Cabreira, dela teve vários filhos, figuras incontornáveis da vida política da primeira metade de Duzentos. Mas antes destes - ao menos por uma vez - aparecerá um ramo bastardo e obscuro de Sousas, também proveniente do conde Dom Mendo, *de gaança, e de uma molher de Guimarães* (*LL*64A5). Foram eles os *Moelas*:

VIII8 - MARTIM MENDES CONDE, que segundo *LL*64A5 foi pai de:

IX14 - AFONSO MARTINS MOELA, que c.c. **TERESA ESTEVES ALVELO**, de quem teve:

X15 - MAFALDA AFONSO MOELA, única referida em *LL*64A5, foi c.c. Rui Pires Alvelo I (Vd. ALVELO).

X16 - MARTIM AFONSO MOELA, cav° referido em *LL*56J4, mas sem filiação, já em 1288 se encontrava c.c. **MARIA PAIS DE MOLNES**[24]. Talvez fosse vassalo do 2° Conde de Barcelos, uma

[22] L.KRUS, *1994*, p.83.

[23] J.MATTOSO, *1982a*, p.49. Um conjunto de dados mais volumoso sobre este personagem encontra-se reunido na *GEPB*.XXIX.896-897.

[24] A 5 de Dez. desse ano a sua mulher e os seus cunhados fizeram partilhas dos bens paternos, recebendo Maria Pais alguns bens em Coimbra (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°6, n°16). Quanto a Martim Afonso, um doc. sem data, mas seguramente da 2ª metade do séc. XIII, refere que ele, juntamente com

vez que, em Nov. de 1304, testemunhou uma decisão arbitral de Dom Martim Gil[25]. Faleceu sem filhos antes de 20 de Set. de 1316, data em que o seu irmão comprou ao seu testamenteiro, por 1100 lbs., todos os bens que tinha possuído nas fgs. de S.Simão e de S.Martinho de Vila Frescaínha (j. de Neiva)[26].

X17 - N. [AFONSO MOELA], enigmático "filho d'algo" a quem a documentação ocultou o nome, mas não a alcunha - *o Barba Leda* - com que sempre o refere: assim é designado - e ainda como cav° de Vila Frescaínha - na compra que fez dos bens fraternos, em 1316, e que agora mesmo citámos; tal como as Sentenças de 1290 o haviam designado quando mantiveram a honra da sua casa de Vila Frescaínha, no j. de Neiva[27]. Nada mais apurámos sobre este ramo de Sousas.

Vejamos então, agora, os percursos dos filhos legítimos do conde Dom Mendo Gonçalves de Sousa, *o Sousão*:

VIII1 - GONÇALO MENDES DE SOUSA II, mordomo-mor entre 1192 e 1211, e de novo em 1224[28], foi uma das personagens mais destacadas da primeira metade do século XIII. Com efeito, para além de ter herdado do pai a chefia da casa[29], herdou também o exercício do mais alto cargo palatino, que ocupou durante quase todo o reinado de D.Sancho I[30]. Mordomo e companheiro de

---

Gonçalo Anes Redondo, trazia 4 casais foreiros do rei em Vilar de Porro (j. de Montalegre), não dando os foros (ANTT, *Gavetas*, VIII-4-3).

[25] ANTT, *Sala 25 - Most° de Rio Tinto*, m°4, n°54, e *Most° de Tarouquela*, m°14, doc. s/n° de 15 de Nov.).

[26] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara do Porto/Entre-os-Rios*, m°1, doc. s/n°.

[27] ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.6.

[28] J.MATTOSO, *1982a*, p.50 e L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.988-989.

[29] A tarefa de reconstituir o património deste poderoso rico-homem não é muito facilitada, pelo facto de o seu nome estar praticamente ausente dos inquéritos régios ordenados por D.Afonso II, por D.Afonso III e por D.Dinis (L.KRUS, *1994*, p.84 e L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.317), dificuldade que é aumentada pela existência de vários homónimos.

[30] Em acumulação com o exercício da "familiar" tenência de Basto (1195-1211) e da de Celorico da Beira (1196) - cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1000 e 1036, respectivamente.

armas do monarca foi por este nomeado executor testamentário[31], mas a subida ao trono de D.Afonso II veio alterar a sua hegemonia na corte, da qual foi afastado[32]. Despeitado, aquela nomeação serviu de justificação legal para que Dom Gonçalo se assumisse, por um lado, como dedicado defensor dos direitos das Infantas Teresa, Sancha e Mafalda, irmãs do rei, e, por outro, como acérrimo inimigo do ideário centralizador preconizado pelo novo monarca desde o início do seu reinado[33]. Mas, a morte prematura de D.Afonso II, bem como os anos conturbados que se seguiram, quer de menoridade quer de reinado efectivo de D.Sancho II, trouxeram de novo os Sousas para a ribalta política[34]. No caso de Dom Gonçalo Mendes, e para além do regresso à mordomia-mor (1224), como já dissemos, também o veremos à frente do governo de várias tenências beirãs[35], a algumas das quais acedeu, segundo parece, por morte do seu cunhado Dom Lourenço Soares[36]. Como rico-homem também acompanhou o monarca em algumas investidas contra os muçulmanos, tendo estado presente nas tomadas de Elvas e de Arronches[37]. Viria a falecer a 25 de Abril de 1243, tendo sido sepultado na abadia de Alcobaça[38]. Foi c.c. **TERESA SOARES DE RIBA DOURO**[39], de quem teve:

IX1 - MENDO GONÇALVES DE SOUSA II, presuntivo sucessor na chefia da casa de Sousa, o que não se verificou devido à sua morte prematura,

---

[31] *DS*.194.

[32] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*, p.136.

[33] A síntese mais actualizada destes sucessos encontra-se em J.ANTUNES, A.R.OLIVEIRA e J.G.MONTEIRO, *1984*, pp.47-62.

[34] Para além de Dom Gonçalo Mendes, também os seus irmãos e sobrinhos desempenharam importantes cargos políticos durante o reinado do *Capelo* (vd. VIII2, 3, 4 e 7, e IX5, 6 e 8).

[35] Lamego (1221-1222 e 1234-1236), Pinhel (1223), Trancoso (1219-1225) e Viseu (1235) - cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1019, 1020, 1024 e 1025, respectivamente).

[36] *GEPB*.XVI.889, e L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.318.

[37] *ML*.IV.132 e 140v°.

[38] M.ABRANTES, *1983a*, pp.10-11.

[39] Dona Teresa Soares ainda sobreviveu ao marido, dela tendo ficado notícias sobre alguns dos bens que recebeu por morte daquele (L.KRUS, *1994*, p.84).

talvez ainda em vida de seu pai[40]. Por volta de 1212-1213 parece ter servido o exército régio[41]. Foi c.c. **TERESA AFONSO TELES**, de quem teve uma única filha:

X1 - MARIA MENDES DE SOUSA I, que c.c. Martim Afonso de Leão[42] (Vd. LEÃO).

IX2 - MOR GONÇALVES DE SOUSA, que c.c. Afonso Lopes de Baião (Vd. BAIÃO).

IX3 - MARIA GONÇALVES DE SOUSA, sobre quem pouco se sabe, para além dos bens que possuiu nas terras de Basto[43]. Não casou nem teve descendência.

IX4 - SANCHA GONÇALVES DE SOUSA, foi freira em Arouca[44], e faleceu antes de 1270, tendo os seus bens sido disputados entre a sua irmã Mor Gonçalves e o seu primo Dom Gonçalo Garcia de Sousa[45].

VIII2 - *Garcia Mendes de Sousa II*, que segue;

VIII3 - VASCO MENDES DE SOUSA, rico-homem da corte de D.Sancho II, foi tenente de Bragança (1233-1236) e de Panóias (1229-1235)[46]. A sua presença na

---

[40] *GEPB*.XXIX.897. Ainda vivia em 1223, constando o seu nome do texto da concórdia celebrada nesse ano entre D.Sancho II e as suas tias (A.D.S.COSTA, *1963*, p.119). Sabe-se que deteve alguns bens paternos porque em 1287, aquando das inquirições feitas sobre os bens do conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa, os inquiridos sobre os bens situados em Pena e em Aguiar afirmaram que os moradores de Mosteiros, Parada, Trandeiras e Dagoi se tinham feito homens de Dom Vasco Mendes de Sousa, depois de o terem sido de Dom Mendo [Gonçalves II], de Gonçalo Mendes [II] e do Conde [Mendo Gonçalves I] (ANTT, *Gavetas*, VIII-6-5).

[41] *ML*.IV.79. Não sabemos até que ponto se deverá aceitar esta informação de Frei António Brandão, uma vez que nos parece pouco provável que Mendo Gonçalves se batesse ao lado de um monarca que tinha a oposição declarada de seu pai.

[42] Martim Afonso era bastardo de Afonso IX de Leão e de Teresa Gil de Soverosa, e não teve descendentes (*LL*25A3-4). A única informação que temos sobre Dona Maria Mendes, já falecida, diz respeito a vários bens que ela tinha doado à O. de Santiago os quais, em 1270, foram entregues pelo Mestre Dom Paio Pires Correia, através de um escambo, a seus tios Dona Mor Gonçalves de Sousa e Dom Afonso Lopes de Baião (ANTT, *Sala 25 - Most° de Santos-o-Novo*, m°3, n°17).

[43] *GEPB*.XXIX.897-898.

[44] Referida antes de 1259 (M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.505).

[45] Vd. BAIÃO.XIII1 - nota 8.

[46] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1010 e 1013.

corte, porém, detecta-se imediatamente após a subida daquele monarca ao trono, confirmando, em 1223, a concórdia celebrada entre o rei e as suas tias[47]. Enquanto que Dom Gonçalo Mendes não parece ter dado muita atenção à gestão do património familiar, o mesmo não se poderá dizer de Dom Vasco Mendes, figurando numerosas vezes nas inq. régias como protagonista de abusos senhoriais[48]. Foi um importante benfeitor do mostº de Pombeiro e, como tal, nele foi sepultado, sabendo-se que faleceu a 10 de Março de 1242[49]. Não casou mas, de uma barregã, teve um filho:

IX12 - RUI VASQUES DE SOUSA, ou **DE PANÓIAS**, "*e o porque o chamarom de Panoias foi que lhi leisou seu padre uma pouca d'herdade i em Panoias, ca a outra herdade que havia, toda a leixou a dom Meem Garcia, seu primo*" (*LL*22P11). Nada soubemos sobre a sua vida, a não ser que também casou em Panóias, tendo tido uma única filha (*LL*22P12):

X14 - TERESA RODRIGUES DE SOUSA, que c.c. Estêvão Rodrigues da Fonseca (Vd. FONSECA).

VIII4 - RODRIGO MENDES DE SOUSA, rico-homem das cortes de D.Sancho I, de D.Afonso II e de D.Sancho II, surge como o elemento politicamente mais destacado da sua geração, logo após o seu irmão Gonçalo Mendes. Com efeito, para além de ter sido alferes-mor em 1192 e entre 1196 e 1198, ou seja, em simultâneo com a mordomia-mor exercida por aquele seu irmão[50], foi ainda o governador das tenências de Aguiar da Pena (1224), de Baião (1195-1196), da Maia (1212), de Panóias (1191-1196, 1209 e 1220-1224), e de Penaguião (1195-1196 e 1223)[51]. Tal como seus irmãos, também interveio no acto de concórdia celebrado entre D.Sancho II e as Infantas suas tias[52]. Benfeitor dos

[47] A.D.S.COSTA, *1963*, p.123.

[48] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.317.

[49] M.J.BARROCA, *1987*, pp.423 e 480.

[50] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.992.

[51] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.998, 1003, 1009, 1012 e 1014.

[52] Vd. nota 47.

mosteiros de Pombeiro e de Alcobaça[53], encontra-se sepultado neste último cenóbio[54]. Também não foi casado mas, tal como o seu irmão Vasco Mendes, de uma barregã, **MARIA VIEGAS DE REGALADOS**, teve um filho:

IX13 - GARCIA RODRIGUES DE SOUSA, ou de **ARGUIXO**, que *morreo sem semel, e ficou toda a sa herdade a dom Meem Garcia, seu primo* (*LL*22O11).

VIII5 - GUIOMAR MENDES DE SOUSA, que c.c. João Pires da Maia (Vd. MAIA).

VIII6 - URRACA MENDES DE SOUSA II, que c.c. Nuno Pires de Gusmão (Vd. GUSMÃO).

VIII7 - HENRIQUE MENDES DE SOUSA, omitido pelos nobiliários medievais, mas que também esteve presente, em 1223, ao acordo celebrado nesse ano por D.Sancho II[55], surgindo no ano seguinte como mordomo-mor daquele monarca[56]. Nada mais soubemos sobre a sua vida, mas é provável que tenha falecido solteiro e sem descendência.

VIII2 - GARCIA MENDES DE SOUSA II, ou de **EIXO**, rico-homem e trovador[57], surge pela primeira vez na corte de D.Sancho I entre 1188 e 1197[58], ou em 1206[59], até 1210. Depois desta data desaparece da documentação da cúria, devendo ter acompanhado o seu irmão mais velho, ou até o Infante Dom Pedro Sanches[60]. Terá regressado ao reino

---

[53] *GEPB*.XVI.890 e *ML*.IV.132, respectivamente.

[54] M.ABRANTES, *1983a*, pp.14-15. A epígrafe funerária de Dom Rodrigo Mendes indica 1262 como o ano do seu falecimento. Parece-nos uma data excessivamente tardia, e provavelmente errada, se atendermos ao facto de estar referido como alferes-mor em 1192, ou seja, 70 anos antes! Assim, será de aceitar a informação de que terá falecido antes de 1230 (*ML*.IV.132), o que se articula melhor com os dados cronológicos que apontamos no texto e com os que são indicados para os seus irmãos.

[55] Vd. nota 47.

[56] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.989.

[57] Sobre esta vertente da sua personalidade, v.g. A.R. OLIVEIRA, *1994*, pp.348-349.

[58] A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.348.

[59] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.710.

[60] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*, p.138. Para além do facto de Dom Garcia Mendes só voltar a

por volta de 1217, confirmando documentos régios até 1224[61], e também confirmou a concórdia estabelecida em 1223[62]. Rico-homem, foi tenente de Gouveia (1223-1224) e de Castelo Branco (1223)[63]. A partir desta altura afasta-se da corte surgindo com a sua mulher a fazer doações ao most° de Salzedas[64]. Dom Garcia Mendes parece ter herdado de seus pais o núcleo patrimonial que os Sousas tinha junto à bacia do rio Vouga, no qual se incluia a honra de Eixo - donde retirou o apelido - muito embora se conheçam outros bens dispersos pelo Entre-Douro-e-Minho e pela Beira[65]. Faleceu a 27 de Fevereiro de 1239 e também se encontra sepultado no most° de Alcobaça[66], juntamente com a sua mulher, Dona **ELVIRA GONÇALVES DE TORONHO**[67], falecida alguns anos depois[68]. Dela teve:

IX5 - MEM GARCIA DE SOUSA, rico-homem das cortes de D.Sancho II e de D.Afonso III, foi tenente de Trasserra (1235-1240), de Panóias (1250-1255) e de Basto[69]. Filho primogénito de Dom Garcia Mendes[70], foi o herdeiro da chefia da

aparecer na documentação régia a partir de 1223, também no trabalho agora citado afirmámos a existência de um Gonçalo Garcia e de um Pero Garcia a confirmar documentos daquele infante, a cuja casa pertenciam, entre 1229 e 1231. Ora, é muito provável que se trate de dois filhos de Dom Garcia - e ele, entre outros, teve dois com esses nomes - que acompanharam o pai e que ainda ficaram em Aragão depois do regresso daquele. De resto, Dom Gonçalo Garcia só está documentado a partir de 1232 (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.709).

[61] A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.349.

[62] Vd. nota 47.

[63] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1016 e 1036.

[64] A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.349.

[65] IDEM, *ibidem*.

[66] M.ABRANTES, *1983a*, p.15 (com a data do ano errada).

[67] Filha de Gonçalo Pais de Toronho e de Ximena Pais da Maia, irmã de Pero Pais da Maia, o Alferes.

[68] Faleceu a 16 de Janeiro de 1245 (M.ABRANTES, *1983a*, p.15). Logo após o falecimento do seu marido, juntamente com os filhos, doou à Sé do Porto o direito que tinham no padroado da ig. de S[a] Cruz de Riba Leça (*CCSP*, pp.49-50 - doc. de 31 de Jul. de 1239).

[69] Esta última em data que se desconhece (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.720). Esta autora, de resto, já deixou elaboradas as biografias de Dom Mem Garcia e dos irmãos, pelo que, de um modo geral, nos limitaremos a seguir as suas informações.

[70] Subscrevemos inteiramente os argumentos aduzidos por Leontina Ventura a propósito da ordem de nascimento dos filhos de Garcia Mendes: Mem, João, Gonçalo e Fernão (L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.710-711).

casa, pela morte prematura de seu primo, Dom Mendo Gonçalves II, recebendo ainda os bens detidos pelos seus tios Vasco e Rodrigo Mendes, como o demonstram os dois excertos do *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* acima transcritos (vd. IX12 e IX13). Falecido em meados de 1255, não se sabe onde foi sepultado. Foi c.c. **TERESA ANES DE LIMA**[71], de quem teve:

X2 - GONÇALO MENDES DE SOUSA III, rico-homem de D.Afonso III, foi tenente de Panóias (1256-1262) e de Évora (1261-1262)[72]. Destinado, pelo nascimento, a continuar a chefia da casa de Sousa, viu-se afastado dela devido ao seu temperamento belicoso[73] mas, sobretudo, desregrado. Com efeito, e a crer nos nobiliários medievais, terá violado a sua própria irmã, **MARIA MENDES DE SOUSA II**, o que o levou a abandonar o reino, acompanhado por alguns vassalos, entre eles Fernão Lopes Gato, *que se foi com dom Gonçalo Meendez aalem mar, quando roussou dona Maria Meendez sa irmãa* (*LL*60C4). Exilado, a partir de 1262 - não se sabe se, e quando, voltou ao reino - veio a falecer antes de 1286[74] sem descendência. Está, quanto a nós, sepultado no mostº de Pombeiro[75].

X3 - JOÃO MENDES DE SOUSA, que foi senhor da honra de Lalim[76], não

[71] Filha de João Fernandes de Lima I e da célebre *Ribeirinha*. Algumas informações sobre esta Dona encontram-se em J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.201.

[72] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.716.

[73] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.717.

[74] A.B.FREIRE, *1906b*, p.119 - nota 1 (mas sem aduzir argumentos).

[75] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.202. Continuamos convencidos, tal como anteriormente, de que o túmulo que se encontra em Pombeiro, com jacente e as armas dos Limas, ou dos da Ribeira, lhe pertence. Esta nossa hipótese de identificação, sem ser totalmente contrariada, foi ultimamente questionada com o argumento de que, no século XIII, o panteón dos Sousas era o mostº de Alcobaça (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.717). De facto foi-o, mas para um número restricto de membros da família: os irmãos Gonçalo Mendes II, Garcia Mendes II e Rodrigo Mendes. Por outro lado, Vasco Mendes, irmão dos três anteriores, foi sepultado em Pombeiro; para a geração seguinte só se sabe que Dom João Garcia está sepultado em S.João de Tarouca - aquela autora afirma que Dom Gonçalo Garcia foi sepultado em Alcobaça (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.711), mas desconhecemos qual a fonte dessa informação; o mesmo se diga para a geração seguinte, a de Dom Gonçalo Mendes III e dos seus primos, para a qual apenas se sabe que Estêvão Anes, tal como os seus pais, foi sepultado de Tarouca. Ou seja, e com segurança, durante o século XIII só quatro elementos da família, falecidos nos meados da centúria, foram sepultados em Alcobaça. E, continuamos a insistir: será credível que um indivíduo exilado, que desonrou o nome e a *casa*, e que dela foi deserdado, viesse, depois de falecer, no reino ou no exílio, a ser sepultado junto dos reis?

[76] As Sentenças de 1290 referem que, no tempo de D.Afonso III, Dom João Mendes "tirara" o porteiro da quintã de Lalim, que era honra antiga e tinha sido de Dom Mem Garcia, metendo aí os seus juíz e chegador

casou nem teve descendência (*LL*22G12).

X4 - MARIA MENDES DE SOUSA II, que, como acima vimos, foi "roussada" por seu irmão **GONÇALO MENDES DE SOUSA III**, casou depois com Lourenço Soares de Valadares (Vd. VALADARES)[77].

X5 - CONSTANÇA MENDES DE SOUSA, que c.c. Pero Anes Portel (Vd. ABOIM-PORTEL)[78].

X6 - TERESA MENDES DE SOUSA, foi abad[a] de Lorvão (*LL*41L5). Barregã de **D.AFONSO III**, foi por este contemplada com a doação - feita em Lisboa, na presença de toda a cúria - de Souto de Rebordões, com todos os seus termos e padroados[79]. Em 1275 doou a sua irmã Constança todos os bens que tinha recebido da parte de seus pais[80]. Ainda vivia em 1292, quando pediu ao rei a legitimação do bastardo que tivera de Pero Afonso Ribeiro (Vd. RIBEIRO).

IX6 - JOÃO GARCIA DE SOUSA, *O Pinto de Alegrete*, aparece na corte de D.Sancho II a partir de 1239 e, tendo colaborado na reconquista do Alentejo, é possível que nessa altura recebesse do rei, como paga da sua ajuda, o senhorio de Alegrete[81]. Tal como os seus irmãos, também apoiou a subida ao trono de D.Afonso III, sendo rico-homem da sua corte com o exercício das tenências da Guarda (1247-1250)[82], de Lamego (1248-1253)[83], de Pinhel (1248-1252)[84], de

(ANTT, *Gavetas*, VIII-3-7 (Perg.17).

[77] Deste matrimónio teve uma única filha a qual, ao casar com Martim Afonso Chichorro I, bastardo de D.Afonso III, deu origem a um dos ramos - Sousas Chichorros ou Sousas do Prado - que continuou o uso do apelido Sousa (Vd. FAMÍLIA REAL).

[78] Também por este casamento se perpetuou o uso do apelido Sousa, através da aliança de uma filha deste casal, Maria Pires da Ribeira (Portel) com Afonso Dinis, outro bastardo de D.Afonso III, que originou o ramo conhecido por Sousas de Arronches (Vd. FAMÍLIA REAL).

[79] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.15v° (doc. de 4 de Jun. de 1254).

[80] *LBJP*.CCXII (doc. de 12 de Fev., feito no most° de Lorvão).

[81] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.719.

[82] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1017.

[83] Referido por L.VENTURA a partir de 1250 (*1992*, vol.II, p.1023), mas é natural que já o fosse anteriormente (A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, pp.252-253).

[84] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1021.

Trancoso (1247-52)[85], e de Benviver (1252)[86]. Neste reinado, mas em data que se desconhece, foi encarregue de fazer uma inq. sobre os limites de um reguengo sito no j. de Valadares[87]. Para além do senhorio de Alegrete, teve algumas honras na região de Lamego (Mós, Caria, etc.), talvez por via matrimonial[88]. Falecido antes de Junho de 1254[89], foi sepultado no most° de Tarouca, tal como a sua mulher[90], **URRACA FERNANDES DE LUMIARES II**, de quem teve:

X7 - ESTÊVÃO ANES DE SOUSA, rico-homem da corte de D.Afonso III, foi tenente de Chaves entre 1265 e 1272[91]. Figura um pouco apagada, assoma apenas, talvez, pelo seu casamento com **LEONOR AFONSO**, filha bastarda do monarca[92]. Esta aliança com a família real, porém, não deu frutos, e Dom Estêvão Anes faleceu, sem descendentes, entre Maio e Dezembro de 1272, sendo sepultado, junto de seus pais, no most° de Tarouca[93].

X8 - ALDARA ANES DE SOUSA, que c.c. Gomes Gonçalves Girão (Vd. GIRÃO).

---

[85] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1024.

[86] A de Lamego poderá mesmo ter sido exercida a partir de 1248 (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.719). Quanto à de Benviver, um doc. de Março de 1252, relativo a um aforamento de uma herdade reguenga, sito no l. de Casal do Mato, no t. de Benviver, refere-o como *dominus terrae* (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°2, fl.22v°).

[87] Informação prestada em 1284, no âmbito da constituição da póvoa de Caminha (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.85v°).

[88] *GEPB*.XI.204 e XXIX.895.

[89] Nesta data a sua viúva, acompanhada pelos filhos, fez uma composição com S^a^ Cruz de Coimbra para resolver alguns conflitos de limites e divisões entre os termos de Alegrete e de Arronches (L. VENTURA, *1992*, vol.II, pp.719-720).

[90] A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, p.253.

[91] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.705.

[92] Leontina VENTURA já reuniu os elementos disponíveis sobre este matrimónio, como também elaborou a biografia daquela bastarda régia (*1992*, vol.II, pp.706-707 e 545-548, respectivamente). Este matrimónio reveste-se de um significado especial, já que se trata do primeiro passo dado por D.Afonso III para controlar a poderosa e rica casa de Sousa, da qual Estêvão Anes era um dos herdeiros. Por morte deste, sem filhos, a casa passou para as mãos do tio, Dom Gonçalo Garcia de Sousa, que a seguir casou com Leonor Afonso, viúva do sobrinho. Por morte de Dom Gonçalo, também sem filhos, a estratégia régia de envolvimento à casa de Sousa continuou, como já tivemos oportunidade de referir (vd. FAMÍLIA REAL).

[93] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.707.

X9 - ELVIRA ANES DE SOUSA, que c.c. Guterre Soares Teles (Vd. TELES).

X10 - MARIA ANES DE SOUSA, encontra-se referida como abad[a] de Lorvão entre 1282 e 1287[94]. Tendo herdado de seus pais uma parte do senhorio de Alegrete, à qual acrescentou uma outra por morte de Dona Sancha, sua irmã, de tudo fez doação em 1282[95]. Não sabemos em que data faleceu.

X11 - SANCHA ANES DE SOUSA, monja em Lorvão, faleceu antes de Fev. de 1282.

IX7 - *Gonçalo Garcia de Sousa*, que segue;

IX8 - FERNÃO GARCIA DE SOUSA, *O Esgaravunha*, foi rico-homem de D.Sancho II e de D.Afonso III, detendo as tenências de Gouveia (1224), de Celorico (1230) e da Maia (1250)[96]. Além do mais, foi também trovador[97] e, a fazer fé nos livros de linhagens, foi *o que trobou bem* (*LL*22F11). Presente na corte de D.Sancho II entre 1224 e 1230, é possível que depois deste ano se tivesse ausentado do reino, no qual já se encontrava aquando da crise de 1245-1248, surgindo ao lado dos seus irmãos no partido que apoiou as pretensões do *Bolonhês*[98]. Presente na corte de D.Afonso III entre 1248 e 1251, terá falecido entre este último ano e 1256[99]. Foi c.c. **URRACA ABRIL DE LUMIARES**, prima-direita da mulher de seu irmão João Garcia, da qual não teve filhos (*LL*22J12).

---

[94] ANTT, *Sala 25 - Most[o] de Lorvão*, gav.5, m[o]7, n[o]17 e gav.2, m[o]14, n[o]17, respectivamente.

[95] A 19 de Fev., no most[o] de Lorvão, fez doação a Dom Mem Rodrigues Rebotim, Porteiro-mor do rei, e a sua mulher, Dona Estevainha Pires de Alvarenga, todos os bens (herdades, casas, vinhas e moinhos) que possuia na vila, castro e termo de Alegrete, os quais tinha herdado de seus pais, bem como da parte de sua falecida irmã; Dom Mem Rodrigues ficava obrigado a dar ao most[o] seis casais povoados e a ganhar em juízo, ou fora dele, os ditos bens (ANTT, *Sala 25 - Most[o] de Lorvão*, gav.5, m[o]7, n[o]17 - doc. testemunhado por Rodrigo Afonso e Pero Afonso Ribeiro e por Martim Pires de Alvarenga, cav[o]s.). O doc. não o explicita, mas é muito provável que existisse um litígio pela posse do senhorio de Alegrete, com o conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa, tio de Dona Maria.

[96] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.707.

[97] A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.340-341.

[98] A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.340 e L.VENTURA, *1992* , vol.II, p.708. A sua participação nos sucessos que levaram ao exílio de D.Sancho II ficou marcada pelo conhecido episódio de Trancoso, que o opôs a Dom Martim Gil de Soverosa, valido do rei deposto (*Cr.1344*.IV.239-241).

[99] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.709.

IX9 - PERO GARCIA DE SOUSA, *Albuia* (*LL*22F11 e *LD*5A2), figura praticamente ausente da documentação conhecida. De concreto, apenas se sabe que já tinha falecido em 1236, ano em que os seus pais fizeram, por sua alma, uma doação ao most° de Salzedas[100]. No entanto, e se a identificação por nós proposta anteriormente estiver correcta, poderá ter falecido na Catalunha ao serviço do Infante Dom Pedro Sanches, de cuja casa fez parte, juntamente com o seu irmão Gonçalo Garcia, entre 1229 e 1231[101]. Não lhe é conhecida qualquer aliança matrimonial ou descendência.

IX10 - SANCHO GARCIA DE SOUSA, somente referido por um dos nobiliários medievais o qual afirma que, de uma barregã, teve um filho bastardo (*LV*1Y9):

X13 - FERNÃO SANCHES DE SOUSA, sobre quem nada mais soubemos.

IX11 - MARIA GARCIA DE SOUSA, que foi barregã de Gil Sanches (Vd. FAMÍLIA REAL).

IX7 - GONÇALO GARCIA DE SOUSA I, rico-homem das cortes de D.Afonso III e de D.Dinis, de quem foi Alferes-mor entre 1255 e 1285, e ainda tenente de Barroso (1250-1254), de Neiva (1254-1279), de Celorico de Basto (1263) e de Sousa (1280-1284), usando, a partir de 1276, do tratamento de **Conde**, numa inequívoca demonstração de *distinção* régia perante a restante nobreza cortesã[102]. Por morte do seu sobrinho Estêvão Anes (X7), assumiu por inteiro a chefia da casa de Sousa, passando a deter um património territorial -para além do político e simbólico - que claramente se destacava do conjunto dos seus pares[103]. Como se isso não chegasse, e como Leontina Ventura já destacou, o seu casamento com **LEONOR AFONSO**, bastarda de D.Afonso III e viúva daquele seu sobrinho, projectou-o, e à sua linhagem, para *uma nova dimensão*[104]. E, de facto, a figura de Dom Gonçalo Garcia - conde,

[100] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, pp.154-155.

[101] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*, p.138.

[102] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.709. Também foi trovador, tal como seu pai e o seu tio Fernão Garcia, demonstrando uma clara ligação desta linhagem no âmbito da cultura trovadoresca (A.R. OLIVEIRA, *1994*, pp.354-356).

[103] Sobre o património territorial deste rico-homem, v.g. L.KRUS, *1989b*, e L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.711-715.

alferes-mor, rico-homem, genro e cunhado de reis - não encontra paralelo.

Nascido na primeira década de duzentos, surge pela primeira vez em 1232[105], não se destacando muito até à crise de 1245-1248, sendo até provável que se tenha ausentado, *de novo*, do reino[106]. Tal como os seus irmãos, também tomou o partido do *Bolonhês*, não deixando, a partir de 1250, de se acentuar a sua ascenção política e de prestígio. Faleceu depois de 12 de Abril de 1285[107], e antes de 11 de Março de 1286, data em que Dom Martim Gil de Riba de Vizela I surge pela primeira vez com a alferesia-mor[108]. Por sua morte, sem descendência legítima, a imensa fortuna dos Sousas foi partilhada por vários herdeiros, entre os quais se destacam as suas sobrinhas Maria Mendes e Constança Mendes (X4 e 5). Teve, porém, de uma ligação ilegítima anterior ao seu "régio" enlace, um filho bastardo:

X12 - *João Gonçalves de Sousa*, que segue;

X12 - JOÃO GONÇALVES DE SOUSA, conhecido através dos livros de linhagens (*LL*22F12), mas também pela documentação coeva, onde é sempre referido como *o filho do Conde*. Nascido por volta de 1250, teve bens no j. de Ponte de Lima, concretamente na fg. de Brandara[109]. Em 1293 era acusado de não pagar as rendas

[104] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.709. As circunstâncias do seu matrimónio - ocorrido a 11 de Maio de 1273 e quando Dom Gonçalo Garcia já estaria próximo dos 60 anos - são também abordadas por esta autora (pp.546-547).

[105] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.715. Se a identificação que anteriormente propuzemos, relativamente a seu irmão Pero Garcia, estiver correcta teria, então, regressado há pouco tempo da Catalunha (vd. nota 101).

[106] É esta, pelo menos, e parece-nos que com bons argumentos, a convicção de António Resende de Oliveira (*1994*, p.355).

[107] Data da concessão de c. de foral a Torre de Moncorvo, que confirma como alferes-mor (ADB, *Gav. das Notícias Várias*, nº15, ref. por J.A.S.PIZARRO, *1993*, p.95 - nota 30). O facto deste doc. não se encontrar transcrito nos livros de chancelaria de D.Dinis, tem levado todos os autores a colocar a morte de Dom Gonçalo no ano de 1284, em virtude de ser de 24 de Jul. desse ano o último doc. da chancelaria régia em que ele figura como confirmante (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.108v°-110). De resto, existe uma informação, mas sem ser documental, que o refere vivo ainda em 19 de Junho de 1284, data em que fez uma doação ao most° de Santo Tirso (*BL*.II.33-34).

[108] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.162-163v°. De resto, esta cronologia articula-se melhor com a do início do processo de inquirição feita aos bens do falecido alferes-mor - 5 de Dezembro de 1286 (L.KRUS, *1994*, p.59) - ou seja, no próprio ano da sua morte, e não depois de decorridos mais de dois anos sobre aquela. O seu falecimento deu origem a um importante litígio, no qual intervieram algumas das principais figuras da corte dionisina, e onde D.Dinis teve um papel de grande destaque e de enorme significado político (L.KRUS, *ob. cit*).

[109] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.711.

devidas por umas herdades do cabº de Braga que trazia emprazadas, segundo constava de um rol de acusações enviado pelo monarca ao meirinho-mor d'Além Douro, a pedido daquele cabº[110]. Não se sabe se legítimos ou não, teve os seguintes filhos[111]:

XI1 - *Gonçalo Garcia de Sousa II*, que segue;

XI2 - **ÁLVARO ANES DE SOUSA**, apenas conhecido por uma referência dos livros de linhagens (*LL*22F13).

XI3 - **CONSTANÇA ANES DE SOUSA**, omitida pelos nobiliários, foi monja em Lorvão, sendo autorizada pela sua abadª, em 1320, a deixar à sobrinha, Guiomar Gonçalves, uma herdade no t. de Mortágua e os bens que possuia em Barqueira e no Viso[112].

XI1 - **GONÇALO GARCIA DE SOUSA II**, cavº referido pelos nobiliários (*LL*22F13), com o mesmo nome que o Conde seu avô e, na verdade, o último varão da linhagem de Sousa. Dele apenas sabemos que vivia ainda em 1324 e que teve uma filha, atrás citada[113]:

XII1 - **GUIOMAR GONÇALVES DE SOUSA,** que tinha a varonia e o apelido *de Sousa*, e... alguns bens em Mortágua. Os outros bens, as honras, os coutos, as maladias, as naturas, os testamentos e os padroados da Casa de Sousa, esses, eram na mesma altura detidos pelos seus primos, de origem bastarda como a sua, mas em cujas veias corria misturado o sangue real. Era, de facto, uma outra *dimensão*.

---

[110] ADB, *Gav. dos Coutos e das Honras*, nº6.

[111] Um criado no l. de Bouça, na fg. de Calheiros (j. de Ponte de Lima), e outro na herdade do Penedo, na fg. de Formoriz, no j. de Froião (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.81, e Lº4, fl.78, respectivamente).

[112] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Lorvão*, gav.5, mº3, nº3 (doc. de 1 de Set.). Deste diploma foi feito um treslado em 1324, a pedido de Gonçalo Garcia II (IDEM, *ibidem*, gav.5, mº3, nº5), o que poderá significar que Constança Anes faleceu nesse ano.

[113] Vd. nota anterior.

NOTAS À ÁRVORE GENEALÓGICA DOS SOUSA-MOELA

a) Muito embora os livros de linhagens medievais, nomeadamente *LV* e *LL*, indiquem algumas gerações anteriores, é este o primeiro indivíduo que a maioria dos autores aceita documentalmente ligado à família. Foi irmão de Santa Senhorinha de Basto.

b) Não se conhecem docs. que o refiram (J.MATTOSO, *1982a*, p.47). Quanto à filiação de sua mulher, ela é proposta, com bons argumentos, na *GEPB*.XXIX.891 e 896.

c) Teve bens em Pombeiro e em Idães (*GEPB*.XXIX.893).

d) Casamento e descendência documentados em 1072 (*GEPB*.XXIX. 893).

e) Sobre a identidade de Gontinha Gonçalves, cfr. *GEPB*.XXIX. 896.

f) Co-proprietário com o seu irmão de uma herdade situada junto a Guimarães (J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.159).

g) Em *LD* e em *LL* é referida como Ouroana e, em *LV*, ora como Gontinha ora como Guiomar. A versão Gontinha parece ser a documentalmente mais correcta (vd. J.MATTOSO, *1981*, p.192).

h) Mor, em *LV*1BC7.

i) Alferes-mor de D.Afonso Henriques entre 1138 e 1141, é proposto como irmão de Soeiro e de Gonçalo por J.MATTOSO (*1982a*, p.49).

j) Ref. por A.A.FERNANDES (*1990a*, p.204).

4.3. BRAGANÇA
> CHACIM-BOCARRO

Quando o *Livro Velho de Linhagens* enumera as cinco linhagens consideradas mais importantes da nobreza portuguesa, ordena-as começando pelos Sousãos seguindo-se, por ordem, Bragançãos, Maias, Baiões e Riba Douro. Assim, e partindo do princípio de que o organizador daquele nobiliário as pretendeu ordenar segundo uma determinada hierarquia, a família que agora passaremos a analisar ocupava um prestigiante segundo lugar. Essa posição, contudo, não deixa de causar alguma estranheza, uma vez que a colocava à frente de outras aparentemente mais "cotadas", sobretudo a da Maia, a quem o autor pretendeu dar um destaque especial[1].

Tentemos, então, perceber qual a razão que levou àquele posicionamento. O critério seguido não terá sido o da antiguidade de cada linhagem, uma vez que, se ele poderia ser válido para justificar a localização dos Sousas à cabeça da lista, não o era seguramente para os Bragança, porventura a mais recente das cinco linhagens.

Assim sendo, o critério teria de ser outro e, quanto a nós, parece que o próprio texto do "Prólogo" do *Livro Velho de Linhagens* o define: a alegada origem régia dos Bragança - *A segunda parte, dom Alam, que foi clerigo filho d'algo e filhou a filha do rei de Armenia (...) e fege nela dous filhos donde vieram os linhagens dos Bragançãos*. Como é óbvio, poder-se-à argumentar que os da Maia também a tinham, como o mesmo "Prólogo" refere - *A terceira geraçom foram os da Maia (...) e como eles vierom directamente do mui nobre e muito alto senhor dom Ramiro* -, mas continua, afirmando que *eles* [os da Maia] *consograram com os Bragançãos*; ou seja, o autor que pretendia, como vimos, exaltar a memória da linhagem da Maia, justifica o prestígio desta pela origem régia e pelo facto de se terem aliado com os Bragança os quais, além disso, a precediam na hierarquia estabelecida por aquele mesmo autor.

Mesmo prescindindo do carácter lendário da origem régia através da princesa arménia,

---

[1] J.MATTOSO, *1982b*, pp.500-509.

ainda para mais ilegítima, o facto não nos parece suficiente, por si só, para guindar os Braganças ao lugar referido. No entanto, essa ligação ao sangue real não foi um caso isolado, uma vez que teve continuidade imediata através dos matrimónios de Fernão Mendes I e do seu neto homónimo, respectivamente com uma filha e uma neta de Afonso VI de Leão e Castela, *o que ganhou Toledo*[2]. Deverá residir nesta dupla aliança com o sangue de uma figura verdadeiramente mítica, como a do Imperador Afonso VI[3], o prestígio que a linhagem ainda detinha no final do século XIII.

Aliada ao prestígio da origem régia, não podemos esquecer a importância política e estratégica dos Braganças em relação a Portugal, pelo facto de controlarem uma vasta área fronteiriça com o reino de Leão, ao qual a zona de Bragança e aquela linhagem estavam originariamente associadas[4]. Não admira, assim, que os Braganças estivessem espiritualmente ligados quer ao mostº leonês de Moreruela quer ao mostº de Castro de Avelãs, como também não surpreende que o prestígio e a localização estratégica da linhagem se reflectissem na influência política de alguns dos seus membros, quer de um quer do outro lado da fronteira[5].

Parentes de reis, senhores incontestados de um vasto território[6], aliados matrimonialmente com algumas das mais importantes linhagens, tenentes, mordomos e alferes-mores, desde o último quartel do século XI até ao primeiro quartel do século XIII que os Braganças se assumem como uma das mais poderosas linhagens da nobreza portuguesa. O século XIII, porém, e a exemplo do que sucedeu com outras linhagens com grande protagonismo na centúria anterior, também assistiu à sua decadência.

Como explicá-la? Alguns autores já avançaram uma ou outra causa, nomeadamente o facto de os Braganças não terem adoptado a estrutura linhagística e de terem mantido o sistema de partilha hereditária dos bens; por outro lado, certos fenómenos biológicos, como a falta de descendência e as quebras de varonia, ou comportamentos - incesto ou bastardias - também teriam concorrido para essa decadência[7]. O resultado mais expressivo deste

---

[2] *LD*12A2. Chamamos à colacção o *Livro de Linhagens do Deão* e o seu título XII, relativo aos de Bragança, uma vez que é muito provável que o seu autor tenha tido acesso à parte perdida do *Livro Velho de Linhagens* que tratava dos Braganções, Baiões e Riba Douro (*LV*, "Introdução", p.14).

[3] L.KRUS, *1989*, p.41.

[4] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.186.

[5] Para as carreiras das gerações anteriores a Pero Fernandes I, ver as notas à árvore genealógica dos Braganções.

[6] Sobre a constituição do seu património, vg. J.MATTOSO, *1982*, p.72.

[7] J.MATTOSO, *1982a*, pp.67-68.

processo, e habitualmente referido, seria a extinção da família e a passagem da sua representação, por via feminina, para os de Chacim.

Contudo, parece-nos que algumas questões merecem uma maior atenção, sobretudo porque talvez levem a matizar as causas apontadas. Numa das sínteses elaboradas por José Mattoso sobre esta família, afirma-se que *apesar da importância de que os Braganções gozaram na corte durante todo o reinado de Afonso Henriques e de Sancho I, devem ter-se afastado dela desde os primeiros anos do século XIII e entraram rapidamente em decadência, perdendo toda a reputação desde o reinado de Afonso III*[8]. Com efeito, e quase sem interrupções, os senhores de Bragança surgem na documentação régia até 1205, não voltando aí a surgir até ao final do reinado de D.Sancho I[9]. Quanto à decadência, porém, não nos parece tão repentina nem que possa ser apenas explicada pelas razões acima referidas. Deverão também ser equacionados os factores de natureza política e de antagonismo entre linhagens, e é até provável que neles resida a perda de reputação sofrida pelos Braganças[10].

Na verdade os senhores de Bragança não desaparecem da corte, definitivamente, em 1205, uma vez que Fernão Fernandes ali volta a surgir em 1218 como tenente de Bragança (1218-1232) e de Panóias (1218/1226-1229), chegando mesmo a atingir o cargo de alferes-mor em 1225-1226. Ora, tendo em conta que ele já tinha sido governador daquelas duas terras, respectivamente em 1192-1204 e em 1197-1202, e que os seus dois tios, Garcia e Vasco Pires, desaparecem *simultâneamente* da corte em 1205[11], somos levados a colocar a hipótese de ter havido um afastamento "político", até porque é conhecida a presença de Fernão Fernandes ao serviço de Afonso IX de Leão a partir de 1206[12].

A questão que se levanta, porém, é a de saber se esse afastamento resultou de um conflito com D.Sancho I, ou antes da rivalidade que, quase seguramente, deveria opor os Braganças aos Sousas, linhagem toda-poderosa até ao final do reinado daquele monarca, e uma das principais protagonistas dos sucessos políticos ocorridos após a sua morte.

A nossa suspeição quanto a um possível antagonismo entre as duas linhagens assenta

---

[8] J.MATTOSO, *1982a*, p.68.

[9] As referências a cargos e às cronologias respectivas serão indicados nas biografias ou nas notas à árvore genealógica dos Braganções.

[10] É possível que a memória da família tivesse sido reabilitada no reinado de D.Dinis, atendendo ao que ficou dito sobre o posicionamento dos Braganções no "Prólogo" de *LV*, e à qual talvez não fosse estranha a figura do mordomo-mor Dom Nuno Martins de Chacim.

[11] Evidentemente que poden ter falecido no mesmo ano, mas não deixa de ser uma coincidência.

[12] J.GONZALEZ, *1944*, vol.II, doc.205.

nos seguintes factores: em primeiro lugar, a inexistência de alianças matrimoniais entre as duas linhagens[13], o que é tanto mais de estranhar quanto as suas áreas de influência territorial eram vizinhas; ou, pelo contrário, não terá sido essa vizinhança que provocou aquela rivalidade? Quando acontece o célebre episódio que opõe Fernão Mendes II, *o Bravo*, a D.Afonso Henriques, Sancho Nunes de Barbosa e Gonçalo Mendes de Sousa II, por estes se rirem da nata que escorria da barba daquele, não ficou o Bragançon com a mulher de Sancho Nunes *e a terra de dom Gonçalo de Sousa, o Boo* (*LD*12A4)? Controlando os Braganças as terras de Chaves e de Bragança, não seriam um poderoso e "incómodo" vizinho às portas das terras controladas pelos Sousas?

Esta questão leva-nos ao segundo factor: as tenências. Já vimos que Fernão Fernandes se ausentou do reino, provavelmente a partir de 1204. Quando regressa, em 1218, recebe de D.Afonso II as tenências de Bragança e de Panóias. Ora, enquanto que a entrega da primeira é quase "natural", já a segunda nos parece uma "intromissão" do senhor de Bragança na área de influência dos Sousas, opositores declarados do monarca[14].

O terceiro, e último factor prende-se com a extinção da linhagem e, como já referímos, a transmissão da sua representação por via feminina; na verdade, independentemente da extinção ser ou não verdadeira, é um facto que durante a segunda metade do séc. XIII são os de Chacim que aparecem como proprietários da *maior* parte dos bens dos antigos senhores de Bragança, chegando mesmo a possuir aquela tenência. A questão, porém, não parece simples, uma vez que a linhagem, quanto a nós, não se extinguiu e, logo, não se pode explicar por este motivo aquela transmissão. Razão que nos obriga, de novo, a procurar uma explicação através das circunstâncias políticas.

Vejamos, em primeiro lugar, a questão da extinção da linhagem. É verdade que Fernão Fernandes de Bragança não deixa descendentes -sendo até provável que não se tenha casado - e quando morre, talvez em 1232, é substituido na tenência de Bragança, entre 1233 e 1236, por Vasco Mendes de Sousa; mas, logo em 1237-1238 surge à frente daquela tenência Fernão Garcia de Bragança[15], primo-direito daquele, e que apenas teve um filho bastardo,

[13] Como se pode ver pela análise da árvore genealógica respectiva, aliaram-se com os da Maia, de Baião e de Riba Douro.

[14] Não deixa de ser significativa a sucessão dos senhores desta tenência - Fernão Fernandes (1218), Rui Mendes de Sousa (1220-1224), Fernão Fernandes (1226-1229) e Vasco Mendes de Sousa (1229-1235) (L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1012-1013) - onde parece vislumbrar-se uma guerra surda pela sua posse. E, note-se, que depois de Fernão Fernandes a recuperar em 1226, sendo alferes-mor, e a manter até 1229, não a abandonou por morte, uma vez que se manteve à frente do governo de Bragança até 1232.

[15] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.626 e 1010 - nesta última, e seguramente por lapso, confundido com o homónimo da linhagem de Sousa, o qual nunca foi tenente de Bragança (cfr. *ibidem*, pp.707-709). Foi Fernão Garcia de Bragança que armou cav° Nuno Martins de Chacim.

Pero Fernandes II. A questão da transmissão do património por-se-ia, assim, entre bastardos: este último que referimos, e os dois filhos bastardos de Nuno Pires, Rui Nunes e Fruilhe Nunes, mãe de Nuno Martins de Chacim[16]. Não tendo o primeiro descendentes compreendia-se bem a referida transmissão para os de Chacim.

Todavia, existia um herdeiro legítimo, e não nos ocorrem outros argumentos senão os de natureza política, para explicar a exclusão de Gonçalo Nunes de Bragança. Filho de Nuno Vasques, e neto materno do mordomo-mor Pero Anes da Nóvoa, é muito provável que tenha alinhado com o partido fiel a D.Sancho II, parcialidade que explicaria o seu exílio em Castela, onde viria a participar na conquista de Sevilha e a beneficiar do respectivo *repartimiento*[17]. No reino castelhano, onde contaria com o apoio de vários parentes[18], terá vivido longos anos, surgindo mesmo na corte no final do reinado de Afonso o Sábio. Primo e da mesma geração de Nuno Martins de Chacim, nada terá conseguido fazer para evitar que este, com todo o valimento de D.Afonso III e de D.Dinis, se apoderasse da representação e da maior parte do património dos antigos senhores de Bragança[19].

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

O texto genealógico que se segue começa com os filhos de Pero Fernandes de Bragança I, antepassado comum dos indivíduos que atingiram o período dionisino, tanto dos de Bragança como dos de Chacim[20].

---

[16] Algum diferendo deve ter havido entre estes dois ramos, quem sabe se por questões de herança, uma vez que Pero Fernandes matou Rui Nunes (*LV*2U8), e talvez por isso tenha fugido para Marrocos, onde morreu (*LL*1G10).

[17] H.DAVID, *1986*, p.15.

[18] Note-se que Teresa Garcia e Elvira Garcia, primas-direitas de Nuno Vasques, casaram em Castela, bem como a própria irmã de Gonçalo Nunes.

[19] No entanto, e como veremos, as Inq. de 1258 referem várias vezes os dois primos a partilhar alguns bens.

[20] Convirá aqui referir que, em relação a estes últimos, abriremos uma excepção relativamente a um dos princípios metodológicos que propusemos no início, ou seja, o de não desenvolver, dentro de cada família, os ramos de origem feminina, sendo este o caso dos de Chacim, como já várias vezes se referiu. Tendo em conta, porém, que esta linhagem, por um lado, acabou por se assumir como a sucessora dos Braganções e que, por outro, só é conhecida a partir da aliança de Martim Pires de Chacim com Fruilhe Nunes de Bragança, pareceu-nos que a excepção se justificava atendendo à importância dos de Chacim durante o período dionisino.

Pero Fernandes de Bragança I está documentado nas cortes de D.Afonso Henriques e de D.Sancho I entre 1169 e 1194, tendo sido mordomo-mor do primeiro desde 1169 até 1175[21]. Várias vezes referido pelas Inq. de 1258, são de salientar as importantes doações com que beneficiou a O. do Hospital[22], as quais foram feitas na companhia de sua mulher, a condessa Dona Fruilhe Sanches de Barbosa[23], de quem teve:

VII1 - GARCIA PIRES DE BRAGANÇA I, *o Ledrão*[24], encontra-se referenciado na corte de D.Sancho I entre os anos de 1186 e de 1205[25]. A proximidade com o monarca está bem patente nas doações que dele recebeu[26]. Tal como seu pai, também fez doações aos freires do Hospital[27]. Foi c.c. **GONTINHA SOARES DE TOUGUES**, *Carnes Más*, de quem teve:

VIII1 - PERO GARCIA DE BRAGANÇA, ausente dos diplomas régios, mas referido nas Inq. de 1258 pelas suas violências[28]. A rudeza do seu carácter

---

[21] J.MATTOSO, *1982a*, pp.66-67.

[22] *PMH-Inq.*, pp.1268 e 1269 (ver outras doações à mesma Ordem em *GEPB*.XXXVII.760). Teve o couto de Sambade no j. de Alfândega da Fé, que recebera de seu pai, o que ainda era recordado pelas Sentenças de 1290 (ANTT, *Gavetas*, VIII-4-2, Pergs.1-2).

[23] O tratamento de condessa é expressamente referido a propósito de uma das doações referidas: *Domno Petri Fernandi bragantiano vetus et de uxore sua comitissa* (*PMH-Inq.*, p.1269).

[24] Com efeito, parece-nos muito mais lógica a designação de **Ledrão**, com o significado de "senhor da terra de Ledra" (*GEPB*.XXV.541) - com paralelos em Bragança ou em Sousão - do que **Ladrão**, alcunha pejorativa que é referida pelos livros de linhagens (*LV*1F9 e 2U8; *LL*24A3 e 38B6), e que pode muito bem ser uma deturpação daquela (em *LD*12A6 chamam-lhe **Veirom**, talvez por confusão com o seu irmão Vasco Pires). Aliás, aquando das Inq. de 1258, momento favorável para se registarem as suas "rapinagens", nem uma só se refere e vem sempre designado como *Domno Garcie Petri bragantiano* (*PMH-Inq*, p.1267). De resto, e a ser alcunha, ela assentaria bem melhor a Dom Nuno Martins de Chacim, como claramente o demonstra aquele inquérito.

[25] J.MATTOSO, *1982a*, p.67. Em 1196 é referido como mordomo de Afonso IX de Leão (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.339).

[26] Castro, Algariz e Midões, vilas da fg. de Sª Mª de Sucçães, no j. de Mirandela e de Ledra (*PMH-Inq.*, p.1267). Neste mesmo j., mas na fg. de SªMª de Nuzelos, tinha comprado todos os casais foreiros no tempo do mesmo monarca (*Ibidem*, pp.1269-70). Foi honra sua a fg. de Barreiros, no actual c. de Valpaços (*GEPB*.XXXVIII.832-3).

[27] Em 1258 pertenciam aos hospitalários dois terços da fg. de S.Mamede de Guide (j. de Mirandela e de Ledra), por doação de Dom Garcia Pires (*PMH-Inq.*, pp.1268-9).

[28] Segundo os inquiridos da fg. de Sª Marinha de Mirandela, fazia mal aos homens de Mirandela que demandavam a vila de Sesulfe (*PMH-Inq.*, pp.1267-8).

ficou também patente pela violação que cometeu contra a sua irmã, **MOR GARCIA DE BRAGANÇA** (*LL*24E4); casou, provavelmente depois, com **SANCHA OSOREZ**. Tinha selo próprio, com a mais antiga, e talvez a única, representação das armas dos Braganҫãos que se conhece[29]. Daquele incesto resultou um filho:

IX1 - MARTIM PIRES TAVAIA, herdeiro, pelo menos, da violência paterna[30], possuíu alguns bens nos julgados de Sª Cruz da Vilariça e de Montenegro[31]. Falecido antes de 1258, foi c.c. **ALDONÇA PAIS MARINHO** da qual teve vários filhos, só chegando até nós o nome de uma filha, por sinal casada com um bastardo de Dom Nuno Martins de Chacim:

X1 - ALDONÇA MARTINS TAVAIA, que c.c. Rui Nunes de Chacim (Vd. CHACIM).

Do casamento de Pero Garcia com Sancha Osorez, nasceram:

IX2 - TERESA PIRES DE BRAGANÇA II, que c.c. João Martins da Maia (Vd. MAIA); foi também barregã de Lourenço Martins de Berredo (Vd.BERREDO).

IX3 - GARCIA PIRES DE BRAGANÇA II, que faleceu antes de 1252. Muito embora seja omitido pelos livros de linhagens, cremos que há boas razões para o filiar em Pero Garcia[32]. Não sabemos se casou ou

[29] M.ABRANTES, *1983b*, pp.102-103.

[30] Cometeu violências contra homens da fg. de Sª Mª de Nuzelos (hoje fg. de Arcas, no c. de Macedo de Cavaleiros), no tempo de D.Sancho II (*PMH-Inq.*, pp.1269-70, também ref. pela *GEPB*. XXXVIII. 485).

[31] No primeiro, e segundo as Inq. de 1258, tinha recebido do c. da Vilariça - para evitarem as suas violências - várias herdades reguengas, sitas no l. de Rio Merdeiro (fg. de Sª Cruz da Vilariça), que à data das inq. eram propriedade da sua mulher e dos seus filhos; no segundo, e provavelmente com Nuno Vasques (VIII7), possuíu a vila de Paranhos (fg. de S.Miguel de Nogueira), que em 1258 era partilhada pelos filhos de ambos (*PMH-Inq.*, pp.1274 e 1359, respectivamente).

[32] Com efeito, na data acima indicada, Dom Martim Fernandes, Mestre de Avis, emprazou a Fernão Fernandes Cogominho vários bens que tinham sido de Garcia Pires; a localização daqueles bens - Aguiar da Pena, Riba de Tâmega, Montenegro e terra de Bragança - articulada com a filiação expressa de Garcia Pires - "que foi filho de Dom Pero Garcia" - levam-nos a propor, com alguma segurança, a sua identificação. O facto de ter um nome idêntico ao do avô, também nos fez optar pela sua colocação, ou seja, irmão inteiro de Teresa, e não de Martim Tavaia.

se teve algum descendente[33].

VIII2 - FERNÃO GARCIA DE BRAGANÇA, rico-homem da corte de D.Sancho II, foi governador de Bragança entre 1237 e 1238[34]. Segundo os livros de linhagens, foi Dom Fernão Garcia que armou cavaleiro o seu primo Nuno Martins de Chacim (*LL*38B6)[35]. Não casou, mas teve um filho de barregã (*LV*1G10):

IX4 - PERO FERNANDES DE BRAGANÇA II, *o Bragançõo*, ou *o Pequeno*[36], é várias vezes recordado pelo texto das Sentenças de 1290 pelos bens que possuíu na terra de Bragança[37]. Uma outra memória ficou também, esta marcada pela violência: segundo o *Livro Velho de Linhagens* terá morto o seu primo Rui Nunes de Bragança (VIII12), e talvez por isso, e ainda segundo aquela fonte, veio a morrer em Marrocos[38]. Desconhecemos-lhe qualquer casamento ou descendência.

VIII3 - MOR GARCIA DE BRAGANÇA, que já referímos a propósito da sua ligação incestuosa com o irmão, Pero Garcia de Bragança, e da qual nasceu um filho (Vd. BRAGANÇA - IX1); também de uma ligação

---

[33] Atendendo ao teor do doc. referido, é provável que tivesse sido freire da O. de Avis e celibatário.

[34] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1010.

[35] A Autora cit. na nota anterior, situa essa investidura, cremos que com toda a razão, no referido período da tenência (IDEM, *ibidem*, vol.II, p.626).

[36] Das duas formas se encontra referido, a segunda das quais facilmente compreensível pela homonimia com o bisavô (ANTT, *LN - Inq. da Beira e Além Douro*, fl.127). Quanto à primeira, ainda pusemos a hipótese de os docs. que assim o referiam dizerem respeito a Pero Fernandes I; no entanto, e como veremos, a cronologia para que eles remetem - reinados de D.Sancho II e de D.Afonso III - apontam claramente para Pero Fernandes II. Por outro lado, esta forma de tratamento também permite identificar correctamente os protagonistas de uma passagem do *Livro Velho* (*LV*2U8).

[37] Assim, no j. de Torre de Dona Chama, teve a aldeia de Guide (fg. de S.Mamede de Guide); no j. de Bragança trouxera por honra, entre outros, os l. de Coelhoso e de Parada (fg. de S.Gens de Parada), e 9 casais da fg. de S.Pedro de Carção, adquiridos a um foreiro no tempo de D.Afonso III (ANTT, *LN - Inq. da Beira e Além Douro*, fls.121v°, 126v° e 127, respectivamente). A mesma fonte refere que, no tempo de D.Sancho II, tinha doado ao most° de Castro de Avelãs 1/4 da aldeia de Poço - fg. de S^{a} Mª de Rio Frio do Monte, j. de Bragança (IDEM, *ibidem*, fl.127).

[38] *LV*2U8 e 1G10, respectivamente (sobre as possíveis razões desse homicídio, vd. nota 16).

ilegítima com um cavaleiro desconhecido teve uma filha (*LV*1H10):

IX5 - N., que c.c. Pero Mendes Testa[39].

VIII4 - TERESA GARCIA DE BRAGANÇA, que c.c. Fernão Pires Manrique (Vd. MANRIQUE).

VIII5 - ELVIRA GARCIA DE BRAGANÇA, que c.c. Ordonho Álvares das Astúrias (Vd. ASTÚRIAS).

VII2 - FERNÃO PIRES DE BRAGANÇA, sobre quem não temos qualquer dado, a não ser *que foi casado com uma dona das Asturias* (*LV*2U8), de quem teve:

VIII6 - FERNÃO FERNANDES DE BRAGANÇA, rico-homem das cortes de D.Sancho I, de D.Afonso II e de D.Sancho II, como tenente de Bragança (1192-1204 e 1218-1232), de Baião (1197), de Panóias (1197-1202, 1218 e 1226-1229), e de Penaguião (1197-1202), tendo ainda sido alferes-mor daquele último monarca entre 1225 e 1226[40]. Foi também rico-homem de Afonso IX de Leão, já como *tenens* já como alferes, e mesmo como mordomo-mor do monarca leonês[41]. De entre os variados bens que possuíu, são de destacar as vilas de Vimioso e de Ifanes, que povoou[42]. O *Livro Velho de Linhagens*, o único que o refere, nada diz quanto ao seu casamento, afirmando apenas que não teve filhos (*LV*2U8). No entanto, sabe-se que já em Agosto de 1192 estava c.c. **MARIA PIRES**, com quem recebeu do monarca as vilas de Vimioso e de Sesulfe[43].

[39] Não sabemos se tiveram descendentes.

[40] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp. 992 (alferesia), 998 (Baião), 1010 (Bragança), 1012-3 (Panóias), e 1014 (Penaguião).

[41] Tenente em 1193-1194, 1204-1205, 1206-1222, alferes em 1211, e mordomo em 1219-1222 (L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.339; note-se, porém, que em 1218 ocupava as tenências de Bragança e de Panóias, o que significaria um movimentado "jogo" de influências entre os dois lados da fronteira). Saliente-se a doação que recebeu do monarca leonês em 1214 (J. GONZÁLEZ, *1944*, vol.II, doc.300).

[42] *PMH-Inq.*, pp.1282-3. É também interessante a quitação que Dom Fernão Fernandes deu, juntamente com outros herdeiros de Dom Pero Fernandes I, de uma parte da vila de Parada (fg. de S.Gens de Parada de Infanções, j. de Lamas de Orelhão), a favor dos homens daquela vila (*ibidem*, p.1303).

[43] *DS*.doc.97.

Quanto a descendência, nada conseguimos apurar[44].

VII3 - *Vasco Pires de Bragança*, que segue;

VII4 - **NUNO PIRES DE BRAGANÇA**[45], que está muito pouco documentado, sabendo-se apenas que, antes de 1208, cedera a sua irmã Sancha a parte que detinha no couto de Anta (fg. S.Martinho de Anta, c. de Sabrosa)[46]. Sendo as informações dos livros de linhagens, sobre as suas alianças, bastante incoerentes[47], optámos pela informação do *Livro Velho de Linhagens*, segundo a qual Nuno Pires não teria casado, mas que de uma barregã, **MARIA FOGAÇA**[48], teria tido:

VIII12 - **RUI NUNES DE BRAGANÇA**, *Coldre*, que apenas nos surge referido através das inquirições, quer nas de 1258 quer nas Sentenças de 1290[49]. Segundo o *Livro Velho de Linhagens*, Rui Nunes foi morto pelo

[44] Na *GEPB* afirma-se que foi pai de Lopo Fernandes de Bagueixe o qual, em 1259, tinha bens na fg. de Bagueixe, no actual c. de Macedo de Cavaleiros (vol.XXXVIII, p.762). Com efeito, temos dados para um Pero Lopes de Bagueixe, cav° que é referido pelas Sentenças de 1290 com uma quintã e uma aldeia honradas, no j. de Bragança (ANTT, *LN - Inq. da Beira e Além Douro*, fls. 129 e 130). Que este fosse filho de Lopo Fernandes não nos levanta grandes reservas, mas que ambos fossem descendentes directos daquele rico-homem é questão que, de momento, não podemos esclarecer.

[45] Também chamado **Candarem/Candarei(?)** (*LV*2U8).

[46] A.A.FERNANDES, *1991-3*, I/1, doc.691.

[47] Quer o *Livro Velho* quer o *Livro do Deão* afirmam que Nuno Pires apenas teve filhos de uma barregã - Maria Fisca (*LV*2U8) ou Maria Fogaça (*LD*12I6); só o do Conde D.Pedro refere que casou primeiro com Elvira Mendes de Riba Douro, que repudiou depois de nascer uma filha, Urraca Nunes, tomando em seguida por barregã a dita Maria Fogaça (*LL*38E6). Ora, e por várias razões, o casamento de Nuno Pires com Elvira Mendes não se efectuou: primeiro, porque esta casou com Pero Gomes Barroso (J.MATTOSO, *1981*, p.193); depois, porque a filha desse casamento, Urraca Nunes, ainda segundo o mesmo nobiliário, seria a mãe da célebre *Ribeirinha*, amante de D.Sancho I (*LL*38E7), o que faria desta prima-direita de Nuno Martins de Chacim!... Assim, preferimos a lição de *LV/LD*, o que já fora proposto por A.A.FERNANDES, (*1991-3*, I/2, p.397). Todavia, nada disto impede que Nuno Pires tenha tido uma filha, e até legítima, chamada Urraca Nunes, o que explicaria melhor os dois matrimónios de Fernão Pires de Lumiares, *Pelegrim*: um com Urraca Vasques de Bragança, filha de Vasco Pires, e outro com essa hipotética filha de Nuno Pires. Mas nunca, quanto a nós, com a mãe da *Ribeirinha* (vd. nota i) à árvore genealógica dos Braganções).

[48] Segundo *LL*38G6, Maria Fogaça seria viúva de Fernão Guedaz Guedeão e, segundo julgamos, a mãe de Fernão Fernandes Cogominho (Vd. COGOMINHO), pelo que este era tio de Nuno Martins de Chacim, parentesco que poderia ajudar a explicar a carreira deste último na corte do *Bolonhês*.

[49] Nas primeiras vem referido a propósito da vila de Parada (fg. de S.Gens de Parada de Infanções, j. de Lamas de Orelhão), na qual tivera uma parte - que lhe viera da parte de Dom Pero Fernandes I - e da qual se quitara a favor dos homens dessa vila, recebendo 20 mbs. leoneses (*PMH-Inq.*, p.1303); nas segundas - onde é referido como tio de Dom Nuno Martins de Chacim - afirma-se que tivera 1/5 da aldeia de Moredo (fg. de

seu primo Pero Fernandes II (*LV*2U8)[50]. Sabe-se também que casou e que teve filhos, mas não chegou até nós a memória dos seus nomes. De resto, dos seus filhos não seriam de esperar percursos "notáveis", uma vez que um dos livros de linhagens os refere como *companha avizimaa...* (*LL*38G6).

VIII13 - FRUILHE NUNES DE BRAGANÇA, que c.c. Martim Pires de Chacim (Vd. ***BRAGANÇÃOS*** **> CHACIM**).

VII5 - SANCHA PIRES DE BRAGANÇA, que c.c. Hermígio Mendes de Riba Douro (Vd. RIBA DOURO).

VII6 - TERESA PIRES DE BRAGANÇA I, que foi barregã do Infante Afonso de Molina (Vd. MOLINA), casando depois com Afonso Hermiges de Baião (Vd. BAIÃO).

VII3 - VASCO PIRES DE BRAGANÇA, o *Veirão*, surge-nos na corte de D.Sancho I entre 1196 e 1205, sem nenhum cargo curial[51]. Em data desconhecida teve uma contenda com o monarca, por violências que exercia sobre bens do mostº de Bouro[52]. Foi c.c. **SANCHA PIRES DE BAIÃO**[53], de quem teve:

VIII7 - *Nuno Vasques de Bragança*, que segue;

VIII8 - SANCHA VASQUES DE BRAGANÇA, sobre quem nada apurámos[54].

VIII9 - ELVIRA VASQUES DE BRAGANÇA, que c.c. Pero Soares de Tougues (Vd. TOUGUES).

S.Nicolau de Salsas, j. de Bragança), pelo qual o seu sobrinho se apoderara de metade da aldeia, no tempo de D.Afonso III (ANTT, *LN - Inq. da Beira e Além Douro*, fl.127 - também ref. pela *GEPB*.XXVI.857).

[50] Pela cronologia de Rui Nunes o homicídio só poderá ter sido cometido pelo primo (IX4) e nunca pelo avô, Pero Fernandes de Bragança I. Uma tentativa de explicação daquele acto foi já avançada por nós (vd. nota 16).

[51] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.187.

[52] *DS*.doc.216.

[53] *LV*2U8. Se esta aliança está correcta, então Sancha Pires era prima-direita de Afonso Hermiges de Baião, casado com Teresa Pires de Bragança I, irmã de Vasco Pires.

[54] Em *LV*1Y9 surge-nos c.c. Fernão Pires das Chãs (Pelegrim/ Lumiares), mas supômos que seja confusão com a sua irmã Urraca Vasques.

VIII10 - MARIA VASQUES DE BRAGANÇA, que c.c. Nuno Fernandes de Gosende (Vd. GOSENDE).

VIII11 - URRACA VASQUES DE BRAGANÇA, que c.c. Fernão Pires de Lumiares (Vd. LUMIARES).

VIII7 - NUNO VASQUES DE BRAGANÇA que, tanto quanto conseguímos apurar, só se encontra documentado nas Inq. de 1258[55], foi c.c. **URRACA PIRES DE NÓVOA**[56], de quem teve:

IX6 - *Gonçalo Nunes de Bragança*, que segue;

IX7 - URRACA NUNES DE BRAGANÇA II, que c.c. Fernão Rodrigues Cabeça de Vaca (Vd. CABEÇA DE VACA).

IX6 - GONÇALO NUNES DE BRAGANÇA, que já tivemos ocasião de referir, é uma figura praticamente desconhecida, o que é tanto mais de estranhar quanto o seu posicionamento social - primo de Fernão Fernandes e de Fernão Garcia de Bragança (VIII2 e 6), neto materno do mordomo-mor de D.Afonso II, Pero Anes da Nóvoa, e único herdeiro legítimo dos Braganções - faria prever uma trajectória pessoal mais relevante. Vítima, quanto a nós, da instabilidade política vivida durante o reinado de D.Sancho II, cujo partido deverá ter apoiado[57], o certo é que se exilou em Castela, onde deverá ter tomado parte na conquista de Sevilha, já que foi beneficiado pelo respectivo *repartimiento*[58]. Da sua prolongada presença no reino vizinho, onde contaria com vários apoios familiares[59], não nos chegaram notícias, mas é provável que se tenha mantido próximo dos círculos da corte castelhana, uma vez que aí o encontramos no início da década de 80. Com efeito, entre Julho de 1283 e Janeiro de 1284, encontrava-se em Sevilha, junto de Afonso X -a exemplo de outros nobres portugueses que acompanharam os últimos e conturbados anos do seu reinado -

[55] Tinha 1/3 da ig. e vila de Guide (fg. de S.Mamede de Guide, j. de Mirandela), bem como metade da vila de Paranhos (fg. de S.Miguel de Nogueira, j. de Montenegro), bens que, à data das referidas inq., estavam nas mãos dos seus filhos (*PMH-Inq.*, pp.1269 e 1359, respectivamente).

[56] Filha de Dom Pero Anes de Nóvoa, mordomo-mor de D.Afonso II, entre 1213 e 1223 (L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.989).

[57] Vd. texto introdutório sobre os Braganças.

[58] H.DAVID, *1986*, p.15.

[59] Vd. nota 18.

confirmando vários diplomas do rei Sábio[60].

Afastado do reino durante tantos anos, nem por isso Gonçalo Nunes se desligou completamente das suas "origens", uma vez que naquele mesmo ano de 1284, a 6 de Julho, fez uma doação ao most° de Pombeiro[61]. Um pouco estranha, porém, é a sua presença, em 1286, no conjunto de pretendentes à herança do falecido conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa, mas da qual não parece ter saído beneficiado[62].

Quanto ao seu património, também as inq. afonsinas e dionisinas o referem, situando-o, quer em áreas mais tipicamente *bragançãs*[63], quer nos j. de Penaguião[64] e de Baião[65], talvez proveniente da sua avó paterna, Sancha Pires de Baião.

O *Livro Velho de Linhagens* afirma que Gonçalo Nunes foi morto em Bragança[66], e que *houve um filho de barregam* (*LV*2B9):

---

[60] A.BALLESTEROS BERETTA, *1984*, pp.1045-6, e *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, docs.515 e 520).

[61] Referido expressamente como "Dom Gonçalo Nunes de Bragança", entregou ao most° uma série de herdades que trazia a título de préstamo nas terras de Panóias e de Montenegro e, por morte, doava vários bens na terra de Sousa, obrigando todos os bens que possuía em Portugal, em Leão e em Castela, como garantia (A.A.MEIRELES, *1942b*, p.19).

[62] Dizemos estranha, uma vez que o parentesco com os Sousas era muito indirecto já que, e tal como anteriormente referimos, os Braganças nunca se aliaram directamente com aqueles. Quanto à questão da herança, veja-se o excelente trabalho de Luís Krus sobre essa matéria (*1994*). Note-se, finalmente, que Gonçalo Nunes foi um dos herdeiros que contestou a forma como o processo de inquirição aos bens do falecido conde foi conduzido (*ibidem*, pp.98-99).

[63] Assim, as Inq. de 1258 referem bens nos j. de Mirandela e de Montenegro, os quais já foram indicados a propósito do seu pai (vd. nota 55). As Inq. de 1288 - através das Sentenças de 1290 - apontam bens nos j. de Chaves e de Panóias. No primeiro tivera uma casa na aldeia de Carrazedo (fg. de S.Nicolau de Carrazedo), pela qual, e juntamente com outra de Dom Nuno Martins de Chacim, honrara toda a aldeia, o que então era feito pelas linhagens de ambos (ANTT, *LN - Inq. da Beira e Além Douro*, fl.120v°). No de Panóias, o inquérito apurou que tinha morto um homem que demandava os direitos régios no l. de Vilarinho (fg. de S.Pedro de Abaças); que tinha possuído toda a aldeia de Antas (fg. de S.Martinho de Antas), que era então da Sé de Braga e dos mosteiros de Tarouca e de Ancede (IDEM, *Gavetas*, III-10-18, Pergs.9 e 12, respectivamente).

[64] Desde o tempo de D.Afonso III que honrava 3 casais do l. de Aveçã (fg. de S.Miguel de Lobrigos), que eram do most° de Vila Boa do Bispo, por serem de seu test° (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.8).

[65] Defendera por honra, e assim o fazia então o seu filho, dois casais do most° de Ancede, num l. da fg. de S.João de Ovil; também tivera a quintã de Viariz com 5 casais, tudo honrado "de sempre", e por ela honrara toda a fg. de S.Frausto de Viariz (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Pergs. 5 e 6, respectivamente).

[66] Se esta informação é exacta - uma vez que pode ser confusão com Rui Nunes (*LV*2U8) - esse sucesso deverá ter ocorrido entre Set. de 1288, data em que ainda é referido a propósito da herança do conde Dom Gonçalo de Sousa (ANTT, *Gavetas*, XI-10-14), e 1290, uma vez que o texto das Sentenças desse ano leva a concluir que já falecera.

X2 - N. GONÇALVES DE BRAGANÇA, do qual desconhecemos o nome, mas que sabemos vivo em 1290 e na posse de alguns bens paternos[67].

[67] Vd. nota 65. As mesmas Sentenças de 1290 referem bastantes mais bens dos Braganças, e que à data eram detidos pelos seus descendentes mas sem os nomear (ANTT, *LN - Inq. da Beira e Além Douro*, fls. 1v°, 120, 121v° e 126v°, e *Gavetas*, III-10-18, Perg.13).

NOTAS À ÁRVORE GENEALÓGICA DOS DE BRAGANÇA

a) O rapto da princesa arménia - que marca o início da linhagem (*LL*38A1) - foi estudado por N. BINAYAN CARMONA (*1978*), através de um trabalho onde o autor, entre outras questões, pretendeu situar cronologicamente aquele episódio, bem como identificar a referida princesa. Aproveitamos para agradecer ao Dr. Manuel A. Norton o amável envio desse texto.

b) Os principais dados biográficos sobre Fernão Mendes I são referidos por A.A.FERNANDES (*1972*, pp.237-240). Quanto a nós, porém, parece haver alguma confusão com as cronologias atribuidas aos dois Fernão Mendes (I e II), avô e neto: assim, Fernão Mendes I, que surge pela primeira vez em 1072, deverá ter vivido até, pelo menos, 1112 - presente em Astorga com o Conde Dom Henrique - se não mesmo até 1124, data em que Dona Teresa cria o couto de Faiões, o que é confirmado por um Fernão Mendes, muito embora este já possa ser o neto homónimo daquele. Mas, independentemente de ser o avô ou o neto que confirma o diploma de 1124, o que parece de salientar é a ausência da geração intermédia, e que poderá significar que Mem Fernandes I faleceu em vida do pai (vd. nota seguinte).

c) Mem Fernandes de Bragança I, "governador de Bragança, e que provavelmente foi alferes de D.Afonso Henriques em 1146 e 1147", segundo J.MATTOSO (*1982a*, p.66). Quanto à tenência podemos aceitar que a tivesse tido mas, atendendo à cronologia conhecida para os seus filhos (vd. notas d e e), o mais provável é que a alferesia tenha sido exercida pelo seu neto homónimo (vd. nota g).

d) Se em 1124 não foi o confirmante da c. de couto de Faiões, mas sim o seu avô, pelo menos a partir de 1128, e até 1145, foi tenente de Bragança (L.VENTURA, *1982*, vol.II, p.1010). Em 1130 já estava viúvo da primeira mulher quando, com os filhos, concedeu foral a Numão (*PMH-Leges*, p.369). Terá vivido até cerca de 1160 (J.MATTOSO, *1982a*, p.66).

e) Tenente de Seia em 1132 (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1022), figurou na corte de D.Afonso Henriques entre 1130 e 1135 (J.MATTOSO, *1982a*, p.66).

f) Casamento e descendência referidos em J.MATTOSO, *1981*, pp.192-193. Quanto ao número de filhos do casal, v.g. A.A.FERNANDES, *1974*, pp.110-111.

g) A identificação deste indivíduo como filho de Fernão Mendes II foi proposta por J.MATTOSO, detectando a sua presença na corte a partir de 1155 (*1982a*, p.67). No entanto, e conforme ficou referido na nota c), parece-nos mais provável que tenha sido este Mem Fernandes (II), e não o seu avô homónimo (I), a exercer o cargo de alferes-mor entre 1146 e 1148 (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.991), cargo que, aliás, continuou a exercer entre 1157 e 1169, mas ao serviço de Fernando II de Leão (J.MATTOSO, *1982a*, p.67). Por outro lado, é possível que se possa identificá-lo com o Dom Mem de Bragança referido em *LV*2T7, c.c. Gontinha Soares da Maia - seria assim sua tia - originando um ramo de Braganções, para o qual desconhecemos qualquer dado e que, por esta razão e para simplificar a árvore genealógica, não desenvolvemos.

h) Documentado em 1163, provavelmente menor, A.A.FERNANDES afirma que ele se pode identificar com um Mem *Moniz*, tenente de Tarouca em 1205 (A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/1, docs.256 e 364, e vol.I/2, pp.360-361). O casamento e a descendência que lhe são atribuídos em *LV*1AN9, dizem respeito a Mem Nunes de Baião (vd. árvore genealógica dos Baiões).

i) O segundo casamento, quanto a nós, é muito pouco provável, atendendo sobretudo à cronologia de Fernão Pires (ver o texto sobre Nuno Pires de Bragança (VII4), nota 47).

4.3.1. CHACIM-BOCARRO

Como acabámos de ver, os Braganções, senhores incontestados de boa parte das terras transmontanas e alti-durienses ao longo do século XII, não terão conseguido ultrapassar os conturbados sucessos políticos que marcaram os reinados de D.Afonso II e de D.Sancho II, muito embora, durante o primeiro quartel do século XIII e graças ao posicionamento estratégico dos seus domínios, alguns dos membros da linhagem ainda tenham conseguido aproveitar da influência que detinham em ambos os lados da fronteira que separava os reinos de Portugal e de Leão. Acusando também as consequências, entre outras, de certos comportamentos familiares, como o incesto ou as bastardias, o certo é que a linhagem entrou num processo gradual de decadência, e não espanta que Gonçalo Nunes de Bragança, que considerámos o seu último representante legítimo, tenha seguido o caminho do exílio depois de, com toda a probabilidade, ter lutado contra a entronização do *Bolonhês*.

Será neste quadro de decadência e, permita-se a expressão, de *vazio de poder*, que deverá ser compreendida a "fortuna" dos de Chacim. Com efeito, a documentação da segunda metade de duzentos atesta claramente que esta linhagem foi ocupando as terras que anteriormente foram dos senhores de Bragança. Assim, graças ao matrimónio de Martim Pires de Chacim com Fruilhe Nunes, filha bastarda de Nuno Pires de Bragança, mas também à ausência de Gonçalo Nunes e a um significativo favor régio, os de Chacim puderam reivindicar o património territorial, senhorial e simbólico daqueles.

Antes de passarmos à análise dos traços fundamentais da evolução da linhagem, gostariamos de abordar - ainda que sucintamente, uma vez que os dados sobre a matéria são muito escassos - a questão da origem dos de Chacim.

Em primeiro lugar, parece-nos evidente o "desnível" social que separava os Braganças dos de Chacim. De resto, um dos livros de linhagens acentua essa diferença ao considerar a aliança entre Martim Pires de Chacim e Fruilhe Nunes, mesmo sendo bastarda, como um *casamento desaguisado* (*LD*1217). O mais provável, quanto a nós, é que os de Chacim, Martim Pires nomeadamente, fossem vassalos dos senhores de Bragança[1]. Quanto à filiação

[1] Note-se, aliás, que a fg. de Chacim (c. de Macedo de Cavaleiros), e da qu[illegible] a linhagem com toda a

de Martim Pires os nobiliários são a esse respeito omissos, mas não é de todo inverosímel que o seu pai fosse um tal Pero «Estriga», um dos proprietários da vila de Rendufe a qual, em 1258, pertencia maioritariamente a Nuno Martins de Chacim[2].

Quanto à caracterização da linhagem no seu conjunto e na sua evolução desde a origem até ao período dionisino, e na perspectiva metodológica que enunciámos no início, ou seja, através da análise de três factores que entendemos fundamentais - património, alianças matrimoniais e relacionamento com a corte régia - os de Chacim revelam alguns aspectos que nos parecem de salientar.

Quanto ao património, é curioso verificar que este apresenta uma mobilidade geográfica muito reduzida, estando maioritariamente centrado em terras transmontanas[3]. Assim, e tanto quanto parece, os de Chacim, ao "herdarem" parte do posicionamento patrimonial e territorial anteriormente detido pelos Braganças, não tiveram necessidade, ao contrário do que sucedeu com outras linhagens, de procurar novas áreas de implantação; de resto, talvez fosse de estranhar o contrário, atendendo à extensão daquelas terras e à fraca concorrência que poderiam sofrer de outras linhagens[4]. Essa "imobilidade" geográfica, por outro lado, também não deixa de ser interessante, uma vez que não acusou os efeitos da presença na corte de Dom Nuno Martins de Chacim.

O mesmo já não se poderá dizer relativamente aos outros dois factores, uma vez que a figura daquele rico-homem surge como um elemento verdadeiramente estruturante daqueles. Com efeito, se as alianças de Nuno Martins ainda são feitas com famílias de nível médio - como os Correias e os Silvas - porque ainda ocorreram, seguramente, num período inicial da sua fulgurante carreira "política"[5], já as de alguns dos seus filhos - com Soverosas, Valadares, Vinhais ou Barbosas - refletem o prestígio e influência que ele detinha nos meios da corte.

Um outro aspecto até agora pouco valorizado, é o do relacionamento existente entre a linhagem e a Ordem de Santiago. Na verdade, são múltiplos os indícios dessa proximidade.

---

probabilidade tomou o "nome", se situava no *coração* das terras braganças.

[2] Situada na antiga e extinta fg. de Rendufe de Trás Carrazedo, no j. de Montenegro (*GEPB*.XXV.104).

[3] A propósito, veja-se o excelente mapa dos bens de Dom Nuno Martins de Chacim elaborado por L.VENTURA (*1992*, vol.II, "Anexos à Prosopografia"), muito embora aquele rico-homem possuísse outros bens - poucos e seguramente adquiridos por matrimónio -nos j. da Feira e de Guimarães.

[4] Com efeito, e até ao desaparecimento dos Braganções e dos de Chacim, não abundavam as linhagens autóctones, e as poucas que existiam - Mascarenhas, Morais, etc. - nunca poderiam aspirar a concorrer com aqueles magnates.

[5] Parece-nos significativa, a esse título, a sua barregania com uma irmã de Rui Gomes de Briteiros, um dos poderosos validos de D.Afonso III.

Antes de mais, pelo casamento de Nuno Martins com uma irmã do célebre mestre da ordem, Dom Paio Pires Correia; depois, pela presença continuada de Chacins na comunidade feminina santiaguista do mosteiro de Santos[6].

Resta-nos chamar a atenção para o facto de a linhagem não ter sobrevivido muito tempo após a morte daquele que a elevara ao cume da escala social, e de nenhum dos seus filhos ter conseguido manter o estatuto paterno[7].

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Trataremos agora da descendência resultante da união de Martim Pires de Chacim[8] com Fruilhe Nunes de Bragança[9]:

IX1 - *Nuno Martins de Chacim*, que segue;

IX2 - **ÁLVARO MARTINS DE CHACIM**, que só conhecemos dos livros de linhagens (*LD*12I7).

IX3 - **MARIA MARTINS DE CHACIM**, que c.c. Rui Pires Rebotim (Vd. REBOTIM).

IX4 - **SANCHA MARTINS DE CHACIM**, que c.c. Nuno Garcia de Touro (Vd. TOURO). Depois de enviuvar entrou para o mostº de Santos, sendo referida

[6] Sobre este mosteiro, vg. J.S.F.MATA, *1991*.

[7] Nuno Martins teve dezasseis filhos, três do primeiro casamento, doze do segundo e um de barregania, num cômputo global de oito filhos e oito filhas. Daqueles casaram cinco, mas só dois tiveram filhos varões, um deles bastardo. Tanto quanto sabemos, o apelido Chacim não terá sequer chegado a ultrapassar os meados do século XIV. Advirta-se, porém, que um neto de Nuno Martins, e seu homónimo, filho de Urraca Nunes e de Martim Anes do Vinhal, está documentado com o apelido Chacim, pelo que é possível que a sua descendência o tenha continuado.

[8] As Inq. de 1258 referem-lhe um irmão e um sobrinho, João Pires e Fernão Anes (*PMH-Inq.*, p.1315). Este último ainda é recordado pelas Sentenças de 1290 a propósito da aldeia de Quintela (fg. de S.Martinho de Quintela, j. de Bragança), a qual possuíra por inteiro e que depois passara para as mãos do seu primo, Dom Nuno Martins (ANTT, *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fl.127vº). Quanto a Martim Pires sabemos que recebeu de D.Sancho I a vila de Vale de Asnos, no j. de Mirandela e de Ledra (*PMH-Inq.*, pp.1266-1267), e que cometera violências contra a fg. de Agrochão, no actual c. de Vinhais (*GEPB*.XXXVII.707). Faleceu antes de 1258, uma vez que nesta data eram os seus filhos que estavam na posse da referida vila de Vale de Asnos.

[9] A única referência que temos diz respeito a uma quitação que Fruilhe Nunes deu aos moradores da vila de Parada (fg. de S.Gens de Parada de Infanções, j. de Lamas de Orelhão), a troco de 30 mbs. leoneses, por uma parte que tinha nessa vila e que lhe viera de seu avô, Dom Pero Fernandes de Bragança I (*PMH-Inq.*, p.1303).

como Comendadeira entre 1278 e 1283[10].

IX1 - NUNO MARTINS DE CHACIM, rico-homem, tenente de Bragança (1265-1284[11]), meirinho-mor (1261-1276[12]) de D.Afonso III e mordomo-mor (1279-1284)[13] *muito honrado e privado d'el rei dom Dinis e seu adeantado Antre Doiro e Minho e na Beira* (*LL*38G8)[14], e também seu aio[15].

Quanto aos seus bens, já no texto introdutório tivemos oportunidade de referir que eles se concentravam maioritariamente em terras transmontanas, desde Chaves a Bragança[16]. Armado cav° por Dom Fernão Garcia de Bragança (*LL*38B6), por volta de

[10] J.S.F.MATA, *1991*, pp.229-230.

[11] E não 1283 (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.626), uma vez que confirma como mordomo-mor o foral dado à Póvoa de Veiga a 11 de Jan. de 1284 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.88-90), e não nos parece provável que deixasse de deter a referida tenência.

[12] Nomeado por D.Afonso III, fez parte da comissão portuguesa encarregue de delimitar a fronteira entre os reinos de Portugal e de Leão, desde Sabugal até ao rio Minho (doc. de 5 de Jun. de 1264, feito em Sevilha, cit. por A.BALLESTEROS BERETTA, *1984*, pp.376-377, e publ. no *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, doc.285).

[13] Como mordomo-mor é referido na chancelaria dionisina como responsável pela redacção de inúmeros diplomas régios (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, l°1, fls.29v°-79). Também como meirinho-mor redactou a c. de lei sobre as *assuadas* de 17 de Fev. de 1272 (*OD*, pp.72-73).

[14] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.626. Aquela que seria, por razões óbvias, uma das mais extensas biografias deste trabalho, resultará bastante reduzida, uma vez que a autora agora citada já se encarregou de agrupar os elementos essenciais para o conhecimento da figura e da carreira deste *nobilis vir* (IDEM, *ibidem*, vol.I, pp.96-100, 111 e 339-340;vol.II, pp.626-630). Assim sendo, apenas se farão pequenos "retoques" que, de alguma forma, possam completar o excelente retrato composto por aquela Professora.

[15] A criação do príncipe herdeiro, daria a Dom Nuno Martins os "créditos" necessários para outras missões idênticas. Assim, tendo sido nomeado por D.Afonso III para "tutor, procurador e guardador" dos filhos e netos menores de Dom Fernão Fernandes Cogominho e procurador dos outros filhos nomeou, a 5 de Nov. de 1277, um procurador para proceder às partilhas dos bens deixados por aquele com a viúva, Dona Joana Dias de Coimbra, as quais foram feitas a 16 de Jan do ano seguinte (ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.6, m°6, n°19); foram as mesmas confirmadas pelo monarca a 21 de Março de 1278 (IDEM, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.159). Note-se que Fernão Fernandes Cogominho era meio-irmão da mãe de Nuno Martins e, anos antes, tinha vendido a este último vários herdamentos sitos em Chacim, venda que D.Afonso III confirmou, uma vez que os tinha doado a Fernão Fernandes (IDEM, *ibidem*, L°1, fls.79-79v° - doc. de 31 de Jul. de 1265). Concordamos inteiramente com Leontina Ventura quando sugere que teria sido precisamente pela mão deste seu "meio-tio" que Nuno Martins teria ingressado na corte do *Bolonhês* (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.629).

[16] Sobre os seus bens, vg. L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.627-629, e nos *Anexos à Prosopografia*). Para além dos que aí são cit., possuiu ainda uma vinha em Guimarães (M.R.F.MARREIROS, *1990*, vol.II, Quadros 43 e 44), e uma quintã na fg. de S.Miguel de Santagões, no j. de Faria (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.79v°), os quais, com toda a certeza, foram obtidos por via matrimonial.

1237-8[17], Nuno Martins acabaria por controlar uma boa parte das propriedades da família materna, sobretudo através de esbulhos e de usurpações, atitudes facilitadas pela situação de "anarquia" que se viveu no país durante o reinado de D.Sancho II mas não menos, seguramente, pelas posições de destaque que ocupou durante os reinados de D.Afonso III e de D.Dinis. Deverá ter falecido pouco depois de Janeiro de 1284, e está sepultado no mostº beneditino de Castro de Avelãs, centro espiritual e simbólico dos velhos Bragançãos[18]. Casado duas vezes, e com copiosa descendência, teve ainda um filho bastardo[19] de **MARIA GOMES DE BRITEIROS**:

X16 - RUI NUNES DE CHACIM, leg. por c. de 18 de Novembro de 1265, não nos deixou muitos elementos sobre a sua vida. Apenas sabemos que no tempo de D.Afonso III comprou, juntamente com o seu pai, dois casais foreiros do rei na fg. de Sª Mª de Vale Benfeito (j. de Bragança), trazendo-os depois por honra[20]. Foi c.c. **ALDONÇA MARTINS TAVAIA**, sua parente[21], de quem teve:

XI6 - NUNO RODRIGUES BOCARRO, sobre quem nada conseguímos apurar. Foi c.c. **MARIA MIGUÉIS DE LISBOA**, da qual não teve descendência (*LL*38S10). É até possível que tenha falecido novo, já que a mesma fonte afirma que o mataram *em Riba Doiro, sobre Miranda, a par de uns moinhos u andava em companha de dom Alvaro Nuniz de Lara, e ia em partimento de uma peleja*.

XI7 - MARIA RODRIGUES DE CHACIM, que primeiro foi amante de D.Dinis (Vd. FAM. REAL), e depois casou com Martim Fernandes Barreto (Vd. BARRETO)[22].

---

[17] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.626.

[18] Informação transmitida pelo Doutor Mário Barroca, a quem se ficou a dever a identificação do túmulo do mordomo-mor de D.Dinis (M.J.BARROCA, *1995*, vol.II/1, pp.730-734).

[19] Bastardo, ou natural, uma vez que a legitimação, de 1265, ocorre quando Nuno Martins já se encontrava casado a segunda vez, pelo que Rui Nunes pode muito bem ter nascido antes do primeiro casamento do pai, ou durante o período de viuvez que precedeu a segunda aliança de Nuno Martins.

[20] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.113. As Sentenças de 1290 devassaram-nos (IDEM, *LN - Inq. da Beira de Além Douro*, fl.125).

[21] Bisneta de Garcia Pires de Bragança, irmão do bisavô de Rui Nunes, Nuno Pires de Bragança.

[22] Curiosamente, a 27 de Maio de 1292, D.Dinis deu-lhe a herdade de Requeixada, no t. de Santarém, em troca pelo l. de Figueiró que lhe tinha dado pelo casamento (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fl.27).

Do primeiro casamento de Dom Nuno Martins de Chacim, com **SANCHA PIRES CORREIA**, nasceram:

X1 - MARIA NUNES DE CHACIM, que c.c. Fernão Esteves Pintalho (Vd. MACIEIRA).

X2 - N. NUNES DE CHACIM, senhora da qual os livros de linhagens desconheciam o nome (*LL*38G8).

X3 - GOMES NUNES DE CHACIM, *que foi creligo mui boo e muito honrado* (*LL*38G8).

Do segundo casamento[23], com **TERESA NUNES QUEIXADA**[24], teve ampla descendência:

X4 - *Heitor Nunes de Chacim*, que segue;

X5 - ÁLVARO NUNES DE CHACIM, que em 1278 fazia parte da *Casa* do Infante Dom Dinis[25]. Álvaro Nunes, segundo os nobiliários medievais, *foi casado e nom houve semel*, e *que matarom por sandeu* (*LL*38L9, e 58I7). Não sabemos com quem terá casado.

X6 - GIL NUNES DE CHACIM, que como o seu irmão também fez parte da casa do Infante herdeiro[26], foi c.c. **MARIA MARTINS ZOTE I**[27]. Falecido antes de 1297[28], teve duas filhas:

---

[23] Ocorrido antes de 31 de Jul. de 1265, data em que ambos adquiriram alguns bens em Chacim (vd. nota 15).

[24] Ainda vivia aquando das Sentenças de 1290, as quais apuraram que, por uma quintã que possuia na fg. de S.Miguel de Santagões, no j. de Faria, honrava toda a fg., sobretudo desde que casara com Dom Nuno Martins, que ali não deixava entrar o mordomo (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.79v°).

[25] A.B.FREIRE, *1916*, p.58.

[26] Vd. nota anterior.

[27] A 22 de Maio de 1294 nomeou procurador a Geraldo Martins, seu serviçal, para tratar de todos os seus bens (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°7, n°28).

[28] A 25 de Março desse ano, Dona Maria Martins recebeu de Dona Mécia Rodrigues de Penela, viúva de Rodrigo Anes de Vasconcelos, a quintã de Penela, por arras do seu segundo casamento com Mem Rodrigues de Vasconcelos (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°28).

XI2 - SANCHA GIL DE CHACIM, que c.c. Pero Fernandes Ponço I das Astúrias[29] (Vd. ASTÚRIAS).

XI3 - GUIOMAR GIL DE CHACIM, que c.c. Lopo Afonso de Melo (Vd. MELO).

X7 - SANCHO NUNES DE CHACIM, cavaleiro que c.c. **TERESA VASQUES ZAGOMBA**, com quem surge em 1284 a conceder uma c. de aforamento colectivo sobre a herdade da Veiga, na t. de Panóias[30]. No ano seguinte testemunhou um pedido de pública-forma feito por Dom Sancho Pires Froião, chantre do Porto e tio de sua mulher[31]. Nos anos seguintes, o casal procedeu à venda de alguns bens de Teresa Vasques a favor do mesmo Dom Sancho Pires, entretanto já Deão e depois Bispo do Porto[32]. Quanto aos bens de Sancho Nunes, e para além dos que agora ficaram referidos, as Sentenças de 1290 registam alguns casais e duas quintãs nos j. de Baião e de Panóias[33]. Falecido antes de 1302[34], a sua mulher ainda lhe sobreviveu alguns anos[35]. Teve uma filha:

---

[29] Vd. L.KRUS, *1989a*, p.429.

[30] ADB, *L° das Cadeias*, n°13 (doc. de 7 de Jan. tresladado a 6 de Abril de 1304 por pedido do arcb° Dom Martinho).

[31] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 3, n°116.

[32] Os dois renunciaram a todo o direito que detinham no casal do Outeiro, sito na honra de Farelães (j. de Vermuim), e que fora de Dom Pero Pires Homem, avô materno de Teresa Vasques, a favor de Dom Sancho Pires, deão do Porto, e do seu irmão Dom Estêvão Pires (ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 3, n°124 - doc. de 2 de Nov. de 1287); alguns anos volvidos venderam ao mesmo Dom Sancho, já então bispo, por 200 lbs., todos os bens que ficaram a Dona Teresa Vasques pela parte da mãe - metade dos casais, com sua honra, da quintã do Outeiro, a parte que tinham na quintã, casais e honra de Farelães, na quintã e honra de Creixomil, no herdamento e honra de Pereira, e a parte dos bens sitos em Portocarreiro, Torre, Revinhade, Pretomam (?), Ervedeiro, Melo e Teixoso (IDEM, *ibidem*, Pasta 4, n°173 - doc. de 29 de Abril de 1298).

[33] No primeiro trazia honrados dois casais do most° de Ancede e outro de Paço de Sousa, no l. de Reixela (Fg. de S.João de Ovil), e que ficaram devassos; tinha também a quintã de Eiras (fg. de S[a] Cruz), que há muito era honrada e pela qual honrava 6 casais de mosteiros e de igrejas por serem do seu test°, situação que as ditas sentenças mantiveram (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.5). Em Panóias tinha uma quintã, "honrada de longe", na aldeia de Várzea (fg. de S.Salvador de Mouçós), honrando por ela toda a aldeia (IDEM, *ibidem*, III-10-18, Perg.9).

[34] Neste ano, a sua mulher e a sua filha fizeram uma composição com o abade de Salzedas sobre dois casais em Sanguinhedo, quitando-se deles para sempre, mas recebendo-os em préstamo do most° enquanto vivessem (ADB, *L° das Cadeias*, n°8 - doc. de 26 de Março).

[35] Viveu pelo menos até ao final de 1304, uma vez que em Dez. desse ano doou ao arcb° Dom Martinho todos os bens que possuía na t. de Panóias (ADB, *L° das Cadeias*, n°s. 11 e 12; e *Gav. das Propriedades e*

XI4 - URRACA SANCHES DE CHACIM, que agora vimos a fazer uma composição com o abade do mostº de Salzedas[36], e com quem os livros de linhagens não foram muito "delicados", uma vez que afirmam *que se pagou dos homens, e nom houve semel, como quer que muito fezesse pola haver* (*LL*38J9).

X8 - SANCHA NUNES DE CHACIM, que c.c. Lourenço Soares de Valadares (Vd. VALADARES).

X9 - URRACA NUNES DE CHACIM, que c.c. Martim Anes do Vinhal (Vd. VINHAL). Depois de enviuvar entrou para o mostº de Santos, onde já a encontrámos em 1293[37], chegando a ocupar o cargo de Comendadeira entre os anos de 1314 e de 1319[38].

X10 - TERESA NUNES DE CHACIM, que c.c. Fernão Pires de Barbosa (Vd. BARBOSA).

X11 - PERO NUNES DE BAIÃO[39] [CHACIM], que só conhecemos através de docs. relativos ao seu neto, os quais afirmam que era tio de Branca Lourenço de Valadares; foi pai de:

XI5 - SANCHA PIRES DE [CHACIM], que provavelmente casou com um **MARTIM**[40], pois foi mãe de:

XII1 - VASCO MARTINS, prior do mostº de Ancede entre, pelo menos,

---

Rendas da Mitra, nº47).

[36] Vd. nota 34.

[37] ANTT, *Gavetas*, XXI-3-41.

[38] J.S.F.MATA, *1991*, pp.229 e 231. Seguiu assim as pisadas de sua tia materna, Sancha Martins, e sucedeu-lhe no cargo a sua sobrinha Joana Lourenço de Valadares.

[39] Estamos convencidos que o uso do nome Baião se explica pela posse de bens nesse julgado. Ainda pusemos a hipótese de se tratar de um irmão de Gonçalo Nunes de Bragança, neto paterno de Sancha Pires de Baião, mas como os docs. o referem expressamente como tio de Branca Lourenço de Valadares temos poucas dúvidas em identificá-lo como filho de Nuno Martins.

[40] Devia ser de um nível social bem modesto, já que o seu filho nunca o nomeia, mesmo quando manda cantar missas pela alma dos pais.

1354 e 1364[41].

X12 - BERENGÁRIA NUNES DE CHACIM, dona do most° de Santos omitida pelos nobiliários. Falecida antes de 1293, a sua irmã Urraca, por si nomeada como herdeira e testamenteira, doou àquele most° a sua terça dos bens paternos[42].

X13 - BRANCA NUNES DE CHACIM, monja do most° de Arouca, também esquecida pelos livros de linhagens. A única referência que temos diz respeito aos bens que o most° recebeu por sua morte e que foram entregues, através de escambo, à sua sobrinha Branca Lourenço de Valadares[43].

X14 - MARTIM NUNES DE [CHACIM][44], freire da O. de Santiago igualmente ignorado pelos textos linhagísticos e, na referida ordem, comendador de Parada (1288)[45], de Além Douro (1293)[46] e, finalmente, de Santos (1301-24)[47].

X15 - FRUILHE NUNES DE CHACIM, também desconhecida, dividia com Sancha e Urraca Nunes metade da quintã de Gosende (fg. de Sª Mª de Gove, j. de

[41] A 15 de Fev. de 1254 recebeu, em nome do most°, de Dona Branca Lourenço de Valadares, co-irmã da sua mãe, a cedência dos direitos que aquela tinha como *natural* da ig. de Sª Leocádia de Lágea, no t. de Baião (ANTT, *Sala 25 - Most° de S.Domingos de Lisboa*, L°27, fl.371). Dez anos depois, em Abril, Dom Vasco Martins instituiu uma capela no most° de Ancede, para ali serem cantadas missas pelas almas de seus pais e de sua tia, Branca Lourenço, e do filho desta, Martim Anes de Briteiros, que o criaram e o meterem *em ordem* e lhe deram 800 lbs. (IDEM, *ibidem*, L°46, fls.3v°-5). Com estas referências de parentesco ficam poucas hipótes, quanto a nós, que contrariem as identificações aqui propostas. No entanto, não deixa de ser estranho que o mesmo Vasco Martins, numa cruz de prata que ofereceu ao "seu" most°, tenha mandado epigrafar o seu nome apelidado *de Baião* e, o que é mais, gravar as armas desta linhagem (M.J.BARROCA, *1995*, vol.II/2, pp.1383-1386). Terá tido o prior a ideia de assumir a representação dos de Baião?

[42] Vd. nota 37.

[43] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°8, n°17 (doc. de 30 de Nov. de 1339).

[44] Se, até aqui, não tivemos grandes dúvidas em identificar os filhos de Dom Nuno Martins que foram esquecidos pelos livros de linhagens, sobretudo porque todos eram referidos como tios de Dona Branca Lourenço de Valadares, já quanto a Martim e a Fruilhe Nunes não temos a mesma segurança. Se os propusemos como irmãos dos anteriores, foi porque Martim não só aparece ligado à Ordem de Santiago, e sobretudo ao most° de Santos, como também surge associado às suas parentes(?) Teresa Anes Correia e Urraca Nunes de Chacim; quanto a Fruilhe Nunes, porque partilhava os mesmos bens com Sancha e Urraca Nunes.

[45] ANTT, *2ª Inc.- Sé de Coimbra*, m°85, n°3896.

[46] ANTT, *Sala 25 - Most° de Santos-o-Novo*, cx.16, m°3, n°17).

[47] J.S.F.MATA, *1991*, p.257 (este autor indica o ano de 1305 como o primeiro em que Martim Nunes surge como comendador de Santos, mas na verdade já o era em 1301 - ANTT, *Sala 25 - Most° de Santos-o-Novo*, cx.5, m°2, n°4).

Baião)[48].

X4 - HEITOR NUNES DE CHACIM, cav°[49] que nos surge como meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho em 1299[50], foi c.c. **MARQUESA GIL DE SOVEROSA**, de quem não teve descendência (*LL*38I9). Juntamente com a sua mulher teve uma contenda contra o Rei, sobre a posse de Castro Vicente e de Balsemão, que ele entendia serem do t. de Chacim e, como tal, isentos de qualquer direito régio. Perderam a contenda, mas o destino "poupou-lhes" a má notícia, pois faleceram ambos durante o processo, cuja sentença data de 1304[51]. Quanto aos seus bens, e para além das poucas referências que já citámos, sabemos que em 1301 era acusado de, juntamente com os irmãos, não deixar o porteiro entrar no couto de Lanhas (fg. de S.Paio de Lanhas, j. de Guimarães)[52]. Como já afirmámos não teve filhos do seu casamento, mas pelo menos teve um bastardo de **MARIA FERNANDES**:

XI1 - DIOGO NUNES DE CHACIM, leg. por c. régia de 10 de Abril de 1320[53], e sobre o qual nada mais soubemos.

---

[48] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fl.77v°. A outra metade pertencia a Dona Berengária Aires de Gosende. Como esta era filha de Aires Nunes de Gosende, ainda pusemos a hipótese de se tratarem de irmãs deste; contudo, nem os livros de linhagens nem a documentação compulsada lhe indicam irmãos.

[49] Como cavaleiro é referido em 1301 numa sentença que obrigou certos vizinhos de Chaves a pagarem-lhe as martinegas do l. de Água Revez (ANTT, *Gavetas*, III-9-1). Também como cav° esteve presente em Chaves (residiria aí?), testemunhando a petição enviada ao monarca para que repuzesse os termos de Montenegro tal como eram antes de terem sido anexados aos de Chaves (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.18v°).

[50] ANTT, *Sala 25 - Most° de S.Bemto da Avé-Maria do Porto*, cx.8, m°1, n°156 (doc. feito no *Real sobre Portalegre*, a 23 de Julho, sumariado em BGUC, *Mss. João Pedro Ribeiro*, cód.701, p.13, e publ. por A.CRUZ, *1938*, p.29).

[51] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.35v°-36 e *Gavetas*, XI-9-1 (doc. de 18 de Dez.). No final foi citado como herdeiro de Heitor Nunes um tal Nuno Martins de Chacim, que só podemos identificar como Nuno Martins do Vinhal, filho de Martim Anes do Vinhal e de Urraca Nunes de Chacim, irmã de Heitor, o qual se recusou, *compreensivelmente*, a tomar parte na contenda.

[52] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.25.

[53] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.131.

4.4. MAIA

> CANELAS

> BAGUIM

> GAIA

Este é o linhagem dos mui nobres e mui honrados ricos homens e filhos d'algo d'Amaia, em como eles vem direitamente do muito alto e mui nobre rei dom Ramiro. (...) Este Ramiro foi-se a Mier e fez sa corte, e contou-lhe tudo como lhe acaecera, e entom baptisou Ortiga, e casou com ela, e louvou-lho toda sa corte muito, e pos-lhe nome dona Aldara, e fege nela um filho. E quando naceo, pos-lhe o padre o nome Alboazar. (...) E porque foi bem por armas, puserom-lhe nome Cide Alboazar. E fege uma torre no monte de Monte Cordova, que ora chamam Pena de Cide, e guerreou dahi os Mouros, e deitou os Mouros de São Romão, e foram-se passar Douro e foram-se a São Martinho de Mouros. E des i filhou o crasto d'Aveoso a Mouros e deitou Mouros de crasto de Gondomar e de Todea e feze-os ir a crasto de Marnel de Riba de Vouga. E casou com dona Usco Godins, filha del conde dom Godinho das Asturias, e ela com seu marido fundarom a igreja de São Nicolao em vila de Moreira de Riba d'Ave, que ora chamam Santo Tirso de Riba d'Ave (*LV*2A1)

Estes pequenos excertos da *Lenda de Gaia*, um dos «romances» mais importantes transmitidos pelos nobiliários medievais[1], dão-nos conta da origem da linhagem da Maia, envolta, como a de tantas outras, pelas sombras, mais ou menos carregadas, das tradições lendárias e míticas.

Seja como for, de origem régia ou não, o certo é que as figuras de Aboazar, bem como

[1] J.MATTOSO, *1983*, pp.45-46.

as dos seus descendentes, se encontram bem estudadas desde há vários anos, através dos trabalhos de reconstituição genealógica efectuados por José Mattoso nos finais da década de 60[2]. Graças a eles, bem como a outros posteriores, do mesmo autor[3], temos hoje uma ideia bastante precisa sobre os da Maia, tanto ao nível dos percursos individuais como da evolução geral da linhagem.

Localizada entre o Douro e o Ave, na terra da qual retirou o nome, a linhagem da Maia surge-nos, já nos finais do séc. X, com o poder suficiente para ser responsável pela fundação do mostº de Santo Tirso (978), gesto que os livros de linhagens, como acima vimos, não deixariam de recordar. Poder que não terá cessado de aumentar ao longo da centúria seguinte, a crer nos testemunhos relativos a Gonçalo Trastemires (1034-1038) - neto do casal fundador da linhagem e do mostº referido, Aboazar Lovesendes e Unisco Godinhes - e aos seus filho e neto, Dom Mendo Gonçalves (1045-1065) e Dom Soeiro Mendes I, *o Bom* (1081-1103)[4]. Com este último, sobretudo, a linhagem terá atingido o auge de riqueza e de poder, e seria mesmo "a mais importante família portucalense do fim do século XI"[5] .

O século XII, porém, assistiria ao início de um processo de decadência da linhagem, não obstante o relevo de algumas trajectórias individuais, como é o caso de alguns filhos e netos de Dom Soeiro Mendes I: o seu filho, e chefe da linhagem, Dom Paio Soares (1094-1129), foi rico-homem da corte condal, onde exerceu os cargos de mordomo-mor (1097) e de alferes-mor (1112), para além de ter governado a tenência da Maia entre 1110 e 1128[6]; entre os seus netos, destacam-se Dom Pero Pais, filho do anterior, que durante longos anos foi alferes-mor (1147-1169)[7] - a ponto de ser conhecido na documentação como *O Alferes* - e os filhos de Mendo Soares (omitido pelos livros de linhagens), figuras bem conhecidas do processo que conduz D.Afonso Henriques ao trono: Soeiro Mendes II (1109-1128), Paio Mendes, arcebispo de Braga (1118-1138) e Gonçalo Mendes da Maia (1110-1159?), o célebre *Lidador*[8].

---

[2] J.MATTOSO, *1968-1969* e *1969* (*1981*, pp.103-159 e 161-253, respectivamente).

[3] J.MATTOSO, *1977*, *1979*, *1982a*, pp.50-54, e *1985b*, vol.I, pp.176-180.

[4] J.MATTOSO, *1981*, pp.211-215.

[5] J.MATTOSO, *1982a*, pp.50-51.

[6] J.MATTOSO, *1981*, p.217.

[7] J.MATTOSO, *1981*, p.218.

[8] Vd. nota h) à árvore genealógica dos da Maia.

Contudo, o afastamento de Paio Soares da alferesia-mor, antes de 1117, bem como o seu provável falecimento ainda jovem, terão condicionado as carreiras dos seus filhos, Pero Pais e Paio Pais "Zapata" (1150-1163), sobretudo a do primeiro, o qual só surge como alferes, como vimos, a partir de 1147[9]. Este último, além do mais, e após o desastre de Badajoz (1169), afasta-se para a corte leonesa, onde ocupou idêntico cargo ao serviço de Fernando II entre 1171 e 1186[10]. Regressando ao reino após a morte de D.Afonso Henriques, é possível que já não tivesse tido a força ou o tempo - faleceu pouco depois de regressar[11] - necessários para recuperar o património que, muito provavelmente, lhe fora confiscado.

Sucedeu-lhe seu filho, Dom João Pires da Maia (1205-1226) o qual, muito embora tenha ocupado a tenência da Maia (1217-1226)[12], nunca exerceu qualquer cargo curial. Morrendo apenas com descendência feminina seria natural, tal como vimos acontecer com os de Sousa, que a representação e chefia da casa da Maia passassem para as mãos de Dom Martim Pires *O Jami*, irmão de João Pires. Contudo, e não obstante o facto de ter tido descendentes varões, o certo é que estes não conseguiram manter um grau de riqueza e de prestígio social suficientes para assumir aquela representação[13], a qual acabaria por passar para as mãos dos genros e dos netos de João Pires da Maia, sobretudo os Riba de Vizela e os Briteiros[14].

Antes de continuarmos, porém, talvez valha a pena refletir um pouco sobre as possíveis causas que conduziram a linhagem da Maia ao processo de decadência que referímos[15]. Quanto a nós, é possível que esse processo, iniciado, ao que tudo indica, a partir de Paio Soares, tenha que ser perspectivado em função de dois vectores. Em primeiro lugar, as circunstâncias políticas que marcaram as primeiras décadas da centúria, e que atingiram o seu

[9] J.MATTOSO, *1982a*, pp.52-53.

[10] J.MATTOSO, *1981*, p.218.

[11] IDEM, *ibidem*.

[12] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1003.

[13] J.MATTOSO, *1981*, p.335.

[14] J.MATTOSO, *1981*, pp.336-340.

[15] As considerações que se seguem devem ser tidas como simples hipóteses. Caberá aos especialistas do século XII -cronologia manifestamente afastada da deste trabalho - averiguar o seu grau de probabilidade. No entanto, parece-nos que, se os vários autores são unânimes em afirmar a decadência da linhagem ao longo daquele século dando, mesmo, vários exemplos que o demonstram, nunca se debruçaram sobre as suas possíveis causas.

auge com a revolta assumida do Infante D.Afonso Henriques e, em segundo, as alianças matrimoniais da linhagem.

Quanto ao primeiro factor, e como é sabido, foi durante aquele período que, de uma forma clara, se acentuou a ascenção política de outras linhagens - Riba Douro, Sousa, Baião, etc. - apoiantes declaradas do partido revoltoso[16]. Pelo contrário, o papel de Paio Soares é muito apagado, cabendo a Soeiro Mendes II e ao arcebispo Paio Mendes, filhos de seu irmão Mendo Soares, o principal protagonismo. Contudo, mesmo partindo do princípio de que as relações entre Paio Soares e a Rainha Dona Teresa não eram as melhores[17] - o que poderia explicar o seu afastamento da alferesia-mor e, ao mesmo tempo, propiciar uma aproximação aos revoltosos - também o seu casamento não o deve ter favorecido muito perante o partido do jovem Infante. Aspecto que, aliás, nos permite introduzir o segundo factor.

Paio Soares, com efeito, estando casado com uma filha do Conde Dom Gomes Nunes, da linhagem dos de Celanova, era genro de um acérrimo partidário da Rainha Dona Teresa - ou não fosse o conde cunhado dos Travas - o que terá levado ao confisco dos seus bens em benefício dos senhores de Sousa[18]. Ou seja, uma aliança "negativa", no quadro das circunstâncias políticas existentes na altura. Aliando este facto com outros dados, como sejam a morte, talvez prematura, de Paio Soares, a morte de Soeiro Mendes II pouco depois de 1128 e, finalmente, o afastamento do arcebispo Paio Mendes após o tratado de Tui (1139), melhor se compreende o processo de decadência da linhagem acima referido.

E, se o nosso raciocínio estiver correcto, talvez valha a pena interrogar-nos sobre o verdadeiro sentido da entrega do cargo de alferes-mor ao filho de Paio Soares. Ou seja, deveremos aceitar esse facto à luz de um renascer do prestígio da linhagem? Talvez sim, mas não é menos legítimo colocar a hipótese de Pero Pais da Maia, *o Alferes*, ter ficado a dever o seu cargo - para além do seu valor pessoal, justificado por mais de vinte anos à frente do mesmo, e num período de intensa actividade militar[19] - muito mais ao seu matrimónio com uma filha de Egas Moniz, *o Aio*, do que de uma escolha decorrente daquele possível *renascimento*[20]. Como dissemos, não é mais do que uma hipótese de trabalho.

---

[16] Sobre o apoio que estas, e outras linhagens, prestaram à causa de D.Afonso Henriques, v.g. A.A.FERNANDES, *1978b*, pp.62-86.

[17] A.A.FERNANDES, *1978b*, p.71-72.

[18] A.A.FERNANDES, *1978b*, pp.79-80.

[19] J.MATTOSO, *1982a*, p.53.

[20] Note-se que uma prima de Pero Pais, Gontinha Mendes, filha de Mendo Soares, foi casada com Mem Moniz de Riba Douro, tio, portanto, da mulher do *Alferes*.

Regressemos, então, à descendência de Dom Pero Pais da Maia, o *Alferes*. Falamos já de dois dos seus filhos, João e Martim Pires, mas ainda temos que referir um outro, Soeiro Pires. Este, porém, teve apenas filhos bastardos, os quais estão na origem das linhagens de **Canelas**, de **Baguim** e de **Gaia** - ramos colaterais dos da Maia que serão estudados depois daqueles - linhagens secundárias e com uma implantação meramente local, muito aquém, por isso, de poderem contestar a representação da velha linhagem da Maia, a qual era reivindicada pelos seus "parentes" de Riba de Vizela e de Briteiros.

Curiosamente, porém, o nome *da Maia* não se extinguiu completamente. Com efeito, ele foi continuado na descendência de Martim Pires da Maia, *o Jami*, por um seu filho omitido pelos livros de linhagens. Será a partir desse indivíduo, e através dos seus descendentes, que atingiremos a época dionisina. Todavia, também eles se diluiram numa nobreza secundária e local, uma nobreza sem riqueza e sem prestígio, muito afastada do brilho da corte régia. Nesta, e ao mesmo tempo, destacavam-se aqueles seus primos, ricos-homens que detinham a tenência da Maia e o exercício da mordomia e alferesia-mores, e que, além do mais, continuavam a proteger o "familiar" e simbólico mosteiro de Santo Tirso de Riba d'Ave, onde se sepultavam e onde faziam redigir textos que perpetuavam as tradições da linhagem[21].

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta reconstituição partirá de Dom Pero Pais da Maia, o já referido Alferes-mor de D.Afonso Henriques, ascendente comum dos vários ramos da linhagem. Casado, como dissemos, com Dona Elvira Viegas de Riba Douro, dela teve vários filhos e filhas - para além de uma filha bastarda[22]:

VIII1 - JOÃO PIRES DA MAIA, rico-homem de D.Afonso II e de D.Sancho II, exerceu o governo da tenência da Maia entre 1217 e 1226[23]. Referido pela documentação régia para os anos de 1205 a 1211 e de 1223 a 1226, estranha-se a sua ausência da cúria de D.Afonso II, uma vez que foi um dos apoiantes do

[21] J.MATTOSO, *1981*, pp.340-341.

[22] **XIMENA PIRES DA MAIA** (vd. nota o) à árvore genealógica dos da Maia).

[23] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1003.

monarca nas lutas contra o bastardo Martim Sanches[24]. Principal herdeiro de seu pai, os seus bens encontram-se diversas vezes referidos pelas Inq. de 1258, já então nas mãos dos seus herdeiros[25]. Do seu matrimónio com **GUIOMAR MENDES DE SOUSA**[26], e como já ficou dito, teve apenas descendência feminina:

IX1 - MARIA ANES DA MAIA, que c.c. Gil Martins de Riba de Vizela (Vd. RIBA DE VIZELA).

IX2 - TERESA ANES DA MAIA, que c.c. Fernão Anes de Lima (Vd. LIMA).

IX3 - ELVIRA ANES DA MAIA, que c.c. Rui Gomes de Briteiros (Vd. BRITEIROS).

VIII2 - *Martim Pires da Maia*, que segue;

VIII3 - TERESA PIRES DA MAIA[27].

VIII4 - SANCHA PIRES DA MAIA, que c.c. Fernão Osores[28].

VIII5 - URRACA PIRES DA MAIA, que c.c. Pero Anes da Nóvoa (Vd. NÓVOA).

VIII6 - SOEIRO PIRES DA MAIA, sobre quem apenas sabemos que possuíu o couto de Galegos, no j. de Prado[29]. É possível que já tivesse falecido em 1172, data em que sua mãe fez uma doação a um dos seus filhos[30]. Não casou, mas teve descendência ilegítima, a qual é apontada por todos os nobiliários medievais (*LV*2C9; *LD*6E6; *LL*16C4):

---

[24] IDEM, *ibidem*. Essa ausência deverá ter ocorrido só a partir de 1212, uma vez que em Dezembro do ano anterior ainda o encontrámos a confirmar uma doação de D.Afonso II (*ML*.IV.68-68v°).

[25] As referências aos seus bens, feitas no texto daquelas inq., estão cit. por A.A.FERNANDES, *1960*, p.110, J.MATTOSO, *1981*, pp.332-333, J.MATTOSO, L.KRUS, O.BETTENCOURT, *1982*, p.73, e J.MATTOSO, L.KRUS, A.A.ANDRADE, *1986*, pp.217 e 219-220. Foi senhor de várias honras, tais como as de Bitarães, Rosende e Casais (j. de Aguiar de Sousa), de S.Mamede de Refóios (J. de Refóios de Riba d'Ave), de Novelas (j. de Penafiel), de S.Vicente de Goim (j. de Lousada) e de Bretiande (j. de Lamego), esta última provavelmente por herança materna (*GEPB*.XXI.256).

[26] A aliança de Dom João Pires com uma filha e irmã de mordomos régios demonstra o prestígio social ainda detido pelo senhor da Maia (J.MATTOSO, *1982a*, p.54).

[27] Vd. nota m) à árvore genealógica dos Maias.

[28] Sobre a descendência deste casal, v. a nota n) à árvore genealógica dos Maias.

[29] *GEPB*.XXIII.16.

[30] M.H.C.COELHO, *1977*, p.298 (doc.136, cit. por J.MATTOSO, *1981*, p.220).

IX10 - MARTIM SOARES DA MAIA I (Vd. *MAIA* > **CANELAS**).

IX11 - MARTIM SOARES DA MAIA II (Vd. *MAIA* > **BAGUIM**).

IX12 - JOÃO SOARES DA MAIA (Vd. *MAIA* > **GAIA**).

IX13 - FERNÃO SOARES DA MAIA, sobre o qual só sabemos que foi clérigo (*LV*2C9).

IX14 - ELVIRA SOARES DA MAIA II, que foi c.c. Martim Penda[31].

IX15 - MARIA SOARES DA MAIA II, que foi c.c. Soeiro Pires Pacheco (Vd. PACHECO).

VIII2 - MARTIM PIRES DA MAIA, *o Jami*[32], foi rico-homem das cortes de D.Sancho I e de D.Afonso II, tendo exercido o governo de várias tenências entre 1185 e 1220[33]. Para além dos bens herdados de seu pai, o que é atestado pelas Inq. de 1258[34], sabemos de outros que adquiriu de forma ilícita, sobretudo no tempo de D.Afonso II e, tanto quanto parece, abusando do seu poder de *tenens* - principalmente no j. de Faria[35]. A partir de 1220 deixa de ser referido, pelo menos na documentação régia, o que nos leva a supor que a sua morte poderá ter ocorrido pouco depois daquela data. Foi c.c. **TERESA MARTINS DE RIBA DE VIZELA I**, a qual, e durante longos anos, é

[31] Este casal teve descendência, assinalada em *LV*2C9.

[32] Mas também *Jamim*, *Jaimim*, *Jagum* ou *Jarmão*, segundo várias versões dos textos das inquirições.

[33] Faria (1212-1219), Maia (1208), Froião (?), Valença (1185-1215), Vermuim (1212-1219) e Celorico da Beira (1216-1220) - cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1000, 1003, 1032, 1034 e 1036, respectivamente.

[34] J.MATTOSO, *1981*, p.220. Ainda aquando das Sentenças de 1290 se referia Dom Martim Pires, por exemplo, a propósito da fg. de S.Romão de Vermuim, no j. da Maia, que ele tinha trazido toda por honra, a qual tinha sido de seu pai (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.5). Provavelmente por herança paterna, foi também sua a quintã honrada de Fradelos (fg. de Sª Leocádia de Fradelos, j. de Vermuim), e por ela honrou toda a vila de Fradelos (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.88). A posse desta última quintã, porém, deverá ter sido partilhada com o seu irmão Dom João Pires, uma vez que a fonte citada refere que, em 1290, a quintã era detida por João Rodrigues de Briteiros e por Fernão Pires de Barbosa, netos, respectivamente, de João e de Martim Pires.

[35] Assim, nos referidos julgado e reinado, juntou o lugar de Sirgueiros à honra de Pereira (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fls.52vº-53), honrou a quintã de Silveiros (IDEM, *ibidem*, Lº1, fls.53-53vº), bem como a vila de Carreira (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.75 e *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fl.54vº). No mesmo reinado, mas agora no j. de Barcelos, fez honra e "pousa" de todo o l. de Barcelinhos porque um juíz de Barcelos, que o tinha recebido por filho, lhe deixara aí um pequeno herdamento (IDEM, *Gavetas* , VIII-5-1, Perg.9). As Sentenças de 1290 referem ainda que Dom Martim Pires, desde que casou, honrara 5 casais do mostº de Paço de Sousa e 4 de herdadores, sitos no l. de Vilarinho (fg. de S.Miguel de Gândara, j. de Aguiar de Sousa), anexando-os à honra de Astromil (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.11).

referida como administradora dos bens do marido[36]. Deste casamento resultou a descendência seguinte:

IX4 - MARTIM MARTINS DA MAIA, Mestre da Ordem do Templo (*LV*1BD10 e *LD*4L4), pelo menos entre 1242 e 1244[37].

IX5 - JOÃO MARTINS DA MAIA, *o Abana*, sobre quem temos poucas informações o que, porventura, reflectirá o seu afastamento dos meios cortesãos[38]. Assim, e para além da já referida doação que fez em 1241 à Sé do Porto[39], apenas sabemos que deteve a honra de Paradela, no j. de Faria[40]. Foi c.c. **TERESA PIRES DE BRAGANÇA**[41], de quem teve:

X1 - MARTIM ANES DA MAIA, que foi omitido pelos livros de linhagens, esteve presente na corte no início do reinado do *Bolonhês*, a quem acompanhou na conquista do Algarve[42]. Atendendo ao silêncio daquelas fontes, é natural que tenha falecido jovem.

X2 - ALDONÇA ANES DA MAIA, que primeiro foi barregã de D.Afonso III (*LL*16B6), e que depois c.c. Gil Vasques de Soverosa II (Vd. SOVEROSA).

IX6 - ESTÊVÃO MARTINS DA MAIA, que apenas é referido pelo *Livro Velho de*

---

[36] J.MATTOSO, *1981*, pp.333-334. Um doc. de 1241 refere que Dona Teresa Martins e os filhos cederam à Sé do Porto os direitos que detinham no padroado da ig. de Sª Cruz de Riba de Leça (*CCSP*, pp.56-57).

[37] J.SANTA ROSA DE VITERBO, *Elucidário (...)*, vol. II, pp.598-599.

[38] Muito embora se afirme que frequentou a corte a partir de 1249 (J.MATTOSO, *1981*, p.335), não conseguímos encontrar qualquer doc. que o confirmasse. De resto, Dom João Martins não é referido no mais recente trabalho sobre a nobreza da corte afonsina (L.VENTURA, *1992*). No entanto, o facto dos seus filhos, como veremos a seguir, terem sido tão próximos de D.Afonso III, poderá favorecer aquela primeira suposição.

[39] Vd. nota 36.

[40] Aquando das inq. feitas aos bens do Conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa, e em relação às honras de Paradela e de Gilmonde, as testemunhas afirmaram que fora desde o tempo de "Dom João Martins Avana" que o l. de Real tinha sido encorporado na honra de Paradela (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-8).

[41] Depois de enviuvar teve uma filha bastarda de Lourenço Martins da Ribeira (*LD*12F8).

[42] Em Março de 1249 testemunhou, em Faro, uma doação feita por D.Afonso III a Dom João de Aboim (*LBJP*.XXVIII-XXIX, cit. por H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1989*, p.69, e por L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.542).

Linhagens, onde se afirma que foi morto em Coimbra (*LV*1BD10), eventualmente durante a guerra civil de 1245-1248[43]. Possivelmente não deixou descendência.

IX7 - ELVIRA MARTINS DA MAIA, que c.c. Pero Nunes de Barbosa (Vd. BARBOSA).

IX8 - GUIOMAR MARTINS DA MAIA, freira no mostº de Arouca (*LV*1BD10)[44].

IX9 - *Fernão Martins da Maia*, que segue;

IX9 - FERNÃO MARTINS DA MAIA, também omitido pelos nobiliários medievais, e que apenas encontrámos referido na já citada doação do padroado de Sª Cruz de Riba de Leça, feita à Sé do Porto por si, pela sua mãe e pelos seus irmãos[45]. Não sabemos se, e com quem, casou[46], mas é provável que tenham sido seus filhos os seguintes indivíduos:

X3 - GOMES FERNANDES DA MAIA, cavº, que em 1278 testemunhou uma doação feita por Maria Pires, Sancha Pires e Mafalda Pires de Barbosa, monjas em Arouca, a um sobrinho, Martim Nunes de Barbosa[47]. Não sabemos se casou ou se deixou descendentes[48].

---

[43] J.MATTOSO, *1981*, p.335.

[44] É possível que se identifique com Guiomar Martins, referida em 1267 como freira naquele cenóbio (M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.505).

[45] No doc. da doação, inserto no *Censual do Cabido da Sé do Porto* (vd. nota 36), o seu nome encontra-se transcrito como "F. Martins", o qual desdobramos para *Fernão Martins*. A nossa escolha deve-se ao facto de existirem vários indivíduos apelidados *da Maia* e com o patronímico "Fernandes", os quais podem muito bem ter sido seus filhos, não só pela cronologia como pelo contexto. O doc. citado, de 1241, pelo facto de Fernão Martins não ter selo próprio, foi selado pelo abade de Santo Tirso e pela abadª de Arouca.

[46] Desconhecemos a identidade da mulher de Fernão Martins da Maia, mas é possível que ela fosse da linhagem do Casal, ou da de Fornelos. Com efeito, a 25 de Fev. de 1294, o cavº Garcia Martins do Casal e a mulher, Maria Martins, nomearam um procurador para intervir na contenda que, eventualmente, pudesse surgir entre eles e Monio e Paio Fernandes, filhos daquele, sobre os bens e heranças que tinham sido de Garcia Martins de Fornelos (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Cruz de Coimbra*, Pasta 11, gav.2, mº7, nº34 e *Col. Costa Basto - Mostº de S.Simão da Junqueira*, nº17, fls.76-76vº). Seria a mulher de Fernão Martins de uma das duas linhagens ou, talvez até com mais probabilidade, da de Fornelos?

[47] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.3, mº3, nº29. As três monjas de Arouca eram filhas de Pero Nunes de Barbosa e de Elvira Martins da Maia, facto que, quanto a nós, corrobora quer a identificação proposta na nota anterior quer a filiação de Gomes Fernandes, que desta forma era primo-direito das doadoras.

[48] Atendendo às cronologias, não será de eliminar a hipótese de Monio Fernandes e de Paio Fernandes, que a seguir são referidos como seus irmãos, poderem ser seus filhos, usando o patronímico paterno, o que não é invulgar. Infelizmente, os dados que possuímos para estes indivíduos são tão lacunares que mais não podemos

X4 - *Monio Fernandes da Maia*, que segue;

X5 - PAIO FERNANDES DA MAIA, *cavaleiro da Maia* que nos surge pela primeira vez em 1288 a testemunhar uma doação feita à Sé do Porto pelos irmãos Garcia Mendes, cav°, e Martim Mendes, escd°, filhos de Mem Garcia, cav° de Gondomar[49], testemunhando ainda, no mesmo ano, um escambo realizado entre o most° de Vairão e João Anes Redondo[50]. Teve alguns bens no j. da Maia[51]. Faleceu antes de 1334, ano em que Paio Rodrigues da Maia, seu sobrinho-neto e testamenteiro, entregou ao most° de S.Simão da Junqueira 10 mbs. que ele deixara em test°[52]. Nesse test° exprimira o desejo de ser sepultado no most° de Vairão, mandando com ele o já referido herdamento de Avioso, o qual só foi entregue em 1337[53]. Não sabemos com quem casou mas, como acabamos de ver, teve um filho, de quem desconhecemos o nome e que faleceu antes de Paio Fernandes:

XI5 - N. PAIS DA MAIA.

X4 - MONIO FERNANDES DA MAIA, que nos surge inicialmente como escd°, em 1285, quando Estêvão Martins de Góios, escd°, o indica como fiador de dois casais das arras da mulher, Mor Pires, filha de Pero Anes Pimentel[54]. Três anos mais tarde, aparece-nos

---

do que deixar estas hipóteses em aberto.

[49] *CCSP*, pp.124-126 (doc. de 11 de Abril).

[50] ANTT, *CD - Most° de Vairão*, m°5, n°13 (doc. de 19 de Abril). Também em 1303, a 7 de Jun., testemunhou uma composição realizada entre Estêvão Pais de Molnes, cav°, e o abade da S.Miguel de Argivai (ANTT, *Sala 25 - Most° de S.Bento da Avé Maria do Porto*, cx.8, m°1, doc. s/n°).

[51] Assim, as Inq. de 1307-11 referem que não deixava entrar o porteiro na fg. de S[a] Marinha de Retorta, trazendo-a toda honrada com os seus chegador e ouvidor (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fl.64v°), e tinha um herdamento honrado na fg. de S.Pedro de Avioso (IDEM, *ibidem*, L°7, fls.64v°-65). Este último será talvez o mesmo que, anos depois, vendeu por 85 lbs. (IDEM, *CD - Most° de Vairão*, m°8, n°88 - doc. de 4 de Abril de 1320).

[52] ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de S.Simão da Junqueira*, n°14, fls.76-76v° - doc. de 10 de Março).

[53] ANTT, *CD - Most° de Vairão*, m°9, n°2 (doc. de 22 de Nov.). O test°, do qual só conhecemos as partes contidas nas duas cartas de entrega citadas, referia que Paio Rodrigues pedia para ser sepultado no "moimento" em que jazia o filho, a par do altar de S[a] M[a], junto ao que continha os restos de seu irmão Monio Rodrigues.

[54] ANTT, *CD - Most° de Vairão*, m°5, n°23 (doc. eleaborado na ig. de Rates, a 4 de Jul.). Num doc. de 1332, relativo a seu filho Estêvão, é designado como cav° (IDEM, *Col. Costa Basto - Most° de S.Simão da Junqueira*, n°16, fls. 89v°-90).

ao lado de Paio Fernandes a testemunhar um escambo que atrás referimos a propósito deste último[55]. Segundo as Sentenças de 1290 apuraram, tinha uma casa, há muito honrada, na fg. de Gatim, no j. de Faria[56]. Como já tivemos oportunidade de referir, faleceu antes de 1334 e foi sepultado no most° de Vairão[57]. Não sabemos o nome da mulher, de quem teve:

XI1 - ESTÊVÃO MONIZ DA MAIA, escd° que está documentado entre 1324 e 1369. Naquela primeira data testemunha uma confissão feita pelos cav°s. Fernão e João da Veiga, e respectivas mulheres, relativamente a certos bens do most° de S.Simão da Junqueira que traziam usurpados e que desejavam devolver[58]. Most° ao qual se encontrava ligado já que em 1333, juntamente com a mulher, **GUIOMAR ESTEVES**, abdicou dos direitos que ali tinha como *natural*[59]. Casado, pelo menos, desde o ano anterior, e residindo em Fornelos, procede com a sua mulher, entre 1332 e 1347, à venda de uma série de bens - vinhas, casais e uma quintã - maioritariamente situados na fg. de S.Martinho de Outeiro, no valor global de 798 lbs.[60]. Em 1341 testemunhou o test° do escd° Rui Gomes do Casal[61], e, finalmente, em 1369, testemunhou uma venda feita por uma filha de Rodrigo Anes de Chantada[62]. Não parece ter deixado descendência.

XI2 - GONÇALO MONIZ DA MAIA, sobre quem apenas sabemos que já tinha falecido em 1332, ano em que uma sua filha vendeu parte de um casal que possuia a meias com os seus irmãos[63]. Também não sabemos com quem casou,

---

[55] Vd. nota 50.

[56] ANTT, *LN - Inq. de D.Dinis*, fl.82.

[57] Vd. nota 53.

[58] ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de S.Simão da Junqueira*, n°17, fls.82-83.

[59] IDEM, *ibidem*, n°14, fls. 35-36 e 73v°-74.

[60] IDEM, *ibidem*, n°16, fls.89v°-90, 90v°-91v°, 104v°-106, 111v°-113 e 115-115v°; n°17, fls.99v°-100v° e101-102v°; e n°18, fls.116-116v°. De todas estas vendas destacam-se duas: a primeira, testemunhada por Estêvão de Ornelas, porque indica o nome de um homem de Estêvão Moniz, Martim Abril; a segunda, porque foi feita em conjunto com Martim Moniz e uma filha de Gonçalo Moniz, irmãos de Estêvão, a um sobrinho, Paio Rodriguess da Maia.

[61] IDEM, *ibidem*, n°14, fls.78v°-79v°.

[62] IDEM, *ibidem*, n°17, fls.122-123.

[63] Vd. nota 60.

nem o nome da referida filha:

XIII - N. GONÇALVES DA MAIA.

XI3 - MARTIM MONIZ DA MAIA, sem outra referência que não seja a venda agora citada. Não sabemos se teve descendência.

XI4 - *Rui Moniz da Maia*, que segue;

XI4 - RUI MONIZ DA MAIA, que supomos tenha falecido antes de 1332, data em que o seu filho Paio comprou aos tios um casal em Outeiro[64]. Não casou mas, de **MARIA DOMINGUES**, teve três filhos bastardos, os quais foram legitimados em 1320[65]:

XII2 - *Paio Rodrigues da Maia*, que segue;

XII3 - ESTÊVÃO RODRIGUES DA MAIA, *escd° da Maia* que foi leg. em 1320, aparece-nos em 1324 a testemunhar uma venda feita pelo cav° João Fernandes de Cambra ao most° de Arouca[66]. Nada mais soubemos a seu respeito.

XII4 - GONÇALO RODRIGUES DA MAIA, também leg. em 1320.

XII2 - PAIO RODRIGUES DA MAIA, cav° leg. em 1320, aparece-nos quatro anos depois, juntamente com Estêvão Moniz da Maia, a testemunhar uma entrega de bens feita ao most° de S.Simão da Junqueira[67]. Em 1332 já se encontrava c.c. **MARIA LOURENÇO**, com quem faz a já referida compra de um casal na fg. de Outeiro[68]. Como também já tivemos oportunidade de referir, foi o executor testamentário de Paio

---

[64] Vd. nota 60. Note-se que Rui Moniz nunca é referido como filho de Monio Fernandes, mas achamos plausível essa filiação. Em primeiro lugar, e independentemente das razões do nome e da cronologia - factores, sem dúvida, importantes - porque os seus filhos têm nomes "familiares"; em segundo lugar, porque um desses filhos compra parte de uma propriedade àqueles que, tudo indica, seriam seus tios, como que tentando reconstituir um património familiar, entretanto disperso; finalmente, porque esse mesmo filho de Rui Moniz nos surge como executor testamentário de Paio Fernandes da Maia, irmão de Monio Fernandes (vd. notas 52 e 53).

[65] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.132 (doc. de 4 de Ag.).

[66] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°5, n°3.

[67] Vd. nota 58.

[68] Vd. nota 60. Curiosamente, dez anos depois acabaria por vender esse mesmo casal, por 100 lbs. (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de S.Simão da Junqueira*, n°16, fls.103v°-104 - doc. de 16 de Jun. de 1342).

Fernandes da Maia, que supomos fosse seu tio-avô[69]. Curiosamente, Paio Rodrigues da Maia é o único indivíduo deste ramo[70] a ser referido pelos livros de linhagens - os quais desconheciam o nome da sua mulher - a propósito da sua filha (*LL*42I10). No entanto, teve, pelo menos, mais um filho:

XIII1 - *Estêvão Rodrigues da Maia*, que segue;

XIII2 - MARIA RODRIGUES DA MAIA, que c.c. Afonso Esteves Velho (Vd. VELHO).

XIII1 - ESTÊVÃO RODRIGUES DA MAIA, que apenas encontramos referido em 1342, associado aos pais, quando estes vendem o casal do Outeiro[71]. Não sabemos se teve descendência.

[69] Vd. nota 52.

[70] É também provável que sejam os indivíduos deste ramo aqueles que, "da família da Maia", disputavam ao rei, em 1324, e em conjunto com outras famílias, o padroado da ig. d'O Salvador de Arnoso (A.A.MEIRELES, *1942b*, p.84).

[71] Vd. nota 68.

NOTAS À ÁRVORE GENEALÓGICA DOS DA MAIA

a) Este casal teve descendentes, documentados em 1092, mas até agora não foi possível estabelecer as ligações correspondentes (J.MATTOSO, *1981*, p.208).

b) Tiveram uma filha, Toda Hermiges, com larga descendência (IDEM, *ibidem*, pp.208-209).

c) Descendência ref. em IDEM, *ibidem*, pp.209-210.

d) Descendência ref. em IDEM, *ibidem*, pp.199-204

e) A descendência dos irmãos Paio e Honorigo Gonçalves, dos de Marnel, encontra-se ref. por IDEM, *ibidem*, pp.232-235.

f) A crer nas informações de *LD*7A1, teve uma filha que, casando com Rodrigo Forjaz de Trastâmara, deu origem aos de Tougues e aos de Palmeira-Pereira.

g) A descendência aqui ref. é a sugerida por J.MATTOSO, *1981*, pp.214-220. No entanto, e tal como aquela autor já apontou, levantam-se alguns problemas de identificação devido ao facto de Soeiro Mendes ter um neto homónimo, o que poderá justificar algumas discrepâncias, quer entre os três livros de linhagens quer mesmo na identificação dos dois homónimos referidos na documentação conhecida. E, muito embora aquele autor tenha adiantado as hipóteses mais plausíveis para justificar alguns desacertos cronológicos e de gerações, não podemos deixar de chamar a atenção para os desfazamentos óbvios que se verificam, por exemplo, entre Paio Soares e Mendo Soares e os seus respectivos descendentes (vd. notas i e k).

h) Identificação e descendência propostas por J.MATTOSO, *1981*, pp.216-217.

i) Ou, segundo A. de Almeida Fernandes, Dordia ou Aurovelido Nunes, irmã de Afonso

e de Gomes Nunes de Celanova (cit. por J.MATTOSO, *1981*, p.216). A ser verdade, seria tia da mulher de Paio Soares da Maia, tio de seu marido.

j) Descendência, feminina, ref. por J.MATTOSO, *1981*, pp.229-231.

k) Note-se que Mem Moniz era tio de Elvira Viegas, mulher de Pero Pais da Maia. Naturalmente que estas situações podem acontecer mas, se articularmos este caso com o que referímos na nota i), apercebemo-nos que os filhos de Mendo Soares da Maia deveriam estar na geração anterior. No entanto, o mais provável é que este matrimónio nem tenha acontecido, uma vez que a Gontinha Mendes que c.c. Mem Moniz era da linhagem dos de Sousa e não da Maia (J.MATTOSO, *1981*, p.192).

l) Pais de Pedro Roxo (1128-1140), notário de D.Afonso Henriques (J.MATTOSO, *1981*, p.217).

m) O *Livro Velho de Linhagens* refere o seu casamento com Gonçalo Pais Curvo de Toronho (*LV*1Y9), confundindo-a, quanto a nós, com Ximena Pais, sua tia. Com efeito, esta última foi mãe de Elvira Gonçalves de Toronho, c.c. Garcia Mendes de Sousa, irmão de Guiomar Mendes, a qual c.c. João Pires da Maia, irmão de Teresa, Ou seja, as lições de *LD* e de *LL* articulam-se muito melhor com a cronologia destas gerações e destes matrimónios.

n) A descendência deste casal ref. em *LV*2A9 colide com as informações dadas por *LL*, nomeadamente quanto aos de Gosende (*LL*57C4).

o) Segundo *LV*2E9, Ximena e Diogo seriam os avós paternos de Joana Dias de Coimbra, senhora de Atouguia e mulher de Fernão Fernandes Cogominho (vd. COGOMINHO, neste trabalho, e L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.633-638).

MAIA > CANELAS
> BAGUIM
> GAIA

Apresentada que foi a linhagem da Maia, passaremos agora à análise das linhagens de *Canelas*, de *Baguim* e de *Gaia*, ramos secundários daquela. Como seria de calcular, não são de esperar grandes surpresas. Com efeito, e como já tivemos ocasião de salientar, todas tiveram uma origem ilegítima o que, à partida, lhes impediria um futuro "brilhante". Evidentemente que a bastardia, só por si, não é a razão única que explica a decadência desta ou daquela linhagem, até porque uma trajectória individual relevante podia - e assim aconteceu várias vezes - contrariar aquela tendência. Contudo, quando a essa bastardia se associavam, por exemplo, um património reduzido ou uma série de alianças matrimoniais pouco prestigiantes, então o resultado mais provável era a decadência, ou mesmo a extinção dessas linhagens.

Estamos convencidos que uma análise comparativa das três linhagens, ao nível do património e das alianças, poderá ser frutuosa, sobretudo para uma melhor compreensão do processo evolutivo de cada uma. Advirta-se, no entanto, que a escassez de dados poderá limitar os efeitos desta metodologia, a qual será ensaiada, com resultados mais evidentes, com outras linhagens.

Vejamos, então, o primeiro aspecto. Antes de mais, o próprio nome das linhagens é, desde logo, um indicador da localização do património de cada uma. Assim, os de Canelas adoptaram o nome de uma quintã situada na fg. de S.Miguel de Canelas, no j. de Penafiel de Sousa[1]; quanto aos de Baguim, o seu nome decorre dos bens possuídos em Baguim, local do j. de Gondomar; os de Gaia, finalmente, "nomearam-se" a partir da posse de bens situados

---

[1] Esta linhagem também possuia uma casa honrada no j. da Vinha (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.118). Tendo em conta, por um lado, o seu afastamento geográfico relativamente ao "centro patrimonial" dos da Maia, e, por outro, o facto de a fonte cit. - Inq. de 1288 -se referir apenas àquela casa como sendo dos *de Canelas*, será de questionar se não estaremos perante "linhagens" distintas. Quanto aos bens assinalados por A.A.FERNANDES (*1991*, pp.300-301) para a Terra de Sª Mª, trata-se de uma identificação abusiva, uma vez que os indivíduos desta linhagem nem sequer são referidos a propósito de Canelas (fg. do j. de Gaia).

nesse julgado. A estes bens, haveria ainda que acrescentar outros localizados nos j. da Maia e de Arouca, ou mesmo nos t. de Coimbra, Santarém, Sintra e Lisboa. Estes últimos, porém, foram adquiridos por via matrimonial ou resultaram das trajectórias individuais.

Estas últimas aquisições remetem-nos para a questão das alianças matrimoniais. Assim, para os de Canelas - e para além de uma ou outra ligação com linhagens secundárias do vale do Sousa ou da terra da Feira - merece destaque a aliança efectuada no seio da burguesia portuense, um exemplo mais da estratégia assumida por certos indivíduos da nobreza que, não podendo aspirar a casamentos de prestígio, optavam por assegurar a estabilidade económica através de alianças com herdeiras da burguesia mercantil[2].

Das três linhagens, a de Baguim surge como a mais dotada patrimonialmente e também aquela que apresenta um nível mais elevado de alianças. Com efeito, aos bens situados em Gondomar, como se disse, acrescentava um importante núcleo patrimonial situado no j. de Arouca e, por doação ou por via matrimonial, chegaram a ter bens em Sintra, ou em Coimbra e no t. de Santarém. As alianças com os de Sendim, Curutelo ou Podentes, evidenciam um estatuto bem superior ao dos seus primos de Canelas.

Os de Gaia, finalmente, e para além dos bens situados no j. de Gaia, surgem-nos com propriedades em Lisboa, ou no seu termo. Esta mobilidade geográfica poderá significar uma tentativa de aproximação aos meios da corte, o que a "carreira" trovadoresca de um dos seus membros parece confirmar. Sobre os matrimónios não há muito a dizer, uma vez que se desconhecem, na sua quase totalidade[3], as famílias com quem se aliaram o que, por si só, já denota o pouco prestígio social das mesmas.

Finalmente, e antes de passarmos à análise das trajectórias individuais, uma referência a um traço comum a estas três linhagens e que, de certa forma, nos conduz ao aspecto com que iniciámos este texto introdutório, ou seja, a sua decadência e extinção.

Para além da dimensão patrimonial e das alianças, globalmente pouco relevantes, as três linhagens em análise também não foram "felizes" em termos de continuidade. Quanto a nós, esse facto ter-se-à ficado a dever, por um lado, a um acentuado desiquilíbrio entre celibato masculino (56,3%) e feminino (14,3%), associado, por outro, a várias quebras de varonia[4], o que levou ao seu desaparecimento.

---

[2] A este nível, e como teremos ocasião de referir várias vezes ao longo deste trabalho, a cidade de Santarém, ou melhor, a sua burguesia, surge-nos como o principal polo de atracção.

[3] Para além de uma barregania, só se conhece a aliança com Sancha Martins Alão - de uma linhagem bem documentada para Santarém - sobrinha de João Soares Alão, bispo de Silves (1297-1310).

[4] Só o nome Baguim resistiu a uma quebra de varonia, uma vez que Maria Martins, filha de Mor Martins de Baguim (vd. **BAGUIM-X2**), ainda usou o apelido materno. Todavia, e note-se que era filha única, já nenhum dos seus filhos o usou.

4.4.1. CANELAS

Como acabamos de ver, a linhagem de Canelas caracterizou-se por um património bastante limitado, e maioritariamente localizado nos julgados vizinhos da cidade do Porto, bem como por um nível pouco prestigiante das alianças matrimoniais. Características que, em boa medida, explicarão a inexistência de contactos entre os seus membros e os meios próximos da corte.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Como anteriormente ficou dito, Soeiro Pires da Maia, filho do Dom Pero Pais da Maia, alferes de D.Afonso Henriques, teve vários bastardos. Destes, e seguindo a ordenação dos livros de linhagens (*LV*2C9), foi o mais velho:

IX1 - MARTIM SOARES [DA MAIA I], *de Canelas*, sobre quem apenas temos a referência ao seu casamento com **N. FERNANDES DE ALMEIDA**, filha de Fernão Martins de Almeida, e de que *fez seus filhos*[5] (*LV*2C9):

X1 - MARIA MARTINS DE CANELAS, que c.c. Fernão Martins Leitão (Vd. LEITÃO).

X2 - DURÃO MARTINS DE CANELAS, cav° que, tal como o seu irmão Rui, foi omitido pelos nobiliários, surge-nos pela primeira vez em 1293, a testemunhar um acordo celebrado entre o Cab° de Coimbra e os irmãos Pero Afonso e Rodrigo Afonso Ribeiro[6]. Finalmente, em 1304, desta vez como *cavaleiro da Maia*, Durão Martins volta a surgir como testemunha de um acordo firmado entre o most° de Arouca e Vasco Martins e a mulher, Dona Maria Martins de

[5] Só Maria Martins é indicada pelos nobiliários. No entanto, a afirmação de que Martim Soares teve mais do que um filho, de alguma forma corrobora a hipótese de que Durão Martins e Rui Martins também o foram.

[6] ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°85, n°3916 (doc. de 17 deNov.). Num doc. não datado, mas dos finais do séc. XIII ou dos primeiros anos da centúria seguinte, também Durão Martins de Canelas é referido como inquirido, no âmbito de uma inq. feita sobre a instalação da Ordem do Templo em Portugal (IDEM, *Gavetas*, VII-2-4).

Baguim[7]. Não sabemos se casou ou se teve descendentes.

X3 - *Rui Martins de Canelas*, que segue;

X3 - RUI MARTINS DE CANELAS, *miles* que, em 1280, doou ao most° de Pendorada dois casais sitos em Recarei, no j. de Penafiel de Sousa[8], doação que foi feita na companhia da mulher, **MARIA MATEUS [DO PORTO]**. Ora, quando Rui Martins se casou, no tempo de D.Afonso III, o sogro, Dom Mateus do Porto, ofereceu-lhe dois casais da quintã de Cornes[9], e que a partir de então passaram a estar honrados, situação que foi confirmada pelas Sentenças de 1290[10]. Desconhecemos a data da sua morte, mas no most° de Paço de Sousa dizia-se um aniversário pela sua alma[11]. Foi seu filho:

XI1 - *Martim Rodrigues de Canelas*, que segue;

XI1 - MARTIM RODRIGUES DE CANELAS, *cav° de Canelas*, testemunhou, em 1314, as partilhas feitas pelos herdeiros de Fernão Branco, cav° da Terra de S[a] M[a][12]. Em 1322 já nos aparece c.c. **MARGARIDA MENDES**, na companhia de quem doou ao most° de Paço de Sousa a quintã de Canelas e um casal, com a condição de receberem em suas vidas, e em vida de uma filha do casal, 50 mbs. por ano[13]. Essa filha chamava-se:

XII1 - BRANCA MARTINS DE CANELAS, que c.c. Gonçalo Pires de Lobão (Vd. LOBÃO).

Posteriormente a 1322, mas em data que desconhecemos, Martim Rodrigues voltou a

---

[7] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.3, m°5, n°55 (doc. feito no Porto a 10 de Jan.). Note-se que Maria Martins era filha de Mor Martins de Baguim, prima-direita de Durão Martins.

[8] ANTT, *CR - Most° de Pendorada*, cx.10, m°23, n°18.

[9] Lugar da fg. de S[a] Cristina de Malta, j. da Maia (hoje c. de Vila do Conde).

[10] ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2 (Perg.5).

[11] ADP, *Secção Monástica - Most° de Paço de Sousa*, n°92, fl.19v°.

[12] ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.2, m°6, n°32.

[13] ADP, *Secção Monástica - Most° de Paço de Sousa*, n°91, fl.29 (doc. de 22 de Jul., parcialmente transcrito por A.A.MEIRELES, *1942a*, p.223). Vários anos depois, a sua filha e genro, atendendo aos muitos obséquios que o most° prestara aos seus pais, abdicou do rendimento a que tinha direito sobre a quintã de Canelas, doando ainda o casal de Carros (A.A.MEIRELES, *1942a*, pp.222-223 e 249).

casar, desta vez com **DOMINGAS ANES**, de quem teve uma outra filha:

XII2 - *Inês Martins de Canelas*, que segue;

XII2 - INÊS MARTINS DE CANELAS, sobre quem temos uma referência bastante curiosa, relacionada com a quintã de Canelas. Com efeito, em Dezembro de 1347, D.Afonso IV ordenou que o mostº de Paço de Sousa se mantivesse na posse daquela quintã, a qual tinha sido usurpada "pela força das armas e multidão de gente" por Fernão Garcia, escdº, e por Inês Martins, donzela[14]. Parece-nos lógico deduzir que Inês Martins, não estando de acordo com a cedência efectuada por seu pai em relação à posse da quintã, a tenha usurpado. O que nós não sabemos é que tipo de relação haveria entre ela e o dito escdº, mas é bem provável que existisse alguma. Mas, mesmo em caso afirmativo, também não sabemos se tiveram descendência.

[14] A.A.MEIRELES, *1942a*, p.272.

4.4.2. BAGUIM

Melhor colocados que os seus parentes de Canelas, uma vez que usufruiram de um património mais alargado, bem como de alianças matrimoniais mais prestigiantes, nem por isso os de Baguim conseguiram ultrapassar as consequências do celibato masculino, o que provocou o desaparecimento deste apelido em apenas duas gerações.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

O início do uso do nome Baguim[1] começa com o segundo filho - fazendo fé na ordenação proposta pelo *Livro Velho de Linhagens* - de Soeiro Pires da Maia (*LV*2C9):

IX1 - MARTIM SOARES [DA MAIA II] DE BAGUIM, *Narizes*, referido pela primeira vez em 1242[2], quando testemunha duas doações feitas à Sé do Porto[3]. Em 1247 já teria

---

[1] O uso do nome Baguim, pelo menos pela parte de Martim Soares, levanta-nos algumas dúvidas. Com efeito, enquanto que em *LV* é referido apenas como *Martim Soares Narizes* (2C9), tanto em *LD* como em *LL* aparece indicado com o nome Baguim (6E6 e 16D5, respectivamente). Contudo, na documentação coeva, ou não aparece "apelidado" (1247) ou então é referido como *cavaleiro de Baguim* (1242). Ora, o que nos coloca algumas dúvidas, é precisamente o facto de ser a sua mulher que é expressamente referida como Maria Rodrigues de Baguim (1242). Este facto permite-nos colocar a seguinte hipótese: o património e o "nome" de Baguim seriam de Maria Rodrigues, sendo, pelo casamento, adoptado por Martim Soares - bastardo e de alcunha *o Narizes* - como "cav^{o} de Baguim", e transmitido aos seus descendentes. O nome, posteriormente (quer nas Sentenças de 1290 quer nos livros de linhagens), seria recordado em relação à pessoa de Martim Soares e não à da sua mulher.

[2] Atendendo à cronologia que possuimos para Martim Soares de Baguim, parece-nos difícil de aceitar que já fosse vivo em 1172 (doc. de Junho de 1172, publ. por M.H.C.COELHO, *1977*, p.298, e ref. por J.MATTOSO, *1981*, p.220). Mas, ainda que o fosse, o doc., relativo a uma doação feita por Dona Elvira Viegas [de Riba Douro] a um neto de nome Martim Soares, não permite atribuir, em exclusivo, essa doação ao de Baguim, uma vez que este tinha um irmão homónimo, o de Canelas. Por outro lado, a doação em causa dizia respeito a bens situados em Canaveses, local onde, e tanto quanto sabemos pela documentação posterior - relativa quer a Martim Soares quer aos seus descendentes - os de Baguim não tiveram propriedades.

[3] Na primeira, de 3 de Abril, e como *cav^{o} de Baguim*, testemunha uma doação feita pelo cav^{o} Lourenço

falecido, uma vez que não é referido a propósito de uma doação feita à mesma Sé pela sua mulher, **MARIA RODRIGUES DE BAGUIM**, e pelos seus filhos[4]. Quanto aos seus bens, os dados recolhidos levam a crer que se encontravam concentrados nos j. de Gondomar e de Arouca[5]. Teve os seguintes filhos:

X1 - *Martim Martins de Baguim*, que segue;

X2 - MOR MARTINS DE BAGUIM, que c.c. Martim Vasques Mogudo de Sandim[6] (Vd. SANDIM).

X3 - TERESA MARTINS DE BAGUIM, que casou primeiro com Vicente Martins Curutelo (Vd. CURUTELO), e depois com Martim Pires de Podentes (Vd. PODENTES).

X4 - PERO MARTINS DE BAGUIM, freire omitido pelos nobiliários medievais, só nos aparece em 1270, em Baguim, como mediador das partilhas efectuadas entre Martim e Mor[7].

X5 - URRACA MARTINS DE BAGUIM, também desconhecida pelos livros de linhagens, surge-nos referida em 1277, vendendo a sua irmã Mor Martins, por 40 lbs., meio casal situado na vila de Sá, t. de Arouca[8]. Nada mais conseguimos apurar a seu respeito.

Vasques; na segunda, de Set., e apenas como cav°, serve de test. ao cav° Pero Soares (*CCSP*, pp.57-58 e 59-60, respectivamente).

[4] *CCSP*, pp.66-67. Através dessa doação abdicaram do direito que tinham no padroado da ig. de S[a] Cruz de Riba Leça. Dona Maria de Baguim também tinha bens no j. da Maia: assim, as Inq. de 1258 referem que possuia dois casais no l. da Quintã (fg. de S.Fins de Coronado), e que pela sua *progenie* se honrava todo esse lugar (*PMH - Inq.*, p.508).

[5] Quanto aos bens situados em Arouca teremos oportunidade de os referir a propósito dos seus filhos. Relativamente aos de Gondomar, as Inq. de 1288 registaram os seguintes: que os de Baguim, desde o tempo de D.Sancho II - supostamente a partir de Martim Soares - recebiam serviços de vários casais de mosteiros, de igrejas e de herdadores, no l. de Manariz (fg. de S.Salvador de Fânzeres), honrando-os; que na mesma fg., Martim Soares trouxera honrada a casa da Figueira, que ele tinha feito numa herdade devassa, que o próprio comprara a um cidadão do Porto. Pelas Sentenças de 1290, casais e casa ficaram devassas (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.9). As Inq. de 1258 também o referem, a propósito de uma quintã que ele adquirira no tempo de D.Sancho II, na fg. de S.Cosme de Gondomar, a qual, *post mortem ipsius Martini Subgerii*, fora comprada pela Sé do Porto (*PMH - Inq.*, p.520).

[6] Deste matrimónio nasceu uma única filha, Maria Martins II - e não Mor Martins II, como habitualmente é referida - que usou o apelido materno. Casou duas vezes, a primeira com Fernão Pires de Portocarreiro e a segunda com Vasco Martins, cav° de linhagem não identificada.

[7] Vd. nota 11.

[8] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.3, m°12, n°47.

X6 - MARIA MARTINS DE BAGUIM I, que c.c. Gonçalo Godins[9].

X1 - MARTIM MARTINS DE BAGUIM, *Alvelo por sobrenome, que foi mui boo cavaleiro e mui saboroso* (*LL*16D5), cav° que já referimos a propósito da doação que efectuou com sua mãe em benefício da Sé do Porto[10], volta-nos a aparecer em 1270, desta vez para fazer partilhas com a sua irmã, Mor Martins, de alguns bens que lhes ficaram da parte dos pais[11]. Não sabemos se casou ou se deixou descendência[12].

[9] Também omitida pelas fontes linhagísticas, não temos dúvidas em identificá-la como filha de Martim Soares de Baguim. Enviuvou antes de 1235 (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.121).

[10] Vd. nota 4.

[11] As partilhas, efectuadas em Baguim na presença de Pero Martins de Baguim, contemplavam diversos bens situados no j. de Arouca: 10,5 casais, 1 moinho, 10 courelas, 2 rossios, 3 devesas e 2 paços - *palacium de sub turre et palacium magnum de fora* - mas, infelizmente, não ficou explícito o que coube a cada uma das partes (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.3, m°4, n°62).

[12] Talvez seja possível identificá-lo com um Martim Martins, cav°, que em 1294 e em 1298 testemunhou alguns diplomas relativos ao most° de Arouca (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°7, n°28, e gav.5, m°8, n°5, respectivamente), cenóbio a que a sua irmã Mor esteve muito ligada (M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.506).

4.4.3. GAIA

Apresentando uma mobilidade geográfica mais acentuada que os de Canelas ou os de Baguim e, à partida, um relacionamento mais próximo com a corte - atendendo ao facto de contarem com um trovador - nem assim os de Gaia conseguiram destacar-se da mediania em que cairam as três linhagens que, por varonia, muito embora bastarda, descendiam dos poderosos senhores da Maia.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

No terceiro filho de Dom Soeiro Pires da Maia se iniciou o uso do apelido Gaia:

IX1 - JOÃO SOARES [DA MAIA] DE GAIA, *Veloso* (*LV*2C9), que só encontrámos referido pelas Inq. de 1288, a propósito da aldeia de Sá (fg. de S.Miguel de Arcozelo, j. de Gaia), a qual detivera toda por honra, tal como o faria depois um dos seus filhos. À data das referidas inq., porém, a dita aldeia era defendida por honra pelos mosteiros de Grijó e de Santo Tirso[1]. Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* teria casado com **MARIA SOARES** (*LL*16C5), enquanto que o *Livro Velho de Linhagens* afirma que teve uma barregã, mas sem a nomear (*LV*2C9). Quanto à descendência, a primeira fonte refere apenas um filho, João Anes, ao passo que a segunda acrescenta o nome de Martim Anes:

X1 - *João Anes de Gaia*, que segue;

X2 - MARTIM ANES DE GAIA I, que só é referido por *LV*, e sobre o qual não

[1] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.1. As Sentenças de 1290 mantiveram a honra da parte que ficou na posse do seu filho (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.1).

encontrámos qualquer informação[2].

X1 - JOÃO ANES DE GAIA, *que foi cavaleiro de boa palavra e muito saboroso* (*LL*16C5), única referência que conhecemos a seu respeito[3]. A mesma fonte acrescenta que casou, não nomeando, porém, o nome da sua mulher, de quem teve:

XI1 - ESTÊVÃO ANES DE GAIA, *que foi clerigo* (*LL*16C6). Com efeito, Estêvão Anes foi Prior de S.João de Alfange de Santarém, e como tal testemunhou, em 1265, uma doação feita à Sé do Porto pelo cavº Rodrigo Afonso Ribeiro[4]. Aquele nobiliário também afirma que teve um filho, o que é confirmado pela c. de leg. desse bastardo, tido em **TERESA MIGUÉIS DE GUIMARÃES**:

XII1 - JOÃO ESTEVES DE GAIA I, leg. por c. de 26 de Agosto de 1319[5]. A sua biografia já se encontra elaborada, uma vez que João de Gaia *foi mui boo trobador e mui saboroso* (*LL*16C7)[6]. Referenciado entre 1287 e 1330, parece ter acompanhado de perto os sucessos políticos do seu tempo, deixando "3 ou 4 cantigas de amor e 3 de escárnio"[7]. Não sabemos se casou ou se deixou descendência.

XI2 - *Martim Anes de Gaia II*, que segue;

XI2 - MARTIM ANES DE GAIA II, omitido pelos livros de linhagens, mas cuja filiação em João Anes nos parece plausível[8]. As Sentenças de 1290 mantiveram honrados uma

---

[2] A.A.FERNANDES (*1991*, p.131), identifica um «Martim Anes cavaleyro», possuidor de bens na fg. de Nogueira da Regedoura (j. da Feira), como filho de João Soares de Gaia. Ora, tirando a circunstância de o j. da Feira ser vizinho do de Gaia, desconhecemos em que outro tipo de informações aquele autor se baseou para propor aquela filiação.

[3] Contudo, é provável que João Anes seja o filho indicado pelas Inq. de 1288 (vd. nota 1), a propósito da posse da honra de Sá.

[4] *CCSP*, pp.201-203 (doação feita em Paço de Sousa, em Dez.).

[5] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.127vº.

[6] A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.360-361.

[7] IDEM, *ibidem*.

[8] Em primeiro lugar, a cronologia, que não parece colidir com a de seu presumível irmão, Estêvão Anes

quintã e quatro casais sitos em Soutelo (fg. de Sª Mª de Vilar, j. da Maia)[9]. Depois desta data perde-se-lhe o "rasto", e só o voltamos a encontrar, parece que em fim de vida, em 1320. Ao longo desses trinta anos, entretanto, casara com **CATARINA FERNANDES**, tivera filhos e netos, e passara a viver na área de Lisboa[10]. Teve os seguintes filhos:

XII2 - *Estêvão Martins de Gaia*, que segue;

XII3 - VICENTE MARTINS DE GAIA, que unicamente conhecemos em 1320, quando consentiu que os pais fundassem a capela atrás referida[11].

XII4 - JOÃO MARTINS DE GAIA.

XII5 - AFONSO MARTINS DE GAIA.

XII6 - N. MARTINS DE GAIA, que à data da fundação já estava c.c. **FRANCISCO ANES**. Desconhecemos se tiveram filhos.

XII2 - ESTÊVÃO MARTINS DE GAIA, que em 1320, como já referimos, foi nomeado pelo pai testamenteiro, e admnistrador da capela que este então fundara no mostº de S.Vicente de Fora[12]. Naquela data já era casado - muito embora não seja referido o nome da mulher - e já tinha um filho, o mais velho dos dois que lhe conhecemos:

XIII1 - MARTIM ESTEVES DE GAIA, apenas referido no testamento do avô.

XIII2 - *João Esteves de Gaia II*, que segue;

XIII2 - JOÃO ESTEVES DE GAIA II, escdº que temos referenciado entre 1351 e 1371.

(1265): é referido com propriedades em 1290, e em 1320, já avô, faz o testº; em segundo lugar, o seu nome, Martim de Gaia, idêntico ao de *seu* tio, bem como os nomes de alguns dos seus filhos - Estêvão e João - os quais revelam uma onomástica de cunho "familiar"; e, finalmente, a localização dos bens, inicialmente na Maia e depois na Estremadura - recorde-se que os *seus* irmão e sobrinho tiveram um percurso que também os aproximou daquela região.

[9] ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2 (Perg.5).

[10] A 30 de Setembro de 1320, na companhia da mulher, e com o acordo dos filhos, fundou e instituiu uma capela no mostº de S.Vicente de Fora, nomeando para testamenteiro e administrador da referida capela o seu filho Estêvão (doc. parcialmente transcrito nos *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Sumários de Lousada*, p.260).

[11] Vd. nota 10. Como esta informação, infelizmente, também é a única que possuímos para os outros filhos de Martim Anes II, não a voltaremos a repetir.

[12] Vd. nota 10.

Naquele primeiro ano, e residindo em Lisboa, foi nomeado procurador por Álvaro Afonso, vassalo do Rei e alcaide de Loulé, para em nome deste receber uma herança em Lisboa[13]. Já nesta data se encontrava c.c. **SANCHA MARTINS ALÃO**[14]. Em 1371, finalmente, recebeu do most° de Odivelas, através de um prazo em 3 vidas, duas courelas de vinha situadas em Frielas[15]. Não sabemos se este casal teve descendência.

[13] ANTT, *Sala 25 - Coleg^a de Frielas*, m°2, n°19. Dois anos depois aparece como procurador de Rodrigo Anes de Sá e da mulher deste, a propósito de um litígio que este casal tinha com o most° de Grijó (IDEM, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°6, fl.301v° - doc. de 26 de Nov. de 1353). Em 1360, o cav° João Afonso Banha, morador em Évora, obrigou todos os bens por certa quantia que tinha que entregar a João Esteves (IDEM, *Sala 25 - Coleg^a de Frielas*, m°2, n°23).

[14] O doc. cit. na nota anterior, refere João Esteves como genro de Martim Soares Alão. Este era irmão do bispo de Silves, João Soares Alão. Quanto a Sancha Martins, temos conhecimento dela alguns anos antes, talvez ainda solteira e residindo em Caneças, no t. de Lisboa, quando comprou ao irmão, João Martins, por 60 lbs., os bens que ele possuia, pela parte da mãe, Teresa Pires, em Ribamar e na Torre de Pedrouços (ANTT, *Sala 25 - Coleg^a de Frielas*, m°1, n°60 - doc. de compra feito no Paço dos Tabeliães de Lisboa, a 1 de Abril de 1339).

[15] ANTT, *Sala 25 - Coleg^a de Frielas*, m°1, n°57.

4.5. BAIÕES

>BAIÃO

>AZEVEDO

>VELHOS

>PAIVA

Uma das cinco linhagens que, segundo o *Livro Velho de Linhagens*, "andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal", os de Baião têm merecido a atenção de diversos autores, quer pelo seu desempenho no processo que levou à independência do reino de Portugal quer pelo lugar destacado que ocuparam no conjunto da nobreza até aos finais do século XIII[1].

Como facilmente se infere do texto da nota anterior, pouco poderemos acrescentar ao que os autores citados já referiram, nomeadamente os dois últimos, sobretudo num texto introdutório como este, o qual pretende ser, acima de tudo, uma síntese sobre as principais características que permitam definir esta linhagem no quadro da nobreza dionisina. De resto, e como teremos oportunidade de ver, o ramo principal acabou por se extinguir exactamente no início do reinado de D.Dinis, o que nos obrigará a preteri-lo em favor dos ramos colaterais e secundários[2].

Esta última questão, desde logo, aponta para uma importante característica da linhagem, ou seja, a sua fragmentação. Na verdade, a análise do esquema relativo à segmentação da linhagem-mãe impressiona pelo número avultado de sub-linhagens a que os Baiões deram origem (17), o que, por outro lado, dificulta a elaboração de uma síntese,

---

[1] Da bibliografia que concerne a esta linhagem destaquem-se os trabalhos de: A. de Almeida Fernandes (*1960*, pp.36-38, 45-47 e 62-64; *1973*, pp.88-89, e *1978b*, pp.75-77 e 121), os quais se debruçam, prioritariamente, sobre as primeiras gerações e o seu envolvimento na independência portuguesa; de José Mattoso (*1981*, pp.133 e 167-173, *1982a*, pp.61-65, e *1985b*, I, pp.170-173), os quais, para além de abordarem as temáticas acima referidas, procuram sintetizar o percurso da linhagem desde as origens até à extinção dos seus ramos principais; e de Leontina Ventura (*1992*, pp.105-107, 161, 320-324, 599-608 e 811-825), o qual se centra nos de Baião que pertenceram à Corte de D.Afonso III.

[2] Entendemos por colaterais os Azevedos, Velhos e Paivas, linhagens que muito cedo se autonomizaram em relação à linhagem-mãe, pelo que seria um pouco "forçado" referi-las como secundárias. Esta última designação justifica-se enquanto aplicada aos Gatos, Redondos ou Vasquinhos.

atendendo à necessidade de confrontar um tão variado leque de implantações geográfico-patrimoniais, de posicionamentos na hierarquia nobiliárquica ou de destinos. Assim sendo, e no sentido de obter uma maior clareza da exposição, será talvez preferível "segmentar" também essa introdução em outros tantos textos-síntese, no início do estudo de cada uma dessas sub-linhagens, para os quais desde já remetemos o leitor.

Antes, porém, não deixaremos de enunciar alguns aspectos que nos parecem relevantes para definir a linhagem nos seus primeiros tempos, não só porque o âmbito cronológico do nosso trabalho nos impede de estudar em pormenor as gerações iniciais, mas porque essa enunciação facilitará o confronto com as situações que se venham a verificar durante o período dionisino.

Em primeiro lugar, a implantação geográfica do património[3]. Como o próprio nome indica, a linhagem fixou-se no entre Douro e Tâmega, numa região controlada pelo castelo de Baião, aproveitando, a exemplo de outras, o posicionamento fronteiriça para adquirir terras e poder, estendendo depois os seus interesses para áreas situadas na margem sul do Douro, como Arouca ou Armamar. Não se estranhará, por isso, que um dos seus ramos vá buscar o apelido ao rio Paiva, junto do qual constituiu um importante património.

Contudo, temos que chamar a atenção para o facto de a linhagem, desde muito cedo (2ª met. do séc. XI), se ter dividido em quatro troncos principais: Baiões, Paivas, Azevedos e Velhos. Ora, enquanto que os dois primeiros se vão situar, patrimonialmente, na zona de "origem", ou relativamente próximo dela, os dois últimos fixam-se bem longe, ou seja, na faixa litoral de entre Cávado e Lima, e mesmo a norte deste último rio. A explicação para este afastamento, segundo cremos, deverá procurar-se nas alianças matrimoniais destes dois ramos. De facto, e se a proposta de Almeida Fernandes para o casamento de Soeiro Guedaz da Várzea estiver correcta[4], é compreensível que os Velhos se tenham fixado numa região onde, por via materna, herdaram património. Explicação que se pode aplicar aos Azevedos, já que o seu "fundador" casou com uma das filhas de Soeiro Guedaz.

O casamento agora referido, remete-nos para o segundo aspecto que gostaríamos de salientar, ou seja, o das alianças matrimoniais. A análise da árvore genealógica relativa às primeiras gerações desta linhagem, parece tornar clara a articulação da implantação geográfica do património dos quatro ramos principais que referímos, com os grupos familiares onde procuravam as suas alianças. Assim, Baiões e Paivas, até meados ou finais do século XII, orientam as suas estratégias matrimoniais para as linhagens do seu nível, ou seja,

[3] As informações que se seguem foram, sobretudo, obtidas nos trabalhos de José Mattoso indicados na primeira nota.

[4] Vd. nota d) à árvore genealógica das primeiras gerações dos de Baião.

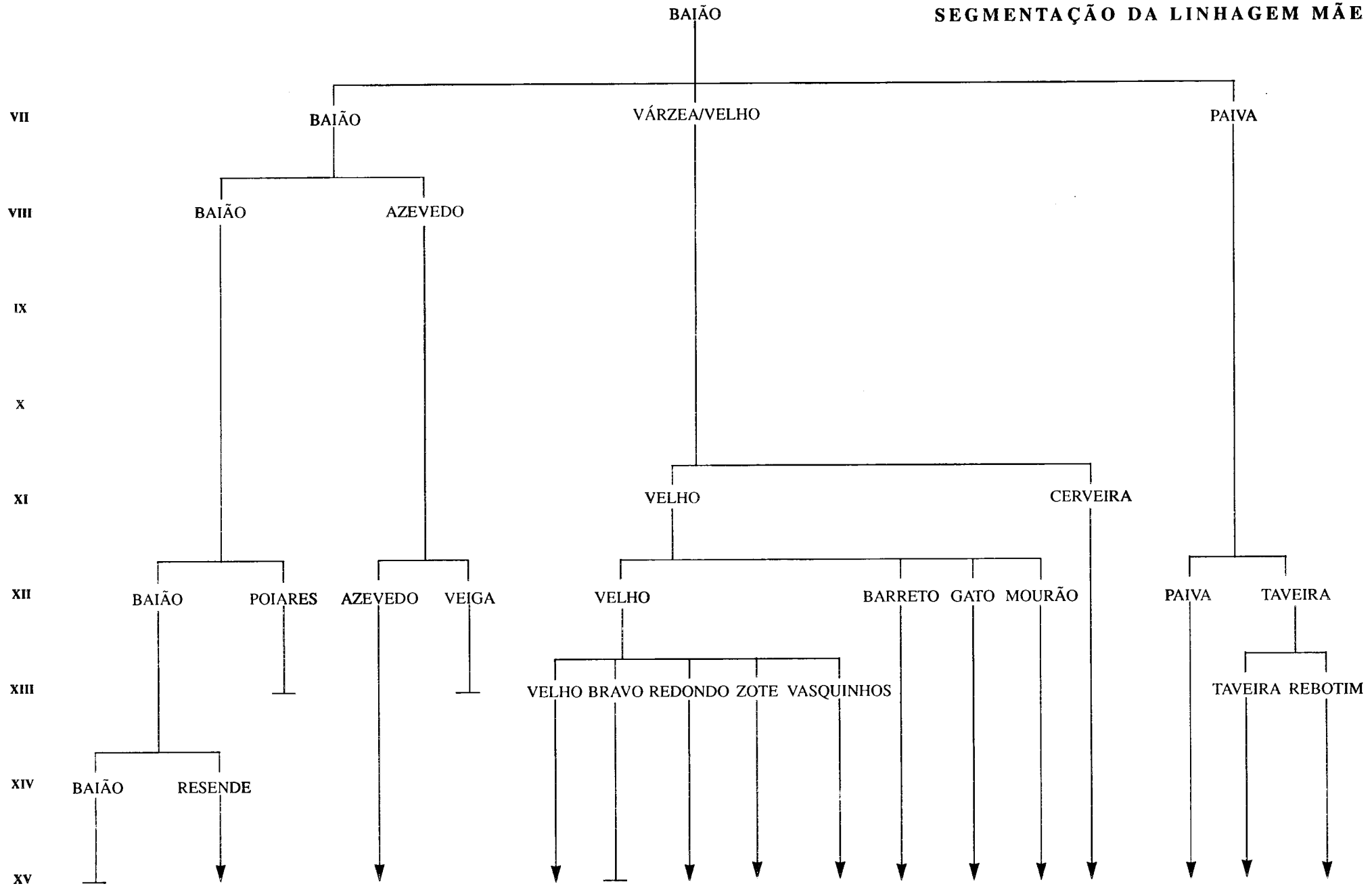
as do topo da hierarquia - Maias, Bragançoes e Ribadouros - estratégia que o tronco principal, os de Baião, conseguirá manter até ao final do século XIII. Os Velhos e os Azevedos, por outro lado, parecem preferir as alianças que cimentem a sua implantação no alto Minho, seja com linhagens portuguesas, como os Silvas ou os Valadares, seja com linhagens galegas, como os de Toronho ou mesmo os Trastâmaras.

Para além disso, nota-se ainda uma tendência para alianças dos diferentes troncos entre si, visível sobretudo entre Velhos e Azevedos, o que acabaria por reaproximá-los, atenuando assim os efeitos centrífugos provocados, naturalmente, pelo tempo e pela distância.

Um terceiro aspecto, finalmente, diz respeito ao elevado número de mosteiros a que os Baiões se encontram associados, através dos seus quatro ramos principais, como sejam os de Paço de Sousa (Paivas), e os de Barbudo, Carvoeiro, Várzea, Manhente e Vilar de Frades (Velhos/Azevedos).

Expostas, assim, as principais linhas de força que, no nosso entender, melhor podem caracterizar as gerações mais recuadas dos Baiões, é chegada a altura de conhecermos em pormenor o percurso que os conduziu até ao final do período dionisino, através de um elevado número de "rebentos", começando por aquele que até ao final conservou o nome de Baião, e que mais protagonizou os destinos do reino desde a sua fundação.

SEGMENTAÇÃO DA LINHAGEM MÃE



NOTAS À ÁRVORE GENEALÓGICA DOS BAIÕES

a) A ascendência de Arualdo Gondesendes até Ero Fernandes é proposta por A. de Almeida Fernandes (*1973*, pp.88-89), e aceite por J.Mattoso (*1985b*, I, p.170), o qual já anteriormente admitira a hipótese de Arualdo ser filho de Gondesendo Soares (*1981*, p.133). Por outro lado, a descendência de Ero Fernandes foi mais numerosa (J.MATTOSO, *1981*, pp.127-138), mas não foi aproveitada, ou por se ter desenvolvido em linhas femininas ou porque as masculinas se extinguiram antes de originarem famílias com alguma continuidade. Ainda sobre a linhagem e a sua implantação na *terra* de Baião, vd. M.J.BARROCA, *1988*, pp.3-7.

b) Será possível que o "fundador" dos de Urgeses, Cresconho Arualdes (*LL*49A1) também fosse filho de Arualdo de Baião? O patronímico, nada vulgar, poderia sugerir essa ligação e mesmo a implantação dos de Urgeses em Guimarães não seria impeditiva daquela. No entanto, a cronologia conhecida para os descendentes de Cresconho dificilmente se articula com a dos de Arualdo de Baião.

c) Sobre o nome deste indivíduo veja-se a nota e). Quanto ao nome de sua mulher, A. de Almeida Fernandes (*1972a*, pp.68-70), aponta o de Emiso Froiaz, protectora do mostº de Santo Antonino de Barbudo, do qual os Velhos foram padroeiros.

d) Nenhum dos nobiliários medievais refere o nome da mulher de Soeiro. Contudo, A. de Almeida Fernandes (*1972a*, pp.65-71), casa Soeiro com Goina Pais, descendente de Afonso Betotes, conde de Tuy e de Deza, repovoador do Minho inferior, e dá-lhe ainda um segundo casamento com Eilo, ou Aurodomna Pais, de quem teve filhos. Aliás, a descendência de Soeiro Guedaz que se indica, e que nalguns pontos se afasta da que é proposta pelos nobiliários medievais, é a que o autor referido sugere ao longo do trabalho citado e que nos parece documentalmente segura.

e) A.de Almeida Fernandes (*1960*, pp.37-38 e 45-47) não aceita a identificação de Troitosendo Guedaz com o fundador do mostº de Paço de Sousa, Troitosendo

Galindes, atendendo às diferentes cronologias conhecidas para ambos. De igual forma, José Mattoso (*1981*, pp.167 e ss.) dá ao Galindes uma ascendência que não coincide com a que os nobiliários medievais dão ao Guedaz (*LL*42A1; *LD*14A1 e 15B1). Assim sendo, os de Paiva, ou seja, os descendentes do fundador de Paço de Sousa, não entroncariam nos de Baião. Posteriormente, J.Mattoso (*1985b*, I, p.172), admitiu que aqueles descendem, de facto, destes, seguindo a lição dos livros de linhagens (retomando, assim, o que antes aceitara - *1968*, p.16), o que também aqui faremos, até porque a sucessão de gerações a partir de Pero Troitosendes, pelos dados cronológicos que se conhecem, vai coincidir, sensivelmente, com a proveniente de Gondesendo Arualdes.

f) Indivíduo cuja existência não se encontra documentada, mas que Almeida Fernandes aceita para suprir as discrepâncias cronológicas relativas a Egas Gondesendes.

g) Toda Hermiges era sobrinha de Pero Troitosendes, pois era filha de Vivili Troitosendes e de Hermígio Aboazar da Maia. Entretanto, Toda Hermiges tinha casado em primeiras núpcias com Egas Moniz I, o Gasco, sendo através desse matrimónio que os Riba Douro se ligaram ao mosteiro de Paço de Sousa, do qual vieram a ser os principais patronos (J.MATTOSO, *1981*, pp. 169 e 186).

h) A. de Almeida Fernandes (*1960*, p.127), afirma que Egas Gondesendes II teve um irmão com este nome. É possível que assim seja, pois que a filha de João Viegas teve um filho com nome idêntico (*LL*42Q6-7).

i) A. de Almeida Fernandes (*1972a*, pp.79-84), afirma que Paio Godins casou com Gontinha Nunes, uma filha de Nuno Soares Velho I desconhecida dos linhagistas medievais.

j) O *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, como não refere a existência de Gondesendo Viegas, dá estes quatro indivíduos por bisnetos de Egas Gondesendes I, filhos de um Egas Hermiges e netos de um Hermígio Viegas I (*LL*40D5). Por outro lado, o *Livro do Deão* filia-os em Egas Moniz de Baião, o Gasco (*LD*11A3). No entanto, e pela cronologia que se conhece para estes quatro irmãos, só poderiam ser filhos de Egas Gondesendes II, como já salientaram ALmeida Fernandes (*1960*, pp.62-

63, *1973*, pp.88-89 e *1978b*, pp.76-77) e José Mattoso (*1981*, pp.189-190 e *1982a*, p.64).

k) Quanto à descendência de Paio Pires Romeu existem várias incongruências entre os vários nobiliários medievais. Assim, em *LV*2F7 apontam-se a Paio Romeu três filhos e duas filhas (Martim Saído, Pero Galego, Soeiro Mouro de Paiva, Mor Pais de Curveira e uma outra "que foi avó de Afonso Ribeiro e de seus irmãos"), enquanto que em *LD*6G4 só Soeiro e Mor são referidos; finalmente, *LL*42N4 indica Soeiro e uma Maria Pais.
As indicações do primeiro parecem confirmadas pela documentação recolhida por J. Mattoso (*1981*, pp.170-171), o qual assinala ainda a existência de mais um filho, Gonçalo, bispo de Coimbra entre 1109 e 1128. Quanto à outra filha, que foi avó de Afonso [Pires] Ribeiro [I], deverá ser a que se indica como segunda mulher de Gomes Mendes Guedeão e sobre a qual já nos referímos (vd. as notas c) e e) à àrvore genealógica dos Guedões). De acordo com esta última referência preferimos o casamento de Mor Pais com D.Egas Bufo, tal como é sugerido em *LV*2F7 (vd. nota o)). Desta forma, e como só Soeiro parece ter tido descendência, seguiremos a lição de *LL*.

l) Maria Pires em *LL*40D6, mas em *LV*2U8 afirma-se que casou com Sancha Afonso, da qual teria tido uma filha, Sanchina (Sancha?) Pires, mulher de Vasco Pires Veirão de Bragança. Será confusão, ou terá casado duas vezes?

m) Segundo Almeida Fernandes seria filha do casal referido na nota i), bem como suas irmãs Oneca e Mor Pais.

n) O *Livro do Deão* afirma que Paio Soares deu origem aos de Cequiavi e de Airó (*LD*14C4). Na verdade, temos várias referências a indivíduos dessas famílias (Sequiade e Eiró), mas como nos é impossível reconstituir as gerações intermédias que cobrem a segunda metade do século XII e a primeira metade da centúria seguinte, não poderemos desenvolver este ramo dos de Baião.

o) Este casamento tem originado algumas confusões já que, segundo os nobiliários medievais, Paio Vasques de Bravães casou com uma Sancha Soares, filha de "dom Sueiro Velho e de dona Aldonça Nuniz" (*LL*63A2). Ora, como houve dois Soeiro

Nunes Velho e ambos tiveram mulheres chamadas Aldonça Nunes e como, por outro lado, só do segundo é que *LL* atribui uma filha Sancha, José Mattoso, na sua edição crítica do *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, naturalmente deduziu que foi esta que casou com Paio Vasques (*LL*, "Índices", p.295). No entanto, este casamento era cronologicamente impossível, já que Paio Vasques de Bravães foi mordomo da Rainha Dona Teresa (J.MATTOSO, *1985b*, I, p.139), e os filhos de Soeiro Nunes Velho II viveram, aproximadamente, nos finais do séc. XII e na primeira metade do séc. XIII. Contudo, também o primeiro Soeiro Nunes teve uma filha Sancha que vivia por volta de 1112, como documentalmente foi comprovado por A. de Almeida Fernandes (*1972a*, pp. 85-86). Como, porém, o *Livro do Deão* tanto chama, à mulher de Paio Vasques, Sancha Nunes (*LD*14F6) como Sancha Soares (*LD*22A2), aquele autor preferiu o patronímico Nunes, e deduziu que a mulher de Paio Vasques teria sido uma filha de Nuno Soares Velho II, referida como Mor Nunes e que não casou (*LL*42A5), e que o mesmo autor entendeu ser uma "Maior cognomento Sancia" (A.A.FERNANDES, *1972a*, p.127). Contudo, e como também a este autor não pareceu que a cronologia de Paio Vasques se coadunasse muito bem com a dos filhos de Nuno Soares II, avançou a *hipótese* de Mor ser muito mais velha que os outros irmãos, de modo a justificar que esta tivesse sido bisavó da Maria Aires de Fornelos, amante de Sancho I.

O que nos parece de aceitar são as lições de *LL*63A2 e de *LD*22A2 à luz da existência, documentalmente comprovada, de uma filha de Soeiro Nunes Velho I chamada Sancha Soares.

p) Sobre o casamento de Mor Pais com Egas Bufo, veja-se A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, pp.108 e 222-223.

q) Seguramente por lapso, L.VENTURA (*1992*, p.825), confunde Hermígio Viegas de Baião com Hermígio Mendes de Ribadouro, dando àquele a mulher e os filhos que a este pertencem (vd. J.MATTOSO, *1981*, pp.193-194).

r) Os de Poiares provinham dos Baiões, mas não os desenvolvemos já que se extinguiram muito cedo. Sobre os descendentes de Mem Nunes (*LL*33A1, E2 e 40E7-9), cfr. J.MATTOSO, *1982a*, p.64.

s) Muito embora em *LL*56G5 se apelide Ramiro Gonçalves da Cunha, a análise do texto sugere uma filiação em Gonçalo Ramires Carpinteiro. Assim sendo, as duas filhas de Nuno Pais Vida teriam casado na mesma família, com um tio e um sobrinho. No entanto, L.VENTURA (*1992*, p.673) afirma que Ouroana Nunes Vida casou com Ramiro Viegas de Urtigosa e que foram os pais de Fernão Ramires Quartela. Se de facto assim foi, esse matrimónio revela uma complexa rede de alianças entre os vários ramos dos Baiões através de uma única família. Se não, vejamos: Ouroana Nunes Vida (Baiões > Azevedo) casa com o referido Ramiro Viegas tendo por filho a Fernão Ramires Quartel; este, casou com Cristina Soares de Paiva (Baiões > Paiva) e a descendência deste casal aliou-se preferentemente aos de Baião (Maria Fernandes casou com Pero Afonso de Baião, Garcia Fernandes com uma sobrinha, Teresa Pires, filha do casal anterior, e uma filha de Pero Fernandes com Afonso Rodrigues de Baião, sobrinho de Pero Afonso - vd. árvore genealógica dos Baião-Resende).

t) Será deste ramo que surgirão os Bravos, Redondos e Zotes.

u) Será deste ramo que surgirão os Rebotins.

4.5.1. BAIÃO-RESENDE

Como ficou exposto no texto introdutório à linhagem-mãe dos Baiões, o seu ramo principal, e único que manteve a designação familiar *de Baião*, foi já estudado por diversos autores atendendo, sobretudo, à importância da linhagem no conjunto da alta nobreza dos sécs. XII e XIII, e ao protagonismo da maioria dos seus membros ao longo desse período. Assim sendo, poucos elementos novos poderemos aduzir àqueles que outros já carrearam para a reconstituição da linhagem. Esta, como se referiu, extinguiu-se na varonia no início do reinado de D.Dinis, seguindo o nome de Baião apenas por via bastarda e, mesmo assim, não sobrevivendo para além dos meados do século XIV.

Contudo, os diversos autores que trataram esta família têm esquecido, ou pelo menos ignorado, o ramo dos senhores da honra de Resende os quais, pelo menos até ao início do século XIV, possuiam a varonia de Baião, muito embora se apelidassem com o nome da honra. Extinto também na varonia, o apelido Resende veio a perdurar, contudo, já que os descendentes da filha mais velha do último varão tomariam o apelido materno, e não o paterno que era Pimentel.

Assim, e mesmo correndo o risco, conscientemente assumido, de tornar o texto genealógico mais complexo, vamos apresentar os de Baião e os de Resende em conjunto[1]. Desta forma, porém, pensamos que a análise da linhagem poderá beneficiar com uma visão mais alargada, que permitirá comparar entre si dois ramos que provêem de um tronco paterno comum, mas com ascendências maternas diferentes, e verificar se este último factor influenciou, ou não, os destinos de cada um, quer ao nível do património ou da mobilidade geográfica, quer ao nível do posicionamento na hierarquia nobiliárquica e das estratégias matrimoniais.

Talvez que este último aspecto, o das alianças, seja o que mais directamente beneficia com o método proposto. Na verdade, a simples análise da árvore genealógica dos Baião-

[1] A complexidade do texto, no entanto, pode ser atenuada pelo facto de o ramo dos de Baião já estar suficientemente estudado, o que nos permitirá sintetizar as informações relativas aos seus membros. De resto, esta foi uma das razões que nos levou a optar pela apresentação conjunta dos dois ramos.

Resende não demonstra, ao contrário do que eventualmente se esperaria, uma flagrante diferença na categoria das alianças matrimoniais efectuadas pelos dois ramos provenientes de Afonso Hermiges, quer na geração dos seus filhos quer na geração seguinte. Por outro lado, também os dois ramos procuraram alianças com famílias galegas e do Alto Minho.

Finalmente, e sem esquecer, obviamente, os diferentes degraus da hierarquia nobiliárquica ocupados por um e outro ramo da família, não podemos deixar de ver, a par da rico-homia dos irmãos Afonso, Fernão e Diogo Lopes de Baião, o relevo que na Corte de D.Afonso III também tiveram Rui Garcia de Paiva ou, respectivamente, o sogro e o cunhado dos irmãos Martim e Geraldo Afonso de Resende.

Em nossa opinião, esta nova perspectiva acaba por clarificar melhor as estratégias seguidas pela nobreza, sobretudo por aquelas famílias que, pelo nascimento, estavam mais bem posicionadas para contactar directamente com o poder régio. Ou seja, mais do que mostrar os testemunhos que provem a decadência dos ramos secundários, acaba por revelar as diferentes vias pelas quais uma mesma família acedia ao poder.

Em última análise, os laços de vassalidade que eventualmente podiam surgir entre os membros dos vários ramos, já unidos pelos do parentesco, acabavam, quanto a nós, por acentuar o carácter feudal desta sociedade.

Quanto ao património, também a sintonia de interesses entre os dois ramos é evidente, já que o segundo casamento de Afonso Hermiges com uma Riba Douro, por via do qual a honra de Resende chegou aos de Baião, acabou por acentuar a importância que as duas margens do Douro tinham para os de Baião. E, se o ramo principal alargou os seus domínios a Trás-os-Montes (graças ao primeiro casamento de Afonso Hermiges com Teresa Pires de Bragança), ou a Viseu e a Seia (pelo exercício dessas tenências), o facto é que a posse de bens nos julgados de Tendais, Aregos, Cinfães e Ferreiros por parte dos de Resende, só veio contribuir para o domínio que os de Baião já exerciam nas zonas de Baião, de Mesão Frio, do Marco de Canaveses, de Penaguião ou de Lamego.

No fundo, a grande diferença que opôs os dois ramos centrou-se no facto de os filhos e netos de Afonso Hermiges, provenientes do seu primeiro matrimónio, terem mantido ao longo de praticamente todo o século XIII o estatuto de ricos-homens, pelo domínio continuado de várias tenências. Mas isso, não foi suficiente para evitarem a extinção, nem para os de Baião nem para as outras velhas linhagens que, como eles, *andaram a la guerra a filhar o reino de Portugal*.

Passemos agora à reconstituição genealógica, chamando desde já a atenção para o carácter sintético das referências relativas aos membros do ramo principal, em virtude do estudo que outros autores já lhes dedicaram.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta reconstituição começa pela figura de Afonso Hermiges de Baião o qual, em virtude dos seus dois matrimónios, o primeiro com Teresa Pires de Bragança I e o segundo com Urraca Afonso de Riba Douro, deu origem aos dois ramos que aqui vão ser analisados. Único filho varão de seu pai e herdeiro "político" de seus tios Pero Viegas Pai e João Viegas Ranha, assumiu a tenência de Baião entre 1175 e 1187[2]. Sem que tenha exercido qualquer cargo curial gozava, contudo, da privança régia, como o demonstra o facto de a sua primeira mulher ter criado Rodrigo Sanches, um dos bastardos de D.Sancho I[3]. A posse da tenência de Baião-Penaguião permitiu-lhe, para além do exercício de poderes a ela inerentes, a usurpação e anexação de bens, os quais vieram dilatar o já avultado património familiar e beneficiar os seus filhos[4]. Destes, trataremos primeiro dos que teve do seu casamento com Teresa Pires de Bragança I, e que corporizaram o ramo principal dos de Baião:

XII1 - LOPO AFONSO DE BAIÃO, documentado na Corte de D.Sancho I e de D.Afonso II à frente da tenência de Baião, entre 1205 e 1220, devendo ter falecido neste último ano[5]. No entanto, o seu nome ainda era recordado em 1290, como grande proprietário do j. de Baião[6]. Consolidou a aliança da sua linhagem aos de Riba Douro, casando com **ALDARA VIEGAS DE ALVARENGA**, sobrinha da segunda mulher de seu pai, daí resultando os seguintes filhos:

---

[2] J.MATTOSO, *1982a*, p.134.

[3] A.A.FERNANDES, *1970*, p.168.

[4] L.VENTURA, *1992*, vol.I, pp. 322-323.

[5] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.321 e vol.II, p.601.

[6] Nas Sentenças às Inq. de 1288, as testemunhas afirmaram que tinha sido sua a quintã de Gestaçô (fg. de S. João de Gestaçô), e por ela trouxera por honra Fura Casas, Abuzudes, Legocem, Fonseca, Travanca, Anquião, Castelo de Baião, Quintela do Monte, Paradinhas, Várzea, Casal d'Eira e Loivos do Monte, tal como depois o fizeram seus filhos Afonso e Diogo os quais, no tempo de D.Afonso III, aí meteram o seu chegador, e agora o fazia Lourenço Soares [de Valadares] que aí metia o seu juiz. As ditas Sentenças mantiveram esta situação, excepto em relação a Fonseca e a Travanca (ANTT, *Gavetas*, III-10-18 (Perg.6).

XIII1 - **AFONSO LOPES DE BAIÃO**, que ocupou várias tenências entre 1246 e 1280 foi, juntamente com seus irmãos e seu primo Pero Ponces, um dos mais destacados ricos-homens da Corte do Bolonhês, atingindo ainda o reinado de D.Dinis[7]. Senhor de um vasto património, o seu prestígio foi ainda acrescentado pela união à casa de Sousa. Mas, se o seu casamento com **MOR GONÇALVES DE SOUSA**[8] lhe aumentou a prosápia e lhe proporcionou o exercício da tenência de Sousa durante mais de vinte anos, não lhe trouxe, porém, herdeiros a quem transmitir todo esse mesmo património.

[7] A biografia e o património deste nobre foram já criteriosamente reconstituidos por L.VENTURA (*1992*, vol.II, pp.599-603), de cujo trabalho aproveitámos os dados referidos. A sua faceta de poeta e trovador foi recentemente estudada por A.R.OLIVEIRA (*1994*, pp.308-309). Para além dos dados fornecidos pelos autores agora citados, gostaríamos de acrescentar dois que julgamos inéditos, e relacionados, um aos cargos que ocupou, e outro à cronologia da sua morte.

O primeiro diz respeito à sua passagem pela alcaidaria de Alenquer, como foi testemunhado numa inquirição, ordenada pela rainha viúva Dona Beatriz, sobre a portaria daquela vila (ANTT, *Gavetas*, XIII-3-2 - doc. sem data mas que, criticamente, podemos situar entre 1279 e 1303). Só não podemos saber se a nomeação para esse cargo foi feita por D.Afonso III ou por Dona Beatriz, já que o monarca, desde a doação de Alenquer à Rainha, feita a 25 de Fev. de 1259, até 22 de Jan. de 1279 reservou para si a alcaidaria, cedendo-a àquela nesta última data (L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.527-528). Quanto ao ano da morte de D.Afonso Lopes, é possível que tenha falecido só nos finais de 1284 e não em 1280 (o último doc. régio que confirma, como tenente de Riba Minho, é de 11 de Janeiro - *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé*, pp.183-184; *Apontamentos dos Brandões*, pp.294-295). No entanto, e se o doc. que vamos referir estiver correctamente datado, ainda estava vivo em 1284, pois que a 17 de Jul. deste ano tinha contenda com a Sé de Lamego pelo testamento de sua falecida mulher, por bens no termo de Lamego, a qual se resolveu a favor do Cabido (ANTT, *Sala 25 - Cabido da Sé de Lamego*, cx.18, mº6, nº3). Não se terá dado o caso de D.Afonso Lopes ter abandonado a Corte ou o reino, a exemplo do que outros ricos-homens de D.Dinis fizeram, dirigindo-se para Castela na companhia de D.Beatriz? Note-se que D.Martim Gil de Riba de Vizela I também desaparece nos finais de 1280, só regressando de Castela em 1284.

[8] Sobre Dona Mor Gonçalves temos duas referências que importam para a reconstituição do seu património, ambas do mesmo ano: a primeira, de 1 de Maio de 1270, diz respeito à contenda que tinha com seu primo, Dom Gonçalo Garcia de Sousa, pelos bens de seus pais. O seu primo e o seu marido, como seu procurador, entregaram a decisão nas mãos do Rei, que com o conselho do chanceler Estêvão Anes e de Afonso Pires Farinha, decidiu da seguinte forma: Dona Mor ficaria com todos os herdamento, igreijários, naturas, honras, coutos, testamentos e maladias dos bens que foram de sua mãe e situados Aquem Douro, ficando Dom Gonçalo com todos os bens sitos em Além Douro, fossem do pai ou da mãe daquela. A parte que era de Dona Sancha Gonçalves, irmã de Dona Mor, seria dividida pelos dois, retirando-se desses bens os mosteiros de Arouca e de Lorvão (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, Lº1, fl.18vº). Parece-nos poder ver na decisão régia a vontade de não deixar passar os bens patrimoniais dos Sousas para outra família, beneficiando assim o seu genro. Nesse mesmo ano, a 20 de Out., Dom Afonso e Dona Mor fizeram um escambo com o Mestre de Santiago Dom Paio Pires Correia, dando à Ordem todos os bens que possuíam em Gestaçô, Canaveses, Vila Nova, Unhão, Travaços, Freixieiro, Pena, Quintela de Montenegro, Ledra, Sambade, Alverca da Estremadura, Lisboa e seus termos e nos Germelos, recebendo em troca herdamentos que valiam, em renda, o triplo daqueles que doaram e assim os teriam em sua vida e, depois de morrerem, uma pessoa que indicassem, durante um ano. A Ordem tinha recebido esses bens da parte de Dona Maria Mendes de Sousa I, sobrinha de Dona Mor, nos seguintes lugares: Freixieiro, Travaços, Unhão, Canaveses, Vila Nova, Paredes, Resende, Fontelo, Britiande, Fonte Arcada e na Terra de Sª Mª (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Santos-o-Novo*, cx.16, mº3, nº17).

XIII2 - FERNÃO LOPES DE BAIÃO também foi rico-homem da Corte de D.Afonso III, ocupando as tenências de Baião e de Seia entre 1248 e 1256, devendo ter falecido neste último ano[9]. Segundo Leontina Ventura seria o mais velho dos filhos de Lopo Afonso e, portanto, o chefe da linhagem, o que torna ainda mais estranho o facto de não ter casado.

XIII3- DIOGO LOPES DE BAIÃO, rico-homem como seus irmãos, ocupou a tenência da Beira em 1253 e, praticamente em simultâneo entre 1254 e 1278, as de Viseu e de Lamego[10]. No exercício destes cargos praticou várias violências e usurpações, algumas delas em proveito de parentes[11]. Diogo Lopes foi o único dos filhos de Lopo Afonso que teve descendência, muito embora ilegítima. De facto, do seu casamento com **URRACA AFONSO[12] DE CABREIRA** não ficou *semel* (*LL*36AS9)[13]. Fora do matrimónio teve um filho e uma filha, ambos conhecidos dos nobiliários medievais (*LL*36AS9 e 39B5), mas não podemos afirmar que fossem filhos da mesma mãe, pois só encontrámos a c. de leg. de um

[9] L. VENTURA, *1992*, vol.II, p.605.

[10] Elementos recolhidos em L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.603-605, onde também se fornecem os dados sobre o seu património.

[11] Assim, e segundo o testemunho das Inq. de 1288 (ANTT. *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.58v°), no tempo de D.Afonso III. dera em préstamo a Lopo Afonso Gato vários herdamentos indevidamente honrados pela quintã de Vale do C ıde (fg. de S.Pedro de Castro, j. de Castro Daire).

[12] Em *LL*36AS9 - única referência, no conjunto dos livros de linhagens, à mulher de Diogo Lopes - é nomeada com o patronímico *Fernandes*. No entanto, todos os docs. que conhecemos relativos ao casal, e que se indicam na nota seguinte, referem-na, simplesmente, ou como "Dona Urraca" ou como Dona "Urraca Afonso". Quanto ao apelido somos obrigados a aceitar o que é indicado naquela fonte.

[13] Os poucos elementos que possuímos sobre este casal são, curiosamente, todos relativos a ordens militares. O primeiro, de 1266, é relativo a uma doação que o casal fez à Ordem do Templo e ao mestre Dom Gonçalo Martins, de tudo quanto tinham em Alpradia, na Mata e na Torre de Arrizado, c de uma vinha em Castelo Novo, recebendo em troca, em suas vidas, tudo o que a Ordem possuia em Marmeleiro, Rechouso, Avelãs, Ereira, Tiarcs, Freixo, Antas, Gestaçô e Penedono (ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, L°2 (2ª Parte), fls.110v°-111v°, cit. por J.SANTA ROSA DE VITERBO, *1965-66*, vol.II, p.600a. A doação, feita em Castelo Branco a 23 de Março, foi testemunhada por Dom Fernão Gomes Barreto, Dom Lopo Afonso Gato, Dom João Lourenço da Cunha e por João Fernandes, filho de Dom Fernão Gomes). O segundo reporta-se a bens sitos em Gestaçô, e dos quais a Ordem de Santiago tomou posse em 1283, já que tinham sido deixados por aquele casal ao Mestre Dom Paio Pires Correia (BNL, *Reservados - Manuscritos*, Mss.91, n°1 - doc. de 27 de Set., feito nos paços de Dom Diogo, em Gestaçô). Esta doação a Santiago talvez deva ser entendida como uma retribuição a outra que Dom Diogo recebera do Mestre Dom Paio, pois este concedeu-lhe, durante 15 anos, o castelo e a vila de Cabrela (c. de Montemór-o-Novo), com um rendimento anual de 500 lbs. (A.B.C.VEIGA, *1940*, p.161), provavelmente na mesma ocasião em que a mesma Ordem lhes entregou, não sabemos a que título, a quintã de Pousada (ANTT, *CR - Ordem de Santiago*, m°1 (DP), n°10 - doc. s/ data).

deles[14]. Assim, em **TERESA NUNES**, teve:

XIV1 - AFONSO DIAS DE BAIÃO, leg. por c. régia de 13 de Set. de 1311, onde surge designado como *vassalo do Rei*[15]. Apenas sabemos que casou com uma senhora de Santarém (*LL*36AS9), de quem teve uma filha:

XV1 - BEATRIZ AFONSO DE BAIÃO, a qual casou primeiro com Nuno Gonçalves de Aboim (Vd. ABOIM-PORTEL), e depois com Soeiro Mendes Coelho (Vd. COELHO).

XIV2 - GUIOMAR DIAS DE BAIÃO, a qual, perante a cúria régia, reunida em Coimbra no dia 17 de Julho de 1265, foi recebida por seu pai como filha e herdeira de todos os bens móveis e de raíz[16]. Na altura ainda devia ser solteira, vindo posteriormente a casar, primeiro com Fernão Rodrigues Fafes (Vd. LANHOSO), e depois, antes de 1283[17], com Martim Esteves Botelho (Vd. BOTELHO).

XIII4 - SANCHA LOPES DE BAIÃO, sobre quem não temos muitos dados, e que terá falecido depois de 1256, ano em que o monarca lhe doou as terras de Tendais, Fontes, Tavoadelo e Crastelo com todos os seus termos[18]. Por doc. não datado, mas seguramente do reinado do Bolonhês,

---

[14] Além do mais, supômos que a filha de Diogo Lopes fosse bastante mais velha que o irmão pois que, em 1265, quando é recebida por filha e herdeira de seu pai não é feita qualquer referência àquele, o qual só viria a ser legitimado em 1311. O mais provável é que em 1265 ainda não fosse nascido, o que mais acentua a hipótese de serem filhos de mães diferentes.

[15] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.56v°.

[16] Acto seguramente solene, atendendo à família dos intervenientes directos e ao espaço em que se realizou, foi testemunhado pelo bispo de Coimbra, Dom Egas Fafes de Lanhoso, por Gonçalo Mendes, cónego coimbrão, e pelos cavaleiros Gomes Lourenço da Cunha, Martim Gonçalves e Fernão Gonçalves Chancinho, Gonçalo Freiriz, Estêvão de Molnes, Vasco Afonso, Lourenço Anes, Martim Anes, Martim Soares, Rodrigo Soares, Gil Vasques, Pero Dornelas, Pero Soares de Couros, Martim Esteves e Afonso Buval, devendo ser alguns destes cavaleiros vassalos de Dom Diogo (ANTT, *Sala 25 - Mosteiro de S.Bento da Avé Maria do Porto*, cx.8, m°1, s/n°, em traslado de 1283).

[17] A 15 de Junho desse mesmo ano, Dona Guiomar e Martim Botelho pediram o traslado do doc. citado na nota anterior.

[18] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.17 (doc. dado na Guarda a 31 de Ag.).

sabemos que um seu juiz foi ouvido numa inquirição sobre contenda que opunha o most° de Entre-os-Rios a Dom Gonçalo Anes de Aguiar[19]. Finalmente, e já então falecida, as Inq. de 1288 apuraram que tinha sido dela a aldeia de Maçal (fg. de Santo Estêvão de Maçal do Chão, j. de Celorico da Beira), a qual tinha comprado a foreiros e depois doado à Ordem do Hospital[20]. Não casou nem teve descendência.

XII2 - PONÇO AFONSO DE BAIÃO foi rico-homem das cortes de D.Sancho I, D.Afonso II e D.Sancho II, ocupando várias tenências entre 1202 e 1235, ano em que deve ter falecido[21]. Morte ocorrida talvez em Junho, pois neste mês comemorava-se, na Sé de Braga, aniversário por ele e por sua mulher[22], **MOR MARTINS DE RIBA DE VIZELA**[23], de quem teve:

XIII5 - PERO PONCES DE BAIÃO foi, como seus primos, rico-homem, ocupando várias tenências entre 1253 e 1283, tendo falecido a 28 de Setembro deste último ano[24]. Foi c.c. **SANCHA RODRIGUES DE BRITEIROS**[25], de quem não teve filhos (*LL*40B6).

---

[19] ANTT, *Inc. 1912 - Most° de S[a] Clara do Porto/Entre-os-Rios*, m°169, n°76.

[20] Ao tempo em que a inq. foi feita, fazia honra dessa aldeia Dom João Durães de Riba de Vizela, mas as Sentenças de 1290 devassaram-na (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°9, fl.35).

[21] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.321 e vol.II, pp.601-602. Os dados que recolhemos para Dom Ponço, sobretudo das inq. dionisinas, em nada alteram o quadro patrimonial construído pela autora citada na nota anterior, pelo que nos absteremos de os referir. Apenas gostaríamos de deixar apontado o facto de vários dos seus bisnetos, em meados do séc. XIV, ao cederem ao most° de Ancede os direitos que tinham como naturais da ig. de S[a] Leocádia de Lágea, no termo de Baião, o fazerem na qualidade de seus descendentes, como na altura própria pormenorizaremos. Outro facto interessante diz respeito a alguns bens que os de Valadares possuiam em finais do séc. XIII, provenientes de Dom Ponço Afonso, através do casamento de Estevainha Ponces com Soeiro Pais de Valadares.

[22] ADB, *Livros - Aniversários*, L°2, fl.13v°.

[23] Depois de enviuvar, Dona Mor Martins ingressou no most° de Arouca, onde exerceu um longo abaciado entre 1244 e 1285 (M.H.C. COELHO e R.C.MARTINS, *1987*, p.488)

[24] J.L.VASCONCELOS, *1934*, pp.62-63 e L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.606-608. No entanto, e em relação à data da sua morte, esta autora também refere o ano de 1309 devendo, segundo cremos, ter feito confusão com Pero Pires Ponço das Astúrias, também casado com uma Sancha. De resto, serve também esta nota para alertar os que consultarem as inq. dionisinas, já que este último casal aí aparece com filhos, e o de Baião não os teve.

[25] A 19 de Junho de 1258, em Guimarães, e já então casada, Dona Sancha fez partilhas com os seus irmãos dos bens que ficaram dos seus pais, cabendo-lhe os seguintes: a quintã de Onda e quanto herdamento os seus pais tinham na Maia, em Faria, em Soalhães e no termo de Vermuim (fg, do c. da Maia ou Vermuim-

XIII6 - ESTEVAINHA PONCES DE BAIÃO que c.c. Soeiro Pais de Valadares (Vd. VALADARES).

XIII7 - MARIA PONCES DE BAIÃO, casada primeiro com Soeiro Gomes [FACHA?] (Vd. TOUGUES), e depois com Rui Lopes de Mendonça (Vd. MENDONÇA).

XIII8 - SANCHA PONCES DE BAIÃO que c.c. Rui Lopes Cocho (Vd. COCHO).

XII3 - BERENGÁRIA AFONSO DE BAIÃO, que c.c. João Fernandes de Lima I (Vd. LIMA).

XII4 - SANCHA AFONSO DE BAIÃO, que não casou nem teve descendência (*LV*2U9).

Como acabamos de ver, o poderoso ramo principal dos de Baião acabou por se extinguir, transferindo-se grande parte do património para outras famílias por via feminina. Vejamos então o segundo ramo, o dos senhores de Resende, proveniente do segundo casamento de Afonso Hermiges de Baião com Urraca Afonso de Riba Douro, do qual resultaram dois filhos:

XII5 - PERO AFONSO DE BAIÃO, sobre o qual não conseguimos obter qualquer dado. Foi c.c. **MARIA FERNANDES QUARTELA** de quem teve uma única filha:

XIII9 - TERESA PIRES DE BAIÃO II, que casou com o seu tio materno Garcia Fernandes de Paiva (Vd. QUARTELA-PAIVA).

XII6 - *Rodrigo Afonso de Baião*, que segue;

XII6 - RODRIGO AFONSO DE BAIÃO, conhecido dos nobiliários medievais pela curiosa alcunha de *Merda Assada*, parece ter sido o único herdeiro da honra de Resende[26], o que poderá dar razão aos defensores da ideia de que aquela funcionou no

Famalicão?), 10 mbs. de renda da herdade de Panóias, duas courelas e um casal em Frazão e as quebradas de Ferreira (c. de Paços de Ferreira) (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fls. 32v°-33).

[26] Pelo menos. Rui Garcia de Paiva, único filho de Teresa Pires de Baião, nunca aparece herdado em Resende (L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.673-683).

sistema de beetria[27]. Também sobre Rodrigo Afonso não conseguimos obter qualquer dado, a não ser que casou com **MARIA GOMES DA SILVA**, através de quem, supômos nós, passaram aos de Resende os direitos de *naturalidade* no mosteiro de Tibães, sendo referidos na lista dos padroeiros do most°, dos inícios do séc. XIV, com o estatuto de infanções[28]. Deste casamento nasceram:

XIII10 - *Afonso Rodrigues de Baião*, que segue;
XIII11 - **MARIA RODRIGUES DE BAIÃO**, que c.c. Paio Aires de Ambia (Vd. AMBIA).

XIII10 - AFONSO RODRIGUES DE BAIÃO, o *Rendamor*, alcunha pela qual é sempre identificado nos textos das inq., tanto nas afonsimas como nas dionisinas. Sobre os seus bens temos duas informações, uma relativa ao j. de Ferreiros[29] e outra ao j. de Baião[30], para além da honra de Resende a qual, desde o seu tempo até ao dos seus filhos e netos, foi sujeita a partilhas, como adiante veremos. É possível que tivesse falecido antes de 1244, ano em que seu filho Geraldo cedeu certos direitos de padroado. O seu casamento com **MOR PIRES PORTUGAL (QUARTELA)**, ainda acentuou mais as ligações deste ramo dos de Baião com os Quartela, já que Mor Pires era sobrinha de Maria Fernandes Quartela e de Garcia Fernandes de Paiva casados, respectivamente, com um tio e uma prima direita de Afonso Rodrigues[31]. Deste casamento ficou geração, a primeira em que se verificou o uso do apelido Resende:

XIV3 - *Martim Afonso de Resende*, que segue;
XIV4 - RODRIGO AFONSO DE RESENDE, "que foi gafo" e "nom houve semel"

---

[27] *GEPB*, vol.XXV, pp.226-227 (s.v. *Resende*), por oposição a A.B.FREIRE, *1906a*, p.18.

[28] *BL*.I.383-384.

[29] Nas Inq. de 1288 apurou-se que tinha tido uma quintã honrada, então na posse de seu filho Martim Afonso, no lugar de Montão (fg. de Oliveira do Douro, c. de Cinfães) (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.26), estatuto que as Sentenças de 1290 mantiveram (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.12).

[30] As inq. referidas na nota anterior também apuraram que, no reinado de D.Sancho II, tinha tirado o mordomo de 8 casais de Travanca, sitos em Vila Cova (fg. de S.João de Grilo), e aí fizera uma honra que seu filho Martim Afonso então mantinha com o seu chegador, mas foi tudo devassado pelas Sentenças de 1290 (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.6).

[31] Por outro lado, o pai de Mor Pires, Pero Fernandes Portugal, foi vassalo de Lopo Afonso de Baião (L.VENTURA, *1992*, p.674), o que nos coloca perante uma complexa teia que unia os vários ramos de uma família através de diferentes níveis.

(*LL*36BB9).

XIV5 - GERALDO AFONSO DE RESENDE, que nos surge pela primeira vez em Junho de 1244 quando, estando na cidade do Porto, doou à Sé portuense o direito que tinha no padroado da ig. de Sª Cruz de Riba Leça[32]. No entanto, só o voltaremos a encontrar decorridos mais de quarenta anos, em 1289[33], como cavaleiro, a testemunhar uma doação feita pelo prior de S.Domingos de Lisboa a Dom Martim Anes de Soverosa e a Dona Vataça[34]. Nesse mesmo ano, ou no início do seguinte, deve ter falecido, pois que a 28 de Dez. de 1290 o seu irmão fez partilhas de bens em Resende, com os filhos de sua tia Maria Rodrigues, não lhe sendo feita qualquer referência[35]. Casou com **TERESA SOARES DE RIBA DE VIZELA**, irmã de Mem Soares de Melo, um dos mais fiéis privados de D.Afonso III, de quem teve:

XV6 - GUIOMAR AFONSO DE RESENDE, única filha conhecida, que c.c. Fernão Furtado de Álava (Vd. FURTADO).

XIV6 - ÁLVARO AFONSO DE RESENDE, também falecido sem descendência conhecida (*LL*36BB9).

XIV3 - MARTIM AFONSO DE RESENDE é a figura mais documentada deste ramo. Talvez nascido na década de 30, já aquando das Inq. de 1258 se encontrava na posse de bens que tinham sido de seu pai, nomeadamente a honra de Resende, que partilhava com seu irmão Geraldo[36]. Também as inq. do reinado de D.Dinis registaram vários dos seus bens, distribuídos pelos j. de Aregos[37], de Baião[38], de Ferreiros[39] e de Paiva[40].

---

[32] *CCSP*, p.64.

[33] Atendendo aos muitos erros de datação de que enferma a fonte citada na nota anterior, é muito possível que a doação aí referida seja de uma data posterior.

[34] ANTT, *Sala 25 - Mostº de S.Domingos de Lisboa*, Lº14, fl.3 (doc. de Lisboa, de 2ὸ de Jun.).

[35] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Tarouquela*, cx.2, mº13, doc. s/nº. De resto, nessa ocasião Martim Afonso surge como representante de seus sobrinhos, o que claramente aponta para o falecimento de Geraldo. Por outro lado, e muito embora o texto refira a existência de vários filhos, apenas se conhece uma filha.

[36] *PMH-Inq*, p.990.

[37] Neste j. trazia o chegador nas fgs. de S.Salvador de Resende e de Sª Mª de Cárquere, por terem sido honras de Dom Egas Moniz e terem ficado à sua linhagem (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.28vº).

[38] Para além dos 8 casais de Travanca que trazia por honra, e já referidos a propósito de seu pai (vd. nota

Martim Afonso, tanto por razões de parentesco como pelos seus casamentos, estava ligado aos meios da Corte, como se prova pelo facto de ter sido uma das testemunhas presentes às partilhas efectuadas pelos filhos de D. João de Aboim[41]. Casado por três vezes, muito embora só do primeiro tenha tido descendência, e esta apenas feminina, são sobretudo os dois últimos que mais acentuam aquela estratégia[42]. A primeira mulher foi **CONSTANÇA RODRIGUES DE MEIRA** e a única, como já ficou dito, de quem Martim Afonso teve filhos[43]. O segundo casamento, feito com **MARIA ANES COELHO**, foi tragicamente interrompido pela morte desta às mãos do marido, devido a adultério (*LL*36D10 e BB10). O terceiro matrimónio, ocorrido depois de 1279[44], uniu Martim Afonso a **MARIA RODRIGUES DE NOMÃES**, a qual viria a

28), na mesma fg. de S.João do Grilo ainda trazia mais 11 casais, agora do most° de Ancede, com os seus vigário e chegador, tal como o fizera Dom Pero Ponces, e que as Sentenças de 1290 devassaram (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.6), o mesmo acontecendo a outro casal de Travanca, sito na fg. de S[a] Cruz, que por ser da sua avoenga também trazia honrado (IDEM, *ibidem*).

[39] Aqui teve a quintã de Montão, já referida pois a recebeu de seu pai (vd. nota 29), alargando-a depois muito no tempo de D.Afonso III.

[40] Neste j. tinha dois casais no l. de Fornos (fg. de S.Paio de Fornos), tendo num deles feito uma quintã com casa (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.21v°), assim se mantendo depois de 1290 (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.9).

[41] ANTT, *Gavetas*, III-5-6 (doc. de 15 de Jun. de 1287, feito em Leiria, ref. na *ML*.V.125 e publ. por A.B.FREIRE, *1906b*, p.172 - doc. II). Uma notícia bastante interessante relativa a Martim Afonso encontra-se inserida no testamento de Dom Lourenço Pais de Alvarenga, datado de 1280, onde este afirma que tinha emprestado àquele a avultada soma de 400 lbs. (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°4, n°4a). Mais importante do que a referência ao empréstimo o qual, quando muito, significa falta de liquidez, e não sabemos para que serviu aquele dinheiro (compra de terras?), é o facto de Lourenço Pais estar ligado pelo parentesco aos dois ramos de Baiões aqui estudados: por seu pai, irmão de Aldara Viegas de Alvarenga, era primo direito de Afonso, Fernão e Diogo Lopes de Baião, e por sua mulher, Mafalda Pires Portugal, era tio de Martim Afonso o que, quanto a nós, mais reforça a já de si complexa rede de ligações que unia os dois ramos.

[42] Quanto ao primeiro, que o ligou aos Meira, família de origem galega sobretudo implantada no Alto Minho, talvez tenha sido influenciado pela família de Paio Aires de Ambia, casado com a sua tia paterna. O segundo, contraído com uma filha de João Soares Coelho, privado de D.Afonso III, aponta claramente para uma estratégia de reforço das ligações aos meios cortesãos, até porque nenhum deles se articula com uma coincidência de interesses geo-patrimoniais, estratégia ainda mais acentuada pelo casamento de seu irmão Geraldo, o que já tivemos ocasião de valorizar. A terceira e última mulher de Martim Afonso era, por via materna, da linhagem dos Redondos a qual, para além de ser um ramo dos Baiões, também se encontrava ligada à Corte, sobretudo no período dionisino, altura em que esse terceiro matrimónio se efectuou.

[43] A 1 de Dez. de 1292, Aldonça, Mor e Constança Martins, filhas de Martim Afonso e de Constança Rodrigues, emprazaram àquele e à que então era sua mulher, Maria Rodrigues, três casais que a mãe lhes deixara, e a Martim Vasques Pimentel, marido de Constança, sendo dois sitos em Monção (l. da fg. de S[a] Eulália, c. de Arouca?) e um em Resende, bens provavelmente pertencentes às suas arras (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.2, m°10, n°224), emprazamento que foi testemunhado pelos cav°s. Rui Gonçalves Bifardel e Afonso Vasques [Pimentel]).

[44] Em 1291, a 27 de Abril, D.Dinis deu a Dona Maria Rodrigues a herdade de Regueirada, no t. de

falecer entre 1296 e 1300[45]. Depois de enviuvar Martim Afonso ingressou na Ordem do Hospital (*LL*36BB10), e como freire o encontraremos vivo pela última vez em 1301, vindo a falecer antes de 1304[46]. Nos fundos do most° de Tarouquela, do qual uma das suas filhas foi abadessa e onde, provavelmente, se guardavam os docs. particulares da família, ainda se encontram mais alguns elementos sobre Martim Afonso, sobretudo relativos à "gestão" dos seus bens, os quais permitem alargar o quadro geográfico da sua implantação patrimonial, anteriormente esboçado[47]. Para terminar, gostaríamos ainda de referir as partilhas que opuseram os herdeiros de Afonso Rodrigues "Rendamor" e de sua irmã Maria Rodrigues de Baião (XIII10 e 11), pelos bens da honra de Resende. Como já ficou referido, o primeiro acto dessa partilha realizou-se em 1290[48], ficando Martim Afonso, que também representava os filhos de seu irmão Geraldo, com metade do paço e da honra de Resende e com metade da

Santarém, por troca com a de Figueiró, a qual recebera do monarca por ocasião do seu casamento (*ML*.V.209). Dona Maria, ou por ter sido criada no Paço Real ou por ser da afeição régia recebeu deste, um ano depois, a doação, em sua vida, da terra do castelo de Aregos com todos os seus direitos (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fl.17 - doação feita em Montemor-o-Novo a 27 de Abril de 1292).

[45] Sempre referida na documentação ao lado de seu marido até 18 de Ag. de 1296 (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.2, m°10, doc. s/n°), aquele deixa de a referir a partir de 3 de Jan. de 1300 (IDEM, *ibidem*, cx.2, m°11, doc. s/n°).

[46] A 24 de Ag. de 1301, estando em Miragaia, nomeou um procurador para tratar de alguns assuntos da Ordem, aí se intitulando freire do Hospital (ANTT, *Sala 25 - Most° da Avé Maria do Porto*, cx.8, m°1, doc. s/n°). Data de 15 de Nov. de 1304 a primeira notícia que conhecemos da contenda que opôs os seus vários herdeiros (ANTT, *Sala 25 - Most° de Rio Tinto*, cx.3, m°4, n°54). Neste último doc. declara-se expressamente que Martim Afonso já tinha morrido, o que refuta a data avançada por Braamcamp Freire, 1316, apoiado em traslados do séc. XVIII (A.B.FREIRE, *1906a*, p.12).

[47] Vd. notas 37 a 40. Já na nota 42 ficaram referidos alguns casais, que Martim Afonso tomou por prazo a suas filhas, sitos em Arouca e em Resende. No ano anterior àquele emprazamento, também Martim Afonso, com sua mulher Maria Rodrigues, tinha firmado idêntico contrato com sua filha Dona Aldonça Martins, só que então esta fê-lo na qualidade de abad[ª] de Tarouquela, recebendo dela dois casais na fg. de Reai (j. de Paiva) e tudo o que tinha ficado ao most° no Além Douro, da parte de uma monja, nos j. de Soalhães e de Gouveia. Esses bens regressariam ao most° depois das suas mortes, acrescentados com um casal em Fornos, também no j. de Paiva (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.2, m°10, doc. s/n° de 1 de Mar. de 1291, o qual também insere a confirmação ao emprazamento feito por Constança Martins e por Martim Vasques Pimentel, filha e genro de Martim Afonso, o que nos leva a supôr que alguns daqueles bens, pelo menos os dois casais de Real, teriam sido da mãe daquelas). A 3 de Jan. de 1300 e a 12 de Dez. deste mesmo ano emprazou um terreno junto ao seu paço de Resende e o já referido casal de Montão (IDEM, *ibidem*, cx.2, m°11, doc. s/n° e n°147, respectivamente). Finalmente, a 18 de Ag. de 1296, em seu nome e no de sua mulher (por c. de proc. de plenos poderes que esta lhe passara em Resende, a 3 de Nov. de 1293 e testemunhada por Vasco Lourenço Faraz, cav°, Vasco Martins, cav° de Travaços, e por Gonçalo Viegas e por Afonso Rodrigues, escd°s. de Ferreiró), comprometeu-se a pagar, até ao Natal seguinte, 110 lbs. por panos coloridos que comprara (IDEM, *ibidem*, cx. 2, m°10, doc. s/n°, estando a c. de proc. no m°1 da mesma cx. e também s/n°).

[48] Vd. nota 36. Afonso Rodrigues e sua irmã já em 1233 tinham dividido entre si alguns casais sitos em Resende, mas a honra parece ter ficado intacta até 1290 (A.B.FREIRE, *1906a*, p.34).

quintã de Vila Moura, incluindo o paço velho, cabendo aos seus primos, representados por Dona Marinha Pais de Ambia, as duas outras metades, incluindo o paço novo de Vila Moura[49]. Depois da sua morte, porém, os seus herdeiros e os de seu irmão envolveram-se numa morosa contenda (ainda se mantinha em 1319), devido à partilha dos bens que a ambos ficaram[50]. Como já ficou dito, Martim Afonso só teve descendência do seu primeiro matrimónio, e toda feminina:

XV2 - *Constança Martins de Resende*, que segue;

XV3 - **GUIOMAR MARTINS DE RESENDE**, que c.c. Gil Martins de Arões (Vd. ARÕES).

XV4 - **ALDONÇA MARTINS DE RESENDE**, foi abad[a] de Tarouquela, tendo estado à frente do abaciado quase sessenta anos. Na verdade, a primeira notícia que temos de Aldonça data de 1291, já como abad[a], fazendo um emprazamento a seu pai e à sua segunda madrasta, sendo a última de 1349[51]. Por razões óbvias, não abordaremos as questões relativas à sua gestão do most°, naturalmente marcada por uma tão longa permanência no cargo abacial, mas apenas aquelas que envolveram relações familiares[52]. Destas últimas, destaca-se naturalmente, e como acima referimos, o litígio que opôs os vários herdeiros da honra de

[49] Vd. nota 34. Convirá referir que o doc. aí cit. é o original da partilha, devendo-se ter todo o cuidado com a transcrição publicada por Braamcamp Freire no seu trabalho (*1906a*, pp.34-35), com base num traslado muito adulterado do séc. XVIII, e para o que, de resto, aquele laborioso autor já chamara a atenção.

[50] Teremos oportunidade de referir alguns dos pormenores dessa contenda no texto relativo a Aldonça Martins (XV4).

[51] Vd. nota 47 (1291), e ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.3, m°20, n° 137 (doc. de 20 de Abril de 1349). Já no ano anterior o seu abaciado fora interrompido, entre 21 de Ag. e 31 de Dez., talvez por doença, sendo então substituida por Maria Martins Moreira, a qual ocuparia o abaciado depois da morte de Aldonça.

[52] Abriremos apenas duas excepções: uma, por nos parecer um dado significativo sobre a importância e a influência do parentesco nos destinos das comunidades monásticas, e a outra, por contribuir para um melhor conhecimento da heráldica medieval portuguesa. A primeira, ocorrida no início da guerra civil que opôs o rei ao seu filho herdeiro, informa-nos dos violentos ataques perpetrados por Pero e Rui da Cunha contra o most° de Tarouquela e que levaram Dona Aldonça a pedir auxílio a seu sobrinho Vasco Martins de Resende, para que ele aceitasse o papel de juíz-árbitro na questão. Este, no entanto, escusou-se dessa missão, alegando que estava a caminho da Corte e que o pleito iria ser demorado (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.3, m°15, doc. s/n° datado de 29 de Maio de 1319). Seria interessante saber se a desculpa era genuína ou se, na verdade, não estariam Resendes e Cunhas do mesmo lado daquele conflito (J.MATTOSO, *1985a*, p.303). A segunda, diz respeito ao selo de Dona Aldonça, referido num diploma de 1300, e que segundo supômos se trata da mais antiga descrição da heráldica dos de Baião: "... o qual seelo se liia assi. S. Aldoncie Martini abbatisie de Tarouquela e tiinha en si duas ygmagees de cabras huua [...] da outra soo outro e ygmagem de abadessa com bagoo." (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.2, m°11, doc. s/n°) (Sobre as armas dos de Baião e dos de Resende, cfr. *Armorial Lusitano*, pp.75 e 469-470).

Resende, divididos em três partes: Dona Aldonça e sua irmã Dona Mor, os Pimentéis descendentes de Constança Martins[53], ambos da parte de Martim Afonso de Resende, e os Furtados pela parte de Geraldo Afonso. Se, com estes últimos, não tiveram Dona Aldonça e Dona Mor qualquer problema, resolvendo amigavelmente todos os diferendos[54], já com os seus sobrinhos Pimentel-Resende as coisas se passaram da pior forma. Em 1305, dois anos após a morte de Martim Afonso, queixaram-se as duas irmãs ao rei, porque o cunhado, Martim Vasques Pimentel, e os filhos não queriam dar início às partilhas. Atendeu-lhes o monarca, ordenando que aquelas fossem feitas, o que de facto sucedeu[55], mas foram depois continuamente contestadas, sobretudo por Nuno Gonçalves Camelo, genro de Martim Vasques, situação que só foi definitivamente resolvida em 1319, contra aquele, por sentença régia[56].

Dona Aldonça teve, por compra feita a Martim Afonso de Melo, a quintã de Saimes (fg. de S.Cristóvão de Espadanedo, j. de Sanfins), compra que D.Dinis lhe outorgou[57]. Já anteriormente o monarca lhe fizera outra "graça e mercê", ao legitimar a filha que tivera de uma ligação com Rui Martins do Casal (Vd.CASAL)[58].

XV5 - MOR MARTINS DE RESENDE, que os nobiliários medievais omitiram, aparece constantemente ligada a sua irmã Aldonça desde 1292 até 1337, devendo ter falecido neste mesmo ano ou pouco depois[59]. Também foi freira em

---

[53] Guiomar Martins de Resende, para além de não ter tido filhos da sua união com Gil Martins de Arões, deve ter falecido antes de seu pai, já que nunca aparece referida na documentação relativa às partilhas.

[54] Durante o ano de 1322 as duas irmãs acertaram todas as contas com os seus primos Rui, Leonor e Mor Fernandes Furtado, comprando-lhes por 150 lbs. todo o direito que eles tinham aos bens de Afonso Rodrigues de Baião, pela parte do seu avô Geraldo Afonso (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.3, m°16, n°7 e m°17, n°28).

[55] A ordem régia foi dada em Torres Vedras, a 4 de Março, e logo a 19 de Maio as partilhas estavam feitas (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.2, m°11, doc. s/n°).

[56] ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.3, vários docs. s/n° do m°15. Não deve ser fruto do acaso o facto de o ano da sentença coincidir com o dos ataques sofridos pelo most° de Tarouquela por parte de indivíduos da linhagem dos Cunhas, a mesma de Nuno Gonçalves, o que poderá esclarecer as posições assumidas por Vasco Martins e pelos Cunhas nos sucessos referidos na nota 51.

[57] A compra, no valor de 1100 lbs., foi feita em 28 de Maio de 1305, outorgando-a o rei a 14 de Março do ano seguinte (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.3, m°20, n°140 e cx.2, m°12, doc. s/n°, respectivamente).

[58] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.9v° (c. de leg. de 12 de Abril de 1300, dada no Sabugal).

[59] É referida pela última vez em 19 de Julho de 1337 (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.3, m°18,

Tarouquela.

XV2 - CONSTANÇA MARTINS DE RESENDE já em 1291 estava c.c. Martim Vasques Pimentel (Vd. PIMENTEL-RESENDE), vindo a falecer antes do seu pai, pois nunca é referida na documentação relativa às partilhas dos bens deste. Os seus descendentes continuaram a apelidar-se Resende e na posse daquela antiga honra[60].

doc. s/nº). Para 1292, vd. nota 43.

[60] D.Afonso IV, a 3 de Julho de 1340, confirmou a Vasco Martins de Resende, filho de Constança e de Martim Vasques, o uso das jurisdições cível e crime no couto de Resende (*CAIV*.II.231).

4.5.2. AZEVEDO-VEIGA

Depois de termos acompanhado a evolução dos de Baião, tronco principal dos Baiões e que até à extinção manteve o uso do apelido de origem, é altura de iniciarmos o estudo dos três ramos que designámos como colaterais (Azevedos, Paivas e Velhos), e que muito cedo se autonomizaram em relação à linhagem-mãe. Veremos primeiro o percurso dos de Azevedo, até porque estes, juntamente com os de Baião, representam um dos dois ramos que entroncam em Arualdo Gondesendes, o fundador, segundo os nobiliários medievais, dos Baiões.

Já no texto introdutório sobre a linhagem-mãe fizemos referência à implantação patrimonial dos de Azevedo numa área geográfica afastada das terras de "origem", optando por uma zona próxima do rio Cávado[1], concretamente num lugar do concelho de Barcelos - Azevedo[2] - origem do seu apelido. Nessa zona foram os responsáveis pela fundação do mostº de Vilar de Frades e, por via matrimonial, alargaram os seus interesses aos de Manhente e da Várzea[3].

A análise da evolução patrimonial da linhagem parece apontar para uma mobilidade pouco significativa, ficando a ideia de que os de Azevedo preferiram, muito mais, dirigir os seus interesses para uma área delimitada a sul pelo rio Ave e a norte pela bacia do rio Lima, do que constituir um património sólido em regiões que, ao longo dos séculos XIII e XIV, foram cada vez mais objecto da cobiça senhorial. Isto não impede, naturalmente, que se possam encontrar bens localizados noutras zonas, como é o caso da Terra de Sª Mª, mas parecem-nos bem mais fruto de trajectórias individuais do que de uma estratégia global da

---

[1] Sobre a importância das famílias implantadas na bacia deste rio durante o período condal de D.Henrique e de Dona Teresa, v.g. J.MATTOSO, *1982a*, pp.121-122. Sobre o património das primeiras gerações de Azevedos, v.g. J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.146-147.

[2] As Sentenças de 1290 referem que o couto de Azevedo era formado pelas fgs. de S.Salvador de Azevedo e de S.Salvador de Sendim (então no j. do Prado, hoje fg. de Lama, c. de Barcelos). No couto não entravam nem o mordomo nem o porteiro e tinha chegador, situação que as referidas sentenças confirmaram (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.13).

[3] J.MATTOSO, *1982a*, pp.120-121, e *1985b*, vol.I, p.146.

linhagem para, por exemplo, se afastar do solar de origem e/ou aproximar-se da Corte.

De resto, José Mattoso já chamara a atenção para o facto de os Azevedos, depois de se terem mantido bastante ligados à Corte durante a primeira metade do séc. XII, terem desaparecido da documentação régia ainda antes do final do reinado de D.Afonso Henriques[4]. E, de facto, só nos meados do séc. XIV voltaremos a encontrar um membro da linhagem directamente ligado ao serviço régio[5].

Este afastamento, cujas causas inteiramente desconhecemos, parece-nos claramente reflectido quando se observa a evolução das alianças matrimoniais da linhagem desde a sua génese até meados do séc. XIV, e onde sobressaem duas fases distintas. A primeira, que engloba os séculos XI e XII, é marcada, de início, pelas alianças endogâmicas com os senhores da Várzea-Velhos (outro dos ramos colaterais dos Baiões), fortemente implantados na faixa litoral de entre Cávado e Lima, e através das quais os de Azevedo procuraram apoios para cimentar a sua recente fixação territorial; depois, na altura em que a linhagem mais contactou com a Corte, avultam as influentes alianças efectuadas nas poderosas casas galegas de Toronho e de Trava, sem esquecer o também significatico matrimónio de Dórdia Pais de Azevedo com Egas Moniz, o Aio.

A segunda fase, que começa nos finais do séc. XII, coincide, como se disse, com o afastamento dos Azevedos em relação aos meios da Corte. E, na verdade, essa perda de prestígio parece confirmada pelas alianças efectuadas ao longo do séc. XIII com linhagens de segundo plano, como os Correias, os da Cunha ou os de Vasconcelos, e, sobretudo, no séc. XIV, com famílias da baixa nobreza[6]. No entanto, essa mutação talvez não tenha sido tão brusca como se tem afirmado, já que nos parecem de destacar as alianças do ramo Azevedo-Veiga com os da Ribeira e os de Briteiros[7].

Analisando, em traços muito gerais, o percurso global da linhagem, serão de reter dois vectores principais: por um lado, a sua fraca dispersão geográfica em termos patrimoniais; por outro, e se pômos que as duas realidades se articulam, a adopção de uma estratégia

[4] J.MATTOSO, *1982a*, p.121.

[5] Trata-se de Gonçalo Gomes de Azevedo, alferes-mor de D.Afonso IV na batalha do Salado (*ML*.V.25v°). Contudo, não poderemos deixar de referir a forte ligação dos de Azevedo à Casa de Barcelos, sobretudo em relação aos seus primeiros três titulares, ligação essa que se detecta a partir da última década de duzentos, como teremos oportunidade de salientar.

[6] Parece que os de Azevedo só recuperaram algum prestígio nos finais de trezentos, como o provam os matrimónios de Álvaro Gonçalves e de Lopo Dias (XVII1 e 2).

[7] De facto, João Pires da Veiga casou com uma filha de Martim Pais da Ribeira, rico-homem de D.Sancho II e irmão da *Ribeirinha*, e a sua filha casou com Mem Rodrigues de Briteiros, rico-homem de D.Afonso III e de D.Dinis. A falta, porém, de filhos varões, levou à extinção deste ramo.

matrimonial que serviu para consolidar esse mesmo património, graças às alianças efectuadas com famílias que, como os de Azevedo, estavam fortemente implantadas na região do entre Ave e Lima.

É agora altura de acompanhar com mais pormenor as trajectórias individuais.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta parte tratará da descendência de Pero Mendes de Azevedo, a qual se dividiu em dois ramos: o dos de Azevedo, que acompanharemos até meados do séc. XIV, e o dos da Veiga que, por falta de varões, se extinguiu na segunda metade da centúria anterior. Assim, do casamento de Pero Mendes com Velasquida Rodrigues de Trastâmara, nasceram:

XII1 - MEM PIRES DE AZEVEDO, que apenas conhecemos por uma compra de bens no Bombarral, feita em 1231, os quais já em 1248 estavam na posse do most° de Alcobaça, ano em que este cenóbio os aforou a seu irmão Soeiro Pires[8]. Não sabemos se deixou descendência.

XII2 - JOÃO PIRES DA VEIGA está, como o seu irmão Mem Pires, pouco documentado. Apenas é referido, vivo, em Maio de 1240 quando, com sua mulher **TERESA MARTINS DE BERREDO (RIBEIRA)**[9], doou ao cabido portuense os direitos que possuiam no padroado da ig. de S[a] Cruz de Riba Leça[10]. Nas Inq. de 1288 são referidos bens seus, sitos na fg. de S.Jorge e S.Pedro de Adães (j. e couto da Várzea), ilegalmente adquiridos no tempo de D.Sancho II[11]. Deste casal foi única herdeira:

---

[8] Doc. cit. por P.F.G.BARBOSA, *1988*, vol.II, pp.497-501. Atendendo à data -1248-, ficará a dúvida se Mem Pires faleceu antes desse ano ou se terá abandonado o reino devido aos sucessos então vividos, a exemplo do que, provavelmente, aconteceu com seu irmão Fernão Pires I.

[9] Dona Teresa encontra-se referida em 1226 e em 1264, respectivamente num documento relativo a sua tia, Dona Maria Pais da Ribeira, e numa doação ao most° de Grijó, a cuja família patronal pertencia (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.129).

[10] *CCSP*, p.51.

[11] Segundo o testemunho dos inquiridos, Dom João Pires fizera um par[illegible]eiro em herdamentos dos most°s. de Santo Tirso e da Várzea e por ele honrara a terra e fizera honra na vila de Sobreiro. Contudo, "... quando veeo a sua morte dom Joham Pirez mandou desfazer essa cassa porque entendeo que o fezera com perigoo de sua alma" (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.39v°). Este arrependimento, porém, não impediu que os seus netos, à data das inq., continuassem a honrar os referidos herdamentos, pelo que as Sentenças de 1290 os devassaram

XIII1 - MARIA ANES DA VEIGA que c.c. Mem Rodrigues de Briteiros (Vd. BRITEIROS).

XII3 - *Soeiro Pires de Azevedo*, que segue;

XII4 - MARIA PIRES DE AZEVEDO que c.c. Rui Pais de Valadares[12] (Vd. VALADARES).

XII5 - FERNÃO PIRES DE AZEVEDO I, possivelmente partidário de D.Sancho II, casou em Toledo, segundo o Conde D.Pedro (*LL*30AJ4), precisamente a cidade onde aquele rei faleceu. É bem possível que se possa identificar com o "Fernão Pires Português" citado, juntamente com Fernão Anes Batissela, num doc. de 1250 relativo ao *repartimiento* de Córdova[13]. Em terras toledanas, enfim, casou a sua única filha com um conhecido trovador português, também ele exilado em Castela:

XIII8 - CHÂMOA FERNANDES DE AZEVEDO que c.c. Pero Gomes Barroso (Vd. BARROSO-BASTO).

XII6 - FERNÃO PIRES DE AZEVEDO II, homónimo do anterior, e cuja existência apenas se detecta através de uma passagem, algo dúbia de resto, do nobiliário do Conde D.Pedro (*LL*30AJ4 ® 52A4).

XII3 - SOEIRO PIRES DE AZEVEDO, o único dos filhos de Pero Mendes que garantiu a continuidade do apelido familiar, foi criado numa quintã do lugar de Areias (fg. de S.Vicente de Areias, j. do Prado)[14]. Deve ter frequentado os meios da Corte durante o reinado de D.Sancho II já que, por uma inquirição ordenada pela rainha-viúva Dona Beatriz sobre a portaria de Alenquer[15], se sabe que foi alcaide dessa vila no tempo da

---

(ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.73vº).

[12] Aos filhos deste casal passou parte da quintã de Azevedo, como teremos oportunidade de referir quando tratarmos dos de Valadares. Curiosamente, Rui Pais era irmão da mãe de Teresa Martins de Berredo, mulher de João Pires da Veiga.

[13] H.DAVID, *1989*, p.3.

[14] ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Pergs. 12-13 (Sentenças de 1290 às Inq. de 1288).

[15] ANTT, *Gavetas*, XIII-3-2 (doc. s/data, mas que criticamente se pode situar entre 1279 e 1304).

Rainha Dona Teresa[16]. Como seu irmão João, também Dom Soeiro Pires tinha o direito de padroado na ig. de Sª Cruz de Riba de Leça, do qual abdicou em favor do cabido portuense, na companhia de sua mulher **CONSTANÇA AFONSO GATO**, em Outubro de 1240[17].

Quanto aos seus bens, e para além de uma parte da honra de Azevedo e de herdamentos situados na Galiza e que, como veremos, transmitiu aos seus filhos, já tivemos ocasião de referir uma herdade situada no Bombarral que o mostº de Alcobaça lhe aforou em 1248, a qual tinha sido de seu irmão Dom Mem Pires. O aforamento foi repetido em 1262, por um período de quatro anos, findo o qual entregaria ao referido mostº um casal que aquele seu irmão lhe deixara na Patameira, também no Bombarral[18]. Finalmente, sabemos que no tempo de D.Afonso III comprou alguns herdamentos, onde fez casa e honra, na fg. de Sª Mª de Moreira (j. de Geraz do Lima). Como esses herdamentos eram de lavradores rendeiros do rei, foram "devassados" pelas Sentenças de 1290[19]. De sua mulher, e parente, já que os Gatos são um ramo dos Velhos, teve os seguintes filhos:

XIII2 - *Paio Soares de Azevedo*, que segue;

XIII3 - JOÃO SOARES DE AZEVEDO, sobre quem não encontrámos qualquer referência documental, apenas se sabendo da sua existência através de uma breve referência do *Livro do Deão* (*LD*11H7), onde também se afirma que foi casado. Com quem, não sabemos, nem se teve filhos[20].

---

[16] Era filha de D.Sancho I e foi Rainha de Leão pelo seu casamento com Afonso IX, o qual seria anulado por impedimento canónico. Juntamente com suas irmãs, manteve uma longa e extremada contenda com o seu irmão e rei, D.Afonso II, pela posse de algumas vilas e outros bens que o seu falecido pai lhes deixara. Como se sabe, só com a subida ao trono de D.Sancho II se resolveu o diferendo e, de entre as várias cláusulas do acordo firmado entre o monarca e as suas tias, uma delas estipulava que as vilas ficariam, em vida, na posse daquelas senhoras mas que os seus alcaides seriam de nomeação régia. Como Dona Teresa faleceu em 1250 (*ML*.IV.188), o mais provável é que Dom Soeiro Pires tenha sido alcaide de Alenquer pela mão de D.Sancho II. Se pensarmos que o seu irmão João Pires era genro de um dos ricos-homens daquele rei, mais razões teremos para aceitar a referida proximidade de Soeiro Pires aos meios da Corte. A ser isto verdade, ficaria mais clara a presença de Fernão Pires I em Toledo e o desaparecimento, antes de 1248, de Mem Pires, os dois irmãos de Soeiro já referidos o que, em última análise, permitiria posicionar os de Azevedo no campo adversário do Bolonhês.

[17] *CCSP*, pp.54-55.

[18] Vd. nota 8.

[19] ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1 (Perg.1).

[20] Temos conhecimento de um Martim Anes de Azevedo que, não só pela cronologia como também pela região em que aparece (j. do Prado), poderia ser seu filho. No entanto, o *Livro do Deão* (*LD*9BC8 e 18B6)

XIII4 - MARIA SOARES DE AZEVEDO, foi freira em Lorvão ou em Arouca[21].

XIII5 - SANCHA SOARES DE AZEVEDO, que casou, talvez[22], com João Martins da Cunha (Vd. CUNHA).

XIII6 - TERESA SOARES DE AZEVEDO, que apenas é referida pelo *Livro Velho de Linhagens* (*LV*2D9), foi monja em Arouca. Nessa qualidade, e com o consentimento de sua prima, a abad[a] Dona Luca Rodrigues de Valadares, doou a seu irmão Paio a parte que tinha nas casas de Azevedo e nos bens da Galiza que foram de seu pai, acordando ainda entre eles a partilha dos restantes bens[23].

XIII7 - N. SOARES DE AZEVEDO, que "foi monja no moesteiro de Mier, que chamam Santa Ovaia das Donas" (*LV*2D9).

XIII2 - PAIO SOARES DE AZEVEDO, aparece-nos bastantes vezes referido nas inq. dionisinas com bens nos j. de Faria[24] e do Prado[25], alguns deles abusivamente

---

refere um indivíduo com o mesmo nome, filho de João Martins da Cunha e de uma irmã de João Soares. Era, portanto, um Cunha, que usava o apelido materno, situação que não era invulgar. Assim, e porque a notícia do nobiliário sustenta essa opção, daremos a informação que possuimos sobre Martim Anes de Azevedo no texto sobre os Cunhas e não aqui.

[21] Segundo *LV*2D9 foi monja em Arouca, ao passo que *LD*11H7 a refere em Lorvão. Como, seguramente, temos a sua irmã Teresa documentada em Arouca, é natural que naquela primeira fonte tenha havido confusão enquanto que o *Livro do Deão* é, normalmente, bastante seguro relativamente a informações eclesiásticas e monásticas.

[22] Também aqui nos baseamos na segurança do *Livro do Deão*, já que o nobiliário do Conde D.Pedro refere precisamente Maria Soares como mulher de João Martins da Cunha (*LL*52C6). Como, por outro lado, não conseguimos encontrar nenhum doc. em que este aparecesse com a sua primeira mulher, é muito difícil ter qualquer certeza sobre o seu verdadeiro nome.

[23] ANTT, *CR - Most^o de Arouca*, gav.3, m°3, n°15 (doc. de 23 de Maio de 1292). Também sabemos que depois da sua morte, ocorrida em data que desconhecemos, os bens que deixou ao most° de Arouca foram entregues em préstamo a Dom Paio Correia, abade de Pombeiro (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°2, n°15).

[24] Nas Inq. de 1288 apurou-se que, desde o reinado anterior e na companhia de Dom Mendo - talvez o de Briteiros - tinha, por abuso, a honra de Paredes (fg. de S.Salvador da Apúlia), não tendo aí qualquer terra (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.55v°), pelo que foi tudo devassado pelas Sentenças de 1290 (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.78); também na fg. de S.Salvador de Crastelo, no lugar com o sugestivo nome de Vilar de Ladrão, e porque a sua mulher tinha sido recebida por filha de uma foreira que ali só tinha meio casal, fez uma honra nova que honrava toda a vila e onde metia o seu vigário (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.57-57v°), situação que mereceu sentença idêntica (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.78v°); finalmente, e sem que se conheça a sentença respectiva, sabe-se que construiu outro paço em Pereira (fg. de S.Salvador de Pereira), em terras que ganhou de vários lavradores (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.52v°).

[25] Neste julgado, desde o reinado anterior que fazia honra do lugar de Estevaim (fg. de Galegos), herdade foreira que tinha filhado à força e onde fez uma quintã e construiu um paço, ficando tudo devasso pelas Sentenças de 1290 (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.13); em situação legal encontrava-se uma casa que trazia

adquiridos. Para além desses bens possuia ainda os que herdou de seu pai em Azevedo e na Galiza, acrescentados, como tivemos ocasião de referir, pela doação que recebeu de sua irmã Teresa Soares em 1292. Foi c.c. **TERESA GOMES CORREIA**, de quem teve vários filhos[26]:

XIV1 - ESTÊVÃO PAIS DE AZEVEDO, sobre quem nada conseguimos apurar[27]. Foi c.c. **GUIOMAR RODRIGUES DE VASCONCELOS**, de quem teve:

XV1 - N. ESTEVES DE AZEVEDO, criado por volta de 1304 em Vilar (fg. S.Miguel de Roriz, j. Prado)[28], e que deve ter falecido criança, já que os nobiliários só referem as suas irmãs.

XV2 - INÊS ESTEVES DE AZEVEDO, que c.c. Rui Anes da Cunha (Vd. CUNHA).

XV3 - TERESA ESTEVES CORREIA, que c.c. Lourenço Gomes de Abreu (Vd. ABREU).

XIV2 - GOMES PAIS DE AZEVEDO, que podemos, sem grandes reservas, identificar com o Gomes Pais que, em 1295, tinha o castelo de Albuquerque da

---

por honra, já durante o reinado de D.Dinis, no l. de Barro (fg. de Roriz), e que tinha sido de um mercador de Braga, bem como uma quintã honrada que possuia na fg. de Oleiros (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Pergs.13-14). Para concluir, refira-se ainda que honrava toda a vila de Areias (fg. de Areias), porque o seu pai tinha sido criado numa quintã desse lugar, como a seu tempo referimos (vd. nota 14), situação condenada em 1290. A sentença, porém, não deve ter surtido qualquer efeito, já que três anos depois Paio Soares era acusado de entrar no couto de Areias, que era da Sé de Braga, ali pousando e cometendo violências e de onde levava lenha, lutuosas e serviços, como se pode apurar pelo rol de acusações enviado pelo monarca ao meirinho-mor de Além Douro, a pedido do cabido bracarense (ADB, *Gav. dos Coutos e Honras*, nº6, doc. de 8 de Jan. de 1283).

[26] Não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de três desses filhos terem casado com outras tantas filhas de Rodrigo Anes de Vasconcelos, o que denota uma indiscutível vontade de aproximação entre as duas linhagens. Como, na época, teriam a mesma influência na Corte (se Rodrigo Anes tinha um irmão bispo de Lisboa, Paio Soares era primo direito da mulher de Mem Rodrigues de Briteiros), e tinham o mesmo estatuto nobiliárquico (note-se, a título de exemplo, que as duas surgem no mesmo grupo dos infanções naturais do mostº de Tibães - *BL*.I.383-384), deveremos ver nesta estratégia matrimonial, mais do que a busca de poder político ou de prestígio, uma forma de consolidarem a sua implantação territorial a qual, em grande parte, se enquadrava na bacia do Cávado. Esta tripla aliança, porém, não impediu que, anos mais tarde, Azevedos e Vasconcelos se encontrassem em campos opostos durante os confrontos de 1319-24 (J.MATTOSO, *1985a*, p.300).

[27] Seguiremos, na generalidade, as informações que recolhemos aquando da nossa dissertação de mestrado, já que Estêvão, e pelas mesmas razões os seus irmãos Gomes e Vasco, ao casar com uma de Vasconcelos, passou a pertencer à família patronal do mostº de Grijó (J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.156-157 e 163-172).

[28] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fl.43vº.

mão do primeiro conde de Barcelos[29]. Na verdade, Gomes Pais de Azevedo estava muito ligado a Dom João Afonso Telo II, sendo referido como "cavaleiro vassalo" deste em Fev. de 1304[30]. Nesse mesmo ano, a 5 de Maio, e como alcaide de Albuquerque, testemunhou o testamento de Dom João, no qual lhe ficou ordenado que, à morte do Conde, deveria entregar o castelo ao rei de Portugal[31]. No ano seguinte, aparece envolvido em conflitos com Dom João Nunes de Lara[32]. A sua permanência em terras castelhanas talvez explique as poucas informações que temos sobre o seu património, naturalmente constituido por bens herdados mas também por outros adquiridos por compra[33]. Gomes Pais deve ter falecido bastante idoso, pois ainda era vivo em 1355, sendo então vassalo da casa do Infante D.Pedro[34]. Do seu casamento com **CONSTANÇA RODRIGUES DE VASCONCELOS** teve numerosa descendência:

XV4 - DIOGO GOMES DE AZEVEDO I, que foi cónego de Braga e abade de Vila Cova (*LL*30J7), e "mui bom cosinheiro aos do seu dévido em quanto viveo" (*LD*2Y7)[35].

XV5 - RUI GOMES DE AZEVEDO, aparece-nos pela primeira vez em 1308, citado no testamento de Pero Martins Carpinteiro[36]. Contudo, só vinte anos depois nos volta a surgir, desta vez como um dos 40 fidalgos que D.Afonso IV indicou para reféns, ao abrigo das cláusulas do tratado assinado em Escalona, em Março de 1328, entre os monarcas português e

[29] *ML*.VI.31.

[30] ADB, *Corpo Cronológico*, Pasta 5, nº209 (c. de quitação dada pelo Conde, em Albuquerque, e que Gomes Pais testemunha).

[31] ANTT, *Gavetas*, XVI-1-19.

[32] *ML*.VI.79.

[33] Assim, nas Inq. de 1307-11 registou-se a compra que fizera uns dez anos antes do lugar de Castro (fg. de S.Salvador do Campo, j. de Neiva), o qual tinha sido devassado aquando das Sentenças de 1290 (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fl.37).

[34] A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, p.67 (doc.XXXVII).

[35] Veja-se o sentido destas palavras em L.KRUS, *1989a*, p.78.

[36] Pero Martins fez testamento em Burgos, a 2 de Jul. do ano referido, e nele ordena que sejam entregues a Rui Gomes 250 lbs. de portugueses (ADB, *Gav. das Propriedades Particulares*, nº718).

castelhano[37].

Nesse mesmo ano fez uma composição com o cabido portuense sobre bens que este lhe emprazara, os quais pertenciam ao most° de Canedo[38]. Em 1333, e já então c.c. **GUIOMAR PIRES DE VILA MAIOR**, fez um escambo com a abad[a] do most° de Vila Cova de Sandim, relativo a bens sitos no j. da Feira[39]. Anos volvidos, em 1341, certa dona de Arouca arrendou-lhe, durante dois anos, as quintãs de Armir e de Sanguinhedo, por 150 lbs. anuais[40]. Contudo, todos estes sinais de bom relacionamento com as instituições monásticas ficam ensombrados, perante uma ordem dada por D.Afonso IV às suas justiças, em 1355, para que proibissem Rui Gomes de cometer mais abusos contra os bens do most° de Arouca[41].

Rui Gomes, que às suas relações de parentesco associava o prestígio de ser cav° vassalo do Rei, aparece-nos, ainda, ora como testemunha ora como testamenteiro de alguns fidalgos[42]. Foi *natural-infanção* da ig. de Vilar de Porcos, onde em 1329 recebeu a "comedoria", e do most° de Grijó; mas em 1365, data do *Livro das Campainhas*, já tinha falecido, pelo que os seus direitos foram entregues aos filhos[43]:

---

[37] ANTT, *Gavetas*, XVIII-11-5 (publ. in *GAVETAS*, vol.IX, pp.636-657).

[38] ADP, *Cab° da Sé do Porto*, L° XXV de Originais, fl.32 (a composição, entre outros, foi testemunhada pelos escudeiros Pero Alvelo e Gonçalo Martins Borges).

[39] Recebeu tudo o que o most° possuia na fg. de Ossela e deu dois casais que tinha na fg. de Lever (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°2, n°36 - doc. de 9 de Jun., testemunhado pelos escudeiros Pero Alvelo, Gonçalo Peixoto, Vasco Martins e Rodrigo Afonso).

[40] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°9, n°19/2 (doc. de 12 de Fev.).

[41] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.1, m°2, n°10 (c. régia dada no Porto a 19 de Set.).

[42] Em 1331 testemunhou uma citação feita ao escd° Rui Vasques Barroso, envolvido numa contenda com o cab° bracarense (ADB, *Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cab°*, n°229, de 30 de Dez.); a 3 de Abr. de 1334, em Grijó, testemunhou a trasladação do corpo de Margarida Pires Ribeiro, mulher de Martim Pires de Alvim (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls.31v°-40). Foi testamenteiro de seu tio João Rodrigues de Vasconcelos, e nessa qualidade surge em vários diplomas entre 1333 e 1346 (ANTT, *Sala 25 - Most° de Sª Clara de Santarém*, m°6, n°295 - doc. de 5 de Abr. de 1333, feito na sua quintã de Vila Maior, e testemunhado pelo cav° Estêvão Branco e pelos escd°s. Estêvão Fernandes de Ornelas, Nuno Viegas do Rego, Rodrigo Afonso do Vale e Gonçalo Anes Peixoto; IDEM, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°6, n°24 - doc. de 21 de Set., no qual se intitula como "cavaleiro de Azevedo", e IDEM, *ibidem*, gav.7, m°6, n°9 - doc. feito em Santarém a 26 de Jun. de 1346).

[43] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.164.

XVI1 - JOÃO RODRIGUES DE AZEVEDO, apenas referido em 1365 como *natural-infanção* do mostº de Grijó, assim como os seus irmãos.

XVI2 - DIOGO GOMES DE AZEVEDO, que em 1373, e como paga dos seus serviços, recebeu de D.Fernando a terra de Fermedo[44].

XVI3 - MARIA RODRIGUES DE AZEVEDO, sobre quem nada mais soubemos.

XV6 - GONÇALO GOMES DE AZEVEDO, referido em 1329 como *natural-infanção* da ig. de Vilar de Porcos[45], foi o alferes-mor de D.Afonso IV na batalha do Salado[46]. O seu importante cargo não significou uma aliança matrimonial prestigiosa, a acreditar na indicação do Conde D.Pedro (*LL*30L8), e segundo a qual **MOR ESTEVES DE ÉVORA** seria filha de um carvoeiro da Estremadura. Deste casamento nasceu uma única filha, referida em 1365 pelo *Livro das Campainhas* como *natural* do mostº de Grijó:

XVI4 - MÉCIA GOMES DE AZEVEDO II, que c.c. João Lourenço Escola (Vd. ESCOLA).

XV7 - LEONOR GOMES DE AZEVEDO que nos aparece, entre 1326 e 1337[47], como abadª de Rio Tinto[48].

---

[44] Vd. a nota anterior.

[45] ANTT, *Sala 25 - Sª Cruz Coimbra*, Pasta 10, Alm.60, mº7, nº1.

[46] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.164. Segundo uma indicação do Doutor Mário Barroca, que agradecemos, na Sé de Évora existe uma epígrafe funerária relativa a um Gonçalo Esteves Carvoeiro, na qual se refere que este foi o verdadeiro alferes na dita batalha, por impedimento de Gonçalo Gomes. Pelo nome, tudo leva a crer que fosse cunhado deste e, eventualmente, seu alferes menor. Se a origem da família for tão modesta como o Conde D.Pedro indica, filho de um carvoeiro da Estremadura (*LL*30L8), é natural que tivesse encomendado um texto epigráfico que, pela exaltação de supostas façanhas, escondesse aquele início tão obscuro. Sobre o significado da presença de Gonçalo Gomes no Salado, veja-se L.KRUS, *1989a*, pp.354-355.

[47] A primeira destas datas é relativa a uma contenda que teve com o bispo do Porto sobre a posse da quintã de Contumil (ADP, *Cabº da Sé do Porto - Livros dos Originais*, LºXXXI, fl.2 e LºXII, fl.48, docs. cit. em *Campanhã-1991*, pp.66-67). A segunda diz respeito a uma venda feita a sua irmã Mécia Gomes, por 450 lbs., de todos os bens que o mostº de Rio Tinto possuia na Terra de Sª Mª (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Rio Tinto*, cx.3, mº5, doc. s/nº de 9 de Jul.).

[48] Se estes dados, por um lado, vêm confirmar as informações dos nobiliários (*LL*30J7 e *LD*2Y7), por outro

XV8 - MÉCIA GOMES DE AZEVEDO I, como alguns dos seus irmãos, também em 1329 é referida como *natural-infanção* da ig. de Vilar de Porcos. A propósito de sua irmã Leonor, também dissemos que em 1336 adquiriu herdamentos na Terra de Sª Mª no valor de 450 lbs. É possível[49] que tenha sido c.c. Bartolomeu Pessanha (Vd. PESSANHA).

XV9 - TERESA GOMES DE AZEVEDO, que foi c.c. Estêvão Lourenço Ganso de Arões (Vd. ARÕES).

XV10- MARIA GOMES DE AZEVEDO, a *Má*, segundo *LD*2Y7, única referência documental que conhecemos para esta filha de Gomes Pais.

XV11- VASCO GOMES DE AZEVEDO, que só encontramos nas fontes cronísticas através de uma informação dada por Fernão Lopes, e segundo a qual seria irmão do alferes-mor Gonçalo Gomes[50]. Aquele cronista afirma ainda que Vasco Gomes casou, sem se dizer com quem, e que teve dois filhos:

XVI5 - GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO II, primeiro marechal do reino, embaixador a Castela para tratar do casamento da Infanta Dona Beatriz e alcaide de Santarém, foi um dos mais fiéis partidários da Rainha Dona Leonor Teles. Foi c.c. **INÊS AFONSO**, dama da rainha, de quem teve um filho:

XVII1 - ÁLVARO GONÇALVES DE AZEVEDO, c.c.

---

lançam alguma confusão, já que Leonor Gomes nos aparece, em 1365, viúva de Bartolomeu Pessanha e mãe de uma Genoveva Pessanha, ambas *naturais* do mostº de Grijó (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.165). Na altura em que fizemos o trabalho agora citado, não tínhamos ainda qualquer referência documental relativa a Leonor Gomes, como abadª, pelo que tomámos a informação dos nobiliários como uma possível confusão com uma das irmãs daquela. No entanto, e perante estas provas (até porque se nos afigura impossível um casamento, posterior a um hipotético abandono da vida claustral), não podemos continuar a sustentar aquela interpretação. Assim sendo, e porque continuamos a aceitar a credibilidade das informações do *Livro das Campainhas*, temos que admitir que foi esta fonte que confundiu o nome da mulher do referido almirante, e que este casou com uma das irmãs de Leonor. Destas, a hipótese mais credível é a de Mécia Gomes, como a seguir procuraremos mostrar.

[49] Veja-se o que ficou dito no final da nota 48. De facto, só duas das irmãs de Leonor Gomes podiam ter sido casadas com Bartolomeu Pessanha: Mécia e Maria. No entanto, esta última apenas é referida num nobiliário (*LD*2Y7) e não consta da lista de *naturais* da ig. de Vilar de Porcos, pelo que deve ter falecido antes de 1329, enquanto que para Mécia existem dados que possibilitam aquela hipótese com muito mais verosimilhança.

[50] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.165-166 (onde também se encontram as referências que a seguir damos sobre os seus filhos).

SANCHA ANES D'ANDEIRO, filha de João Fernandes Andeiro, Conde de Ourém.

XVI6 - TERESA VASQUES DE AZEVEDO II, sem mais notícia.

XIV3 - *Vasco Pais de Azevedo*, que segue;

XIV4 - AIRES PAIS DE AZEVEDO foi clérigo e, por nomeação do arceb° Dom Martinho de 5 de Ag. de 1301, reitor da ig. de S.Miguel de Argivai[51]. Fez testamento em 1333[52]. De **MARIA PIRES** teve um filho bastardo, que D.Dinis leg. por c. dada em Lisboa, a 6 de Dez. de 1323[53]:

XV16 - LOURENÇO PAIS DE AZEVEDO, sobre quem nada mais se apurou.

XIV3 - VASCO PAIS DE AZEVEDO foi vassalo do Infante Dom Afonso, depois Rei, e por desinteligências havidas com D.Dinis ausentou-se do Reino[54]; se o exílio se deu antes, ou depois de 1321 não sabemos, mas a 8 de Out. desse ano estava em Lisboa, onde testemunhou uma doação feita por Afonso Sanches[55]. Faleceu antes de 1336, como se deduz de um doc. deste ano, e que referiremos a propósito de seu filho Rui Vasques, relativo ao couto de Cardielos (j. de Viana), o qual tinha sido obtido por Vasco Pais através de um escambo feito com os Coronéis. Foi c.c. **MARIA RODRIGUES DE VASCONCELOS**, de quem teve:

XV12 - *Gonçalo Vasques de Azevedo I*, que segue;

XV13 - RUI VASQUES DE AZEVEDO foi, como seus irmãos e primos, *natural* da ig. de Vilar de Porcos, onde recebeu comedoria como infanção em 1329. Nesse

---

[51] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 5, n°197.

[52] ADB, *Gav. dos Testamentos*, n°43 (doc. de 23 de Ag.).

[53] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.155.

[54] *Cr7Reis*, vol.II, pp.98-99; R.PINA, *1945*, p.113; J.MATTOSO, *1985a*, pp.300-301. Talvez se deva enquadrar neste ambiente de hostilidade, a notícia relativa à contenda que opunha vários indivíduos da linhagem de Azevedo ao rei pela posse do padroado da ig. d'O Salvador de Arnoso, a qual foi ganha pelo monarca por sentença de 1324 (A.A.MEIRELES, *1942b*, p.84).

[55] *ML*.VI.429; *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Sumários de Lousada*, pp.220-221.

mesmo ano, estando em Évora, testemunhou uma decisão tomada pelo arceb° Dom Gonçalo e Rui Gonçalves, testamenteiro e tutor, respectivamente, dos filhos de Vasco Pereira, irmão de ambos[56]. Este relacionamento com o célebre arcebispo não ficaria por aqui já que, anos mais tarde, Dom Gonçalo Pereira entregaria a Rui Vasques, *cavaleiro de Azevedo*, a título de préstamo, o couto de Areias[57]. Também teve o couto de Cardielos - herdado de seu pai que o tinha obtido por escambo feito com os Coronéis -, mas D.Afonso IV, em 1336, retirou-lhe as jurisdições que ali tinha[58]; seis anos depois, porém, o mesmo monarca devolveu-lhas, por c. dada no Porto a 14 de Agosto[59]. Esta magnanimidade, de resto, está em consonância com as informações deixadas pelas Inq. de 1343 e que demonstram a afeição do rei por Rui Vasques, que em nome daquele admnistrava várias terras nos j. de Geraz de Riba de Lima[60], de Santo Estêvão de Riba de Lima[61], de Aguiar do Neiva[62] e de Vermuim[63].

Em 1341 trocou uma herdade que tinha na Feira, por outra sita em Parada de Valdevez, em escambo feito com seu irmão Gonçalo e a sua cunhada[64]. Esta era irmã de sua mulher, **JOANA VASQUES DA CUNHA**, com quem já estava casado por ocasião do referido escambo, e de quem teve:

---

[56] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°5, n°31 (doc. de 7 de Março).

[57] ADB, *Livros - Rerum Memorabilium*, vol.III, fl.152 (doação feita em Braga, a 28 de Fev. de 1335). Esta doação não deixa ser curiosa, porque o dito couto já nos aparecera a propósito dos de Azevedo, só que então o referimos a propósito das violências que nele exercia Paio Soares, avô de Rui Vasques (vd. nota 25).

[58] ANTT, *Gavetas*, XII-3-13 (sentença dada em Santarém a 4 de Junho).

[59] ANTT, *Ch. de D.Fernando*, L°1, fls.139 e 196.

[60] Trazia pelo rei a terra de Vitorino das Donas, onde o seu escud° Fernão Anes recebia as rendas (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.154).

[61] Terra da Facha e a de Paradela (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.155 e 156-156v°, respectivamente).

[62] Terras de Vitorino de Peões (onde o seu homem Fernando Afonso recebia os foros), de Navió, de Balugães, de Ardegã, de Quintiães, de Aborim e de Mondim (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.156v°-157, 157, 157v°, 158, 158v°, 159v° e 160, respectivamente).

[63] Terra de Vermuim (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.198v°). Note-se que "terra" tem, nestes casos, o sentido restricto de freguesia. De qualquer forma, e sobretudo no caso de Aguiar do Neiva, Rui Vasques recebia os foros de quase todas as freguesias do julgado o que, seguramente, lhe dava um poder considerável nessa área.

[64] ANTT, *Sala 25 - Most° de Rio Tinto*, cx.3, m°5, doc. s/n° de 2 de Fev., testemunhado por Estêvão Viegas, escd° do Rego.

XVI8 - LEONOR RODRIGUES DE AZEVEDO, que casou primeiro com João Fernandes Cogominho (Vd. COGOMINHO), e depois com Paio Rodrigues Marinho (Vd. MARINHO).

XV14 - MÉCIA VASQUES DE AZEVEDO, que casou duas vezes, a primeira com Afonso Martins Botelho (Vd.BOTELHO), e a segunda com Vasco Martins de Resende (Vd. PIMENTEL-RESENDE).

XV15 - TERESA VASQUES DE AZEVEDO I, foi freira em Lorvão (*LL*30O7), mas teve um filho bastardo, de certo prior de Santa Cruz de Coimbra:

XVI9 - GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO III, leg. por c. de 27 de Fev. de 1375, sendo já, desde 1373, senhor da Lourinhã[65].

XV12 - GONÇALO VASQUES DE AZEVEDO I, é referido em 1329, juntamente com o seu filho, no grupo dos infanções *naturais* da ig. de Vilar de Porcos. Foi cavaleiro, e nesta qualidade testemunhou, em 1333, o desembargo feito às honras e jurisdições que Dona Teresa, viúva de Afonso Sanches, e seu filho João Afonso tinham em Entre-Douro-e-Minho[66].

Em 1341, e na companhia de sua mulher, **BERENGÁRIA VASQUES DA CUNHA**, fez um escambo com seu irmão Rui, como já tivemos ocasião de referir, entregando uma herdade que possuia a meias com sua irmã Teresa em Parada de Valdevez, recebendo em troca outra na Feira, e que de imediato arrendou. As Inq. de 1343 também o referem porque recebia em nome do rei, indevidamente, os direitos da terra de Vila Cova (fg. de S.Salvador de Vila Cova, j. de Felgueiras), os quais deveriam ser entregues ao Conde de Barcelos[67]. Ainda vivia em 1357, ano em que fez um escambo com o cabido bracarense, pelo qual recebeu o casal de Semelhe e a quintã de Pinheiro, na Terra de Sousa, e que rendiam 10 mbs. anuais, entregando casais de igual rendimento sitos no j. de Froião[68]. Do seu casamento teve, ao que se sabe, um único

---

[65] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.169.

[66] ANTT, *CD - Most^o de S^a Clara de Vila do Conde*, cx.3, m^o135, doc. s/n^o feito em Guimarães, a 5 de Março.

[67] ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L^o1, fl.137.

[68] ADB, *Livros - 2° de Aniversários*, fls.8v^o-9.

filho:

XVI7 - *Diogo Gonçalves de Crasto*, que segue;

XVI7 - DIOGO GONÇALVES DE CRASTO (CASTRO), já foi referido a propósito da comedoria que, juntamente com seu pai, recebia como *natural-infanção* da ig. de Vilar de Porcos. Também o era do mostº de Grijó, onde em 1365 recebia a comedoria em nome de sua mulher **ALDONÇA ANES COELHO**[69]. Teve a quintã de Crasto e da parte de sua mulher a de Souto da Ribeira de Homem, ambas no c. de Amares[70]. Supomos que também só teve um filho:

XVII2 - *Lopo Dias de Azevedo*, que segue;

XVII2 - LOPO DIAS DE AZEVEDO, foi senhor, entre outras, das terras de S.João de Rei, de Bouro, de Aguiar da Pena e de Jales[71]. Foi c.c. **JOANA GOMES DA SILVA**, de quem teve descendência que continuou o apelido de Azevedo.

---

[69] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.167.

[70] *BSS*.III.195. Aquando do nosso trabalho sobre a família patronal do mostº de Grijó, tivemos a oportunidade de identificar Diogo Gonçalves como o elo de ligação que faltava para unir as duas famílias de Azevedo (J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.51-52), e que os genealogistas vulgarmente referiam como "antigos" e "modernos": os primeiros acabando em Diogo Gonçalves de Azevedo, ainda referido pelo Conde D.Pedro (*LL*33A6), e os segundos começando com Diogo Gonçalves de Crasto, pai de Lopo Dias de Azevedo. Essa confusão, quanto a nós, decorria do facto de Diogo Gonçalves só aparecer apelidado com o nome da quintã que possuia e onde, em meados do séc. XIV, deve ter mandado construir a Torre de Castro, ainda existente e que, recentemente, mereceu um excelente estudo de Mário Barroca (M.J.BARROCA, *1989*, pp.49-51).

[71] *BSS*.III.196. As suas armas são conhecidas através de uma matriz sigilar há poucos anos identificada pelo falecido Marquês de Abrantes (M.ABRANTES, *1983b*, pp.91-92), as mesmas que identificam o seu túmulo, proveniente da capela de S.Brás, na Colgª de Guimarães, e que hoje se encontra no Museu Alberto Sampaio (M.J.BARROCA, *1987*, pp.417-418).

4.5.3. VELHOS

> VELHO-BRAVO
> REDONDO
> ZOTE
> VASQUINHO
> MOURÃO
> GATO
> BARRETO
> CERVEIRA

Se os Baiões, como no texto introdutório ficou dito, se apresentam como uma das linhagens-mãe que mais se segmentou ao longo dos tempos, então os Velhos, como ramo colateral daqueles, surgem como os principais responsáveis dessa numerosa ramificação. De facto, e tal como o elenco de famílias apresentado no início demonstra, os Velhos estão na origem, para além do apelido Velho, de oito apelidos diferentes.

Se estas nove linhagens correspondem, ou não, a outros tantos destinos diferenciados, é a interrogação que logo se coloca. Pensamos que a resposta poderá ser dada, em traços gerais, pela análise dos dois factores que mais se têm revelado na caracterização das diferentes linhagens: o da mobilidade geográfica e o das alianças matrimoniais.

Quanto ao primeiro, também no texto introdutório aos Baiões referimos que os Velhos, em virtude da sua aliança com descendentes dos condes repovoadores do baixo Lima, se tinham fixado na faixa litoral de entre Cávado e Lima, aproximando-se, mesmo, do rio Minho[1]. Assim, não é de estranhar que os Velhos tenham sido os patronos do mostº de Santo Antonino de Barbudo[2] (c. de Vila Verde), da ig. da Vinha (c. de Viana do Castelo), e

[1] Região que, aliás, também parece ter atraído outro ramo colateral dos Baiões, os de Azevedo, várias vezes unidos por via matrimonial aos Velhos, como acabámos de ver no ponto anterior.

[2] Sobre este mosteiro e a sua ligação aos Velhos, cfr. M.H.C. COELHO, *1990a*, vol.II, pp.7-29.

se tenham ligado ao mostº de Carvoeiro, também no c. de Viana[3].

Por outro lado, as inquirições, bastante ricas em dados sobre os bens desta linhagem, permitem definir com mais rigor a localização dos principais centros patrimoniais daquela[4].

A articulação dessas informações com as recolhidas na documentação avulsa permite-nos afirmar que, desde o séc. XI até aos meados do séc. XIV, os Velhos nunca se afastaram muito da região de origem. E, quando o fizeram, foi claramente no sentido leste-oeste, ou seja, penetrando mais para o interior, ao longo dos rios que referimos, como o atestam os bens dos j. de Valdevez, de Froião, de Geraz do Lima, de Penela ou de Penafiel de Bastuço, e não para sul, onde só pontualmente encontraremos os Velhos, como em Lamego ou na Covilhã, mas já no final do período em análise.

Definido, assim, o quadro geográfico da implantação patrimonial dos Velhos vejamos, sucintamente, e em termos comparativos, o que sucedeu com as outras oito linhagens. Essa análise permite-nos, desde logo, encontrar três grupos, e percursos, diferentes. O primeiro, é protagonizado pelas linhagens que se mantiveram firmemente enraizadas nas terras de "origem", com afastamentos muito esporádicos, e, mesmo nesses casos, para áreas tão pouco meridionais como sejam os j. de Guimarães ou de Vermuim. De certa forma, estas famílias também não se afastaram muito do exemplo dado pelo tronco de que provinham. A este grupo pertencem os Cerveiras[5], os Bravos e os Vasquinhos.

---

[3] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.142-143 (onde também se refere uma aliança com uma herdeira do mostº de Vairão, proporcionando aos Velhos algum património nas duas margens do rio Ave).

[4] Entre o Minho e o Lima encontram-se bens nos j. de Valadares, de Cerveira e de Caminha, e mesmo em Tuy, a norte, e depois nos da Vinha e de Viana, a sul. No entanto, a maior concentração de bens situa-se entre a margem sul do Lima e a bacia do Cávado, sobretudo nos j. de Neiva e de Aguiar do Neiva, o que vem confirmar uma antiga implantação da linhagem nessas terras - não se esqueça que Nuno Soares II foi governador da terra de Neiva entre 1127 e 1145 (J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.142).

[5] É bem conhecido o património dos Cerveiras em Coimbra, ao qual podemos acrescentar outros bens em Ourém, Viseu e Besteiros. Mas, este património decorre bem mais do facto de João Nunes de Cerveira ter exercido o cargo de alcaide de Coimbra entre 1166 e 1170, cidade onde ainda aparece documentado entre 1183 e 1192 (J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.140-141), do que de uma vontade clara de constituição de um património mais a sul. Sinal claro disto mesmo, é o préstamo que recebe de D.Sancho I em 1188, situado, não na fronteira meridional, mas em Cerveira (*DS*33). Por outro lado, a sua nomeação para a alcaidaria coimbrã deve ter sido consequência da proximidade de seu pai, Nuno Soares Velho II, à Corte afonsina, a qual acompanhou entre 1117 e 1162 (J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.142). Este exemplo demonstra ainda a importância e, sobretudo, a influência que o exercício de determinados cargos, ou a proximidade com os meios da Corte, tinha na mobilidade geográfica das linhagens. Quanto à identificação do alcaide de Cerveira subsistem dúvidas em relação ao seu nome (P.MERÊA, *1964*, p.53 e J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.140).

No segundo grupo vamos encontrar os Barretos, os Redondos e os Zotes. Estas três linhagens, sem nunca terem abandonado a zona de origem (todas se encontram na terra de Neiva e mesmo no Alto Minho), vão, mercê de alianças matrimoniais ou da proximidade dos meios da Corte, alargar os seus horizontes patrimoniais até regiões mais a sul. Assim se devem explicar os bens que os aproximaram das margens do Douro, ou os importantes núcleos de património constituidos no centro (Coimbra, Lousã e Arganil) e sul do reino (Abrantes, Torres Novas, Lisboa e, principalmente, Santarém).

O terceiro grupo, finalmente, constituido pelos Gatos e pelos Mourões, tem um percurso patrimonial completamente distinto dos anteriores. Instalados, desde o início, no curso médio do Douro, vão-se expandindo ao longo da Beira interior até Seia e à Covilhã. A diferença explica-se pelo matrimónio do fundador das duas linhagens, Pero Nunes Velho que, como se fora um "filho pródigo", casa com Maria Anes de Baião. Esta aproximação ao tronco principal dos Baiões fez com que este ramo dos Velhos tivesse sofrido uma orientação patrimonial completamente distinta, quer gerindo uma herança que os situou, por exemplo, em Mesão Frio ou em Penaguião, quer adquirindo novos bens em Viseu, em Besteiros, na Guarda ou em Manteigas.

Este último grupo levantou de uma forma evidente o segundo factor de caracterização que queríamos abordar, ou seja, o das alianças matrimoniais. Seguindo o mesmo método que usamos em relação ao património, começemos por analisar a rede de alianças estabelecidas pelos Velhos, em articulação com o que apurámos sobre a mobilidade geográfica da linhagem. Uma simples observação da árvore genealógica dos Velhos permite perceber um pouco a sua fraca mobilidade, e mesmo o declínio que sofreu, depois de uma época, o século XII, em que estiveram tão próximos do poder régio, e do qual se foram gradualmente afastando ao longo da centúria seguinte.

Na verdade, se as alianças das gerações iniciais com famílias como os Ribeiros, os Pereiras ou os Portocarreiros colocam os Velhos ao nível da nobreza média, elas não ocultam o factor que, no nosso entender, provocou uma forte distorsão na continuidade da linhagem e que muito terá contribuido para o seu declínio. Referimo-nos, como é evidente, ao elevado número de transmissões da linhagem por bastardia, as quais não poderiam deixar de se reflectir numa quebra do nível das alianças posteriores.

Quanto às linhagens do primeiro grupo, também os Bravos sofrem as consequências de

um início ilegítimo extinguindo-se rapidamente; os Vasquinhos são difíceis de caracterizar a este nível, já que não conseguimos saber com que famílias se aliaram, mas é fácil supôr que, atendendo à sua imobilidade geográfica e ao desprezo a que foram votados pelos nobiliários medievais, terão feito alianças pouco relevantes. Os Cerveiras, pelo contrário, apostaram claramente numa rede de alianças que lhes permitisse assegurar o poder na região em que estavam mais enraizados, como demonstram os casamentos com famílias do Alto Minho e mesmo da Galiza.

Redondos, Zotes e Barretos, as linhagens do segundo grupo, apresentam estratégias matrimoniais coerentes com o percurso patrimonial que a seu respeito referimos. Apostadas, no início, em reforçar os seus interesses territoriais, através de alianças com famílias fortemente implantadas entre as bacias do Lima e do Cávado, procuram, depois, ligações que os introduzam em zonas mais meridionais, como em Cambra ou em Arganil, ou que os mantenham minimamente próximos da Corte. A este nível o caso dos Barretos parece-nos exemplar, pela dupla procura de alianças, por um lado com famílias bem herdadas na Estremadura e, por outro, com as que, como eles, gravitavam em torno do rei, conseguindo mesmo a união com Barbosas, Teles ou Aboins.

Por fim, relativamente aos Gatos e aos Mourões, que como vimos se afastaram para o vale médio do Douro e para a Beira Interior, não surpreendem as suas alianças com vários ramos dos de Riba Douro ou com os de Melo e os de Tavares, linhagens fortemente implantadas naquela área. No entanto, não deixa de ser curiosa a procura de alianças com famílias geograficamente mais próximas dos Velhos, talvez no intuito de defender o património que, provavelmente, o fundador dos Gatos ali terá herdado[6].

Como é óbvio, o quadro que temos vindo a traçar ficaria mais completo se, por exemplo, a par da mobilidade e das alianças, também tivéssemos medido a intensidade dos contactos das nove linhagens com a Corte. Essa proximidade, porém, e se exceptuarmos um grupo restrito de famílias em que esse privilégio se transmitia de geração em geração, era sobretudo fruto de trajectórias individuais. Ora, como estas serão referidas a seguir, no estudo pormenorizado de cada linhagem, fiquemos de momento com as conclusões gerais que, pela análise daqueles dois factores, se podem retirar.

---

[6] A este nível, o casamento de Constança Afonso Gato com Soeiro Pires de Azevedo parece-nos exemplar, continuando, de resto, uma política de constante aproximação entre as duas linhagens.

Em primeiro lugar, e se consideradas globalmente, as nove linhagens não apresentam um grau significativo de mobilidade, sobretudo até meados do séc. XIII. A consolidação territorial em torno dos bens "familiares", seja através de novas aquisições e/ou usurpações, ou seja pela via matrimonial, parece clara. Na segunda metade daquela centúria e na primeira metade de trezentos, e em relação a duas ou três linhagens, a mobilidade aumenta, orientando-se sobretudo para a Beira interior e para a Estremadura.

Em segundo lugar, detecta-se uma estreita ligação entre esse aumento de mobilidade e a aproximação à Corte, ligação essa que tende a reflectir-se em alterações na "geografia" das alianças matrimoniais.

Vejamos, agora, a evolução de cada uma das linhagens, o que nos permitirá definir melhor as suas semelhanças e diferenças.

4.5.3.1. VELHO-BRAVO

No texto introdutório anterior, ficaram já expostas as principais características dos Velhos, quer sobre a mobilidade geográfica quer sobre as alianças matrimoniais, pelo que não as referiremos aqui de novo. Gostaríamos, agora, de deixar algumas notas sobre o relacionamento da linhagem com a Corte, aspecto fundamental e que só muito pontualmente se aflorou naquela introdução.

Curiosamente, vamos encontrar nesta abordagem uma evolução semelhante à que referimos para os de Azevedo. Ou seja, primeiro, uma forte ligação à Corte durante a primeira metade do séc. XII, a que se segue um gradual afastamento até ao final da centúria; depois, uma ausência completa de contactos ao longo de quase todo o séc. XIII, interrompida por uma reaproximação já nos finais da centúria, ou mesmo entrado o séc. XIV[1].

De facto, Nuno Soares Velho II, de quem descendem todos os ramos de Velhos, acompanhou a corte afonsina entre 1117 e 1162, chegando a ocupar o cargo de alferes - exercido por seu primo direito Nuno Pais Vida (Azevedo) por volta de 1097 - ao qual se seguiu o governo do território de Neiva entre 1127 e 1145[2]. Como já tivemos oportunidade de referir, o seu filho João Nunes, primeiro dos Cerveiras, não só foi alcaide de Coimbra entre 1166 e 1170 como, em 1188, recebeu de D.Sancho I o préstamo de Cerveira.

Entrados no séc. XIII, porém, não se encontram indivíduos com o apelido Velho junto das cúrias de D.Afonso II ou das de seus filhos D.Sancho II e D.Afonso III, e só mesmo no último ano do reinado do Bolonhês vamos encontrar João Pires Velho, mas como vassalo da casa do Infante D.Dinis[3]. A sua privança com o jovem Rei terá motivado a sua nomeação

---

[1] Seria interessante apurar as razões do afastamento dos Azevedos e dos Velhos e, mais ainda, se existiu coincidência circunstancial e cronológica.

[2] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.142 e 145-147.

[3] As indicações documentais e bibliográficas serão dadas na sua biografia. De momento, apenas chamaremos a atenção para o facto de João Pires ter dois primos direitos por companheiros, na casa do Infante, João Anes Redondo e Martim Martins Zote. Na nossa opinião, e atendendo à bastardia de João Pires, talvez a sua presença na Corte se deva mais à influência dos seus tios paternos do que à de seu pai, falecido

como embaixador a Aragão, em 1281, para tratar do casamento do monarca com Dona Isabel.

Contudo, esta reaproximação à Corte, e talvez devido às repetidas alianças ilegítimas, não foi suficiente para devolver aos Velhos o estatuto passado, ficando-se, ao longo do século XIV, pelo exercício de cargos pouco relevantes.

Passemos agora à análise das trajectórias individuais, onde todas as características gerais até aqui enunciadas se podem observar mais detalhadamente.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta reconstituição inicia-se com a descendência proveniente do primeiro casamento de Soeiro Nunes Velho II, com Teresa Anes de Penela, e que engloba, para além da continuação dos Velhos, três novas linhagens: Bravos, Redondos e Zotes. Como, porém, a apresentação conjunta das quatro linhagens resultaria num texto excessivamente carregado e complexo, decidimos, unicamente por razões de ordem prática, apresentar aqui apenas as informações relativas aos Velhos e aos Bravos[4], a que se seguirão os textos dedicados às outras duas linhagens.

O casal acima referido teve os seguintes filhos:

XII1 - *Pero Soares Escaldado*, que segue;
XII2 - MARIA SOARES VELHO, que c.c. Pero Nunes Ribeiro (Vd. RIBEIRO).
XII3 - MOR SOARES VELHO, que c.c. Paio Pires de Novais (Vd. NOVAIS).

XII1 - PERO SOARES [VELHO], *Escaldado*, "porque tiinha poucas barvas" (*LL*42E6), e como diversas vezes é referido nas Inq. de 1258. Falecido anos antes[5], aquela fonte aponta-lhe bens nos j. de Neiva, de Ponte de Lima e de Caminha[6]. As Inq. de 1288

antes de 1280.

[4] Como os Bravos se extinguem rapidamente, não vimos inconveniente em juntar as informações que tínhamos sobre eles às dos Velhos.

[5] As mesmas inq. o afirmam: "don Petro Suarii (...) filiou todos estes dereitos (...) et teive-os in sua vida, et leixou-os a seus filhos, et teem-nos(...)" (*PMH-Inq.*, p.334). Por outro lado, a identificação de Pero Soares Escaldado com o trovador Pero Velho de Taveirós parece definitivamente posta de lado depois do estudo de A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.424-425.

acrescentam-lhe, ainda, outros bens nos j. da Vinha[7] e de Penafiel de Bastuço[8].

Casou com **MARIA VASQUES [CARPINTEIRO] DE COIMBRA**[9], de quem teve os seguintes filhos:

XIII1 - JOÃO PIRES REDONDO I (Vd. **REDONDO**).

XIII2 - *Pero Pires Velho*, que segue;

XIII3 - MARTIM PIRES ZOTE (Vd. **ZOTE**).

XIII4 - PERO PIRES BRAVO aparece diversas vezes referido nos textos das inquirições, quer nas de 1258 quer nas de 1288, mas com "variações" geográficas. Assim, nas primeiras, apenas é referido no j. de Neiva[10], enquanto que nas segundas, e tendo já falecido, não se lhe registam ali quaisquer bens[11],

---

[6] Para além dos bens já referidos por Almeida Fernandes (*1972a*, p.135), relativos aos j. de Neiva e de Ponte de Lima, Pero Soares também é citado no j. de Caminha, a propósito de umas herdades foreiras que tinha comprado na fg. de Sª Mª de Caminha (*PMH-Inq.*, p.349). De resto, tanto Pero Soares como os seus filhos são dos indivíduos mais referidos na 1ª alçada das Inq. de 1258 (I.GONÇALVES, *1978*, p.433, onde, seguramente por lapso, se identificam como membros da linhagem do Vinhal, em vez de Velhos).

[7] Os bens referentes à fg. de Sª Marta de Portuzelo e que em 1288 estão referidos no J. da Vinha e couto de Viana, coincidem com os que, em 1258, se encontram no j. de Ponte de Lima.

[8] Neste julgado apontam-se dois meios casais de herdadores que Pero Soares tinha comprado, e honrado, no tempo de D.Sancho II e de D.Afonso III, nas fgs. de Sª Comba e de S.Martinho de Fradelos (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fls.31 e 35, respectivamente), situação que se manteve após as Sentenças de 1290 (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fls.71vº e 72).

[9] Esta aliança é importante a vários níveis: em primeiro lugar, pelo parentesco que unia os dois cônjuges, remoto sem dúvida, mas nem por isso menos importante pelo que significa para a contínua reaproximação dos Velhos aos de Azevedo. De facto, o pai de Maria Vasques era neto paterno de Gontinha Nunes de Azevedo, prima em quarto grau do pai de Pero Soares; em segundo lugar, aquela aliança significa uma nova aproximação dos Velhos aos meios da Corte, tão associada ainda nos finais do séc. XII a Coimbra, e da qual o pai de Maria Vasques, Vasco Pais, foi alcaide entre 1180 e 1186 (J.MATTOSO, *1982a*, p.215), cargo que João Nunes de Cerveira, tio de Pero Soares, ocupara entre 1166 e 1170, como já dissemos. Se, a tudo isto, se acrescentar o facto de a mulher de Pero Soares ser sobrinha do poderoso mestre dos Templários, Dom Gualdim Pais, mais avulta o sentido estratégico desta aliança, num duplo reforço das redes de parentesco e do prestígio político.

[10] Na fg. de Sª Mª de Vila Cova, sozinho ou na companhia de seus irmãos, detinha abusivamente vários bens reguengos e monásticos, nomeadamente duas quintãs do mostº de Palme; também na fg. de São Cláudio de Curvos trazia honrada uma herdade foreira (*PMH-Inq.*, pp.310 e 311, respectivamente).

[11] O facto de não haver coincidência de bens entre as duas inq., leva a supôr que foi posteriormente a 1258 que Pero Bravo adquiriu os bens em Faria e em Penafiel. No entanto, é estranho que em relação a esses bens os inquiridos tenham afirmado que os abusos cometidos por Pero Bravo remontassem aos reinados de D.Sancho II (Faria) e de D.Afonso III (Penafiel), quando, pelo menos em relação ao primeiro, seria natural que esse abuso já fosse referido em 1258, o que não acontece. Se os filhos do *Escaldado* foram partidários de D.Sancho - como interpretar de outra forma a presença dos quatro irmãos no cerco de Sevilha de 1248 e no "repartimiento" de 1253? - este caso parece ser um bom exemplo da propaganda que, trinta anos e dois monarcas depois, ainda se fazia contra o rei deposto.

mas sim nos j. de Faria[12] e de Penafiel de Bastuço[13].

Esteve, na companhia dos irmãos, no cerco de Sevilha de 1248, vindo depois a ser contemplado no respectivo "repartimiento" de 1253, assim como no de Arcos de la Frontera de 1264[14]. Só deve ter regressado - do exílio? - a Portugal depois desta última data, já que, excluindo as informações, cronologicamente anteriores, das inquirições, só encontrámos referências a Pero Bravo em docs. de 1268. Em Agosto desse ano, acompanhado por seu sobrinho Fernão Pires de Portocarreiro, testemunhou uma venda feita por Estêvão Martins de Sequiade a uma filha, nomeando-o esta como fiador dos seus bens[15].

Segundo o Conde D.Pedro, Pero Pires "nom houve semel que lídima fosse" (*LL*42P8), o que pode significar que a teve ilegítima. Disso mesmo estamos convencidos, como já noutra ocasião tivemos oportunidade de referir[16]. Se assim foi, então Pero Bravo teve ligações com uma senhora herdada no j. de Braga[17], e da qual teve:

XIV8 - ÁLVARO PIRES BRAVO, que acabámos de referir na nota anterior, e que em 1281 trazia do most^{o} de Vairão, a título de préstamo, alguns bens em Ançã (c. de Coimbra)[18]. Quase com toda a certeza[19], foi c.c.

---

[12] No tempo de D.Sancho II tinha tirado a uns lavradores, pela força, um paço que era pousa do rei e um casal, honrando tudo (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.53v°-54), situação que as Sentenças de 1290 condenaram (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.77v°).

[13] Já no reinado de D.Afonso III, fizera uma casa chamada *Monforte*, em terra honrada, na fg. de S^{a} M^{a} e de S.Saturnino de Sequeira (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.28).

[14] H.DAVID, *1986*, pp.19 e 22.

[15] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 2, n°s. 80 e 81. A presença nestes actos é muito importante, já que, segundo supomos, Estevainha Martins foi casada com um dos indivíduos que adiante se identificará como filho de Pero Pires Bravo.

[16] J.A.S.PIZARRO, *1990*, p.197.

[17] As Inq. de 1288 referem que a mãe de Álvaro Bravo tivera uma casa que D.Afonso III honrara a um escudeiro, e que então era já de lavradores, na fg. de S.Cristóvão de Esporões (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.11v°).

[18] R.C.MARTINS, *1992*, p.59. A sua passagem para Coimbra deve ter ditado o destino das filhas, ambas monjas em Semide, como veremos.

[19] Como vimos anteriormente, Estevainha Martins e seu pai tinham relações suficientemente próximas com Pero Pires Bravo (vd. nota 15). Depois, Estevainha Martins, que antes de 1304 aparece casada com um Pero Domingues, tinha uma filha de um primeiro casamento, com o patronímico *Álvares*, abadessa de Semide, most^{o} aonde iremos encontrar uma freira de nome Maria Bravo, e próximo de Coimbra, onde também Álvaro

ESTEVAINHA MARTINS DE SEQUIADE, proprietária no t. de Faria[20], de quem teve:

XV18 - TERESA ÁLVARES BRAVO, abadª de Semide entre 1306 e 1328[21], surge em 1309 a contestar o testamento de sua mãe, como já referimos. Importante, porém, para confirmar a sua filiação, é a sentença que o juiz de Faria dá a seu favor, a 8 de Nov. de 1320, em Rates, sobre bens da sua avoenga, indevidamente retidos por Dona Ouroana Pires Velho[22], os quais lhe seriam entregues no ano seguinte[23].

XV19 - MARIA ÁLVARES BRAVO, referenciada em 1336 como monja do mostº de Semide[24].

XIV9 - PAIO PIRES BRAVO, apenas referido pelas Inq. de 1288, porque um seu filho fora criado no l. de Paredes e outro no do Outeiro, ambos na fg.

Pires teve bens (vd. nota 24). Finalmente, aquela abadessa, Teresa Álvares, viria a ter uma contenda, sobre bens de avoenga, com Ouroana Pires Velho, sobrinha de Pero Pires Bravo. Para além dos outros argumentos, como entender esta última disputa, que Teresa ganhou, se não existissem laços de parentesco com os Velhos?

[20] A 11 de Jul. de 1268 comprou a seu pai, por 130 mbs., todo o herdamento que ele possuía naquele termo, acto que foi testemunhado pelos irmãos Gonçalo e Pero Anes Redondo, o que mais abona a ligação de Estevainha aos Velhos (ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 2, nº78); como aquele pagamento teria que ser efectuado, no máximo até ao Natal seguinte, em Agosto entregou todos os seus bens nas mãos dos seguintes fiadores: Dom Pero Pires Bravo, Fernão Pires de Portocarreiro, João Afonso e João Lourenço de Sequiade, e Estêvão Soares de Sá (IDEM, *ibidem*, Pasta 2, nº80). Entretanto, deve ter passado algumas dificuldades económicas, já que em 1277 hipotecou os herdamentos que tinha no lugar de Refregão, sobre 70 mbs. que um cidadão de Braga lhe emprestara (IDEM, *ibidem*, Pasta 3, nº99, doc. de 30 de Set.). Este último acto foi testemunhado por seu irmão, o escdº Vasco Esteves, que viria a falecer antes de 1286, deixando Estevainha como herdeira (IDEM, *ibidem*, Pasta 3, nº120). Em 1304 já aparece c.c. Pero Domingues (IDEM, *ibidem*, Pasta 5, nº212, doc. de 8 de Jan.), vindo a falecer antes de 14 de Nov. de 1309, data em que sua filha Teresa embarga o seu testamento, por não concordar com as disposições relativas aos bens de avoenga (IDEM, *ibidem*, Pasta 6, nº252).

[21] R.C.MARTINS, *1992*, p.52.

[22] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 8, nº345. Os bens tinham estado na posse de Pero Domingues de Bastuço, 2º marido da mãe de Teresa, e que aquela seguramente recebera da parte de Álvaro Pires Bravo. De outra forma, não se entenderia a usurpação feita por Dona Ouroana nem tão pouco a designação *de avoenga* para os ditos bens.

[23] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 8, nº347 (doc. de 29 de Jan. de 1321). Foi-lhe restituída a quintã de Ali (?), no j. de Penafiel de Bastuço.

[24] R.C.MARTINS, *1992*, p.59. Pensamos que a identificação não levanta problemas, não só pelo apelido, mas pela concordância cronológica e de instituição com Teresa Álvares.

de S.Pedro de Arcos, no j. de Ponte de Lima[25]. Nada apurámos quanto ao nome desses filhos:

XV20 - N. PAIS BRAVO.

XV21 - N. PAIS BRAVO.

XIII5 - MARIA PIRES BRAVO, que c.c. Pero Anes de Portocarreiro (Vd. PORTOCARREIRO).

XIII6 - SANCHA PIRES VELHO foi abad[a] de Vairão[26] mas, como refere *LL*70A3, teve uma filha de Godinho da Pousada de Tamal[27].

XIII2 - PERO PIRES VELHO que esteve, como seus irmãos, na conquista de Sevilha de 1248, foi igualmente contemplado no respectivo "repartimiento" de 1253[28]. Regressado ao reino, encontra-se abundantemente referido pelas Inq. de 1258, nos j. de Caminha, de Cerveira, de Ponte de Lima, de Penela, de Neiva e de Aguiar de Neiva[29]. Anos depois, vamos encontrar Pero Velho na companhia de sua mulher, **TERESA PIRES DE PEREIRA**, fazendo ambos, em 1264, um escambo com D.Afonso III[30].

---

[25] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.101v°. A sua identificação como filho de Pero Pires Bravo não passa de uma hipótese, apenas justificada pelo apelido e pela localização geográfica do amadigo.

[26] *LD*15C6; *LL*42E7, 56B6; *BL*.II.353.

[27] Nos "Índices" do *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* (*LL*, vol.II/2, p.314), indicam-se duas filhas de Pero Soares Escaldado de nome Sancha Pires (I e II), a primeira, legítima e abad[a] de Vairão, e a segunda bastarda. Ora, na verdade, só existiu uma Sancha Pires Velho, abad[a] e que teve uma filha bastarda. O texto de *LL*70A3, ao afirmar que "... Fernam Gonçalvez (...) foi casado com dona Ouroana Godins, filha de dom Godinho de Pousada de Tamal e de dona Sancha Pirez, filha de dom Pero Soarez Escaldado, *de gaança* ..." terá, segundo cremos, confundido os autores daqueles índices, já que "a gaança" se refere à filha de Sancha, abad[a], e não a esta.

[28] H.DAVID, *1986*, p.20.

[29] *PMH-Inq.*, pp. 305, 309, 310, 316, 317, 322, 323, 336, 339, 349, 402 e 403 (alguns destes passos das inq., foram já citados por A.A.FERNANDES, *1972a*, pp.138-139). Trata-se, na maioria das vezes, de casos de amadigo, relativos aos seus filhos, mas também há referências à adopção do próprio Pero Velho, o que, em ambos os casos, conduzia a situações de apropriação de bens de herdadores.

[30] Receberam do monarca parte de um reguengo situado em Douxi, na diocese bracarense, com um rendimento anual de 6 quarteiros de pão, dando em troca um casal situado em Figueiredo, na diocese de Tuy (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.73, doc. publ. por A.SÁ, *1899-1900* vol.I, pp.10-11). Este escambo, para além de tudo, é mais um elemento para a história da constituição da póvoa de Viana. De facto, os redactores do original da chancelaria foram pouco precisos quanto à localização dos bens trocados, mas aquele escambo não caiu no esquecimento. Na verdade, quase oitenta anos depois, aquando das inquirições de D.Afonso IV de 1343, os inquiridos do j. de Aguiar de Neiva recordavam que Pero Velho tivera bens na fg. de S.Mamede de Deucriste (Douxi), que recebera do rei (não dizem qual) em troca de outros que lhe cedera em Figueiredo da

Talvez nesta altura andasse próximo dos meios cortesãos, já que no ano seguinte àquele escambo, em Maio, estava em Lisboa, presenciando uma doação feita por Dom Pero Anes Gago e sua mulher, a bastarda régia Urraca Afonso[31]. Falecido antes de 1280[32], as Inq. de 1288, de 1307-11 e de 1343 permitem fazer uma ideia do que foi o seu património, disperso pelos j. de Froião[33], Valdevez[34], da Vinha[35], de Aguiar de Neiva[36], de Penela[37], de Braga[38] e de Vermuim[39], e que se estendeu mesmo até Montalegre[40] e à Covilhã[41].

Foz, no termo de Viana (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.158v°).

[31] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fls.77-77v°, onde surge nomeado como *Pero Velho de Gonderiz*, o que se entende, atendendo aos bens que possuía naquela fg. do j. de Valdevez, como adiante veremos.

[32] Vd. nota 48.

[33] As Inq. de 1288 referem um seu filho criado no l. de Senta, da fg. de S^{a} Mª de Badim de Vila de Paredes (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.82).

[34] As mesmas Inq. de 1288 referem uma casa feita por ele no tempo de D.Afonso III, no l. da Costa, na fg. de S^{a} Eulália de Gonderiz, numa herdade que tinha ganho a uns lavradores, e pela qual honrava a terra (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.98v°-99), o que as Sentenças de 1290 condenaram (ANTT, *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fl.60v°).

[35] Ainda a mesma fonte nos refere que Pero Velho, tendo sido recebido por filho de um foreiro do most^{o} de S.Romão do Neiva ficou, quando este morreu, com um quinhão das suas terras, sitas na fg. de S.Miguel de Perre, honrando-as todas (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.118v° e L°4, fl.92v°). As Sentenças de 1290 permitiram a honra, mas só na sua parte (ANTT, *Gavetas*, IX-7-48, Perg.10); na fg. de S^{a} Marta sabe-se que comprou e honrou um quinto do casal de Reais (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.119 e L°4, fl.93); mais curiosa, porém, e ainda na mesma freguesia, é a referência a uma casa feita por Pero Pires em terra reguenga do l. de S^{a} Marta, junto de herdades foreiras onde reunia o "conselho do foro", e que D.Afonso III mandou derrubar, depois do que aquele voltou a construir uma nova casa, noutro lugar, honrando-a (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.118v°-119 e L°4, fl.93). Como seria de esperar, as Sentenças de 1290 deram a casa por devassa (ANTT, *Gavetas*, IX-7-48, Perg.10).

[36] As Sentenças de 1290 mantiveram a honra de uma herdade de lavradores, foreira, que ele tinha comprado e onde fizera uma casa, na fg. de S.Mamede de Deucriste, e que os seus filhos traziam por honra desde o tempo de D.Afonso III (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.10).

[37] As Inq. de 1307-11 informam que Pero Pires coutou o lugar de Feita, na fg. de S.Martinho de Gândara (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.30v°).

[38] Em trabalho anterior, tivemos já oportunidade de referir os seus bens neste julgado os quais, segundo as Inq. de 1288, eram constituidos pela quintã de Real (fg. de S.João de Semelhe), onde construiu um paço, o que lhe valeu ter sido excomungado pelos arcebispos D.João e D.Martinho (J.A.S.PIZARRO, *1990*, pp.222 e 238).

[39] Segundo as Inq. de 1343 sabe-se que teve um casal em Pereira (fg. de Bairro), já então na posse do most^{o} de Santo Tirso (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.204).

[40] Neste julgado, e juntamente com os seus sobrinhos, trouxe por honra a fg. de S^{a} Mª de Salto, não entrando ali o porteiro nem o mordomo e trazendo os seus juiz e chegador - tal como a honrara o bispo D.Mendo -, situação que as Sentenças de 1290 mantiveram (ANTT, *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*,

Como atrás referimos, Pero Pires Velho faleceu antes de 1280, ano em que a sua viúva e os seus filhos foram confrontados com uma inquirição régia, feita sobre alguns dos bens que possuíam no j. da Vinha[42]. Depois daquele ano Dona Teresa continua a ser referida, quer a propósito de doações feitas a mosteiros e a parentes[43], quer em relação a abusos efectuados no j. de Braga[44], aparecendo pela última vez em 1311[45].

Do casamento de Dom Pero Pires Velho com Dona Teresa Pires de Pereira[46], resultaram três filhos e duas filhas, mas aquele ainda teve mais um filho e uma filha, ambos bastardos, de **SANCHA PAIS DE SANTA LOGRIÇA**, filha "de dom Paai Pequeno, abade de Santa Logriça [de Aguiar]" (*LL*42F8). Filhos legítimos[47]:

---

fl.115).

[41] As Sentenças de 1290 devassaram a aldeia de Lageosa, que Pero Velho e o bispo D.Rodrigo trouxeram honrada desde o tempo de D.Afonso III (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°9, fl.34v°). Aquele texto, refere ainda que a aldeia tinha sido ganha por eles a um clérigo da Covilhã, de nome Egas Mouzinho, que a tinha povoado no tempo daquele monarca.

[42] A inq. incidiu sobre os bens de Asmonde, de Santa Marta, de Talhareses e do couto de Viana, e que eram considerados reguengos, como se veio a confirmar, com prejuízo de Afonso e de João Pires Velho que os tinham herdado de seu pai (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fls.89-89v°, também cit. por A.A.FERNANDES, *1972a*, pp.139-140). Quanto à data do óbito de Pero Velho, é possível que ela seja anterior a 6 de Jan. de 1272, data em que o Prior de S.João de Longos Vales emprazou a Dona Teresa, bem como a sua mãe e irmão, um casal na vila de Azevedo - por dois cabritos e 4 soldos anuais - que tinha sido de Dom Rui Garcia de Paiva (AUC., *Fundo Gabriel Pereira*, Gav.7, m° único de Pergs. Portugueses do séc. XIII, n°26); como no doc. não se faz qualquer alusão a Dom Pero Pires, isso pode significar que Dona Teresa já teria enviuvado.

[43] Em 1293 doou ao most° de Paço de Sousa, para um aniversário por sua alma, o casal de Barral (ADP, *Secção Monástica - Paço de Sousa*, n°91, fl.24v° e n°92, fl.20v°). Também fez doação a seu sobrinho, D.Sancho Pires de Froião, bispo do Porto, de uma parte da quintã da Torre (fg. de Santiago de Areias), como aquele refere no testamento (*CCSP*, pp.430-442, doc. de 20 de Nov. de 1294), doação que se co[illegible]pletaria anos mais tarde, quando Dona Teresa lhe doou todo o herdamento que possuia, da parte dos pais, em Torre (ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 4, n°179, de 3 de Fev. de 1299).

[44] Para além dos registados pelas Inq. de 1301 e de 1307-11, e que já tivemos oportunidade de referir (J.A.S.PIZARRO, *1990*, pp.205, 206, 245, 246 e 247), sabe-se que, com seus filhos, era acusada de não deixar entrar em Real o mordomo de Braga num lugar que fora devassado em 1290 (IDEM, *ob.cit.*, pp.200 e 238), fazendo ali casa de morada, segundo se apurou pelo rol de acusações enviado pelo rei ao meirinho-mor de Além Douro a pedido do cabido bracarense (ADB, *Gav. dos Coutos e Honras*, n°6, doc. de 8 de Jan. de 1293).

[45] Neste ano, a 11 de Dez., estando na sua quintã de Real, impôs um censo anual de 1 mb. sobre o herdamento de Senra de Portocarreiro (fg. de S.João de Semelhe), que era do Cabido de Braga, o qual foi aceite pelos seus filhos ali presentes (ADB, *Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido*, n°193).

[46] Note-se que uma das irmãs de Dona Teresa, Mor Pires, foi a segunda mulher de João Pires Redondo I, irmão de Pero Velho.

[47] Analisaremos primeiro a descendência legítima, já que parece ter sido pela ilegítima que o apelido Velho se perpetuou.

XIV1 - GONÇALO PIRES VELHO, cavaleiro vassalo do rei, e algumas vezes identificado como *Gonçalo Velho de Sequeira*, ou de *Deucriste*, surge-nos pela primeira vez em 1299 a testemunhar uma doação feita por sua mãe. Anos depois testemunha uma composição, feita em 1310, entre o most° de Sant'Ana de Viana e os moradores do couto de Gondufe[48]. No ano seguinte, e de novo junto de sua mãe, aceita um censo anual que esta impôs sobre certos bens. É provável que Gonçalo Pires tenha morado no j. de Braga - talvez mesmo na fg. de Sequeira - e onde se sabe que cometeu alguns abusos em 1319[49].

Pertencendo a uma linhagem tão fértil em bastardias, Gonçalo Pires não "fugiu à regra", como nos relata um saboroso passo do *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, e pelo qual ficámos a saber que raptou uma freira de Vitorino das Donas, professa havia já sete anos (*LL*42G9). Aquela freira chamou-se **SANCHA GONÇALVES DE ARGA**[50], e deu a Gonçalo Pires oito filhos, quatro dos quais foram legitimados por D.Dinis em 1320[51]:

XV1 - JOÃO GONÇALVES VELHO, um dos filhos de Gonçalo Pires legitimado em 1320, deve ter nascido nos inícios do séc. XIV[52]. De facto, uma passagem das Inq. de 1343 refere que havia 25 anos que trazia, em nome dele e do avô Gonçalo de Arga, herdades reguengas sitas no l. de Milheirós (fg. de S.Salvador de Vitorino das Donas, j. de Geraz do

---

[48] ADB, *Fundo Monástico-Conventual*, Most° de Sant'Ana de Viana, n°265.

[49] A 5 de Set. desse ano, o cab° bracarense pediu ao arceb° D.João Martins que absolvesse Gonçalo Pires e dois dos seus sobrinhos, os cav°s. Martim Fernandes Camelo e Martim Viegas de Curutelo, das censuras que lhes tinha lançado por terem feito um caminho numa vinha do cab° e de aí praticarem violências, falta que, entretanto, tinham já corrigido (ADB, *Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cab°*, n°214).

[50] E não Constança, como é referido em *LL*.

[51] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.129v° (c. de leg. dada em Trancoso, a 20 de Jan., relativa a Martim, João, Gonçalo e Nuno, onde se refere o nome de Sancha e se diz que esta era filha de Gonçalo de Arga, o qual, segundo *LL*42G9, era um "peom filho d'algo").

[52] Pelo facto de existirem vários indivíduos de nome João nesta linhagem, levantam-se alguns problemas quando se pretende saber a qual deles pertence esta ou aquela referência. O que desde já podemos afirmar, é que João Gonçalves Velho não se deve identificar com o trovador João Velho de Pedregais, nem tão pouco com o João Velho que foi do Conselho Régio e embaixador de D.Dinis a Aragão. Estamos convencidos que todos esses cargos e trovas se devem atribuir a seu tio João Pires Velho, como a seu tempo pretendemos demonstrar.

Lima)[53]. Sabemos que c.c. **TERESA FERNANDES FARROUPIM** (*LL*42G10), de quem teve:

XVI1 - INÊS ANES VELHO, que c.c. Lourenço Anes de Anha (Vd. ANHA).

XV2 - GONÇALO GONÇALVES VELHO, que só conhecemos pela c. de leg. acima apontada e através de *LL*42G9.

XV3 - FERNÃO GONÇALVES VELHO I não foi leg. como seus irmãos, mas a sua filiação é expressamente referida em *LL*42G9, e comprovada por uma doação feita por Fernão Velho, *esdudeiro de Sequeiros*, em 1362: em Set. desse ano, doou a Dona Leonor Gonçalves, monja de Arouca, tudo o que tinha em Real, no couto de Braga[54]. Nada mais soubemos a seu respeito.

XV4 - PERO GONÇALVES VELHO, de quem só sabemos a existência pela informação de *LL*42G9.

XV5 - AIRES GONÇALVES VELHO que, tal como Pero, só é referido em *LL*42G9.

XV6 - NUNO GONÇALVES VELHO, que só é conhecido pela sua legitimação de 1320, para além da fonte linhagística já citada a propósito de seus irmãos.

XV7 - TERESA GONÇALVES VELHO que, segundo o Conde D.Pedro, foi c.c. **GONÇALO MARTINS** (*LL*42G9), não foi legitimada em 1320. Segundo aquela fonte teve um único filho:

XVI2 - AIRES GONÇALVES, sobre quem nada soubemos.

XV8 - MARTIM GONÇALVES VELHO, um dos filhos de Gonçalo Pires

[53] ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.154-154v°.

[54] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°2, n°10. A doação estipulava ainda que os bens em causa, por morte de Leonor, regressariam à posse de Fernão, e que só depois da morte deste ficariam para o mosteiro. Por outro lado, o facto desses bens se situarem em Real - onde, como vimos, Dom Pero Pires Velho teve uma quintã - não deixa, quanto a nós, qualquer dúvida sobre a filiação de Fernão Velho. Mas quem seria Leonor Gonçalves? Irmã de Fernão, talvez, como o admitiriam o patronímico e a doação; mas é muito estranho que esse parentesco tão próximo, a existir, não fosse afirmado no próprio texto da doação, e por isso não a filiámos em Gonçalo Pires.

leg. em 1320, não é referido pelos nobiliários. Deve-se poder identificar com o Martim Velho referido pelas Inq. de 1307-11 por trazer honrada, por emprazamento do cabido lamecense, a quintã de S.Martinho do Souto, com oito casais, na fg. de Sª Mª da Sé, no j. de Lamego[55]. Nada mais apurámos a seu respeito.

XIV2 - AFONSO PIRES VELHO, cavº que acima vimos a testemunhar e a confirmar, junto de seu irmão João, uma inquirição feita em 1280 sobre alguns bens que com aquele e sua mãe detinha no j. da Vinha. De novo na companhia de seu irmão João o vamos encontrar, em 1284, presenciando o acto pelo qual vários proprietários da zona de Caminha acederam a trocar os bens que ali tinham por outros situados na aldeia de Daião (j. de Geraz do Lima), no âmbito da constituição da póvoa de Caminha[56]. A vida de Afonso Pires deve ter decorrido toda na área geográfica tradicional dos Velhos, desde a sua criação no j. da Vinha[57], até à posse de bens no j. de Valdevez[58], passando pela criação dos filhos no j. de Penela.

Segundo o Conde D.Pedro c.c. **CONSTANÇA AFONSO ALCOFORADO** (*LL*42H9), de quem teve um único filho:

XV9 - GONÇALO AFONSO VELHO, o *Sável Assado*, a propósito de quem só sabemos que já tinha falecido em 1329, ano em que sua mulher, **ALDONÇA MARTINS DA CUNHA**[59], e os seus três filhos receberam comedoria como *infanções naturais* da ig. de Vilar de Porcos[60]. Esses filhos eram:

---

[55] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº7, fl.86.

[56] ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, Lº2, fls.86vº-87vº (o acto teve lugar em Daião, a 17 de Out.).

[57] Ficou honrado o casal de Mem Pais porque "sua molher desse Mem Paez adusse Affonsso Velho de cama e teve-o hi atães que o levou Pero Vilarinho que o criou", na fg. de Santa Marta (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.119 e Lº4, fl.93).

[58] Aquando das Inq. de 1288 apurou-se que trazia uma herdade honrada na fg. de S.Salvador de Padroeiro, a qual fora comprada a lavradores, situação que as Sentenças de 1290 mantiveram (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.87, e *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fl.56vº, respectivamente).

[59] Em *LL*42H10 vem referida com o apelido Azevedo, que lhe vinha da parte de sua avó paterna (*LL*55I6-8), mas o doc. cit. na nota seguinte é explícito em relacão ao apelido Cunha.

[60] ANTT, *Sala 25 - Sª Cruz de Coimbra*, cx.6, Pasta 10, Alm.60, mº7, nº1.

XVI3 - ÁLVARO GONÇALVES VELHO, de quem só sabemos "que matarom" (*LL*42H10), e que talvez se identifique com um dos algozes da Rainha Dona Inês de Castro[61].

XVI4 - LEONOR GONÇALVES VELHO, que c.c. João Lourenço Buval (Vd.BUVAL).

XVI5 - N. GONÇALVES VELHO, apenas conhecido pela referência da lista dos *naturais* de Vilar de Porcos.

Segundo as Inq. de 1307-11, Afonso Pires Velho teve mais um filho, bastardo, que foi criado na fg. de Sª Mª de Barral, no j. de Penela[62]. Desconhecemos os nomes da mãe e do filho:

XV10 - N. AFONSO VELHO.

XIV3 - ESTÊVÃO PIRES VELHO, *de Ansemonde* (*LL*42F8), talvez por ali ter nascido ou por possuir os bens que seus pais aí detiveram. Seguindo as "tradições" familiares, bem como o exemplo de seu irmão Gonçalo, também Estêvão raptou uma freira (*LL*42I9), **URRACA PIRES DE CAMEAL**[63], de quem teve um filho, criado na fg. de S.Martinho de Gândara, no j. de Penela[64], que se chamou:

XV11 - AFONSO ESTEVES VELHO, *de Deucriste*, a quem D.Dinis concedeu a legitimação, por c. dada em Santarém, a 15 de Março de 1321[65]. Segundo o Conde D.Pedro foi c.c. **MARIA RODRIGUES DA MAIA** (*LL*42I10), de quem teve:

XVI6 - JOÃO AFONSO VELHO, escudeiro que, segundo as Inq. de

[61] A.A.FERNANDES, *1972a*, pp.143-144.

[62] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.30.

[63] Mais provavelmente Tameal (>Tamel, fg. do c. de Barcelos, como propõe A.A.FERNANDES, *1972a*, p.144).

[64] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.30v°.

[65] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.135v° (doc. publ. por A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, pp.58-59).

1343, tinha vários bens no j. de Neiva[66]. Um facto omitido pelos nobiliários medievais é o seu casamento com **SANCHA RODRIGUES DE JOLDA**, ocorrido antes de 1344[67], e do qual não sabemos se ficou descendência.

XVI7 - CRISPIM AFONSO VELHO.

XVI8 - RUI AFONSO VELHO.

XVI9 - TERESA AFONSO VELHO, que c.c. Rodrigo Álvares de Aragão (Vd. ARAGÃO). Estes três filhos de Afonso Esteves só são conhecidos através das referências de *LL*42I10-11.

XIV4 - INÊS PIRES VELHO, que casou primeiro com Egas Martins de Curutelo (Vd.CURUTELO), e depois com **LOURENÇO ANES**. Este segundo matrimónio é desconhecido dos livros de linhagens, e terá ocorrido antes de 1311, data em que Inês, juntamente com Lourenço Anes, confirma uma doação de sua mãe. Não encontrámos notícias de descendentes deste segundo matrimónio.

XIV5 - OUROANA PIRES VELHO, que c.c. Fernão Martins Camelo (Vd. CAMELO).

Como a seu tempo referimos, Pero Pires Velho teve dois filhos bastardos. É altura de os nomear:

XIV6 - *João Pires Velho*, que segue;

XIV7 - TERESA PIRES VELHO II, que foi c.c. Martim Godins de Lanhoso (Vd. LANHOSO).

XIV6 - JOÃO PIRES VELHO, contrariando um destino que, pela ilegitimidade do seu nascimento, se apresentaria desfavorável, acabou por nos surgir como a figura mais

[66] Em nome do Rei fazia a terra de Cortegaça (fg. de S.Pedro de Cortegaça, hoje fg. de Subportela, c. de Viana do Castelo), e nela trazia uma herdade foreira (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.150v°); na fg. de S.Miguel de Figueiredo, trazia umas leiras reguengas, sitas no monte do Carvalho Seco, bem como uma vessada grande que há oito anos tinha filhado a lavradores (IDEM, *ibidem*, L°1, fl.151).

[67] Neste ano, a 7 de Dez, João Afonso deu proc. a sua mulher e ao escd° João Lourenço, para tratarem das partilhas dos bens a que tinham direito pela parte de Mem Rodrigues de Jolda, seu sogro. As partilhas foram feitas no ano seguinte, cabendo a João Afonso e a Sancha Rodrigues as quintãs de Vitorino e de Alvarães, e tudo o que Mem Rodrigues tivera em Moldes e em Paredes, estes últimos bens a meias com Álvaro Rodrigues, irmão de Sancha (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°3, n°1).

relevante e documentada da linhagem dos Velhos, durante o período dionisino[68]. Essa proeminência - como acabámos de ver em nota - decorreu, em boa medida, da sua passagem pelas cortes afonsina e dionisina. A primeira referência conhecida data de 1278, quando testemunha a doação da vila da Lourinhã, feita pelo Rei ao Infante D.Afonso[69]. No ano seguinte, aparece como membro da casa do Infante D.Dinis e, curiosamente, como o segundo vassalo mais bem "soldado" [70]. Finalmente, em finais de 1281 foi nomeado procurador para tratar do casamento do monarca, efectuado em Fevereiro de 1282[71], devendo ter acompanhado a nova rainha desde Barcelona até Portugal.

De regresso ao reino ausentou-se da Corte, e dirigiu-se para as "familiares" terras minhotas, onde o vamos encontrar em Outubro de 1284, acompanhado por seu meio-irmão Afonso Pires, a testemunhar alguns escambos promovidos por D.Dinis, no âmbito da formação da póvoa de C minha[72]. Parte interessada nesse processo, também ele entregou um casal que ali possuia, recebendo em troca uma herdade na fg. de

[68] Esta afirmação, porém, e que decorre do facto de estarmos convictos que as notícias sobre um trovador, ou embaixador e conselheiro régio, de nome João Velho, dizem respeito a um só indivíduo - o filho bastardo de Pero Pires Velho - tem que ser justificada, atendendo às dificuldades que se colocam na hora de identificar vários homónimos. Já anteriormente outros autores tentaram essa identificação, como Almeida Fernandes ou Resende de Oliveira, para citar os mais recentes. Quanto ao primeiro, errou, quando identificou João Velho, embaixador de D.Dinis a Aragão em 1281-82, com João Gonçalves Velho (A.A.FERNANDES, *1972a*, p.143). Este, como vimos, foi legitimado em 1320 e ainda vivia em 1343 (vd.**XV1**), pelo que não se pode confundir com aquele embaixador, nem tão pouco com o trovador João Velho de Pedregães. Sobre este último, elaborou o segundo daqueles dois autores uma biografia (A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.375), onde, por um lado, também põe em causa a mesma identidade para o trovador e para o legitimado de 1320 e, por outro, admite a hipótese daquele se identificar com o embaixador acima referido. Essa identificação pode ser feita sem reservas, se articularmos os dados conhecidos para João Velho com outros relativos a parentes próximos deste. Se não, vejamos: nascido em meados do séc. XIII, João Pires é levado para a Corte do *Bolonhês*, onde nos surge, em 1278-79, como vassalo da casa do Infante D.Dinis. E dizemos levado, porque, sendo bastardo, é muito provável que fosse protegido pelos seus tios, como o provam o seu casamento com uma sobrinha da primeira mulher de seu tio João Pires Redondo I, e o facto de ter por companheiros, na mesma *casa*, os seus primos João Anes Redondo e Martim Martins Zote I. A proximidade com D.Dinis não faz estranhar a presença de João Pires no conselho régio e a sua nomeação como embaixador à corte aragonesa, em 1281, para tratar do casamento do Rei com Dona Isabel de Aragão. Assim, também não devemos estranhar os seus dotes poéticos, fruto natural dos seus íntimos contactos com os círculos cortesão e trovadoresco, testemunhados por duas cantigas de escárnio e um filho bastardo, tido de uma filha dum trovador. Como veremos, deve ter falecido pouco depois de 1310.

[69] A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, p.33, *in nota*.

[70] A.B.FREIRE, *1916*, p.59.

[71] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.41v° (*Cr7Reis*, vol.II, pp.9-10; R.PINA, *1945*, p.11; *Corpo Diplomatico Portuguez (...)*, Tomo I, pp.33-34; A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, pp.29-32).

[72] Vd. nota 62. Não foi esta a única vez que esteve junto de seu irmão, como já tivemos ocasião de referir (vd. nota 48).

S.Vicente, no j. de Valdevez[73]. Para além deste julgado, encontram-se abundantes referências aos seus bens, localizados, quer junto à fronteira do Minho, no j. de Cerveira e no couto de Valença[74], quer na foz do Lima[75], mas sobretudo no j. de Neiva[76].

[73] ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fls.62-62v°. João Pires fez outro escambo com o Rei no ano seguinte, envolvendo também bens situados em Caminha (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.138v°, doc. de 6 de Jun. de 1285, publ. por A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, pp.37-38).

[74] No j. de Cerveira, e à data das Inq. de 1288, tinha duas casas de que fazia honra, uma na fg. de S.João de Campos e outra na de S.Pantaleão de Cornes (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.87 e 90v°, respectivamente), assim se mantendo depois de 1290 (IDEM, *Gavetas*, IX-7-48, Pergs. 8 e 9); mas, em 1307, já a casa de Campos se refere como quintã e por ela honrava João Pires toda a freguesia, sonegando os direitos régios sobre a dízima do pescado e a portagem de um rio que por ali passava (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fls.9v°-10); ainda em 1288, se registaram duas herdades foreiras na fg. de S.João de Reboreda, por ele compradas e honradas há quase 20 anos (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.87v°), e que assim ficaram (IDEM, *Gavetas*, IX-7-48, Perg.8); agora pelas Inq. de 1301, ficámos a saber que trazia por uma quintã na fg. de S.Miguel de Sapardos, que tinha sido de Dom Nuno e de Pero Nunes, mas que então era de vilãos (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.9v°), situação que agravou depois porque, em 1307, devassaram os casais que tinha do most° de Loivo nessa fg., e onde protegia 8 homens que lhe faziam serviços (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fls.10-10v°); estas últimas inq., detectaram que João Velho, com os Novais, impedia o porteiro de entrar na honra de Mangoeiro, na fg. de Gondarém, e ainda que ele honrava uma herdade devassa, sita na fg. de S[a] Eulália de Gondar (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fls.9v° e 10v°, respectivamente). Finalmente, no j. e couto de Valença, as Inq. de 1288 registaram a herdade reguenga de *Boimercê*, na fg. de S.Julião da Silva, que ele honrava, porque o foreiro lha oferecera em troca de protecção (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.85), situação condenada em 1290 (IDEM, *Gavetas*, IX-7-48, Perg.7), mas que ainda se mantinha em 1301 (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.10).

[75] No j. da Vinha e couto de Viana, as Inq. de 1288 só registaram um casal que trazia honrado e onde pousava, na fg. de S.Martinho de Freixieiro, e meia herdade, comprada no ano anterior, sita na fg. de S[a] Marta, que antes era devassa e que ele desde então honrava (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.91v°, e L°1, fl.119 e L°4, fl.93v°, respectivamente). As duas situações tiveram sortes diferentes, já que as Sentenças de 1290 deixaram o casal honrado mas devassaram a herdade (IDEM, *Gavetas*, IX-7-48, Pergs. 9 e 10, respectivamente).

[76] Como o antigo j. de Neiva abrangia grande parte dos actuais c. de Barcelos e de Esposende, bem como as fgs. do c. de Viana do Castelo situadas na margem sul do Lima, torna-se mais prático enumerar os bens relativos àquele julgado distribuindo-os pelos referidos concelhos. Assim, no actual c. de Barcelos, honrava três herdades foreiras na fg. de Tregosa, devassadas em 1290 (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.1). No c. de Esposende, tinha duas quintãs: a de Sabariz (fg. de Forjães), e a de Azevedo (fg. de Antas), há muito honradas, assim se mantendo a primeira em 1290, com excepção de dois casais do most° de Palme que honrava pela dita quintã, mas ficando devassa a segunda (IDEM, *ibidem*, VIII-5-1, Perg.3). No c. de Viana teve, juntamente com outros fidalgos, a quintã honrada de Mujães (fg. de Mujães), e que assim ficou em 1290 (IDEM, *ibidem*, VIII-5-1, Perg.5). Nesta mesma fg., no lugar da Mamoa, honrava uma casa que tinha construido no tempo de D.Afonso III e à qual deu o nome de "Sequeira", em herdades de lavradores, mas de nada serviu ter sido devassada (IDEM, *ibidem*, VIII-5-1, Perg.5), já que em 1301 impedia o porteiro de entrar naquele lugar (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.8), situação que se mantinha em 1307 (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.34v°). Na fg. de Vila de Punhe, honrava vários herdamentos foreiros, que comprara ou ganhara desde o tempo do *Bolonhês*, ficando todos devassos em 1290 (IDEM, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.5). Tanto em 1301 como em 1307, não deixava o porteiro entrar no l. de Portela de Jusã (fg. de Subportela), porque defendia 10 homens que ali moravam, em casais de mosteiros, e que lhe prestavam serviços (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.7v° e L°6, fl.32, respectivamente). Finalmente, na fg. de Vila Franca, as Sentenças de 1290 mantiveram-lhe honrada, com o seu chegador, a quintã de Vila Franca, há muito honrada por [seu tio-avô] Paio Novais (IDEM, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.5); curiosamente, nas Inq. de 1307-11, não se fala de quintã, mas sim já da

Também neste último julgado foi criada a sua mulher[77], **MARINHA SOARES CORREIA**, sobrinha do célebre mestre de Santiago Dom Paio Pires, de quem teve[78]:

XV12 - MARTIM ANES VELHO, provavelmente criado no j. de Cerveira[79], foi c.c. **GUIOMAR LOURENÇO TAVEIRA** (*LL*42M10), de quem teve:

XVI10 - BEATRIZ MARTINS VELHO, que foi casada primeiro com Vasco Pires de Viana (Vd. VIANA), e depois com João Rodrigues da Cunha (Vd. CUNHA).

XVI11 - N. MARTINS VELHO, que c.c. Afonso Pires Ribeiro III (Vd. RIBEIRO).

XV13 - MARIA ANES VELHO, *a Moura*[80], teve um filho ilegítimo de Fernão Martins Soveral (Vd. SOVERAL). Nem Maria Anes, nem os seus dois irmãos a seguir são referidos em *LL*.

XV14 - LEONOR ANES VELHO, tal como sua irmã, foi criada no j. de Aguiar de Neiva[81]. Foi monja em Vairão, tendo falecido antes de 1321[82].

XV15 - PERO ANES VELHO, que só conhecemos por ter testemunhado o testº do

---

honra de Vila Franca, mudança que o temido inquiridor Aparício Gonçalves não contestou, impondo apenas que cada casa situada dentro da honra deveria dar ao rei, duas galinhas por ano, e todas, em conjunto, 11 mbs. e um carneiro (IDEM, *Inq. de D.Dinis* , Lº6, fl.35).

[77] Tinha sido recebida por filha de uns lavradores da fg. de S.Pedro do Couto de Capareiros, de quem recebeu uma herdade, que seu marido honrava e que ficou devassa em 1290 (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.6).

[78] Em *LL*42M9, para além de serem omitidos vários dos seus filhos, não se faz qualquer distinção entre os legítimos e os bastardos, o que já induziu em erro alguns autores (A.A.FERNANDES, *1972a*, p.145).

[79] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.88. Dizemos provavelmente, porque o texto das Inq. de 1288 não o nomeia explicitamente, mas como não refere que é bastardo, e Martim Anes foi o único varão legítimo, concluímos pela sua identificação.

[80] Assim é referida na c. de leg. do filho que teve de Fernão Soveral, dada pelo monarca em Beja, a 3 de Dez. de 1295 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fls.111-111vº, publ. por A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, pp.46-47), e que também refere que esse bastardo foi recebido por João Pires Velho como neto legítimo. Por outro lado, e tanto quanto sabemos, é este o primeiro doc. que refere João Pires como *João Velho de Pedregaes*.

[81] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fls.40vº e 41, onde João Pires é referido como *João Velho de Santa Logriça*.

[82] A 22 de Jan. deste ano a abadª nomeou procuradores para tratar com os parentes de Leonor Anes, filha de João Velho de *Santa Logriça*, da partilha dos bens que ela deixara ao morrer (ANTT, *CD -Mostº de Vairão*, mº7, nº154).

cavº João Anes César, feito em Elvas, a 26 de Nov. de 1329[83]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

Para além destes filhos, João Pires Velho teve mais dois filhos bastardos, o primeiro leg. em 1299 e o segundo em 1310, como veremos. O que agora importa, antes de os nomearmos, é que só sabemos o nome da mãe do segundo, **MARIA PIRES**, filha de Gonçalo Martins, *trovador de Santarém*, e, finalmente, que a legitimação de 1310, feita pelo monarca a pedido expresso de João Pires, é também o último doc. em que este é referido, o que nos leva a supor que terá falecido pouco depois.
Filhos bastardos:

XV16 - *Gonçalo Anes Velho*, que segue;

XV17 - JOÃO ANES VELHO, leg. a pedido de seu pai por c. de 1 de Jul. de 1310, dada em Lisboa, e que foi criado, por volta de 1303 na fg. de S.Martinho de Balugães, no j. de Aguiar de Neiva[84]. Nada mais soubemos a seu respeito.

XV16 - GONÇALO ANES VELHO, que como já dissemos foi leg. em 1299[85], foi criado na mesma fg. que seu irmão João[86]. Para além da sua "criação", as Inq. de 1307-11 deixaram outras referências a respeito deste cavaleiro mas, curiosamente, essas notícias, mais do que mostrarem as usurpações feitas por Gonçalo Anes, revelam-se esclarecedoras quanto, por um lado, à confiança que nele depositava o monarca e, por outro, à estima que D.Dinis tivera por seu pai, João Pires Velho. Na verdade, as Inq.

[83] ANTT, *2ª Inc. - Mostº de Alcobaça*, mº9, nº214). Consideramo-lo como filho de João Pires, não só pelos seus patronímico e apelido, ou ainda pela cronologia, mas sobretudo pelo facto de ser testemunha de João Anes César, o conhecido inquiridor de 1301. A presença de Pero Anes em Elvas, junto a um membro da casa do Rei, leva-nos a supôr que os filhos de João Pires ficaram na Corte, ou em círculos próximos dela, como parecem ser também prova o casamento de Martim Anes com uma Taveira, ramo dos Velhos radicado na Estremadura e presente na Corte, bem como a alcunha de *o Contador*, dada a Gonçalo Anes. Apesar disso, deve-se considerar a identificação proposta como uma simples hipótese.

[84] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fl.38vº. Esta informação, de 1308, e inserta nas Inq. de 1307-11, acrescenta ainda que a criação se tinha dado cinco anos antes, mas não nomeia expressamente João Anes. No entanto, como este é legitimado depois de Gonçalo, como veremos, e na mesma data e na mesma fg. foi criado outro bastardo de João Pires, mas dezasseis anos antes, fomos levados a concluir que Gonçalo foi ali criado por volta de 1292 e João em 1303. Um dos dois foi também criado no j. de Cerveira, segundo as Inq. de 1301, numa quintã da fg. de S.Salvador de Covas; a quintã, porém, ficou devassa devido à bastardia (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, Lº3, fl.9vº).

[85] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.7vº (doc. publ. por A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, p.48).

[86] Vd. nota anterior.

dirigidas por Aparício Gonçalves detectaram os abusos cometidos por aquele nos j. de Viana e de Neiva[87]; mas, a 26 de Ag. de 1312, D.Dinis incumbia o seu vassalo Gonçalo Velho de averiguar aquelas inq. e o rigor das sentenças proferidas pelo referido inquiridor[88]. Por outro lado, o exercício destas funções vem explicar porque é que Gonçalo Anes é referido como *o Contador*, em *LL*42O10.

Depois de 1312 não o voltámos a encontrar com vida[89], devendo ter falecido pouco antes das Inq. de 1343, última fonte que o refere[90].

Segundo o Conde D.Pedro foi c.c. **MARGARIDA ANES DE URRÔ**, de quem teve um filho, criado na fg. de S^{a}Mª de Quintiães, no j. de Aguiar de Neiva[91], e que talvez seja:

XVI12 - *Fernão Gonçalves Velho*, que segue;

XVI12 - FERNÃO GONÇALVES VELHO II, alcaide do castelo de Veleda em 1370, foi c.c. **MARIA ÁLVARES CABRAL**, dando continuidade à linhagem, na qual se destaca o seu filho Gonçalo Velho Cabral, descobridor dos Açores[92].

---

[87] No primeiro, comprovou-se que ele sonegava ao concelho o monte de Agueira, dizendo que pertencia à sua honra de Samonde, na fg. de S^{a} Marta (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.11); no segundo, foi dado por devasso um casal de Tibães que ele trazia honrado, na fg. de S.Paio de Antas (IDEM, *ibidem*, L°6, fl.34).

[88] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.81 (doc. publ. nas *Memórias para a Historia das Inquirições (...)*, doc.XXXIII).

[89] Seguramente que seria um dos indivíduos da linhagem dos Velhos que, em 1324, disputavam ao Rei o padroado da ig. d'O Salvador de Arnoso, e que o monararca ganhou por sentença (A.A.MEIRELES, *1942b*, p.84). Não se esqueça que nessa disputa também participaram os de Azevedo, como a seu respeito tivemos oportunidade de referir. Por outro lado, os Velhos são referidos, em 1339, como *naturais-infanções* do most° de Mancelos (L.M.V.SÃO PAIO, *1987*, p.60).

[90] Troxe, em nome do Rei, as terras de Curvos (fg. de S.Cláudio de Curvos) e de Figueiredo (fg. de S.Miguel de Figueiredo), ambas no j. de Neiva (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.143v° e 151v°, respectivamente). No j. de Geraz do Lima refere-se uma casa que tinha começado a construir, na fg. de S.Salvador de Vitorino das Donas, mas a morte surpreendeu-o antes de a concluir (IDEM, *ibidem*, L°1, fl.154).

[91] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.41v°.

[92] A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, pp.95-96 (onde se encontra documentada a alcaidaria, mas não os restantes elementos).

4.5.3.2. REDONDO

Como já tivemos oportunidade de referir, a linhagem dos Redondos, tal como a dos Zotes e a dos Barretos, surge como um dos ramos provenientes dos Velhos que mais se aproximou dos meios da Corte. Essa aproximação não deixa de ser curiosa se aceitarmos, como é natural, que a presença dos quatro filhos de Pero Soares Escaldado na conquista de Sevilha, em 1248, se deve interpretar como um exílio, provocado pela oposição daqueles ao partido do *Bolonhês*[1].

Esse afastamento, porém, não terá sido muito prolongado, e no caso concreto do fundador da linhagem, João Pires Redondo I, o seu regresso deverá ter ocorrido entre 1253, ano em que é beneficiado pelo "repartimiento" de Sevilha, e 1258, pois as inquirições referem por diversas vezes a sua presença no reino. Por outro lado, entendemos que aquele regresso se deve articular com uma reaproximação de João Pires aos círculos da Corte[2].

Na verdade, só essa proximidade permite explicar certos factos. Em primeiro lugar, os matrimónios de alguns dos seus filhos - Maria Anes casou com um irmão do mestre Dom Paio Correia e de um *subsignifer* do Rei; Beatriz com um irmão de João Soares Coelho, outro valido do monarca; João com uma sobrinha do já referido Mem Soares de Melo; e Constança, a crer no *Livro de Linhagens do Deão*, primeiro com um Riba de Vizela e depois com outro dos "íntimos" de D.Afonso III, Rui Garcia de Paiva. Em segundo lugar, os cargos exercidos por alguns dos seus filhos e netos, e que, como teremos oportunidade de ver, pressupunham, a par de uma grande confiança do monarca, a influência política dos detentores desses mesmos cargos.

Esta breve introdução sobre os Redondos, porém, não ficaria completa se não chamássemos a atenção para uma última questão, relacionada com o que ficou exposto na

---

[1] Essa oposição não é de estranhar, sobretudo da parte de João Pires, presente na Corte de D.Sancho II em diversas ocasiões, como veremos.

[2] Quanto a nós, não será excessivamente ousado supor como factor importante, se não mesmo decisivo, em todo este processo, as influências de Mem Soares de Melo, cunhado de João Pires e valido de D.Afonso III, e/ou de seus primos Fernão e João Gomes Barreto, também presentes na corte afonsina.

introdução às linhagens oriundas dos Velhos. De facto, a caracterização desta linhagem ficará mais claramente definida se articularmos o factor que temos vindo a analisar - *relações com a Corte* - com os outros dois factores que então referimos, a *mobilidade geográfica* e as *alianças matrimoniais*, deixando agora de parte os dados relativos aos Zotes e aos Barretos.

Assim, a ligação dos Redondos aos círculos da Corte explica, quanto a nós, a sua política matrimonial: na geração dos filhos do fundador da linhagem essa política é pautada pelas alianças com famílias patrimonialmente implantadas na mesma área de influência dos Velhos, como sejam, entre outros, os Correias, os Coronéis ou os Coelhos mas, ao mesmo tempo, também próximas daqueles círculos. A geração seguinte acusa claramente a tendência anterior, o que acaba por se refletir em termos patrimoniais pela presença dos Redondos na região centro - Coimbra ou Lousã - onde chegaram a deter o importante senhorio de Arganil. Esta mobilidade, porém, não provocou um completo afastamento da linhagem em relação à região minhota, como o comprovam as ligações com os de Jolda ou de Curutelo, e mesmo com linhagens galegas.

Em conclusão, a referida articulação dos três factores enunciados permite realçar o enorme relevo que os contactos com a Corte tinham para os destinos das linhagens, nomeadamente em conjugação com a mobilidade geográfica e com as alianças matrimoniais. Passemos agora à apresentação pormenorizada deste ramo dos Velhos.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

O primeiro indivíduo dos Velhos a usar o apelido *Redondo* foi João Pires, filho de Pero Soares Escaldado e de Maria Vasques Carpinteiro:

XIII1 - JOÃO PIRES REDONDO I, como já dissemos, esteve em 1248 na conquista de Sevilha, juntamente com os seus irmãos, vindo a ser beneficiado pelo "repartimiento" de 1253[3]. A sua ida para Castela deveu-se, seguramente, ao facto de ter sido partidário de D.Sancho II, como o atestam, por um lado, a sua confirmação em alguns diplomas daquele monarca, como sejam certas doações à Ordem de Santiago[4], e, por outro, o

[3] H.DAVID, *1986*, p.16. A primeira notícia que se conhece sobre João Pires, porém, data de 1232 (V.RAU, *1982b*, doc.2 - ref. por A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.429).

[4] Doações de Mértola e de Alfajar da Pena, em 1239, e de Cacela e de Ayamonte, em 1240 (*ML*.IV.144 e 145).

exercício das tenências de Neiva e de Refóios de Riba d'Ave[5]. Também já tivemos oportunidade de referir que João Pires é várias vezes citado pelas Inq. de 1258, a propósito de bens situados nos j. de Cerveira, de Neiva, de Aguiar do Neiva e de Faria[6]. As inq. posteriores também o referem, como é o caso das de 1288, sendo assinaladas algumas honras que ele fizera no reinado de D.Sancho II[7]. No entanto, também teve bens no t. de Coimbra, como se deduz da c. de partilhas dos seus bens, feitas a 5 de Jan. de 1272[8] por sua segunda mulher e pelos seus filhos, pelo que faleceu antes daquela data.

João Pires Redondo casou duas vezes, tendo tido descendência de ambos os matrimónios[9]. Casou a primeira vez **GONTINHA SOARES DE MELO**, de quem teve cinco filhas:

---

[5] L.VENTURA, *1992*, vol. II, pp.1004 e 1033. As Inq. de 1258 referem que "don Joam Redondo teyve a terra [de Neiva]" (*PMH-Inq.*, p.304), e parece-nos improvável que a tivesse tido no reinado de D.Afonso III. De resto, e em relação a Refóios, a mesma fonte é categórica em afirmar que a tenência foi exercida no reinado de D.Sancho II (*PMH-Inq.*, p.527).

[6] *PMH-Inq.*, pp.304, 310, 348, 353 e 1414. A posse de alguns desses bens era partilhada com os seus irmãos.

[7] Assim, no j. de Caminha e Cerveira, onde foi criado na fg. de S.Martinho de Lanhelas (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.86v°), trouxe honrado todo o l. de Argela (fg. de Sª Marinha de Argela), onde só tinha um casal que ganhara do mostº da Torre e mais 1/6 de um casal reguengo, que um homem que ali matara um mordomo lhe tinha dado por homízio (IDEM, *ibidem*, fls.91-91v° e 91v°, respectivamente). As Sentenças de 1290 mantiveram a honra ao primeiro mas devassaram a do segundo (IDEM, *Gavetas*, IX-7-48, Perg.9). No j. e couto de Vimieiro, na fg. de S.Lourenço de Celeirós, tinha comprado a um clérigo uma casa no l. de Pombal, já então com grandes paços, que ele acrescentou fazendo aí morada e honra desde o tempo do referido monarca (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.37), mantendo-se a honra depois daquelas Sentenças (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fls.72v°-73). Estas referem ainda que, no mesmo reinado, tinha comprado parte de um herdamento foreiro, sito no l. de S.Lourenço (fg. de Sª Mª de Terroso, j. de Faria), pelo qual honrou todo o lugar, assim o mantendo seu filho João Anes, mas só aquela parte ficou honrada (IDEM, *ibidem*, fls.80v°-81). Esta situação já tinha sido detectada em 1258 (Cfr. *PMH-Inq.*, p.1411, cit. por E.A.C.FREITAS, *1949*, pp.51-52). Finalmente, no j. de Penafiel de Bastuço, tinha várias casas honradas na fg. de S.Miguel de Guisande (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.31v°-32), assim se mantendo em 1290 (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.71v°). É possível que algumas dessa casas tivessem sido de seu pai, pois Pero Soares Escaldado teve bens nesta fg. (Cfr. *PMH-Inq.*, p.1474). No mesmo j. também teve a honra de Martim, na fg. de S.Julião de Sequeira, que desde o tempo de D.Sancho II foi sendo aumentada. As Sentenças de 1290 permitiram a honra, mas dentro dos antigos limites (ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.70).

[8] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.7, mº4, nº6. O doc. refere bens localizados em vários locais, mas não nos foi possível identificá-los todos. Assim, e porque na altura própria diremos que parte coube a cada um dos seus filhos, basta-nos referir que os topónimos identificados remetem para os actuais concelhos de Braga, Barcelos, Anadia e Coimbra.

[9] Em *LL*42E8 afirma-se que não teve *semel* do primeiro casamento, mas num outro passo da mesma fonte (*LL*30H4), referem-se as filhas que teve de Dona Gontinha Soares.

XIV1 - MARIA ANES REDONDO[10], que casou primeiro com Mem Pires Coronel (Vd. CORONEL), e depois com Gomes Pires Correia (Vd. CORREIA).

XIV2 - TERESA ANES REDONDO[11], que foi c.c. Pero Pires Homem (Vd. HOMEM).

XIV3 - BEATRIZ ANES REDONDO[12], que também casou duas vezes: a primeira, com Pero Soares Coelho (Vd. COELHO), e a segunda com Rui Martins de Nomães (Vd. NOMÃES).

XIV4 - GUIOMAR ANES REDONDO I[13]. É possível que se possa identificá-la com uma Guiomar Anes que, em 1285, é referida como abadª do mostº de Semide[14].

XIV5 - URRACA ANES REDONDO[15], foi monja e prioreza de Lorvão, tendo falecido antes de 1287[16].

Depois de enviuvar, João Pires c.c. **MOR PIRES DE PEREIRA**[17] - irmã da mulher

---

[10] Segundo a c. de partilhas referida na nota 8, couberam-lhe, a meias com o seu irmão Gonçalo Anes, os bens sitos em Sequeira (fg. de Sequeira, c. de Braga).

[11] Já falecida em 1272, por ocasião das partilhas referidas na nota 8, foram os seus filhos que herdarem, a meias com o seu irmão Martim Anes, os bens de seu pai sitos na fg. de Creixomil (c. de Barcelos).

[12] Couberam-lhe, a meias com o seu irmão Pero Anes, os bens situados em Riba de Minho, Paço, Enchate e Vila Cova (estes dois últimos, são l. da fg. de Vila Cova, c. de Barcelos).

[13] Com o seu irmão João Anes ficou com os bens sitos em Vilarinho e em Almalages (fg. de Almalaguez, c. de Coimbra).

[14] R.C.MARTINS, *1992*, p.49. Se a identificação, proposta pelo autor citado, estiver correcta, então Guiomar Anes foi tia de outra abadª e tia-avó de uma outra monja de Semide, como o mesmo autor já acentuou (IDEM, *ibidem*, pp.53-55).

[15] Para Urraca, e para seu irmão Rodrigo Anes, ficaram os bens sitos em Bulho e em Orelhudo (fg. de Cernache, c. de Coimbra).

[16] A 22 de Set. desse ano, o seu irmão Rodrigo dividiu com o mostº de Lorvão 8 casais que ela tinha recebido do pai (vd. nota anterior), sitos em Bulho e em Orelhudo (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Lorvão*, gav.2, mº14, nº17).

[17] Como já referimos - vd. nota 8 - Dona Mor fez partilhas dos bens do seu falecido marido, quer com os seus filhos quer com os filhos do primeiro casamento daquele, ficando com uma parte em todos os quinhões que couberam àqueles. Para além destes, teve Mor Pires outros bens: assim, as Inq. de 1288 detectaram dois casais que ela fez e honrou fora da honra de Souto de Portas (fg. de Sª Mª de Palmeira, j. de Braga), situação que em 1290 foi mantida (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.18 e *LN - Inq. de Além Douro*, fl.67vº, respectivamente. É provável que tivesse alguma parte nessa honra, já que ela era constituida por duas quintãs, tendo uma delas pertencido ao seu primeiro marido, Vicente Pires de Urgeses - cfr. J.A.S.PIZARRO, *1990*, p.201). Aquando das inq. referidas ainda devia ser viva, mas faleceu antes de 1299, ano em que seu filho Martim Anes doou a D.Sancho, bispo do Porto e sobrinho de Mor Pires, o herdamento que tinha da sua parte no l. da Torre, entre Santo Tirso e Landim (ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 4, nº178, doc. de 18 de Jan.). Finalmente, as Inq. de 1307-11 referem que tivera vários casais na fg. de S.Mamede de Sezures (j. de Penafiel

de seu irmão Pero Pires Velho, e sogra de seu irmão Martim Pires Zote - de quem teve os seguintes filhos:

XIV6 - GONÇALO ANES REDONDO, que também é referido como *cav° de Sequeira*, surge, na documentação portuguesa, pela primeira vez em 1268, juntamente com seu irmão Pero Anes e seu tio Pero Pires Bravo, a testemunhar uma venda[18]. Quatro anos depois, por ocasião da partilha dos bens de seu pai, recebeu, a meias com sua irmã Maria Anes, a parte que se encontrava em Sequeira[19]. Estes bens, situados no j. de Penafiel de Bastuço, são referidos pelas Inq. de 1288, e incluiam uma casa há muito honrada[20]. Falecido antes de 1300[21], foi casado duas vezes, a primeira com **TERESA ESTEVES DE FREITAS**, de quem não teve filhos (*LL*3413), e a segunda com **URRACA FERNANDES DE ANDRADE**[22], de quem teve:

XV1 - MARTIM GONÇALVES REDONDO, ou *de Sequeira*, como seu pai,

---

de Bastuço), que eram então de um seu neto (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.53 - curiosamente, esta fonte refere-a como "Dona Mor Redonda").

[18] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 2, n°78 (doc. de 11 de Jul. - já cit. a propósito dos Bravos, já que o vendedor, o cav° Estêvão Martins de Sequiade, foi sogro de Álvaro Pires Bravo - e onde Gonçalo e Pero Anes são ambos referidos como cav°s. de Sequeira). Referimo-nos expressamente à documentação portuguesa, já que a primeira notícia conhecida para Gonçalo Anes é dada pelo texto do "repartimiento" de Sevilha de 1253, no qual foi beneficiado (H.DAVID, *1986*, p.15), pelo que também terá estado ao lado do seu pai e dos seus tios na conquista daquela cidade, em 1248.

[19] Vd. nota 8. Note-se que o uso do apelido "Sequeira" é anterior à posse dos bens agora referidos, e partilhado com um irmão que ali nada herdou, o que poderá significar que ambos foram criados nesse lugar, ou que aí viveram. As duas hipóteses são viáveis, já que, como veremos, em Sequeira havia uma casa honrada.

[20] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.28. As Sentenças de 1290 mantiveram a honra da casa (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.70). Para além desta casa, situada na fg. de Sequeira, ainda deve ter tido mais bens no referido julgado, agora na fg. vizinha de Vilaça, já que as Inq. de 1301 e de 1307-11 referem que os seus filhos honravam todo o l. de Louredo, não deixando aí entrar o porteiro (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.7 e L°6, fl.52v°, respectivamente). No j. de Montalegre, finalmente, e segundo uma inq. sem data, mas seguramente do séc. XIII, afirma-se que Gonçalo Anes, juntamente com o cav° Martim Afonso Moela, sonegava os foros de quatro casais régios, situados em Vilar de Porro (hoje fg. de Vilar, c. de Boticas).

[21] Deve ter nascido na segunda década do séc. XIII - em 1232 o seu irmão Rodrigo testemunha uma venda feita pelo pai de ambos (vd. nota 3) - ainda parece estar vivo por ocasião das Inq. de 1288, mas em 1301 os seus filhos já detêm os seus bens.

[22] Foi sepultada em S.Francisco de Guimarães, como adiante veremos a propósito do test° de sua filha Joana Gonçalves.

mas também Martim Redondo *da Beira*, ou de *Enxara*[23]. A exemplo do que sucedeu com alguns dos seus tios e primos, também exerceu cargos de relevo durante o reinado dionisino, dos quais se destaca o de "meirinho-mor na Beira" ou "d'Aquém Douro", que ocupou numa das suas fases mais conturbadas, entre 1319 e 1321[24]. O exercício deste cargo fiscalizador por parte de Martim Gonçalves não deixa de ser curioso, já que as notícias anteriores à sua nomeação permitem retratá-lo como um cav° usurpador de direitos alheios e, o que é mais, arrogante e violento. De facto, a primeira vez que o detectámos, em 1316, é através de uma c. régia dirigida ao meirinho-mor d'Além Douro, Gomes Martins, para que se assegurasse se a Sé de Braga estava na posse da ermida de Santo Isidro de Riba de Cávado, e que não deixasse *Martim Redondo d'Eixara* tomar posse dela, o que já antes tentara fazer dizendo-se *natural* dela, e sobre a qual continuava a exercer violências[25]. Mais esclarecedora, porém, e mesmo saborosa, é uma notícia de 1318 que o refere como *Martim Redondo da Beira*, e mordomo do bastardo João Afonso, e pela qual se revelam melhor os traços da sua personalidade e, porque não, do seu próprio tempo[26].

---

[23] A referência a "Sequeira" facilmente se explica, pois como vimos ela também identificou o seu pai. Quanto à "Beira", só uma vez é assim designado, concretamente em 24 de Set. de 1318, quase um ano antes de aparecer pela primeira vez como meirinho-mor da Beira. Sê-lo-ia já naquela data? Talvez sim, mas então acumulava esse importante cargo com as funções de mordomo do bastardo régio João Afonso, o que nos parece estranho. Quanto a "Enxara", sabemos que o seu avô teve ali bens, mas estes ficaram para os seus tios Beatriz e Pero Anes, pelo que esta designação, a seu respeito, poderá significar que estes os venderam a Gonçalo Anes, ou mesmo a Martim Gonçalves.

[24] É de salientar que em 1319 substituiu o seu primo Lourenço Anes, então promovido a meirinho-mor do reino, como a seu tempo veremos.

[25] ADB, *Gav. 1ª das Igrejas*, n°171 (doc. de 8 de Jul., dado em Lisboa).

[26] Que os nobres cometiam abusos e violências é um facto que se colhe facilmente de todo o tipo de fontes mas, tirando os textos cronísticos ou linhagísticos, e algumas passagens das inquirições, é muito raro encontrar na documentação avulsa o relato de episódios que, de alguma maneira, retratem os comportamentos da nobreza, pela descrição pormenorizada dessas atitudes. Como a notícia a que aludimos é uma dessa excepções, não podemos deixar de a referir um pouco mais detalhadamente.

- No dia 24 de Set. de 1318, em Braga, o bastardo régio Dom João Afonso, alferes-mor do reino, encontrava-se à porta da Sé acompanhado pelos seus cav°s. quando um clérigo do coro o citou sobre uma questão que o opunha ao cab° pela posse da ig. de Palmeira. Dom João, que se encontrava montado a cavalo, disse que não recebia a citação e que só responderia ao juíz competente, pois era laico. Então, o clérigo pediu-lhe desculpas por ter feito a citação, argumentando que, se o não tivesse feito, seria excomungado. Nessa altura, o nosso Martim Gonçalves, mordomo do alferes, desembainhando a espada, insultou o clérigo, dizendo-lhe que era culpado e que merecia que lhe cortassem a cabeça - *que merecia por ende de li cortarem*

É este mesmo Martim Gonçalves que, no ano seguinte, aparece como "meirinho na Beira", cargo que ocupou até 1321[27]. A sua ligação ao bastardo régio João Afonso, bem como a sua fidelidade a D.Dinis, não lhe acarretaram o ressentimento do novo monarca. Na verdade, em 1328, D.Afonso IV nomeou-o, bem como a seu irmão Álvaro, como um dos 40 fidalgos portugueses que deveriam garantir e honrar os acordos então firmados entre os monarcas português e castelhano[28].

Martim Gonçalves morreu pouco depois já que, em 1329, a sua mulher, **LEONOR RODRIGUES DE MELO**, nomeou um procurador para tratar dos bens que ficaram por sua morte[29]. Teve três filhas:

XVI1 - SENHORINHA ÁLVARES REDONDO, que c.c. João Gomes da Silva (Vd. SILVA).

---

a cabeça chamando-o clerigo vilão fodedmeul (foded'en cul?) *falso* - e que se não fugisse para a ig. que lha cortaria. Entretanto, Dom João Afonso virara-se para o arcediago de Neiva, que tinha a ig. de Palmeira em nome da Sé, insultou-o também, chamando-lhe *arcediago da merda*, e jurou cortar-lhe a cabeça se ele saísse de casa ou da vila, no que foi apoiado por Álvaro Gonçalves de Sequeira, irmão de Martim Gonçalves, que de imediato se ofereceu para lhe dar algumas cutiladas. Depois de tudo isto, os clérigos refugiaram-se dentro da ig. da Sé *e o dicto dom Joham Affomso deu das sporas a besta e fosse com sa gente* (ADB, *Gav. 1ª das Igrejas*, nº20. Note-se que a descrição dos factos é feita pelas vítimas, pelo que pode haver algum exagero no seu conteúdo).

Não nos interessa agora saber como terminou o pleito sobre a ig. de Palmeira, mas fica-nos a certeza de que, em 1326, quando chegou a Braga a notícia de que D.Afonso IV mandara degolar aquele seu meio-irmão, *por justiça*, alguns clérigos bracarenses se sentiram pagos dos vexames sofridos oito anos antes.

[27] A primeira referência é de 4 de Ag. de 1319, contida numa c. régia, pela qual o rei lhe ordena que cumpra as ordens da Corte sobre uma questão que opunha o mostº de Lorvão a Gonçalo Anes de Briteiros. A questão tinha sido indevidamente resolvida pelo seu antecessor - e primo - Lourenço Anes Redondo, a favor daquele (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Lorvão*, gav.5, mº2, nº14). No ano seguinte, D.Dinis ordena-lhe que não consinta ao bastardo Fernão Sanches as usurpações que este cometia contra os bens do mostº de S.Pedro de Folques, em Arganil (doc. de 7 de Nov. de 1320, publ. por S.A.GOMES, *1988*, doc.54). No ano seguinte o rei proíbe-o de entrar nos coutos e honras do cabº de Coimbra (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.137vº, e *2ª Inc. - Cabº de Coimbra*, mº16, nº736, doc. de 14 de Abril), e incumbe-o de inquirir os abusos e a criação de novas honras em vários julgados do seu meirinhado (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.140, doc. de 21 de Jul., publ. nas *Memórias para a Historia das Inquirições (...)*, doc. XXXV e ref. por H.G.BARROS, *1945-54*, Tomo XI, p.149).

[28] ANTT, *Gavetas*, XVIII-11-5 (Publ. nas *GAVETAS*, vol.IX, pp.636-657).

[29] AUC, *Pergaminhos - Sé de Coimbra*, Arm.12, gav.VII, nº8, doc. de 12 de Jun., testemunhado por Geraldo Migueis e Lourenço Anes, homens de Martim Gonçalves. Em *LL*34I3 afirma-se que morreu na Beira. Esta informação deve estar correcta, e até é provável que a morte o tenha surpreendido em Paços, no t. de Seia, onde sua mulher tinha um paço e onde nomeou o dito procurador). No ano seguinte, a 14 de Dez., Dona Leonor mandou restituir ao mostº de Paço de Sousa umas courelas, sitas na fg. de Sobrado (c. de Valongo), deixadas ao mostº por sua mãe, mas que o seu marido tinha tomado à força e conservado até morrer (A.A.MEIRELES, *1942a*, p.244). Segundo as Inq. de 1343, Martim Gonçalves teve uma casa, então despovoada, na fg. de Travaços (c. de Fafe) (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, Lº1, fl.75).

XVI2 - SENHORINHA MARTINS REDONDO, que c.c. Aires Gomes da Silva (Vd. SILVA).

XVI3 - MOR MARTINS REDONDO II, freira de Sª Clara de Coimbra, foi omitida pelos livros de linhagens. A sua tia Joana Gonçalves, que lhe dava uma saia todos os anos, deixou-lhe alguns bens, por testº feito em 1331[30].

XV2 - NUNO GONÇALVES REDONDO, só referido em *LL*34I3.

XV3 - ÁLVARO GONÇALVES REDONDO, também apelidado *de Sequeira*, como seu pai e seu irmão, foi, como este, da casa do bastardo João Afonso e vassalo de D.Afonso IV[31]. Sobre Álvaro Gonçalves não temos muitos mais dados, a não ser que foi contemplado no testº de sua irmã Joana, que lhe deixou ficar uma mula[32], e que as Inq. de 1343 apuraram que, em tença, com o castelo de Neiva, trazia metade da terra da fg. de Santiago do Castelo de Neiva[33]. Foi c.c. **BEATRIZ FERNANDES DE CAMBRA**, de quem teve:

XVI4 - INÊS ÁLVARES REDONDO[34], que c.c. Gonçalo Vasques de Moura (Vd. MOURA).

XVI5 - JOÃO ÁLVARES REDONDO, desconhecido pelos nobiliários, a sua tia Joana Gonçalves deixou-lhe 50 lbs. em testº[35]. Nada mais soubemos a seu respeito.

XV4 - MOR GONÇALVES REDONDO (DE SEQUEIRA), que c.c. Afonso Rodrigues de Espinho (Vd. ESPINHO).

XV5 - JOANA GONÇALVES REDONDO, foi dama da casa da Rainha Santa

---

[30] Vd. nota 40.

[31] Vd. notas 26 e 28.

[32] Vd. nota 40.

[33] ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, Lº1, fl.149 (o texto das inq. não permite, com segurança, afirmar se ainda era vivo nesta data).

[34] Supômos que ainda não era casada em 1323, quando foi contemplada com 400 lbs. no testº de Dona Vataça, redigido em 24 de Jan. desse ano (Ref. por M.H.C.COELHO e L.VENTURA, *1986*, p.27).

[35] Vd. nota 40.

Isabel e, mesmo sendo poucos os elementos de que dispomos, senhora de uma fortuna considerável. A estima e protecção da Rainha tornam-se desde logo visíveis quando, a seu pedido, um dos bastardos régios, João Afonso, alferes-mor e senhor da Lousã[36], autorizou que Joana Gonçalves ficasse com a quintã da Lousã, comprada a um mercador, pois a posse de bens naquela terra estava vedada aos fidalgos[37]. Em 1328 comprou ao testamenteiro de Constança Martins de Meira, pela avultada soma de 1700 lbs., a quintã de Feiteira com seus casais, sita em Cernache, no t. de Coimbra[38]. É, todavia, através do seu testamento, no qual manda que a sepultem no most° de S^a^ Clara de Coimbra[39], que se podem realmente avaliar os seus bens[40].

XV6 - MARIA GONÇALVES REDONDO, que já encontrámos como abad^a^ de S^a^ Clara de Coimbra em 28 de Maio de 1328[41], cargo que ainda ocupava em 15 de Março de 1331, quando foi beneficiada pelo test° de sua irmã. Não conseguimos saber até quando durou o seu abaciado ou em que ano faleceu.

---

[36] Não se esqueça que Martim e Álvaro Gonçalves, irmãos de Joana, foram vassalos deste bastardo régio.

[37] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a^ Clara de Coimbra*, cx. 10, m°19 (DP), n°16 (doc. de 23 de Jul. de 1323). Já em 1321 há referências a Dona Joana, a propósito de uma compra feita - em seu nome? - por um seu criado, por 13 lbs., de duas partes de uma adega situada no l. de Carvalhais, no t. de Penela (IDEM, *ibidem*, cx. 3, m° 2 (DP), n°s. 20 e 22).

[38] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a^ Clara de Coimbra*, cx.10, m°19 (DP), n°22, doc. de 15 de Out.).

[39] Está, de facto, ali sepultada (Fr.M.ESPERANÇA, *1656-66*, vol.II, p.52).

[40] Feito a 15 de Março de 1331, em Coimbra, nas casas da Rainha a par do most°, nele são nomedas, como testamenteiras, a Rainha Dona Isabel, Dona Vataça, a sua irmã, e abad^a^ de S^a^ Clara, Dona Maria Gonçalves e a freira Marinha Gil. Para além da determinação do local da sepultura, Dona Joana deixou ordenados os seguintes legados: para S^a^ Clara de Coimbra, 100 lbs., a sua cama e um cálix de 3 marcos de prata; para S.Francisco de Coimbra, 100 lbs., o mesmo que para o most° de S^a^ Clara de Entre-os-Rios; para S.Francisco de Guimarães, onde estava sepultada a sua mãe, outro cálix de 3 marcos de prata; para cada freira de S^a^ Clara de Coimbra, 10 lbs.; a Dona Vataça deixa um tapete novo, dois cabeçais de estrado e uma arqueta de aljôfar; a sua irmã Maria Gonçalves deixa 200 lbs. e uma taça, que esta lhe oferecera, com a sobre copa; também para Maria deixou o l. da Feiteira cuja renda, depois desta morrer, deveria ficar para Mor Martins [Redondo II], Alda Barbosa e Inês Rodrigues, suas sobrinhas e a quem dava uma saia todos os anos, e para Marinha Gil, todas freiras de S^a^ Clara; a seu irmão Álvaro Gonçalves, 50 lbs., o mesmo que ao seu sobrinho, filho deste, João Álvares, e que a [seu meio-irmão] João Gonçalves Redondo; a sua prima, Alda Martins [Redondo], 30 lbs.; finalmente, a sua sobrinha Beatriz Afonso [de Espinho), 100 lbs., a cruz das relíquias e a arqueta que Dona Vataça não tivesse escolhido (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a^ Clara de Coimbra*, cx. 10, m°19 (DP), n°30).

[41] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a^ Clara de Coimbra*, cx. 3, m°2 (DP), n°26.

Para além destes filhos, legítimos, Gonçalo Anes Redondo ainda teve mais um filho bastardo, desconhecido dos nobiliários, tido em **MARINHA LOURENÇO**:

XV7 - JOÃO GONÇALVES REDONDO, que D.Dinis legitimou por c. de 2 de Abril de 1316[42], encontra-se documentado até 1331[43]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

XIV7 - JOÃO ANES REDONDO, cav° vassalo do Rei D.Dinis, seu embaixador e do seu conselho, está documentado a partir de 1272, devendo ter falecido pouco antes de 1299. Naquela primeira data, aquando da divisão dos bens de seu pai, partilhou com a sua irmã Guiomar Anes os bens situados em Vilarinho e em Almalaguez, no t. de Coimbra. Três anos depois, a propósito deste último lugar, sabemos que aí cometeu violências contra bens do cab° coimbrão, o que originou a intervenção do monarca[44]. Para além destes bens, possuia, por herança ou aquisição, outros situados mais a norte, sobretudo na área tradicionalmente ocupada pelos Velhos, como nos referem as inq. dionisinas[45]. Contudo, a figura

[42] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.99.

[43] O bispo de Coimbra Dom Raimundo deixou-lhe, em test°, 150 lbs. (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°93, n°4464, doc. de 13 de Jul. de 1324). Também por test° de sua irmã Joana Gonçalves, feito a 15 de Março de 1331, recebeu 50 lbs. (vd. nota 40).

[44] D.Afonso III ordenou ao alcaide e aos alvazis de Coimbra que impedissem João Anes, e Martim de Podentes, de voltarem a roubar pão, cevada, galinhas e dízimos da ig. e herdade de Almalaguez, que eram da Sé de Coimbra (ANTT, *CR - Sé de Coimbra*, m°II (DR), n°73, doc. de 7 de Out. de 1275, dado em Lisboa).

[45] Para além de, com outros fidalgos, trazer por honra o l. da Torre, na fg. de S.Mamede de Coronado, no j. da Maia (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.5, doc. relativo às Sentenças de 1290, as quais mantiveram honrado esse lugar, mas não os de Soeiro e de Barro, englobados por extensão abusiva daquela antiga honra), também é referido a propósito dos j. de Penafiel de Bastuço e de Faria. Assim, no primeiro, as Inq. de 1288 referem-se a uma casa de lavradores, sita na fg. de S.Martinho de Fradelos, que ele tinha comprado e honrado havia muitos anos (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.35), assim se mantendo depois de 1290 (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.72). No j. de Faria trazia honrado o paço de Fonte Má (fg. de Fonte Boa, c. de Esposende), que era régio e que [o seu tio] Dom Pero Bravo tinha ganho por força no tempo de D.Sancho II (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.53v°-54), situação que em 1290 foi proibida (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.77v°); as mesmas sentenças mantiveram a honra de uma herdade que o seu pai tinha comprado na fg. de Terroso, mas não todo o l. de S.Lourenço, onde ela se encontrava, como então o fazia João Anes (IDEM, *ibidem*, fls.80v°-81); ainda em Terroso, mas agora a propósito do l. de Paranhos, apurou-se que no tempo de D.Afonso III tinha aí feito uma casa - com a pedra das casas dos lavradores foreiros que dali fugiram - honrando por ela todo o dito lugar. As Sentenças de 1290 devassaram tudo (IDEM, *ibidem*, fl.80v°), mas sem grande resultado, já que quando se fizeram as Inq. de 1307-11 os inquiridos afirmaram que João Anes tinha mantido a honra e que chegara mesmo a alargá-la a três póvoas novas (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.59). Também teve bens no j.

de João Anes Redondo destaca-se, sobretudo, pela sua carreira política. A sua ligação à corte terá começado já na parte final do reinado do *Bolonhês*, sendo referido em 1278 como vassalo da casa do Infante D.Dinis[46]. Subindo ao trono no ano seguinte, o jovem monarca manteve João Anes ao seu serviço, encarregando-o da redacção de algumas c. de leg.[47], ou chamando-o a testemunhar alguns diplomas[48]. Em dois momentos, porém, a sua nomeação testemunha a confiança que nele depositava D.Dinis: em 1282 foi um dos dez cavaleiros nomeados para prestaram menagem pelo Rei, no acordo que este firmou com o irmão, o Infante D.Afonso[49]. Mais importante, porém, é a sua nomeação como embaixador, em 1295: em Agosto desse ano, João Anes e Mem Rodrigues Rebotim, *cavalleiros muy boos de Portugal*, dirigiram-se a Valladolid, onde se encontravam os tutores de Fernando IV de Castela, ainda menor, aí declarando guerra a Castela em nome do rei português, pelo incumprimento das promessas feitas anteriormente por Sancho IV, relativas ao casamento do seu filho com Dona Constança, filha de D.Dinis[50]. Poucos mais anos terá vivido, falecendo antes de 1299[51]. Foi primeiramente c.c. **MÉCIA GOMES DA CUNHA**, de quem não teve filhos (*LL*27B2), e depois com **GUIOMAR LOURENÇO FREIRE**[52], de quem teve:

---

de Neiva, nomeadamente em Creixomil, onde recebeu em préstamo tudo o que a Ordem de Avis ali possuia (ANTT, *Ordem de Avis*, nº207).

[46] A.B.FREIRE, *1916*, p.59. Não será demais referir que eram seus companheiros os seus primos João Pires Velho e Martim Martins Zote.

[47] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fls. 32vº-33 e 78vº, respectivamente de 1292 e de 1294 (esta última é relativa a um bastardo de seu tio, Martim Pires Zote).

[48] Em 1293 testemunha os forais de Vila Real e Panóias e de Alter do Chão (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fls. 48vº-50 e 50vº-52vº, de 24 de Fev. e de25 de Março, respectivamente), e em 1295, com o título de *conselheiro do rei*, testemunha a fundação do mostº de Odivelas, uma doação à rainha-mãe Dona Beatriz e a outorga do foral de Salvaterra de Magos (IDEM, *ibidem*, Lº2, fls.91vº-92vº; *CR - Mostº de Alcobaça*, cx.2, mº2 (DR), nº33; *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fls.99-99vº - os dois primeiros de 23 de Março e o último de 1 de Jun.).

[49] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº1, fls.47-48vº (doc. dado em Estremoz, a 2 de Fev.). Também em 1284 João Anes é referido como fiador de uma das partes envolvidas na disputa do senhorio de Góis (*ML*.V.89).

[50] *Cr.1344*.IV.244-245, *Cr.7Reis*.II.29-31, R.PINA, *1945*, p.39 e *ML*.V.231.

[51] A 23 de Jan. desse ano a Ordem de Avis transferiu para o seu irmão Rodrigo Anes, a título de préstamo, os bens que a Ordem possuia em Creixomil, e que até então tinham sido detidos por João Anes nas mesmas condições (vd. parte final da nota 45).

[52] A 19 de Abril de 1288 o seu marido, como seu proc., fez um escambo com o mostº de Vairão, entregando um casal em Vilar de Luz (j. da Maia), e recebendo bens de igual valor na diocese de Coimbra (ANTT, *CD* -

XV8 - LOURENÇO ANES REDONDO, figura destacada dos últimos anos do reinado de D.Dinis, foi seu meirinho-mor na Beira e depois meirinho-mor do Reino, carreira seguramente beneficiada pela privança que o seu pai tivera com o monarca. No entanto, e a exemplo do que sucedera com o seu primo Martim Gonçalves Redondo, também os dados que chegaram até nós, relativos ao período anterior à sua nomeação para aqueles cargos, fazem eco de uma existência conflituosa e violenta. Referenciado pela primeira vez em 1294[53], o período compreendido entre 1306 e 1319 está recheado de notícias sobre os seus abusos e prepotências, cometidos contra o património de cabidos[54], de mosteiros[55] ou de simples lavradores indefesos[56], e sobre o seu envolvimento em vários conflitos com alguns

---

Most° de Vairão, cx.1, m°5, n°13). O escambo foi testemunhado pelos cav°s. Aires Martins Zote e Paio Fernandes, e pelo escd° Monio Fernandes.

[53] No test° do bispo do Porto D.Sancho Pires, é referida uma parte da quintã da Torre, no couto de Ansede, que este recebera por doação de Lourenço Anes e do seu tio Martim Anes Redondo, ambos parentes daquele bispo (*CCSP*, pp.430-442, doc. de 20 de Nov.).

[54] Em 1306, juntamente com sua mulher e os outros herdeiros de Fernão Gonçalves Chancinho, do qual aquela era neta materna, foi citado pelo rei para comparecer perante a corte, para responderem às acusações do cab° de Coimbra, segundo as quais os ditos herdeiros cometiam violências contra bens do cab° sitos em Outil e em Vilarinho - l. onde Lourenço Anes tinha uma quintã que fora de seu pai - e em Pinheiro, respectivamente nos t. de Coimbra e de Vouga (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m° 77, n°s.3171 e 3183, doc. de 12 de Dez.). Depois de ouvidas as partes, D.Dinis ordenou aos referidos herdeiros que não voltassem a cometer abusos e violências contra os referidos bens, por sentença dada em Santarém a 13 e 17 de Março do ano seguinte (IDEM, *ibidem*, m°78, n°3272 e m°9, n°443). Lourenço Anes, porém, não desistiu, e a 17 de Jul. pediu o treslado da inq. feita a propósito da contenda, alegando que alguns dos testemunhos eram falsos (IDEM, *ibidem*, m°88, n°4118). No entanto, já em Maio desse mesmo ano de 1307 se iniciara outro processo contra Lourenço Anes e sua mulher, de novo movido pelo cab° coimbrão, agora devido a uma vinha sita em Vilarinho, que aquele usurpara, questão que também terminou com a intervenção régia, sendo Lourenço Anes obrigado a devolvê-la (IDEM, *ibidem*, m°101, n°4876, e m°14, n°648 - sentença de 8 de Out. de 1308). Mas três anos depois o rei tinha que voltar a proibi-lo de cometer violências contra os bens que aquele cab° tinha em Vilarinho, l. que era possuido a meias pelas duas partes (IDEM, *ibidem*, m°14, n°652). Ainda entre 1307 e 1312, e em 1317, se noticiam mais conflitos com o mesmo cab°, o primeiro sobre abusos no couto de Aguim, e o segundo por roubos en Ançã (IDEM, *ibidem*, m°43, n°1766, m°77, n°3161 e m°53, n°2038, e m°92, n°4431, respectivamente, este último ref. por M.H.C.COELHO, *1983*, vol.II, pp.753-754).

[55] No dia 23 de Ag. de 1315 foi ao most° de Pedroso exigir comedoria e pousada, 15 dias depois de ali ter estado a receber as *naturas* a que tinha direito. Como os monges se opusessem, entrou violentamente na cozinha com os seus homens e aí se instalou. Entretanto, passando pelo most° o meirinho substituto do meirinho-mor d'Aquem Douro, João Fernandes de Cambra, intimou Lourenço Anes a sair e este assim fez, mas só depois de o ameaçar que o "talharia" e de roubar mais algumas coisas aos monges... (AUC, *Fundo Gabriel Pereira*, Gav.8, m°2, n°82 - publ. por J.P.RIBEIRO, *1860-96*, vol.I, pp.308-313). Nesse mesmo ano, mas a 1 de Dez., três donas do most° de Ferreira d'Aves queixaram-se das violências que ele cometera contra bens desse most° (ANTT, *CD - Most° de Ferreira d'Aves*, m°1, doc. s/n°).

[56] Um vilão pediu justiça contra Lourenço Anes, pois este usurpou-lhe a casa e ameaçou-o de morte se ele lá

dos seus pares[57]. Como seria de esperar, também os dados relativos ao seu património nos dão conta de usurpações, perpetuadas na memória dos homens graças às inquirições. Para além dos bens situados na zona de Coimbra, e já referidos, aquelas fontes remetem-nos mais para norte, para o j. de Felgueiras[58] e, sobretudo, para o j. de Faria[59].

Quanto à sua carreira, sabemos que se iniciou antes de 1319 como meirinho-mor da Beira, sendo substituido nesse ano por seu primo Martim Gonçalves Redondo[60]. A partir de então passa a ser designado como *cavaleiro vassalo do rei* ou como *meirinho-mor do reino*, e nessa qualidade é referido em diferentes diplomas da chancelaria dionisina até 1323[61]. No entanto, é durante a guerra civil de 1319-24 - durante a qual se

voltasse a entrar, alegando ainda o desgraçado que até possuia a carta de prazo desses bens (AUC, *Casa-Forte*, Cx. de Pergs. Avulsos s/nºs. - doc. de 1 de Fev. de 1318, feito em Cabeceiras de Basto, publ. nos *Pergaminhos Avulsos do A.U.C.(1079-1612)*, doc.22). Estas três últimas notas, para além de informarem sobre todos os abusos cometidos por Lourenço Anes, também nos dão uma ideia da sua mobilidade, deixando a sua "marca" por onde quer que passasse.

[57] No dia 14 de Jul. de 1318, em Benfica, comprometeu-se, na presença do monarca, a respeitar, amar e ser amigo de Vasco Gonçalves Pereira e dos amigos deste, com quem andava em contenda, entregando a quintã de Terroso como penhor da sua palavra (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.119vº). No ano seguinte ganhou uma contenda contra Martim Gonçalves de Ataíde, de quem recebeu 300 lbs. de indemnização, porque este lhe tinha roubado alguns bens e atacado um dos seus homens num casal de Teresa Lourenço Freire, tia de Lourenço (IDEM, *ibidem*, Lº3, fl.123vº).

[58] As Inq. de 1307-11 registam um casal e meio na fg. de Sª Mª de Revinhade, que Lourenço Anes tinha a meias com Rui Martins de Nomães, e o casal de Lama, da ig. de S.Cipriano de Refontoura, que ele honrava, trazendo-o por emprazamento (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº7, fls. 71vº e 72, respectivamente).

[59] Tinha um paço na fg. de Fonte Boa (c. de Esposende), registado nas Inq. de 1301 e de 1307-11 (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº3, fl.6 e Lº6, fl.56vº, respectivamente). Ainda na mesma fg., teve uma quintã, da qual doou um quarto a Gil Fernandes, seu escdº, conforme se apurou pelas Inq. de 1343 (IDEM, *Inq. de D.Afonso IV*, Lº1, fl.162). Segundo estas últimas inq. sabe-se também que sonegou ao rei o terço de uma herdade na fg. de Santiago de Amorim, e o terço de uma gândara na fg. de Sª Marinha de Paradela (IDEM, *ibidem*, fls. 167 e 172).

[60] Vd. nota 27.

[61] A relação desses diplomas é feita por A.L.C.HOMEM, *1990*, p.358. De entre aqueles, é de salientar o seu testemunho a uma doação de Fernão Sanches ao irmão João Afonso (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls.149-149vº e *Gavetas*, III-4-8), dois dos bastardos régios, o que permite acentuar a forte ligação dos Redondos àqueles e a sua natural ligação ao partido do monarca, aquando da guerra que opôs este ao seu filho herdeiro. O doc. que acabámos de referir, de 31 de Jan. de 1323, é o último que conheçemos para Lourenço Anes, com vida, devendo ter falecido pouco depois, e seguramente antes de 19 de Dez. de 1325. Nesta data, o seu testamenteiro, Paio Rodrigues, entregou ao cabº de Braga 1/9 do casal de Chamozinhos, na quintã de Terroso, bem como os serviços dos casais do cabº nessa fg. de Terroso, que foram de Afonso Sanches e que ele trouxera sonegados, ordenando no seu testº que aqueles bens fossem restituidos (ADB, *Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabº*, nº224).

manteve fiel ao monarca[62] - que a sua figura se destaca, particularmente na libertação de Leiria, tomada pelas tropas do Infante D.Afonso[63].

Do seu casamento com **MOR LOURENÇO DE ARÕES**[64], que lhe sobreviveu bastantes anos[65], não ficou descendência conhecida.

XV9 - PERO ANES REDONDO II, desconhecido pelos nobiliários foi, como seu irmão, partidário do rei durante a guerra de 1319-24[66]. Nada mais apurámos a seu respeito.

XV10 - GUIOMAR ANES REDONDO II, também desconhecida pelos livros de linhagens, está referenciada como monja do most° de Semide entre [1322] e 1347[67].

XIV8 - PERO ANES REDONDO I, surge-nos pela primeira vez em 1268 na companhia de seu irmão Gonçalo e, tal como este, também é referido como *cav°*

---

[62] J.MATTOSO, *1985a*, p.303. Sempre junto de D.Dinis, estava em Coimbra, a 22 de Jun. de 1320, quando aquele fez ler algumas queixas contra o Infante, contidas numa carta enviada à Câmara de Coimbra (ANTT, *Gavetas*, XIV-1-4), e em Lisboa, a 15 de Maio de 1321, quando D.Dinis apresentou à Corte o rol das suas queixas contra o filho herdeiro (IDEM, *ibidem*, XI-8-37).

[63] Os vários sucessos estão abundantemente relatados e são de todos conhecidos (*Cr.7Reis*, vol.II, pp.100-101 e 113; R.PINA, *1945*, pp.115 e 125; *ML*.VI.382-384). Destaquemos apenas a doação que o monarca fez a Lourenço Anes, em 1322, dos bens confiscados a um dos responsáveis pela entrega de Leiria ao Infante, o qual, juntamente com outros, foi justiçado pelo próprio meirinho (ANTT, *Ch.de D.Dinis*, L°3, fls.142-142v°, doc. de 21 de Jan.).

[64] Casou com Lourenço Anes antes de 1307 (vd. nota 54), e em 16 de Ag. de 1329 já se encontrava c.c. Martim Lourenço da Cunha II (A.CRUZ, *1938*, pp.196-197).

[65] As Inq. de 1343 referem que havia 25 anos que Dona Mor sonegava bens e herdades em diferentes lugares da fg. de Terroso (ANTT, *Inq. d. D.Afonso IV*, L°1, fls.165-166). Fez test° em 1347, instituindo um morgado em Recezinhos e em Terroso, a favor do seu criado Martim Anes Farizeu (E.A.C.FREITAS, *1949*, p.52). Ainda voltaremos a referir esta senhora a propósito do seu segundo marido (vd. CUNHA).

[66] J.MATTOSO, *1985a*, p.303. Este Autor identifica-o como tio de Lourenço Anes. Na verdade, existiu um Pero Anes, filho de João Pires Redondo I, mas, atendendo à cronologia que conhecemos para os seus irmãos, teria uma mais que provecta idade se estivesse vivo durante os sucessos referidos e, de resto, as próprias fontes se calam a seu respeito a partir de 1290 - o próprio texto das inq. dá a entender que ele já tinha falecido; por outro lado, só uma das filhas de João Pires - provavelmente a mais nova - sobrevive até 1321, pelo que entendemos que o partidário de D.Dinis não seria o tio de Lourenço, mas sim um seu irmão. Para além do mais, João Anes teve, pelo menos, mais uma filha, também omitida pelos livros de linhagens, o que parece sustentar melhor a nossa proposta.

[67] A sua identificação é proposta por R.C.MARTINS (*1992*, pp.53-54), e a cronologia indicada não colide com a que é conhecida para os seus primos. De resto, e como veremos a seu tempo, entre 1332 e 1343 a sua prima Alda Martins foi abad[a] do referido most°.

de Sequeira[68]. Em 1272 herdou os bens que seu pai tivera em Riba de Minho, em Paço, em Enxara (c. de Mafra) e em Vila Cova (j. de Neiva), bens que recebeu a meias com sua irmã Beatriz[69]. Nos meados da década de oitenta, e na companhia de seu irmão Rodrigo, frequentou a corte de Sancho IV de Castela[70], e supômos que faleceu antes de 1288 porque as inq. desse ano, que referem bens seus nos j. de Penafiel de Bastuço e de Neiva, sugerem que Pero Anes já teria falecido[71]. Foi c.c. **INÊS PIRES GALEGO**, de quem teve[72]:

XV11 - JOÃO PIRES REDONDO II, que só conhecemos através dos livros de linhagens e das inq., teve bens nos j. de Caminha e de Penafiel de Bastuço[73]. Foi c.c. **MARIA ANES DE PORTOCARREIRO** e, segundo os nobiliários, não teve filhos[74].

XV12 - MOR PIRES REDONDO, que foi c.c. Álvaro Pires de Valverde (Vd.

[68] Vd. nota 18.

[69] Vd. nota 12.

[70] A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.429.

[71] No primeiro daqueles dois julgados refere-se uma casa no l. da Quebrada da fg. de Santa Comba (fg. de Várzea, c. de Barcelos), que ele tinha comprado a um juíz no tempo de D.Afonso III, honrando-a e fazendo aí casa de morada (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.30v°-31), assim se mantendo após as Sentenças de 1290 (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fls.71-71v°). No j. de Neiva, finalmente, as mesmas Sentenças devassaram uma honra que ele fazia numa casa construida no tempo do referido monarca, num l. da fg. de Vila Cova (IDEM, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.2).

[72] O *Livro do Deão* refere-lhe, para além dos que vão no texto, mais duas filhas, a saber: Teresa Pires Redondo, c.c. Afonso Martins Pantoja, e Branca Pires Redondo, freira de Arouca. Ora, em *LL*34O3, só dão a Pero Anes dois filhos, João e Mor, e em 34P4 refere-se a Teresa e a Branca - aqui Berengária -mas como filhas daquela e de Álvaro Pires de Valverde. Estamos convencidos que, neste caso, o nobiliário do Conde D.Pedro tem a razão pelo seu lado, já que não conhecemos nenhuma Branca Pires em Arouca, enquanto que a Berengária está documentada, e com a filiação que *LL* lhe indica.

[73] No j. de Caminha as Inq. de 1307-11 detectaram uma casa chã que ele tinha feito recentemente num seu casal, na fg. de S^{a} Mª da Agrela (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.10v°). As referências ao j. de Penafiel de Bastuço são mais numerosas: na fg. de S.Miguel de Guisande fazia honra nuns herdamentos foreiros que ali tinha comprado, o que foi mantido pelas Sentenças de 1290 (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.71v°); curiosa, é a informação das Inq. de 1307-11, a propósito da fg. de S.Mamede de Cesures, onde há doze anos honrava dois casais de Arouca, dois de Lomar e outros herdamentos, e por eles defendia vários homens, o que sua avó, *Dona Mor* [Pires de Pereira] *Redonda*, não fizera (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.53; a situação já tinha sido revelada, e condenada, pelas Inq. de 1301 mas, como vemos, sem grandes resultados - IDEM, *ibidem*, L°3, fl.7); aquelas inq. referem ainda que João Pires levava o homízio - das terras foreiras do Rei - em Martim (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.51v°).

[74] *LL*34O4. Esta fonte refere ainda que João Pires, antes de ser c.c. Maria Anes, tinha sido c.c. Gontinha Soares de Melo, numa clara confusão com o seu avô João Pires Redondo I.

VALVERDE).

XIV9 - RODRIGO ANES REDONDO, cav° que, como dissemos, esteve com seu irmão Pero Anes na corte de Sancho IV de Castela. Regressado a Portugal antes de 1287, acompanhou a corte dionisina entre 1290 e 1314, onde o encontrámos a testemunhar[75] e a redigir alguns diplomas régios[76], ou a integrar algumas comissões por nomeação do próprio monarca[77]. A exemplo do que sucedeu com alguns dos seus sobrinhos, também nos aparece ligado ao bastardo régio João Afonso[78]. A sua proximidade aos círculos da corte foi seguramente decisiva para a carreira do seu filho Fernão, como teremos oportunidade de ver, ficando ainda testemunhada pela autoria de algumas composições poéticas[79].

A primeira referência aos seus bens data de 1272, a propósito da já referida partilha do património paterno, cabendo-lhe, a meias com a sua irmã Urraca Anes, os bens situados em Bulho e em Orelhudo[80]. A proximidade aos círculos

[75] A primeira referência conhecida para Rodrigo Anes data de 1232 (vd. nota 3), e é de 1290 a primeira notícia da sua presença junto à corte, testemunhando uma doação feita ao most° de S.Vicente de Fora por Dom Martim Gil de Riba de Vizela I (ANTT, *CR - Most° de S.Vicente de Fora*, cx.63, m°4, n°21, doc. de 11 de Set. - cit. por A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.429). Entre 1294 e 1307 testemunha vários diplomas, desde a doação do paúl de Magos, feita pelo c. de Santarém ao rei, ou a doação que este fez à Rainha, da vila de Atouguia (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fls. 70-70v°, L°5, fls.39v°-40v°, e L°3, fls.58v°-59).

[76] Redactou duas c. de leg., uma de 2 de Dez. de 1307 e a outra de 28 de Jan. de 1308 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.58v° e 59, respectivamente).

[77] Na redacção da lei sobre a compra de reguengos, de 20 de Jul. de 1301, afirma-se que Rodrigo Anes foi um dos fidalgos que o monarca ouviu sobre a matéria (*OD*.208-210). Em 1311 foi nomeado pelo rei para integrar a comissão que analisou as sentenças dadas, por Aparício Gonçalves, no âmbito das Inq. de 1307-11 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.75, doc. publ. nas *Memórias para a Historia das Inquirições (...)*, doc.XXVI). Numa inq. dos finais do séc. XIII, feita a propósito do senhorio da Lourinhã, Rodrigo Anes é referido como um dos inquiridos (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-6). O monarca também o nomeou tutor de uma neta de Martim Pires de Podentes, a propósito de uma contenda que opunha este aos filhos - também representados por Rodrigo Anes (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°79 , n°3414, e AUC, *Pergaminhos*, Móvel 2, Gav.1, n°1 - docs. de 1307).

[78] É possível que Rodrigo Anes já tivesse falecido quando, a 15 de Set. de 1314, o rei condenou um acto daquele, pelo qual tinha tomado uma aldeia para aquele bastardo (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.87v°).

[79] A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.429-430.

[80] Vd. nota 16. Também já tivemos ocasião de referir - vd. nota 17 - que em 22 de Set. de 1287, depois da morte de Urraca, Rodrigo Anes dividiu com o most° de Lorvão os oito casais que com aquela tinha herdado, ficando ele com três em Orelhudo e um em Bulho, e o most° com os restantes neste último lugar. No entanto, a abadª Dona Maria Anes, atendendo aos serviços e ajuda que ele prestara ao most°, entregou-lhe esses quatro casais enquanto ele vivesse. O most° voltou à posse desses casais em 1318 (ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.2, m°14, n°17, doc. de 28 de Jul.). Para além destes casais situados no t. de Coimbra, e ainda na Beira, teve também bens no t. de Óvoa, que aforou em 1304 (ANTT, *2ª Inc. Sé de Coimbra*, m°11, n°530, doc. de 15 de Abril).

da Corte não podia deixar de se refletir na localização de alguns dos seus bens. Assim, residiu em Santarém, onde viria a falecer, possuindo ali casas e terras[81]. No entanto, também possuiu bens no norte como, de resto, já tínhamos tido oportunidade de referir[82].

Finalmente, também chegaram até nós várias notícias sobre o seu relacionamento com alguns parentes, testemunhando apoios[83], mas também discórdias e violências[84]. Foi casado com **MOR FERNANDES DE CURUTELO**[85], de

[81] Já em 1287 morava em Santarém (vd. nota 80), tendo deixado vários bens ao most° de S.Francisco, onde foi sepultado, na capela de S.Gregório (M.A.BEIRANTE, *1980*, pp.197). Também teve bens no t. da vila, a meias com Fernão Gomes de Alvarenga, mas foram confiscados pelo sacador das dívidas do rei e vendidos em 1307 (ANTT, *Gavetas*, XIII-1-6, de 2 de Set. Supômos que a confiscação teve mais a ver com as numerosas dívidas de Fernão Gomes). A propósito das suas casas de Santarém, algumas crónicas referem que nelas se instalou o monarca aquando dos conflitos com o Infante herdeiro, em 1324 (*Cr.1344*, vol.IV, p.258; *Cr.7Reis*, vol.II, p.126 e R.PINA, *1945*, p.146), se bem que outros afirmem que as casas eram de seu sobrinho, Lourenço Anes Redondo (*ML*.VI.458).

[82] Vd. nota 51. Para além desses bens em Creixomil, teve a honra de Rio Covo, situada na fg. de S.Paio de Midões, no j. da Várzea, e honrava toda a fg. de S.Vicente de Tougues, no j. da Maia, segundo as Inq. de 1307-11 (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.53v°, e L°7, fl.64v°, respectivamente). Teve ainda dois casais no j. de Gondomar, que tinham sido de Martim Pires de Podentes, e que escambou com Maria Anes e Inês Anes, abad[a] e monja de Entre-os-Rios, recebendo uma quintã e herdamentos em Vilar Chão, Vilarinho, Marecos e Vila Cova, tudo no j. de Neiva (ANTT, *Inc.1912 - Most° de S[a] Clara do Porto/Most° de Entre-os-Rios*, m°186, n°318). No mesmo dia em que fez este escambo, no Porto, a 18 de Nov. de 1312, chegou também a acordo com a referida abad[a] de Entre-os-Rios, sobre uns bens que tinham sido de Dona Sancha Ordonhes e de Dona Aires(?) Dias, situados em Portugal, Leão e Castela, bens que passaram para a posse de Rodrigo Anes, desistindo ele de todas as demandas e dando-se por satisfeito com as 950 lbs. que já recebera por sentença régia (IDEM, *ibidem*, m°184, n°227 - quer o escambo quer o acordo foram testemunhados pelos cav°s. Diogo Álvares e Afonso Álvares. No entanto, não conseguimos apurar a ligação de Rodrigo Anes com aquelas senhoras, nem tão pouco a sentença referida).

[83] A 25 de Março de 1297, Rodrigo Anes recebeu, em nome de sua sobrinha Maria Martins Zote I, as arras que a sogra desta lhe deu pelo casamento com o filho, Mem Rodrigues de Vasconcelos (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°28. Aparentemente, Rodrigo Anes era primo-direito de Maria Martins - já que esta era filha de um irmão do seu pai - e não tio. No entanto, ele era as duas coisas, já que aquele seu tio, Martim Pires Zote, foi casado com uma filha de Mor Pires de Pereira, tida por esta do primeiro matrimónio. Como Mor Pires era mãe de Rodrigo, este era meio-irmão da mulher de Martim Zote e, por isso, tio de Maria Martins Zote). Em 1307 pediu ao rei a legitimação de um filho bastardo de seu irmão Martim Anes (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.56v°).

[84] Em 1321, a sua irmã Fruilhe Anes pediu o treslado de uma cláusula (testamentária?), pela qual ela tinha a receber, de Rodrigo, 10 mbs. por ano pela avoenga da mãe, por um herdamento de uma tia e por 1/4 de um casal em Canas (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°1, n°29). Também Dona Margarida Pires de Portocarreiro, leiga de Arouca, referiu, em test°, que as 240 lbs. que Rodrigo lhe ficara a dever, ficariam para pagar as suas obrigações testamentárias (IDEM, *ibidem*, gav.5, m°2, n°23, doc. de 22 de Ag. de 1327). Finalmente, a sua nora Marinha Afonso de Arganil, considerando os desmandos que ele fizera contra Dona Berengária, monja de Arouca - era filha de Mor Pires Redondo, sobrinha de Rodrigo - e porque ela tinha sido sempre "mui boa e amiga" dos seus sogros e marido, doou àquela para sempre o direito que tinha no casal de Mouriz (IDEM, *ibidem*, gav.5, m°11, n°25, doc. de 14 de Out. de 1321).

[85] Dona Mor era filha de Fernão Martins Curutelo, também partidário de D.Sancho II e que acompanhou o

quem teve:

XV13 - FERNÃO RODRIGUES REDONDO, aparece-nos pela primeira vez em 1294, sendo referido no test° do bispo do Porto, D.Sancho Pires[86]. Motivado pelo ambiente cultural dos círculos cortesãos, que seguramente frequentou, e a exemplo de seu pai, também foi trovador[87]. Contudo, a consequência mais relevante desses contactos com a Corte - junto da qual a sua família teve uma influência notável - foi a sua nomeação como meirinho-mor do Reino, cargo que exerceu entre 1317 e 1318[88].

Para além da sua carreira política, Fernão Rodrigues sobressai ainda pelo

---

monarca deposto até Toledo (A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.429). Desde 1287 que aparece junto de seu marido, e ainda estava viva em 1318, ano em que aforou para sempre o herdamento que possuia em Barral, no t. de Óbidos (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Santarém*, m°11, n° 792-793). Está sepultada com o seu marido no most° de S.Francisco de Santarém, ao qual doou os bens da "capela dos Redondos", sitos na Assacaia (M.A.BEIRANTE, *1980*, p.161).

[86] *CCSP*.338 (cit. por A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.345). É possível que fosse jurista (J.A.A.D.NOGUEIRA, *1994*, p.467).

[87] A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.344-345. Este Autor refere também que Fernão Rodrigues deve ter sido mordomo do irmão da Rainha, Dom Pedro de Aragão, por volta de 1297.

[88] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.115-117, e *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.6, m°6, n°14. Deve-se aqui chamar a atenção, para o facto de diversos autores, vítimas das homonimias (H.G.BARROS, *1945-54*, vol.XI, p.137; L.M.V.SÃO PAIO, *1987a*, p.58 e A.R. OLIVEIRA, *1994*, p.345), associarem Fernão Rodrigues Redondo àquele cargo a partir de 1312. Na verdade, quem ocupou o cargo de meirinho-mor, mas de Aquém Douro (1312) e de Entre-Douro-e-Minho (1314-1315), foi Fernão Rodrigues Bugalho que depois, a partir de 1317, e até 1324, foi alcaide de Lisboa. De resto, ainda em 1315 Fernão Rodrigues Redondo é referido como escud°, estatuto pouco consentâneo com o exercício de um cargo tão importante (ANTT, *Gavetas*, XIV-4-29, doc. de 31 de Ag., relativo a uma doação feita ao bastardo régio João Afonso e que foi testemunhada por aquele).

Esta correcção, porém, em nada desvaloriza o significado da sua nomeação. Pelo contrário, ela até permite destacar como os Redondos dominaram, de uma forma continuada, alguns dos principais meirinhados, durante a fase final do reinado dionisino. Por outro lado, também não é difícil de aceitar que a esta situação não foi alheia a proximidade dos vários detentores daqueles cargos aos bastardos régios, sobretudo ao alferes-mor Dom João Afonso. Pensamos que vale a pena referir brevemente a sua sucessão cronológica: a partir, pelo menos, de 1316, e até 1318, Lourenço Anes Redondo foi meirinho-mor da Beira, cargo que largou para o seu primo Martim Gonçalves Redondo, o qual exerceu aquelas funções entre 1319 e 1321; por outro lado, Lourenço Anes abandonou o meirinhado da Beira para ocupar o do Reino, entre 1319 e 1323, deixado vago pelo seu primo Fernão Rodrigues Redondo, que o exerceu entre 1317 e 1318. Se, agora, articularmos estes dados com os das relações de vassalidade que uniam estes indivíduos àquele bastardo - Martim Gonçalves foi seu mordomo e o irmão, Álvaro Gonçalves, também pertenceu à sua casa; Fernão Rodrigues deixou-lhe os senhorios de Arganil e de Pombeiro, e o pai, Rodrigo Anes também pertenceu à sua casa; Lourenço Anes testemunha docs. relativos a Afonso Sanches e a Fernando Sanches - podem compreender-se melhor, não só essas nomeações e a presença dos Redondos ao lado de D.Dinis na guerra civil de 1319-24, como também a complexa trama em que assentava a solidariedade e o poder senhoriais.

seu património, já que a herança paterna[89] e, sobretudo, a posse dos senhorios de Arganil e de Pombeiro - que adquiriu por via matrimonial[90] - fizeram dele um dos mais poderosos senhores da Beira. Faleceu em Maio de 1319, ou de 1320, deixando os senhorios de Arganil e de Pombeiro ao bastardo régio João Afonso[91]. Está sepultado na capela de S.Pedro, na ig. de S.Nicolau de Santarém[92]. Foi c.c. **MARINHA AFONSO DE ARGANIL II**[93], de quem não teve filhos.

---

[89] Sabemos que, do pai, herdou a quintã de Orelhudo, no t. de Coimbra. Em 1330, o testamenteiro de sua mulher comprou essa quintã, por 1000 lbs., aos seus testamenteiros, doando-a depois à Rainha Santa e ao most° de S^{a} Clara (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^{a} Clara de Coimbra*, cx.13, m°22 (DP), n°18).

[90] Para além dos senhorios referidos, e sobre os quais voltaremos a debruçar-nos, também por via matrimonial veio a possuir alguns bens dos de Valadares. Na verdade, a 14 de Janeiro de 1317, e por pedido das partes, o bastardo régio Afonso Sanches decidiu uma contenda que opunha a mulher de Fernão Rodrigues às filhas e herdeiras de Dom Lourenço Soares de Valadares - um irmão deste era o avô-materno daquela - pela posse de vários bens situados nos t. de Baião e da Sortelha. A decisão do senhor de Albuquerque e mordomo-mor foi a seguinte: para a primeira ficaram os bens sitos em Paços e em Matos, no t. de Baião, e os de Moita e de Lamosa, no t. da Sortelha, com o rendimento global de 32 lbs., 17 soldos e 2 dinheiros; para as segundas ficaram os de Gestaçô, Viariz, Lobação e Fura Casas, todos no t. de Baião, com um rendimento de 38 lbs., e 12 soldos, pelo que teriam de dar àquela, anualmente, o valor da diferença - 5 lbs., 14 soldos e 10 dinheiros (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^{a} Clara de Santarém*, m°5, n°165).

[91] Em Maio, na Sé de Braga, comemorava-se um aniversário por sua alma, sobre 3,5 lbs. que ele deixara (ADB, *Livros - L° 2° de Aniversários*, fl.11v°). Como em Maio de 1318 ainda estava vivo, o falecimento deve ter ocorrido nas datas indicadas no texto, já que em 4 de Julho de 1320 estava morto. Nesse dia, em Santarém, Dom João Afonso pediu uma inquirição a uma série de indivíduos -Gil Martins Zote, João Rodrigues de Vasconcelos, Vasco Gonçalves Peixoto, Martim Redondo de Creixomil e Fr. João dos Descalços - que tinham testemunhado o codicilo testamentário de Fernão Rodrigues, feito na véspera de morrer. Segundo eles, este, *jazendo em artigoo de morte ora desta doença de que morreu*, deixou àquele os referidos senhorios, o que sua mulher outorgou. O falecimento ocorreu em Santarém, no Açougue Velho, nas casas do clérigo Egas Lourenço [Barroso] (ANTT, *Gavetas*, III-3-8).

[92] Na referida igreja ainda se conserva o seu túmulo, com estátua jacente e epígrafe funerária (M.A.BEIRANTE, *1980*, p.197). A inscrição, muito truncada, para além de referir a sua filiação, parece aludir ao escambo dos padroados de Arganil e de Pombeiro pelo de S.Nicolau de Santarém (informação do Doutor Mário Barroca, que muito agradecemos). A capela de S.Pedro, instituida a 6 de Fev. de 1324 por Dona Marinha Afonso e por Mem Rodrigues de Vasconcelos, testamenteiros de Fernão Rodrigues, tinha 9 capelães sustentados pelas rendas dos bens situados em Arganil e Pombeiro (*Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Apontamentos dos Brandões*, p.324).

[93] A primeira vez que encontrámos Fernão Rodrigues na companhia de sua mulher, e como senhor de Arganil, é em 1306, quando ambos deram aos povoadores de Tarroselas todos os herdamentos que possuiam nesse l. da fg. de Arganil (ANTT, *Gavetas*, XV-9-33, de 15 de Fev.). Dona Marinha sobreviveu alguns anos ao marido, falecendo antes de 1330 (vd. nota 89). Para além de uma notícia do ano de 1321, em que ela procura remediar alguns desmandos do sogro (vd. nota 84), sabemos que em 1323 vendeu ao bispo de Lisboa, D.Gonçalo Pereira, por 1700 lbs., todos os bens que possuia nos j. de Penafiel de Sousa, da Maia e de Gondomar (ADB, *Col. Cron.*, Pasta 9, n°367). Finalmente, sabemos que Dona Marinha Afonso pediu à Rainha Santa que fizesse cumprir as suas últimas vontades, obrigação que, por morte desta, passaria para D.Afonso IV, o que este, a 12 de Ag. de 1338 assim ordenou (*CAIV*.II.127).

XV14 - JOÃO RODRIGUES REDONDO I, *de Curutelo*[94], do qual só sabemos que teve bens no j. de Aguiar de Neiva[95]. Não foi casado nem teve descendência mas, segundo o Conde D.Pedro, **LEONOR RODRIGUES RIBEIRO** *fez torto a seu marido, Vaasqu'Eanes, com um cavaleiro que houve nome Joham Rodriguez Redondo, filho de Rodrigo Anes Redondo, andando ela em casa d'el rei dom Dinis, e mandou-a el porem matar per justiça* (*LL*41D6)[96].

XV15 - URRACA RODRIGUES REDONDO, que foi c.c. Paio Pires de Arganil (Vd. ARGANIL).

Rodrigo Anes Redondo ainda teve mais um filho bastardo, mas não conseguimos apurar o nome da mãe de:

XV16 - PERO RODRIGUES REDONDO, que casou no Crato com **MARGARIDA PIRES**, de quem teve:

XVI6 - ÁLVARO RODRIGUES REDONDO.

XVI7 - JOÃO RODRIGUES REDONDO II, ambos criados de *dom frei Alvaro Gonçalves, priol do Spital em Portogal, cujos parentes eles eram* (*LL*34W4)[97].

XIV10 - *Martim Anes Redondo*, que segue;

---

[94] Assim aparece designado nas Sentenças de 1290, em local que adiante citaremos. Em *LL*34W3 é referido como João Rodrigues *Homem*, apelido que foi usado por Pero Pires Homem de Pereira, irmão da avó paterna de João Rodrigues. Terá sido criado na casa daquele seu tio ou sido por este beneficiado?

[95] Segundo as Sentenças de 1290 foi recebido por filho de João Pais do Eido, o qual lhe deu uma herdade foreira, que João Rodrigues honrava, na fg. de S.Julião do Freixo, e que foi devassada (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.10). Talvez tenha morrido antes de 26 de Maio de 1308 porque neste dia, no âmbito das Inq. de 1307-11, apurou-se que essa herdade já não era dele, mas sim do cavº Martim Viegas (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fl.39).

[96] É muito provável que João Rodrigues tenha tido a mesma sorte da amante, o que explicaria o silêncio das fontes a seu respeito.

[97] Todas as informações relativas a Pero Rodrigues e aos seus filhos foram recolhidas no nobiliário do Conde D.Pedro, não se tendo encontrado qualquer informação documental. Aliás, há quem pense que Álvaro e João foram filhos bastardos, e não netos, de Rodrigo Anes Redondo (*ML*.VI.35vº).

XIV11 - FRUILHE ANES REDONDO, última das filhas de João Pires Redondo I[98], foi monja em Arouca, onde está referenciada entre 1264 e 1321[99]. Em 1272 aparece citada com os irmãos no acto de partilhas dos bens paternos, tendo herdado os que se encontravam em diferentes lugares do actual c. de Anadia[100]. Para além destes, possuiu outros nos j. de Sever[101] e de Vermuim[102], bem como no próprio burgo de Arouca[103].

XIV10 - MARTIM ANES REDONDO, cav° que encontrámos pela primeira vez em 1272, na já cit. partilha dos bens de seu pai, pela qual recebeu, a meias com os filhos de sua irmã Teresa, os situados em Creixomil[104].

Sem ter tido a projecção de alguns dos seus irmãos, também parece ter frequentado os meios cortesãos já que, em 1289, o encontrámos em Lisboa a testemunhar uma doação feita a Dom Martim Anes de Soverosa e a Dona Vataça[105]. Como aqueles, também se

---

[98] Em *LD3L6* ainda se refere mais uma: Constança Anes Redondo, a qual teria casado primeiro com João Durães de Riba de Vizela e depois com Rodrigo Garcia de Paiva (4I5 e 10D5, respectivamente). No entanto, como não se conhece qualquer doc. que suporte esta afirmação (vg., por todos, L.VENTURA. *1992*, vol.II, pp.673-683), optámos por não a referir no texto nem a indicar na árvore genealógica dos Redondos.

[99] M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.505.

[100] Asinos, Ois, Jurados e Ventosa.

[101] De entre os bens que teve neste julgado, destaca-se a quintã de Nogueira, na fg. de S.Martinho de Pessegueiro, que recebeu das suas tias Urraca e Sancha Pires de Pereira, irmãs de sua mãe (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°6, n°s. 17 a 20). Esses bens foram registados pelas Inq. de 1284 (IDEM, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.24v°).

[102] As Inq. de 1301 detectaram que Fruilhe Anes, juntamente com o seu irmão Rodrigo, impediam o porteiro de entrar em Aivães(?) (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.4v°).

[103] Em 1305, comprou uma casa e um herdamento, no valor de 130 lbs., no burgo de Arouca (ANTT, *CR - Most° de Arouca* , gav.3, m°5, n°53, de 11 de Ag.).

[104] Vd. notas 8 e 11. Esses bens compreendiam, pelo menos, uma casa há muito honrada - tinha sido de Dom Nuno Velho - o que foi mantido pelas Sentenças de 1290 (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.5). Nessa casa - *no paço de Creixomil* - fez Martim Anes uma doação ao seu primo D.Sancho Pires, bispo do Porto, do herdamento que tinha no l. da Torre (fg. de Areias, c. de Santo Tirso), doação feita na companhia de sua mulher em 18 de Jan. de 1299 (ADB, *Col. Cron.*, Pasta 4, n°178; note-se que esta doação terá complementado uma anterior, já que no test° do referido bispo - de 20 de Nov. de 1294 - se faz menção de uma parte da quintã da Torre que D. Sancho tinha recebido de Martim Anes (*CCSP*.430-442). Por outro lado, as Inq. de 1301 apuraram que Martim Anes fazia honra de toda a fg. de S.Vicente de Oleiros, no j. de Guimarães (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.25). Por amadigo também honrou bens no j. de Aguiar de Neiva, já que uma sua filha foi criada na fg. de S.Julião de Freixo (IDEM, *ibidem*, L°6, fl.39v°).

[105] ANTT, *Sala 25 - Most° de S.Domingos de Lisboa*, L°14, fl.3, doc. de 28 de Jun., relativo a uma doação feita pelo prior de S.Domingos ao casal citado, e que Martim Anes testemunha na qualidade de cav°. Terá sido vassalo de Dom Martim de Soverosa?). É possível que tenha abandonado a Corte depois de casar - antes de

envolveu em conflitos com alguns mosteiros[106]. Provavelmente falecido antes de 1307[107], foi c.c. **MARIA RODRIGUES DE JOLDA** - prima-direita da mulher de seu irmão Rodrigo - de quem teve os seguintes filhos:

XV17 - *Martim Martins Redondo I*, que segue;

XV18 - MOR MARTINS REDONDO I, que c.c. Rui Pires de Vasconcelos (Vd. VASCONCELOS).

XV19 - MARIA MARTINS REDONDO, que c.c. **GONÇALO ESTEVES**, alcaide de Bragança em 1345[108]. Deste casal não ficou descendência conhecida.

XV20 - ALDA MARTINS REDONDO, *de Treixemil*, foi abadª do mostº de Semide entre 1332 e 1343[109].

XV21 - BEATRIZ MARTINS REDONDO que, segundo os nobiliários, foi abadª de Vitorino das Donas (*LD*3X8), faleceu antes de 1345[110].

XV22 - GUIOMAR MARTINS REDONDO, *de Treixemil*, que c.c. Lopo Afonso de Algães (Vd. ALGÃES)[111].

XV23 - JOANA MARTINS REDONDO, que c.c. Soeiro Pais de Aldeia Nova (Vd. ALDEIA NOVA).

1299 (vd. nota anterior) - fixando-se em Creixomil.

[106] Em 1301, a abadª de Vairão nomeou um procurador para resolver um pleito que trazia com Martim Anes e a mulher (ANTT, *CD - Mostº de Vairão*, mº6, nº146, de 25 de Ag.). Anos volvidos, é o próprio monarca que ordena uma averiguação sobre a pousadia que Martim Anes e Martim Fernandes de Cambra, com outros cavºs., faziam nas aldeias de Sª Marinha e de Paços da Beira, que eram do mostº de Sª Cruz de Coimbra (IDEM, *Sala 25 - Mostº de Sª Cruz de Coimbra*, Pasta 1, alm.5, mº3, nº12 - doc. de 12 de Jun. de 1306).

[107] Pelo menos, foram os seus irmãos, e não ele, que nesse ano pediram a legitimação do seu bastardo, Martim Martins II.

[108] No dia 23 de Junho do ano referido, em Bragança, Gonçalo Esteves confessou que tinha entregue 100 lbs. à abadª de Vairão, por herdades que tinham sido de Beatriz Martins, monja em Vairão e cunhada dele (ANTT, *CD - Mostº de Vairão*, mº9, nº4). Atendendo à coincidência dos nomes e do lugar da alcaidaria com as afirmações do Conde D.Pedro (*LL*34S4), onde se diz que Gonçalo era filho de Estêvão Anes de Bragança, não parecem ficar dúvidas quanto à sua identificação; no entanto, não cremos que Gonçalo ou o seu pai tivessem algum parentesco com a linhagem dos Braganções.

[109] R.C.MARTINS, *1992*, pp.54-55. Como já tivemos ocasião de referir (vd. nota 40), a sua prima Joana Gonçalves Redondo deixou-lhe 30 lbs. em testamento.

[110] Vd. nota 108. Note-se, porém, que o doc. ali referido cita-a expressamente como monja de Vairão.

[111] Em *LL*34U4 é referido como Lopo Afonso de *Cernado*, mas o nome que referimos está documentado (O.GUIMARÃES, *1896*, doc.XLVI).

XV24 - MARGARIDA MARTINS REDONDO, desconhecida pelos nobiliários, foi monja em Arouca, onde a encontrámos em 1327[112].

Para além destes filhos, Martim Anes Redondo teve, de **TERESA MENDES**, um bastardo:

XV25 - MARTIM MARTINS REDONDO II, leg. por c. de 16 de Ag. de 1307[113], e que teve bens no j. de Neiva[114].

XV17 - MARTIM MARTINS REDONDO I, *de Treixemil*, cav° que se encontra muito pouco documentado. Para além das informações dos nobiliários, só conseguimos apurar que teve bens no j. de Neiva[115] e que testemunhou o test° de seu primo Fernão Rodrigues Redondo[116]. Segundo o Conde D.Pedro (*LL*34Q4), foi c.c. **SENHORINHA ANES DE SANDIM**[117], de quem teve:

XVI8 - *João Martins Redondo*, que segue;

XVI9 - ALDONÇA MARTINS REDONDO, omitida pelos livros de linhagens, foi abad[a] do most° de Semide entre 1349 e 1386[118].

---

[112] Nesse ano foi contemplada no test° de sua tia, Dona Margarida Pires de Portocarreiro, leiga de Arouca, com 20 lbs. (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°2, n°23). Pelo nome e pela cronologia não temos dúvidas em filiá-la em Martim Anes, mas estranhamos o tratamento de sobrinha que Dona Margarida lhe dava. Na verdade, não existia qualquer parentesco directo entre as duas, e só o podemos interpretar, da parte daquela senhora, como uma expressão de afectividade em relação a uma irmã da nora, já que Rui Pires de Vasconcelos, marido de Mor Martins Redondo, era filho de Dona Margarida.

[113] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.56v°.

[114] As Inq. de 1307-11, que o identificam como irmão de Martim [Martins] Redondo [I] de Treixemil, apuraram que ele defendia um homem na fg. de S[a] M[a] de Vila Cova, que há mais de dez anos o recebera por filho (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.33-33v°).

[115] Precisamente na mesma fg. em que o seu irmão homónimo fora recebido por filho (vd. nota anterior), também ele há dez anos defendia outro homem que criara um filho de uma sua irmã (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.33v°).

[116] Vd. nota 91.

[117] Em 1329 recebeu do most° de Souto, em préstamo, um casal em Lordelo. Já então era viúva de *Martim Redondo de Creiximil* e os seus filhos ainda não eram de rébora (doc. publ. por O.GUIMARÃES, *1896*, p.40 - doc.XLII).

[118] R.C.MARTINS, *1992*, pp.60-61.

XVI8 - JOÃO MARTINS REDONDO, *de Treixemil*, sobre quem só sabemos que c.c. **MARIA PIRES CARPINTEIRO**, não lhe sendo conhecida descendência (*LL*34Q5).

4.5.3.3. ZOTE

Com a apresentação desta linhagem conclui-se a análise da descendência de Pero Soares Escaldado. Na introdução geral que fizemos sobre os Velhos, tivemos a oportunidade de referir que os Zotes se integravam no grupo de linhagens, provenientes daqueles, que mais contactaram com a Corte. Como é evidente - o próprio texto genealógico que se seguirá o demonstra - o grau de proximidade das três linhagens com os círculos cortesãos não foi idêntico. De facto, os Zotes tiveram um relacionamento muito mais discreto com a Coroa do que os Barretos e os Redondos.

No entanto, se o nível de influência e de prestígio foi menor, nem por isso se perderam os testemunhos que permitem verificar um contacto continuado dos membros da linhagem com a Corte. Para além das referências explícitas a esses contactos, também os matrimónios os revelam, como é o caso das alianças com os Chacins e os Barbosas.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta reconstituição inicia-se com Martim Pires Zote, filho de Pero Soares Escaldado e o primeiro que usou aquele apelido.

XIII1 - MARTIM PIRES ZOTE, também esteve com seus irmãos na conquista de Sevilha, em 1248, tendo sido beneficiado, como aqueles, pelo "repartimiento" de 1253[1]. As informações que conseguimos recolher reportam-se exclusivamente ao seu património, centrado nos j. de Neiva[2] e de Penafiel de Bastuço[3].

---

[1] H.DAVID, *1986*, p.18.

[2] As Sentenças de 1290 confirmaram a honra, muito antiga, de uma quintã que tinha sido de Martim Pires, na fg. de Sª Mª de Alheira (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.7). É possível que essa quintã tenha sido constituida a partir de bens que aquele comprara nessa fg., como já era referido pelas Inq. de 1258 (*PMH-Inq.*, p.304). Esta última fonte menciona ainda bens dele nas fgs. de S.Pedro de Alvite (p.304) e de Sª Mª de Vila

Foi c.c. **MARIA VICENTE DE URGESES**[4], de quem teve:

XIV1 - *Martim Martins Zote I*, que segue;

XIV2 - MARIA MARTINS ZOTE I, que casou primeiro com Gil Nunes de Chacim (Vd. CHACIM), e depois com Mem Rodrigues de Vasconcelos (Vd. VASCONCELOS).

Para além dos filhos legítimos teve, de **AUSENDA ESTEVES**, um bastardo:

XIV3 - AIRES MARTINS ZOTE, leg. por c. de 20 de Julho de 1294[5]. É natural que se possa identificar com um cav° homónimo que, em 1288, testemunhou um escambo feito entre João Anes Redondo e o most° de Vairão[6]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

XIV1 - MARTIM MARTINS ZOTE I, surge-nos referido pela primeira vez em 1278, como membro da *Casa* do Infante D.Dinis[7], onde teve por companheiros os seus imos João Pires Velho e João Anes Redondo, e o seu cunhado Gil Nunes de Chacim. Ao contrário daqueles, não parece ter exercido qualquer cargo junto do novo monarca, e é de supor que terá deixado a Corte, dirigindo-se para as *familiares* terras de entre Lima e Cávado. E, na verdade, os dados recolhidos sobre o seu património não

---

Cova, neste último caso partilhados com o irmão, Pero Pires Bravo (p.310).

[3] As Inq. de 1288 apuraram que, pelo facto de o pai ter comprado meio casal na fg. de Sª Comba - hoje incorporada na fg. de Várzea, c. de Barcelos - Martim Pires fizera aí, no tempo de D.Afonso III, uma casa de morada e uma honra "*e per razom desta honrra desta cassa (...) som perdudas per hi quatro freguysias de guissa que pollo mal que lhes fazem [aos lavradores] ansse de volver homeens dos cavaleyros*" (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.31). Curiosamente, ou não, as Sentenças de 1290 mantiveram a situação (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.71v°). Para o j. de Faria existe a referência à criação da sua filha num l. da fg. de S.Salvador de Fornelos (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.50).

[4] Convem chamar a atenção para o facto de Maria Vicente ser filha do primeiro matrimónio da mulher de João Pires Redondo, irmão de Martim Pires. Este tipo de alia as origina parentescos "estranhos" - como a mulher de Martim Pires era meia-irmã dos filhos de João Pires Redondo aquele, pelo casamento, era cunhado dos sobrinhos - o que levanta alguns problemas de identificação já que, por vezes, a documentação refere laços de parentesco que, aparentemente, não deveriam existir.

[5] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fl.78v°.

[6] ANTT, *CD - Most° de Vairão*, m°5, n°13.

[7] A.B.FREIRE, *1916*, p.58.

registam qualquer herdamento a sul daquela "fronteira"[8], mas sim nos habituais j. de Neiva[9], de Aguiar de Neiva[10] e de Penela[11]. Também naquele primeiro j., bem como no de Prado, foram criados os seus filhos[12].

Em 1305 vamos encontrar Martim Martins em Coimbra, onde testemunhou uma compra feita pelo deão de Lisboa, Dom Egas Lourenço Magro[13]. A última notícia que temos data de 1311, e é relativa a uma doação por ele feita à Sé de Braga[14]. Foi c.c.

---

[8] Salvo uma excepção mas que, seguramente, terá a ver com bens adquiridos por via matrimonial. De facto, na Sé de Braga comemorava-se um aniversário pela alma de Dona Urraca Lourenço da Cunha, tia da mulher de Martim Martins, por 10 lbs. que aquela deixara sobre bens sitos na Golegã, os quais estiveram na posse daquele e depois na de um filho, Gil Martins (ADB, *Livros - L.º 2º de Aniversários*, fl.9vº).

[9] As Sentenças de 1290 referem que Martim Martins tinha uma casa, que era honrada havia muito tempo, na fg. de S.João de Aster - hoje l. da fg. de Anha, c. de Viana do Castelo - situação que foi mantida (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.2). A mesma fonte refere uma outra casa honrada, agora na fg. de Sª Mª de Alheira, que ele tinha feito numa herdade foreira que comprara, a qual foi devassada (IDEM, *ibidem*, VIII-5-1, Perg.7). No entanto, a ilegalidade agora citada, em vez de ter sido reparada, ainda foi agravada por Martim Martins, já que as Inq. de 1307-11 apuraram que ele tinha comprado duas quintãs a homens foreiros no l. de Alheira - uma delas há mais de dez anos - onde fazia honra, situação de novo condenada (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.36).

[10] As Inq. de 1307-11 apuraram que ele fazia honra numa herdade, sita na fg. de Sª Eulália de Panque, que ele tinha comprado há 8 anos a uns lavradores (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.39).

[11] Sobre os bens que possuia neste j. temos as referências das Sentenças de 1290 e das Inq. de 1307-11, as quais se completam. Assim, as primeiras mantiveram honrado o l. de Sandiães (fg. de S.Mamede de Sandiães), que era dele (ANTT, *LN -Inq. da Beira e de Além Douro*, fl.67vº); as segundas afirmam que na dita fg. - e nós supomos que no referido lugar - possuia o paço de Proença, e que haveria 6 anos que tinha mandado alargar a área da herdade desse paço, colocando padrões em terras de lavradores foreiros. As mesmas inq. afirmam que o paço englobava 5 ou 6 casais, e que já em 1288 era de Martim Martins, onde proibia a entrada do porteiro, ali trazendo os seus ouvidor e chegador (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.26vº).

[12] As Inq. de 1307-11 referem, para o primeiro, as fgs. de Tregosa, de Tamel e de Alheira, e para o segundo, a fg. de Roriz (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fls.34-34vº, 35vº, 36 e 43vº, respectivamente). Para além dos bens referidos nas três notas anteriores, temos ainda duas notícias sobre usurpações que cometeu: a primeira, de 1293, refere que Martim Martins era acusado de ermar dois casais do cabº bracarense pelos serviços que neles exigia, segundo o rol de acusações enviado pelo rei, a pedido do dito Cabº, ao meirinho-mor de Além Douro (ADB, *Gav. dos Coutos e das Honras*, nº6); a segunda, é uma sentença do juíz de Montelongo, dada a 4 de Maio de 1308, contra ele, o filho, Martim Martins II, e o genro, Afonso Vasques Pimentel, por se recusarem a abandonar o casal de Calvelos, que era da ig. de Montelongo (AMAP, *Colgª de Guimarães*, nº84).

[13] ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº11, nº532.

[14] Doou ao cabº bracarense o direito que tinha sobre o padroado da ig. de Palmeira e, ao mesmo tempo, fez um escambo com o deão de Braga, entregando um casal que possuia na fg. de S.Salvador de Parada, no j. de Vila Chã, e recebendo em troca dois casais na fg. de S.Mamede de Sandiães, no j. de Penela. A doação e o escambo foram anteriores a 17 de Agosto, data em que Martim Martins ordenou ao seu filho homónimo que fizesse a entrega do referido casal (ADB, *Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabº*, nº185), e foram confirmados pela filha Maria em 17 de Set. (IDEM, *Gav. 1ª das Igrejas*, nº16).

ALDA GOMES DA CUNHA[15], de quem teve numerosos filhos:

XV1 - MARTIM MARTINS ZOTE II, deão da Sé de Braga, segundo os livros de linhagens (*LD*2B5, 3D8; *LL*27B3, 42S9). No entanto, o ingresso de Martim Martins na carreira eclesiástica só pode ter ocorrido depois de 1311, já que até esta data é citado na documentação como cavaleiro[16]. Cónego de Lisboa e de Palência, e Arcediago de Santarém, a partir de 1342 passa, então, a exercer o deado na sé bracarense[17].

XV2 - GOMES MARTINS ZOTE, freire da O. de Cristo (*LL*42S9), encontra-se como tal documentado entre 1321 e 1324[18].

XV3 - GIL MARTINS ZOTE, cav°, aparece-nos referido pela primeira vez em 1305, como *natural* do most° de S.Simão da Junqueira[19]. Pouco sabemos sobre os seus bens, para além da posse da quintã de Calvelos, com um casal, que obteve por compra em 1309[20]. Em 1320 Gil Martins foi inquirido, na qualidade de testemunha do test° do seu primo Fernão Rodrigues Redondo, sobre a doação que este fizera dos senhorios de Arganil e de Pombeiro ao bastardo régio João

---

[15] Filha de Gomes Lourenço, padrinho de D.Dinis (*LL*55A5), e sobrinha de Egas Lourenço, rico-homem de D.Afonso III (L.VENTURA, *1992*, pp. 641-646). Note-se que João Anes Redondo, primo-direito de Martim Martins, foi c.c. Mécia Gomes, irmã de Alda Gomes da Cunha, o que mais acentua a importância dos meios da Corte como veículo de aproximação entre as várias linhagens.

[16] Já tivemos oportunidade de referir Martim Martins na companhia do pai e de um cunhado, em 1308, a propósito de uma sentença dada contra os três pelo juíz de Montelongo (vd. nota 12). Em 1311, no seguimento de uma doação feita pelo pai (vd. nota 14), e por ordem daquele, entregou à Sé de Braga o casal de Sá, na fg. de S.Salvador de Parada, sendo então expressamente referido como cav°.

[17] L.KRUS, *1989a*, p.77. Segundo este autor, foi a Martim Zote II que o *Livro de Linhagens do Deão* foi dedicado (IDEM, *ibidem*, pp.77, 79 e 83).

[18] Na primeira data, a 11 de Jun., em Lisboa, presenciou a leitura do regimento da sua Ordem (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.138v°-140). Em 1324, testemunhou um emprazamento feito pelo mestre Fr. João Lourenço (IDEM, *CR - Ordem de Cristo*, m°2 (DP), n°8 - doc. de 23 de Jan.).

[19] A 10 de Ag. desse ano, em Rates, Estêvão Anes de Cide confessou ter recebido 5 lbs. do referido most°, por razão de cavalaria, as quais recebera em nome de Gil Martins, natural de S.Simão (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de S.Simão da Junqueira*, n°17, fls.80-80v°). Em 1339, na qualidade de infanção, Gil Martins também é referido como *natural* do most° de Mancelos (L.M.V. SÃO PAIO, *1987*, p.60).

[20] ANTT, *Sala 25 - Colg[a] de Guimarães*, m°20, n°7. A compra, no valor de 102 lbs., encerrou um processo litigioso que Gil Martins manteve contra os irmãos Martim e Afonso Vasques Pimentel, pela posse da referida quintã. Desconhecemos as razões do litígio mas, como Gil Martins era cunhado de Afonso Vasques, e a filha casou com um filho de Martim Vasques, é possível que aquele fosse motivado por razões de herança. Para além desta quintã, deteve ainda alguns herdamentos sitos na Golegã, conforme já referimos a propósito do seu pai (vd. nota 8).

Afonso[21]. Faleceu depois de 1339[22]. Foi c.c. **ALDARA MARTINS ALCOFORADO**, de quem teve:

XVI1 - TERESA GIL ZOTE, que c.c. Vasco Martins Pimentel II (Vd. PIMENTEL).

XV4 - *Vasco Martins Zote*, que segue;

XV5 - MARIA MARTINS ZOTE II, que casou primeiro com Martim Martins de Barbosa (Vd. BARBOSA), e depois com Álvaro Martins Fafes (Vd. LANHOSO).

XV6 - MOR MARTINS ZOTE, que c.c. Afonso Vasques Pimentel II (Vd. PIMENTEL).

XV7 - GUIOMAR MARTINS ZOTE, que c.c Fernão Fernandes de Almeida (Vd. ALMEIDA).

XV8 - BRANCA MARTINS ZOTE, foi freira em Lorvão (*LL*42S9).

XV4 - VASCO MARTINS ZOTE parece ter sido o único filho de Martim Martins II que manteve relações com a Corte. Assim, em 1328, foi um dos 40 fidalgos nomeados por D.Afonso IV para garantirem e honrarem os acordos então firmados entre os monarcas português e castelhano[23]. Alguns anos depois, em 1344, Vasco Martins, juntamente com Gonçalo Anes de Sousa, surge como procurador dos fidalgos, tendo sido incumbido de pedir ao rei que regulamentasse a posse e as jurisdições das honras[24]. Tal como seu irmão Gil Martins, também em 1339 aparece referido como *natural-infanção* do most° de Mancelos. O seu património estava situado nos j. de Neiva e de Faria[25],

[21] ANTT, *Gavetas*, III-3-8. Dois anos antes, testemunhara o treslado de dois docs. relativos a uma doção feita por Dona Joana Dias, viúva de Fernão Fernandes Cogominho, à Sé de Coimbra (IDEM, *CR - Sé de Coimbra*, m°19 (DP), n°26, doc. de 9 de Abril de 1318).

[22] Vd. nota 19. Em 1350 já tinha falecido, como o afirma a sua filha num doc. daquele ano (ANTT, *CD - Most° de Vairão*, m°9, n° 20).

[23] ANTT, *Gavetas*, XVIII-11-5 (publ. nas *GAVETAS*, vol.IX, pp.636-657). Esta nomeação também poderá significar o reconhecimento do monarca por um eventual apoio de Vasco Martins, aquando dos conflitos que, ainda Infante, teve com D.Dinis.

[24] *CAIV*.III.410 e *OD*, p.532 (doc. de 3 de Jan.).

[25] Segundo as Inq. de 1343 tinha, no primeiro, vários casais na fg. de S.Mamede de Arcozelo e, no segundo, um casal na fg. de S[a] M[a] de Mourão (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.139v° e 172, respectivamente). Também neste último julgado, de Neiva, sonegava alguns bens situados dentro dos limites das póvoas da

sendo de salientar, neste último, a quintã e honra de Laúndos[26].

Foi c.c. **MARIA MENDES DE VASCONCELOS**[27], de quem teve, pelo menos, dois filhos, dos quais desconhecemos os nomes e que faleceram, talvez ainda crinças, antes de 1396[28]:

XVI1 - N. VASQUES ZOTE I.

XVI2 - N. VASQUES ZOTE II.

Lagoa Negra, na fg. de Sª Mª de Lapela (IDEM, *ibidem*, L°1, fl.164v°).

[26] A honra, que provinha dos de Urgeses, ou seja, por via da avó paterna de Vasco Martins, foi confirmada pelo rei em Fev. de 1342, ficando aquele, porém, sem o exercício de qualquer jurisdição (*CAIV*.III.364).

[27] Era filha do segundo casamento de Mem Rodrigues de Vasconcelos, tio de Vasco Martins, já que tinha sido primeiramente c.c. Maria Martins Zote I (vd. XIV2).

[28] No test° de Mor Mendes de Vasconcelos, feito em Set. do ano referido, esta deixa um casal ao most° de Mondim por alma dela, e pelas almas da irmã Maria Mendes, de Vasco Martins *e de seus filhos* (doc. publ. por J.MATTOSO, *1982b*, p.261).

4.5.3.4. VASQUINHOS

Concluída a análise da descendência do primeiro casamento de Soeiro Nunes Velho II - filho mais velho de Nuno Soares Velho II, antepassado comum a todos os ramos de Velhos - a qual nos levou a refletir sobre a trajectória dos Velhos, Bravos, Redondos e Zotes, é altura de nos debruçarmos sobre a que proveio do segundo matrimónio daquele, ou seja, os *Vasquinhos*.

Esta linhagem, porém, não mereceu mais do que leves - para não dizer desdenhosas - referências dos nobiliários medievais: *E este Vasco Soares [Velho] nom foi casado, mas houve muitos filhos de barregam, onde descenderom o linhagem dos Vasquinhos* (*LD*13M4); *E Vaasco Soarez nom foi casado, mais houve uma filha de barregãa, donde vem os Vaasquinhos* (*LL*42E6).

Talvez que o pior castigo que estas fontes - como memória escrita de façanhas ou traições, mas sempre memória - poderiam infligir às linhagens, fosse o do silêncio. Silêncios, ou omissões, que impediam qualquer reivindicação de passados mais ou menos longínquos, quando a prova da antiguidade era um elemento fundamental para as prosápias nobiliárquicas. Silêncio, além do mais, que apenas se quebra para revelar a ilegitimidade da origem e deixar, no diminuitivo do apelido, a insignificância da linhagem. Silêncio, finalmente, que também nos "castiga", impedindo, por um lado, uma análise mais aprofundada e, por outro, uma reconstituição suficientemente segura.

De facto, os dados recolhidos da documentação são tão parcos que mais não servem, na verdade, do que para mostrar como as trajectórias individuais dos Vasquinhos são modestas.

Dados que, em termos patrimoniais, e como ficou dito anteriormente, permitem afirmar a pouca mobilidade da linhagem, praticamente circunscrita ao entre Lima e Cávado. Quanto às alianças matrimoniais os elementos disponíveis ainda são mais reduzidos mas, na sua modéstia, não deixam de ser reveladores: quando os inquiridores de 1288 indagaram da origem dos bens que os irmãos Rui e Martim Pires possuiam no j. de Valdevez, apuraram que fora a mãe que lhos deixara e que já vinham do avô materno mas, acrescentaram as

testemunhas, *eram filhos d'algo da parte de padre...*

Não surpreende, assim, que a lista das linhagens *naturais* do mostº de Tibães, elaborada em 1315, apresente os Vasquinhos, não no grupo dos infanções, onde se encontravam alguns dos outros ramos dos Velhos, mas sim no dos cavaleiros[1].

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

A escassez de elementos para o estudo desta linhagem é de tal forma evidente que os próprios livros de linhagens, acima citados, não são concordes quanto à descendência de Vasco Soares Velho: enquanto que o primeiro afirma que teve numerosos filhos, o segundo indica-lhe apenas uma filha[2]. Assim, e pelas razões que acabámos de aduzir em nota, desde já chamamos a atenção para o carácter muito hipotético da reconstituição que se segue.

Do segundo casamento de Soeiro Nunes Velho II, com Aldonça Nunes, terão resultado os seguintes filhos:

XII1 - *Vasco Soares Velho*, que segue;

XII2 - SANCHA SOARES VELHO II, sobre quem nada se sabe[3].

XII1 - VASCO SOARES VELHO, sobre quem só sabemos que esteve na conquista de

---

[1] *BL*, vol.I, pp.383-384.

[2] Esta discordância ainda dificulta mais a reconstituição genealógica, já que nos impede de conhecer com segurança a sequência das gerações situadas entre Vasco Soares e os primeiros indivíduos que encontrámos na documentação. Como Vasco Soares era meio-irmão de Pero Soares Escaldado, os filhos (*LD*), ou a filha (*LL*), daquele deveriam apresentar uma cronologia semelhante à dos filhos de Pero Soares. Mas, pelo facto de o levantamento documental a que procedemos não ter contemplado a primeira metade do século XIII - acrescido pela pouca importância da linhagem - o certo é que não conseguimos encontrar qualquer dado para os filhos de Vasco Soares. Por outro lado, o facto de os primeiros indivíduos que encontrámos, contemporâneos, possuirem patronímicos diferentes, fazem supôr uma geração intermédia, o que obriga a uma escolha: na melhor das hipóteses, ou essa geração corresponde, na versão de *LD*, à dos filhos de Vasco Soares ou, na de *LL*, à dos netos. A comparação da cronologia que conhecíamos para as diferentes gerações dos descendentes de Pero Soares Escaldado - Velhos, Redondos e Zotes - com a dos Vasquinhos que encontrámos, levaram-nos a preferir a versão de *LL*.

[3] Veja-se o que ficou dito na nota **o)** à àrvore genealógica das primeiras gerações de Baiões sobre Sancha Soares Velho I. Na verdade, seria impossível que uma meia-irmã de Pero Soares Escaldado tivesse casado com um indivíduo que viveu na primeira metade do século XII.

Faro, em 1249[4]. Como vimos, teve descendência bastarda:

XIII1 - *N.Vasques Velho*, que segue;

XIII1 - N. VASQUES VELHO, filha de Vasco Soares, e que poderá ter sido a mãe de[5]:

XIV1 - *[Pero Vasquinho]*, que segue;

XIV2 - [FERNÃO VASQUINHO], provavelmente o pai de:

XV3 - AIRES FERNANDES VASQUINHO, sobre quem só sabemos que teve um filho, criado por volta de 1300 na fg. de S.Salvador de Estorãos, no j. de Ponte de Lima[6], e do qual desconhecemos o nome:

XVI2 - N. AIRES VASQUINHO.

XIV3 - [LOURENÇO VASQUINHO], talvez o pai de:

XV4 - GONÇALO LOURENÇO VASQUINHO, que só encontrámos em 1310, na companhia do irmão, a testemunhar diplomas relativos ao cav° Martim Gonçalves de Portocarreiro, de quem Gonçalo era escd°[7]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

XV5 - JOÃO LOURENÇO VASQUINHO I, também escd° e que, junto do irmão, testemunhou a c. de proc. referida na nota anterior. Não sabemos com quem casou, mas teve dois filhos, um criado antes de 1301 na fg. de S^{a} Mª de Duas Igrejas, no j. de Penela, e outro, alguns anos depois, na fg. de Anha, no j. de Neiva[8]:

---

[4] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1989*, p.69.

[5] Note-se que os nomes dos indivíduos da geração XIV são reconstituídos apenas a partir dos patronímicos dos indivíduos da geração seguinte.

[6] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.11.

[7] A 26 de Ag. testemunha uma proc. dada a Martim Gonçalves pela mulher, Elvira Soares de Barbosa, e a 1 de Set. a venda que aquele fez na sequência da referida c. de proc. (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°2, n°26).

[8] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.14, e L°6, fl.32v°, respectivamente.

XVI3 - JOÃO LOURENÇO VASQUINHO II, criado no j. de Penela, como vimos, e sobre quem nada mais se apurou.

XVI4 - MARTIM ANES VASQUINHO, escd° que só encontrámos em 1347, já c.c **GUIOMAR MARTINS DO LAGO**, a vender alguns bens que a sua mulher herdara na fg. de Ferreiros (c. da Póvoa de Lanhoso)[9]. Não sabemos se este casal teve filhos.

XIV4 - [VASCO VASQUINHO], pai provável de:

XV6 - MARTIM VASQUES VASQUINHO, cav° que nos aparece pela primeira vez em 1284, envolvido nos escambos que precederam a constituição da póvoa de Caminha[10]. No ano seguinte, juntamente com outros cav°s. - entre os quais Dom Martim Anes do Vinhal - pediu ao rei que lhes outorgasse uma troca de propriedades, o que foi concedido[11]. Sabemos que casou, mas desconhecemos o nome da mulher de quem teve um filho:

XVI5 - N. MARTINS VASQUINHO que, segundo as Inq. de 1307-11, foi criado por volta de 1296 na fg. de Goães, no j. de Penela[12].

XIV1 - [PERO VASQUINHO], que foi c.c. **MARIA ANES**[13], de quem teve:

XV1 - *Rui Pires Vasquinho*, que segue;

XV2 - MARTIM PIRES VASQUINHO, criado na fg. de S^{a} Mª de Duas Igrejas, no

---

[9] ANTT, *Sala 25 - Colg^{a} de Guimarães*, m°30 (DP), n°2 (doc. de 10 de Fev.). A venda, que rendeu 25 lbs., reportou-se a uma herdade sita em Ferreiros, que Guiomar Martins herdara da mãe, Maria Martins Alvelo.

[10] Assim, a 9 de Set., por ter cedido os bens que possuia em Caminha, recebeu do rei terras no préstamo de Sá, no j. de Valdevez (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fls.88-88v°); a 19 de Nov. do mesmo ano, então acompanhado pela mulher, aceitou trocar mais bens que tinha em Caminha, por outros de igual valor situados em várias fgs. do j. de Valdevez (IDEM, *ibidem*, L°2, fl.62).

[11] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.138 (c. dada em Lisboa a 2 de Jun.; pelo teor do doc. ficámos a saber que Martim Vasques ficou com alguns casais em Cristelo, no j. de Caminha).

[12] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.26.

[13] Era filha de João Martins, vilão, por via de quem os filhos de Pero Vasquinho herdaram os bens referidos na nota 15.

j. de Penela[14], e que, juntamente com o irmão, teve bens no j. de Valdevez, como veremos a seguir. Não sabemos se casou ou se teve descendentes.

XV1 - RUI PIRES VASQUINHO, sobre quem só sabemos que, em 1288 e na companhia do irmão, detinha uma herdade que a mãe lhes deixara, no couto de Ázere (j. de Valdevez), e que honravam indevidamente[15]. Não sabemos se Rui Pires casou, mas é provável que tenha sido o pai de:

XVI1 - *Martim Rodrigues Vasquinho*, que segue;

XVI1 - MARTIM RODRIGUES VASQUINHO, sobre quem só conseguimos apurar que era vassalo do rei pois que, em 1344, trazia várias terras em nome daquele, todas no j. de Vermuim[16]. Não sabemos, finalmente, se deixou descendência.

[14] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.28v°.

[15] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.100. Segundo esta fonte a herdade vinha de João Martins, vilão e avô materno de Rui e de Martim, os quais eram *filhos d'algo da parte do padre*. As Sentenças de 1290 devassaram a dita herdade (IDEM, *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fl.61).

[16] Trazia pelo rei as fgs. de Santa Lucrécia de Louro e de S.Martinho de Cavalões, e cinco casais na fg. de S.Martinho de Brufe (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls, 186, 186v° e 190, respectivamente).

4.5.3.5. GATO-MOURÃO

No texto introdutório sobre os Velhos e as linhagens que deles derivaram, já chamámos a atenção para a "excentricidade" da implantação patrimonial dos Gatos-Mourão em relação às linhagens suas "parentes". Como na altura acentuámos, o casamento de Pero Nunes Velho com Maria Anes de Baião, filha de João Viegas "Ranha" de Baião, fez deslocar este ramo de Velhos para a área de influência dos de Baião.

Talvez a consequência mais visível desta mudança seja testemunhada pela presença dos Gatos, por exemplo, na zona envolvente do curso médio do Douro - Baião, Penaguião, Mesão Frio ou Paiva - e na Beira interior - Seia, Covilhã ou Guarda - ou seja, em áreas onde não se encontra qualquer outro ramo de Velhos.

Uma outra consequência, e que se articula com a anterior, verifica-se ao nível dos casamentos. Este aspecto, porém, merece uma análise mais detalhada. Na verdade, da presença dos Gatos nas áreas acima referidas decorrem - supômos que naturalmente - algumas das suas alianças matrimoniais com linhagens como os de Alvarenga, os de Melo ou os de Tavares, ou seja, com famílias oriundas dessas mesmas zonas, ou ali fortemente implantadas. Disso mesmo fizemos menção na já referida introdução sobre os Velhos.

A questão, porém, colocada nestes termos, levar-nos-ia a interpretar o casamento de Pero Nunes Velho numa perspectiva meramente patrimonial, quer dizer, revelaria uma intenção estratégica - individual ou de linhagem - pela qual os Velhos procurariam implantar-se numa região afastada do seu "habitat" natural. As alianças matrimoniais posteriores seriam a consequência natural, como dissemos, desse novo posicionamento geográfico.

Contudo, talvez aquele matrimónio possa, ou deva, ser interpretado numa perspectiva diferente. De facto, se se fizer o confronto entre os diferentes ramos de Velhos, do ponto de vista da sua implantação geográfica durante a segunda metade do séc. XII, só o ramo em análise nos surge perfeitamente desarticulado da estratégia geral dominada pelo enraizamento dos Velhos entre os rios Cávado e Minho.

Assim sendo, e pondo de parte o argumento da iniciativa individual ou o do hipotético deserdamento de um filho segundo - em nada abonado pela cronologia ou pelo exemplo dos outros irmãos de Pero Nunes - há que encontrar um outro factor que explique os referidos

fenómenos.

É provável que o casamento de Pero Nunes com Maria Anes - testemunho da reaproximação entre Velhos e Baiões - se destinasse a reforçar as influências "políticas" dos seus progenitores. De facto, os verdadeiros protagonistas da aliança terão sido Nuno Soares Velho II e João Viegas "Ranha" de Baião, ambos, como a seu tempo ficou dito, figuras influentes das cortes de D.Teresa e de D.Afonso Henriques, o primeiro entre 1117 e 1162, e o segundo entre 1112 e 1148[1].

Essa aliança, para além de cimentar a influência e o prestígio que ambos deteriam nos círculos da Corte, poderá ainda ter significado algo mais para os dois. Se, por um lado, é verdade que Nuno Soares atravessou dificuldades económicas durante a década de trinta[2], então o casamento do seu filho com uma herdeira rica poderia ser uma forma de contornar parte desses problemas; se, por outro, João Viegas não tinha mais do que uma filha, então também ele ganhava um herdeiro ligado à sua área de influência política[3].

Pensámos que é a partir daqui que se deve tentar perceber a evolução posterior deste ramo de Velhos, tanto ao nível da implantação patrimonial como das alianças matrimoniais. Isto significa que a análise desses dois factores não deverá ser feita na perspectiva dos Velhos, mas sim na dos de Baião. Só assim, no nosso entender, se enquadram com rigor, por exemplo, os casamentos dos filhos de Pero Nunes nas casas de Riba Douro-Lumiares e de Sousa, ou se percebe a rico-homia e a onomástica dos seus descendentes[4].

Para concluir esta breve introdução, resta-nos referir o relacionamento da linhagem com a Coroa. Atendendo ao íntimo parentesco com os de Baião - os filhos de Pero Nunes eram primos-coirmãos de Lopo Afonso e de Ponço Afonso de Baião - não surpreende que os Gatos surjam com algum destaque, sobretudo na primeira metade do séc.XIII. Ora este período, como se sabe, foi marcado por um crescente clima de tensão emtre a nobreza e a Coroa - bem como entre várias facções da nobreza - sobretudo a partir da subida ao trono de D.Afonso II, atingindo o seu clímax na guerra civil de 1245.

---

[1] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.142 e 170, respectivamente.

[2] IDEM, *ibidem*, p.142.

[3] Naturalmente que uma coisa são as espectativas e outra os resultados. Neste caso, terá beneficiado bem mais Nuno Soares do que João Viegas, já que a chefia dos de Baião passou para o seu sobrinho Afonso Hermiges (IDEM, *ibidem*, p.170), muito embora alguns dos seus netos tenham atingido a rico-homia, como é o caso de Lopo Afonso Gato (L.VENTURA, *1992*, vol. II, p.1020).

[4] Um simples confronto entre as árvores genealógicas dos de Baião e dos Gatos farão compreender a nossa afirmação, mas não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de os filhos de Lopo Afonso Gato terem rigorosamente os mesmos nomes - Afonso Lopes, Diogo Lopes e Fernão Lopes - dos filhos de... Lopo Afonso de Baião.

Um dos episódios mais marcantes dessa fase terá sido o conflito que opôs aquele monarca às irmãs, e no qual os Gatos tiveram uma participação activa, como partidários das Infantas, presenciando o acordo que estas celebraram com o sobrinho, D.Sancho II[5]. No reinado deste monarca - bem como no do irmão - alguns elementos da linhagem surgem como governadores de terras, como já ficou dito, o que também não surpreende. De facto, as uniões de Afonso Pires e de Teresa Pires, respectivamente com uma sobrinha de Dom Abril Pires de Lumiares e com um filho do poderoso Dom Gonçalo Mendes de Sousa, para além dos outros parentescos assinalados, não podiam deixar de se refletir nas trajectórias individuais: Afonso Pires Gato foi, no nosso entender, tenente da Guarda (1207 e 1241), e o filho, Lopo Afonso, foi tenente de Penalva e de Linhares (1270 e 1272, respectivamente).

Apresentadas, de uma forma sucinta, as características gerais da linhagem, passemos agora à análise detalhada do percurso dos seus membros[6].

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Da já referida união de Pero Nunes Velho com Maria Anes de Baião, resultaram duas novas linhagens - os Mourões e os Gatos -através da descendência seguinte:

XII1 - MOURÃO PIRES VELHO[7], sobre quem só se sabe que casou, muito embora se desconheça o nome da mulher (*LD*11AH6; *LL*42Q7), e que teve filhos[8]:

[5] Os pormenores dessa participação serão dados nas biografias respectivas. De momento, queremos apenas referir os traços gerais da actividade da linhagem.

[6] O texto introdutório que se acaba de apresentar é totalmente omisso em relação à linhagem dos Mourões. Oriunda, como os Gatos, de Pero Nunes Velho, os seus membros só são conhecidos através dos nobiliários medievais - para além de uma ou outra referência documental - pelo que se torna muito difícil qualquer tentativa de caracterização. A ausência de dados, porém, talvez se possa explicar a partir daquelas fontes, já que os livros de linhagens noticiam a presença dos Mourões em Castela, nos finais do séc.XIII, tal como teremos oportunidade de referir.

[7] O nome *Mourão* é extremamente raro, só se conhecendo dois ou três exemplos para o conjunto dos nobiliários medievais. Para o caso que agora nos interessa, a escolha desse nome deverá estar relacionada com o facto de o avô materno de Mourão Pires, João Viegas "Ranha", ter tido um tio chamado Mourão Gondesendes de Baião, como se pode verificar na árvore genealógica das primeiras gerações dos Baiões.

[8] Não estamos seguros de o poder identificar com um Dom Mourão, c.c. Dórdia Gonçalves, que em Maio de 1240 vende alguns bens, sitos na região de Lamego, ao mostº de Tarouca (A.A. FERNANDES, *1991-3*, I/1, doc.5). A cronologia e a localização dos bens poderiam viabilizar a identificação mas, atendendo à ausência de patronímico bem como à existência de outros indivíduos homónimos com cronologias muito variadas, levaram-nos a não referir esses dados no texto.

XIII1 - GONÇALO PIRES MOURÃO, que c.c. **ELVIRA RODRIGUES DE VALADA** (*LL42Q8*) ou de **VAL DE MADRE** (*LD*11AH7), de quem teve[9]:

XIV1 - JOÃO GONÇALVES MOURÃO, *o que mataram os Mouros* (*LD*11AH7), provavelmente na mesma ocasião em que faleceu o seu irmão Gonçalo, foi c.c. **BEATRIZ AFONSO DE ESPINHO**[10], de quem teve:

XV1 - ÁLVARO GONÇALVES MOURÃO, sobre quem nada conseguimos apurar.

XIV2 - GONÇALO GONÇALVES MOURÃO, *que matou a pedra do engenho em Tarifa* (*LL*42Q8), em 1292[11]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

XIV3 - FERNÃO GONÇALVES MOURÃO, desconhecido pelos livros de linhagens, vivia em 1319, ano em que a sua filha recebeu uma doação, a qual foi testemunhada por Pero Martins, *seu homem*, como veremos a seguir. Desconhecemos o nome da sua mulher, de quem teve:

XV2 - MARIA FERNANDES MOURÃO[12], referida em 1319 como monja em Arouca[13].

---

[9] É possível que também fosse seu filho um Lourenço Mourão, que também encontrou a morte na conquista de Tarifa, em 1292 (L.KRUS, *1989a*, p.64).

[10] Era parente do marido, pois era filha de Mor Gonçalves Redondo.

[11] L.KRUS, *1989a*, p.64.

[12] Note-se que Maria Fernandes é dada em *LL*34M5 como filha de João Gonçalves Mourão, o que está errado.

[13] Nesse ano, a 12 de Junho, recebeu uma doação de Dona Sancha Fernandes Gato, de quem era "criada", a qual foi testemunhada por Pero Martins, homem de seu pai (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.7, mº3, nº12).

XIII2 - TERESA PIRES MOURÃO[14], que c.c. João Pires Marinho (Vd. MARINHO).

XII2 - FERNÃO PIRES TINHOSO, figura que não se encontra muito documentada, mas que parece ter tido algum relevo nos sucessos do primeiro quartel do séc. XIII. De facto, é bem possível que Fernão Pires fosse um dos nobres que, em virtude das medidas centralizadoras adoptadas por D.Afonso, se ausentou do reino[15]. Talvez fosse vassalo do bastardo de D.Sancho I, Martim Sanches, e que o acompanhasse em 1217, quando este se dirigiu para a corte leonesa[16]. O certo é que, em 23 de Junho de 1223, estava em Leão, já que no texto do acordo celebrado entre as filhas de D.Sancho I e o sobrinho, D.Sancho II, Fernão Pires Tinhoso surge, juntamente com Martim Sanches, no grupo dos *barones de regno regis Legionensis*, que prestaram juramento em nome daquelas[17], acordo que seria testemunhado pelo irmão, Afonso Pires Gato, como veremos adiante. Não conseguimos saber se regressou a Portugal, nem o nome da sua mulher[18], de quem teve:

XIII3 - ELVIRA FERNANDES TINHOSO, que segundo uma informação pouco verosímil dos livros de linhagens (*LD*11AJ6; *LL*42R7 e 45A2) teria casado[19] com Paio Pires de Guimarães (Vd. RIBA DE VIZELA).

---

[14] Existe uma confusão entre *LL*42Q7 e Q8: no primeiro caso é referida como filha de Gonçalo Pires, e no segundo como filha de João Gonçalves. Optámos pelo primeiro, atendendo à coerência dos patronímicos.

[15] Sobre os exílios motivados pela subida ao trono de D.Afonso II veja-se H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*, pp.136-138, e L.VENTURA, *1992*, vol.I, pp.422-429.

[16] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.425.

[17] A.D.S.COSTA, *1963*, p.121. A presença de Fernão Pires Tinhoso já tinha sido apontada pelo autor anónimo (A. de Almeida Fernandes?) do v. "Afonso Pires" na *GEPB*, vol.XXI, p.239.

[18] É possível que tivesse falecido em Leão (vd. nota seguinte).

[19] Este casamento é cronologicamente impossível, e bastam os dois exemplos seguintes para o provar: 1º - Teresa Afonso Gato, prima-direita de Elvira Fernandes, casou - o que está documentalmente provado - com Mem Soares de Melo; ora, este, era *bisneto* de Paio Pires de Guimarães; 2º - Soeiro Raimundes de Riba de Vizela, pai de Mem Soares, está referenciado como tenente de Aguiar de Pena em 1200 (L.VENTURA, *1992* , vol.II, p.1009). Por outro lado, é de supor que Elvira Fernandes tenha casado em Leão, onde talvez seu pai tivesse casado ou, pelo menos, falecido, já que os livros de linhagens afirmam que aquela deu origem aos *Osouros de terra de Leão e dos d'Avizela e os de Drados*. Note-se, ainda, que em *LD*11AJ6, de onde se retirou a citação anterior, não refere o nome do marido de Elvira. Este, é dado apenas em *LL*45A2. Não se terá dado o caso de os redactores, ou refundidores, de *LL* terem tomado o topónimo Avizela como indicativo de Riba de Vizela e a expressão "deu origem" para estabelecerem a ligação de Elvira com o fundador de um dos ramos

XII3 - *Afonso Pires Gato*, que segue;

XII4 - TERESA PIRES VELHO I, que casou primeiro com Fernão Gonçalves de Sousa[20] (Vd. SOUSA), e depois com Fernão Pires Churrichão I (Vd. CHURRICHÃO).

XII3 - AFONSO PIRES GATO, personagem da primeira metade do séc. XIII e que talvez se possa identificar com um D.Afonso Pires que foi tenente da Guarda em 1207 e em 1241[21]. Se assim foi, teria sido rico-homem de D.Sancho I - o que não se estranhará, atendendo aos seus parentescos e à consideração que mereceria do monarca[22]. Com a subida ao trono de D.Afonso II terá passado, como o seu irmão, para o partido dos opositores ao rei, juntando-se, talvez, aos Sousas - não se esqueça que Afonso Pires era cunhado de João Garcia de Sousa[23]. O seu regresso à corte poderá ter ocorrido com a entronização de D.Sancho II, se se confirmar a sua identificação com um homónimo que testemunha o acordo firmado em 1223, entre o novo monarca e as suas tias[24]. Voltaria depois a surgir como tenente da Guarda, em 1241, logo após esse cargo ter sido exercido por Abril Pires de Lumiares, tio de sua mulher[25].

---

daquela linhagem portuguesa?

[20] Nos "Índices" de *LL* (vol.II/2, p.230), refere-se que Fernão Gonçalves casou primeiro com Teresa Pires Gata e depois com Teresa Pires Velho quando, na verdade, são uma única pessoa.

[21] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1016-1017. O autor do v. *Afonso Peres* (*GEPB*.XXI.239-240), identificando-o com o "Gato", afirma ainda que aquele poderá ter sido tenente de Penaguião, mas julgamos que se trata de um equívoco. Com efeito, as Inq. de 1258 referem um D.Lopo Afonso como governador daquela terra (*PMH-Inq.*, p.1205). Aquele autor entendeu que este D.Lopo se identificava com Lopo Afonso Gato, e acabou por concluir que o pai, Afonso Pires, também o teria sido. Contudo, estamos convencidos que se deve identificar com D.Lopo Afonso de Baião, já que a sua família dominou por diversas vezes essa tenência (L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1015-1016 - onde, seguramente por lapso, não consta o referido D.Lopo).

[22] Com efeito, as Inq. de 1258 referem que a quintã onde Afonso Pires Gato foi criado - fg. de S.Salvador de Covas, j. de Cerveira - foi por isso mesmo honrada pelo próprio D.Sancho I (*PMH-Inq.*, p.354). A mesma fonte refere ainda que Afonso Pires comprou ali meio casal (IDEM, *ibidem*).

[23] *GEPB*, vol.XXI, p.239.

[24] Vd. nota 17. A identificação referida é proposta no já cit. artigo da *GEPB*.

[25] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1017. Note-se que esta proposta decorre do facto de, a nosso ver, só existirem dois nobres de nome Afonso Pires, pelo menos conhecidos, que poderiam ter exercido essa tenência, atendendo ao prestígio das suas linhagens: Afonso Pires Ribeiro I e Afonso Pires Gato. A nossa escolha recaiu no segundo, não só pela cronologia - talvez demasiado recuada para o primeiro -como pela geografia da tenência, mais de acordo com a área de influência dos de Baião. Quanto ao seu posicionamento na guerra de 1245, é também credível que se tenha colocado, como D.Abril Pires, ao lado do conde de Bolonha, atendendo

O seu património dispersava-se pelas duas margens do Douro, com especial incidência para os j. de Penaguião[26], e de Paiva[27], mas também nas terras da Guarda e de Seia[28]. Padroeiro da ig. de Vila Marim, no j. de Penaguião[29], foi também vizinho, *per força*, do c. de Mesão Frio[30].

Casado, já em 1223, com **URRACA FERNANDES DE LUMIARES I**, fizeram ambos, nesse ano, uma grande doação ao most° de Salzedas[31]. Afonso Pires ainda vivia em Setembro de 1258, quando o bispo de Viseu, Dom Egas, deu ao casal, a título de préstamo em suas vidas, a vila de Ermida, no t. de Besteiros[32].

Para além da descendência legítima, que referiremos adiante, Afonso Pires teve um filho bastardo de **MARIA GONÇALVES DE PALMEIRA**, cujo nome não ficou registado pelos livros de linhagens - que relatam a barregania (*LD*7I5; *LL*37E5) - mas

---

à rico-homia do seu filho durante o reinado do *Bolonhês*, como a seu tempo veremos.

[26] *PMH-Inq.*, pp.1197, 1198, 1201, 1203 e 1205. Ainda em 1288, aquando das inq., se recordava que no tempo de D.Sancho II, Afonso Pires tinha comprado a quintã da Várzea, na fg. de Sª Mª de Sedielos, que era devassa, fazendo aí uma honra (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.7).

[27] *GEPB*, vol.XXI, p.239. Sem especificar nomes, as Inq. de 1288 referem, a propósito da fg. de S.Pedro de Paraíso, que os Gatos traziam ali honrados dois casais de Pendorada, por serem de avoenga (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.20v°).

[28] Em 1273 e em 1281 algumas das suas filhas outorgaram doações que ele fizera à Ordem de Avis, incluindo várias aldeias sitas naquelas terras (ANTT, *Ordem de Aviz*, n°s. 187 e 332, respectivamente). Também na Guarda foram proprietárias Guiomar e Teresa Afonso Gato, filhas de Afonso Pires (R.C.GOMES, *1987*, pp.121-122).

[29] *PMH-Inq.*, p.1197.

[30] As Inq. de 1258 contam, a propósito da fg. de S.Nicolau de Mesão Frio - cuja ig. e vila eram reguengas - que Urraca [Fernandes de Lumiares] Gata tinha vinhas e casas dessa vila que tinham sido de um homem que matou um mordomo e o rico-homem que tinha essa terra, Dom Rodrigo Memdes [de Sousa, tenente de Penaguião entre 1195 e 1196 - L.VENTURA, *1992*, p.1014], *costregeu o concelho per força que pectassem essa coomha e filhassem esse aver ou vendessem con ele esse aver a Afonso Gato e enton venderom esse aver a Affonso Gato per força* (*PMH-Inq.*, p.1195. A vizinhança é referida na *GEPB*, vol.XXI, p.240). Como se vê, já era antigo o bom relacionamento de Afonso Pires com os de Sousa.

[31] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.156. A doação constava de duas partes da quintã de Temonde, de uma seara e mais três casais, tudo em S.Martinho de Mouros - a outra parte da quintã fora vendida ao most°, em 1211, por um irmão de Dona Urraca - e da quintã de Vila Verde, no t. de Paiva. Afonso Pires e a mulher teriam mais bens naqueles lugares, para além dos que doaram, já que, em 1270, as suas filhas Guiomar e Mor trocaram entre elas vários herdamentos ali localizados (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de S.Pedro de Arouca*, n°37, doc.86, fl.72).

[32] ADV, *Pergaminhos*, m°38, n°13 (a doação foi testemunhada pelos cav°s. Paio Rodrigues e Martim Dias). A 1 de Jan. de 1267, em Oliveira do Hospital, Dona Urraca Fernandes, já viúva, reafirmou as promessa feitas em 1258, ou seja, que a vila regressaria à posse da Sé de Viseu após a sua morte (IDEM, *ibidem*, m°37, n°1). Terá Afonso Pires falecido pouco antes?

talvez se chamasse:

XIII10 - [ESTÊVÃO AFONSO GATO], pai provável de:

XIV17 - LOURENÇO ESTEVES GATO, cav° que se referencia entre 1307[33] e 1308. Naquele ano fez uma composição com o abade de Lagoa - Egas Lourenço Barroso, clérigo e contador do Rei - sobre uns casais sitos no j. de Vermuim, a qual viria a ser outorgada por sua mulher, **URRACA ESTEVES**, no ano seguinte[34]. Era também no referido julgado que Lourenço Esteves residia e tinha alguns bens, como nos relatam as Inq. de 1307-11[35]. Finalmente, em 1308, vamos encontrá-lo como *taxador das igrejas de Entre-Douro-e-Minho*, a fazer uma inq. sobre os rendimentos da ig. de S.Pedro de Alvite[36]. Não sabemos se teve descendentes[37].

Como acima ficou dito, Afonso Pires Gato teve, de Urraca Fernandes de Lumiares I, os seguintes filhos:

XIII4 - *Lopo Afonso Gato*, que segue;

XIII5 - FERNÃO AFONSO GATO, cav°, que só nos aparece a partir de Janeiro de 1270, acompanhado pelo irmão Lopo Afonso, a testemunhar um escambo feito entre as suas irmãs Guiomar e Mor Afonso[38]. Nesse mesmo ano, mas em Março,

---

[33] A primeira notícia desse ano, de 26 de Jul, refere-o em Braga, como testemunha do acordo celebrado por Vasco Pereira e Martim Lourenço da Cunha, cunhados, com o abade de Argivai (ADB, *Livros - L° das Cadeias*, n°75).

[34] Os casais ficavam na fg. de S.Paio de Seide, dentro do couto de Requião, e Lourenço Esteves abdicou, a favor do abade, de quaisquer direitos que pudesse ter sobre os mesmos (ADB, *Gav. das Propriedades Particulares*, n°808). Urraca Esteves outorgou a composição - feita em Santarém - a 9 de Fev. de 1308, sendo testemunhas Pero Anes e Martim Pires, homens de Lourenço Esteves (IDEM, *ibidem*, n°810).

[35] Tinha casa de morada em Real, na fg. de Santiago de Gavião, e aí defendia dois homens e duas mulheres. Nessa mesma fg. defendia metade de um casal que era de Requião (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.62).

[36] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 6, n°247 (doc. de 6 de Nov.; à inq. seguiu-se a sentença régia de 23 de Jul. de 1310, sobre as comedorias na ig., onde se insere a ref. inq.).

[37] É possível, atendendo ao seu patronímico, que Lourenço Esteves fosse o progenitor de um ramo de Gatos, nos finais do séc.XIV, se estabeleceu em Estremoz, já que aí, na ig. de S.Francisco, se encontra o lindíssimo túmulo de Vasco Esteves Gato, instituidor de uma capela nessa ig. em 1410 (*GEPB*, vol.X, p.550).

[38] ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de S.Pedro de Arouca*, n°37, doc.86, fl.72 (doc. do dia 27, feito na Guarda).

e na companhia da mulher, fez um escambo com uma irmã, Mor Afonso, monja em Arouca[39]. Talvez falecido antes de 1279[40], tinha bens nos j. de Baião, de Penaguião, de Vouga, de Linhares, de Seia e da Guarda[41]. Foi c.c. **URRACA GONÇALVES DE PORTOCARREIRO**, que lhe sobreviveu largos anos[42], e de quem teve os seguintes filhos:

XIV11 - ÁLVARO FERNANDES GATO, só referido por *LD*3AA6, e sobre quem nada apurámos[43].

XIV12 - RUI FERNANDES GATO, que é referido em 1282, como *escudeiro do rei*, a testemunhar o acordo celebrado entre D.Dinis e o irmão, o Infante Dom Afonso[44]. Em 1287, agora como cavº, testemunha uma doação feita por Mor Afonso de Cambra[45]. É natural que já nesse ano estivesse casado com **GUIOMAR MARTINS DE CAMBRA**, sobrinha daquela senhora[46]. Em 1290, juntamente com a mulher e a mãe, Rui Fernandes emprazou meio casal e duas leiras sitas em Paços, no j. de

[39] IDEM, *ibidem*, nº37, doc.87, fls.72-72vº. Fernão Afonso deu à irmã o que tinha no l. de Vila Verde, na terra de Paiva, e recebeu desta os bens que ela herdara dos pais no l. de Paços, na terra de Baião.

[40] As Inq. de 1288 afirmam que os seus filhos tinham, e defendiam por honra "desde o tempo de D.Dinis", três casais na aldeia de Torrozelo, na fg. de Santiago da Várzea de Jusã e de Susã, no j. de de Seia (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.66vº). Relativamente à mesma fg., agora pelas Sentenças de 1290, se sabe também que Fernão Afonso, no tempo de D.Afonso III, impedira um mordomo de penhorar a aldeia de Carragosela, a qual estava na posse dos seus filhos (IDEM, *ibidem*, Lº9, fl.37vº).

[41] A relação dos seus bens é conhecida através da carta de partilhas dos mesmos, feita entre a sua mulher e os seus filhos na Guarda, em 1304: segundo a mesma, teve as quintãs de Teixeira e de Paços (Baião), casais em Mesão Frio e em Vila Marim (Penaguião), em Beduído (Vouga), em Vide (Linhares), e na terra de Seia - quanto a estes já referímos alguns na nota anterior - e casas na Guarda (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº5, nº4 - doc. de 25 de Nov.). No texto das partilhas discrimina-se a forma pela qual foram repartidos aqueles bens, o que será referido a propósito da biografia de cada um dos filhos de Fernão Afonso. Registe-se, apenas, que ficou estabelecido que aqueles só tomariam posse da herança após a morte da mãe.

[42] Ainda vivia em 1314, ano em que emprazou a Gonçalo Fernandes Chancinho, por dez anos, os casais que possuia em Beduído, pela quantia de 100 lbs. (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.7, mº3, nº7).

[43] Não é nomeado na carta de partilhas de 1304, acima citada, pelo que já teria falecido.

[44] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº1, fls.47-48vº.

[45] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 3, nº121 (doc. de 2 de Março). Também em 1290, estando em Braga, serviu como testemunha de um acordo firmado entre o cavº Rui Gonçalves Chancinho e o cabº bracarense (IDEM, *Gav. das Propriedades e Rendas do Cabº*, nº154 - doc. de 13 de Jul.).

[46] Filha de Martim Afonso de Cambra, em *LL*31D7, 36AH10 e em 45J5 é referida como Inês, mas os docs. são unânimes quanto ao nome Guiomar.

Baião[47]. Contudo, é através das partilhas dos bens paternos, feitas em 1304, como acima referimos, que melhor ficamos a conhecer o seu património, onde se destaca a quintã de Teixeira, no j. de Baião[48]. Segundo os livros de linhagens, Rui Fernandes só teve uma filha:

XV5 - MARIA RODRIGUES GATO, que casou duas vezes (*LL*31D7), só se conhecendo o nome do primeiro marido, Lopo Afonso Alcoforado (Vd. ALCOFORADO).

XIV13 - SANCHA FERNANDES GATO[49], que c.c. João Esteves de Tavares I (Vd. TAVARES).

XIV14 - INÊS FERNANDES GATO, omitida pelos nobiliários medievais, foi monja em Arouca entre 1304 e 1329[50]. Aquela primeira data, de resto, remete-nos precisamente para as partilhas dos bens paternos, que efectuou com os irmãos e a mãe, devidamente autorizada pela abad[a] Dona Maria Esteves[51]. Em 1318 recebeu 4 casais em Vila Cova, l. do couto de

[47] ANTT, *CR - Most[o] de Arouca*, gav.6, m°4, n°17-b). Os bens emprazados ficavam em S[a] Marinha de Zêzere, fg. onde as Inq. de 1307-11 apuraram que Rui Fernandes, por serviço que lhe faziam, honrava dois casais de Ancede no l. de Soutelo (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.77). As mesmas inq. também detectaram, agora no j. de Penaguião, que ele tinha um casal honrado no l. de Ulvar, da fg. de Sanhoane, trazendo por isso honrado todo esse lugar (IDEM, *ibidem*, L°6, fl.79v°).

[48] Da quintã da Teixeira ficou com o paço velho, a adega, a cozinha, o sobrado e todas as casas *da porta além* - a outra parte ficou para Sancha - e 2/3 de todas as outras coisas de Teixeira. Couberam-lhe ainda 2/3 das casas da Guarda, 2/3 de Aldeia Gata (Guarda), 2/3 do que havia em Vide -no t. de Linhares - em pomares, herdades e sete casais, 1/3 de Beduído, 2/3 do que os seus pais tinham na terra de Seia e, finalmente, três casais que a sua mãe tinha em Vila Boa de Gouveia, no j. de Gestaçô.

[49] Só referiremos aqui o que lhe coube nas partilhas de 1304, para um melhor conhecimento dos bens de Fernão Afonso Gato. Assim, ficou: na quintã de Teixeira, com a casa do lagar, a casa da despensa e o sótão, bem como o terço de todas as outras coisas de Teixeira - o restante, como vimos, ficara para Rui; 1/3 das casas da fg. de S.Vicente da Guarda e da Várzea, *onde chamam Aldeia Gata*; em Vide, no t. de Linhares, a casa de Meios com dois casais e 1/3 do pomar e da vinha; 1/3 de Beduído; 1/3 do que os seus pais tinham na terra de Seia; 2 mbs. por ano em Goide ("Goido", l. da fg. de Pedorido, c. de Castelo de Paiva?); e, finalmente, todas as casas que sua mãe tinha em Curveira (Baião).

[50] A última notícia que conhecemos, de 4 de Maio, é uma composição que fez com um indivíduo que trazia emprazada uma vinha dela (ANTT, *CR - Most[o] de Arouca*, gav.6, m°4, n°13). A vinha ficava no l. de Migões, e a sua posse fora a causa de uma contenda que o monarca resolvera a favor de Inês Fernandes, por sentença de 17 de Nov. de 1325 (IDEM, *ibidem*, gav.6, m°5, n°19).

[51] O texto da autorização está inserido no das partilhas (vd. nota 41). A Inês Fernandes coube o seguinte: a quintã de Paços, em Baião, com tudo o que os pais ali tinham, excepto Fontelo e Ermida (bens que ela emprazou em 1318 - ANTT, *CR - Most[o] de Arouca*, gav.6, m°4, n°17-c); tudo quanto aqueles possuiam em Mesão Frio e Vila Marim; metade do casal de Tamanes (?); 2 mbs. por ano em Goide; finalmente, 1/3 de

S.Romão na terra de Seia, por doação da irmã Sancha Fernandes[52].

XIV15 - MARINHA FERNANDES GATO, igualmente omitida pelos livros de linhagens, só a conhecemos através da legitimação do bastardo que teve de Estêvão Martins de Alvelos II (Vd. ALVELOS), em cuja carta, de 10 de Ag. de 1322, é expressamente referida como filha de Fernão Gato[53].

XIV16 - URRACA FERNANDES GATO, de igual modo esquecida pelos nobiliários medievais, só se conhece pelo testamento feito em 1335, quando jazia doente no paço de Mós (Bretiande)[54]. Não sabemos se casou.

XIII6 - TERESA AFONSO GATO, que c.c. Mem Soares de Melo (Vd. MELO)[55].

XIII7 - CONSTANÇA AFONSO GATO, que c.c. Soeiro Pires de Azevedo (Vd. AZEVEDO).

XIII8 - GUIOMAR AFONSO GATO, que c.c. Pero Pais de Alvarenga (Vd. ALVARENGA).

XIII9 - MOR AFONSO GATO, desconhecida pelos nobiliários medievais, foi monja no most° de Arouca, encontrando-se documentada entre 1270 e 1289[56]. De entre os vários diplomas que lhe respeitam, citaremos apenas os que se referem aos escambos que fez com alguns dos irmãos[57] e às relações de Mor Afonso com a

---

Beduído.

[52] AUC, *Fundo Gabriel Pereira*, gav.8, m°2, n°97 (doc. de 22 de Ag., feito em Prado).

[53] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.145v°. O filho chamou-se Pero Esteves de Alvelos. No entanto, é bem possível que tivesse tido outro bastardo, já que as Inq. de 1288, a propósito da fg. de S.Lourenço de Alvelos, no j. de Faria, afirmam que uma Dona Marinha, *madre de Estevam de Alvellos*, fora ali criada (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.43v°). Como a mãe de Estêvão Martins, amante de Marinha, se chamou Elvira Mendes da Fonseca (*LL*66E1; F2), aquela referência deve dizer respeiro a Marinha Fernandes Gato.

[54] A identificação é proposta por A.A.FERNANDES (*1974*, p.233), mas desconhecemos o conteúdo do referido testamento.

[55] Na *GEPB* - vol.XX, p.950 - afirma-se que Teresa Afonso Gato estava casada, em 1244, com um D.Gerardo de Trancoso. Que este tivesse uma mulher chamada Teresa Afonso não duvidamos, mas não podia ser a filha de Afonso Pires Gato, pois esta esteve c.c. Mem Soares desde, pelo menos, 1241 (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Coimbra*, cx.3, m°1 (DP), n°1 - doc. de Junho), até 1262, ano em que deve ter enviuvado (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.667).

[56] M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.506.

[57] Conhecemos três escambos, todos de 1270: pelo primeiro, feito na Guarda a 27 de Janeiro, Guiomar Afonso Gato, sua irmã, deu-lhe tudo o que tinha em Vila Verde, no t. de Paiva, recebendo em troca tudo o que Mor tinha no t. de S.Martinho de Mouros, escambo que foi testemunhado, entre outros, pelos irmãos de ambas, Dom Lopo Afonso e Dom Fernão Afonso Gato; este último, em Março, também lhe deu tudo o que tinha em Vila Verde, recebendo dela o que Mor herdara dos pais em Paços, no t. de Baião; finalmente, no

Ordem de Avis[58].

XIII4 - LOPO AFONSO GATO, foi rico-homem de D.Afonso III, sendo referido como tenente de Penalva e de Linhares, em 1270 e em 1272, respectivamente[59]. As primeiras notícias que conhecemos para Lopo Afonso, porém, são anteriores àquela primeira data, já que o encontrámos - para além das abundantes referências das Inq. de 1258 - em 1266, em Castelo Branco, a testemunhar uma doação feita por Dom Diogo Lopes de Baião à Ordem do Templo[60]. Quanto ao património de Lopo Afonso - conhecido, sobretudo, através das Inq. de 1258 e de 1288/90[61] - não se estranha a sua localização. De facto, se, por um lado, atendermos ao que ficou dito sobre os bens paternos e, por outro, às tenências que exerceu, é natural que o encontremos referido a propósito do j. de Penaguião, onde foi criado e teve a quintã da Várzea[62], ou em Linhares[63].

---

mesmo mês de Março, Lopo Afonso entregou a Mor tudo o que tinha em Vila Verde, recebendo dela o herdamento da Várzea e a quitação da demanda pela posse de Cortiçô, no t. de Linhares (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de S.Pedro de Arouca*, n°37, fls.72-72v° - docs. 86, 87 e 88, respectivamente).

[58] Em 1273 deu procuração para que fosse entregue à dita Ordem a aldeia de Anho, no t. da Guarda, com todos os direitos, incluindo o de padroado, conforme o tinham doado os pais para remissão dos pecados, com excepção da sexta parte dos herdamentos, os quais deveriam ser mantidos por Constança Afonso enquanto vivesse (ANTT, *Ordem de Avis*, n°137 - doc. de 28 de Ag., selado com o selo da Abadª Dona Mor Martins, já que Mor Afonso não tinha selo próprio). Nesse mesmo ano, a 8 de Set., a referida Ordem deu-lhe em préstamo, enquanto vivesse, cinco casais na terra de Cambra, nos lugares de Lordelo e de Tamonde (IDEM, *ibidem*, n°153).

[59] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1020.

[60] ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, L°234 (2ª Parte), fls.110v°-111v° (doc. de 23 de Março). É possível que Lopo Afonso estivesse ligado por laços de vassalidade ao seu poderoso parente, Dom Diogo Lopes. Quando este foi tenente de Lamego deu àquele, em préstamo, a honra de Vale do Conde (fg. de S.Pedro de Castro, j. de Castro Daire), e disso se lembravam as testemunhas inquiridas em 1288 (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.58v°. Note-se que na *GEPB* (v. *Mezio*, vol.XVII, p.153 - fg. do c. de Castro Daire) se afirma que o préstamo foi dado por Lopo a Dom Diogo, mas o texto das inq. citadas é bem claro quanto ao nome do doador).

[61] Não se esqueçam os bens que Lopo Afonso obteve em 1270, através do escambo efectuado com a irmã Mor Afonso (vd.nota 57).

[62] Sobre a sua criação as Inq. de 1258 referem o l. de Vila Cova, na fg. de S.João de Gestaçô - do j. de Gouveia e Gestaçô (*PMH-Inq.*, p.1193), enquanto que as Sentenças de 1290 registam um casal do l. de Vila Pouca, na fg. de S.Mamede de Vila Marim, no j. de Penaguião (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.7), pelo que terá sido criado nesses dois lugares. Quanto a bens, e para além de vários herdamentos reguengos que usurpou em diferentes fgs., destacava-se a quintã da Várzea - adquirida, como vimos, pelo pai (vd. nota 26) - honrando por ela vários casais dos most°s. de Travanca e de Telões (*PMH-Inq.*, pp.1197-1200; ANTT, *Gavetas*, III-10-18, pergs. 7 e 8).

[63] Neste julgado avulta a honra de Cortiçô de Susão, na aldeia do mesmo nome que tinha sido comprada por Dona Urraca Fernandes, mãe de Lopo Afonso (ANTT, *Gavetas*, XX-10-5; *Inq. de D.Dinis*, L°9, fls.35-35v°); e as aldeias de Póvoa, de Menouca, de Prados, de Vila Soeiro e do Freixo, que ele honrou e que as Sentenças de 1290 devassaram (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°9, fl.35v°). Já tivemos oportunidade de referir a honra de Vale

Falecido antes de 1279[64], foi casado com **SANCHA PIRES DE GUNDAR**[65], que lhe sobreviveu vários anos[66], e de quem teve os seguintes filhos:

XIV4 - AFONSO LOPES GATO, tenente de Paredes da Beira no reinado de D.Dinis[67], é referido como cav° em 1280, quando aquele monarca ordena que ele, bem como os cavaleiros de Cambra, de Fonterico e de Tavares, não levassem bens do most° de Santa Cruz de Coimbra, situados em herdamentos dos j. de Besteiros, de Viseu, de Lafões e de Seia[68]. Como se acabou de ver, a sua vida deverá ter sido passada na Beira Interior, o que parece demonstrado pelo facto de ter - por prazo da Sé de Lamego - e honrar, indevidamente, a quintã de Pousada, no j. de Marialva[69]. As Inq. de 1307-11, porém, referem apenas o seu património nos j. de Baião e de Penaguião[70]. É possível que ainda vivesse em 1315, quando os *Gatos* são referidos como infanções *naturais* do

do Conde em Castro Daire (vd. nota 60).

[64] As Inq. de 1288 referem que a sua mulher, desde o tempo de D.Afonso III e já viúva, trazia certos bens que *forom* de Dom Lopo.

[65] Era filha de Pero Lourenço de Gundar, meirinho-mor (1235) e rico-homem de D.Sancho II e de D.Afonso III (tenente de Penaguião em 1236, e de Baião entre 1246 e 1250 - L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.996, 998 e 1014). Note-se, ainda, que uma sobrinha de Lopo Afonso, Sancha Fernandes, foi casada com um filho de Estêvão Pires de Tavares, governador - entre 1223 e 1248 - da tenência de Penalva, a mesma que Lopo Afonso deteve em 1270. Por outro lado, um dos filhos deste último, como veremos, foi tenente de Paredes da Beira. Assim sendo, não podemos deixar de chamar a atenção para a importância estratégica destes matrimónios, parte integrante da complexa teia do poder senhorial, e que favorecia a articulação das influências político-patrimoniais das diferentes famílias. Em última análise, ao criar laços de parentesco entre os diferentes detentores de cargos governativos, o casamento oferecia, às linhagens menos poderosas, uma forma de contornarem a ausência do poder necessário para praticarem uma clara transmissão hereditária das tenências.

[66] Pelo menos até 1290, já que as Sentenças desse ano a referem, com os filhos, na posse de vários bens do marido. Como nota curiosa, transmitida por aquela fonte a propósito da aldeia e honra de Cortiçô de Susão, no t. de Linhares, a qual ficou devassada, fica a resposta de Dona Sancha aos inquiridores de 1288, dizendo-lhes que a partir dessa data o mordomo do rei e do concelho poderia entrar em todos os seus herdamentos e *que se elle hy nom entrava nom era senom per regua que nom vença.* Teve bens próprios no j. de Felgueiras (*GEPB*, vol.XXI, p.728).

[67] As Sentenças de 1290 afirmam que ele, tendo a terra de Paredes, no tempo *deste rey*, mandou o mordomo penhorar várias aldeias do j. de Paredes da Beira (ANTT, *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fl.2).

[68] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Cruz de Coimbra*, Livro 1, fl.14 (c. de 10 de Jun., dada em Coimbra).

[69] Em 1290 ficou devassada (ANTT, *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fls.2-2v°).

[70] No primeiro, honrava dois casais do most° de Travanca, sitos na fg. de S.João de Ovil, por serviço que lhe faziam; no segundo, trazia emprazados, do mesmo most°, e honrados, quatro casais na fg. de S^a Mª de Sedielos (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fls.77 e 78v°-79, respectivamente).

most° de Tibães[71]. Segundo os livros de linhagens foi casado duas vezes, a primeira com **SANCHA MARTINS DE SANCOLMADO**, e a segunda com **MARIA LOURENÇO DE URGESES**, mas, ainda segundo as mesmas fontes, não teve descendência de nenhum dos matrimónios[72].

XIV5 - DIOGO LOPES GATO, cuja existência, a fazer fé nos dados disponíveis, não foi muito feliz: endividado, sem *semel*, morto às mãos de um *rapaz*. Estando na Guarda, a 2 de Julho de 1275, confessou ter recebido 100 lbs. de Dom Gonçalo Gonçalves, chantre de Coimbra e do Porto, a quem hipotecou todos os bens, dívida que deveria ser saldada até ao Natal seguinte. A seu lado, e prestando idêntica declaração, sua mulher, **MOR PIRES FROIÃO**, a qual, no dia seguinte, a repetiria, então por mais 20 lbs. que o mesmo chantre lhes emprestara[73]. No ano seguinte, em Março, Diogo Lopes e a mulher confessavam ter a quintã de Pousada, no t. de Marialva, da mão do bispo de Lamego[74]. É possível que a situação financeira do casal melhorasse um pouco em 1285, ano em que os tios de Dona Mor fizeram partilhas dos bens paternos, mas desconhecemos a forma como aquelas foram feitas[75]. Curiosamente, a única referência das inq. sobre Diogo Lopes, em 1288, remete-o para o Alto Minho,

---

[71] *BL*.I.383-384.

[72] *LL*60D5. Aqui se afirma a ausência de filhos, e que a primeira mulher foi morta *por mau preço*. Quanto ao nome da segunda mulher, em *LL*39H5 é chamada Maria, e em 60D5 Joana. A única coisa que podemos acrescentar é que se encontrava casado, pela segunda vez, em 1304. Nesse ano, juntamente com o cunhado, João Lourenço de Urgeses, ambos cav°s., protestaram, na presença de Rui Pires e de Estêvão Anes, escd°s. de Dom Lourenço Esteves de Fermoselhe (Urgeses), arcediago de Viseu e primo direito de João Lourenço, a intenção que aquele clérigo tinha de vender os bens que possuia em vários lugares do couto de Braga e que, se a venda se fizesse, que o juíz de Braga lhes garantisse os direitos que eles também tinham sobre aqueles bens (ADV, *Pergaminhos*, m°50, n°18 (doc. feito em Braga, a 19 de Jan.).

[73] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 3, docs. 92 e 93. As declarações foram testemunhadas pelo cav° Fernão Carugio (?), e por Diogo Martins e João Anes, escd°s. de Diogo Lopes.

[74] ANTT, *CD - Sé de Lamego*, L°10, fl.23. A quintã deveria ser a mesma que, anos mais tarde, Afonso Lopes trazia emprazada (vd. nota 69).

[75] Sabemos que Diogo Lopes foi convocado para estar presente nas partilhas, em nome da mulher, porque, de Moreira, a 12 de Julho, enviou uma carta para Dom Gonçalo Pires de Pereira, Grão Prior do Hospital e tio de Mor Pires, acusando a recepção da carta que este lhe enviara, convocando-o. Contudo, afirmou estar embargado com afazeres - teria dinheiro para a viagem? - que o impediam de ir a Braga, pelo que delegava em Dom Gonçalo a tarefa de fazer a partilha pela sobrinha, que ele tudo outorgaria. A 20 daquele mês, Dom Sancho Pires, chantre do Porto e irmão de Mor Pires, pediu uma pública-forma da carta do cunhado (ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 5, n°116). Como dissemos no texto, não sabemos quais eram os bens, nem a forma como foram repartidos.

onde teve uma herdade que honrava indevidamente[76]. Por ironia, este *Diego Lopez matou-o um rapaz em Linhares*, ou seja, na terra que o pai governara anos antes, *e nom houve semel* (*LL*60C5).

XIV6 - *Lopo Lopes Gato*, que segue;

XIV7 - FERNÃO LOPES GATO, sobre quem só sabemos que foi vassalo de Dom Gonçalo Mendes de Sousa III, e *que se foi com dom Gonçalo Meendez aalem mar, quando roussou dona Maria Meendez, sa irmãa, e morreo alá* (*LL*60C4).

XIV8 - GUIOMAR LOPES GATO, que c.c. João Esteves da Teixeira (Vd. TEIXEIRA).

XIV9 - URRACA LOPES GATO, que um dos nobiliários medievais, confundindo-a com Urraca Anes Coelho, diz ter casado com Soeiro Mendes Petite (*LD*6AB9)[77], faleceu antes de 1304[78] e, tanto quanto sabemos, solteira.

XIV10 - MARTIM LOPES GATO I, só referido em *LD*6AB9[79].

XIV6 - LOPO LOPES GATO, sobre quem pouco se sabe, para além de ter sido morto em *Eixarês de Badalh uce* (*LD*6AB), próximo de Badajoz[80], facto que ocorreu antes de

---

[76] A herdade, que era foreira, ficava na fg. de Sª Mª de Silva, no couto e j. de Valença, e defendia-se dos foros porque dava a Diogo Lopes um quarteiro de pão todos os anos, o que foi condenado em 1290 (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.84vº e *Gavetas*, IX-7-49, Perg.7). Diogo Lopes deve ter falecido pouco depois de 1288, porque já em 1290 se diz que ele *teve* a herdade acima referida, e porque, neste último ano, a quintã de Pousada já se encontrava nas mãos do irmão.

[77] A fonte citada afirma o seguinte, a propósito dos filhos de Lopo Afonso Gato: ... *e outra que casou com o Petite, e matou-a.* Confrontando esta afirmação com a de *LL*36C10 - *E dona Orraca Annes, suso dita, filha de dom Joham Soarez Coelho, foi casada com dom Soeiro Meendez Petite, e matou-a por mau preço* - logo se percebe a confusão daquele primeiro nobiliário, para além de conhecermos documentação que confirma o matrimónio referido pelo segundo.

[78] Nesse ano, aquando das partilhas efectuadas entre os irmãos Lopo Afonso e Martim Afonso de Melo I, couberam àquele, entre outras coisas, os direitos que Urraca Lopes tivera em Seixo e no seu termo (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Clara de Coimbra*, cx.1, mº1 (DR), nº11). A posse de bens de Urraca Lopes Gato nas mãos dos Melos só pode remete, necessariamente, para o casamento de Teresa Afonso Gato, tia de Urraca, com Mem Soares de Melo, avós dos dois irmãos referidos. O mais provável, é que quando Teresa fez partilhas com os irmãos, ficasse estabelecida qualquer cláusula que desse a Urraca, em vida, o usufruto dos bens em causa, regressando a sua posse, por morte dela, aos herdeiros da tia. De resto, num doc. de 1281, é a própria Teresa Afonso que refere as partilhas feitas com os irmãos (ANTT, *Ordem de Avis*, nº332).

[79] Não é de excluir a hipótese de se tratar de uma confusão da fonte citada com o filho, homónimo, de Lopo Lopes Gato, mas não temos dados que nos permita recusar, liminarmente, aquela afirmação.

[80] L.KRUS, *1989a*, p.71. Este autor, que identifica o local com a actual Jerez de los Caballeros, enquadra a morte de Lopo Lopes nos constantes confrontos fronteiriços, abundantemente referidos pelos nobiliários medievais.

1286, ano em que a sua mulher, **MARIA ANES DE PAIVA I**, já viúva, recebeu uma doação[81]. Deste casamento ficou a seguinte descendência:

XV3 - *Martim Lopes Gato II*, que segue;

XV4 - JOÃO LOPES GATO, só referido por *LD*6M8, e sobre quem nada apurámos.

XV3 - MARTIM LOPES GATO, beneficiado como a mãe em 1286, pelo testº de Dona Guiomar Gil, abadª de Arouca, não parece ter casado e, segundo os livros de linhagens, *morreo sem semel* (*LL*60F5)[82].

[81] Dona Guiomar Gil, abadª de Arouca, deixou em testº a Maria Anes, e ao filho Martim Lopes, respectivamente, 60 e 15 lbs. (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.3, mº3, nº9). Na obra cit. na nota anterior (L.KRUS, *1989a*, p.71), a propósito da mulher de Lopo Lopes, indica-se para Maria Anes de Paiva I uma informação que respeita a Maria Anes de Paiva II, monja em Lorvão (*ML*.VI.122).

[82] Se assim foi, a continuação da linhagem e do apelido Gato ficou numa hipotética descendência do irmão, que desconhecemos ou, como na altura referimos, na linha de Lourenço Esteves Gato (XIV7).

4.5.3.6. BARRETO

Com os Barretos conclui-se a análise da descendência do primeiro matrimónio de Nuno Soares Velho II, antepassado comum a todas as linhagens provenientes dos Velhos. Quando fizemos a apresentação conjunta dessas linhagens já tivemos a oportunidade de referir os Barretos, incluindo-os - a par dos Redondos e dos Zotes - num grupo que se caracterizava, essencialmente, através de dois vectores: por um lado, a aproximação aos meios da Corte; por outro, a constituição de núcleos de património em zonas mais meridionais, nomeadamente na Estremadura, ou seja, afastadas da área onde os Velhos estavam tradicionalmente mais implantados.

Essa dupla orientação articulava-se ainda, e de uma forma perfeitamente coerente, com a política de casamentos seguida pela linhagem, e que claramente se revela, no seu conjunto, pela análise da árvore genealógica respectiva: a presença na Corte dos irmãos João e Fernão Gomes terá sido determinante na escolha das alianças das gerações posteriores, privilegiando as famílias que permitiriam reforçar, por um lado, um património constituido recentemente e, por outro, as posições de prestígio e de influência política já alcançadas. É neste duplo sentido que se deverão entender as alianças com famílias bem implantadas na Estremadura, como os Azambujas ou os Bochardos, e com linhagens fortemente posicionadas - mais até do que os Barretos - nos círculos cortesãos, como os Aboins, os Barbosas ou os Chacins.

Antes de concluir esta breve introdução, porém, não podemos deixar de referir um outro aspecto, especialmente importante na evolução de algumas linhagens, entre as quais os Barretos: o relacionamento com as ordens militares. Tratava-se de uma ligação significativa para os interesses das duas partes, proporcionando a ambas benefícios materiais, pela reciprocidade de doações e de préstamos, mas que, através do ingresso de nobres naquelas instituições, também conduzia à criação de redes de poder assentes nos laços de parentesco. É precisamente o caso das relações entre os Barretos e a Ordem do Templo, como teremos ocasião de verificar ao longo da apresentação dos percursos individuais[1].

---

[1] Leontina Ventura já teve ocasião de valorizar o facto de Gomes Mendes Barreto ter casado com uma sobrinha do Mestre Dom Gualdim Pais, e de vários dos seus descendentes terem sido templários (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.611).

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

O início deste ramo de Velhos, que usou o apelido Barreto[2], principia com a descendência de Mem Nunes Velho. No entanto, os nobiliários não referem a família da mulher de quem aquele teve os seguintes filhos:

XII1 - *Gomes Mendes Barreto*, que segue;
XII2 - SANCHA MENDES BARRETO, que c.c Fernão Nunes Giela (Vd. GIELA).

XII1 - GOMES MENDES BARRETO, criado no j. de Faria e adoptado por vários herdadores do j. de Neiva, frequentou a corte de D.Sancho I, onde se encontrava em 1208, sendo referido como alcaide de Leiria em 1211[3]. Várias vezes citado pelas Inq. de 1220 e de 1258, teve bens situados, entre outros, nos j, de Neiva, de Aguiar de Neiva e de Santo Estêvão da Facha[4]. Do seu casamento com **CONSTANÇA PAIS GABERE**, sobrinha do mestre Dom Gualdim Pais, ficou a descendência seguinte:

XIII1 - JOÃO GOMES BARRETO, que esteve presente na conquista de Faro, em 1249[5], e se encontra documentado na corte do *Bolonhês* entre aquele ano e 1258[6], deve ter falecido antes de 1265. Neste ano a sua mulher, **SANCHA PIRES DE VASCONCELOS**[7], com quem se encontrava casado, pelo menos, desde 1251[8], fez um escambo com a abad[a] de Arouca, Dona Mor Martins, sem

[2] A origem do apelido é uma incógnita (*ARMORIAL*, p.85; A.A. FERNANDES, *1972a*, pp.127-128).

[3] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.611-612.

[4] *PMH-Inq.*, pp.46, 128, 192, 240, 317-319, 326 e 344.

[5] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1989*, p.69.

[6] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.613-614 (onde também são indicados os bens de João Gomes, dispersos pelos actuais concelhos de Viana do Castelo, Barcelos, Baião, Mesão Frio, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Bragança).

[7] Citada em *LL*1BG9 e em *LD*14O8 como mulher de João Gomes Barreto, está omissa em *LL*42B7 e 56E6, onde aquele é mencionado sem referência ao matrimónio.

[8] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.613.

o referir[9]. Como Leontina Ventura já salientou, a presença de João Gomes na Corte coincidia com a presença desta em Santarém, onde aquele residiu e teve bens, ou em diplomas relativos a Dom João de Aboim. Não teve filhos (*LL*42B7).

XIII2 - *Fernão Gomes Barreto*, que segue;

XIII3 - **PAIO GOMES BARRETO**, foi freire da Ordem do Templo, onde ingressou pela mão do próprio mestre Dom Gualdim Pais, seu tio-avô - *E este meestre dom Gualdim Paaez do Tempre, meteo em ordem dom Paai Gomez Barreto, seu sobrinho, filho de dona Costança Paaez, sa sobrinha (...) seendo dom Paai Gomez mui moço* (*LL*56F5)[10] - e onde foi comendador de Castelo Branco, entre 1261 e 1267[11].

XIII4 - **SANCHA GOMES BARRETO**, que c.c. Soeiro Pires Carnes (Vd. TOUGUES).

XIII5 - **NUNO GOMES BARRETO**, jurista e mestre-escola da Sé de Lisboa, foi criado pelo arceb° D.Estêvão Soares da Silva[12]. Não sabemos se casou ou se

---

[9] P.AZEVEDO, *1904*, docs.I e II. Era, então, vizinha de Santarém, onde morava. Por esse escambo Dona Sancha, representada pelos sobrinhos, Pero Anes e Rodrigo Anes de Vasconcelos, recebeu da dita abadª todos os herdamentos que esta possuia em Vasconcelos, dando-lhe em troca um casal e meio na Terra de Sª Mª. João Gomes é ainda referido em 1280, numa curiosa nota dos "Inventários e contas da casa de D.Dinis": *Item Recepit Stephanus iohanis repositarius (...) Aliam loricam de Corpore cum suo almoffrem postijço e as geoleiras que fuerunt de domino Johane gomecij barreto* (A.B.FREIRE, *1916*, p.48).

[10] Esta informação de *LL* não pode ser aceite sem algumas reservas. Com efeito, tendo Dom Gualdim Pais falecido em 1195 (J.MATTOSO, *1982a*, p.215), a entrada de Paio Gomes para a Ordem teria, assim, que ter ocorrido antes dessa data. Mesmo levando em consideração a expressão *mui moço*, dificilmente se pode aceitar que Paio Gomes tivesse, na melhor das hipóteses, menos de dez anos. A ser assim, terá falecido com perto de cem anos, já que em 1283 ainda estava vivo. Nesse ano, por súplica sua e de "otros freres buenos de Portugal", e do mestre Dom João Fernandes, o rei Afonso X de Castela restituiu à Ordem do Templo todos os bens confiscados no âmbito das lutas do monarca com o Infante D.Sancho, doando ainda Xerez, Badajoz e Freixial (ANTT, *Gavetas*, I-5-6 - doc. dado em Sevilha a 8 de Março, publ. nas *GAVETAS*, vol.I, pp.9-10, e no *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, doc.509). Atendendo à longevidade referida, poderemos pôr a hipótese de aquela fonte ter querido exaltar os Barretos, ao referir expressamente os laços de parentesco que os uniam à figura mítica daquele mestre, e ao realçar o gesto, desta forma simbólico, do empenho pessoal deste em educar e investir na Ordem um sobrinho, cerimonial que se repetiria nas gerações seguintes. Contudo, não será menos plausível que aquela mesma longevidade, porventura também mítica, justificasse a nomeação destacada, no diploma do rei Sábio, de um templário venerado pela idade e pela sageza. Se assim foi, então a referência do livro de linhagens poderá ser entendida como forma de perpetuar essa imagem.

[11] ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, mº1 (DP), nº24 (10 de Dez. de 1261) e *LBJP*, doc.XLV (15 de Maio de 1267).

[12] J.A.A.D.NOGUEIRA, *1994*, p.526. Quer a identificação de Nuno Gomes quer a notícia sobre o casamento de Sancha Gomes com Soeiro Pires, ambas ausentes dos nobiliários, foram retiradas de L. VENTURA, *1992*, vol.I, pp.611.

teve descendência.

XIII2 - FERNÃO GOMES BARRETO, cuja presença na corte, entre 1248 e 1259[13], foi praticamente contemporânea da do irmão, também partilhou vários dos bens que referimos a respeito de João Gomes[14]. Foi c.c. **SANCHA PAIS DE ALVARENGA**, com quem deteve bens da O. do Templo, bens que o casal devolveu em 1265[15]. A última notícia sobre Fernão Gomes, ainda vivo, data de 1266 quando, juntamente com o seu filho João Fernandes e o seu primo Lopo Afonso Gato, testemunhou uma doação feita por Diogo Lopes de Baião aos Templários[16]. Faleceu antes de 1272, ano em que Dona Sancha, que lhe sobreviveu vários anos[17], fez uma composição com a mesma Ordem[18]. Dela teve os seguintes filhos:

XIV1 - *Martim Fernandes Barreto*, que segue;

XIV2 - GIL FERNANDES BARRETO, que *foi freire do Tempre* (*LL*26R5), mas onde só ingressou depois de 1290, já que até esse ano é sempre referido como *miles* ou como *cav*[o][19]. Em 1293 já é referido como freire do Templo[20] e depois,

---

[13] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.612-613.

[14] Vd. nota 6. Para além desses bens, situados a norte do Douro, possuiu outros em Santarém, onde morou (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.612).

[15] Deixaram ambos à dita ordem a herdade de Xira, no t. de Santarém, por terem sabido que a mesma lhe pertencia, renunciando a todos os seus direitos (ANTT, *Gavetas*, VII-3-14 - doc. de 18 de Dez., feito em Santarém e selado com o selo de Dona Sancha, e publ. por P.AZEVEDO, *1897a*, p.175).

[16] ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, L°234 (2ª Parte), fls.110v°-111v° (a doação foi feita em Castelo Branco, a 23 de Março).

[17] Em 1277, D.Afonso III intimou Dona Sancha e os filhos, Martim e Estêvão, a comparecerem na alcáçova de Santarém para se continuar o pleito que tinham com a Ordem de Avis (ANTT, *Ordem de Avis*, n°232). Não sabemos como terminou esse pleito, ao contrário de um outro, que Dona Sancha tinha com o concelho de Lisboa pela posse das lezírias de Valada, e que perdeu por sentença régia de 25 de Abril de 1284 (IDEM, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.102v°-103 e AHCML, *Casa de Santo António*, L° I do Alqueidão, fls.3-3v°). Deve ter falecido antes de 1290, porque nesse ano os filhos confirmaram uma doação que os pais tinham feito à Ordem do Templo, de uma vinha e de uma almuinha em Abrantes (ANTT, *Gavetas*, VII-10-4).

[18] A composição foi feita em Tomar, a 6 de Dez., e envolveu bens situados em Leiria e em Lisboa, os quais tinham pertencido à mãe de Dom Fernão Gomes (ANTT, *Gavetas*, VII-14-12).

[19] Já o tínhamos referido a propósito de uma contenda com o concelho de Lisboa, e da confirmação de uma doação feita pelos pais, respectivamente em 1284 e em 1290 (vd. nota 17). No dia 9 de Jan. de 1289, nos paços de Dom João Fernandes de Lima e de Dona Maria Anes de Aboim, em Santarém, testemunhou o outorgamento que aquele casal deu ao escambo de Portel por Mafra, feito com o rei, o qual outorgou o dito escambo no dia seguinte, igualmente testemunhado por Gil Fernandes na qualidade de cav° (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.253v° e *Gavetas*, XI-4-20 - publ. por A.B.FREIRE, *1906b*, pp.174-175).

entre 1294 e 1305, alternadamente como comendador de Soure e de Castelo Branco[21]. A última notícia sobre Gil Fernandes é de 1324, já como freire da Ordem de Cristo[22].

XIV3 - ESTÊVÃO FERNANDES BARRETO, cav° que já tivemos ocasião de referir, entre 1277 e 1290, a propósito da mãe[23], foi também trovador - e contemporâneo de João Pires Velho e de Fernão Rodrigues Redondo, seus primos e também trovadores - sendo conhecida uma cantiga de escárnio da sua autoria[24]. A referência mais tardia que se conhece para Estêvão Fernandes data de 1294, quando testemunhou a doação do paúl de Magos, feita ao rei pelo concelho de Santarém[25]. Deve ter vivido nesta vila, aí casando, mas *nom como devera* (*LL*26S5), com **JOANA ESTEVES DE SANTARÉM**. O fraco "brilho" desta aliança estará espelhado na escassez de elementos que apurámos sobre os seus numerosos filhos:

XV8 - JOÃO ESTEVES BARRETO, também freire do Templo (*LL*26S5), e como tal é referido em 1306, quando testemunhou uma composição celebrada entre a sua ordem e o Rei[26].

XV9 - PAIO ESTEVES BARRETO, sobre quem só sabemos *que foi gafo* (*LL*26S5).

XV10 - GOMES ESTEVES BARRETO (*LL*26S5).

XV11 - FRUILHE ESTEVES BARRETO (*LL*26S5).

XV12 - MARIA RAIMUNDES (?) **BARRETO**, que foi freira em Almoster (*LL*26S5).

---

[20] ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, m°1 (DP), n°29.

[21] Comendador de Soure em 1294, 1302 e 1305 (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°77, n°3242, AUC, *Pergaminhos - Sé de Coimbra*, Móvel 1, gav.I, n°10, e ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Cruz de Coimbra*, cx.3, Pasta 5, alm.34, m°6, n°6, respectivamente), e de Castelo Branco em 1295 (IDEM, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.2, m°10, n°324).

[22] ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, m°2 (DP), n°8.

[23] Vd. nota 17.

[24] A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.331-332.

[25] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fls.70-70v°.

[26] ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, m°I (DR), n°10.

XV13 - N. ESTEVES BARRETO, que foi freira de Santos (*LL*26S5).

XV14 - CONSTANÇA ESTEVES BARRETO, que c.c. **EGAS LOURENÇO**, do qual se desconhece a família mas que, ainda assim, foi *moordomo (...) de dom Fernam Perez de Barvosa* (*LL*26S5), tio de Constança, como a seguir veremos.

XIV4 - JOÃO FERNANDES BARRETO, omitido pelos nobiliários e que só conhecemos por ter testemunhado, junto do pai, uma doação feita por Dom Diogo Lopes de Baião, em 1266, à Ordem do Templo[27]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

XIV5 - ESTEVAINHA FERNANDES BARRETO, que c.c. Fernão Pires de Barbosa (Vd. BARBOSA).

XIV6 - CONSTANÇA FERNANDES BARRETO, que c.c. Gil Fernandes Cogominho (Vd. COGOMINHO), ambos omitidos pelos livros de linhagens.

XIV1 - MARTIM FERNANDES BARRETO, *miles* referido pela primeira vez em 1277 quando, com a mãe e o irmão Estêvão Fernandes, foi intimado pelo rei a propósito de um pleito que mantinham com a Ordem de Avis[28]. Em 1284 Martim Fernandes, por ele, e em nome da mãe e da mulher, surge envolvido numa disputa com o concelho de Santarém pela posse das lezírias de Valada, decidida a favor do dito concelho por c. régia de 25 de Abril desse ano[29]. Os litígios em que se envolveu, porém, não ficaram por aqui. Com efeito, dez anos depois, o bispo do Porto deu uma sentença contra ele e o cav° Estêvão Raimundes de Portocarreiro, ambos acusados de terem forçado as portas do most° de Pedroso e de ali terem roubado várias coisas - a pretexto de serem padroeiros, o que se provou ser falso - obrigando-os a pagar os prejuízos sob pena de excomunhão[30].

Filho de um nobre da corte de D.Afonso III e casado, já em 1284 como vimos, com uma neta de um mordomo-mor de D.Dinis - que a tivera antes por barregã (*LL*38S10)

[27] Vd. nota 16.

[28] Vd. nota 17.

[29] Vd. nota 17. Nessa nota refere-se, ainda, a confirmação dada por Martim Fernandes e pelos irmãos, em 1290, a uma doação feita pelos pais à Ordem do Templo.

[30] AUC, *Fundo Gabriel Pereira*, Gav. 7-A, m° único de Pergs. Latinos do séc. XIII, n°31 (doc. de 28 de Jan. de 1294, dado no Porto).

- **MARIA RODRIGUES DE CHACIM**, não é de estranhar a presença de Martim Fernandes na corte dionisina, onde o encontrámos em 1298, a confirmar a c. de couto concedida ao most° de Almoster[31].

Pouco se sabe sobre o seu património, para além da posse de parte da quintã de Vila Chã, no j. de Vila Chã de Riba de Cávado, que herdara do pai - de quem, naturalmente, também terá recebido bens em Santarém - disputada pelo most° de Arouca a alguns dos seus herdeiros em 1316[32], pelo que faleceu antes desta data. Do casamento referido ficou descendência, seguramente os *Barretos* que em 1315 foram considerados infanções *naturais* do most° de Tibães[33]:

XV1 - *Nuno Martins Barreto*, que segue;

XV2 - GIL MARTINS BARRETO, sobre quem só conhecemos as informações veiculadas pelos livros de linhagens. Assim, terá casado duas vezes, a primeira com **ALDA RODRIGUES DE AZAMBUJA**, e a segunda com **ELVIRA GONÇALVES DE ALVELOS**, só tendo tido uma filha do primeiro matrimónio (*LL*26M6):

XVI5 - BEATRIZ GIL BARRETO, que c.c. Paio Rodrigues de Novais (Vd. NOVAIS).

XV3 - AFONSO MARTINS BARRETO, sobre quem só se sabe que c.c. **LEONOR FERNANDES BUGALHO**, e de quem não se sabe se teve descendência (*LL*26N6).

XV4 - ÁLVARO MARTINS BARRETO, provavelmente emigrado para Castela, já que a única informação disponível refere-o casado em Sevilha e sem filhos (*LL*26O6).

XV5 - SANCHA MARTINS BARRETO, que c.c. João Pires Portel I (Vd. PORTEL).

---

[31] *ML*.V.151v°. As suas ligações à corte, de resto, viriam a reflectir-se nas alianças de alguns dos seus filhos, entre as quais se destacam a de Sancha, com o chefe dos Aboim-Portel e a de Nuno, com uma Teles.

[32] Durante essa contenda, da qual desconhecemos o desfecho, Dom João Pires de Sousa (Portel) e a mulher, Sancha Martins Barreto, alegaram que 2/3 dessa quintã tinham sido de Dom Fernão Gomes Barreto passando depois para a mão de Martim Fernandes e que, desde que este morrera, como seus herdeiros, tinham tomado posse daquela parte (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°2, n°32 - doc. de 18 de Set.).

[33] *BL*.I.383-384.

XV6 - CONSTANÇA MARTINS BARRETO, que c.c. Raimundo Anes Bochardo (Vd. BOCHARDO).

XV7 - BEATRIZ MARTINS BARRETO, que c.c. Vasco Afonso Alcoforado I (Vd. ALCOFORADO).

XV1 - NUNO MARTINS BARRETO, cav° que ficou conhecido, sobretudo, pela activa participação nos conflitos que opuseram D.Dinis ao Infante D.Afonso, de quem Nuno Martins foi vassalo[34]. A sua presença na corte dionisina é natural, atendendo aos antecedentes familiares, como é normal que pertencesse à casa do infante herdeiro. No entanto, a primeira notícia que conhecemos a seu respeito não faria suspeitar os excessos que, depois, viria a cometer. Com efeito, ainda em Julho de 1319 - ano em começa a guerra civil - Nuno Martins recebeu uma prova do apreço régio, quando o monarca ordenou que fossem vendidos bens de Gil Fernandes Cogominho, c.c. Constança Esteves Barreto, prima de Nuno, até ao valor de 150 lbs., quantia que este lhes emprestara[35].

Mas, o certo é que, no ano seguinte, já Nuno Martins acompanhava o bando do Infante, sendo por este enviado a D.Dinis para apresentar na Corte as provas - falsas - que demonstravam que o bastardo Afonso Sanches tinha mandado envenenar o herdeiro da coroa[36]. Seria no ano seguinte, porém, que Nuno Martins protagonizaria um dos gestos mais violentos, e escandalosos, da Guerra Civil de 1319-24. Acompanhado por Afonso de Novais assassinou, a 5 de Março na vila de Estremoz, o bispo de Évora D. Geraldo, de acordo com o rol de queixas apresentado na corte pelo monarca, contra o filho, a 15 de Maio de 1321[37].

Pouco se sabe sobre o seu património, para além de uma herdade que em 1330 detinha, a meias com a filha, no j. de Faria[38]. Casou duas vezes, a primeira com **MARIA ANES DA ALDEIA DO ALCAIDE**, neta materna de Dom Lourenço Soares de Valadares (*LL*26L6), de quem teve uma filha:

---

[34] J.MATTOSO, *1985a*, p.301.

[35] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Coimbra*, m°1 (DP).n°31.

[36] *Cr.7Reis*, vol.II, p.91; R.PINA, *1945*, p.108; *ML*.VI.372.

[37] ANTT, *Gavetas*, XI-8-37 (Ref. na *Cr.7Reis*, vol.II, p.103; R.PINA, *1945*, p.117; *ML*.VI.404).

[38] *CAIV*.I.189.

XVI1 - BERENGÁRIA NUNES BARRETO, que c.c. Rui Gonçalves Pereira (Vd. PEREIRA).

Casou segunda vez, com **BERENGÁRIA RODRIGUES [TELES] RAPOSO**, prima dos condes de Barcelos, de quem teve:

XVI2 - GOMES NUNES BARRETO (*LL*26L6).

XVI3 - ÁLVARO NUNES BARRETO (*LL*26L6).

XVI4 - *Gonçalo Nunes Barreto*, que segue;

XVI4 - GONÇALO NUNES BARRETO, omitido pelos livros de linhagens medievais, mas que, tanto pelos patronímico e apelido como pela cronologia, não duvidámos em filiar em Nuno Martins. Sobre Gonçalo Nunes apenas sabemos que, em 1357, foi nomeado alcaide de Montemor-o-Velho por D.Pedro I[39].

[39] *CP*.21 (doc. de 20 de Jun.).

4.5.3.7. CERVEIRA

Com os de Cerveira concluimos a apresentação das linhagens oriundas dos Velhos, todas provenientes, como já vimos, de Nuno Soares Velho II. Do segundo matrimónio deste, com Gontrode Fernandes de Montor, nasceu João Nunes, o primeiro, segundo os livros de linhagens, que usou o apelido de Cerveira.

Como já tivemos ocasião de referir no texto introdutório sobre os Velhos, a linhagem de Cerveira surge na segunda metade do séc. XII particularmente ligada à cidade de Coimbra, da qual João Nunes foi alcaide entre 1166 e 1170. A sua nomeação para uma das mais prestigiadas alcaidarias do reino não terá sido alheia à presença do pai na corte afonsina, entre 1117 e 1162, como também então referímos.

O exercício daquele cargo foi acompanhado pela aquisição de bens no centro do reino, naturalmente em Coimbra, mas também em Ourém, em Besteiros e em Viseu. No entanto, a doação feita por D.Sancho I a João Nunes, em 1188, de um préstamo em Cerveira[1], fez regressar a linhagem ao Alto Minho. E, de facto, será nos j. de Cerveira, de Caminha e de Pena da Rainha que habitualmente iremos encontrar os seus descendentes.

Esse posicionamento da linhagem, por outro lado, e como também tínhamos acentuado, condicionou claramente as alianças matrimoniais daquela, orientando-as quer para o Alto Minho quer para a Galiza[2].

A localização patrimonial e a "geografia" das alianças, porém, não impediu que os de Cerveira tivessem mantido os contactos com a Corte já que, no final do séc. XIII e no início da centúria seguinte, iremos encontrar alguns dos seus membros como vassalos da família real, e mesmo à frente de importantes praças fronteiriças. Porventura fruto das trajectórias individuais, estas, contudo, não poderiam deixar de estar articuladas - através dos laços de parentesco que os uniam aos Velhos, Redondos, Barretos e Gatos - com uma complexa rede

---

[1] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.140-141 (relativo a *DS*.33).

[2] É bem possível que essa opção explique os poucos dados que encontrámos para os membros desta linhagem, e não excluimos a hipótese de se poderem vir a encontrar novos elementos nos fundos galegos - realidade provavelmente comum a outras linhagens bem implantadas no Alto Minho, como os Meiras ou os Valadares.

de influências familiares.

Os laços de parentesco e a importância estratégica da sua área de implantação explicariam, enfim, como o interesse régio pela linhagem não se esbateu com o seu afastamento nos finais do século XII[3].

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Como já ficaram referidos os dados relativos a João Nunes de Cerveira[4], passaremos de imediato à análise da sua descendência, fruto do seu casamento com Sancha Anes de Moeiro:

XII1 - PERO ANES DE CERVEIRA, sobre quem só sabemos que c.c. **DÓRDIA RAIMUNDES DE RIBA DE VIZELA**[5], de quem teve:

XIII1 - GIL PIRES DE CERVEIRA, identificado pelos livros de linhagens como *o bispo dom Gil Pirez de Tui* (*LD*10H3; *LL*36AX8;AZ9). Curiosamente, os inquiridos de 1288 ainda recordavam a sua passagem pela diocese tudense, como defensor dos direitos dos moradores do couto de Vilar de Mouros[6].

XIII2 - AFONSO PIRES DE CERVEIRA, que foi c.c. **TERESA PIRES SARRAÇA**, de quem teve:

---

[3] É provável que, aquando da doação do préstamo de Cerveira ou posteriormente, João Nunes tivesse sido incumbido da tenência de Riba Minho, já que as Inq. de 1258 afirmam, relativamente ao j. de Cerveira, que *quando don Joam Nuniz de Cerveira tenia a Terra, pediu li don Paay Novaes do Regaengo del Rey in que fez casas (...)* (*PMH-Inq.*, p.351).

[4] Apenas uma última informação relativa à compra que fez de uma parte da ig. de S.Paio de Moledo, no j. de Caminha, e cujos direitos eram detidos em 1258 pelos seus filhos e netos (*PMH-Inq.*, p.348).

[5] Única informação (*LL*36AX8), mas nem por isso menos importante. Com efeito, a aliança de Pero Nunes com Dona Dórdia Raimundes - filha de um Riba de Vizela e de uma Riba Douro - não pode deixar de ser um dos reflexos mais visíveis dos contactos que os Cerveiras mantiveram com a Corte na segunda metade do séc.XII. Curiosamente, também na exiguidade dos dados relativos à geração seguinte - sobre alianças e cargos - se testemunha o afastamento da linhagem para o Alto Minho fronteiriço. Esse afastamento, por outro lado - e é o momento indicado para o referirmos - também deve ter sido responsável pelo número significativo de indivíduos que foram esquecidos pelos nobiliários medievais, como se pode constatar pela análise da árvore genealógica desta família.

[6] M.H.C.COELHO, *1990a*, vol.I, pp.204 e 219.

XIV1 - JOÃO AFONSO DE CERVEIRA, também referido como *cavaleiro de Cerveira* quando, em 1284, testemunhou uma troca de casais, feita entre o cab° da Sé de Tui e o monarca português no âmbito da constituição da póvoa de Caminha[7]. Sabe-se que c.c **MARIA PIRES VIDAL**, natural de Santiago de Compostela (*LL*36AX9), mas os nobiliários não lhe indicam descendência. No entanto, pelo nome, pela cronologia e pela localização, acreditamos que teve, pelo menos, um filho:

XV1 - RODRIGO ANES DE CERVEIRA, cav° que em 1302 testemunhou uma doação feita a Martim Anes de Briteiros[8]. Em 1326, e já então c.c. **URRACA FERNANDES**, surge-nos, designado como *cavaleiro de Cerveira e alcaide de Chaves*, a fazer um escambo com o abade de S.Paio de Pousada (c. de Braga), fg. onde tinha alguns bens[9]. Não sabemos se teve descendência[10].

XIII3 - GONÇALO PIRES DE CERVEIRA, que c.c. **TERESA ANES DE MEIRA** (*LL*36AY9), de quem teve:

XIV2 - AFONSO GONÇALVES DE CERVEIRA (*LL*36AY)9.

XIV3 - RUI GONÇALVES DE CERVEIRA, sobre quem nada se

---

[7] ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.69v° (doc. de 25 de Nov.).

[8] ADB, *Gav. dos Coutos e das Honras*, n°85 (doação feita em Froião, no dia 2 de Nov., pelo cav° João Durães de Froião).

[9] ADB, *Col. Cronológica*, cx.7, doc. s/n° (o doc. não está datado, mas como insere a c. de proc. que Rodrigo Anes recebeu da mulher - datada de Chaves, de 27 de Jan. de 1326, e testemunhada pelo escd° Gil Lourenço - inferimos que o escambo poderá ter ocorrido nesse mesmo ano). Os genealogistas - que o filiam em Rui Gonçalves de Cerveira (XIV3) - afirmam que teve a quintã de Cerveira, na referida fg. de Pousada a qual, por sua morte, teria sido comprada por D.Gonçalo Pereira (F.GAYO, *1989-90*, vol.IV, p.311), informação que recolheram em *ML*.V.280v°.

[10] Conhecemos uma referência para um Lopo Rodrigues de Cerveira que, segundo Américo Costa, teria tido um *solar* na fg. de S.Paio de Pousada (*Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, vol.IX, p.883). Atendendo ao nome e à coincidência do local, é bem possível que fosse filho de Rodrigo Anes mas, como desconhecemos a data e a proveniência daquela informação, não o referimos no texto.

sabe, para além de ter c.c. **JOANA MARTINS DA SILVA**, de quem não teve filhos (*LL*58Y7).

XII2 - GONÇALO ANES DE CERVEIRA, sobre quem não nos abstemos de transcrever uma saborosa passagem das Inq. de 1288, relativa a um curioso caso de amadigo ocorrido na fg. de S.Pedro de Mengoeiro - hoje Gondarém, c. de Vila Nova de Cerveira - no tempo de D.Afonso II: *(...) disse que Gonçal'Eanes de Cerveyra foy criado en huum logar que chamam Çopos fora desta freguissia e depoys sendo ya tam grande que sahia ya per si en besta adusserom-no a huum logar que chamam Outeyro em Ganderey en esta freguissia (...)*[11]. Nada mais sabemos a seu respeito, nem tão pouco o nome da sua mulher, de quem teve uma filha (*LL*43S5):

XIII4 - URRACA GONÇALVES DE CERVEIRA, que c.c. Lourenço Anes de Portocarreiro (Vd. PORTOCARREIRO).

XII3 - *Lourenço Anes de Cerveira*, que segue;

XII4 - SOEIRO ANES DE CERVEIRA, àcerca de quem não temos elementos, o que se poderá explicar pelo facto de ter casado em Toledo com uma **INÊS** (*LD*14AB7). No entanto, deve ter regressado a Portugal, já que os seus filhos e netos aqui viveram e foram criados. A fonte acima referida indica-lhe apenas um filho, mas nós supômos que teve dois:

XIII10 - GONÇALO SOARES OSOREZ[12] **[DE CERVEIRA]**, que poderá ter vivido nos j. de Froião ou de Pena da Rainha já que, pelo menos, teve um filho e uma filha que foram ali criados[13], tidos de **MARINHA SOARES CORREIA**:

XIV10 - N. GONÇALVES OSOREZ I.

XIV11 - N. GONÇALVES OSOREZ II.

---

[11] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fls.86-86v°.

[12] Osorez deveria ser o apelido, ou o patronímico, da mãe.

[13] *PMH-Inq.*, p.363; ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fls.76-76v°.

XIII11 - JOÃO SOARES OSOREZ [DE CERVEIRA], também referido pelas Inq. de 1258 e de 1288, a propósito de uma filha que foi criada naqueles mesmos julgados[14], muito embora não saibámos em quem a teve:

XIV12 - N. ANES OSOREZ.

XII5 - SANCHA ANES DE CERVEIRA, que c.c. Gil Martins de Jolda (Vd. JOLDA).

XII3 - LOURENÇO ANES DE CERVEIRA, sobre quem se desconhecem elementos coevos, mas que seguramente viveu no Alto Minho, onde os seus filhos foram criados[15] e tiveram propriedades. A nota mais saliente, porém, vai para o facto de alguns deles terem protagonizado um duplo regresso da linhagem, primeiro aos círculos da Corte e, depois, ao núcleo patrimonial que o seu fundador tinha constituido na Beira. Muito embora o único livro de linhagens que o cita afirme que só teve um filho e uma filha de **MARIA FERNANDES DE RODEIRO** (*LD*14Y7), sabemos que teve mais três filhos:

XIII5 - *Rui Lourenço de Cerveira*, que segue;

XIII6 - GOMES LOURENÇO DE CERVEIRA, omitido pelos nobiliários, foi cavº vassalo do Infante D.Afonso, senhor de Portalegre, e, nessa qualidade, foi um dos dez cavaleiros que prestaram menagem no âmbito do acordo de pazes celebrado em 1282, entre aquele e D.Dinis[16]. Não sabemos se casou ou se teve filhos.

XIII7 - PERO LOURENÇO DE CERVEIRA, também omitido pelos livros de linhagens, é referido pela primeira vez nas Inq. de 1258, a propósito de alguns bens foreiros que tinha comprado na fg. de Sª Mª de Caminha, e porque uma mulher vilã do j. de Cerveira o tinha recebido por filho[17]. É provável que aqueles

[14] *PMH-Inq.*, p.363; ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fls.72vº-73vº e 75-75vº.

[15] A sua filha foi criada num casal que o mosteiro galego de Oia possuia na fg. de S.Cipriano [de Cerveira] (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.90).

[16] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº1, fls.47vº-48.

[17] *PMH-Inq.*, pp.349 e 353, respectivamente (a propósito da adopção é expressamente referido como *Pero Lourenço de Cerveira*, pelo que não podemos concordar com a identificação do Pero Lourenço - relativa a

bens constituissem o casal que detinha em Caminha e que em 1284 - já tendo falecido - a sua mulher, **URRACA GONÇALVES**, e os seus filho e genro trocaram com o monarca, recebendo outro de igual valor situado no j. de Pena da Rainha, no âmbito da constituição da póvoa de Caminha[18]. Contudo, é do longínquo j. de Viseu que nos chega a última notícia sobre Pero Lourenço. Com efeito, as Inq. de 1288 detectaram uma quintã, com sete casais, que ele possuiu no l. de Canelas (fg. de S.Cipriano), e pela qual honrava, desde o reinado anterior, as aldeias de Canelas e de Pouves[19]. Do casamento referido teve um filho e uma filha:

XIV7 - GONÇALO PIRES DE CERVEIRA, que acima vimos, em 1284, com a mãe e o cunhado, a escambar um casal que o pai tinha em Caminha, foi criado no j. de Pena da Rainha[20]. Deve, entretanto, ter c.c. **SENTIL RAMIRES**, porque ambos, em 1295, vendem ao Rei - por 100 lbs. - todo o herdamento que possuiam na fg. de Sª Mª de Caminha, excepto uma herdade que tinham recebido do concelho de Caminha, em Vilarelho, e a *natura* na igreja[21]. Também teve uma casa honrada na fg. de Sª Mª de Lordelo, no j. de Pena da Rainha[22]. Não sabemos se teve descendência.

XIV8 - N. PIRES DE CERVEIRA, que c.c. **MONIO RODRIGUES**, o qual confirmou o escambo que a sogra fez com D.Dinis em 1284. Tiveram uma filha que foi criada no j. de Faria[23]:

Caminha - com o homónimo da linhagem de Gundar (M.H.C.COELHO, *1990a*, vol.I, p.214 - nota 35).

[18] ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, Lº2, fls.68-69.

[19] As ditas inq. apuraram ainda que trazia o seu chegador em todos esses lugares e que não permitia aí a entrada do mordomo (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.43). As Sentenças de 1290 mantiveram apenas a honra da quintã e dos casais (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.20). A situação, porém, não se alterou, como se constatou pelas Inq. de 1303-1304 (IDEM, *Gavetas*, VIII-4-5).

[20] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº3, fl.12vº.

[21] ANTT, *Gavetas*, XII-9-19 (doc. de 8 de Ag., no qual Gonçalo Pires se identifica como cavº de Cerveira, e filho de Dom Pero Lourenço e de Dona Urraca Gonçalves, e que foi testemunhado por Lourenço Fernandes e por João Caminha, seus homens).

[22] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº3, fl.12.

[23] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº1, fl.50vº.

XV5 - N. MONIZ.

XIII8 - **MARTIM LOURENÇO DE CERVEIRA**, cav° igualmente omisso nos livros de linhagens, surge pela primeira vez em 1285, em Coimbra, como testemunha das partilhas feitas entre os filhos de Dom Afonso de Aragão, meio-irmão da Rainha[24]. É possível que já então fosse *vassalo do rei*, o que explicaria a sua presença, três anos mais tarde, a testemunhar a menagem feita ao monarca por Rui Pais Bugalho, em nome do Infante D.Afonso, pela alcaidaria do castelo de Marvão[25]. A fidelidade e os serviços prestados à Coroa por Martim Lourenço - quase seguramente confirmados no conflito que opôs D.Dinis àquele Infante - acabariam por ser compensados em 1299, quando o Rei, durante o cerco a Portalegre, lhe doou a mata de Urqueira, no t. de Ourém[26]. Pouco mais se sabe sobre a sua vida, para além de testemunhar algumas compras feitas por Dom Fernão Gonçalves Chancinho[27]. Finalmente, as Inq. de 1303-1304 referem bens que honrava no j. de Besteiros[28]. Não sabemos se casou, mas é possível que tenha sido pai de:

XIV9 - **ESTÊVÃO MARTINS DE CERVEIRA**, cav° que, por sentença régia de 12 de Out. de 1328, perdeu uma contenda com S^a^ Cruz de Coimbra, sendo condenado a pagar os danos que fizera - no valor de 35 lbs. e 9,5 soldos - na aldeia de Varzielas de Monte d'Alcoba (c. Oliveira de Frades), onde exigia aposentadoria e jantar sem ter para isso quaisquer direitos[29]. Não lhe conhecemos descendência.

---

[24] ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.2, m°15, n°15 (doc. de 16 de Fev.).

[25] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.218-219v° (doc. de 14 de Jan. de 1288, feito em Montemor-o-Novo).

[26] ANTT, *Ch.de D.Dinis*, L°3, fl.6v° (doação feita a 13 de Maio). A 20 do mesmo mês, já em Portalegre, o monarca confirma a doação e incumbe Martim Lourenço de povoar a referida mata (IDEM, *ibidem*, L°4, fls.9 e 14 - doação ref. na *ML*.V.280 e publ. na *HFAC*.I.22). Curiosamente, depois da morte de Martim Lourenço - ocorrida depois de 1303 e antes de 1312 - o Infante D.Afonso, irmão do Rei, apossou-se da mata de Urqueira a qual, depois da morte deste, passou para as mãos do infante herdeiro, como se veio a apurar por uma inq. ordenada por D.Dinis em 1324 (*HFAC*, I.40 - inq. feita em Santarém, a 28 de Abril).

[27] ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°6, fls.284-287v° (docs. de 7 e de 9 de Abril de 1301).

[28] Metia os seus juíz e mordomo em herdamentos que trazia emprazados do most° de Maceira Dão, na fg. de S.Salvador de Castelões (ANTT, *Gavetas*, VIII-4-8).

[29] ANTT, *2ª Inc. - Most° de S^a^ Cruz de Coimbra*, Pasta 5, doc. do Alm.30, m°12, n°5 (publ. por S.A.GOMES, *1988*, n°56).

XIII9 - URRACA LOURENÇO DE CERVEIRA, que c.c. N. de Lemos (*LD*14AA8) (Vd. LEMOS).

XIII5 - RUI LOURENÇO DE CERVEIRA, cav° que, na companhia do irmão Pero Lourenço, testemunhou a troca de casais feita entre D.Dinis e a Sé de Tui, em 1284, aquando da formação da póvoa de Caminha[30]. Rui Lourenço casou duas vezes, a primeira com **MARIA GOMES CORREIA**, e a segunda com **N. RODRIGUES SOGA**, e com descendência dos dois matrimónios. Assim, do segundo, teve um único filho:

XIV6 - ÁLVARO RODRIGUES DE CERVEIRA, que parece ter vivido na Galiza[31], e *que emmentes el morou em Tebia e em Pessegueiros, nom cantou i outro galo senom o que el mandou* (*LD*14Z8). Não sabemos se teve filhos.

Do primeiro casamento, com Maria Gomes, teve um filho e uma filha:

XIV4 - *Pero Rodrigues de Cerveira*, que segue;

XIV5 - ALDONÇA RODRIGUES DE CERVEIRA, que c.c. Fernão Anes de Meira (Vd. MEIRA).

XIV4 - PERO RODRIGUES DE CERVEIRA, sobre quem não temos dados coevos, mas que - através de um dado relativo a um dos filhos - deverá ter tido propriedades no actual c. de Oliveira de Frades. Foi c.c. **TERESA RODRIGUES DE VASCONCELOS**, de quem teve:

XV2 - LOPO PIRES DE CERVEIRA (*LD*2AF7; 9AH8).

XV3 - MARIA PIRES DE CERVEIRA, que c.c. Rui Rodrigues de Novais (Vd. NOVAIS).

XV4 - *Vasco Pires de Cerveira*, que segue;

---

[30] ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.69v°. Não é de todo improvável que se possa identificar com um Rui Lourenço, *infançom de Galiza*, que messe mesmo ano e em idênticas circunstâncias, trocou dois casais que possuia em Caminha por bens de igual valor situados no j. de Froião (IDEM, *ibidem*, L°2, fls.67-68).

[31] L.KRUS, *1989a*, pp.57-58.

XV4 - VASCO PIRES DE CERVEIRA, cav° que, em 1306, era acusado pelo most° de S^a^ Cruz de Coimbra de ter construido uma casa de morada e de praticar violências na aldeia de Sigiães (fg. de Sejães, c. de Oliveira de Frades), onde o seu pai já anteriormente tinha sido proibido de construir, como se averiguou por uma inq. ordenada pelo rei a pedido daquele most°[32]. Segundo *LL*34V5 - que o refere sem ascendentes - teria c.c. **MARIA SOARES DA ALDEIA NOVA**, não lhe indicando descendência, o que não questionámos. No entanto, sabemos que Vasco Pires casou outra vez, com **TERESA LOPES**, de quem teve:

XVI1 - *Rui Vasques de Cerveira*, que segue;

XVI2 - SENHORINHA VASQUES DE CERVEIRA, que c.c. Nuno Martins de Alvarenga (Vd. ALVARENGA).

XVI1 - RUI VASQUES DE CERVEIRA, que com o avô materno, Lopo Afonso, alcaide do castelo de Cerveira, fizeram casa de morada "no couto e honra galegos de Malões, pertencentes ao Mosteiro de Oia", o que motivou o protesto daquele most°, lavrado em acta notarial de 18 de Maio de 1340[33]. No ano anterior, Rui Vasques e a irmã, já c.c. Nuno Martins de Alvarenga, foram incluidos na lista dos *naturais* do most° de Mancelos, na qualidade de infanções[34].

[32] ANTT, *2ª Inc. - Most° de S^a^ Cruz de Coimbra*, Pasta 1, doc. do Alm.5, m°3, n°12 (publ. por S.A.GOMES, *1988*, n°35).

[33] J.MARQUES, *1985c*, pp.11-12.

[34] L.M.V.SÃO PAIO, *1987a*, p.60.

4.5.4. PAIVAS

> PAIVA

> TAVEIRA

> REBOTIM

Para concluir o estudo dos Baiões e das linhagens que deles provieram, resta-nos falar do ramo dos senhores de Paiva. Como já tivemos ocasião de referir no texto introdutório sobre a linhagem-mãe, os de Paiva mantiveram-se até ao final do séc. XII fortemente implantados no curso médio do Douro, ao contrário do que sucedeu com outros dois ramos colaterais dos Baiões - Azevedos e Velhos - a ponto de a linhagem se identificar pelo nome de um afluente daquele rio. Ligados desde o início, como de igual modo referímos, ao most° de Paço de Sousa, é natural que alguns dos bens da linhagem também se situassem no vale do rio Sousa. Era, contudo, na bacia do Paiva, que se localizava a maior parte do seu património.

A exemplo do que sucedeu com os outros ramos colaterais dos Baiões - Baião, Azevedo e Velhos - também este deu origem a várias linhagens: a que manteve a designação de Paiva, os Taveiras e - saindo destes últimos por via bastarda - os Rebotins. Vejamos, comparativamente, a sua evolução, desde o início do séc.XIII até aos meados do séc.XIV, destacando os três factores que temos vindo a privilegiar para definir as linhagens e que nos tem permitido acompanhar, em traços gerais, as trajectórias das mesmas: o património, as alianças matrimoniais e as relações com a Corte.

Se, em termos de localização, analisarmos globalmente o património das três linhagens, desde logo se evidencia um claro contraste - também reflectido nos outros dois factores - entre os de Paiva e os Taveira-Rebotim. Enquanto que o dos primeiros se centrava nos j. de Paiva e de Penafiel de Sousa - radiando a partir desses dois centros, quer para Sever, Cambra ou Viseu quer para Gestaçô ou Panóias - o dos segundos é claramente mais meridional: o dos Taveiras situava-se na Estremadura (Lourinhã, Alenquer, Torres Vedras, Santarém, Lisboa e Barcarena) e o dos Rebotins no Alto Alentejo (Alegrete, Évora, Alvito e Montemor-o--Novo). Semelhante dispersão geográfica do património, em nosso entender, não pode deixar de estar articulada com os outros dois factores enunciados.

Com efeito, se agora abordarmos a questão do relacionamento das três linhagens com os círculos da Corte, de imediato se constata que foi a de Paiva, ao contrário das outras duas, a que menos os frequentou. Neste aspecto, devemos destacar os Rebotins, já que um dos seus membros chegou a ocupar importantes cargos curiais.

As alianças que as três linhagens em análise estabeleceram através do matrimónio reflectem, globalmente, as características até agora enunciadas. Ou seja, procuraram aliar-se com famílias implantadas na respectiva área de influência ou com as que mantinham relações com a Corte.

Como facilmente se entenderá, o quadro até aqui traçado não é mais do que uma tentativa de realçar os aspectos que melhor podem definir, no seu conjunto, as três linhagens. Mas estas, como é óbvio, não constituíam um todo coerente. É altura de as conhecermos mais de perto e de as analisar individualmente.

4.5.4.1. PAIVA

Como acabámos de ver, os de Paiva concentraram as suas atenções patrimoniais em torno das bacias do Paiva e do Sousa, daí alargando os seus interesses até às terras de Santa Maria ou de Panóias. Como também afirmámos, não conseguimos detectar, desde o início do séc. XIII até aos meados da centúria seguinte, qualquer contacto entre membros da linhagem e os círculos da Corte, afastamento esse que, de certa forma, se articula com a geografia do seu património. E, no entanto, depois de se ter analisado a árvore genealógica que precede estas linhas, seríamos tentados a afirmar o contrário.

Com efeito, e se atendermos às gerações anteriores ao séc. XIII, os de Paiva - quer pela antiguidade quer pelas alianças - estariam fadados a protagonizar, posteriormente, um papel de maior relevo. Para além de a linhagem estar ligada à fundação do mostº de Paço de Sousa, o que lhe conferiria um significativo prestígio, não podemos esquecer que se uniu matrimonialmente com os da Maia e com os Braganções, e chegaram mesmo a contar com um bispo de Coimbra[1]. Por outro lado, João Soares de Paiva I, iniciador do nosso texto genealógico, para além de ser sobrinho de Dom Fernão Mendes de Bragança, cunhado de D.Afonso Henriques, foi casado com uma Riba de Vizela, o que o colocaria numa posição favorável e próximo do núcleo de famílias que mais de perto lidavam com a corte régia.

Contudo, e como já afirmou José Mattoso, esta "família, depois de meados do século XII, não parece ter conseguido manter uma grande relevância social, apesar de se ter transmitido numa linha única e de haver sido bastante poderosa no princípio do mesmo século"[2]. O que provocou este apagamento? Não sabemos. Mas é possível que a resposta se esconda por detrás dos motivos que levaram aquele mesmo João Soares a exilar-se em Aragão, depois de 1170, e onde compôs algumas das trovas mais antigas recolhidas pelos cancioneiros peninsulares[3].

---

[1] J.MATTOSO, *1981*, pp.169-173.

[2] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.172.

[3] A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.371-372.

Mesmo as alianças matrimoniais de alguns dos seus filhos e netos com Dades, Portocarreiros ou Vinhais, não parecem ter contrariado aquela tendência. De facto, estas linhagens só mais tarde, com a subida ao trono do *Bolonhês*, viriam a atingir algum relevo. Também as trajectórias individuais, que levam alguns dos de Paiva a casar com famílias do Sul, como os Xiras, e, por via destes, a possuir bens em Alenquer ou em Torres Novas, não são suficientemente fortes para negar a fraca mobilidade geográfica da linhagem. Ambas, em suma, não apagam a imagem de mediania que transparece dos percursos individuais.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Como a figura de João Soares de Paiva I já mereceu a atenção de vários autores[4], devida à sua presença nos cancioneiros medievais, passaremos de imediato à análise da sua descendência[5], tida em Maria Anes de Riba de Vizela I:

XII1 - PERO ANES DE PAIVA I, cavº que é referido nas Inq. de 1258 por possuir um barco de pesca no l. de Gaido (fg. de Pedorido, j. de Paiva)[6]. Para além deste dado apenas sabemos, através dos nobiliários, que c.c. **SANCHA GIL DE JOLDA**, de quem teve:

XIII1 - SANCHA PIRES DE PAIVA, que c.c. Martim Anes do Vinhal (Vd. VINHAL).

XIII2 - JOÃO PIRES DE PAIVA, cavº omitido pelos livros de linhagens mas que, quer pelo nome quer pela cronologia, não duvidámos em filiar em Pero Anes. Em 1264 é referido como testemunha de dois acordos feitos entre o bispo e o cabº portuenses, de uma parte, e Dona Châmoa Gomes,

[4] Os dados conhecidos sobre este trovador foram recentemente sintetizados pelo autor cit. na nota anterior.

[5] Aquando das Inq. de 1288 ainda era a pessoa de *Dom João de Paiva* que os inquiridos associavam à posse de certos bens, então nas mãos dos seus netos, sitos no j. de Paiva, entre os quais se destacava a quintã de Sobrado, pela qual os seus descendentes honravam diversos lugares da fg. de Sª Mª de Sobrado (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fls.20vº-21).

[6] *PMH-Inq.*, p.970. No mesmo j. foi inquirido Pero Gonçalves, seu homem (p.965). As Inq. de 1288 referem também que ele trouxera honrada, a meias com outros fidalgos, a quintã de Casal Bom, na fg. de S.Pedro de Santar, no j. de Senhorim (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.47).

fundadora do mostº de Entre-os-Rios, da outra[7].

XII2 - RODRIGO ANES DE PAIVA, que apenas se conhece através dos livros de linhagens. Estes dão-lhe um único filho, bastardo, mas talvez tenha tido um outro:

XIII3 - LOPO RODRIGUES DE PAIVA, que c.c. **TERESA MARTINS XIRA**, de quem teve[8]:

XIV1 - ESTEVAÍNHA LOPES DE PAIVA, que c.c. João Fernandes Pacheco (Vd. PACHECO).

XIII4 - JOÃO RODRIGUES DE PAIVA I, *escudeiro de Paiva* desconhecido dos nobiliários que, em 1294, testemunhou um aforamento feito por Dona Berengária Aires de Gosende[9]. Desconhecemos com quem casou, mas possivelmente foi pai de:

XIV2 - PERO ANES DE PAIVA II, aparece-nos em 1301, em Santarém, a testemunhar uma doação feita ao mostº de Almoster por Dona Berengária Aires de Gosende[10]. Naquela vila c.c. **MARIA ANES DE SANTARÉM**[11], de quem teve, pelo menos,

---

[7] *CCSP*, pp.169-171 e 354-356 (as duas composições são do dia 14 de Junho, e ambas feitas no ref. mostº).

[8] Quer o seu matrimónio quer a sua descendência - referidos pelos três livros de linhagens - são postos em causa por Leontina Ventura (*1992*, vol.I, p.674), através do confronto de doc. relativa a bens que eram disputados entre Lopo Rodrigues, por um lado, e por Rui Garcia de Paiva e Berengária Aires de Gosende, por outro. Note-se que o pai de Lopo e o pai de Rui Garcia eram primos direitos.

[9] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Almoster*, cx.6, mº1, nº11 (doc. de 9 de Maio, publ. por M.J.B.A.COSTA, *1957*, pp.362-364). Uma das razões que nos levam a filiar João Rodrigues de Paiva I em Rodrigo Anes, para além do patronímico e do apelido, é o facto dele surgir ligado a Berengária Aires de Gosende a qual, como vimos (vd. nota 9), também esteve associada a Lopo Rodrigues de Paiva. É também esta uma das razões que nos levam a propôr que João Rodrigues seja o pai de Pero Anes de Paiva II o qual, como veremos a seguir, também testemunha docs. relativos àquela dona. A outra prende-se com o facto de Pero Anes ter casado em Santarém, vila onde o seu suposto tio também casou, o que poderia significar que alguns dos de Paiva procuraram fortuna na Estremadura.

[10] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Almoster*, cx.8, mº3, nº21. É possível que se possa identificá-lo com um homónimo que, em 1308, era alcaide de Monsaraz (M.A.BEIRANTE, *1995*, p.539).

[11] Era sobrinha de Dona Maria Guilherme de Santarém, mulher de Dom João Simão de Urrô. A sua tia, em testº feito em 1322, deixou-lhe, e à filha Constança, 200 lbs., e ainda 10 lbs. a cada um dos filhos os quais,

três filhos:

XV1 - CONSTANÇA PIRES DE PAIVA, dona do most° de Ferreira de Aves que em 1315, juntamente com outras donas, protestou contra as violências exercidas por Lourenço Anes Redondo sobre bens desse most°[12]. Em 1322, como vimos, recebeu uma doação da tia de sua mãe, no valor de 200 lbs.

XV2 - N. PIRES DE PAIVA I.

XV3 - N. PIRES DE PAIVA II, beneficiados, cada um, com 10 lbs., pelo test° da tia de sua mãe.

XII3 - *Soeiro Anes de Paiva*, que segue;

XII4 - JOÃO ANES DE PAIVA, que as Inq. de 1258 referem como proprietário de um casal situado na fg. de Sobrado, no j. de Paiva[13], foi c.c. **MARIA RAIMUNDES DE PORTOCARREIRO**, de quem teve:

XIII10 - ESTÊVÃO ANES DE PAIVA, referido em 1294 como testemunha de uma doação feita ao rei pelo c. de Santarém[14]. Atendendo às gerações do seu pai e do seu avô é natural que já então fosse bastante idoso, devendo ter falecido pouco depois. Deixou por viúva a **MARIA PIRES DADE**, de quem não teve filhos. Maria Pires ainda vivia em 1329, ano em que vendeu por 400 lbs. a metade da quintã de Vegide (fg. de Sobrado, c. de Castelo de Paiva), que lhe ficara do marido[15].

XIII11 - MARIA ANES DE PAIVA II, que c.c. Lopo Lopes Gato (Vd. GATO).

XIII12 - MARTIM ANES DE PAIVA, que não é referido pelos nobiliários medievais, é citado pelas Sentenças de 1290, as quais devassaram um casal da ig. de S. Mamede de Canelas (j. de Penafiel de Sousa), que ele

---

porém, não nomeia (ANTT, *CR - Most° de S.Domingos de Santarém*, m°2, n°34).

[12] ANTT, *CD - Mosteiro de Ferreira de Aves*, m°1, doc. s/n° de 1 de Dez.).

[13] *PMH-Inq.*, p.965.

[14] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fls.70-70v°.

[15] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°23 (doc. de Santarém, de 14 de Jun.). A venda foi feita a Martim Gonçalves de Paiva, neto de um primo direito de Estêvão Anes.

trouxera honrado[16].

XII5 - TERESA ANES DE PAIVA, sobre quem só sabemos que foi monja em Lorvão (*LD*6M6; *LL*26C3).

XII6 - MARIA ANES DE PAIVA I, que c.c. **NUNO SOARES MOURO**, muito provavelmente um seu tio paterno ausente da doc. conhecida para os filhos de Soeiro Pais Mouro[17]. Um grau de consanguinidade condenado pela Igreja, o que poderia explicar que Maria Anes seja conhecida dos livros de linhagens como a *Malfadada* (*LV*1BU10). Segundo esta fonte tiveram um filho e uma filha, sobre os quais nada conseguimos apurar:

XIII13 - MOURÃO NUNES MOURO.

XIII14 - ALDONÇA NUNES MOURO, que c.c. João Soares de Sardoeira (Vd. SARDOURA)[18].

XII3 - SOEIRO ANES DE PAIVA que, como os seus irmãos, também é referido nas Inq. de 1258, como proprietário de um casal sito na fg. de Paraíso, no j. de Paiva, que ele comprara ao most° de Vandoma[19]. Mas ainda era recordado pelos inquiridos de 1288, porque no tempo de D.Sancho II tinha morto o mordomo Garcia Anes, quando este foi penhorar alguns casais de mosteiros sitos na fg. de S.Miguel de Bairros, no mesmo j. de Paiva[20]. Foi c.c. **MARINHA MARTINS DADE**, irmã de um conhecido alcaide de Santarém, de quem teve:

XIII5 - *João Soares de Paiva II*, que segue;

XIII6 - PAIO SOARES DE PAIVA, que se encontra bem documentado pelas Inq. de 1288 a propósito dos vários bens que possuiu no j. de Paiva[21]. Por outro

[16] ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.18.

[17] J.MATTOSO, *1981*, p.173.

[18] Este indivíduo é muitas vezes referido pelas Inq. de 1258 a propósito do j. de Paiva.

[19] *PMH-Inq.*, p.971.

[20] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fls.21v°-22.

[21] Juntamente com o irmão, João Soares, trazia por honra a aldeia de Sabariz (fg. de S.Pedro de Paraíso), de onde expulsaram o mordomo no tempo de D.Afonso III (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.20v°. Recorde-se que nessa aldeia tivera João Soares de Paiva alguns bens - *PMH-Inq.*, pp.970-971). Nesta mesma fg. também

lado, as Sentenças de 1290 mantiveram honrada uma quintã que, com outros fidalgos, possuia na aldeia de Alvites (fg. de S.Salvador de Mouçós, j. de Panóias)[22]. Paio Soares casou duas vezes, e destes dois casamentos ficou a memória, registada numa curiosa passagem dos livros de linhagens: *Este Paai Soarez foi casado com dona Moor Gonçalvez de Porto Carreiro, e ela houve mao preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito, e depois casou este Paai Soarez com dona Ines Rodriguiz, filha de Rodrigo Afonso Ribeiro* (*LL*26F5). Não pudemos saber em que datas ocorreram estes sucessos, mas é um facto que **MOR GONÇALVES DE PORTOCARREIRO** se encontra referida na doc. de Arouca, entre 1304 e 1329[23]. Quanto a **INÊS RODRIGUES RIBEIRO** nada conseguimos apurar. Segundo aquela fonte só deste segundo matrimónio ficou descendência:

XIV7 - ESTÊVÃO PAIS DE PAIVA, cav° que em 1344 confessou ter recebido 20 lbs., emprestadas pela abad[a] de Tarouquela[24]. Sabe-se que c.c. **GUIOMAR GARCIA DO CASAL**, mas não teve filhos deste casamento (*LL*26F5).

XIV8 - RUI PAIS DE PAIVA, sobre quem nada se sabe, para além de ter c.c. **SANCHA PIRES ESCACHO**, filha do mestre da O. de Santiago Dom Pero Pais Escacho (*LL*26F6). Ainda segundo esta fonte, Rui Pais teve duas filhas, mas possivelmente teve mais um filho:

XV10 - TERESA RODRIGUES DE PAIVA, que c.c. Álvaro Rodrigues de Leiria (Vd. LEIRIA).

XV11 - MARIA RODRIGUES DE PAIVA (*LL*41C7).

XV12 - JOÃO RODRIGUES DE PAIVA II, escd° que, em 1342,

---

possuia a quintã de Touriz, e por ela trazia por honra toda a aldeia porque tudo era da sua avoenga (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.20v°. De facto, a *vila* de Touriz tinha sido honra de Dom Soeiro Mouro - *PMH-Inq.*, p.971). Finalmente, trazia também honrada toda a fg. de Bairros - composta por 35,5 casais de mosteiros, igs. e fidalgos - impedindo que o porteiro ali penhorasse (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fls.21v°-22).

[22] ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.10.

[23] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°3, n°11 e m°12, n°21, respectivamente.

[24] ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, m°20, n°20 (doc. de 29 de Maio, testemunhado por Gonçalo Pires de Canelas e pelos irmãos Lourenço Afonso e Geraldo Afonso de Figueiredo).

testemunhou uma quitação dada por Pero Afonso Ribeiro II a Vasco Lourenço, cav° de Vaiões[25].

XIV9 - ÁLVARO PAIS DE PAIVA, que faleceu sem descendência (*LL*41C6).

XIII7 - GOMES SOARES DE PAIVA (*LL*62G7).

XIII8 - VASCO SOARES DE PAIVA, que segundo os livros de linhagens *foi frade de Sam Francisco* (*LL*26F4), surge, de facto, referido como *custodio dos frades menores* num doc. de 1273, a testemunhar uma c. régia[26]. Em 1284 foi nomeado proc. por Dona Teresa Gil de Riba de Vizela, para a representar nas partilhas que efectuou com os irmãos[27]. Finalmente, em 1296, testemunhou um diploma relativo a uma contenda que opunha o rei a sua irmã, Dona Constança Soares, abad[a] de Lorvão[28].

XIII9 - CONSTANÇA SOARES DE PAIVA, referenciada como abad[a] de Lorvão entre 1290 e 1317[29].

XIII5 - JOÃO SOARES DE PAIVA II, cav° que já referimos a propósito da aldeia de Sabariz, no j. de Paiva, que trazia honrada a meias com o irmão Paio Soares, segundo as Inq. de 1288. Para além dessa aldeia, era também nesse j. que se encontravam todos os outros bens que lhe conhecemos[30]. Foi c.c. **MARGARIDA**, *cidadãa de Lixboa* (*LL*62G8), de quem teve, segundo a mesma fonte, uma única filha, mas pensamos que

---

[25] ADV, *Pergaminhos*, m°24, n°96 (doc. feito em Sever, a 6 de Jul.).

[26] *LBJP*.CXCII (doc. de 18 de Dez., dado em Santarém, pelo qual o monarca nomeia um grupo de vassalos para corrigirem o que de mal existisse no reino).

[27] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°11, n°30.

[28] ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.2, m°8, n°16.

[29] ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.6, m°3, n°3 e gav.2, m°3, n°10, respectivamente.

[30] Assim, na aldeia de Gondar (fg. de S.Pedro de Paraíso), tinha um casal honrado (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.20v°), segu[illegible]mente o mesmo que o pai aí tivera (vd. nota 19). Na fg. de S.João de Raiva possuia uma quintã, pela qual honrava toda a aldeia de Oliveira de Arda aí metendo o seu chegador, e onde impedia a entrada do mordomo e do porteiro (IDEM, *ibidem*, L°4, fl.22v°), situação que foi mantida pelas Sentenças de 1290 (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.10). Pelo contrário, as mesmas sentenças devassaram quatro casais do most° de Paço de Sousa sitos na aldeia de Felgoso, na dita fg., e que ele honrava por serem da sua avoenga (IDEM, *ibidem*). Seriam também seus, e do seu irmão, uma série de casais que as Inq. de 1288 referem como sendo *dos de Paiva*, sitos na fg. de Pedorido (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.22).

teve alguns mais[31]:

XIV3 - CLARA ANES DE PAIVA, que casou duas vezes, a primeira com João Rodrigues Cenoura (Vd. CENOURA), e a segunda com Afonso Pires Ribeiro II (Vd. RIBEIRO).

XIV4 - AFONSO ANES DE PAIVA, cavº omitido pelos livros de linhagens - tal como os seus irmãos Gonçalo e Maria - surge-nos, pela primeira vez, em 1306, como testemunha de uma sentença dada pelo meirinho-mor de Entre Douro e Tejo e da Beira contra Rodrigo Afonso Ribeiro[32]. Só o voltamos a ver referido alguns anos depois, em 1331, porque junto à sua casa de Oliveira - aldeia onde João Soares, como vimos, tivera uma quintã - foi resolvida uma contenda que envolvia os seus sobrinhos, filhos do seu irmão Gonçalo[33]. Entretanto, D.Dinis, acedendo ao seu pedido, legitimara o bastardo que tivera de **TERESA ANES DE CEBOLIDO**:

XV4 - FERNÃO AFONSO DE PAIVA, como acabámos de ver, foi legitimado, a pedido de seu pai, por c. de 5 de Nov. de 1316[34]. Foi escdº, e como tal testemunhou um doc. relativo a seu primo, Martim Gonçalves de Paiva, datado de 1335[35].

XIV5 - *Gonçalo Anes de Paiva*, que segue;

XIV6 - MARIA ANES DE PAIVA III, monja de Lorvão, e como tal nos surge em 1306, devido a uma demanda que trazia com as justiças da Guarda[36]. Em 1324 e em 1325 emprazou alguns bens que possuia no j. de Gestaçô[37]. Faleceu antes de

[31] É possível que fosse aos seus filhos e aos seus sobrinhos que se referisse a lista de *naturais* do mostº de Tibães, de 1315, a qual incluia os de Paiva no grupo dos infanções (*BL*.I.383-384).

[32] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.3, mº5, nº8. Note-se que Rodrigo Afonso era tio do segundo marido de Clara Anes de Paiva.

[33] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº1, nº32 (doc. de 13 de Março, feito na em Oliveira, *ante a casa de ...*).

[34] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.106.

[35] *CCSP*, pp.265-267.

[36] *ML*.VI.122.

[37] Na primeira data emprazou, em três vidas, um herdamento que possuia em Ribeira (fg. de Vila Chã), acto que foi testemunhado por Afonso Martins de Pereira, freire de Cristo (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Lorvão*,

1348 deixando ao most°, devidamente autorizada por D.Dinis, vários bens na Beira[38]. Aquando dos referidos emprazamentos, porém, surge acompanhada por uma filha, também religiosa em Lorvão. Fruto de um matrimónio anterior à sua entrada no most°? Atendendo ao espaço cronológico que medeia as duas notícias, parece-nos bem mais o fruto de uma ligação ilegítima. Fosse como fosse, o marido, ou o amante, chamou-se **FERNÃO**, e dele teve:

XV9 - GUIOMAR FERNANDES, a qual, como vimos, já em 1324 era monja em Lorvão, volta-nos a aparecer em 1336 a emprazar um casal que possuia no bispado da Guarda[39]. Não é de todo improvável que tenha sido eleita abad[a] de Lorvão, pelo que se poderá identificar com a Dona Guiomar, titular desse cargo que, em 1348, como vimos acima, instituiu uma série de missas por alma de Maria Anes.

XIV5 - GONÇALO ANES DE PAIVA, cav° que nos surge pela primeira vez em 1295, já então c.c. **ALDONÇA MARTINS DE CASTELÕES**, tomando posse, por emprazamento que a ambos fizera Sancha Garcia de Brunido, monja de Arouca, de herdamentos situados na fg. de S.Pedro de Castelões, no j. de Cambra[40]. Em 1306 aparece-nos como árbitro de uma contenda que opunha o seu cunhado João Martins, cav° de Castelões, a Afonso Fernandes Fafes, concordando as partes em aceitar a decisão que sobre a questão ele tomasse[41]. Finalmente, em 1317, estando na sua quintã das Fontaínhas acompanhado pela mulher, emprazou um casal que possuia fora dessa

---

gav.6, m°2, n°15 - doc. de 1 de Jun., feito em Amarante); na segunda, novo emprazamento em três vidas, desta feita sobre um herdamento que tinha em Paredes, l. da fg. de S[a] M[a] de Gundar (IDEM, *ibidem*, gav.6, m°7, n°26 - doc. de 12 de Jan., feito em Lorvão).

[38] A 26 de Abril de 1348 a abad[a] de Lorvão, Dona Guiomar, obrigou 15 lbs. do rendimento anual desses bens para sustentar um capelão que rezasse missas pelas almas da doadora e do referido monarca (ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.1, m°1, n°37). A administração desse rendimento foi entregue às monjas Constança Fernandes e Inês Pais, a qual, depois da morte de ambas, deveria ser entregue à monja mais próxima da linhagem de Dona Maria Anes. Seria Constança outra filha desta última e Inês filha de Paio Soares? Não é improvável, até porque estamos convencidos que a referida abad[a] era a sua própria filha bastarda.

[39] ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.5, m°6, n°6.

[40] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°5, n°41 (doc. feito em Arouca a 16 de Março). O emprazamento foi testemunhado por Rodrigo Afonso Ribeiro sogro, como já referímos, de Clara Anes, e que de novo surge associado a outro dos filhos, em nossa opinião, de João Soares II.

[41] ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, m°12, doc. s/n° de 20 de Março, feito em Vila Nova de Rei.

quintã (fg. de Rio de Moinhos, no j. de Penafiel de Sousa)[42]. Faleceu antes de 1331, ano que os seus filhos fizeram a partilha dos seus bens os quais englobavam, entre outros, as quintãs das Fontaínhas, a de Oliveira (j. de Paiva), a de Ribeiradio (j. de Lafões) e a de Castelões (j. de Sever)[43]. Para além dos filhos que teve do casamento referido, e que a seguir se referem, teve ainda, de **TERESA FERNANDES**, um bastardo:

XV8 - RUI GONÇALVES DE PAIVA, leg. por c. dada no Porto, a 7 de Ag. de 1308[44].

Do matrimónio teve, então, os seguintes filhos:

XV5 - *Martim Gonçalves de Paiva*, que segue;

XV6 - TERESA GONÇALVES DE PAIVA, monja de Arouca, que encontrámos pela primeira vez em 1331 a fazer partilhas com o irmão e com os sobrinhos[45]. Finalmente, em 1334, e devidamente autorizada pelo rei (c. de 3 de Ag. de 1333), deixou ao irmão todos os bens que herdara dos pais, com excepção do referido casal das Fontaínhas - com um rendimento de 20 lbs./ano - que pode deixar ao most° de Arouca[46].

XV7 - N. GONÇALVES DE PAIVA, que c.c. Afonso Álvares Ribeiro (Vd. RIBEIRO).

XV5 - MARTIM GONÇALVES DE PAIVA, que nos aparece inicialmente em 1298, como escd°, a testemunhar um escambo feito entre o most° de Arouca e Dom Fernão

[42] ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.6, m°5, n°21/1 (doc. de 16 de Jan., feito na ref. quintã e testemunhado pelo seu filho Martim Gonçalves, pelo seu escd° Aires Fernandes e por Pero Martins, seu homem).

[43] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°32.

[44] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.64.

[45] Autorizada pela abad[a] Dona Teresa de Freitas (c. de 15 de Dez. de 1330), fez partilhas com o seu irmão a 13 de Março do ano seguinte, ficando com metade da quintã de Oliveira - englobando ainda a metade dos foros e direitos e a seara de vinha - o casal das Fontaínhas e a quintã de Ribeiradio (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°1, n°32); a 25 de Out. de 1331 fez partilhas com os seus sobrinhos, entregando-lhes tudo o que tinha na fg. de S.Miguel de Ribeiradio, excepto os bens do Lameiro Longo (IDEM, *ibidem*, gav6, m°9, n°34).

[46] IDEM, *ibidem*, gav.6, m°1, n°35.

Pires de Barbosa[47], já em 1317 ascendera a cav° e, como tal, testemunhou um emprazamento feito pelos seus pais[48]. Em 1329, e já então c.c. **SANCHA MARTINS DO AVELAR**, comprou à viúva de Estêvão Anes de Paiva, por 400 lbs., a metade que ela tinha da quintã de Vegide (j. de Paiva), a qual fora do marido[49]. Como já referímos, em 1331 fez partilhas dos bens paternos com a irmã, a qual, três anos depois, lhe faria doação da parte que lhe coube[50]. Alguns anos depois, juntamente com os irmãos da sua mulher, confirmou uma doação feita pela sua sogra à Sé do Porto[51]. Em 1339 ainda é indicado como *natural* do most° de Mancelos, na categoria de cav°[52], mas deve ter falecido pouco depois, já que a 16 de Dez. de 1340 a sua mulher pagou 100 lbs. ao testamenteiro de Estêvão Anes de Paiva, quantia que Martim Gonçalves ficara a dever relativa à compra da quintã de Vegide[53]. Não conseguimos saber se teve descendência.

[47] IDEM, *ibidem*, gav.5, m°8, n°5.

[48] Vd. nota 42.

[49] Vd. nota 15.

[50] Vd. notas 45 e 46. Martim Gonçalves ficou com metade da quintã de Oliveira - incluindo a casa de morada, então derrubada, os campos do Alcacer, e metade dos foros e di eitos, e uma vinha - toda a quintã e morada das Fontainhas, excepto um casal que coube a Teresa, e ainda a quintã de Castelões.

[51] *CCSP*, pp.263-265 e 265-267 (doc. de 19 de Dez. de 1334).

[52] L.M.V.SÃO PAIO, *1987a*, p.61.

[53] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°2, n°29.

4.5.4.2. TAVEIRA

Na introdução sobre os senhores de Paiva, tivemos a oportunidade de afirmar que o património dos Taveiras se localizava na Estremadura - com destaque para o senhorio da Lourinhã - em grande medida fruto das alianças estabelecidas com famílias próximas dos círculos cortesãos. Como é natural, não pretendíamos, dessa forma, afirmar uma ruptura total entre a linhagem e as terras de origem. Com efeito, e como teremos ocasião de verificar, os Taveiras mantiveram os bens herdados no Norte, nomeadamente em Penafiel de Sousa. Mas, a sua manutenção, em nada nega a evidente tendência meridional dos Taveiras, de alguma forma acompanhada por alguns dos seus parentes de Paiva, e claramente assumida pelo seu ramo bastardo dos Rebotins.

Essa tendência, aliás, articulava-se com as alianças matrimoniais estabelecidas com filhas de funcionários régios, com herdeiras de senhorios estremenhos ou, simplesmente, com famílias próximas da Corte.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Os Taveiras descendem directamente de Paio Soares Romeu de Paiva, irmão do trovador João Soares de Paiva e, provavelmente, o mais velho dos filhos de Soeiro Pais Romeu. Documentado entre 1171 e 1177, possuiu vários bens no j. de Penafiel de Sousa, doando alguns deles a Paço de Sousa[1], most° a que a sua família se encontrava ligada desde a fundação. De resto, em 1258, o seu nome ainda era recordado e associado a bens que possuíra naquele julgado, bem como no de Lousada[2]. Foi c.c. Sancha Henriques de

[1] J.MATTOSO, *1981*, p.173.

[2] *PMH-Inq.*, pp.582 e 546, respectivamente.

Portocarreiro[3], de quem teve:

XII1 - *Gonçalo Pais Taveira*, que segue;

XII2 - RUI PAIS TAVEIRA, vassalo de Dom Fernão Rodrigues de Castro e que por essa razão foi morto pelo conde Dom Manrique Pires de Lara (*LL*42X6).

Paio Soares teve ainda um filho bastardo:

XII3 - AFONSO PAIS TAVEIRA, deão da Sé de Braga (*LL*42AF7) e que, também por bastardia, deu origem aos Rebotins (Vd. ***TAVEIRA* > REBOTIM**).

XII1 - GONÇALO PAIS TAVEIRA[4], para quem não dispomos de muitos dados, mas a cuja trajectória pessoal ficou ligada, parece-nos, a evolução posterior desta linhagem. Sabemos que possuiu uma quintã e três casais na fg. de S.Vicente de Curveira, no j. de Penafiel de Sousa, e que à data das Inq. de 1258 esses bens se encontravam na mão dos seus filhos[5]. Verdadeiramente reveladora, porém, é a notícia veiculada pelo *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* a propósito do seu casamento e que, muito embora algo extensa, não podemos deixar de transcrever, atendendo ao seu significado: *Este Gonçalo Paaez Taveeira foi casado com dona Maria Rodriguez, filha de Rui Capom, que foi judeu, e veo a esta terra com a rainha dona Urraca por seu almoxarife, e depois feze-o ela bautizar, e poserom-lhe nome Rodrigo, e por sobrenome Rui Capom; e fez a el rei dom Afonso (...) que o feze cavaleiro, e andou em sa casa, e trouve i esta sa filha mui fermosa de Castela, e feze-a bautizar consigo, e pose-lhe nome Maria Rodriguez. E Rui Capom era de mui grande algo e deu mui grande riqueza a Gonçalo Paaez Taveeira, que casasse com ela, e el casou com ela (...)*

[3] Alguns dos bens referidos pelo autor cit. na nota 1 foram entregues por Paio Soares a Dona Sancha Henriques, a título de arras, como se verifica por um doc. - infelizmente sem data - resumido por João Pedro Ribeiro: uma quintã e 6,5 casais em Sobrado, 1 casal em Sardoura, 2 em Manhuncelos e 3 em Beleco (BUC, *Reservados - Mss. de João Pedro Ribeiro*, cod.703, p.360). Curiosamente, alguns desses bens já tinham sido dados em arras à mãe de Paio Soares (J.MATTOSO, *1981*, p.171).

[4] Não sabemos qual a origem deste apelido, mas as Inq. de 1258 já o referem associado precisamente a Gonçalo Pais (vd. nota 5).

[5] *PMH-Inq.*, p.583.

(*LL*42X7)[6]. Se desconhecemos as razões que levaram Gonçalo Pais à corte de D.Afonso II, ficámos cientes dos motivos que o "convenceram" a fixar-se na Estremadura o que, repetimos, viria a condicionar a trajectória das gerações seguintes. Assim, de **MARIA RODRIGUES CAPÃO**, teve:

XIII1 - *Lourenço Gonçalves Taveira*, que segue;

XIII2 - RUI GONÇALVES TAVEIRA, cav°, alcaide e senhor da Lourinhã, senhorio que obteve pelo seu casamento com **URRACA VICENTE DA LOURINHÃ**. Frequentou a corte, ou ao menos os seus círculos mais próximos, já que em 1265, nos paços régios de Lisboa, foi nomeado por Rui Garcia de Paiva como um dos fiadores das arras da mulher[7]. Teve um único filho:

XIV5 - VICENTE RODRIGUES TAVEIRA, também alcaide e senhor da Lourinhã, senhorio que viria perder a favor de D.Afonso III, ao que parece por não ter tido descendência[8] do seu casamento com **SANCHA MARTINS CORREIA**[9].

XIII3 - MARTIM GONÇALVES TAVEIRA, *Velho* (*LD*6G7), sobre quem nada

---

[6] Parece-nos claro, na minúcia dos factos, o sentido sarcástico do Conde D.Pedro. No entanto, é bem provável que este, mais do que querer desprestigiar os Taveiras, condenando a cobiça de Gonçalo Pais, o qual não recusou a aliança com uma judia porque o pai a dotou largamente - o Conde afirma abertamente que foi bem pago para que casasse - pretendesse atingir a prosápia de Dom Lopo Fernandes Pacheco, o grande e poderoso valido de D.Afonso IV, o qual tinha casado com uma bisneta daquele.

[7] ANTT, *Sala 25 - Most° de Almoster*, m°4, n°12.

[8] L.KRUS, *1989a*, p.108. Já no reinado de D.Dinis o senhorio foi devolvido aos parentes de Dona Urraca da Lourinhã (*ML*.V.144v°), depois de uma inq. ordenada pelo monarca. Curiosamente, esta inq. apurou que D.Afonso III, depois da morte de Vicente Rodrigues, mandou atacar o castelo da Lourinhã e entregou-o à Rainha (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-6), mas depois deu-o ao filho D.Afonso, senhor de Portalegre (*ML*.V.144v°).

[9] A identificação da mulher de Vicente Rodrigues, que os livros de linhagens só referem como *Sancha Correia*, reveste-se de alguma importância: em primeiro lugar, porque se tratava de uma sobrinha de João Pires Correia, c.c. uma tia de Vicente Rodrigues; em segundo lugar, pela sua ligação familiar ao mestre D.Paio Pires Correia. Ora, é precisamente pelas suas ligações à O. de Santiago que soubemos o seu patronímico e, mais do que isso, pudemos identificá-la com a Dona Sancha Martins que foi comendadeira de Santos entre 1278 e 1288 (J.F.S.MATA, *1991*, p.242, onde se aceita a identificação - errada - proposta por Fr. Agostinho de Santa Maria). Assim, em 1279, o mestre de Santiago doou a um seu criado, por seu pedido, dois casais situados no t. de Torres Vedras, vizinhos de herdamentos de Vicente Rodrigues (ANTT, *Gavetas*, XXI-3-24, doc. de 28 de Nov.). Nesse mesmo dia, o ref. mestre doou ao most° de Santos os bens que Sancha Martins possuia no t. de Torres Vedras (IDEM, *ibidem*, XXI-2-8). Faleceu depois desta data e antes de 1288, ano em que o mestre D.Pero Fernandes doou ao most° de Santos a quintã de Moncoval e todos os outros bens que a Ordem recebeu por sua morte (IDEM, *MC - Most° de Santos-o-Novo*, n°921).

apurámos.

XIII4 - ELVIRA GONÇALVES TAVEIRA, que c.c. João Pires Correira (Vd. CORREIA).

XIII5 - SANCHA GONÇALVES TAVEIRA, que c.c. Ourigo Anes da Nóbrega (Vd. NÓBREGA).

XIII6 - MARIA GONÇALVES TAVEIRA, omitida pelos livros de linhagens, encontra-se referida em 1253 como freira de Arouca[10].

XIII1 - LOURENÇO GONÇALVES TAVEIRA, cav° que talvez se possa identificar com um indivíduo com os mesmos nome e patronímico que, em 1253, testemunhou uma doação feita pelo c. de Lisboa a Dom João Pires de Aboim[11]. Em Maio 1265 já se encontrava c.c. **MARIA ANES ERVILHIDO**, com quem vendeu, por 200 lbs., um casal que possuiam em Carregueira (l. do c. de Torres Vedras?)[12]. Nesse mesmo ano, e tal como seu irmão Rui Gonçalves, foi nomeado por Dom Rui Garcia de Paiva como fiador das arras da mulher[13]. Possuiu a quintã de Belas, a qual foi dividida entre os seus filhos em 1284[14]. Foram eles:

XIV1 - *Gomes Lourenço Taveira*, que segue;

XIV2 - SANCHA[15] **LOURENÇO TAVEIRA**, que c.c. João Lopes de Ulhoa[16] (Vd. ULHOA).

XIV3 - INÊS LOURENÇO TAVEIRA, que c.c. Rui Pires de Folhente (Vd. FOLHENTE).

XIV4 - MARIA LOURENÇO TAVEIRA, também ignorada pelos livros de

---

[10] M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.505.

[11] *LBJP*, doc.XXVII.

[12] ANTT, *CR - Most° de S.Vicente de Fora*, m°4, n°30.

[13] Vd. nota 7.

[14] ANTT, *CR - Most° de S.Vicente de Fora*, m°4, n°10 (doc. de 31 de Jan., parcialmente transcrito nos *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Sumários de Lousada*, pp.256-257).

[15] Em *LL*42X8 e AC9 é chamada Constança, mas os vários docs. que conhecemos para ela e para o seu marido são muito claros quanto ao seu nome - Sancha.

[16] Por curiosidade, refira-se que Dom João Lopes testemunhou, em 1265, a nomeação que Dom Rui Garcia de Paiva fez dos fiadores das arras da mulher, entre os quais se contava, como já referimos, o pai e o tio da sua mulher. Sobre o seu casamento vg. L.VENTURA, *1992*, vol.I, pp.198-199).

linhagens, foi monja do most° de Chelas. Em 1284, autorizada pela prioresa Dona Teresa Fagundes, deu ao irmão a parte que recebera dos pais na quintã de Belas, recebendo em troca vários casais no t. de Lisboa[17]. Desconhecemos a data da sua morte.

XIV1 - GOMES LOURENÇO TAVEIRA, cav° que só conhecemos pelas partilhas que fez com as irmãs, em 1284, dos bens que ficaram por morte do seu pai[18]. Foi c.c. **CATARINA MARTINS**, sobrinha do chanceler Dom Estêvão Anes (*LL*42X9), de quem teve:

XV1 - *Martim Gomes Taveira*, que segue;

XV2 - MARIA GOMES TAVEIRA, que c.c. Lopo Fernandes Pacheco (Vd. PACHECO).

Gomes Lourenço teve ainda mais um filho, *de barregã* (*LL*42AE9):

XV3 - LOURENÇO GOMES TAVEIRA, indivíduo que julgamos poder identificar com o cav° homónimo que, em 1312, testemunhou o test° do 2° Conde de Barcelos[19], de quem também foi vassalo Martim Gomes Taveira. Em 1326 aparece-nos como freire de Santiago, ocupando o destacado cargo de comendador de Palmela[20]. Sabemos que Lourenço Gomes foi casado (*LL*42AE10), eventualmente antes de entrar para a Ordem, tendo tido uma filha:

XVI1 - GUIOMAR LOURENÇO TAVEIRA, que c.c. Martim Anes Velho (Vd. VELHO).

XV1 - MARTIM GOMES TAVEIRA, cav° e vassalo de Dom Martim Gil de Riba de

[17] Vd. nota 14.

[18] Vd. nota 14. Por troca com as irmãs conseguiu ficar com a totalidade da quintã de Belas e uns casais junto a Queluz, abdicando da parte que recebera na quintã de Telheiras - a qual ficou toda na posse de Sancha - e de alguns casais que ficaram para Maria Lourenço. À data das partilhas (31 de Jan. de 1284) vivia com a mulher em Barcarena.

[19] *ML*.VI.582.

[20] *Chartularium Universitatis Portugalensis*, vol.I, pp.97-99 (doc.72 de 16 de Ag., ref. na *ML*.VI.376).

Vizela II, 2° Conde de Barcelos, surge-nos pela primeira vez em 1309, em Algeciras, quando, *a rogo* de Dom Pero Pires Ponço das Astúrias, testemunhou e selou com o seu selo a c. da doação que este fizera a Dom Martim Gil, seu cunhado[21]. A firmeza dos laços que o uniam ao conde de Barcelos tornam-se bem evidentes em 1312, quando este o nomeia testamenteiro, ordenando ainda que, quando morresse, fossem entregues a Martim Gomes os seguintes castelos: o castelo de Zagala, que deveria manter durante a menoridade de Dom Pero Fernandes de Castro, sobrinho do Conde, e para o qual foi nomeado mordomo e curador; os castelos e fortalezas de Onibra, de Gizo, de Maçaeda e de Vila Martim, também para serem entregues a Dom Pero Fernandes; e, finalmente, o castelo de Alconchel, o qual deveria ser entregue ao rei de Castela[22]. Teve, por herança, a quintã de Belas, que deixou ao most° de Santos e que mais tarde, por escambo, acabaria por passar para as mãos do seu cunhado Lopo Fernandes Pacheco[23]. Foi c.c. **MARIA LOURENÇO DE ALENQUER**, de quem não teve filhos (*LL*42X9).

[21] ANTT, *Gavetas*, I-7-8 (doc. de 5 de Set.).

[22] *ML*.VI.578-582. Não encontrámos qualquer notícia relativa à sua participação na guerra civil de 1319-24, o que seria de esperar, atendendo à sua ligação ao conde de Barcelos e, por isso, ao Infante D.Afonso. Quanto aos castelos que lhe deveriam ser entregues por morte do Conde Dom Martim Gil, sabemos que não recebeu o de Zagala, devido à traição do seu alcaide, Estêvão Martins de Freitas, *Maladante* (*LL*44H6).

[23] A 6 de Set. de 1334, Lopo Fernandes entregou à comendadeira de Santos a quintã da Margem d'Arada, que adquirira aos testamenteiros da viúva de Martim Gomes, recebendo em troca a dita quintã de Belas, no t. de Lisboa (ANTT, *MC - Most° de Santos-o-Novo*, n°1542).

4.5.4.3. REBOTIM

Com a linhagem dos Rebotins, não só terminamos a análise dos ramos provenientes dos senhores de Paiva, como também concluímos a apresentação da linhagem-mãe dos Baiões e das suas numerosas ramificações. Desde a bacia do Douro até às fronteiriças margens do Minho, passando da Beira Interior para o litoral estremenho fomos acompanhando diferentes percursos e trajectórias, quantas vezes contraditórios, consequência natural do cunho individualizado a que os mesmos estarão sempre sujeitos.

Desta vez passaremos "além Tejo", para uma paisagem diferente, um espaço recentemente conquistado, disputado por concelhos e antigos centros urbanos e pelos senhorios das poderosas ordens militares. Espaço, finalmente, onde a fixação de nobres e a constituição de senhorios laicos estava condicionada, quase obrigatoriamente, pela familiaridade ou pela *privança* com os monarcas.

Neste sentido, talvez os Rebotins protagonizem um dos exemplos mais claros da importância da articulação dos três factores que até aqui temos procurado valorizar: parentesco, património e relações com a Corte. Com efeito, só essa articulação permite compreender como uma linhagem, ou melhor, um dos seus membros, possa ter penetrado nos meios cortesãos e aí fazer carreira, quando a génese daquela, duplamente marcada pela bastardia, faria prever uma trajectória apagada ou mesmo condenada ao esquecimento.

Assim, o casamento de Rui Pires Rebotim - filho e neto de bastardos - com uma irmã de Dom Nuno Martins de Chacim, pode explicar a carreira do seu filho, Mem Rodrigues, na Corte e, a partir daqui, o património que este adquire no Alto Alentejo. E se, porventura, se achar abusiva esta leitura, compare-se o percurso de Mem Rodrigues com o dos filhos do segundo casamento do pai, seus meios-irmãos.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Como referímos no texto anterior, sobre os Taveiras, Paio Soares Mouro de Paiva

teve um filho bastardo, Afonso Pais Taveira o qual, segundo os livros de linhagens, foi deão da Sé de Braga. Também ele *fez em uma molher de boo logo um filho que houve nome* (*LL*42AF7):

XIII1 - PERO AFONSO DE BARROSO, sobre quem não temos qualquer notícia, a não ser que c.c. **TERESA HERMIGES DA TEIXEIRA**, também ela bastarda, de quem teve:

XIV1 - *Rui Pires Rebotim*, que segue;

XIV1 - RUI PIRES REBOTIM[1], aparece referido nas Inq. de 1288 como proprietário de uma quintã da fg. de Santiago de Carvalhais, no j. de Lafões, que ele trouxera honrada com toda a aldeia da Torre[2]. Casou duas vezes, a primeira das quais com **MARIA MARTINS DE CHACIM**, de quem teve:

XV1 - *Mem Rodrigues Rebotim*, que segue;

XV2 - ALDONÇA RODRIGUES REBOTIM, que c.c. João Pires de Lobrigos (Vd. LOBRIGOS).

Depois de enviuvar casou novamente, com **MARIA MARTINS DE CONDEIXA**[3], tendo tido os seguintes filhos:

XV3 - JOÃO RODRIGUES REBOTIM, cavº que encontrámos em 1317, como vassalo do Infante D.Afonso, a testemunhar uma procuração dada por este, no âmbito de algumas questões decorrentes da extinção da O. do Templo[4]. O

[1] Como em relação ao apelido Taveira, também desconhecemos a origem do nome Rebotim.

[2] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.51vº. As Sentenças de 1290 mantiveram a honra da dita quintã (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.25). A posse de bens em Lafões deveria estar associada à presença dos senhores de Paiva nessa zona.

[3] Este casamento tem algum interesse, no âmbito do relacionamento dos diferentes ramos provenientes dos senhores de Paiva com os Pachecos, senhores de Ferreira d'Aves. Com efeito, a mulher de Rui Pires Rebotim era filha de uma irmã de Fernão Rodrigues Pacheco, pai de João Fernandes Pacheco, c.c. Estevainha Lopes de Paiva, e avô de Lopo Fernandes Pacheco, filho dos anteriores e c.c. Maria Gomes Taveira. Desta forma, e através das alianças com uma mesma linhagem, os três ramos de Paivas reataram os seus laços de parentesco.

[4] ANTT, *Gavetas*, VII-11-1 (doc. dado em Beja a 21 de Dez., ref. por F.F.LOPES, *1962-63*, p.49 e integralmente publ. nos *MPV*, vol.II, pp.VIII-XV).

nobiliário do Conde D.Pedro, que o alcunha de *Ruivo*, afirma que João Rodrigues não casou, mas que teve filhos de uma barregã que mais tarde recebeu por mulher (*LL*42AF9), afirmações que não correspondem inteiramente à verdade. De facto, naquele ano de 1317 encontrava-se c.c. **CONSTANÇA ESTEVES DEGAREI**, que o refere como *cavaleiro de Alafões*, como consta do testº que esta senhora fez na quintã de Degarei, e no qual deixa vários bens ao mostº de Grijó, onde pretendia ser sepultada[5]. Deste casamento não teve filhos, mas teve-os, com efeito, de uma **MOR LOURENÇO**[6], um dos quais foi legitimado:

XVI2 - MARTIM ANES REBOTIM, leg. por c. de 15 de Março de 1324, residindo na altura em Lafões[7]. Sabe-se que c.c. **N. ANES HOMEM** (*LL*42AF11), mas ignoramos se teve descendência.

XVI3 - JOÃO ANES REBOTIM, sobre quem só se sabe que casou (*LL*42AG11), mas não conseguimos apurar, nem o nome da mulher nem se teve filhos.

XV4 - MARTIM RODRIGUES REBOTIM, que *nom houve semel* (*LL*42AF9).

XV5 - MARIA RODRIGUES REBOTIM, que c.c. Fernão Esteves Branco (Vd. BRANCO).

XV1 - MEM RODRIGUES REBOTIM, figura destacada desta linhagem pelos diversos cargos curiais que ocupou, a ele se deve a presença dos Rebotins a sul do Tejo. Cavaleiro - *cavalleiro muy boo de Portugal* - Porteiro-mor, Vice-Mordomo, privado, conselheiro e embaixador de D.Dinis, e juíz em Badajoz por Sancho IV de Castela, são os títulos que testemunham a sua carreira política, aos quais seria injusto não acrescentar o de *sobrinho de Dom Nuno Martins de Chacim, Aio e Mordomo-mor de D.Dinis*... Com efeito, tudo indica que a entrada de Mem Rodrigues para a Corte se ficou a dever à nomeação do seu tio para o cargo mais importante da curia dionisina, já

[5] Para além dos bens que deixou ao mostº, beneficiou ainda algumas sobrinhas, netas do seu irmão Abril Esteves, e deixou 20 lbs. para missas por alma de João Garcia e de Gonçalo Garcia de Abreu (ANTT, *Col. Costa Basto - Mostº de Grijó*, nº6, fls.321vº-326).

[6] E não Mor Anes, como refere o nobiliário citado.

[7] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.157.

que é só a partir de 1279 que aí o encontrámos referido. Assim, entre 1279 e 1283 surge como *porteiro-mor*[8], cargo que acumulou com os de *vice-mordomo* (11 de Jan. de 1280[9]) e de membro do *conselho régio* (31 de Jul. de 1282[10]). Entretanto, em 1282, tinha sido um dos dez cavaleiros nomeados pelo rei para garantirem os acordos celebrados por este com o irmão, o Infante D.Afonso[11]. Por razões que desconhecemos, Mem Rodrigues desaparece da corte a partir de 1283, sendo substituido no cargo de porteiro-mor por Lourenço Escola[12]. Terá pertencido ao grupo de nobres portugueses que se dirigiram para junto de Afonso X de Castela[13]? Não sabemos, mas o certo é que, em 1290, se encontrava ao serviço do rei castelhano Sancho IV, sendo designado como *juiz do rei em Badajoz*[14], funções que ainda exercia em Abril de 1295[15]. Logo depois da morte de Sancho IV deve ter regressado a Portugal, uma vez que a 1 de Agosto de 1295 foi enviado por D.Dinis como embaixador à corte castelhana, juntamente com João Anes Redondo, com a missão de declarar guerra a Castela, já que os tutores de Fernando IV não queriam cumprir alguns dos acordos anteriormente estabelecidos entre o monarca português e o falecido rei castelhano[16]. Entretanto, regressou à corte portuguesa, onde o vamos encontrar em

[8] ANTT, *CR - Most° de Alcobaça*, m°2 (DR), n°12 (doc. de 12 de Jun. de 1279) e IDEM, *Ch.de D.Dinis*, L°1, fls.77v°-79 (doc. de 17 de Jul. de 1283). É cit. com as referidas funções, e para datas intermédias, como confirmante ou testemunha de concessões de cartas de foral ou de doações régias (IDEM, *ibidem*, L°1, fls.28, 28-29v°, 44v°-46, 41v°, 46-46v°, 61v°-63, e L°2, fls.54-54v°).

[9] *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé. Apontamentos dos Brandões*, pp.183-184 e 294-295, respectivamente.

[10] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 3, n°104 (doc. publ. nas *OD*, pp.165-166).

[11] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.47-48v°.

[12] *ML*.V.111.

[13] Ou, mais provavelmente, ter ido para Castela militar no partido do Infante Dom Sancho, e não espantaria se tivesse sido enviado pelo próprio D.Dinis (sobre o posicionamento do monarca português no conflito que opôs os seus avô e tio maternos, v.g. *ML*.V.81-83).

[14] Nessa qualidade recebe ordens do monarca castelhano para entregar à Infanta Dona Branca - filha de D.Afonso III e senhora das Huelgas de Burgos - todo o herdamento que aquele lhe doara entre Badajoz e Arronches (*Documentación del Monasterio de las Huelgas de Burgos (1284-1306)*, p.129 - doc.68 de 5 de Jun., dado em Valladolid).

[15] A 24 de Abril de 1295, em Toledo - véspera da morte do monarca castelhano - Sancho IV repete a ordem referida na nota anterior (ANTT, *Gavetas*, XVIII-9-1, doc. publ. nas *GAVETAS*, vol.IX, pp.408-410, e por M.GAIBROIS DE BALLESTEROS, *1922-28*, vol.III, pp.CDVIII-CDIX - doc.594).

[16] *Cr.1344*, vol.IV, pp.244-245; *Cr.7Reis*, vol.II, pp29-31; R.PINA, *1945*, p.39, *ML*.V.230v°-231.

1296, primeiro como *vassalo*, a redactar algumas c. régias[17], e em 1297, finalmente, de novo como *vice-mordomo*, entre Abril e Dezembro[18], não voltando mais a aparecer, pelo que supômos que terá falecido pouco tempo depois[19].

Quanto aos seus bens, sabemos que teve a quintã de Sª Cruz, no j. de Lafões[20], aos quais acrescentou outros que recebeu por doação de Dona Maria Anes de Sousa. Esta abadª de Lorvão - filha de Dom João Garcia de Sousa - talvez pelo parentesco que tinha com a mulher de Mem Rodrigues, **ESTEVAÍNHA PIRES DE ALVARENGA**, doou ao casal todos os bens que possuia na vila e t. de Alegrete[21]. Também por uma inq. feita em 1318 se sabe que, durante mais de 25 anos, usufruiu das rendas dos bens que a O. de Santiago possuia em Montemor-o-Novo (400 lbs./ano), por concessão da dita Ordem[22]. A sua mulher, depois de enviuvar, entrou para o mostº de Sª Clara de Santarém, onde a encontrámos, como *dona*, entre 1315 e 1321[23]. Deste casamento ficou um único filho:

---

[17] *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Sumários de Lousada*, pp.250-251, e ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fls.125vº-126, docs. de 18 de Jul. e de 25 de Dez., respectivamente. Na primeira citação é identificado com o homónimo da família de Vasconcelos, o que é incorrecto (vd. nota 19).

[18] ANTT, *Ch.de D.Dinis*, Lº2, fls.129vº-130 (doc. de 3 de Abril), e IDEM, *ibidem*, Lº3, fls.2-2vº (doc. de 1 de Dez.).

[19] Pelo menos faleceu antes de 1305, ano em que, como teremos oportunidade de ver, a sua viúva e o seu filho fizeram um escambo com o rei. Convirá agora abordar a qustão da sua identificação com o porteiro-mor e vice-mordomo de D.Dinis já que, o facto de coexistirem mais dois indíviduos homónimos - das linhagens de Briteiros e de Vasconcelos - tem levado a algumas confusões. Assim, e para não citar os que até o fazem da linhagem de Sousa e casado com uma "Serafina" Pires (*ML*.V.70vº), mais recentemente Leontina Ventura identificou-o com o de Briteiros (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.616), e nós próprios com o de Vasconcelos (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.158). A segurança da sua identificação com o Rebotim decorre da afirmação explícita de que este era porteiro-mor, num doc. de 1282 que citaremos mais à frent Por outro lado, não nos parece que o de Briteiros, depois de ser tenente da Maia, se sugeitasse a um cargo curial inferior como, finalmente, não conhecemos, agora, qualquer referência para o de Vasconcelos como porteiro-mor.

[20] Por essa quintã, situada na fg. de S.Mamede de Sª Cruz, honrava toda a aldeia, onde só deixava entrar o porteiro (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.43), situação que as Sentenças de 1290 mantiveram (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.25).

[21] A doação englobou herdades, casas, vinhas e moinhos, mas também a condição de entregarem ao mostº de Lorvão 6 casais povoados (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Lorvão*, gav.5, mº7, nº17 - doc. de 19 de Fev. de 1282, testemunhado pelos cavºs. Rodrigo Afonso e Pero Afonso Ribeiro e Martim Pires). Como dissemos, Mem Rodrigues -e nenhum dos outros dois foi casado com uma Estevaínha - é explicitamente referido como porteiro-mor do rei.

[22] A.B.C.VEIGA, *1940*, p.159.

[23] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Clara de Santarém*, mº6, nº233, e IDEM, *Sala 25 - Mostº de Lorvão*, gav.5, mº6, nº3, respectivamente. No primeiro caso, a 2 de Maio, comprou por 50 lbs. um olival no t. de Santarém, e no segundo, a 25 de Maio, fez uma doação ao mostº de Lorvão. Esta doação foi feita como retribuiçaõ pelo bem que recebera do mostº, *e por Alegrete*, compreendia um herdamento em Sazes (fg. de Sazes de Lorvão, c.

XVI1 - *Martim Mendes Rebotim*, que segue;

XVI1 - MARTIM MENDES REBOTIM, sobre quem não abundam as informações o que, de resto, vem corroborar a lacónica referência que os livros de linhagens fazem a seu respeito: *Martim Meendez, que morreo sem semel* (*LL*38U9). Não obstante, o único dado que encontrámos é importante para a reconstituição do património paterno. Assim, estando em Lamego, a 11 de Abril de 1305, deu proc. à mãe para que ela fizesse um escambo com D.Dinis, o que veio a suceder a 4 de Jun. desse mesmo ano, em Lisboa: entregaram ao monarca o l. de Malcabrão - que "agora" chamavam Vilalba - com o padroado da ig. desse lugar, um herdamento em Alvito, ambos no t. de Évora, e ainda um outro em Sul, na terra de Lafões; em troca, receberam a aldeia de Reriz e o seu t., a aldeia de Folago, a quintã de Caveirós, metade das quintãs de Pinheiro e de Vila Verde, o casal de Ferreiros, tudo na terra de Lafões, o padroado da ig. de Lazarim, no bispado de Lamego, e ainda 700 lbs.[24]. Quase se pode afirmar que, por este escambo, e tendo Martim Mendes morrido sem filhos, os Rebotins abandonavam os frutos da carreira política de Mem Rodrigues, e regressavam às terras de origem[25].

---

de Penacova) e 4 casais em Sandomil (fg. do c. de Seia), mas com a condição de Dona Estevaínha usufruir do rendimento desses bens enquanto vivesse.

[24] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.44v°-45 e *Gavetas*, XI-11-37 (doc. ref. na *ML*.VI.86-88, por M.G.COSTA, *1977-79*, vol.II, pp.88-89 - mal datado, e por B.SÁ-NOGUEIRA, *1988a*, p.174). A proc. de Martim Mendes foi testemunhada pelos cav°s. Vasco Lourenço e João Lourenço do Amaral, Lourenço Mendes de Cardoso e Vasco Pires Çafio, e ainda pelo meirinho Fernão Mendes. Curiosamente, alguns dos bens entregues pelo monarca estavam ligados a outros que eram detidos pelos Taveiras.

[25] Ainda conhecemos mais um indivíduo, João Fernandes Rebotim, mas não o conseguímos entroncar na família. Seria filho de outro bastardo de João Rodrigues? De qualquer forma, foi c.c. Sancha Gomes a qual, em 1331, desejando entrar para o most° de Odivelas, quitou o marido e renunciou a qualquer bem que tivessem em comum, o que foi testemunhado por Gonçalo Gil Paião, cav°, e por Afonso Garcia, Lopo Rodrigues e Martim Fernandes, escd°s. (ANTT, *Sala 25 -Most° de Odivelas*, Tomo 29, fl.1).

4.6. RIBA DOURO

> LUMIARES

> ALVARENGA

> COELHO

> MAGRO

> FRADE

> FONSECA

> FERREIRIM

> BEZERRA

> MÓS

Depois dos Sousãos, dos Bragançãos, dos Maias e dos Baiões, chegamos, com os de Riba Douro, à última linhagem referida pelo *Livro Velho de Linhagens* como uma das "cinco partes mais veneráveis" da nobreza portuguesa. Particularmente bem documentada, é hoje bem conhecida a trajectória da linhagem desde os inícios do século XI até aos finais do século XII[1], altura em que se segmenta em vários ramos secundários. Por outro lado, caberá aqui acentuar o facto de esta ser também, provavelmente, do conjunto das cinco linhagens referidas, aquela que é mais conhecida pela cultura "popular", graças à figura de Dom Egas Moniz, aio do nosso primeiro monarca e símbolo máximo da lealdade e da honradez da velha nobreza.

Poderosa e prestigiada durante os séculos XI e XII, a linhagem dos de Riba Douro acaba por sofrer algum desgaste na passagem para a centúria de duzentos, já pela dispersão do seu património já pela ausência de descendência por via masculina, o que acabou por

[1] Graças, sobretudo, aos trabalhos de A. de Almeida Fernandes e de José Mattoso. Do primeiro - resultando, porém, mais prático para o leitor consultar a bibliografia geral deste trabalho, uma vez que todas as obras aí citadas deste autor tratam, no todo ou em parte, a linhagem de Riba Douro - destaquem-se as obras de *1960*, de *1972*, de *1973*, de *1978* e de *1990b*. Quanto ao segundo autor referido, cumpre destacar a pormenorizada e utilíssima reconstituição genealógica da linhagem (*1981*, pp.184-208), bem como os dois textos de síntese sobre os de Riba Douro apresentados em *1982a* e em *1985b*.

canalizar os seus avultados bens em benefício quer de instituições monásticas quer de outras linhagens a ela associadas pelo matrimónio. Além disso, os ramos secundários em que se segmentou não conseguiram ascender ao posicionamento anterior ou, excepcionalmente, quando dele se aproximaram - como será o caso dos Lumiares - não tiveram condições para levar esse estatuto para além dos meados do século XIII.

Vejamos, então, muito rapidamente, o percurso da linhagem desde a origem até aos finais do século XII, socorrendo-nos das sínteses já elaboradas por outros autores[2].

Um dos aspectos que tem sido mais valorizado em relação a esta linhagem refere-se à sua "apetência" pelo controle de um considerável número de mosteiros - Paço de Sousa, Tuías, Vila Boa do Bispo, Pendorada, Arouca, Cárquere, Tarouca e Salzedas - estrategicamente situados junto aos afluentes do Douro, tanto na margem Norte como na margem Sul - Sousa, Tâmega, Varosa e Távora. A sua localização acaba por nos dar uma imagem da área geográfica da implantação dos de Riba Douro: "das margens do Sousa e das montanhas do Vouga até ao vale do Varosa" e, graças à acção de Egas Moniz, ultrapassando esta área até à margem direita do Távora[3]. Um outro aspecto importante, ainda associado ao património, diz respeito à tendência da linhagem para se expandir, já durante a primeira metade do século XII, para zonas exteriores à área mais marcadamente senhorial do Entre-Douro-e-Minho, protagonizando "a primeira fase de expansão senhorial no vale do Douro".

Quanto às relações dos senhores de Riba Douro com a corte, e deixando agora de lado o século XI, período em que nos surgem à frente do governo de vários territórios - Anégia, Arouca ou Lamego - cumpre destacar a presença de Mónio Hermiges I, o pai do *Aio*, junto do Conde D.Henrique, entre 1105 e 1107, como seu maiorino ou *triumphator*[4]. Na geração seguinte são por demais conhecidos os papéis desempenhados pelos seus filhos, Egas, Ermígio e Mem Moniz, nos sucessos políticos que marcaram a primeira metade do século XII: ricos-homens da corte condal e do nosso primeiro monarca, são também de destacar os cargos de mordomo-mor ocupados pelos dois primeiros. Os filhos e netos de Egas Moniz e

[2] Uma vez que mantêm toda a sua actualidade, seguiremos nesta parte os textos de J.MATTOSO (*1982a*, pp.54-60 e *1985b*, pp.166-169).

[3] Os domínios do *Aio* estendiam-se pelos c. de Cinfães, Resende, Lamego, Armamar, Castro Daire, Vila Nova de Paiva, Moimenta da Beira e Sernancelhe.

[4] J.MATTOSO, *1981*, p.190.

de Mem Moniz irão depois desempenhar o governo de inúmeras tenências[5].

O destacado prestígio político e o volume patrimonial da linhagem não podiam deixar de se reflectir também nas alianças matrimoniais. Os de Riba Douro cruzam o seu sangue com a *fina-flor* da nobreza portuguesa, onde se destacam os seus "pares" Sousas, Braganças, Maias e Baiões, ou outras linhagems igualmente antigas e importantes como os de Barbosa ou os de Lanhoso e, finalmente, com a própria família real, através de bastardas de D.Afonso Henriques e de D.Sancho I.

Nestes termos, o quadro traçado até aqui coloca-nos perante uma linhagem que, durante o século XII, está situada no topo da hierarquia nobiliárquica, e que em síntese podemos caracterizar da seguinte forma: em primeiro lugar, pela posse de um vasto património territorial, articulado, por um lado, com o exercício de importantes cargos políticos e, por outro, com uma estratégia matrimonial que permite a aliança com linhagens de estatuto idêntico; em segundo lugar, pela sua ligação a uma importante rede de comunidades monásticas.

De que forma aquele quadro evoluiu na passagem para, e durante, a centúria de duzentos, através dos percursos das várias linhagens saídas dos senhores de Riba Douro, será a questão que a partir de agora passaremos a analisar.

[5] Ver, por todos, L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.987 e ss.

NOTAS À ÁRVORE GENEALÓGICA DOS DE RIBA DOURO

a) Segundo A.A.FERNANDES (*1973*, pp.218-219), seria filho de Egas Moniz e neto de Mónio Guterres, ascendência que não é aceite, por falta de provas, por J.MATTOSO (*1981*, p.185). Em *LL*36A1 afirma-se que foi irmão de Sisnando, bispo do Porto (1055-c.1075). Salvo indicação em contrário, esta árvore foi construída a partir das informações de J.MATTOSO (*1981*, pp.184-208).

b) Possível descendência em J.MATTOSO, *1981*, p.185.

c) Um filho deste casal viria a casar com uma sobrinha-neta de Godo Moniz (vd. nota g).

d) Descendência em J.MATTOSO, *1981*, p.205.

e) Descendência em IDEM, *ibidem*, p.188.

f) Descendência em IDEM, *ibidem*, pp.226 e ss.

g) Lucídio Sarracins era filho de Godo Moniz (vd. nota c).

h) Casamento hipotético (vd. J.MATTOSO, *1981*, p.200).

i) Caso este 2º casamento não se confirme, Egas será filho do primeiro matrimónio de Pero Viegas e Soeiro será filho de Toda Pais e de um outro Pero (vd. J.MATTOSO, *1981*, p.187).

j) Também existe a hipótese de Garcia, Dordia e Gontinha Moniz serem filhos deste casal (vd. J.MATTOSO, *1981*, pp.190-191).

k) A filiação de Toda, Monio e Hermígio é proposta por Almeida Fernandes (vd. J.MATTOSO, *1981*, p.190).

l) Segundo A.A.FERNANDES é este, e não Monio Hermiges, o pai de Egas Moniz, o "Aio" (*1960*, pp.12-65). A filiação que aqui seguimos é a proposta por J.MATTOSO (*1981*, pp.188-189), a partir, entre outros argumentos, de um doc. inédito referido por Rui de Azevedo (IDEM, *ibidem*, p.190).

m) O segundo casamento é hipotético, e não se conhecem filhos quer deste quer do primeiro matrimónio (J.MATTOSO, *1981*, p.202).

n) Descendência ref. por J.MATTOSO, *1981*, p.204.

o) Descendência provável em IDEM, *ibidem*, p.208).

p) Apresentamos nesta árvore a distribuição dos filhos de Egas Moniz pelos seus dois casamentos, de acordo com a proposta de A.A.FERNANDES (*1990b*, pp.364-373), a qual nos parece globalmente credível. Só, talvez, em relação a Hermígio Viegas se poderá aceitar que fosse filho do 2° matrimónio -o que, de resto, o autor cit. também admite - e por essa razão o colocámos como último dos frutos do 1° casamento. Em *LL*36AR5 ainda é indicado um *Pero Viegas*, tanto quanto sabemos documentado em 1141 (*GEPB*.XXXV.220), ano em que faz uma doação, pelo que também seria filho de Dordia Pais. Não o colocámos junto dos seus "hipotéticos" irmãos, uma vez que nem J.MATTOSO nem A.A.FERNANDES o incluiram no rol dos filhos do Aio, pelo que admitimos que ambos rejeitem aquela hipótese de filiação (*1981*, pp.196-199 e *1990b*, pp.364-373, respectivamente). Existe ainda uma *Ermesenda Viegas*, cit. em 1166 (*GEPB*.XXXV.210), com hipóteses de ser filha de Egas Moniz (eventualmente do segundo casamento), mas que também não é referida por aqueles dois autores.

q) A identificação de um filho deste casal com um Monio Hermiges (II), abade de Paço de Sousa em 1170 e falecido em 1202, foi proposta por J. Rigaud de Sousa e aceite

por J.MATTOSO (*1981*, p.191). No entanto, e atendendo à cronologia de Monio Hermiges, atrevemo-nos a chamar a atenção para a hipótese de se tratar antes de Monio Hermiges III, filho de Hermígio Viegas III e documentado em 1165 (J.MATTOSO, *1981*, p.199).

r) Os dois filhos de Mem Viegas, Egas Mendes e Gonçalo Mendes, estão documentados em 1159 numa doação a Salzedas (cfr. A.A.FERNANDES, *1990b*, p.367). Por outro lado, este autor afirma ainda, no lugar cit., que aqueles dois irmãos estão na origem dos apelidos que constam na árvore genealógica e ainda dos Cardosos. Para estes, porém, não conseguimos encontrar nos trabalhos de Almeida Fernandes a demonstração dessa ligação, pelo que não a assinalámos, ao contrário das outras famílias referidas - Fonsecas, Bezerras e Mós - cujos argumentos que sustentam a sua ligação aos de Riba Douro nos parecem razoavelmente fundamentados e credíveis.

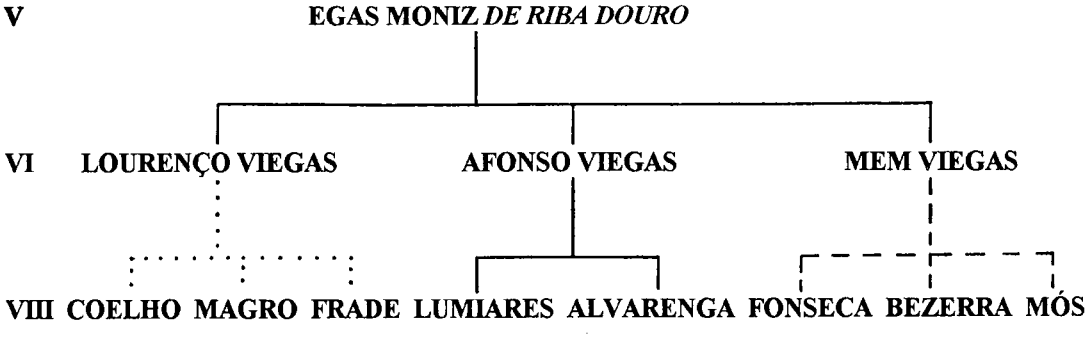
s) Vd. nota q).

t) Identificações propostas por A.A.FERNANDES (*1979-1982*, pp.110-112).

u) Em *LV*1AF8 afirma-se que Fruilhe foi casada em Leão e que não teve filhos. No entanto, sabe-se da existência de uma filha, Maria Fernandes, falecida antes da mãe e sepultada em Vila Boa do Bispo (A.A.FERNANDES, *1974*, p.111, nota 1).

RIBA DOURO > **LUMIARES**
> **ALVARENGA**
> **COELHO**
> **MAGRO**
> **FRADE**
> **FONSECA**
> **FERREIRIM**
> **BEZERRA**
> **MÓS**

As oito linhagens acima indicadas, e que a partir dos finais do século XII representam os de Riba Douro, têm um traço comum que as une, ou seja, descendem todas de um mesmo indivíduo, como se pode verificar pelo esquema seguinte:



Esta verificação leva-nos desde já a abordar a questão da "continuidade" da linhagem, o que não só nos permite completar o conjunto de características de que nos servimos para definir os de Riba Douro até aos finais do século XII, como também para começar a distinguir, entre si, as oito linhagens referidas.

Com efeito, a observação da árvore genealógica dos de Riba Douro permite-nos verificar que, pese embora a existência, desde a origem, de um número significativo de

ramificações e de uma razoável fecundidade das mesmas, chegados ao início do séc. XII só a descendência de Monio Hermiges I - Egas, Hermígio e Mem Moniz - tem continuidade. No entanto, e tendo o *Aio* e os seus irmãos tido, no conjunto, dezasseis filhos, só três - e todos de Egas Moniz - originaram ramos que passaram do séc. XII para a centúria seguinte[1].

O mesmo "fenómeno" também atingiu esses novos ramos. Assim, os de Lumiares, Frades, Bezerras e de Mós não ultrapassaram os meados do séc. XIII, os Magros desapareceram pelos finais da centúria, ou pouco depois, e só os de Alvarenga, Coelhos e da Fonseca atingiram plenamente o séc. XIV. Ou seja, só as três últimas não sofreram os efeitos dos - já tantas vezes citados - *fenómenos biológicos* , os quais conduziam as linhagens à extinção, ou porque recaíssem unicamente em representantes femininas e, logo, eram absorvidas pelas linhagens dos cônjuges, ou pela absoluta falta de descendentes[2].

Por outro lado, nem todas entroncam em Dom Egas Moniz da mesma forma, ou seja, enquanto que os de Lumiares e de Alvarenga são ramos legítimos daquele, já os Coelhos, Magros e Frades provêem de um ramo bastardo e, finalmente, os da Fonseca, Bezerras e de Mós só hipoteticamente - se bem que com algum fundamento - estão a ele ligados. Essas "distinções" são relevantes, uma vez que, como nos interessa definir o perfil das oito linhagens em questão, sobretudo pela análise comparativa dos seus percursos, através do património, do relacionamento com a corte e das alianças matrimoniais de cada uma, aquelas não podem ter deixado de influenciar, desde a "origem", esses mesmos percursos.

Quanto ao património, José Mattoso já teve a oportunidade de acentuar o facto de, por um lado, os descendentes de Afonso Viegas - Lumiares e Alvarenga - se terem mantido nas terras mais recentemente adquiridas pelos Riba Douro, ou seja, continuando a expansão encetada por Egas Moniz no vale do Douro e, por outro, de as linhagens do ramo bastardo - Coelhos, Magros e Frades - nada terem herdado dos bens de Lourenço Viegas[3]. Em relação

[1] Hermígio Moniz - se aceitarmos a filiação de Monio Hermiges II - teve um único filho, mas este foi abade de Paço de Sousa e, que se saiba, não originou nenhum ramo bastardo; Mem Moniz teve cinco filhas e um varão, Hermígio Mendes, que teve três filhos varões sem descendência; Egas Moniz teve nove filhos, três senhoras e seis varões; destes, e para além dos três indicados no texto, só Rodrigo Viegas teve um neto em varonia, Fernão Veilaz que morreu sem descendência conhecida. Finalmente, refira-se que das oito filhas apontadas só uma não casou, o que faz supôr uma considerável dispersão do vasto património de Egas Moniz e de Mem Moniz, beneficiando, como anteriormente dissemos, as linhagens dos respectivos conjuges e alguns mosteiros.

[2] No primeiro caso estão os Lumiares, Frades, Bezerras e Mós, e os Magros no segundo.

[3] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.168-169. Com efeito, as duas linhagens legítimas, especialmente os de Lumiares, tinham o seu património praticamente concentrado no actual distrito de Viseu, com destaque para

às linhagens supostamente provenientes de Mem Viegas - Fonseca, Bezerras e Mós -os seus bens (alguns dos quais, efectivamente, pertenceram ao *Aio*) concentravam-se também na Beira Alta, sobretudo nos c. de Resende, Lamego, Tarouca e S.Pedro do Sul, localização que confere algum crédito à possibilidade daquelas linhagens estarem ligadas a Egas Moniz.

A análise do contacto destas linhagens com a corte, não só permite ajuizar do grau de prestígio de cada uma, mas também matizar o quadro de localização patrimonial que acabámos de traçar, sobretudo em termos de mobilidade geográfica. Antes, porém, convirá também matizar o grau daquele relacionamento: assim, só os de Lumiares, de Alvarenga, Coelhos e Magros surgem integrados nos meios cortesãos, os Bezerras têm um contacto pontual nos meados do séc. XIII, tal como os da Fonseca, mas estes renovam-no no segundo quartel da centúria seguinte e, finalmente, os Frades e de Mós não têm qualquer ligação com a corte. Entre as quatro primeiras também há variações, que vão desde a rico-homia (Lumiares e Alvarengas) até à privança régia (Coelhos e Magros).

Um traço comum, finalmente, une as linhagens que, independentemente do grau de importância ou de proximidade, se relacionaram com a corte e que se articula, como disséramos, com a mobilidade geográfica do património. Exceptuando os Lumiares e os Bezerras, extintos nos meados do séc. XIII, todas as outras constituiram núcleos patrimoniais em Coimbra, Leiria, Santarém ou Lisboa, e respectivos termos[4], vilas e cidades bem afastadas do "berço" beirão, mas profundamente marcadas pela presença da corte régia, sobretudo a partir de D.Afonso III.

Para completar o quadro definidor destes novos ramos "dos de Riba Douro" resta-nos analisá-los na perspectiva das suas alianças matrimoniais. Como seria de esperar, o nível dessas alianças está intimamente ligado aos dois aspectos analisados anteriormente, sobretudo com o das relações de cada linhagem com a corte.

---

os concelhos de Cinfães, Resende, Lamego, Castro Daire, Tarouca, Vila Nova de Paiva, Sernancelhe e Penedono, e ainda nos de Meda e de Vila Nova de Foz Coa, já no distrito da Guarda mas como os outros, inseridos na bacia do Douro. Outro traço comum a Lumiares e Alvarengas é a posse de bens no distrito de Aveiro, o que confirmará a hipótese de a família da mulher de Afonso Viegas ser daí originária (IDEM, *ibidem*, vol.I, p.168). Quanto às três linhagens de origem bastarda, nada se encontra que permita contradizer a afirmação do autor citado, relativamente aos Frades e aos Magros, mas quanto aos Coelhos ela deverá ser matizada (Vd. COELHO).

[4] O que não quer dizer que não se tenham constituído núcleos importantes em áreas diversas como, por exemplo, no Entre-Douro-e-Minho. De momento, porém, interessa-nos dar em traços gerais, e comparativos, os caracteres definidores das oito linhagens, deixando essas variações para os textos que a seguir serão dedicados a cada uma delas.

Com efeito, os Frades, de Mós, da Fonseca e os Bezerras, ou seja, os dois primeiros sem qualquer contacto com a corte e os dois últimos com um relacionamento esporádico ou mais tardio, revelam a tendência para se associarem a linhagens de pouco relevo social, e implantadas em zonas mais ou menos próximas da área de implantação patrimonial daquelas quatro linhagens[5]. Os Magros, muito embora ligados à corte, não parecem ter superado o "estigma" da bastardia, ligando-se apenas à burguesia da cidade de Coimbra, em cujo termo se concentrava o seu património.

Este panorama altera-se radicalmente com as linhagens que nos falta analisar. As alianças dos Lumiares com os Sousas, Braganças, Barbosas ou Riba de Vizela, evidenciam a sua ligação aos meios cortesãos, bem como o poder e o prestígio que tiveram até à extinção. Os Alvarengas e os Coelhos, se bem que a um nível inferior, também revelam as suas ligações cortesãs, cruzando-se com Barretos, Valadares, Portocarreiros ou Vasconcelos[6].

O quadro até aqui traçado demonstra, quanto a nós, e uma vez mais, a importância da articulação dos três vectores escolhidos - património, relações com a corte e estratégias matrimoniais - para definir e caracterizar os percursos das várias linhagens. Chegou a altura de conhecermos de perto aqueles que os protagonizaram e deram vida àquele quadro.

4.6.1. LUMIARES

Os de Lumiares surgiram-nos, até aqui, como o ramo dos senhores de Riba Douro que mais se aproximou do estatuto que estes tinham tido ao longo do séc. XII. A razão de ser dessa aproximação ter-se-à ficado a dever, em grande medida, à manutenção da rico-homia, em articulação com uma política de alianças matrimonias estabelecidas ao mais alto nível: Afonso Viegas foi tenente de Baião (1134-1141 e 1150-1170), de Penaguião (1134-1144), e

[5] Os Frades e os de Mós casam entre si e desaparecem na geração seguinte; os Bezerras também desaparecem numa geração e nem se sabe o nome das linhagens com quem se cruzam, o que abona pouco sobre o seu prestígio; os da Fonseca, finalmente, que no séc. XIII casam com Medãs, Babilões e Alvelos, linhagens da pequena nobreza local, só nos meados da centúria seguinte parecem elevar o nível das alianças, mas sem passarem a "mediania" dos Peixotos, Carvalhos ou Moreiras.

[6] Os Alvarengas, nas gerações iniciais, chegaram mesmo a manter um nível de alianças próximo ao dos seus primos de Lumiares, casando nas linhagens de Riba de Vizela e de Baião.

de Lamego (1147)[7]; o filho, Pero Afonso, que casou com uma filha bastarda de D.Afonso Henriques, foi tenente de Neiva (1187) e de Trancoso (1184)[8]. O estatuto de rico-homem foi mantido na geração seguinte, através de seu filho Abril Pires, como teremos oportunidade de ver. Quanto ao património, o destaque vai, naturalmente, para a posse do couto de Lumiares, do qual a linhagem tirou o nome.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta reconstituição tratará da descendência dos dois casamentos de Dom Pero Afonso de Riba Douro[9]. Pelo que deixámos exposto na nota anterior, Fernão Pires será filho do primeiro matrimónio daquele, enquanto que Abril, Sancha e Aldara Pires são filhos de Pero Afonso e de Urraca Afonso[10]:

VIII1 - FERNÃO PIRES [DE LUMIARES] DAS CHÃS, *Pelegrim*[11], que, ao

[7] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.997, 1013 e 1018.

[8] IDEM, *ibidem*, vol.II, pp.1004 e 1023.

[9] Os livros de linhagens não são concordes quanto ao facto de ele ter contraído um ou dois matrimónios: assim, em *LL*36AR6 indicam-lhe quatro filhos do casamento com Urraca Afonso (Abril, Fernão, Sancha e Aldara), mas em *LL*38A7 diz-se que Fernão Pires era *irmão dos Lumiares, e liidimo, mas foi de outra madre*, afirmação que parece confirmada pelo *Livro do Deão*, que apenas dá Abril Pires e as duas irmãs como filhos de Urraca Afonso (*LD*10A2). A possibilidade de um casamento anterior ao efectuado com Urraca Afonso - e do qual teria nascido Fernão Pires - parece ter algum fundamento, uma vez que na doação de Avô, de 1185, feita por D.Afonso Henriques à sua filha bastarda, o monarca declara expressamente que a transmissão do referido senhorio só poderá ser feita aos filhos de Urraca e de Pero Afonso, e nunca aos que este tenha de outro matrimónio, já realizado ou a realizar (*DMP-DR*.356, cit. por A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, p.440 - nota 505; a tentativa de identificação da primeira mulher de Pero Afonso, aí proposta por este autor, segundo a qual essa senhora seria uma *Bragança*, parece-nos bastante frágil).

[10] O senhorio de Avô, referido na nota anterior, foi posteriormente trocado pelo de Aveiro, por escambo efectuado entre D.Sancho I e a sua irmã e cunhado, em 1187 (*DS*.19). O casal, em Jan. de 1216, doou ao mostº de Tarouca 1000 moios de sal retirados das salinas daquele senhorio (B.SÁ-NOGUEIRA, *1988a*, pp.184-185).

[11] Fernão Pires é quase sempre referido com a alcunha de *Pelegrim* (Peregrino?), quer nos vários livros de linhagens quer na documentação (*PMH-Inq.*, p.1257). A designação *das Chãs* surge apenas em *LV*1Y9, e justifica-se pelos bens que terá herdado na fg. de S.Martinho das Chãs, junto ao couto de Lumiares (c. de Armamar).

contrário do irmão, está pouco documentado, só o encontrámos na corte em 1202 e em 1207 a confirmar diplomas de D.Sancho I[12]. Para além dos bens que terá possuído junto ao couto de Lumiares[13], as Inq. de 1258 indicam-lhe outros, sitos no j. de Barroso[14]. Atendendo ao afastamento destes bens em relação à Beira Alta, é provável que os mesmos tenham sido obtidos através de uma das suas duas alianças. Assim, casou primeiro[15] com **URRACA VASQUES DE BRAGANÇA**, de quem teve:

IX1 - URRACA FERNANDES DE LUMIARES I, que c.c. Afonso Pires Gato (Vd. GATO).

Do segundo casamento, efectuado com **URRACA NUNES DE BRAGANÇA**, teve:

IX2 - URRACA FERNANDES DE LUMIARES II, que c.c. João Garcia de Sousa (Vd. SOUSA).

IX3 - SANCHA FERNANDES DE LUMIARES, *Meninha Sandia* (*LL*38A7).

Do segundo casamento de Pero Afonso, como dissemos, nasceram:

VIII2 - *Abril Pires de Lumiares*, que segue;

VIII3 - SANCHA PIRES DE LUMIARES, que c.c. Pero Rodrigues Girão (Vd. GIRÃO).

VIII4 - ALDARA PIRES DE LUMIARES, que nos aparece referida entre 1225 e 1272, beneficiou largamente o mostº de S.João de Tarouca - deixando-lhe todos

[12] *DS*.docs. 144, 170 e 171.

[13] Vd. nota 11.

[14] *PMH-Inq.*, p.1257.

[15] Sobre a ordem dos seus dois casamentos, vd. a árvore genealógica dos *Bragançãos*, nota i).

os bens que tinha em Aveiro e em Lumiares - aonde foi sepultada[16].

VIII2 - ABRIL PIRES DE LUMIARES foi, sem qualquer dúvida, uma das figuras mais marcantes do segundo quartel do séc. XIII, sobretudo pelo seu envolvimento nos sucessos políticos que conduziram à deposição de D.Sancho II. Senhor de uma vasta fortuna patrimonial - adquirida por herança e acrescentada pelo casamento e à custa de inúmeras usurpações - e parente próximo da família real, o seu poder político não desmerece dos "atributos" anteriores: para além da mordomia-mor, exercida esporadicamente em 1226, o que na verdade nos impressiona é o número de tenências que ocupou - Guarda (1229-1241), Lamego (1222-1232 e 1239-1244), Marialva (1229), Pinhel (1233-1243), Riba de Paiva (1241), Tarouca (1229), Trancoso (1226 e 1229-1245) e Viseu (1222-1229 e 1238-1243)[17]. Esta concentração, numa só pessoa e num mesmo território, terá feito de Dom Abril Pires o verdadeiro "senhor" da Beira Alta, sobretudo se pensarmos em que período aquelas tenências foram exercidas. A sua carreira política parece estar ligada aos interesses da linhagem de Sousa, quer na questão que opôs D.Afonso II às irmãs quer na defesa do partido do *Bolonhês*, que apoiou contra D.Sancho II. Viria a morrer na lide de Gaia (1245), frente ao seu principal inimigo e rival, Dom Martim Gil de Soverosa, valido do monarca[18].

Aos bens herdados de seus pais - entre os quais se destacam o couto de Lumiares[19], o senhorio de Moimenta da Beira e o terço da vila de Aveiro[20] - acrescentou, por compra ou por usurpação, outros situados nas terras de Neiva, Tarouca e de Viseu, e

[16] Uma biografia desta senhora encontra-se na *GEPB*.XXI.240-241. Sobre a doação referida, cfr. ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°5, fls.74v°-75 (publ. no *Milenário de Aveiro (...)*, vol.I, doc.XLII, pp.77-78) e B.SÁ-NOGUEIRA, *1988a*, pp.185-186.

[17] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.990, 1017, 1019, 1021, 1023, 1024, 1025, 1036 e 1037. Parece que em 1218 é referido como tenente de Penafiel de Sousa, o que se explicaria pelo seu casamento (A.A. FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, p.35).

[18] Sobre o seu envolvimento na política da época, cfr.*GEPB*. XXI.235-238, J.MATTOSO, *1985a*, pp.64-68, L.VENTURA, *1992*, vol.I, pp.422-446 e 454 e A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, pp.34-38.

[19] Sobre o couto de Lumiares e os seus paços, cfr. A.A. FERNANDES, *1981*, pp.114-116.

[20] Teve ainda, por herança paterna, as honras de Queimada e de Queimadela (c. de Armamar), de Penso (c. de Sernancelhe), e de Beba (c. de Resende).

ainda em Coimbra[21]. Notáveis, porém, foram os que obteve de alguns municípios, no exercício, bem violento diga-se, das suas funções governativas, nos j. de Viseu, de Penedono, de Penela da Beira e de Numão, e cujos ecos ainda ressoavam aquando das Inq. de 1288-90[22]. Pelo seu casamento com **SANCHA NUNES DE BARBOSA**, os seus interesses dominiais alargaram-se mais para Norte, concretamente ao j. de Penafiel de Sousa, onde possuíu parte das honras de Oldrões, Galegos e Barbosa[23]. Deste casamento nasceram:

IX4 - PERO ABRIL DE LUMIARES, do qual apenas sabemos que não teve descendência e que foi gafo.

IX5 - *Nuno Abril de Lumiares*, que segue;

IX6 - URRACA ABRIL DE LUMIARES[24], que casou primeiro com João Martins de Riba de Vizela (Vd. RIBA DE VIZELA), e depois com Fernão Garcia de Sousa (Vd. SOUSA).

IX4 - NUNO ABRIL DE LUMIARES que, tal como seu irmão, foi gafo e não teve descendentes (*LL*36AU8), só nos aparece referido num doc. de 1245, relativo a uma composição com o most° de Tarouca[25]. Por sua morte, todo o património dos senhores de Lumiares deverá ter passado para a sua irmã Urraca Abril.

---

[21] *GEPB*.XXI.236-237.

[22] ANTT, *Gavetas*, VIII-3-7 (Perg.20) e *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fls.1v°, 1v°-2 e 2, respectivamente.

[23] *GEPB*.XX.936-937.

[24] Pelo falecimento de seus irmãos, sem descendência, a maior parte do património dos Lumiares passou para as suas mãos, acabando por beneficiar o seu filho Pero Anes de Riba de Vizela.

[25] L.VENTURA, *1992*, Vol.I, p.454.

4.6.2. ALVARENGA

Segundo ramo legítimo dos de Riba Douro, os de Alvarenga, sem terem atingido um estatuto idêntico ao dos seus primos de Lumiares, conseguiram manter, ao longo das várias gerações, um contacto frequente com os meios cortesãos. Essa proximidade materializou-se através do exercício de diversos cargos - desde tenências até ao acompanhamento de príncipes - e, tal como já tínhamos referido, de uma política de alianças que privilegiou a aproximação a linhagens "cortesãs". Quanto ao património, o destaque vai para dois núcleos principais: um inicial, centrado em torno da honra de Alvarenga[1], e que atingia os concelhos mais ocidentais do distrito de Viseu, prolongando-se mesmo para a margem norte do Douro até Baião, Penaguião e Marco de Canavezes; e um outro - constituído a partir do séc. XIII - mais a Sul, centrado em torno das áreas urbanas de Leiria e de Santarém.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Os de Alvarenga descendem também de Afonso Viegas de Riba Douro, através de seu filho Egas Afonso. Rico-homem como seu pai, surge pela primeira vez na corte em 1179[2], sendo depois tenente de Sanfins (1189)[3] e de Lafões (1199)[4]. Foi casado com Sancha Pais

---

[1] Também foi deles a honra de Cresconhe, no j. de Sanfins (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-7 - A fonte agora cit., relativa às Sentenças de 1290, refere ainda que a honra tinha sido de Dom Egas Moniz e que nela tinha sido criado o nosso primeiro rei); também foram senhores da honra de Mões (fg. de S.Pedro de Mões, c. de Castro Daire), e de parte da vila de S.Miguel - fg. de Nespereira, c. de Sinfães (*GEPB*.XVII.504 e XXVII.571, respectivamente).

[2] *DMP-DR*.340.

[3] *GEPB*.XXXVII.666.

[4] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1017.

Curvo[5], filha do senhor de Toronho, de quem teve:

VIII1 - LOURENÇO VIEGAS DE ALVARENGA, que se deverá poder identificar com um homónimo, tenente da Guarda em 1203[6]. Que aquele era próximo de D.Sancho I[7], se pode deduzir do facto de o monarca se ter empenhado no seu casamento com **MOR PAIS**, de linhagem desconhecida mas que tinha sido criada em casa do rei, como este expressamente refere na doação que fez ao casal, em Outubro de 1205, da vila de Lourosa, no t. de Lafões[8]. Dom Lourenço Viegas e sua mulher, que as Inq. de 1258 referem pelos abusos cometidos na fg. de Ribafeita (c. de Viseu)[9], tiveram os seguintes filhos:

IX1 - GOMES LOURENÇO DE ALVARENGA, figura que nos aparece pouco documentada, mas de quem se guardou a memória pelo seu envolvimento numa saborosa "estória", transmitida pelo *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* (*LL*36BN9). No entanto, se é possível que os sucessos aí relatados sejam verídicos não o é, seguramente, o desfecho, uma vez que Gomes Lourenço ainda era vivo no reinado de D.Sancho II, cometendo abusos na já referida fg. de Ribafeita[10]. Não se lhe conhecem filhos.

IX2 - SANCHA LOURENÇO DE ALVARENGA, que é desconhecida pelos livros de linhagens. As Inq. de 1258 afirmam expressamente a sua filiação e que era *soror de Lorbano*, indicando ainda os bens que herdara dos pais na fg. de Ribafeita[11].

---

[5] Curiosamente, o nome *Curvo* foi utilizado nas gerações seguintes por vários dos de Alvarenga, que optaram pelo "apelido" daquela sua avó.

[6] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1016. É pelo menos essa a opinião de A.A.FERNANDES (*1991-93*, vol.I/2, pp.287-288), e, atendendo à sua filiação e à proximidade com D.Sancho I, essa identificação não nos parece inviável.

[7] Encontra-se na corte entre 1204 (ou 1203) e 1211 (L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.353).

[8] *DS*.160, cit. por L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.580 (nota 4 - onde se referem outros bens comprados pelo casal em Sanfins e em Lafões, respectivamente em 1212 e em 1229).

[9] *GEPB*.XXV.505-506.

[10] *PMH-Inq.*, p.885.

[11] *PMH-Inq.*, p.885. Também teve bens em Oleiros, no j. de Sanfins (L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.583).

IX3 - FERNÃO LOURENÇO DE ALVARENGA, escd°, também omitido pelos nobiliários medievais[12], e que em Jul. de 1262 testemunhou uma doação feita ao most° de S^a^ Cruz de Coimbra[13]. Também não lhe conhecemos descendentes.

VIII2 - *Paio Viegas de Alvarenga*, que segue;

VIII3 - GOMES VIEGAS DE ALVARENGA, que é ignorado pelos livros de linhagens, surge em 1212 como vassalo da rainha Dona Sancha ou de Dom Gonçalo Mendes de Sousa II[14]. Neste mesmo ano vendeu ao irmão, Lourenço Viegas, uma herdade no j. de Sanfins[15]. Em 1229, com o acordo da sua irmã Mor Viegas, doou à Ordem de Calatrava um casal sito em Alvarenga[16]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

VIII4 - PERO VIEGAS DE ALVARENGA, que não encontrámos documentado, e sobre o qual só sabemos que, de uma barregã proveniente de Toronho (*LL*36BF8), teve:

IX7 - GOMES PIRES DE ALVARENGA, cav° vassalo do reique esteve presente, juntamente com o seu primo Lourenço Pais (IX5), na conquista de Sevilha, em 1248, pelo que foi beneficiado pelo respectivo «repartimiento»[17]. Regressado a Portugal, surge pela primeira vez em 1253, a testemunhar diplomas relativos a Dom João de Aboim[18]. Dois anos depois aparece-nos, junto com seu irmão Estêvão, em circunstâncias um tanto invulgares: tendo os seus dois outros irmãos, Fernão e Paio Pires, sido assassinados por gente do concelho de Elvas, prometeram ambos, perante o rei, perdoar o dito concelho e não se vingarem ou

[12] Supusemos que fosse filho de Lourenço Viegas e não de Lourenço Pais (IX5), uma vez que o test° deste último (1280), muito pormenorizado, não lhe faz qualquer referência.

[13] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a^ Cruz de Coimbra*, L°8, fls.34-34v°.

[14] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.353.

[15] IDEM, *ibidem*, vol.II, p.581.

[16] IDEM, *ibidem*.

[17] H.DAVID, *1986*, p.23.

[18] *LBJP*, docs. XXV e XXVI.

fazerem mal a nenhum dos seus vizinhos durante 50 anos[19]. As razões que levaram àquelas duas mortes não são apresentadas, mas o perdão, provavelmente imposto pelo monarca, leva-nos a aceitar que Fernão e Paio Pires tenham cometido violências e sérios abusos contra as gentes de Elvas, a ponto de provocar uma reacção que não terá muitos paralelos. Gomes Pires ainda viveria em 1290, ano em que é referido como Alvazil-mor do Rei numa carta relativa a uma contenda entre Noudar e Arouche por direitos de pastagens[20]. Foi c.c. **SANCHA GONÇALVES CORREIA**[21], de quem teve:

X6 - FERNÃO GOMES DE ALVARENGA, cav°, cuja alcunha - o *Cousa Maa* (*LL*36BF9) - parece abonada pela documentação. Assim, em 1302, desejando o monarca comprar-lhe um campo situado nos arredores de Santarém, para aí instalar os gafos, e depois de avaliado em 150 lbs., teve a referida compra de ser feita por expropriação, uma vez que o proprietário não se podia encontrar em parte alguma[22]. Quatro anos volvidos, e porque devia 900 lbs. aos judeus de Santarém, foram-lhe confiscados vários bens pelo sacador das dívidas do rei, bens esses - entre os quais um cavalo - que foram vendidos no ano seguinte[23]. Muito embora os livros de linhagens digam que não casou nem teve filhos (*LL*36BF9), sabemos que à data daquela penhora (1306) estava casado, muito embora não se saiba com quem, nem tão pouco se teve descendência.

---

[19] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.151v° (doc. de 4 de Abril, feito em Santarém e testemunhado por Dom Gil Martins, mordomo-mor, Estêvão Anes, chanceler, Dom João de Aboim, vice-alferes, Dom Egas Lourenço, Martim Dade, alcaide de Santarém, Fernão Curutelo e João Viegas, *miles* de Santarém, e Aires Fernandes, sobrinho do bispo da Guarda).

[20] ANTT, *Gavetas*, XVIII-3-22 (publ. nas *GAVETAS*, vol.VIII, pp.299-301). Em 1315, na resolução de uma contenda que opunha os concelhos de Moura e de Noudar aos de Sevilha e de Arouche, Gomes Pires foi referido a propósito dessa diligência de 1290 (ANTT, *Gavetas*, XVIII-9-4 (cit. na *ML*.VI.231, e publ. nas *GAVETAS*, vol.IX, pp.414-421).

[21] Em 1253 já estavam casados (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.584 - nota 2).

[22] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.17-17v° (doc. de 28 de Dez., cit. por H.G.BARROS, *1945-54*, vol.VIII, pp.311-312).

[23] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.57-57v° (doc. de 23 de Jul. de 1306, relativo à confiscação, publ. por M.J.P.FERRO, *1979*, doc.7); IDEM, *Gavetas*, XIII-1-6 (doc. de 2 de Set. de 1307, relativo à venda).

X7 - MARIA GOMES DE ALVARENGA, que c.c. Martim Pires Froião (Vd. FROIÃO).

IX8 - FERNÃO PIRES DE ALVARENGA, cavº que ainda vivia em 1253 quando, juntamente com o seu irmão Gomes Pires, testemunhou um diploma relativo a Dom João de Aboim[24], mas que, como já afirmámos, foi morto pelo concelho de Elvas antes de Abril de 1255[25], facto que os nobiliários registaram (*LL*36BG9).

IX9 - PAIO PIRES DE ALVARENGA, igualmente assassinado, e, tal como o seu irmão Fernão Pires, não foi casado nem teve descendência (*LL*36BG9).

IX10 - N. PIRES DE ALVARENGA, que foi freira em Lorvão (*LL*36BF8).

IX11 - ESTÊVÃO ANES DE ALVARENGA[26], omitido pelos livros de linhagens, mas expressamente referido como irmão de Gomes, Fernão e Paio Pires no perdão dado ao concelho de Elvas, o qual também subscreveu[27]. Nada mais soubemos a seu respeito.

VIII5 - ALDARA VIEGAS DE ALVARENGA, que c.c. Lopo Afonso de Baião (Vd. BAIÃO).

VIII6 - MOR VIEGAS DE ALVARENGA, omitida pelos livros de linhagens, mas que se encontra documentada em 1229[28]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

VIII2 - PAIO VIEGAS DE ALVARENGA, que só conhecemos através das Inq. de 1288, as quais referem que teve uma quintã em Sande (fg. de Santiago de Sande, j. de Lamego), que àquela data pertencia a Salzedas, à Sé de Lamego e a filhos d'algo[29]. Do seu casamento com **TERESA ANES DE RIBA DE VIZELA**, nasceram:

---

[24] Vd. nota 18.

[25] Vd. nota 19.

[26] O patronímico "Anes", claramente referido no doc. de perdão de 1255 - *ego Gomecius Petri de Alvarenga miles et Stephanus Johanis fratuus meus* - poderia ser o de sua mãe.

[27] Vd. nota 19.

[28] Vd. nota 16.

[29] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.31vº.

IX4 - *Pero Pais de Alvarenga I*, que segue;

IX5 - LOURENÇO PAIS DE ALVARENGA, que, tal como o seu primo Gomes Pires, esteve presente na conquista de Sevilha e é referido pelo respectivo «repartimiento»[30], foi tenente de Parada, pela mão do sogro, Dom Pero Fernandes Portugal[31]. Foi também autor de diversos roubos e malfeitorias - talvez alguns em parceria com o irmão[32] -condenados pelo monarca: assim, em 1279, D.Dinis ordenou ao juiz de Sanfins que o obrigasse a entregar ao most° de Tarouquela 2 casais que trazia sonegados à força[33]; no ano seguinte, a 8 de Out., foi a vez de o vigário de Lamego pronunciar uma sentença contra ele, por não cumprir um legado testamentário deixado pela mulher à Sé de Lamego, a qual foi enviada ao meirinho-mor do reino, Vasco Martins Pimentel[34]. Notável, porém, é o seu test°, datado de 16 de Maio de 1280, e no qual, para além de designar o most° de Vila Boa do Bispo para local de sepultura, o próprio Lourenço Pais admite muitos desses roubos deixando mais de 900 lbs. para os remir[35]. Lourenço Pais pouco tempo sobreviveu à sua "manda", falecendo antes de 23 de Abril do ano seguinte. Foi c.c. **MAFALDA PIRES PORTUGAL**, de quem teve:

X5 - FRUILHE LOURENÇO DE ALVARENGA, referida como monja de Arouca em 1281, ano em que outorgou o test° de seu pai e se dispôs a

---

[30] H.DAVID, *1986*, p.17.

[31] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.583.

[32] IDEM, *ibidem*, vol.II, pp.581-582.

[33] ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, cx.2, m°8, n°42a.

[34] M.G.COSTA, *1977-79*, vol.II, p.527.

[35] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°4, n°4 a). O referido test°, feito em 1280 - parte na sua quintã de Sande e parte no most° de Vila Boa do Bispo - e selado com o selo de Lourenço Pais, foi já resumido por L.VENTURA (*1992*, vol.II, pp.582 - nota 1 e 584 - nota 4). Para além dos dados já avançados por esta autora, acrescente-se que o texto do test° permite afirmar que Lourenço Pais era pessoa de posses, a ponto de emprestar quantias significativas: para o pagamento de dívidas e dos tais roubos, deixou 11 dobras e 2 vasos de prata, e o dinheiro que emprestara - 100 lbs. a um cónego do Porto, 25 lbs. a um alfaiate da mesma cidade, 30 lbs. a um cidadão do dito burgo, 55 lbs. ao prior de Mancelos, 300 lbs. a Martim Vasques e 400 lbs. a Martim Afonso de Resende. A filha de Lourenço Pais e o abade de Vila Boa do Bispo ficaram por testamenteiros, sendo testemunhas João Pires e Egas Pires Porcalho, cav°s.

cumprir as disposições finais daquele[36]. Não sabemos em data faleceu.

IX6 - SANCHA PAIS DE ALVARENGA, que casou primeiro com Nuno Mendes Queixada (Vd. QUEIXADA), e depois com Fernão Gomes Barreto (Vd. BARRETO).

IX4 - PERO PAIS *CURVO* DE ALVARENGA I, rico-homem da corte de D.Afonso III, foi tenente de Sanfins (1258)[37]. Data de 1248 o primeiro doc. em que o encontrámos referido, sendo então obrigado, por sentença, a entregar uma herdade ao cabº lamecense[38]. Este terá sido um dos abusos cometidos por *Dom Pero Pais Curvo* durante o conturbado reinado de D.Sancho II, e ainda recordados pelas Inq. de 1288[39]. Casou, antes de 1261[40], com **GUIOMAR AFONSO GATO**, sua prima[41]. Em 1270 fazem ambos um escambo com Mor Afonso, irmã de Dona Guiomar, dando-lhe tudo o que tinham em Vila Verde, no t. de Paiva, em troca por tudo o que aquela recebera dos pais em S.Martinho de Mouros[42]. Viviam ainda em 1284, e é possível que tenham sido sepultados, pelo menos Pero Pais, no mostº de Vila Boa do Bispo[43]. Tiveram os

[36] Para as poder cumprir fez um acordo com o outro executor testamentário, o abade de Vila Boa do Bispo, que recebeu dela a quintã de Sande e lhe entregou o terço da ganhadia e o quinto da avoenga que Lourenço Pais deixara ao mostº (12,5 casais no t. de Benviver), mais 300 lbs. (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº4, nº4 a).

[37] A sua biografia já se encontra elaborada (L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.580-585), pelo que nos limitaremos a fazer ligeiros acrescentos a esse texto.

[38] ANTT, *CD - Sé de Lamego*, Lº45, fls.247-247vº. Um outro diploma, não datado mas do séc. XIII, refere-o como fiador de uma quintã incluída nas arras asseguradas por um Martim Pais a Elvira Hermiges (A.CRUZ, *1945*, p.45).

[39] "*no tempo das roubas de Rey don Sancho tyo deste Rey*", andava com Pero Pais um Martim Galego que derrubou um padrão de limite de reguengos na fg. de S.Martinho de Cavanhão, na terra da Rocha (c. de Castro Daire)- ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.58. As mesmas inq. referem que teve a h. de Goia (fg. de S.Martinho de Moimenta do Douro, c. de Cinfães), bem como vários lugares na fg. de S.Pedro da Teixeira, no j. de Baião (IDEM, *ibidem*, Lº$, fl.24vº, e *Gavetas*, III-10-18, Perg.6, respectivamente).

[40] Talvez mesmo em 1254, data em que o rei doa, e couta, a Dona Guiomar Afonso, a aldeia de Codeceiro, no t. da Guarda (R.C.GOMES, *1987*, p.121), e que L.VENTURA entende que possa ser mesmo uma *donatio propter nuptias* (*1992*, vol.II, p.582). Também tinha uma casa em Mesão Frio, na fg. de S.Nicolau, que era honrada por c. régia (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.6).

[41] Filha de Afonso Pires Gato e de Urraca Fernandes de Lumiares I.

[42] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, Lº de Dona Mor Martins, fl.72 (doc. de 27 de Jan, testemunhado, entre outros, por Dom Lopo Afonso e Dom Fernão Afonso Gato, irmãos de Dona Guiomar). Os bens entregues por Pero Pais e Guiomar Afonso também provinham da herança desta.

seguintes filhos:

X1 - *Martim Pires de Alvarenga*, que segue;

X2 - **ESTEVAÍNHA PIRES DE ALVARENGA**, que casou primeiro com Mem Rodrigues Rebotim (Vd. REBOTIM), e depois com Martim Gomes Correia (Vd. CORREIA).

X3 - **PERO PIRES *CURVO* [DE ALVARENGA]**, cav°, omitido pelos livros de linhagens, e que é referido em 1275 com o padroado da ig. de Torredeita, no c. de Viseu[44]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

X4 - **ESTÊVÃO PIRES *CURVO* [DE ALVARENGA]**, também esquecido pelos nobiliários medievais, surge pela primeira vez em 1271 a testemunhar um escambo feito entre D.Afonso III e o convento de Chelas[45]. Vivendo em Lisboa, é referido dez anos depois como testamenteiro de uma Dona Susana, cidadã daquela cidade[46]. A hipótese de Estêvão Pires estar próximo dos meios cortesãos poderá ser reforçada com o facto de ter casado com **MOR MIGUÉIS**, filha de Miguel Fernandes, eichão-mor de D.Dinis[47]. Foram, provavelmente, os pais de:

XI6 - **LOPO ESTEVES DE ALVARENGA**, vassalo e partidário de D.Dinis aquando da guerra civil de 1319-24[48], foi um dos que, em 1321, testemunhou o rol das queixas do monarca contra o infante herdeiro[49]. No ano anterior o rei tinha recompensado a sua lealdade, legitimando um seu bastardo, tido em **MOR PIRES**:

---

[43] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.583. Pero Pais faleceu antes de 1288, porque nas inq. desse ano já eram os seus filhos que estavam na posse de 4 casais do referido most°, sitos no j. de Benviver (ANTT, *Gavetas*, III-10-18, Perg.3).

[44] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.582 - nota 3.

[45] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.582 - nota 4.

[46] ANTT, *CR - Most° de Santo Agostinho de Lisboa*, m°1. n°2.

[47] Em 1283 vendem ambos, por 1000 lbs. duas casas sitas na fg. de S.Julião de Lisboa, venda que é testemunhada pelo dito eichão-mor (ANTT, *MC - Most° de Santos-o-Novo*, m°1, n°249).

[48] J.MATTOSO, *1985a*, p.303. Juntamente com Fernão Rodrigues Bugalho, foi enviado por D.Dinis a Coimbra para trazer as cartas que o Infante Dom Afonso dizia provarem as traições do bastardo Afonso Sanches (*Cr.7Reis*.II.91).

[49] ANTT, *Gavetas*, XI-8-37.

XIII - **FERNÃO LOPES DE ALVARENGA**, leg. por c. dada em Santarém, a 27 de Jun. de 1320[50]. Nada mais apurámos a seu respeito.

X1 - **MARTIM PIRES *CURVO* DE ALVARENGA**, cav° que aparece pela primeira vez em 1276[51], surge dois anos depois como vassalo da *Casa* do futuro rei D.Dinis, recebendo 300 lbs. de soldada[52]. Em 1290 é referido como testemunha de um acordo feito entre o most° de Tarouquela e vários cavaleiros[53]. De seus pais herdou vários bens nos j. de Sanfins e de Mesão Frio[54], adquirindo outros, por compra ou por abuso, nos de Lamego, de Baião e de Penaguião[55]. Como acabámos de ver, e tendo frequentado a corte, pelo menos na *juventude*, os seus interesses patrimoniais parecem tê-lo feito regressar às "origens". Esta ideia parece confirmada por um diploma de 1308, estando já casado com **INÊS PAIS DE VALADARES**, relativo a uma sentença régia que o obrigava e a sua mulher a abandonarem um casal do t. de Viseu, onde faziam moradia e pousadia[56]. No ano seguinte, a 1 de Março, estando em Cresconhe, fazem ambos um escambo com a abad[a] do most° de Entre-os-Rios, doando todo o herdamento e honras que possuiam em Cidadelhe - e que tinham pertencido à avoenga do pai e avô paterno de Dona Inês - recebendo em troca o padroado e tudo o mais que o most° tinha em Mões[57]. Desaparecido depois das Inq. de 1307-11[58] não

[50] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.132.

[51] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.582 - nota 2.

[52] A.B.FREIRE, *1916*, p.58.

[53] ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, m°10, n°3.

[54] Depois de seu pai, trazia por honra um casal na aldeia de Ventosela, na fg. de S.Tiago de Piães (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.23v°); de sua mãe parece ter recebido a casa que esta possuíra em S.Nicolau de Mesão Frio (vd. nota 40).

[55] No de Lamego tinha comprado com a mãe, já no tempo de D.Dinis, segundo o texto das Inq. de 1288, dois casais na fg. de S.Pedro de Punede e de S.Tiago de Mageija, no l. de Quintela, passando depois a honrar toda a aldeia, situação que foi proibida pelas Sentenças de 1290 (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.32, e *Gavetas*, VIII-3-7, Perg. 15, respectivamente); segundo as Inq. de 1307-11, no j. de Baião honrava vários casais da ig. da fg. de S[a] Marinha de Zêzere e, no de Penaguião, tinha um casal na fg. de S[a] M[a] de Sedielos (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fls. 77 e 78v°, respectivamente).

[56] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.63-63v°.

[57] ANTT, *Inc. 1912 - Most° de S° Clara do Porto - Entre-os-Rios*, m°186, n°331.

sabemos em que data faleceu Martim Pires, mas deveria ser bem mais velho que Dona Inês Pais, uma vez que esta ainda era viva em 1347[59]. Tiveram os seguintes filhos:

XI1 - *Pero Pais de Alvarenga II*, que segue;

XI2 - AFONSO MARTINS DE ALVARENGA, que segundo o Conde D.Pedro foi o melhor de todos os irmãos (*LL*26I5), surge em 1336 como cónego e procurador do cabido de Coimbra[60].

XI3 - NUNO MARTINS DE ALVARENGA, que segundo a mesma fonte morreu sem descendência.

XI4 - INÊS MARTINS DE ALVARENGA, que foi freira (*LL*26I5).

XI5 - ALDONÇA MARTINS DE ALVARENGA, que casou primeiro com Egas Gonçalves Barroso (Vd. BARROSO), e depois com Martim Mendes de Vasconcelos (Vd. VASCONCELOS).

XI1 - PERO PAIS DE ALVARENGA II, sobre o qual não encontrámos dados. O mesmo Conde D.Pedro afirma que foi casado com **JOANA RODRIGUES DE NOMÃES** e que *houverom geeraçom* (*LL*26I6), mas nada conseguimos apurar sobre isso[61].

---

[58] A última referência que temos é de 1318, mas não temos a garantia de que ainda fosse vivo: trata-se de um escambo feito pelo bastardo régio Afonso Sanches, no qual deu uma casa que anteriormente tinha comprado a um João Anes, criado de Martim Pires (*Documentos para a História da Cidade de Lisboa - Sumários de Lousada*, pp.259-260).

[59] A 22 de Jun. de 1347, a abadª de Arouca doou a Dona Inês Pais os serviços que o mostº recebia dos homens de Alvarenga, tal como o seu sogro, Dom Pero Pais, os tivera. No mês seguinte, porém, alguns moradores de Alvarenga apresentaram queixa contra Dona Inês, como representante do neto - trata-se de João Mendes de Vasconcelos, filho de sua filha Aldonça Martins - "moço pequeno", porque em nome dele tinham penhorado os serviços de Alvarenga. Apresentada a c. da referida doação, a queixa passou a ser feita contra o mostº mas, então, os moradores desistiram da demanda e aceitaram dar os serviços ao dito João Mendes (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº3, nºs. 12 e 13).

[60] ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº8, nº414.

[61] Atendendo, porém, ao facto de os direitos sobre Alvarenga aparecerem ligados a um sobrinho de Pero Pais, filho de sua irmã Aldonça (vd. nota 59), leva-nos a crer que essa geração não terá vingado, o que explicaria a passagem do senhorio de Alvarenga para os de Vasconcelos: D.João I, em 1385, confirmou a João Mendes de Vasconcelos - o "moço pequeno" de 1347 - a jurisdição de Alvarenga, tal como a tivera o seu avô Martim Pires (*BSS*.I.342). Quanto à continuação do uso do apelido *de Alvarenga*, é possível que ele tenha sido usado por algum ramo de Vasconcelos, ou pelos descendentes de Fernão Lopes de Alvarenga (XII1): talvez fosse seu filho um João de Alvarenga que, em 1371, nos surge em Évora como escdº de Rodrigo Afonso de Sousa (BPE, *Convento de S.Domingos de Évora*, Pasta de Pergs., nº9).

4.6.3. COELHO-FRADE-MAGRO

Analisadas que estão as duas linhagens que, durante o século XIII e XIV, representaram legitimamente os senhores de Riba Douro -Lumiares e Alvarenga - é altura de conhecer mais de perto os ramos que, se bem que por bastardia, também deles descendiam. E, por coincidência, ou talvez não, foi mesmo o chefe de uma destas linhagens, João Soares Coelho, o possível responsável - segundo José Mattoso - da *mitificação* da figura de Dom Egas Moniz, procurando assim, através da aura desse antepassado, encobrir a "mácula da sua origem" bastarda[1].

Já no texto introdutório sobre as nove linhagens que eram descendentes dos de Riba Douro, tivemos a oportunidade de referir que os Coelhos, Magros e Frades nada herdaram do património de Dom Egas Moniz[2]. Ora, o facto de os "apelidos" das três linhagens consideradas serem todos provenientes de alcunhas, e não da posse de senhorios territoriais, é a prova mais significativa daquela circunstância.

Por outro lado, ela também explicará a importancia decisiva dos percursos individuais na constituição e características do património territorial dessas linhagens, bem como na evolução das alianças matrimoniais de cada uma delas. Com efeito, as figuras, ou melhor, as carreiras do já citado João Soares Coelho e de Lourenço Gonçalves Magro, foram determinantes para a recuperação de algum prestígio e destaque sociais das respectivas linhagens. No entanto, e como também já acentuámos, os Frades e os Magros extinguiram-se em duas ou três gerações, pelo que só através dos Coelhos se perceberão melhor os

---

[1] J.MATTOSO, *1982a*, pp.56-57, e *1985a*, pp.409-435. Estas teses foram contestadas por Almeida Fernandes (A.A.FERNANDES, *1990b*, pp.316 e ss.)

[2] Vg. J.MATTOSO, *1985a*, p.417. De facto, essa circunstância explicará o afastamento do património destas três linhagens em relação à Beira Alta. Assim, os Magros concentraram praticamente todos os seus bens no t. de Coimbra, enquanto que os Coelhos apresentam uma dispersão geográfica significativa, desde o distrito de Braga até ao de Santarém, passando pelos do Porto, de Aveiro ou de Leiria Quanto aos Frades, o casamento de Gomes Viegas com uma hipotética descendente de Egas Moniz levou-os à permanência na Beira. Por outro lado, a aliança da filha deste casal com um Alcoforado explica a presença desta linhagem naquela região. No entanto, talvez seja conveniente matizar um pouco a afirmação inicial, uma vez que, pelo menos quanto aos Coelhos, se detectam alguns bens situados na "região" dos de Riba Douro (vd. VIII1, IX1 e 2).

contornos dessa mudança.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

A única afirmação segura que podemos fazer sobre Egas Lourenço de Riba Douro, filho de Lourenço Viegas e neto, por bastardia, de Egas Moniz, é a de que nada se sabe sobre a sua vida, e que nem mesmo os livros de linhagens recordavam o nome da sua mulher, referindo-a apenas como *neta de dom Egas Paes de Penagate e de Boiro* (*LD*9A4)[3] de quem teve:

VIII1 - *Soeiro Viegas Coelho [de Riba Douro]*, que segue;

VIII2 - GOMES VIEGAS *FRADE* [DE RIBA DOURO], que não se encontra documentado. Pelo contrário, a sua mulher, e parente[4], **TERESA GONÇALVES DE MÓS**, é referida pelas Inq. de 1258 como compradora, no tempo de D.Sancho II, de uma herdade no t. de Tarouca[5]. Possivelmente falecido ainda jovem, Gomes Viegas só teve uma filha, pelo que o "apelido" Frade pouco lhe sobreviveu:

IX5 - ALDARA GOMES FRADE, que c.c. Afonso Pires Alcoforado (Vd. ALCOFORADO).

VIII3 - GONÇALO VIEGAS *MAGRO* [DE RIBA DOURO], sobre quem também nada se sabe. Segundo o Conde D.Pedro teve um filho bastardo de uma barregã (*LL*36AF8), mas a documentação revelou-nos mais dois:

IX6 - LOURENÇO GONÇALVES MAGRO, cavaleiro e amo de D.Dinis[6].

---

[3] Esta informação, a ser verídica, poderá explicar a localização do senhorio concedido por D.Afonso III a João Soares Coelho, situado precisamente em terras de Bouro. Uma tentativa de identificação daquela senhora encontra-se em A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, p.567 - nota 635.

[4] Bisneta de Mem Viegas de Riba Douro, tio-avô de Gomes Viegas (vd. Riba Douro-Mós).

[5] Ao tempo das referidas inq. a herdade estava já na posse do seu genro, Afonso Pires Alcoforado (*PMH-Inq.*, p.1079).

[6] Referido como "aio" em *LL*36AF8. A sua biografia já foi elaborada (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II,

A sua presença na corte deve-se ter ficado a dever ao seu parentesco com dois dos principais validos de D.Afonso III, ambos seus primos-direitos: João Soares Coelho e João Pires de Aboim. De resto, os primeiros docs. que se conhecem para Lourenço Gonçalves, de Mar. de 1256 até Set. de 1265, são precisamente todos, excepto um, relativos a Dom João de Aboim[7]. Depois desta última data só nos volta a aparecer na corte em 1278, testemunhando uma doação do rei ao Infante D.Afonso[8]. Subindo ao trono, D.Dinis terá querido presentear o seu antigo amo e em data que se desconhece doou-lhe a vila de Arega (c. de Figueiró dos Vinhos), doação que foi confirmada em 1286[9]. Entretanto tinha casado com **TERESA GODINS DE COIMBRA**[10], e é provável que já tivesse abandonado a corte e fixado residência em Leiria. Com efeito, a documentação dos anos seguintes refere-o como cav° e vizinho de Leiria, muito embora os seus bens se situassem maioritariamente no t. de Coimbra[11]. Ainda vivo em 1302, ano em que fez uma doação ao most° de Alcobaça[12], terá falecido antes de Março do ano seguinte[13]. Dona Teresa

pp.665-666).

[7] *LBJP*, docs. LXI (Mar. de 1256), LXII (Dez. de 1257), LXVI (Set. de 1259), XII, XIII e XLIII (Jan, Abr. e Set. de 1265, respectivamente). Assim, é possível que Lourenço Gonçalves já frequentasse a corte desde 1256 - e não apenas a partir de Fev. de 1265 (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.666) - e até, quem sabe, se como vassalo do seu primo. O primeiro doc. em que, de facto, nos surge junto da corte é de 4 de Jun. desse ano de 1265, quando testemunhou a nomeação que Rui Garcia de Paiva fez dos fiadores das arras da mulher, acto que ocorreu nos paços régios de Santarém (ANTT, *Sala 25 - Most° de Almoster*, cx.9, m°4, n°12).

[8] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.144.

[9] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.186v°-187 (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.666, onde se referem as circunstâncias dessa confirmação).

[10] L.VENTURA (*1992*, vol.II, p.665) já chamou a atenção para o facto de o nome correcto ser Teresa (em *LD*9BD4-5 e nos docs.), e não Branca (*LL*36AF9). É curioso referir que uma sobrinha de Teresa, filha do seu irmão Vicente Godins, casou com um filho de Afonso Pires Alcoforado e de Aldara Gomes Frade, prima-direita de Lourenço Gonçalves (*LL*36AG10).

[11] Para além da já referida vila de Arega, possuiu bens em Coimbra, Soure e Montemor-o-Velho (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.666). Em data que se desconhece, tinham ambos vendido a D.João Martins de Soalhães algumas herdades e casais no Avelar, a par de Condeixa, e no l. de Sovereira, no t. de Coimbra, e um casal na Lagoa Casta, no b. de Coimbra, bens esses que aquele, então bispo de Lisboa, escambou (ADV, *Pergaminhos*, m°41, n°25 - doc. de 4 de Set. de 1306).

[12] Com o outorgamento da mulher, doou o seu casal de Magueija e a herdade da Gateira (ANTT, *CR - Most° de Alcobaça*, m°23 (DP), n°20 e *2ª Inc. - Most° de Alcobaça*, m°12, n°274).

[13] A 24 de Mar. de 1303 a sua viúva e o seu filho Egas acertaram a forma das partilhas (ANTT, *2ª Inc. - Sé*

pouco tempo lhe sobreviveu, vindo a falecer a 29 de Out. de 1305, sendo sepultada na capela de SªMª do claustro da Sé de Coimbra[14]. Deste casamento nasceram:

X7 - EGAS LOURENÇO MAGRO, deão de Lisboa e cónego de Coimbra[15]. Como já referimos, em 1304 procedeu a partilhas com a sua mãe, tendo ficado com todos os herdamentos de Leiria e do seu termo, bem como com o herdamento de Brunhos, no t. de Montemor-o-Velho[16]. No ano seguinte, porém, Egas Lourenço queixou-se, junto da mãe, já que teria sido prejudicado nessas partilhas, uma vez que o partidor não teria tido em conta os bens móveis de seu pai - mouros e mouras, servos, vasos, copas, bestas e uma liteira - declarando então Dona Teresa que esses bens eram do filho e que ela só os utilizaria enquanto ele o permitisse[17]. A sua mãe nomeou-o testamenteiro e herdeiro, e no próprio dia - 24 de Out. de 1305 - vendeu-lhe bens em Ançã pelo valor de 250 lbs.[18].

---

de Coimbra, mº93, nº4455), as quais se viriam a concretizar no ano seguinte, a 12 de Set. (IDEM, *ibidem*, mº8, nº422 - cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.666).

[14] *LK*, vol.II, pp.223-224. Foi sepultada junto a seu irmão, Pascoal Godins, deão de Viseu e cónego de Coimbra e de Lamego. L.VENTURA afirma que Dona Teresa faleceu em 1 de Nov. de 1304 (*1992*, vol.II, p.665 - nota 2), mas ainda a 24 de Out. do ano seguinte, cinco dias antes de falecer, vendia a seu filho Egas Lourenço bens no valor de 250 lbs., venda que contemplava algumas propriedades em Ança e que foi testemunhada, entre outros, por Afonso Fernandes Cogominho, tesoureiro da Sé de Lisboa, por Gil Fernandes Cogominho, sobrinho do anterior, e por Martim Martins Zote (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº11, nº532).

[15] Referido como cónego de Coimbra em [1272-1275] (*Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra*, pp.84 e 105). A data indicada, porém, está errada, uma vez que o doc. aí cit. diz respeito a uma doação que Egas Lourenço fez à Sé de Coimbra da quintã de Porto Coelheiro. Ora esta quintã, situada no t. de Soure, foi de Lourenço Gonçalves que ainda era vivo naquelas datas. Assim, essa doação teria que ser posterior a 1303, ano em que aquele morreu, mas só o foi depois de 1305, ano em que, como veremos, a quintã ainda estava na posse de Egas Lourenço. Como cónego de Coimbra encontra-se referido a partir de Out. de 1304 (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº22, nº960), e seguramente que ainda o não era em Jun. do ano anterior quando, só como deão, testemunhou uma c. do bispo de Coimbra (S.S.GOMES, *1992*, p.281). Como deão de Lisboa já aparece 15 de Nov. de 1297, quando os pais o nomeiam proc. para proceder à venda de certos bens, o que ocorre no ano seguinte (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº28, nº1151 - doc. de 29 de Jan. de 1298, cit. por M.H.C.COELHO, *1983*, vol.I, p.529 - nota 5, e por L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.666 - nota 3). Os livros de linhagens, confundindo-o com o seu homónimo *de Barroso*, fazem-no também chantre de Braga, o que é errado (vd. BARROSO - nota 8 da biografia de Egas Lourenço Barroso).

[16] Vd. nota 13.

[17] ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº93, nº4455 (doc. de 24 de Março de 1305, feito na quintã de Porto Coelheiro, no t. de Soure, e então ainda na posse de Egas Lourenço - vd. nota 15).

No ano seguinte testemunhou, como deão de Lisboa, um escambo realizado entre o rei e o most° de Celas[19]. A última referência que temos sobre Egas Lourenço data de 1318, quando presenciou a leitura do test° do cav° Gonçalo Anes Correia[20].

X8 - VASCO LOURENÇO MAGRO, sobre quem só sabemos que em 1278 fazia parte da *Casa* do Infante herdeiro D.Dinis, recebendo 400 lbs. de soldada[21].

X9 - BEATRIZ LOURENÇO MAGRO, sobre quem nada soubemos.

IX7 - MARTIM GONÇALVES MAGRO, omitido pelos livros de linhagens, e que em 1290 e em 1302 testemunhou diplomas relativos a seu irmão Lourenço[22]. Não sabemos se casou ou se teve descendentes[23].

IX8 - HENRIQUE GONÇALVES MAGRO, também esquecido pelos nobiliários, já tinha falecido aquando das Inq. de 1288, as quais apuraram que ele tinha tido uma quintã velha na aldeia de Paços (fg. de S^a^M^a^ de Macieira, j. de Cambra)[24]. Também não sabemos se deixou descendência.

VIII4 - PERO VIEGAS [MAGRO?] DE RIBA DOURO II, de quem só sabemos que foi casado com uma senhora de patronímico **ESTEVES** (*LL*36AP8). Esta fonte nada afirma quanto à descendência deste casal, mas é muito provável que tenham sido os pais de:

IX9 - GONÇALO PIRES MAGRO, freire de Santiago, Comendador de

---

[18] Vd. nota 14.

[19] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°5, fl.68 (doc. de 15 de Abril de 1306, publ. no *Milenário de Aveiro (...)* , vol.I, pp.108-110).

[20] ANTT, *Gavetas*, XXI-3-14 (doc. de 19 de Abril).

[21] A.B.FREIRE, *1916*, p.58.

[22] Docs. de 16 de Set. de 1290 (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.665 - nota 5) e de 26 de Mar. de 1302 (vd. nota 12).

[23] Eventualmente poderia ser seu filho um tal João Magro, escd°, que em 1294 nos surge como testemunha de uma proc. ..ada a Pero Anes, cav° vizinho de Santarém (ADV, *Pergaminhos*, m°25, n°46). Contudo, nada impede, também, que o fosse de Henrique Gonçalves.

[24] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.17.

Mértola (1245-1258) e Comendador de Uclés em Portugal (1250)[25], e que, quanto a nós, tem sido indevidamente identificado com um outro freire santiaguista, Gonçalo Pires da Fonseca, que lhe é muito posterior[26].

VIII5 - MARIA VIEGAS DE RIBA DOURO, que c.c. Pero Ourigues da Nóbrega (Vd. NÓBREGA).

VIII6 - MARINHA VIEGAS DE RIBA DOURO, que c.c. Fernão Ourigues da Nóbrega (Vd. NÓBREGA).

VIII7 - MARGARIDA VIEGAS DE RIBA DOURO, que c.c. Estêvão Pires de Cambra (Vd. CAMBRA).

VIII1 - SOEIRO VIEGAS *COELHO* [DE RIBA DOURO], filho mais velho, segundo os livros de linhagens, de Egas Lourenço de Riba Douro, não está muito documentado. Assim, sabemos que em 1232, juntamente com a mulher, **MOR MENDES DE CANDAREI**, doou ao most° de Tarouca alguns bens que possuíam em Várzea (c. de Cinfães)[27]. Também parece ter tido bens no j. de Canaveses, onde dois dos seus filhos foram criados[28]. Teve a seguinte descendência:

IX1 - PERO SOARES COELHO, que do seu casamento com **BEATRIZ ANES REDONDO** não teve descendentes (*LL*36A8), parece ter possuído alguns bens

[25] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.747-748.

[26] A autora cit. na nota anterior identificou o comendador de Santiago com o homónimo da linhagem da Fonseca (supômos que através da ref. de *LL*66E2), mas afirma que na documentação aquele era algumas vezes referido como Gonçalo Pires "Macer", ou Magro (*ibidem*, p.747 - nota 4). Como o Fonseca era neto de Mem Gonçalves da Fonseca, e a este não referiam os livros de linhagens o nome dos pais, era tentadora a filiação de Mem Gonçalves em Gonçalo Viegas Magro, o que até explicaria o uso deste apelido. De resto, não seria a primeira vez que se procurou entroncar os da Fonseca nos de Riba Douro, através de Gonçalo Viegas Magro (*GEPB*.XXVII.494). No entanto, a identificação do comendador de Mértola com o da Fonseca é impossível, sobretudo por razões de ordem cronológica (quanto à ligação dos da Fonseca aos de Riba Douro, estabelecida de outra forma, vd. FONSECA): com efeito, se Mem Gonçalves da Fonseca fosse filho de Gonçalo Viegas Magro, então seria irmão de Lourenço Gonçalves Magro; tendo este falecido no início de 1303, como seria possível que um neto de seu irmão já em 1248 fosse comendador de uma ordem militar? Assim, e tal como propuzemos no texto, parece-nos mais viável a hipótese de filiação de Gonçalo Pires em Pero Viegas - irmão de Gonçalo Viegas Magro, o que explicaria o uso do nome pelo sobrinho deste - o que colocava aquele na mesma geração de Lourenço Gonçalves Magro ou João Soares Coelho, desta forma seus primos-direitos, enquadrando-se também, muito melhor, a cronologia dos cargos que ocupou.

[27] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.630 - aí se afirma também que Soeiro Viegas foi tenente de Lamego em 1187, mas parece-nos haver confusão com o seu tio-avô e homónimo, filho de Dom Egas Moniz).

[28] IDEM, *ibidem*.

no c. de Cinfães, naturalmente herdados dos pais, e que partilhou com o seu irmão João Soares[29].

IX2 - *João Soares Coelho*, que segue;

IX3 - MARIA SOARES COELHO, que c.c. João Pires de Vasconcelos (Vd. VASCONCELOS).

IX4 - INÊS SOARES COELHO, que c.c. Gil Pires Feijó (Vd. FEIJÓ).

IX1 - JOÃO SOARES COELHO, cavaleiro, conselheiro e privado de D.Afonso III, e também trovador, é uma das figuras mais bem conhecidas da corte do *Bolonhês* e, como tal, mereceu já a atenção de diversos autores[30]. Nascido na primeira ou na segunda década do séc. XIII, aparece pela primeira vez em 1235, como *miles* e vassalo do Infante D.Fernando de Serpa. Se, como se pensa, essa ligação se manteve até à morte de D.Fernando (1246), terá então vivido algum tempo em Castela[31], o que lhe proporcionou o contacto com a ambiência trovadoresca vivida na corte do futuro rei Afonso *o Sábio*. Regressado, entretanto, a Portugal, e desde a morte de D.Sancho II (1248), passa a fazer parte do grupo de privados de D.Afonso III, vindo a falecer, provavelmente, em finais de 1278. Prova significativa dessa "privança" é a doação régia de 1254, e pela qual lhe é concedido o senhorio da vila de Souto de Riba de Homem. Para além dos bens situados entre o Lima e o Cávado[32], possuiu outros no j. de Cinfães[33], e nas *vilas* de Leiria[34] e de Beja[35]. Foi c.c. **MARIA FERNANDES**

---

[29] *GEPB*.XXXIX.349-350.

[30] J.MATTOSO, *1985a*, pp.409-435, A.R.OLIVEIRA, *1992*, pp.370-371, e L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.630-632. Tal como tem acontecido em circunstâncias idênticas, procuraremos sintetizar o que é sabido através do labor de outros autores, acrescentando apenas um ou outro pormenor inédito, pelo que só em relação a estes daremos as referências documentais ou bibliográficas.

[31] A.BALLESTEROS BERETTA afirma, em total equívoco, que essa estadia se prolongou entre 1250 e 1279 (*1984*, p.355).

[32] As Inq. de 1288-90 referem vários bens de João Soares Coelho nos j. de Bouro, de Montalegre e de Regalados (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls. 8v° e 10v°-11, e *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fls. 115v° e 116v°, e *Gavetas*, VIII-5-1, Perg. 17), entre os quais se destacam: os coutos de S.Salvador de Souto e de S.Miguel de Paredes Secas na fg. de S.Mateus da Ribeira (j. de Bouro); a aldeia e honra de Sanganhedo (fg. de Sª Mª de Covelo no j. de Montalegre); e a quintã do Outeiro (fg. de S.Mamede de Gonderiz, no j. de Regalados). Anterior às ref. inq. temos noticia de um emprazamento feito por João Soares em 1267, juntamente com Dona Maria Fernandes, de um terreno que possuíam na vila de Canedo, no j. de Montalegre (ANTT, *Inc. 1912 - Most° de Sª Clara do Porto / Entre-os-Rios*, m°176, n°138).

[33] Para além dos bens já referidos a propósito do seu irmão Pero Soares (vd. nota 29), sabe-se que, no tempo de D.Afonso III e segundo as Inq. de 1288, impedia o porteiro de entrar na honra de Cidadelhe, que fora de Dom Egas Moniz, trazendo aí o seu chegador (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.25v°).

D'ORDENS[36], *natural de Galiza* (*LL*36A9)[37], de quem teve:

X1 - *Pero Anes Coelho I*, que segue;

X2 - **FERNÃO ANES COELHO**, sobre quem só sabemos *que foi clerigo* (*LL*36A9).

X3 - **MOR ANES COELHO**, que c.c. João Pires de Portocarreiro (Vd. PORTOCARREIRO).

X4 - **MARIA ANES COELHO I**, que c.c. Martim Afonso de Resende (Vd. RESENDE).

X5 - **ALDARA ANES COELHO**, que c.c. Gonçalo Anes Correia I (Vd. CORREIA).

X6 - **URRACA ANES COELHO**, que c.c. Soeiro Mendes Petite (Vd. PETITE).

X1 - **PERO ANES COELHO I**, cav° que nos surge pela primeira vez em 1265, precisamente na corte e ao lado do pai, a testemunhar um diploma relativo a Dom Rui Garcia de Paiva, valido de D.Afonso III[38]. Sendo o seu pai privado e conselheiro do

---

[34] Em Out. de 1266, juntamente com a sua mulher, doou à O. Templo uma herdade que ali tinha (ANTT, *Gavetas*, VII-13-8). Outros bens leirienses foram divididos em 1288 entre o seu filho, Pero Anes, e os seus netos, filhos de Mor Anes (doc. publ. por O.GUIMARÃES, *1896*, doc.LXXXVIII, e cit. por A.CRUZ, *1981*, p.97, e por J.MATTOSO, *1987*, p.107). No t. de Leiria possuiu ainda um casal no Ulmar e a herdade das Cortes, bens que ficaram para sua filha Urraca Anes, e que esta deixou em test° ao most° de Alcobaça (ANTT, *2ª Inc. - Most° de Alcobaça*, m°4, n°115). Ainda relacionado com Leiria, sabemos que um criado de João Soares Coelho, Martim Domingues, doou ao most° de Alcobaça alguns bens ali situados (ANTT, *CR - Most° de Alcobaça*, m°21 (DP), n°24 - doc. de 28 de Fev. de 1300).

[35] Em 1330 a O. de Avis outorgou, em préstamo, a Fernão Gonçalves Cogominho, os bens que possuía em Beja e no seu termo, nas mesmas condições em que João Soares Coelho e seu filho Pero Anes os tinham detido (ANTT, *Ordem de Avis*, n°270).

[36] Não cremos que tivesse sido casado, segunda vez, com uma Urraca Afonso, que em 1292 vendeu a D.Dinis umas casas com quintã na fg. de S.Pedro de Leiria (doc. publ. por S.A.GOMES, *1995*, p.289, também cit. por M.R.F.MARREIROS, *1995*, p.281 - nota 14). Essa senhora era, à data, viúva de um João Soares, mas, quanto a nós, através do doc. cit. não se pode identificar aquele com o nosso biografado. Parece-nos que aqueles dois autores, naturalmente por lapso, articulando a circunstância de João Soares Coelho ter tido bens em Leiria com um doc. cit. por José Mattoso (vd. nota 34 - por sinal, esse doc. refere expressamente João Soares c.c. Maria Fernandes), foram levados a concluir que se tratava de um único indivíduo, do que discordamos.

[37] Ou os livros de linhagens estão equivocados quanto à origem de Maria Fernandes, ou a sua mãe tinha alguma "costela" transmontana, uma vez que João Soares Coelho, por via da mulher, detinha alguns bens no c. de Ribeira de Pena (*PMH-Inq.*, p.1520 -cit. por L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.631 - nota 5).

[38] ANTT, *Sala 25 - Most° de Almoster*, cx.9, m°4, n°12.

mesmo rei, não espanta que Pero Anes tivesse sido escolhido para integrar a *casa* do Infante herdeiro, sendo referido em 1278, com uma soldada de 100 lbs., como vassalo de D.Dinis[39]. A ligação ao novo monarca deu os seus frutos, uma vez que viria a exercer o importante cargo de meirinho-mor do reino, entre 1296 e 1297[40]. Quanto ao património, a sua localização não difere muito da que apontámos para o seu pai, ou seja, situado entre os rios Lima e Cávado[41], acrescido com o que herdara daquele em Cinfães, Leiria e Beja[42]. As únicas variações referem-se a bens situados no j. de Vermuim[43] e da Feira[44], estes últimos seguramente obtidos pelo seu casamento com

[39] A.B.FREIRE, *1916*, pp.57-58. No ano anterior, ainda solteiro e talvez morador em Leiria, põe termo a um emprazamento (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.630 - nota 5).

[40] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.3 (e *Gavetas*, XI-6-8), e BNL, *Reservados - Pergaminhos*, 39P - docs. de 1 de Nov. de 1296 e de 17 de Jun. de 1297, respectivamente. Alguns autores afirmam que ainda exercia essas funções no início da centúria seguinte, mas desconhecemos os docs. que o referem (A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.329). Esta nomeação, porém, não deixa de ser curiosa, já que três anos antes fora acusado de não dar ao cab° de Braga as rendas da Terra de Bouro, segundo um rol de queixas enviado pelo mesmo D.Dinis ao meirinho-mor d'Além Douro, a pedido do referido cab° (ADB, *Gav. dos Coutos e das Honras*, n°6 - doc. de 8 de Jan. de 1293).

[41] Dados das Inq. de 1288 e Sentenças de 1290: no j. de Bouro comprou e honrou uma quintã na fg. de Santo André de Moimenta, com a qual honrava toda a vila de Moimenta (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.9v°), ficando tudo devasso (IDEM, *LN - Inq. d'Além Douro*, fl.65); no j. de Regalados honrava uma casa de lavrador que comprara na fg. de S.Mamede de Vilarinho, e que assim se manteve (IDEM, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.17); no mesmo j., juntamente com os seus sobrinhos [filhos de Mor Anes], trazia honradas casas, herdades e searas da fg. de S.Mamede de Gonderiz, que assim se mantiveram, mas não os lugares de Refonteira, Fontaisco e S.Vicente que trouxera honrados com o pai (IDEM, *ibidem*); no j. de Penela tinha dois casais na fg. de Santo Tirso (IDEM, *LN - Inq. da Beira e d'Além Douro*, fl.70); no j. de Vieira, juntamente com Rui Barroso, trazia por honra, com divisões, grande parte da fg. de Santo Estêvão de Cantelães, na qual moravam 70 homens, e que assim se manteve (IDEM, *LN - Inq. d'Além Douro*, fl.71v°); no mesmo j., mas na fg. de S^a Mª de Covelo, trazia por honra a aldeia de Sanganhedo, tal como o seu pai o fizera, e assim se manteve também (IDEM, *LN - Inq. da Beira e d'Além Douro*, fl.115v°); finalmente, no j. de Montalegre, tinha vários casais honrados na fg. de S.Salvador de Canedo (IDEM, *ibidem*, fl.116v°). Por outro lado, as Inq. de 1307-11 acrescentam que tinha uma casa na fg. de Santo André de Oleiros, no j. da Nóbrega, onde uma das suas filhas tinha sido criada (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.25).

[42] Vd. notas 33 a 35. Em relação à h. de Cidadelhe, no j. de Cinfães, sabemos que a acrescentou em 1289 comprou bens no couto desse nome, juntamente com a mulher, no valor de 340 lbs. (ANTT, *Inc. de 1912 - Most° de S^a Clara do Porto - Entre-os-Rios*, m°186, n°308 - doc. de Leiria, de 29 de Ab., testemunhado pelos cav°s. João César e Estêvão Anes Tição, e pelo escd° Lourenço Fernandes). Quanto aos bens de Leiria, o doc. de 1288 cit. na nota 34 diz respeito a uma partilha feita entre Pero Anes e os filhos de sua irmã Mor Anes, tendo aquele ficado com parte de um herdamento composto, entre outras coisas, pela quintã dos Pinheiros.

[43] As Inq. de 1343 indicam que Pero Anes tivera uma herdade em Astrufe, na fg. de S^a Logriça (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.185v°-186). A presença de Pero Anes neste j. parece ter tido continuidade nas gerações seguintes, uma vez que as mesmas inq. referiam que na fg. de Santiago de Gavião havia uma herdade *dos Coelhos* que dava 4 dinheiros por ano ao rei (IDEM, *ibidem*, fl.194).

[44] As inq. de 1288 apuraram que honrava toda a aldeia de Vila Cova, na fg. de Santiago d'Ul, por uma quintã que ali tinha (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.9), situação que as Sentenças de 1290 mantiveram (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.4).

MARGARIDA ESTEVES DA TEIXEIRA[45]. Pero Anes ainda vivia por ocasião das Inq. de 1307-11, mas em 1317 já falecera, ano em que Gil Fernandes, escd°, por dívidas suas, moveu um processo contra Dona Margarida Esteves[46]. Esta também não terá sobrevivido muitos mais anos, uma vez que é justamente daquele ano a última notícia que lhe conhecemos, relativa às partilhas que efectuou com uma irmã[47]. Deste casamento nasceram:

XI1 - *Estêvão Pires Coelho*, que segue;

XI2 - **VICENTE PIRES COELHO**, que é omitido pelos livros de linhagens, mas que, pelo nome e pela época, supômos filho do anterior. Em 1324 é referido como alvazil-mor de Santarém[48]. Não sabemos se casou ou se teve filhos.

XI1 - **ESTÊVÃO PIRES COELHO**, *de Riba de Homem* (*LL*4507), cav° e trovador[49], surge-nos pela primeira vez em 1305 como testemunha de um acordo celebrado entre Dona Berengária Aires de Gosende e a O. do Hospital[50]. Três anos depois envolve-se em conflitos: um com o cab° bracarense, e que se resolveu por uma composição entre

---

[45] Seguramente casaram antes, mas só os encontrámos juntos, pela primeira vez, num doc. de 1289 (vd. nota 42). Dez anos depois, doam ambos ao most° de S[a] M[a] de Oliveira de Riba d'Ave 3 casais, situados no j. de Vieira, com a condição de uma missa diária perpétua, e uma quebrada junto aos seus paços para manter uma lâmpada acesa dia e noite na ig. do most° (ANTT, *CR - Most° de Oliveira*, m°1, n°3 - doc. de 10 de Ab. de 1299, feito no próprio most°).

[46] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.112v°-113v° (ref. na *ML*.V.34).

[47] Dos bens herdados de seus pais, Dona Margarida ficou com a já referida quintã de Vila Cova - nas casas, adega velha, lagar, as casas novas que fizera, e metade das vinhas - e com 6.5 casais e 2 devesas; a meias com a irmã, Leonor Esteves, freira de Arouca, ficava com a casa de Cabo de Vila (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°2, n°20 - doc. de 2 de Out. de 1317, testemunhado, entre outros, por Lourenço Durães, clérigo de Dona Margarida). Estas partilhas, porém, não devem ter sido as primeiras, uma vez que em 1308 a dita quintã de Vila Cova estava na posse de ambas, como se infere de uma c. de D.Dinis em que, depois das queixas recebidas da parte de Dona Leonor contra o sobrinho, Estêvão Pires Coelho, obrigou este a jurar, perante o próprio monarca, que não voltaria a ameaçar os rendeiros da tia (IDEM, *ibidem*, gav.4, m°2, n°14 (ref. na *ML*.VI.122) - c. dada no Porto, a 20 de Ag., e lida a Dona Margarida, pelo tabelião da Feira a 3 de Set.).

[48] Na sua presença, Sancha Martins de Coruche fez notificar João Rodrigues de Vasconcelos, que de novo se apossara de uma quintã que o rei lhe entregara, que não queria outra contenda com este (ANTT, *Sala 25 - Most° de S[a] Clara de Santarém*, m°12, n°869). Por outro lado, parece dizer-lhe respeito a epígrafe que assinala as obras realizadas no castelo de Redondo, e datada de 1319, sem que se possa saber a que título ali figura (alcaide?) -cfr. M.J.BARROCA, *1995*, vol.II/2, pp.1158-1160.

[49] Os principais aspectos da sua vida e do seu labor trovadoresco foram já delineados por A.R.OLIVEIRA (*1994*, pp.328-329).

[50] ANTT, *Sala 25 - Most° de Almoster*, m°2, n°40.

as partes outorgada por D.Dinis[51]; e outro com a sua tia Leonor Esteves, e ao qual já nos referímos[52]. A localização do seu património não se afasta do quadro traçado para as duas gerações anteriores. Assim, e para além de alguns bens em Santarém[53], as Inq. de 1307-11 referem vários casais, lugares e casas, que havia mais de quinze anos ele honrava, nos j. de Regalados, de Bouro e de Entre-Homem-e-Cávado[54]. No entanto, é bem possível que, depois de uma eventual presença junto da corte - talvez reflectida nos diplomas de 1308 - se tenha estabelecido mais a norte, em virtude nos bens herdados de sua mãe, na terra de Santa Maria. Com efeito, em 1322 encontrava-se em Vila Nova de Gaia, onde confirmou um doc. relativo a Afonso Rodrigues Ribeiro[55]. A essa localização mais "nortenha" também não terá sido estranho o seu casamento com **MARIA MENDES PETITE**[56], ligada aos mosteiros de Canedo e de Grijó[57]. Estêvão Pires Coelho terá falecido antes de 1336[58], ano em que a sua mulher doou à Sé do

[51] Estêvão Pires acedeu a entregar um l. que trazia usurpado (ADB, *Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabº*, nº226 -c. régia dada em Braga a 18 de Jul. de 1308).

[52] Vd. nota 47.

[53] Referidos sem especificação a propósito de uns confrontos com herdades do mordomo de Dom João Simão de Urrô (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.86-86vº - doc. de 1314).

[54] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº6, fls. 46, 47, 49 e 50vº.

[55] *CCSP*, pp.262-263 (cit. por J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.255).

[56] Era filha do primeiro casamento de Soeiro Mendes Petite, que foi alcaide de Santarém em 1289, e que em segundas núpcias foi casado com Urraca Anes Coelho, tia de Estêvão Coelho. Esse "parentesco" explicará o matrimónio deste com Maria Mendes, o qual deverá ter ocorrido na primeira década de trezentos, uma vez que em 1314 já tinham nascido Soeiro e Margarida (ver as suas biografias).

[57] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.255 (onde tivemos a oportunidade de provar a sua ligação à família patronal de Grijó, e onde é referido o seu direito de padroado no mostº de Canedo). Os filhos de Estêvão Pires e de Maria Mendes também se encontram referidos como infanções *naturais* do mostº de Mancelos, mas não se pode saber se o eram por via materna ou paterna. No entanto, atendendo à presença dos da Fonseca em Mancelos e aceitando a ligação destes aos de Riba Douro, é possível que aquela "naturalidade" viesse pelos Coelhos.

[58] Em trabalho anterior (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.255), afirmámos que Estêvão Pires ainda era vivo nesta data. Na altura, porém, a nossa afirmação partiu apenas do conhecimento do resumo de um doc. (cit. na nota seguinte), que assim o referia (cfr. José Gaspar de ALMEIDA, *Índice-Roteiro dos chamados Livros dos Originais (Colecção de Pergaminhos) do Cartório do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Arquivo Distrital, 1936, p.187), e que, por outras vias, também levou em erro outros autores (cfr. A.R. OLIVEIRA, *1994*, p.329). Ora, no original, Dona Maria Mendes identifica-se como viúva de Estêvão Pires. A morte deste terá mesmo ocorrido no ano anterior - uma vez que em Jan. de 1336 o seu filho João Esteves outorgou um escambo feito pela mãe com o mesmo mostº de Canedo, e pelo qual ela deu a quintã de Alcalavago e recebeu a da Mota (ADP, *Cabº da Sé do Porto - Livros dos Originais*, LºXXV, fl.27); ou mesmo antes de 1330, ano em que Dona Maria Mendes fez um escambo com a colegª de Sª Justa de Coimbra, pelo qual recebeu uma vinha e um olival no l. da Várzea, a par do mostº de Sª Clara de Coimbra, e deu a parte que tinha num paço em Tavarede, escambo esse em que não é referido o nome de Estêvão Pires, e que viria a ser anulado pelas duas partes em Fev. de 1348 (ANTT, *Sala 25 - Colegª de Sª Justa de Coimbra*, mº22, nºs. 443 e 444).

Porto os direitos que tinha no most° de Canedo[59]. Dona Maria Mendes viveu ainda longos anos, entre os quais se destacam os que dedicou à fundação do most° de S.Domingos das Donas de Vila Nova de Gaia (ou do «Corpus Christi»), para o que contribuíu, entre 1345 e 1354, com a doação de vários bens sitos em Santarém, Leiria e no j. de Bouro[60]. Deste casamento nasceram os seguintes filhos[61]:

XII1 - *João Esteves Coelho I*, que segue;

XII2 - ESTÊVÃO ESTEVES COELHO, cav° que nos surge pela primeira vez em 1339, já então c.c. **SENHORINHA AFONSO RIBEIRO**, a outorgar uma venda feita pela sua mãe[62]. Anos volvidos, envolve-se numa contenda com certa monja de Arouca, pela posse de um boi, que se resolve por acordo em 1347[63]. Na década seguinte aparece-nos ligado ao Infante herdeiro D.Pedro, do qual é referido como vassalo em 1355. Em 1364, estando talvez doente, e para remissão dos pecados, fez doação de alguns bens à ig. de S^{a} Mª de Vagos, e na qual já mandara fazer a sua sepultura[64]. Entretanto enviuvara, uma vez que esta doação foi confirmada, no ano seguinte, por **MARIA FERNANDES DE MEIRA**, sua mulher[65]. Estêvão Esteves, que era infanção *natural* dos mosteiros

[59] ADP, *Cab° da Se do Porto - Livros de Originais*, L°XXV, fl.9 (doc. de 17 de Março de 1336). A 26 desse mesmo mês Dona Maria Mendes, como procuradora do filho, João Esteves, fez doação idêntica (IDEM, *ibidem*, L°XXV, fl.10).

[60] Sobre esta fundação, vg. J.A.CASTRO, *1993*, pp.12-19. Quanto aos bens doados, destacam-se as quintãs da Mota (já referida - vd. nota 56), e 6000 lbs. obtidas pela venda da quintã de Carapeços, no j. de Bouro. A venda foi feita ao seu filho Pero Esteves, em 1338, e foi outorgada pelos seus outros filhos (ADB, *Gav. das Propriedades Particulares*, n°s. 891 e 892).

[61] Como já tivemos a ocasião de tratar da descendência de Estêvão Pires e de Maria Mendes (cfr. J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.255-257), faremos aqui uma síntese dos dados então referidos, acrescentando apenas os que, entretanto, nos surgiram.

[62] Vd. nota 60. A outorga, de 28 de Set. de 1339 e testemunhada pelos cav°s. Nuno Viegas do Rego e Nuno Fernandes de Barros, foi confirmada no dia seguinte, no Paço de Valongo, por Senhorinha Afonso.

[63] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°5, n°63.

[64] Os bens, dos quais Estêvão Esteves se reservava o usufruto, eram constituidos por uma herdade e um casal no j. de Sever (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls.128-130v° - doc. de 17 de Maio, feito em Serém, "sob o alpendre, ante os paços do cavaleiro", e testemunhado por Nuno Gomes e por Afonso Anes [de Podentes], seu escd°). No entanto, ainda viveria mais alguns anos, porque em 1372 é referido como testamenteiro do genro, Martim Gonçalves, senhor da Lourinhã (*ML*.V.144v°).

[65] Filha de Paio de Meira, como a própria se identifica no doc., feito a 23 de Dez., em Vagos, e testemunhado por Afonso Anes de Podentes e João Galego, homens do seu marido (IDEM, *ibidem*).

de Mancelos (1339)[66] e de Grijó (1365), teve, de Senhorinha Afonso, os filhos seguintes, também naturais de Mancelos e de Grijó, e todos ignorados pelos livros de linhagens:

XIII5 - JOÃO ESTEVES COELHO II, que só conhecemos através de uma doação dos seus direitos de padroado na ig. de Santo André de Canidelo, feita juntamente com o seu tio homónimo a favor do Infante herdeiro D.Pedro, e que foi outorgada pelo seu pai[67]. Não sabemos se casou ou se teve descendência.

XIII6 - MARIA ESTEVES COELHO, que c.c. Martim Gonçalves da Lourinhã (Vd. LOURINHÃ).

XIII7 - FERNÃO ESTEVES COELHO, escd° que em 1341 testemunhou um emprazamento feito por Gonçalo Vasques de Azevedo[68]. Ignoramos se teve filhos.

XIII8 - RUI ESTEVES COELHO, também escd°, que em 1354 fez um acordo com o most° de Grijó, repartindo as partes por igual as éguas e os poldros de vários lugares do j. de Cabanões[69]. Em 1378 testemunhou um diploma relativo ao escd° Lourenço Martins do Avelar[70]. Desconhecemos-lhe descendência.

XIII9 - JOÃO AFONSO COELHO, seguramente eclesiástico, formou-se em Direito na Univ. de Montpellier, vindo depois a leccionar na Univ. de Coimbra, estando referenciado entre 1355 e 1370[71].

XII3 - SOEIRO MENDES COELHO, cav° que é referido pela primeira vez em 1314, como herdeiro de sua irmã Margarida[72]. Tal como os seus irmãos,

---

[66] L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.60.

[67] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.227-228.

[68] ANTT, *Sala 25 - Most° de Rio Tinto*, m°5, doc. s/n° feito na Feira a 10 de Fev.).

[69] ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls. 94v°-96 (doc. de 5 de Dez., testemunhado pelo cav° Fernão Pais).

[70] IDEM, *ibidem*, n°8, fls.55v°-59.

[71] J.V.SERRÃO, *1971*, pp.51-52.

[72] Margarida fora recebida por filha e herdeira de um cav° muito devedor a Estêvão Pires e à sua linhagem, mas no caso de Margarida morrer sem filhos esses bens passariam para Soeiro (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a*

também autorizou uma venda feita pela mãe a seu irmão Pero Esteves[73]. Por essa ocasião já se encontrava c.c. **BEATRIZ AFONSO DE BAIÃO**, de quem terá tido filhos, mas cujos nomes desconhecemos[74]. Tiveram bens no couto de Braga, obtidos por troca, feita em 1342, de uma quintã também ali situada[75]. Vassalo, como seu irmão Estêvão, do Infante herdeiro D.Pedro (1355), foi também alcaide de Torres Novas (1364)[76].

XII4 - PERO ESTEVES COELHO, cav° que já referimos anteriormente, a propósito da compra da quintã de Carapeços, no j. de Neiva, compra feita a sua mãe por 6000 lbs. e que os seus irmãos outorgaram[77]. Aquando desta compra (1338), já estava c.c. **ALDONÇA VASQUES PEREIRA**, da qual parece ter tido filhos[78]. Os seus interesses patrimoniais na terra de Neiva continuaram, uma vez que as Inq. de 1343 referem que trazia da parte do rei, e por ele recebia os respectivos direitos, a *terra de Abade* (fg. Sª Mª de Abade)[79]. Em 1347 é referido como vassalo do Conde D.Pedro de Barcelos, passando depois para o serviço de D.Afonso IV, junto do qual o encontrámos em 1355[80]. Célebre pela participação no assassinato de Dona Inês de Castro, é bem conhecida a forma cruel como expiou aquele acto, para além de sofrer a confiscação total dos seus bens[81].

XII5 - BRANCA PIRES COELHO, que casou primeiro com João Pires de Alvim

---

Clara de Coimbra, m°1 (DP), n°26).

[73] Vd. nota 58 (a autorização dada por Soeiro Mendes em Santarém, foi testemunhada por Rui Gonçalves, escd° do rei, e por Rui Pires e Gil Pires, seus escd°s.).

[74] Os livros de linhagens são omissos, mas a lista de *naturais* de Mancelos indica-o com filhos, tal como com o seu irmão Pero Esteves (L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.60). É possível que um desses filhos fosse um tal Martim Coelho, nomeado alcaide de Pinhel em 1362 (*CP*.776); mas, também poderia ser filho de um dos seus irmãos, excepto, como parece óbvio, de Pero Coelho. Beatriz Afonso era neta, por bastardia, de Dom Diogo Lopes de Baião, e herdeira de *mui bons moinhos* (*LD*9D9).

[75] ADB, *Gav. das Propriedades Particulares*, n°897.

[76] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.255 (com o patronímico errado).

[77] Vd. nota 60 (a compra foi testemunhada pelo escd° Rui Vasques Barroso).

[78] Vd. nota 74.

[79] ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.138.

[80] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.256.

[81] *CP*.173.

(Vd. ALVIM). Enviuvando por volta de 1359, já em 1362 se encontrava de novo casada, agora com um **GONÇALO GARCIA**, de família ignorada[82]. Só parece ter tido descendência do primeiro matrimónio.

XII6 - MARGARIDA ESTEVES COELHO, indicada no *Livro de Linhagens do Deão* como *outra filha* [de Estêvão Pires Coelho] *que foi freira de Santa Clara de Coimbra, a que nom sei o nome* (*LD*9B8), e que em 1314 foi recebida por filha de um cav° muito devedor à linhagem dos Coelhos[83].

XIII - JOÃO ESTEVES COELHO I, *o Velho*[84], "cav° de Riba d'Homem", foi vassalo do Infante herdeiro D.Afonso e como tal surge, em 1320-21, envolvido nos conflitos decorrentes da guerra civil de 1319-1324, sendo acusado por D.Dinis de ser responsável pela morte de vários vassalos régios, entre os quais Lopo Gonçalves de Abreu[85]. Esta proximidade com o futuro rei, e que era partilhada, de resto, também pelos seus irmãos, continuou depois da subida de D.Afonso IV ao trono, sendo Corregedor da Beira, em 1338[86], e mais tarde vassalo da casa do Infante herdeiro D.Pedro (1355)[87]. João Coelho, que era infanção *natural* dos most°s. de Canedo[88], de Mancelos e de Grijó[89], foi c.c. **JOANA PIRES DE ALVIM**[90], casamento que

[82] A 11 de Jul. de 1362, como testamenteira de seu primeiro marido, entregou ao most° de Grijó 6 casais que a mãe daquele deixara em testamento (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls.31v°-40).

[83] Vd. nota 72.

[84] Assim é referido na lista dos padroeiros do most° de Grijó para se distinguir de seu filho, "o Moço" (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.230).

[85] ANTT, *Gavetas*, XI-8-37 (doc. ref. na *Cr.7Reis*.II.102-103). Curiosamente, esses desmandos foram cometidos na companhia de Paio de Meira, sogro de seu irmão Estêvão Coelho.

[86] Como tal é ref. numa c. régia de 21 de Maio (*CAIV*.II. 112), e numa outra, de 9 de Jun., na qual o monarca lhe ordena que não faça correição nos coutos do cab° de Coimbra (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°16, n°737).

[87] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.230. Três anos antes fizera uma doação ao dito Infante, juntamente com o seu sobrinho homónimo (vd. nota 67).

[88] A propósito de sua mãe (vd. notas 58 e 59), já referimos que João Esteves também abdicou, em 1336, dos direitos que tinha em Canedo. Um desses diplomas é testemunhado por João Afonso, seu escd°.

[89] Vd. nota 66.

[90] Irmã do seu cunhado João, casado com sua irmã Branca Pires. Esses dois irmãos eram filhos do primeiro casamento de Martim Pires de Alvim que, curiosamente, era padrasto de João e de Branca, já que foi o segundo marido de Maria Mendes Petite...

ocorreu antes de 1339, data em que ele é referido com os filhos na lista de *naturais* de Mancelos[91]. Quanto ao seu património, este encontrava-se sobretudo concentrado no j. de Bouro, onde detinha vários casais, vinhas e herdades, e onde praticou diversas violências, abusando, assim, das atribuições que o rei lhe confiara quando lhe entregou as Terras de Bouro[92]. Também teve bens noutros julgados, nomeadamente nos de Entre-Homem-e-Cávado e de Regalados onde detinha, respectivamente, as honras de Sequeiros e de Outeiro, e cuja posse lhe foi confirmada por c. régia de 10 de Nov. de 1341[93], e também no de Neiva[94]. João Esteves, que ainda vivia em 1365[95], teve os seguintes filhos, dos quais só uma filha, Maria Anes, é referida pelos livros de linhagens:

XIII1 - *João Anes Coelho*, que segue;

XIII2 - **MARIA ANES COELHO**, que casou primeiro com João Pires de Soutomayor (Vd. SOUTOMAYOR), e depois com Fernão Gomes da Silva (Vd. SILVA).

XIII3 - **ALDONÇA ANES COELHO**, que c.c. Diogo Gonçalves de Crasto [Azevedo] (Vd. AZEVEDO).

XIII4 - GUIOMAR ANES COELHO[96].

---

[91] L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.60.

[92] As Inq. de 1343 referem-no diversas vezes, quer como proprietário quer como delegado régio (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.90-95). Sobre o senhorio de Bouro, vg. *BSS*.II.13.

[93] *CAIV*.III.361.

[94] Neste j. teve a quintã de Argufe, a qual deu ao most° de Entre-os-Rios, recebendo em troca vários bens no j. de Regalados. Para esse escambo, estando com a sua mulher em Barcelos, nomeou um procurador, Pero Domingues, o que foi testemunhado pelos cav°s. Álvaro Viegas do Rego e Gomes Lourenço de Barros (ANTT, *Inc. 1912 - Most° de S^a Clara do Porto - Entre-os-Rios*, m°181, n°252 e m°186, n°300 - docs. de 20 de Abril e de 24 de Jul. de 1343). O mesmo procurador, a 18 de Jul. desse mesmo ano, fez outro escambo, agora com o most° de Arouca, entregando à abad^a Dona Guiomar Mendes de Vasconcelos um casal e uma herdade no j. de Entre-Homem-e-Cávado, e recebendo o que o most° tinha na quintã de Regalados (IDEM, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°2, n°25).

[95] Nesse ano é referido na lista de *naturais* de Grijó, most° com o qual fez um acordo, nesse mesmo ano, a 19 de Jul. sobre umas geiras do l. de Travanca, que abusivamente tomava para si (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°7, fls.333v°-339).

[96] Que Guiomar era filha de João Esteves não nos deixa grandes dúvidas, e até se explica porque é que não é referida, juntamente com os seus irmão, na lista de *naturais* de Grijó: a lista é de 1365 e Guiomar já tinha falecido em 1345, ano em que a sua avó doou ao most° que se empenhava em fundar em Gaia, algumas das propriedades que ficaram por sua morte (vd. nota 60).

XIII1 - JOÃO ANES COELHO, *o Moço*[97], ainda vivo em 1339 quando é referido com o pai e as irmãs como *natural* do mostº de Mancelos, mas que já tinha falecido em 1365 quamdo a sua mulher, **MOR MENDES DE VASCONCELOS**, é referida como víuva na lista de *naturais* de Grijó. Pelo testº desta senhora, feito em Set. de 1386, sabemos que João Anes foi sepultado no mostº de Rendufe, juntamente com o seu filho Pero, e ao qual fez vários legados pios[98]. Deste casal nasceu um filho, agora referido e falecido antes de 1386, e uma filha, designada sem nome na lista de Grijó:

XIV1 - PERO ANES COELHO II.

XIV2 - N. ANES COELHO.

[97] Vd. nota 84.

[98] J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.161-162.

4.6.4. FONSECA-FERREIRIM-BEZERRA-MÓS

Depois de analisados os vários ramos que, por via legítima ou por bastardia, provinham seguramente dos de Riba Douro, é chegada a altura de abordar um conjunto de linhagens que, com alguma probabilidade, também deles descendiam.

No texto introdutório sobre os de Riba Douro já tivemos oportunidade de os caracterizar numa análise comparativa entre todos os ramos que deles provieram. Em relação ao grupo que agora nos importa, destacámos então as características seguintes: em primeiro lugar, uma mobilidade geográfica pouco significativa, concentrando os seus interesses patrimoniais na Beira Alta, junto ao curso médio do Douro, ou seja, na zona de maior implantação dos de Riba Douro; em segundo lugar, uma ligação ténue aos meios da corte, através de contactos pontuais no séc. XIII, só renovados, talvez com mais expressão, nos meados da centúria seguinte; finalmente, uma política matrimonial que, quanto a nós, se articula coerentemente com os dois aspectos anteriores, ou seja, assente em alianças com linhagens do mesmo nível e com uma implantação regional semelhante.

Assim, e conhecidas que são as principais características destas linhagens, resta-nos invocar os principais argumentos em que assenta a hipótese de elas entroncarem nos de Riba Douro[1].

Almeida Fernandes, autor desta hipótese, parte de uma constatação prévia, devidamente documentada: a partir dos finais do séc. XII e inícios da centúria seguinte, alguns bens que pertenceram a Egas Moniz estavam na posse dessas linhagens. Como explicar essa ligação que, à partida, se presumiria assente em laços familiares, se os livros de linhagens medievais não a referem e de, inclusivé, serem bastante lacunares quanto a algumas delas: os de Ferreirim nem sequer são referidos, os de Mós só circunstancialmente ali são

[1] Convirá referir, desde já, que a hipótese é da autoria de A. de Almeida Fernandes, que em alguns trabalhos (*1950*, *1970-71*, *1979-82* e *1990b*, e *GEPB*.XXV.493-4) foi explanando os diferentes argumentos que a suportavam. Como, ao longo do tempo, o autor foi, por um lado rejeitando interpretações anteriores e, por outro, acrescentando novas informações, procuraremos nesta parte sintetizar as principais linhas daquela hipótese, remetendo as referências documentais e os aspectos de pormenor, mas também algumas discordâncias, para o texto de reconstituição genealógica.

citados, e muito embora os da Fonseca tenham merecido um capítulo autónomo[2], nada aí permite afirmar que existissem laços de parentesco que os unissem aos de Riba Douro.

Essas omissões ou lacunas, porém, não podem fazer prova da sua inexistência, uma vez que esses mesmos livros também não são claros quanto aos dois matrimónios do *Aio*, chegando mesmo a ignorar alguns dos seus filhos.

A partir, por um lado, da documentação dos mosteiros de Salzedas e de Tarouca, assim como do texto das Inq. de 1258 e, por outro, da identificação de um certo número de indivíduos, o autor citado concluíu que as quatro linhagens em análise entrocavam directamente em Egas Moniz, através dos descendentes do seu filho Mem Viegas.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Falecido em 1137, Mem Viegas de Riba Douro foi sepultado pelo próprio pai no mostº de Paço de Sousa[3]. Omitido pelos livros de linhagens e pouco documentado, não se pode afirmar, nem tão pouco negar, que casou ou que teve descendência. Contudo, parece-nos bastante credível a proposta de Almeida Fernandes, pela qual lhe dá como filhos dois indivíduos de patronímico Mendes, Egas - coincidência? - e Gonçalo, que em 1159, juntamente com [outros] filhos e netos do *Aio*, confirmam uma doação feita ao mostº de Salzedas pela sua viúva[4]. Assim, seria a partir destes dois irmãos, Egas Mendes e Gonçalo Mendes [de Riba Douro], que teriam saído as linhagens da Fonseca, de Ferreirim, Bezerra e de Mós[5]:

VII1 - *Egas Mendes [de Riba Douro]*, que segue;

VII2 - GONÇALO MENDES [DE RIBA DOURO] que, como vimos, é referido em 1159 a confirmar uma doação feita ao mostº de Salzedas, volta a surgir em

[2] Tít.66, onde se integram também os Bezerras.

[3] *Livro dos Testamentos do Mosteiro de Paço de Sousa*, doc. 156, p.271. A.A.FERNANDES aventa a hipótese de Mem Viegas ter falecido no recontro de Cerneja (*1990b*, p.366).

[4] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.68 (cit. por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XXXIX, pp.442-447 e vol.XL, p.344).

[5] Tanto quanto sabemos, Almeida Fernandes nunca demonstrou como é que os de Cardoso também entroncavam nestes dois irmãos.

1209 a doar alguns bens ao mesmo most[o][6]. Não se sabe com quem casou mas terá sido, segundo Almeida Fernandes[7], o pai de:

VIII5 - GONÇALO GONÇALVES DE MÓS, assim chamado pela posse de uma quintã em Mós, na fg. de Ferreirim (c. de Lamego), fg. onde possuíu outros bens, entre os quais um casal que em 1208 doou ao most[o] de Salzedas[8]. Gonçalo Gonçalves, que não se sabe com quem casou, é referido pelo Conde D.Pedro a propósito do casamento de sua filha (*LL*36AG8):

IX7 - TERESA GONÇALVES DE MÓS, que c.c. Gomes Viegas Frade (Vd. FRADE)[9].

VII1 - EGAS MENDES [DE RIBA DOURO], que só conhecemos através da já cit. doação de 1159, e que poderá ter sido o pai de[10]:

VIII1 - *Gonçalo Viegas [de Riba Douro]*, que segue;

VIII2 - NUNO VIEGAS [DE RIBA DOURO], *miles* , é por várias vezes referido nas Inq. de 1258, a propósito de alguns bens que possuíra no j. de S.Martinho de Mouros, juntamente com *fratri suo Gunsalvo Veegas*[11]. Nada se sabe quanto ao seu casamento, mas parece ter sido o pai de:

---

[6] Os bens doados foram uma casa e uma horta, situados em Mesquinhata - fg. de Cambres, c. de Lamego (A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, p.344, cit. a partir de J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.97).

[7] A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XLI, pp.95-102.

[8] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.82 (cit. por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XLI, pp.95 e 102 - não concordamos com este autor que identifica o doador com Gonçalo Gonçalves Bezerra, uma vez que a data da doação se enquadra muito mais com o de Mós; de resto, admitimos que tenha existido algum lapso de redacção, uma vez que os argumentos aduzidos por Almeida Fernandes corroboram a identificação que indicámos).

[9] Eram primos, já que Teresa era trineta e Gomes Viegas bisneto de Egas Moniz. Este casamento, quanto a nós, pode ser um argumento importante para estribar a ligação destas linhagens aos de Riba Douro.

[10] Os argumentos em que Almeida Fernandes assentou esta hipótese serão referidos a propósito do seu filho Gonçalo Viegas.

[11] *PMH-Inq.*, pp.992-993 (ref. na *GEPB*.XXVII.521 e por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XLI, p.101).

IX6 - RAMIRO NUNES [DE RIBA DOURO], também ref. pelas Inq. de 1258 a propósito de alguns bens que tivera em Mourão (c. de Tarouca), e que, àquela data se encontravam na posse dos seus filhos e filhas[12]. Outros bens que ali tivera foram trocados, por escambo feito com o most° de Salzedas em 1230, por um casal em S.Martinho de Mouros[13]. Este escambo foi realizado juntamente com a sua mulher, **ELVIRA GOMES**, de quem, como já vimos, teve filhos, mas cujos nomes ignoramos.

VIII3 - URRACA VIEGAS [DE RIBA DOURO II], que surge em 1198 a doar vários bens ao most° de Salzedas, sitos no c. de Resende, por alma de seus pais e de seu marido **SOEIRO**, do qual não parece ter tido filhos[14].

VIII4 - TERESA VIEGAS [DE RIBA DOURO], que em data desconhecida também beneficiou o most° de Salzedas com a doação de uma seara, localizada junto aos bens doados por sua [irmã][15].

VIII1 - GONÇALO VIEGAS [DE RIBA DOURO], citado pelas Inq. de 1258 como *Donnum Gunsalvum Veegas*, foi criado em Fonseca, l. da fg. de S.Martinho de Mouros[16]. Surge-nos pela primeira vez em 1226, através de duas doações feitas a Salzedas[17], uma delas por intenção de sua mulher, **TERESA**, já falecida[18]. Em 1236 e, ao que supômos, já bastante idoso, volta a fazer outra doação ao mesmo cenóbio[19],

---

[12] *PMH-Inq.*, p.1066.

[13] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, pp.83 e 160 (cit. por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XLI, p.104).

[14] A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, pp.523-542.

[15] A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, pp.536-537.

[16] *PMH-Inq.*, p.991.

[17] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, pp.57 e 164 (docs. cit. por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, pp.544-545 e vol.XLI, pp.103-105).

[18] Segundo A.A.FERNANDES esta senhora poderia identificar-se com Teresa Gonçalves de Curveira, a primeira mulher de Egas Henriques de Portocarreiro. Deste teria recebido os direitos de *natural* no most° de Mancelos, ao qual os de Portocarreiro estavam ligados desde a fundação, que transmitiu aos filhos que teve de Gonçalo Viegas e, por isso, os da Fonseca surgiam ligados àquele most° (*1979-82*, vol.XL, pp.530-534, 540-541, e vol.XLI, p.101). Aqui fica esta referência, que naturalmente não pudemos comprovar, pelo que não a apontámos no texto.

[19] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.156 (cit. por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, p.528).

devendo ter falecido pouco tempo depois[20]. A localização dos bens doados e da região em que viveu, e o seu próprio nome, levaram Almeida Fernandes a filiá-lo em Egas Mendes, o que, até prova em contrário, nos parece de aceitar[21]. Para além dos bens que possuíu juntamente com o seu irmão Nuno Viegas, no j. de S.Martinho de Mouros, e a que já fizemos alusão[22], ainda deteve ali outros, que à data das Inq. de 1258 estavam na posse dos seus filhos[23]. Também foi senhor das honras de Ovadas e de Panchorrinha (fg. de S.Paio de Ovadas, c. de Resende)[24]. Quanto à sua descendência, as já cit. Inq. de 1258 são muito claras, afirmando que Gonçalo Viegas foi o pai de Mem Gonçalves da Fonseca - *Interrogatus, quomodo vel qualiter Donnus M[enendus] gaaniavit vel habuit istam focariam, dixit, quod Donnus Gunsalvus Veegas pater ejus gaanavit de ista focaria (...)*[25] - como também revelam a existência de um outro filho, Egas Gonçalves[26]. Assim, Gonçalo Viegas e Teresa tiveram os seguintes filhos:

IX1 - *Mem Gonçalves da Fonseca*, que segue;

IX2 - EGAS GONÇALVES DA FONSECA [DE FERREIRIM][27], *miles* que é

[20] Aceitando a sua filiação - do que trataremos a seguir - o seu [pai], Egas Mendes, que à data da morte de Mem Viegas (1137) deveria ser criança, poderia ter entre 25 e 30 anos em 1159, quando conf. a já ref. doação feita pela viúva de Egas Moniz ao most° de Salzedas (vd. nota 4); assim, Gonçalo Viegas poderá talvez ter nascido na década de sessenta do século XII, contando em 1236 com mais de 70 anos (note-se que a sua [tia-avó], Urraca Viegas. faleceu em 1218).

[21] Pela nossa parte, gostaríamos aqui de valorizar a questão da onomástica, uma vez que a sucessão de nomes, a partir de Egas Moniz, nos parece, de facto, um dado a ter em conta: Egas Moniz > Mem Viegas [>] Egas Mendes [>] Gonçalo Viegas (Gonçalo era o nome do seu [tio], Gonçalo Mendes) > Mem Gonçalves e Egas Gonçalves. Quanto aos pormenores da filiação e da localização dos bens de Gonçalo Viegas, vg. A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, pp.527-529, 540-541 e 544, e vol.XLI, pp.103-105. Por outro lado, o facto, inequívoco, de Gonçalo Viegas ser o pai de Mem Gonçalves da Fonseca - o iniciador, segundo o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, da linhagem da Fonseca - e dos seus irmãos, e de todos eles possuírem bens que seguramente pertenceram ao *Aio*, corrobora também a sua filiação.

[22] Vd. nota 11.

[23] *PMH-Inq.*, pp.991-993 (algumas destas referências são aproveitadas pelo autor do v. "S.Martinho de Mouros", na *GEPB*.XXVII.561-2).

[24] *GEPB*.XIX.819-820.

[25] *PMH-Inq.*, p.991.

[26] Desta forma, aquelas fontes suprem algumas lacunas dos livros de linhagens, nomeadamente quanto à filiação do primeiro dos da Fonseca e dos seus irmãos, os Bezerras (vd. *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, Título 66).

[27] Gonçalo Viegas terá sido o fundador da torre de Ferreirim (c. de Lamego), cuja posse passou, em parte, a

omitido pelos livros de linhagens, é referido nas Inq. de 1258, como *Egea Gunsalvi de Fonte Seca* ou *Donno Egea Gunsalvi*, a propósito de alguns bens que possuiu em S.Martinho de Mouros, alguns deles herdados do pai[28]. À data destas inq. Egas Gonçalves já tinha falecido, sendo a sua mulher, **TERESA MIGUÉIS**, que detinha esses bens, para além de outros por ela ali adquiridos[29]. Egas Gonçalves e Teresa terão sido os pais de[30]:

X10 - GONÇALO VIEGAS DE FERREIRIM, que em 1245 doou um casal a Salzedas, no j. de Penaguião[31], também é referido pelas Inq. de 1258 como proprietário de um casal no t. de Viseu[32]. Teve, igualmente, bens em S.Martinho de Mouros, entre os quais um casal que, em data desconhecida, vendeu àquele most°[33]. É possível que tenha casado[34].

IX3 - SANCHA GONÇALVES DA FONSECA, que em 1236 fez uma doação de três casais, sitos em Fonseca e em Aregos, aos mosteiros de Salzedas e de Mancelos[35]. Nada mais soubemos a seu respeito.

IX4 - GONÇALO GONÇALVES BEZERRA I, que *foi mui boo cavaleiro*

---

seu filho Egas Gonçalves e depois a seu neto, apelidando-se este com o nome da referida torre (A.A.FERNANDES, *1950*, pp.20 e ss.).

[28] Teve um casal no l. do Barro, obtido por seu pai 40 anos antes; um paço, um prado e outros haveres no l. de Barral (*PMH-Inq.*, pp.992-993 e 997, respectivamente - *GEPB*.XXVII.562 e 564).

[29] *PMH-Inq.*, p.991.

[30] A.A.FERNANDES indica-lhes mais uma filha, Teresa Viegas, mas não cremos que essa filiação tenha qualquer consistência (*1979-82*, vol.XLI, p.101)

[31] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.165 (cit. por A.A.FERNANDES, *1990b*, pp.332 e 341).

[32] *PMH-Inq.*, p.881.

[33] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.161.

[34] As informações a este respeito são um pouco confusas, pelo que preferímos não as aproveitar no texto (A.A.FERNANDES, *1970-71*, pp.64 e ss.). De resto, como este autor, posteriormente, reviu partes substanciais das afirmações feitas naquele trabalho, optámos por deixar para outra oportunidade a confirmação desses dados.

[35] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.157 (cit. na *GEPB*.XXVII.453, e por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, p.528). Atendendo à data e à localização dos bens doados é muito provável que fosse filha de Gonçalo Viegas.

(*LL*66G1)[36], surge-nos em 1231 a doar ao most° de Salzedas, para que ali o sepultassem, tudo o que tinha em Riba Douro e em Ponte de Lima[37]. Não se sabe com quem casou, mas foi o pai de[38]:

X11 - TERESA GONÇALVES BEZERRA, que c.c. João Soares de Leomil[39] (Vd. LEOMIL).

X12 - GONÇALO GONÇALVES [BEZERRA II], ou da **FONSECA**, que as inq. dionisinas referem, nomeadamente as de 1288-90, a propósito dos bens que possuíu no j. de S.Martinho de Mouros[40]. Não sabemos se casou ou se teve descendentes.

IX5 - SOEIRO GONÇALVES BEZERRA, cav° que o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* nos apresenta como o oposto de Gonçalo Gonçalves, uma vez que este, que "foi muito bom cavaleiro", *houve um mao irmão e de maos feitos, que houve nome Sueiro Gonçalves, Sueiro Bezerra.* As críticas do Conde, porém, não ficam por aqui, nem tão pouco se restringiam a Soeiro Gonçalves, já que *este Sueiro Bezerra houve filhos tam maos como ele e de tam maos feitos*, e diz-nos porquê: *e forom treedores, tambem o padre como os filhos, ca derom peça de castelos na Beira, que tiinham d'el rei dom Sancho, a que haviam feita*

[36] Nesta fonte não se afirma, claramente, que Gonçalo Gonçalves é irmão de Mem Gonçalves da Fonseca. No entanto, o facto de terem o mesmo patronímico, de serem contemporâneos e de aquele iniciar um parágrafo dentro do título 66 - dedicado aos da Fonseca - leva-nos a admitir que aquele parentesco existia.

[37] J.L.VASCONCELOS, *1934*, p.172, e *GEPB*.XXVI.844). Quanto aos bens situados em Ponte de Lima é possível que se expliquem através do casamento, mas infelizmente os livros de linhagens não referem o nome da mulher de Gonçalo Gonçalves. De qualquer forma, é natural que esteja nesta aliança a origem dos Bezerras da Ribeira Lima (A.A.FERNANDES, *1970-71*, p.74).

[38] A.A.FERNANDES ainda refere mais uma filha, Gontinha Gonçalves, mas atendendo à data em que está documentada (1221), não nos parece possível que o fosse (*1979-82*, vol.XL, p.355, e *1990b*, pp.332-333). Quando muito, seria filha de Gonçalo Viegas.

[39] Deste casamento nasceu uma filha, Teresa Anes, que voltaremos a encontrar pelo seu matrimónio com Rui Mendes da Fonseca (X1); e também dois filhos, Martim Anes e Rodrigo Anes, fundadores, respectivamente, das linhagens de São Cosmade e de Álvares.

[40] Tivera uma quintã no l. de Vilarinho (fg. de S^{a} Mª de Bairro), e, no tempo de D.Afonso III, fizera uma casa num casal que tinha honrado no l. de Fazamões, na própria fg. de S.Martinho de Mouros (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L° 4, fls.29 e 29v°, respectivamente); a quintã ficou como estava, mas o casal foi devassado pelas Sentenças de 1290 (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.14 - as duas "honras" são ref. por A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XLI, p.95). As Inq. de 1288 "apelidam-no" expressamente *da Fonseca*.

menagem por eles, e derom-nos ao conde dom Afonso de Bolonha, quando viinha por governador do regno per mandado do Papa (*LL*66G1). Estamos, assim, perante uma das personagens que, para o Conde D.Pedro, melhor representavam a figura do alcaide traidor, e que assim violava o que de mais sagrado podiam conter os compromissos vassálicos. Publicitada a traição, para ficar de exemplo a contemporâneos e a vindouros, o castigo era dado no silêncio para que o Conde D.Pedro remeteu os nomes desses filhos e dos seus descendentes.

Alcaide de Pinhel e de Trancoso, a sua passagem por esses cargos é hoje bem conhecida graças, sobretudo, à documentação do mostº de Tarouca[41]. O mesmo não podemos dizer quanto à sua vida "privada", sobre a qual existem poucos dados. Sabemos, apenas, que as Inq. de 1258 lhe referem a posse de quatro casais em Corujais, no t. de Tarouca, casais que estariam ligados à quintã que possuíu nesse mesmo lugar e que é referida pelas Inq. de 1288[42]. Já sabemos que teve filhos, mas desconhecemos o nome da sua mulher. Aqueles foram:

X13 - RUI SOARES BEZERRA, que só conhecemos através de uma cantiga de escárneo sobre a traição paterna e a sua intervenção nela[43].

X14 - GIL SOARES [BEZERRA], que em 1288 tinha uma quintã em Moumis, fg. e j. de S.Martinho de Mouros[44]. Não sabemos se teve descendentes.

X15 - MARIA [SOARES BEZERRA], *Mansa*, que c.c. **LOURENÇO VIEGAS**, fazendo ambos, em 1289, doação de um casal e metade de uma quintã em Moumis, que fora de "Dom Soeiro", ao mostº de Salzedas[45].

IX1 - MEM GONÇALVES DA FONSECA, cavº que é várias vezes referido pelas Inq. de

[41] Publicada há mais de vinte anos por A.A.FERNANDES, autor que também dedicou várias páginas dos seus trabalhos à figura de Soeiro Bezerra (*1970*, pp.81-144, e *1991-93*, vol.I/2, pp.540-556).

[42] *PMH-Inq.*, p.1080, e ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.35vº, respectivamente (dados cit. por A.A.FERNANDES, *1970*, p.86). À data das Inq. de 1258 os referidos casais já estavam na posse dos seus filhos, pelo que Soeiro Bezerra já deveria ter falecido.

[43] A.A.FERNANDES, *1970*, p.86, e A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.318-319.

[44] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.29vº (cit. na *GEPB*.XXV.225 e por A.A.FERNANDES, *1950*, p.23).

[45] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.159 (cit. por A.A.FERNANDES, *1950*, p.23 - onde se faz a proposta de identificação).

1258 como *Donnus Menendus Gonsalvi de Afonseca* e a quem os livros de linhagens atribuíam o início dos da Fonseca, *que som padroeiros e naturaes do moesteiro de Mancelus* (*LL*66A1). Esta fonte, como já vimos, não diz quem eram os seus pais, mas aquela outra afirma muito claramente que era filho de Dom Gonçalo Viegas[46]. Referido pela primeira vez num diploma de 1226, relativo ao mostº de Salzedas[47], é sobretudo através daquelas inq. que melhor o conhecemos. Assim, em Fonseca (fg. e j. de S.Martinho de Mouros), trazia honrados diversos bens reguengos (fogueiras, leiras de vinha, moinhos, etc.), uns já assim herdados de seu pai e outros que o próprio honrara, no tempo de D.Sancho II, e onde Mem Gonçalves fizera duas casas[48]. Também no j. vizinho de Aregos possuiu, por honra, as vilas de Ovadas e de Panchorrinha[49]. Teve o padroado da ig. de Santo Isidro de Caíde, no j. de Portocarreiro[50]. No j. de Lafões, finalmente, teve a quintã de Cotães, com vários casais, searas e herdades, bens que doou ao mostº de Salzedas em 1229, juntamente com a sua mulher **MARIA PIRES DE TAVARES I**, com o intuito de ali serem ambos sepultados[51]. Mem Gonçalves casou uma segunda vez - depois, portanto, de 1229 - com **MARIA PIRES DE CAMBRA** (*LL*66E1 e *LD*9BE6). Do primeiro matrimónio teve os seguintes filhos:

X1 - RUI MENDES DA FONSECA, cavº que as Inq. de 1258 referem, a propósito de certos bens que possuiu no j. de S.Martinho de Mouros[52]. Por outro lado, as Inq. de 1288 afirmam que detinha uma quintã no j. de Besteiros[53]; mas, e como seria de esperar, atendendo aos antecedentes paternos, também possuiu bens na

[46] Vd. nota 25.

[47] Diploma infelizmente perdido (cfr. A.A.FERNANDES, *1979-82*, vol.XL, pp.352-353).

[48] *PMH-Inq.*, pp.991-992. Bens que terão constituído, ou engrossado, o património da quintã da Fonseca, pela qual honrou toda a aldeia e que à data das Inq. de 1288 assim continuava na posse de seus filhos e netos (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.29vº), situação que as Sentenças de 1290 confirmaram (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg. 14).

[49] *PMH-Inq.*, pp.987-988 (cit. na *GEPB*.XIX.819-820).

[50] *PMH-Inq.*, p.604 (cit. por A.A.FERNANDES, *1950*, p.31).

[51] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.146,e *GEPB*.XXVI.844.

[52] *PMH-Inq.*, pp.992-993 (cit. na *GEPB*.XIX.819-820).

[53] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.49.

margem norte do Douro, nomeadamente no j. de Gestaçô e Gouveia[54]. A última notícia que temos a seu respeito data de 1289, quando doou ao most° de Salzedas tudo o que tinha em Miomães (c. de Resende) para que, tal como o pediram seus pais, ali o sepultassem[55]. Casou com **TERESA ANES DE LEOMIL**, sua parente[56], de quem teve:

XI1 - AFONSO RODRIGUES [DA FONSECA] ***MICHOM***[57], que só encontrámos referido pelo Conde D.Pedro, através de quem sabemos que casou duas vezes. Assim, casou primeiro com **TERESA MARTINS DAS MEDÃS**, de quem teve (*LL*62O9 e 66H4):

XII1 - MARIA RODRIGUES MICHOM, que c.c. João Lourenço de Urgeses (Vd. URGESES).

XII2 - GUIOMAR AFONSO MICHOM, *que foi abadessa d' Almoester* (*LL*62O9) e, com efeito, em 1296, aparece-nos como *dona* daquele most°, a fazer uma doação a Dona Berengária Aires de Gosende, sua fundadora[58]. Como abad[a] só nos surge em 1327[59]. No entanto, as primeiras informações que temos para Guiomar Afonso são anteriores àquelas duas datas e, talvez, anteriores à sua entrada na vida monástica: as Inq. de 1288 afirmam que tinha uma quintã honrada em Tamonde (fg. e j. de S.Martinho de Mouros), e que, no tempo de D.Afonso III, comprara e honrara parte de um l.

[54] Teve a quintã de Fornos, na fg. de S[a] M[a] de Jazente (ANTT, *Gavetas*, III-10-18 (Perg.1), e outros bens na fg. de S[a] Marta de Penaguião (*GEPB*.XXVII.227).

[55] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, p.164, e *GEPB*.XVII.324.

[56] Era filha de Teresa Gonçalves Bezerra (X11), prima-direita de Rui Mendes.

[57] Supomos que se trata de uma alcunha, pelo que colocámos o nome em itálico. Os seus filhos, como veremos, apelidaram-se assim, mas o único neto de Afonso Rodrigues, na varonia, usou o apelido Fonseca (XIII1). Em *LL*67A1, é alcunhado de *Feijom*.

[58] ANTT, *Sala 25 - Most° de Almoster*, cx.13, m°10, n°31 (doc. feito em Celas, a 16 de Jul.). Curiosamente, a doação é feita por Guiomar Afonso, mas também pelas irmãs Maria e Aldonça Gonçalves, primas de Guiomar, declarando-se todas netas de "Dona Dórdia Nunes". Aquelas, eram filhas de Gonçalo Porro e de Urraca Martins das Medãs - omitidas pelo *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* (*LL*62P9) -, e esta, era Dórdia Nunes de Aguiar, c.c. Martim Sanches das Medãs, e pais, portanto, de Teresa e de Urraca Martins.

[59] ANTT, *Sala 25 - Most° de Almoster*, cx.6, m°1, n°51 (doc. de 4 de Out. - mas é natural que já o fosse anteriormente).

dessa mesma fg.[60]. Não sabemos em que data morreu.

E depois que lhe morreo esta molher a Afonso Rodriguez, filhou uma moça e criou-a, que havia nome dona ***MARIA ANES****, e fez em ela (...). E depois que houve estes filhos desta dona Maria Anes, suso dita, recebeo-a por molher liidima* (*LL*66H4). Esses filhos foram:

XII3 - JOÃO AFONSO MICHOM, sobre quem não temos qualquer informação. De resto, os livros de linhagens afirmam que casou em Alenquer, mas também desconheciam o seu nome (*LL*66H5). É muito possível que o seguinte indivíduo fosse seu filho:

XIII1 - RODRIGO ANES DA FONSECA, referido em 1339 como cav° *natural* do mosteiro de Mancelos[61]. Nada mais soubemos a seu respeito.

XII4 - VASCO AFONSO MICHOM, sobre quem só sabemos que casou (*LL*66I5).

XII5 - ALDONÇA RODRIGUES MICHOM, que c.c. João Lourenço Guedaz (Vd. GUEDAZ).

XI2 - ESTÊVÃO RODRIGUES DA FONSECA, que possivelmente terá tido alguns bens na região de Panóias, atendendo ao seu casamento com **TERESA RODRIGUES DE SOUSA**, filha de Rui Vasques de Panóias [Sousa]. Deste matrimónio teve:

XII6 - MOR ESTEVES DA FONSECA, que c.c. Rui Pais de Agares (Vd. AGARES).

Depois da morte de Dona Teresa, Estêvão Rodrigues *filhou uma barregãa em Ermamar que houve nome dona* ***MARIA*** **PIRES**

[60] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.30.

[61] L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.61.

GALEGA, de quem teve:

XII7 - VASCO ESTEVES DA FONSECA, *Menancorea*, alcunha que lhe é atribuída pelo *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, e onde também se afirma que foi freire Hospitalário (*LL*66O4). Antes de o ser, porém, sabemos que foi escdº de seu primo Rui Vasques da Fonseca, e em nome deste, em 1332, exigiu o pagamento das rendas de diversos casais[62]. Vasco Esteves foi leg. por c. de 11 de Julho de 1312[63].

XI3 - URRACA RODRIGUES DA FONSECA, que c.c. Estêvão Martins de Leomil (Vd. COUTINHO-FONSECA)[64].

X2 - *Vasco Mendes da Fonseca*, que segue;

X3 - FERNÃO MENDES DA FONSECA, que só conhecemos através da Inq. de 1288, segundo as quais teve duas quintãs na fg. de Santiago de Piães (c. de Cinfães), já então na posse dos seus filhos[65]. Pela referência anterior ficámos a saber que teve mais de um filho; no entanto, os livros de linhagens só lhe referem uma filha, fruto do seu casamento com **ESTEVAÍNHA GIL BABILÃO** (*LL*66C2):

XI7 - INÊS FERNANDES DA FONSECA, que c.c. Gonçalo Viegas de Ataíde (Vd. ATAÍDE).

X4 - TERESA MENDES DA FONSECA, omitida pelos livros de linhagens, mas expressamente referida como filha de Mem Gonçalves da Fonseca pelas Inq. de 1258. Nessa ocasião estava c.c. **JOÃO MARTINS**, e detinham ambos duas

---

[62] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Tarouquela*, cx.3, mº18, nº4.

[63] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.80vº.

[64] A descendência deste casal usou indiscriminadamente os apelidos Fonseca e Coutinho (A.A.FERNANDES, *1950*, pp.10-12).

[65] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.23vº. As Sentenças de 1290 mantiveram o estatuto honrado das quintãs (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.10).

peças de herdade em Paredes (j. de S.Martinho de Mouros)[66]. Desconhecemos a linhagem de seu marido (Amaral?), ou se teve filhos.

Do segundo casamento, com Maria Pires de Cambra[67], Mem Gonçalves da Fonseca teve mais os seguintes filhos:

X5 - PERO MENDES DA FONSECA, cav° e trovador, referencia-se a partir de 1275[68]. Segundo as Inq. de 1288 honrava toda a aldeia de Drizes (fg. de S^{a} Mª de Várzea, j. de Lafões), pela quintã que ali possuía e onde só entrava o porteiro pela voz e pela coima[69]. No ano seguinte, a 9 de Jan., e na presença do monarca, testemunhou a apresentação do relatório sobre as negociações relativas ao escambo do senhorio de Portel, a efectuar entre D.Dinis e Dona Maria Anes de Aboim e, como testemunha daquelas negociações, confirmou as afirmações dos representantes régios[70]. Para além da quintã atrás referida, também possuiu umas casas em Leiria, vendidas a Dom Pero Anes Portel antes de 1294, ano em que este as doou à Ordem do Templo[71]. Como já foi devidamente valorizado, os dois dados anteriores evidenciam uma forte ligação de Pero Mendes aos de Aboim-Portel, como o foi também o seu casamento com **MOR MARTINS**, sobrinha do chanceler Estêvão Anes[72], facto que deverá ter sido decisivo para o seu ingresso nos círculos cortesãos[73]. Desse matrimónio nasceram:

XI8 - GONÇALO PIRES DA FONSECA, que foi freire da Ordem de

[66] *PMH-Inq.*, p.997 (ref. na *GEPB*.XXVII.563). Colocámos Teresa Mendes no grupo dos filhos do primeiro casamento de Mem Gonçalves, uma vez que só estes são ref. pelas ditas inq.

[67] Em *LD*9BE6 são atribuídos a Maria Pires de Cambra, por equívoco, os filhos do primeiro casamento de Mem Gonçalves.

[68] Os principais dados sobre a sua vida já foram recolhidos por A.R.OLIVEIRA, *1995*, pp.421-422.

[69] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.51. As Sentenças de 1290 mantiveram a situação referida (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.25).

[70] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.253, e *Gavetas*, I-1-11 (doc. publ. por A.B.FREIRE, *1906b*, pp.173-174 - doc.III).

[71] ANTT, *Gavetas*, VII-13-11, e *CR - Ordem de Cristo*, L°234 (2ª parte), fl.128v°.

[72] No seu test°, feito em 1279, Estêvão Anes contemplou os filhos de sua sobrinha, Estêvão, Rui e Vasco, com três casais (B.SÁ-NOGUEIRA, *1987*, p.90).

[73] A.R.OLIVEIRA, *1995*, p.422.

Santiago (*LL*66E2)[74].

XI9 - ESTÊVÃO PIRES DA FONSECA, omitido pelos livros de linhagens, mas expressamente referido, em 1279, como filho de Pero Mendes e de Mor Martins[75].

XI10 - RUI PIRES DA FONSECA I, *que morreo sem semel* (*LL*66E2).

XI11 - VASCO PIRES DA FONSECA, de quem se sabe que casou com **CONSTANÇA ESTEVES**, desconhecendo-se, porém, se tiveram descendentes[76].

X6 - LOURENÇO MENDES DA FONSECA, cav° cujo património se encontra bem documentado, graças às importantes doações que fez à abadia salzedense. Com efeito, entre 1287 e 1310, Lourenço Mendes, juntamente com a sua mulher **MARIA MARTINS**, doou a Salzedas três quintãs e vários casais, dispersos pelos j. de S.Martinho de Mouros, Tendais, Aregos e da Feira, com a condição de ali serem sepultados[77]. Não cremos que tivessem tido descendentes.

X7 - ELVIRA MENDES DA FONSECA, que c.c. Martim Anes de Alvelos (Vd. ALVELOS).

X8 - MARTIM MENDES DA FONSECA, ignorado pelos nobiliários medievais, encontra-se ref. em 1278, a receber dois casais de Pendorada, a título de préstamo, pelo muito serviço que prestara àquele most°[78]. Cónego de Viseu e Abade de Ventosa teve, de **CONSTANÇA FERNANDES DE CAMBAR**, um filho bastardo:

---

[74] Sobre a identificação - quanto a nós errada - de Gonçalo Pires da Fonseca com o seu homónimo, pensamos que dos Magros, comendador de Mértola entre 1245 e 1258, vd. COELHO/MAGRO/FRADE -nota 26. Como Gonçalo Pires não é referido na doação de 1279, relativa aos seus irmãos, é de supôr que já então tivesse falecido; no entanto, também não é de excluir a hipótese de Gonçalo ser filho de outro casamento de Pero Mendes, uma vez que a referida doação é feita em função da mulher deste (vd. nota 72).

[75] Vd. nota 72.

[76] Em *LL*66E3 afirma-se que foram os pais de Lourenço e de Rui Vasques, numa evidente confusão com os filhos de Vasco Mendes da Fonseca (cfr. *LL*62I9).

[77] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, pp.147, 151, 155, 157, 160, 163, 165 e 172 (cit. por A.A.FERNANDES, *1950*, p.33). Uma dessas quintãs, a de Ermegilde (fg. e j. de S.Martinho de Mouros), estava na posse de Lourenço Mendes aquando das Inq.ª de 1288 (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.30).

[78] ANTT, *CR - Most° de Pendorada*, m°22, n°4 (doc. de 8 de Fev., publ. por P.AZEVEDO, *1908*, pp.88-89).

XII12 - LOURENÇO MARTINS DA FONSECA, leg. por c. de 14 de Jul. de 1317[79]. *Escudeiro da Fonseca e vizinho de Alafões*, cedeu para sempre ao mostº de Arouca, em 1328, o direito que tinha na quintã de Favarrel, no j. de Lafões, a qual fora de sua tia Guiomar, monja de Arouca e depois abadª de Vila Cova de Sendim, e que trazia emprazada do mostº de Vila Cova[80]. Não se sabe com quem casou mas, segundo o Conde D.Pedro, foi o pai de:

XIII5 - MARTIM LOURENÇO DA FONSECA, de quem só sabemos que c.c. **BERENGÁRIA PIRES DE TAVARES** (*LL*39T8).

X9 - GUIOMAR MENDES DA FONSECA, também esquecida pelos livros de linhagens, surge-nos pela primeira vez em 1312 como abadª de Vila Cova de Sendim, cargo que ainda ocupava em 1320[81]. Deverá, entretanto, ter falecido, uma vez que em 1327 o mostº de Arouca, onde anteriormente fora monja, tomou posse da sua parte da quintã de Favarrel, no j. de Lafões[82].

X2 - VASCO MENDES DA FONSECA, cavº e uma das vítimas que, segundo o *Chronicon Conimbricense*, faleceu em 1277 na lide de Gouveia, lutando ao lado de Pero Esteves de Tavares, seu primo-direito e chefe de uma das facções envolvidas no conflito[83]. E, na verdade, aquando das Inq. de 1288-90, já eram os seus filhos que detinham as quintãs honradas de Pindelo e de Pinheiro de Urqueira, nos j. de Lafões e de Baião, respectivamente[84]. Em 1311, a sua viúva, **MARIA MARTINS DAS MEDÃS**[85], trazia emprazada da Sé de Lamego a quintã de Vale de Gouve (fg. de Sª

[79] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.113vº.

[80] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº9, nº2.

[81] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Lorvão*, gav.2, mº6, nº32 (doc. de 18 de Jan. de 1312), e AGUC, *Fundo Gabriel Pereira*, gav.7, mº único de Pergs. Portugueses do Séc. XIII - o pergaminho encontra-se mal datado no catálogo -, nº2 (doc. de 4 de Jan. de 1320), respectivamente.

[82] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº9, nº6 (Vd. nota 79, relativa a seu sobrinho Lourenço Martins).

[83] *PMH-Scriptores*, p.4, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, p.76. Em *LL*67A1 também se refere este sucesso.

[84] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.55, e *Gavetas*, III-10-18, Perg.5.

[85] Era irmã da primeira mulher de Afonso Rodrigues Michom, sobrinho de seu marido (*LL*62I9 e O9).

Mª de Alvelos, j. de Lamego)[86]. Dela teve os seguintes filhos:

XI4 - *Rui Vasques da Fonseca*, que segue;

XI5 - LOURENÇO VASQUES DA FONSECA, cavº que nos surge pela primeira vez em 1288, na posse da quintã de Pindelo (j. de Lafões), herdada de seu pai[87]. Senhor da h. de Paredes, no actual c. de Resende[88], também teve bens em Torres Vedras, os quais vendeu a seu irmão Rui Vasques, antes de 1293[89]. Vassalo de D.Afonso IV, aparece-nos em 1328, como um dos 40 fidalgos que foram nomeados por aquele rei como fiadores dos acordos celebrados nesse ano com Afonso XI de Castela e, no ano seguinte, como procurador do Rei de Portugal, apresentou ao monarca castelhano o texto desses mesmos acordos, o que este ractificou[90]. Lourenço Vasques casou com **SANCHA VASQUES DE MOURA**, mas, e ao contrário do que afirma o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* (*LL*62I10), não teve filhos deste matrimónio. Teve um filho, é certo e chamou-se como aquela fonte indica, mas foi fruto da barregania de Lourenço Vasques com **TERESA PIRES**. Chamou-se:

XII14 - VASCO LOURENÇO DA FONSECA, da *Cónega* (*LL*48E5), e foi leg. por c. de 14 de Jul. de 1317[91]. Tal como o seu pai, também foi um dos 40 fidalgos portugueses que asseguraram o cumprimento do acordo de 1328[92]. Em 1319, e já então c.c. **INÊS GONÇALVES MOREIRA**, irmã da mulher de seu tio Rui Vasques, foram ambos citados pelo meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho para, como herdeiros de Mor

---

[86] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº7, fl.85.

[87] Vd. nota 84.

[88] Confrontava mesmo com a h. de Resende (*CAIV*.II.231 - doc. de 3 de Jul. de 1340 - ref. pela *GEPB*.XXVII.562).

[89] Neste ano, Rui Vasques fez um escambo com Dona Fruilhe Martins das Medãs, tia de ambos, entregando-lhe tudo o que tinha em Torres Vedras, incluindo a parte que tinha comprado a seu irmão Lourenço (ANTT, *CR - Mostº de Alcobaça*, mº19 (DP), nº42 - doc. de 7 de Set.).

[90] ANTT, *Gavetas*, XVIII-11-5 (publ. nas *GAVETAS*, vol.IX, pp.636-657).

[91] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.113vº. Curiosamente, nesse mesmo dia era também leg. o seu primo Lourenço Martins (XI12 - vd. nota 79).

[92] Vd. nota 90.

Martins de Leiria, procederem às partilhas dos bens desta - mãe de Inês Gonçalves - e que incluiam a quintã de Urgeses[93]. Também teve bens no j. de Lafões[94], região onde se encontrava em 1348[95].

O que mais ressalta da figura de Vasco Lourenço, porém, é a sua vida "sentimental". Com efeito, depois de enviuvar de Inês Gonçalves, e de quem teve três filhos, c.c. **JOANA GONÇALVES DE VEIRO**, da qual também teve descendência (*LL*62I11). Em 1351 já estava c.c. **MARGARIDA ANES DE CARAPEÇOS**. Não sendo vulgar, três casamentos nada têm de especial. A questão é que este último casamento já terá sido efectuado depois de 1338, ano em que D.Afonso IV legitimou um filho *nado sem lijdimo matremonyo* de ambos. Para cúmulo, um ano depois de ser legitimado (1317), Vasco Lourenço obtivera a legitimação de um seu filho bastardo, tido em **TERESA MARTINS DE SANDE**! Em conclusão, Vasco Lourenço da Fonseca teve os seguintes filhos - do primeiro casamento, com Inês Gonçalves Moreira[96]:

XIII4 - GONÇALO RODRIGUES MOREIRA [DA FONSECA], que já referimos, a propósito de uma venda efectuada em 1348, juntamente com o seu pai e com a sua irmã, à Coleg[a] de Guimarães[97].

XIII5 - BEATRIZ VASQUES DA FONSECA, somente referida em

---

[93] ANTT, *Sala 25 - Coleg[a] de Guimarães*, m°21 (DP), n°38 (a citação é de 18 de Nov., tendo as partilhas sido feitas no dia 25 desse mesmo mês). Muito embora o doc. refira as partições, não indica o que coube a cada uma das partes interessadas. No entanto, em 1348, Vasco Lourenço, por si e por seus filhos Gonçalo e Inês, vendeu ao cab° de Guimarães, por 600 lbs., tudo o que tinham nas fgs. de Santo Estêvão de Urzeses e de Pinheiro, bens que, muito provavelmente, terão sido adquiridos através daquelas partilhas (IDEM, *ibidem*, m°30 (DP), n°12 - doc. de 25 de Jul.).

[94] Teve, pelo menos, um casal na fg. de S.João de Pinho, como se apurou por umas confrontações feitas em 1377 (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls.57-57v°).

[95] A 23 de Set., estando em S.Pedro do Sul, testemunhou um acordo feito entre Estêvão Afonso Boi Alvo e João Pires da Ribeira, pela posse da quintã de Rebordaínhos (ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.5, m°6, n°10).

[96] Inês Gonçalves pertencia à família patronal do most° de Grijó (cfr. J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.233). Quanto a Vasco Lourenço, é referido em 1339, juntamente com os filhos, como infancão *natural* do most° de Mancelos (L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.60).

[97] Vd. nota 93. O seu nome, para além de uma eventual "homenagem" ao seu avô materno, poderia significar uma forma de distinção relativamente ao seu meio-irmão Gonçalo Vasques da Fonseca.

*LL*48E5, não participou na citada venda de 1348.

XIII6 - INÊS VASQUES DA FONSECA que, pelo contrário, é omitida pelos livros de linhagens e é citada na referida venda.

Em *LL*62I11 afirma-se que Vasco Lourenço teve filhos de Joana Gonçalves de Veiro, mas nem os nomeia nem nós os identificámos. Quanto aos bastardos, e pela ordem das suas legitimações, o primeiro, teve-o em Teresa Martins de Sande, e o segundo em Margarida Anes de Carapeços[98]:

XIII7 - AFONSO VASQUES DA FONSECA, leg. por c. de 17 de Maio de 1318[99].

XIII8 - GONÇALO VASQUES DA FONSECA, leg. por c. de 4 de Agosto de 1338[100].

XI6 - LOPO VASQUES DA FONSECA, omitido pelos nobiliários medievais, possuía, em 1290, uma quintã na fg. de Pindelo (j. de Lafões), constituída por casais que tinham sido comprados por [seu pai][101].

XI4 - RUI VASQUES DA FONSECA, cav° que é referido pelas Inq. de 1288 como detentor de duas quintãs, a de Loumão (fg. de S.Miguel de Queirã) e a de Ansiães (fg. de S^{a} Mª de Várzea), ambas no j. de Lafões[102]. Em 1293, e já então c.c. **MARIA GONÇALVES MOREIRA**, doou a sua tia materna, Fruilhe Martins das Medãs, tudo o que possuía em Torres Vedras[103]. Em 1319, e tal como sucedera a seu sobrinho

[98] Em 1351, já casados, vendem a Dona Margarida de Sousa, mulher de Rui Vasques Ribeiro, por 2000 lbs., as quintãs de Carapeços e das Corujeiras sitas, respectivamente, nos c. de Amarante e de Guimarães (J.S.R.VITERBO, *1965-66*, vol.II, p.383b, e E.A.C.FREITAS e OUTROS, *1977*, p.14) ; são de novo referidos em 1357, a propósito da quintã de Velharigues, a qual tinham vendido anteriormente a Gomes Martins do Monte (*CP*.543).

[99] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.119.

[100] *CP*.128.

[101] *GEPB*.XXI.707.

[102] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4,fls.50 e 51, respectivamente.

[103] Vd. nota 89.

Vasco Lourenço, casado com uma irmã da sua mulher, fez partilhas dos bens que pertenceram a sua sogra, Mor Martins de Leiria[104]. Rui Vasques, que ainda vivia pelos finais de 1332[105], viria a falecer antes de Jan. de 1335, data em que os seus filhos outorgaram 1500 lbs. para o cumprimento das suas disposições testamentárias[106]. Teve os filhos seguintes[107]:

XII8 - LOURENÇO RODRIGUES DA FONSECA, cav° que encontrámos referido pela primeira vez em 1320, e já então c.c. **ALDONÇA ANES BOTELHO**[108]. Em 1335, e tal como os seus irmãos, também outorgou as disposições testamentárias de seu pai[109]. Foi senhor do paço da Fonseca, sito na fg. de S.Martinho de Mouros, e como tal é referido, juntamente com o seu irmão Mem Rodrigues, num diploma de 1342[110]. Sabe-se que teve descendência (*LL*62J11), o que é confirmado pelo facto de Lourenço Rodrigues, em 1339, ser referido como infanção *natural* do most° de Mancelos, juntamente com os filhos[111], mas não conhecemos os seus nomes.

XII9 - *Pero Rodrigues da Fonseca*, que segue;

XII10 - MEM RODRIGUES DA FONSECA, cav° que em 1335 também é referido

---

[104] Vd. nota 93. Tal como a sua irmã, também Maria Gonçalves pertencia à família patronal de Grijó (cfr. J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.233).

[105] Em Set. desse ano, o seu escd° Vasco Esteves exigia o pagamento de várias rendas que deviam ao seu senhor (ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, m°18, n°4).

[106] A sua filha Dórdia, pelo menos, entregou 250 lbs. aos seus testamenteiros, Gonçalo Rodrigues Galafura e Estêvão Homem (ANTT, *Sala 25 - Most° de Almoster*, m°10. n°10).

[107] Em estudo anterior já tivemos ocasião de nos debruçar sobre a sua descendência (cfr. J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.235-236).

[108] A 4 de Jun. desse ano, estando em Santarém juntamente com a sua mulher e os seus cunhados, comprou ao testamenteiro de sua sogra, por 800 lbs., o terço dos seus bens móveis e de raíz; alguns meses depois, a 18 de Out., e nas suas casas de Outeiro (j. de Baião), foi nomeado procurador pela sua mulher para proceder às partilhas dos bens da mãe desta, acto que foi testemunhado pelo [seu?] escd° Gil Mendes (ADS, *Pergaminhos Avulsos*, n°4, e ADP, *Cab° da Sé do Porto - Livros de Originais*, L°XXIII, fl.44, respectivamente). Quanto à presença do casal em Santarém, é muito possível que aí tivessem casas de morada, uma vez que aí tinham vinhas e herdamentos, trocados por outros bens num escambo realizado com o most° de Tarouca antes de 1337 (*CAIV*.II.58 e 168).

[109] Vd. nota 106.

[110] M.G.COSTA, *1977-79*, vol.II, p.349.

[111] L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.60.

a propósito do testº paterno[112], era, como já dissemos, senhor do paço da Fonseca[113]. Dois anos depois, e já então c.c. **CONSTANÇA GIL PEIXOTO**, foi nomeado procurador pela sua sogra[114]. Em *LL*62M11, afirma-se que teve filhos, mas ignoramos o seu número ou os seus nomes.

XII11 - MOR RODRIGUES DA FONSECA, que c.c. Fernão Gomes de Carvalho (Vd. CARVALHO).

XII12 - N. RODRIGUES DE CARVALHO (*LL*62J10).

XII13 - DÓRDIA RODRIGUES DE CARVALHO, *que foi freira d' Almoester* (*LL*62J10), e que, de facto, já o era em 1335, quando entregou 250 lbs. aos testamenteiros de seu pai para o bom cumprimento do testº deste, entrega que os seus irmãos testemunharam[115].

XII9 - PERO RODRIGUES DA FONSECA, cavº que se documenta a partir de 1334, ano em que testemunhou a partição do couto e honra de Lumiares, feita entre os herdeiros de João Mendes de Briteiros[116]. No ano seguinte, outorgou as disposições do testº paterno, testemunhando a dotação de 250 lbs. que a sua irmã Dórdia Rodrigues, para esse efeito, entregou aos respectivos executores testamentários[117]. Possuiu a quintã de Cantim, situada na fg. de S.Martinho de Mouros[118]. Os últimos dados de que dispomos sobre Pero Rodrigues remetem-nos para o período de 1383-85: como vassalo dos Teles de Meneses começou por apoiar o partido castelhano mas, em 1388, mudou de partido, entregando ao Mestre de Avis o castelo de Olivença, do qual era alcaide em nome de João I de Castela[119]. Foi c.c. **MOR PIRES DE BEJA**, de quem teve:

---

[112] Vd. nota 106.

[113] Vd. nota 110.

[114] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Tarouquela*, mº20, nº586.

[115] Vd. nota 106.

[116] *GEPB*.XXVII.162.

[117] Vd. nota 106.

[118] Doc. de 1342, cit. por M.G.COSTA, *1977-79*, vol.II, p.349.

[119] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.235.

XIII2 - *Rui Pires da Fonseca II*, que segue;

XIII3 - VASCO PIRES DA FONSECA II, que foi ignorado pelos livros de linhagens, sendo referido em 1339 como cav° *natural* do most° de Mancelos[120].

XIII2 - RUI PIRES DA FONSECA II, que foi c.c. **LEONOR RODRIGUES DE NOMÃES**, e da qual não sabemos se teve filhos (*LL*31C8).

[120] L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.61.

4.7. BARBOSA

Apresentaremos agora a linhagem dos de Celanova-Barbosa. A sua colocação logo a seguir à família real e às cinco linhagens que os nobiliários medievais consideravam mais antigas e prestigiadas, não é estranha à sua génese. De origem galega, a linhagem de Celanova, na passagem do século XI para a centúria seguinte, encontrava-se aparentada com as famílias condal portucalense e de Sousa: o conde Nuno de Celanova era primo direito do último conde de Portucale e estava casado com uma filha de Gomes Echigues de Sousa, *maiorino* de Portugal em 1052, em nome de Fernando Magno. Tal como os Sousas, os de Celanova tinham o seu centro espiritual localizado no poderoso cenóbio beneditino de Pombeiro de Riba de Vizela.

Durante o século XII o prestígio da linhagem não cessou de aumentar[1]. Os filhos de Nuno de Celanova, documentados na corte de D.Henrique e de Dona Teresa desde a primeira década da centúria, foram responsáveis por essa ascenção, não só graças ao seu envolvimento nos sucessos políticos que conduziram à independência do reino português, mas também devido a uma política de alianças matrimoniais estabelecida ao mais alto nível. Com efeito, Gomes Nunes casou na casa de Trava e Sancho Nunes com uma irmã de D.Afonso Henriques; por outro lado, as suas irmãs casaram com os chefes das linhagens da Maia e de Silva. Estas alianças permitiram aos de Celanova um posicionamento social priviligiado, reflectido no exercício de importantes cargos políticos, desde tenências à mordomia-mor. O casamento de Sancho Nunes - ou o acima referido ou um seu neto homónimo - com uma das filhas de Mem Moniz de Riba Douro, trouxe aos de Celanova a honra de Barbosa, nome que passaram a adoptar como apelido.

Na passagem do séc. XII para o seguinte a linhagem de Barbosa parece ter sofrido algum declínio, muito embora o nível dos matrimónios se tenha mantido elevado - Maia e Lumiares. É até possível que os de Barbosa tenham padecido dos mesmos males que afectaram aquelas linhagens, sobretudo os da Maia, ou que, muito simplesmente, não tenham

[1] Alguns dados biográficos sobre as primeiras gerações serão dados nas notas à árvore genealógica dos de Celanova-Barbosa.

conseguido fugir aos malefícios de uma primeira metade de século altamente conturbada. Nos reinados de D.Afonso III e de D.Dinis os de Barbosa voltam a surgir na corte mas, tal circunstância, parece ter-se ficado a dever mais ao acaso das carreiras pessoais de um ou outro indivíduo do que a uma posição de influência do conjunto da linhagem.

Esta realidade parece confirmada pela análise de outros factores, nomeadamente as alianças matrimoniais e o património. Quanto às primeiras - e depois dos já referidos casamentos com Maias e Lumiares - caíram num círculo de famílias que, muito embora estivessem relacionadas com os meios da corte - Correia, Berredo, Chacim ou Barreto - estavam muito longe do nível das alianças alcançadas pelos Celanova-Barbosa na centúria anterior. A passagem para o séc. XIV foi ainda mais desastrosa, levando os de Barbosa para a mediocridade dos de Toroselho ou de Urrô, e mesmo para linhagens desconhecidas. Não se estranhará, assim, que depois da morte de Fernão Pires de Barbosa, a linhagem tenha desaparecido completamente da corte.

A análise do segundo factor, ou seja, o património, também demonstra a perda de dinâmica da linhagem. Com efeito, do séc.XII para o séc. XIV, os de Barbosa não saíram dos limites do Entre-Douro-e-Minho. Centrados no vale do Sousa, em torno de uma série de honras - Barbosa, Paredes, Lagares e Astromil - a sua mobilidade não foi mais longe do que a região do vale do Neiva. Ora, esta "cristalização" geográfica não deixa de nos surpreender, quando sabemos que alguns dos seus membros frequentaram a corte e que esta circunstância favorecia a tendência - bastante clara na segunda metade do séc. XIII - de se constituirem núcleos de património mais meridionais. O caso de Fernão Pires de Barbosa é a este título quase enigmático: rico-homem, conselheiro e privado régio, e detentor de uma fortuna impressionante, não lhe encontrámos quaisquer bens patrimoniais a sul da *região senhorial*, quanto mais não fosse em Santarém ou no seu termo, vila e área para a qual confluíram os interesses da maioria das "famílias cortesãs".

O destino e continuidade da linhagem também parecem ter sofrido bastante com um forte desiquilíbrio de umas gerações para as outras, sobretudo ao nível da fecundidade[2].

Quanto a nós, esta linhagem apresenta uma evolução que não deixa de ter outros paralelos em linhagens de nível idêntico, ou seja, surgindo na passagem do séc. XI para o séc. XII, atingem nesta última centúria o maior prestígio político e social; depois, ao longo do

[2] Analisando a árvore genealógica, verifica-se um claro desiquilíbrio de fecundidade entre as VI[a] e VIII[a] gerações, e entre esta última e a seguinte. Também se verifica um índice de celibato bastante elevado, sobretudo ao nível das mulheres. Esta estratégia, que preteriria as alianças com outras linhagens em favor da acumulação patrimonial numa só linha, não parece verificar-se, quer porque ás mulheres, todas monjas, herdaram o seu quinhão da herança paterna quer porque nenhuma linha masculina parece ter-se sobreposto às restantes. De resto, a linha de Fernão Pires, que pela riqueza deste se poderia ter destacada, terminou em bastardia.

séc. XIII, acusam algum desgaste e entram em declínio, o qual poderia ser retardado graças ao acaso de algumas carreiras individuais, sobretudo com a chegada de D.Afonso III; finalmente, com a entrada no séc. XIV, aquele declínio acentua-se conduzindo as linhagens à extinção ou a um medíocre anonimato.

Seja como for, é inegável que os de Celanova-Barbosa se podem incluir no grupo de linhagens que, desde a fundação do reino até ao início do séc. XIV, ocuparam os primeiros lugares da hierarquia nobiliárquica.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta parte abordará a descendência de Nuno Sanches de Barbosa[3] e de Teresa Álvares de Soverosa[4]:

VI1 - *Pero Nunes de Barbosa*, que segue;

VI2 - **SANCHA NUNES DE BARBOSA**, que c.c. Abril Pires de Lumiares (Vd. LUMIARES).

VI1 - **PERO NUNES DE BARBOSA**, que encontrámos referido pela primeira vez em [1227-37], juntamente com a sua irmã, fazendo cumprir algumas disposições testamentárias de seus pais em benefício do mostº de Tarouca[5]. Em 1239, e já então c.c. **ELVIRA MARTINS DA MAIA**, doou aos frades pregadores do Porto os direitos de padroado que detinham na ig. de Sª Cruz de Riba Leça[6]. Em 1246 e em 1247 o casal fez várias doações de bens e de jurisdições situados em Bertiande e em Caria, desta vez a favor do mostº de Salzedas[7]. São ambos referidos pelas Inq. de 1258, mas enquanto que Dona Elvira ainda vivia por esse tempo, já então Dom Pero

[3] Presente na corte entre 1182 (*DMP-DR*.347) e 1210 (*DS*.185).

[4] Deverá ter falecido antes de 1227 (Cfr. A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/1, p.181 - nota ao doc.212). Dona Teresa Álvares era recordada pelos inquiridos de 1288-90, por ter feito honra de toda a fg. de S.Martinho de Lagares (j. de Penafiel de Sousa), proibindo o mordomo de ali entrar (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.18).

[5] A.A.FERNANDES, 1991-93, vol.I/1, doc.212 (com data crítica de 1227-1237).

[6] *CCSP*, p.49 (doc. de Jul., selado com os selos de Pero Nunes e do abade de Paço de Sousa).

[7] J.L.VASCONCELLOS, *1934*, pp.84-85.

Nunes tinha falecido[8]. Tiveram numerosa descendência:

VIII - NUNO PIRES DE BARBOSA, rico-homem da corte de D.Afonso III, foi tenente de Cabanões, em 1260[9] e de Évora, em 1262[10]. Segundo as Inq. de 1258, e tal como os seus pais, também teve bens nos j. de Prado e de Penafiel de Sousa, àquela data detidos por si ou já na posse dos seus filhos[11]. Por outro lado, as Inq. de 1288-90 também registaram os abusos cometidos por Nuno Pires, juntamente com o seu irmão Fernão Pires, no j. de Vermuim[12]. Como acabámos de ver, casou antes de 1258, mas só em Setembro do ano seguinte o encontramos na companhia da mulher, **TERESA ANES CORREIA**[13]. Tanto quanto supomos, Dom Nuno Pires deverá ter falecido antes de 1263[14]. Pelo contrário, Dona Teresa sobreviveu-lhe 50 anos! Com efeito, depois de enviuvar ingressou no most° de Santos, onde aparece como *Dona* em 1282[15], surgindo em 1288 como Comendadeira[16], cargo que exerceu até 1313[17].

Quanto aos seus filhos, acima referidos, não conseguimos saber os seus nomes. De resto, os livros de linhagens afirmam que Nuno Pires e Teresa Anes não

[8] Quanto a Pero Nunes, e para além de uma referência muito esporádica, no j. de Penafiel de Sousa, apenas como marco de memória - no tempo de... -, são referidos dois casais seus na fg. de S.Salvador de Figueiras (j. de Aguiar de Sousa), que ele tinha vendido ao Hospital no tempo de D.Afonso II (*PMH-Inq.*, p.564). Dona Elvira Martins detinha 15 casais no j. de Penafiel de Sousa (*Idem*, pp.577-588). Esta senhora ainda teve outros bens, repartidos em 1305 por alguns dos seus filhos, dispersos pelos j. de Vermuim, Lousada e Maia, e que na altura própria serão descriminados. Fora do vale do Sousa, Pero Nunes também deteve bens no j. de Prado, herdados de seu pai, constituídos por um casal, do qual, abusiva e violentamente, fez dois casais e uma casa de morada, e que à data das referidas inq. se encontravam na posse de seu filho Nuno Pires (*Idem*, p.262).

[9] M.OLIVEIRA, *1967*, p.148.

[10] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.610.

[11] Para o j. de Prado vd. n ta 8, e para os restantes cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II - "Anexos à Prosopografia".

[12] ANTT, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.89v°.

[13] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.609 - nota 2.

[14] Em Março desse ano, os seus irmãos Soeiro, Fernão e Sancho, fizeram um acordo com o most° de Paço de Sousa a respeito de alguns bens que tinham sido de seus pais, e o nome de Nuno Pires não é referido (A.A.MEIRELES, *1942a*, p.263).

[15] ANTT, *Gavetas*, XXI-8-34.

[16] ANTT, *Sala 25 - Most° de Santos-o-Novo*, m°13, n°22(921).

[17] J.S.F.MATA, *1991*, p.229.

tiveram filhos (*LV*1AG11 e *LL*42AB9), mas parece que as Inq. de 1258 contrariam essa afirmação. Contudo, um desses livros está correcto, quando afirma que Nuno Pires teve um filho bastardo, *na molher de João Brucheiro*[18] (*LV*1AG11). Com efeito, a pedido de seu irmão Fernão Martins, D.Dinis legitimou esse filho:

VIII1 - MARTIM NUNES DE BARBOSA, leg. por c. de 28 de Nov. de 1285[19]. Muito embora fosse bastardo, ou talvez porque fosse o único filho que sobreviveu a Nuno Martins, promogénito de Pero Nunes, o certo é que Martim Nunes parece ter sido protegido pelos tios, sobretudo por Dom Fernão Pires, como acabámos de ver, e por suas tias, monjas aroucenses. Estas, em 1278, doaram-lhe três casais que tinham da parte da mãe, com a condição de, por morte do sobrinho, ficarem para o most° de Arouca[20]. As inquirições dionisinas, que normalmente o referem na companhia daquele tio, apontam-lhe bens no j. de Aguiar de Sousa[21]. Em 1291, e a propósito de uma contenda que, com os seus tios, tinha com o most° de Cête, a propósito do alargamento indevido da quintã e honra de Astromil, já nos surge c.c. **MOR RODRIGUES DE JOLDA**[22]. Martim Nunes não retribuíu da melhor forma o apoio dado por suas tias, usurpando-lhes bens[23]. Deste casamento, nasceram:

---

[18] Por coincidência, ou não, João Gonçalves Brocheiro era "vizinho" de Nuno Pires no j. de Prado (*PMH-Inq.*, p.297).

[19] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.158.

[20] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.3, m°3, n°29 (doc. de 16 de Maio, testemunhado por Dom Fernão Pires de Barbosa, e pelos cav°s. Pero Anes de Riba de Lima e Gomes Fernandes da Maia).

[21] Com os seus tios e outros parentes detinha a honra de Astromil (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.10 - 1290, e *Inq. de D.Dinis*, L°7, fl.46 - 1307-11).

[22] ANTT, *CD - Most° de S^a Cruz de Coimbra (Most° de Cête)*, L°39, n°5. Devemos aqui advertir para os problemas de identificação que se levantam em relação a Martim Nunes, a Martim Pires, a Martim Martins I e a Martim Martins II. De resto, os livros de linhagens também não nos ajudam muito, uma vez que não são concordes quanto aos matrimónios destes indivíduos e, além do mais, os distinguem, não pelos patronímicos, mas sim pelas designações de o *Velho* e o *Moço*. Assim, as identificações, alianças e descendência que propomos, decorrem das informações documentais. É precisamente o caso do matrimónio de Martim Nunes com Mor Rodrigues, que assim confirma a lição de *LD*6AG11, muito embora esta fonte, quanto à descendência, esteja equivocada.

[23] Em Nov. de 1314 Dona Mafalda Pires de Barbosa declarou que um casal que tinha em Fêveros lhe ficara por partilha e que era só dela e do most° de Arouca, pelo que o seu irmão Fernão e o seu sobrinho não tinham nele qualquer direito (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°4, n°24). Já depois de falecer, antes de 1320,

IX1 - MOR MARTINS DE BARBOSA I, que c.c. Fernão Aires de Toroselho (Vd. TOROSELHO)[24].

IX2 - PERO MARTINS DE BARBOSA, omitido pelos nobiliários medievais, mas que supomos filho de Martim Nunes, uma vez que não é referido como filho de Martim Martins I na lista dos *naturais* de Vilar de Porcos[25]. Em 1312, juntamente com a sua mulher, **MARIA MARTINS**, foi intimado pelo meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho a deixar de exercer violências sobre a ig. de Argivai, da qual pretendia o direito de padroado[26]. Não sabemos se teve descendentes.

VII2 - *Martim Pires de Barbosa*, que segue;

VII3 - ÁLVARO PIRES DE BARBOSA, apenas referido pelo *Livro Velho de Linhagens*, onde se afirma que *nom foi casado nem houve filhos* (*LV*1AI11), e sobre o qual não obtivemos qualquer outro elemento.

VII4 - SANCHO PIRES DE BARBOSA, que também *nom foi casado nem houve filhos* (*LV*1AL11), mas sobre o qual já dispomos de algumas informações. Assim, este cav° frequentou a corte entre 1262 e 1265, e bastante ligado aos de Riba de Vizela, uma vez que entre aquelas datas nos surge como testemunha de Dom Gil Martins e de Dom Pero Anes de Riba de Vizela, seus primos[27]. Em

---

ainda os seus herdeiros eram citados por trazerem à força casais que eram propriedade das ditas tias de Martim Nunes (IDEM, *ibidem*, gav.7, m°4, n°7).

[24] Na lista dos infanções *naturais* da ig. de Vilar de Porcos, de 1329, vêm indicados os filhos de Martim Martins I e depois, em alínea independente, uma *Moor Martijz filha que foy de Martim Barvosa* (ANTT, Sala 25 - Most° de S^{a} Cruz de Coimbra, Pasta 10, Alm.60, m°7, n°1). Ora, como entre aqueles se encontra Martim Martins II, que teve uma filha Mor, aquela só pode ser filha de Martim Nunes, já então falecido. Quanto ao seu casamento com Fernão Aires de Toroselho note-se que, na mesma geração, o seu primo Fernão Martins de Barbosa c.c. Mor Aires de Toroselho, irmã de seu marido. Tudo isto a propósito da confusão que decorre da leitura dos livros de linhagens, também eles vítimas das homonimias.

[25] Vd. nota anterior.

[26] ADB, *L° das Cadeias*, n°72.

[27] Em Fev. de 1262 testemunhou, juntamente com o seu irmão Soeiro Pires, a concessão do foral de Terena, feita por Dom Gil Martins (*ML*.VI.558-561). Em 1265, também com Soeiro, presenciou uma doação feita por Dom Pero Anes a Urraca Afonso, bastarda de D.Afonso III (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fls.77-77v°). Gil Martins era casado com uma prima-direita da sua mãe, e Pero Anes era sobrinho-neto de seu pai.

Março de 1263, com os seus irmãos Fernão e Soeiro Pires, fez uma composição com o most° de Paço de Sousa, a propósito de alguns bens deixados pelos seus pais[28].

VII5 - FERNÃO PIRES DE BARBOSA, membro da corte como os seus irmãos, ali se encontrava já em 1268[29], provavelmente como chefe da sua linhagem, ocupando o lugar deixado vago por morte de seu irmão Nuno Pires, falecido havia poucos anos. No entanto, seria com a subida ao trono de D.Dinis, que Fernão Pires ascenderia ao topo da hierarquia[30]: rico-homem[31], confirmante de todos os diplomas régios a partir de 1279[32], membro do Conselho Régio (1282)[33] e tenente de Vizela (1287)[34], a sua longevidade fê-lo atravessar quase todo o longo reinado dionisino, vindo a falecer em finais de 1320[35], depois de mais de 50 anos de presença continuada na corte[36].

---

[28] Os três irmãos cederam ao most° as maladias do couto de Cresconho, que era do most°, não lhes impedindo este os testamentos que os seus pais e avós ali tinham usufruído; finalmente, as partes concordaram também em dividir entre si o padroado da ig. de Lagares (A.A.MEIRELES, *1942a*, pp.25 e 263).

[29] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°3, fls.20v°-21. No entanto, a primeira referência que temos para Fernão Pires data de 1263 (vd. nota 28).

[30] Não será improvável que Fernão Pires tenha beneficiado com as modificações introduzidas por D.Dinis no topo dos cargos curiais, nomeadamente a substituição de Dom João Pires de Aboim por Dom Nuno Martins de Chacim no cargo de mordomo-mor. Com efeito, e para além do prestígio da sua linhagem e do seu íntimo parentesco com os de Briteiros e os de Riba de Vizela, não podemos esquecer que Fernão Pires, nessa altura, ainda estaria casado - ou viúvo? - com uma filha do novo mordomo-mor, uma vez que só a partir de 1284 o encontramos casado pela segunda vez.

[31] ANTT, *Gavetas*, XVIII-9-13.

[32] Entre 5 de Out. de 1279 e 7 de Out. de 1315 (último diploma régio com confirmantes), Fernão Pires confirma todos os docs. régios (ANTT, *CR - Mitra da Sé de Braga*, m°4, n°134, e *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.97v°-98, respectivamente).

[33] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 3, n°108 e *OD*, pp.165-166.

[34] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.204v°-207v°.

[35] Ainda vivia em 12 de Jul. de 1320, mas já tinha falecido em 1 de Out. de 1324 (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°6, n°7, e gav.5, m°6, n°19, respectivamente).

[36] Contudo, tendo vivido quase toda a sua vida ligado à corte, não cremos, por outro lado, que em termos políticos tenha sido uma das suas figuras mais destacadas. Com efeito, parece ter tomado uma posição de afastamento em relação aos conflitos que opuseram D.Dinis ao seu irmão, primeiro, e ao seu filho herdeiro, depois. No entanto, surgiu como um dos candidatos à herança deixada ficar por morte do conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa (ANTT, *Gavetas*, VIII-6-5, e *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.241v°-244v°). Se foi, ou não, oficialmente beneficiado com a sua partilha não sabemos, mas o certo é que as Sentenças de 1290 registaram que ele honrava toda a fg. de Pias (c. de Lousada), tal como o dito conde a trouxera... (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.14). Também beneficiou do favor de Afonso Dinis, irmão bastardo do rei que, quando teve a terra de Vermuim, lhe deu em préstamo a voz e a coima da fg. de Ribeirão (IDEM, *ibidem*, VIII-4-6). Prova, também,

Um outro aspecto da sua vida não deixa também de nos surpreender, e que na breve introdução aos de Celanova-Barbosa já tivemos ocasião de abordar superficialmente: referimo-nos à sua fortuna patrimonial[37]. Confinada, como já dissemos, ao *Norte senhorial*, mais concretamente à área compreendida entre os rios Douro e Lima, distribuía-se por várias fgs. dos c. de **Matosinhos** (Lavra), **Maia** Moreira e Vila Nova), **Santo Tirso** (Água Longa e Vilarinho), **Paredes** (Astromil e Gândara), **Penafiel** (Canelas, Duas Igrejas, Eja, Guilhufe, Lagares, Marecos, Oldrões, Paredes, Rãs, Valpedre e Vila Cova), **Marco de Canaveses** (Avessadas e Penha Longa), **Lousada** (Alvarenga, Nespereira e Pias), **Felgueiras** (Moure, Regilde, Santo Adrião e S.Jorge), **Guimarães** (S.Faustino e S.Paio de Vizela), **Famalicão** (Delães, Fradelos, Oliveira, Ribeirão e S.Mateus), **Vila Verde** (Atiães e Oleiros), **Barcelos** (Abade de Neiva, Barcelinhos, Carreira, Marecos, Silveiros e Ucha), **Esposende** (Gemeses) e **Vila do Conde** (Labruje, Mindelo, Modivas e Vilar do Pinheiro). Assim, ao longo da sua vida, Dom Fernão Pires acumulou, por herança, aquisição ou usurpação, uma fortuna constituída por 8 honras, 12 quintãs, 3 casas, 185 casais e 2 herdades, bens que lhe permitiam honrar a totalidade de 2 fgs., 1 vila, 2 aldeias e 23 lugares[38]. Rico-homem *natural* do most° de Tibães, em 1315[39], tinha ainda o direito de padroado nas igrejas de Nevogilde (c. de Lousada) e de Moazeres (l. da fg. de S.Martinho, c. de Penafiel)[40]. Naturalmente que todos estes bens não eram, na

de que D.Dinis o estimava, encontra-se nas Inq. de 1307-11: tendo-se apurado que já em 1288-90 se provara que ele tinha acrescentado indevidamente 15 casais à honra de Barbosa, e que aquele abuso continuara, a sentença de Aparício Gonçalves - seguramente consentido, atendendo à sua atitude habitual para situações idênticas - foi deixar ficar tudo como estava, *pela mercê del Rey* (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fl.68v°). Finalmente, não podemos deixar de chamar a atenção para o facto de, a partir da sua morte, os de Barbosa desaparecerem completamente dos círculos da corte.

[37] O quadro dos seus bens patrimoniais foi recentemente elaborado por L.VENTURA, 1992, vol.II - "Anexos à Prosopografia". Esse quadro, porém, está um pouco incompleto, o que é perfeitamente compreensível, uma vez que a maioria dos dados conhecidos para Fernão Pires remetem para um período cronológico posterior ao englobado pelo trabalho acima citado.

[38] Todos os elementos foram retirados das **Inq. de 1288** (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.44v° e 53-53v°), e das respectivas **Sentenças de 1290** (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-2/Pergs.2, 6, 9-11 e 14-18; VIII-3-6/Pergs.6 e 7; VIII-5-1/Pergs.6, 9, 12 e 14; VIII-5-3 /Perg.3; e *LN - Inq. de Além Douro*, fls.77v°, 81v°, 88, 89v° e 90); **Inq. de 1301** (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fls.4v°, 7v°, 25v° e 26-26v°); **Inq. de 1303-1304** (IDEM, *Gavetas*, VIII-4-6/Perg.2); **Inq. de 1307-11** (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fls.33, 35v°, 56v°, 59v°, 63, 63v°, 64v° e 67-67v°, e L°7, fls.46, 47, 63v°-64, 65, 66v°-67v°, 68v°-69v°, 71v°, 73 e 74v°). Fernão Pires tinha outros bens, os quais serão referidos no texto com mais detalhe.

[39] *BL*.I.383-384.

[40] A 18 de Jan. de 1294 apresentou ao bispo do Porto para a vaga da ig. de Nevogilde o cónego de Ferreira,

sua maioria, detidos apenas por Fernão Pires, até porque alguns deles provinham dos da Maia, pelo que também pertenciam aos de Briteiros e aos de Riba de Vizela[41].

Relativamente aos seus familiares, Fernão Pires parece ter tido boas relações com as irmãs, todas monjas em Arouca, e de quem foi procurador[42], muito embora a sua apetência por terras o levasse a usurpar alguns casais daquelas[43]; por outro lado, e como já dissemos, também protegeu alguns sobrinhos[44].

Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, Fernão Pires de Barbosa terá casado duas vezes, muito embora não nos indique qual a ordem dos matrimónios[45]. Podemos, no entanto, afirmar, que casou primeiro com

---

Pero Martins, candidato que também teve o apoio das três irmãs de Fernão Pires (A.A.MEIRELES, *1942b*, pp.176-177). A 19 de Jun. de 1316 doou ao most^{o} de Paço de Sousa o direito sobre Moazeres, por sua alma e pela de sua mãe, da qual recebera aquele direito (ADP, *Secção Monástica - Most^{o} de Paço de Sousa*, n°91, fl.14v^{o} - treslado de 6 de Jan. de 1335, onde é feita a descrição do selo de Dom Fernão Pires: *seelo redondo e tynha huma fegura de leom*; esta doação é cit. por A.A.MEIRELES, *1942a*, pp.142-143 e 334). Das suas relações com o cabido bracarense, ressalta o seu acordo para que um seu serviçal fosse nomeado como mordomo e chegador do cabido no couto da Quintã (ADB, *Gav. dos Coutos e Honras*, n°7 - doc. de 8 de Nov. de 1295). À Sé do Porto, juntamente com a sua mulher, doou todo o herdamento que possuía em Cebolido (ADP, *Cab^{o} da Sé do Porto - Livros de Originais*, L^{o}XIV, fl.46 - doc. de 5 de Jun. de 1299, testemunhado por João Lourenço, cav^{o} de Erosa).

[41] São os casos, por exemplo, de João Rodrigues de Briteiros, muitas vezes citado com Fernão Pires na co-propriedade de alguns bens, ou da bastarda régia Urraca Afonso, como viúva de Pero Anes de Riba de Vizela.

[42] Em 1291 aquelas nomearam-no proc. para resolver uma contenda que as opunha ao most^{o} de Cête. Envolvido pessoalmente na contenda, assim como o seu sobrinho Martim Nunes, foi também proc. da mulher (c. de proc. dada em Paredes a 6 de Junho de 1291, testemnhada por João Lourenço de Erosa, Aires Gonçalves e Rui Soares, seus cav^{o}s., e Pero da Ponte, seu homem). O litígio envolvia quatro casais do most^{o} situados junto da quintã de Astromil, e foi resolvido por acordo entre as partes (ANTT, *CD - Most^{o} de S^{a} Cruz de Coimbra (Most^{o} de Cête)*, L^{o}39, n°5, que inclui as c. de procuração).

[43] Em 1310 as suas irmãs contestaram ao most^{o} de Santo Tirso a posse de um casal em Angeses, na terra da Maia, que Fernão Pires e a mulher tinham entregue ao dito most, quando na verdade esse casal não lhes pertencia, uma vez que tinha ficado àquelas por partilha dos bens da mãe (ANTT, *CR - Most^{o} de Arouca*, gav.5, m^{o}5, n°7). Também em 1314, a sua irmã Mafalda declarava que certo casal era só dela e que, nem o seu irmão nem o seu sobrinho Martim Nunes tinham nele qualquer direito (vd. nota 23). Anos antes, em 1305, Fernão Pires tinha feito partilhas com as irmãs relativamente aos bens deixados por sua mãe, ficando ele com as casas da quintã de Frazão (IDEM, *ibidem*, gav.5, m^{o}7, n°9 - doc. selado com os selos de Fernão Pires e de sua mulher e do abade de Paço de Sousa, e testemunhado pelos cav^{o}s. João Martins de Besteiros, João Lourenço de Erosa, Fernão Picom e Rui da Costa).

[44] Como já vimos, foi Fernão Pires que pediu a legitimação de Martim Nunes, bastardo de seu irmão Nuno Pires, testemunhando também uma doação que aquele recebeu das tias em 1278 (vd. notas 19 e 20). Por sua morte terá também deixado ficar alguns bens a Guiomar Martins, filha de seu sobrinho Martim Martins I e monja em Arouca (ANTT, *CR - Most^{o} de Arouca*, gav.5, m^{o}6, n°19).

[45] Inclusivamente, a fonte citada, ao contrário do que acontece com a generalidade dos casos semelhantes, indica os dois casamentos em títulos diferentes, sem lhes dar qualquer ligação ou sequência. Assim, em *LL*26T5 refere-se o seu matrimónio com Estevainha Fernandes, e em *LL*39M9 com Teresa Nunes. Muito

TERESA NUNES DE CHACIM, sobre quem não temos qualquer dado, e depois co[illegible] **ESTEVAÍNHA FERNANDES BARRETO**. Com esta última já se encontrava casado em 1284, ano em que, com os seus cunhados e sogra, perdeu uma contenda a favor da cidade de Lisboa, pela posse das lezírias de Valada[46].

Fernão Pires de Barbosa não teve a sorte de poder legar a sua casa[47] e enorme fortuna, uma vez que não deixou descendência dos seus dois matrimónios[48]. Teve, contudo, um filho bastardo, de **DOMINGAS MIGUÉIS**[49]:

VIII3 - RUI FERNANDES DE BARBOSA, leg. por c. de 26 de Jan. de 1300[50]. Nada mais soubemos a seu respeito.

---

embora não tenhámos encontrado qualquer elemento que permita documentar este último - Teresa Nunes nem sequer é referida pelos outros dois livros de linhagens - nada impede que, de facto, se tenha concretizado; e uma coisa é certa: foi o primeiro a realizar-se, uma vez que temos dados que documentam o casamento com Estevaínha desde 1284 até 1320.

[46] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.102v°-103, e AHCML, *Casa de Santo António*, Códice 1, L° 1 do Alqueidão, fls.3-3v°. Com a sua mulher é citado em diversos diplomas do most° de Arouca. Assim, em 1 de Fev. de 1296, tomaram de prazo do most°, em suas vidas, dois casais - um deles fora de Guiomar Martins, sua sobrinha? - umas quebradas e uma herdade, tudo no l. da Quintã (fg. de Sª Mª de Abade, j. de Neiva), dando em troca para sempre o casal que tinham naquele mesmo lugar (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°4, n°10 - doc. testemunhado por Pero Anes e Martim Anes Brocheiro, cav°s. de Encoirados; é possível que Dona Estevaínha tenha falecido pouco antes de 14 de Jul. de 1326, já que nesta data o most° mandou tomar posse de todos os bens que o casal tinha trazido por prazo de Arouca - IDEM, *ibidem*, gav.6, m°4, n°11). Em 1298, Fernão Pires fez um escambo com o most° dando-lhe meio casal em Silvares (Barbosa-a-Nova), recebendo o terço que o most° tinha num casal do l. de Nespereira, no t. de Faria (IDEM, *ibidem*, gav.5, m°8, n°5 - doc. testemunhado por Fernão Leitão, Martim Martins, Fernão Picom e Rui Fernandes, cav°s., por Martim de Paiva e Gil Esteves, escd°s., e por Gonçalo, mordomo de Dona Estevaínha). Por fim, temos conhecimento de uma contenda que o opunha ao most°, sobre geiras e serviços de 2 casais da honra de Barbosa-a-Nova e que tinham sido da sua irmã Mafalda, e que terminou com um acordo (IDEM, *ibidem*, gav.5, m°6, n°7 - doc. de 12 de Jul. de 1320).

[47] Ao longo de algumas notas já deixámos referidos os nomes de alguns cavaleiros, escudeiros, homens e serviçais que a compunham. Segundo *LL*26S5, era seu mordomo Egas Lourenço, casado com uma sobrinha de sua mulher, Estevaínha Fernandes.

[48] LL26T5 e 38M9, bem como LD14W9, são peremptórios em afirmar que não teve filhos, enquanto que LV1AM11 afirma que Fernão Pires e Estevaínha Fernandes *farão filhos*. Esta última expressão é muito curiosa, uma vez que poderá significar que o casamento ocorreu pouco tempo antes da redacção daquele nobiliário, numa altura em que ainda haveria essa espectativa.

[49] E não Clara Pires, como por lapso é indicado em L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.608. Também aí se refere o seu filho como João Fernandes quando, na verdade, aquela e este eram, respectivamente, barregã e filho de João Pires de Barbosa, irmão de Fernão Pires.

[50] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.10.

VII6 - SOEIRO PIRES DE BARBOSA, cav° que encontrámos na corte entre 1262 e 1265, juntamente com o seu irmão Sancho, e também associado aos seus parentes de Riba de Vizela[51]. Em 1263, juntamente com os seus irmãos Sancho e Fernão, surge a fazer uma composição com o most° de Paço de Sousa[52]. Entretanto, Soeiro Pires, depois de 1265, desaparece da documentação, e tudo levaria a crer que tinha falecido. Tal não sucedeu, e é até muito provável que tenha acompanhado os seus primos Gil Martins e Martim Gil de Riba de Vizela, exilados na corte de Afonso X de Castela a partir de 1266[53]. Se assim não aconteceu, pelo menos temos a certeza que para ali se dirigiu em 1282, a exemplo de outros nobres portugueses[54], acompanhando a rainha Dona Beatriz quando esta foi para junto do pai, em Sevilha, aí permanecendo desde aquele ano até até à morte daquele monarca castelhano, ocorrida em 1284[55]. Terá regressado logo depois à corte portuguesa, para junto de seu irmão Fernão Pires, com quem confirma o foral dado a Caminha em 24 de Jul. de 1284[56].
Possivelmente não viveu muitos mais anos, uma vez que as Inq. de 1288 já referem que o most° de Pombeiro tinha ficado com três casais no l. de Rebordeiro (fg. de S.Lourenço de Riba Pinhão, j. de Panóias), que lhe tinham pertencido[57]. Foi c.c. **MARIA GOMES DA RIBEIRA**, de quem teve:

VIII4 - ELVIRA SOARES DE BARBOSA, que casou duas vezes, a primeira com Martim Gonçalves de Portocarreiro (Vd. PORTOCARREIRO), e a

[51] Vd. nota 27.

[52] Vd. nota 28.

[53] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*, pp.142-143.

[54] IDEM, *ibidem*, pp.137 e 143.

[55] São estes, por ordem cronológica, os diplomas de Afonso o Sábio confirmados por Dom Soeiro Pires: **9 de Nov. de 1282** (publ. no *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, doc.503 bis); **8 e 24 de Out. de 1282** (ref. por A.BALLESTEROS BERETTA, *1984*, pp.997 e 1008); **4 de Mar. de 1283** (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Mª de Aguiar*, m°1, n°16, publ. nas *GAVETAS*, vol.XII, pp.489-493, e no *Diplomatario (...)*, doc.508, e ref. por A.BALLESTEROS BERETTA, *ob.cit.*, pp.1014-15); **8 de Mar. de 1283** (publ. nas *GAVETAS*, vol.I, pp.9-10 e no *Diplomatario (...)*, doc.509); **Jul. de 1283** (ref. por A.BALLESTEROS BERETTA, *ob.cit.*, p.1046); **1 de Set. de 1283** (publ. no *Diplomatario (...)*, doc.515, e no *Libro de Privilegios de la Ciudad de Sevilla*, doc.4); **8 de Nov. de 1283** (publ. no *Diplomatario (...)*, doc.518), e **10 de Jan. de 1284** (publ. no *Diplomatario (...)*, doc.520 e ref. por A.BALLESTEROS BERETTA, *ob.cit.*, p.1047).

[56] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fls.108v°-110.

[57] ANTT, *Gavetas*, III-10-18 (Perg.11).

segunda com Afonso Fernandes Alcoforado (Vd. ALCOFORADO).

VII7 - JOÃO PIRES DE BARBOSA, freire templário e que chegou mesmo a ser *meestre do Tempre em Castela* (*LL*37B4). E, de facto, o primeiro doc. em que o encontrámos é uma doação feita por aquela ordem militar a Dom João de Aboim, e que ele testemunha[58]. Acreditamos que também tenha seguido para Castela e, atendendo à importância que os seus parentes tinham na corte castelhana, não nos repugna aceitar que tenha ascendido até ao mestrado daquela ordem. Nada mais soubemos sobre a sua vida, a não ser que, de **CLARA PIRES**, teve um bastardo, para o qual pediu a legitimação[59]:

VIII5 - JOÃO FERNANDES DE BARBOSA, leg. por c. de 5 de Set. de 1310[60]. Desconhecemos outros dados sobre a sua vida[61].

VII8 - MAFALDA PIRES DE BARBOSA, freira de Arouca omitida, tal como as suas irmãs, pelos livros de linhagens[62], e que se encontra referida pela documentação entre 1278 e 1315[63].

VII9 - MARIA PIRES DE BARBOSA, freira de Arouca documentada entre 1278 e 1295[64].

---

[58] *LBJP*, doc.XLV.

[59] O saudoso Marquês de Abrantes (*1983b*, pp.126-127), sugere que uma Aldonça Anes de Barbosa, de quem se conserva uma matriz sigilar, poderia, atendendo ao patronímico, ser sua filha. Como, porém, não temos outros dados e a datação proposta para aquela peça é muito vaga, optámos por não a referir no texto.

[60] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.74.

[61] Da *casa* do Infante D.Dinis fazia parte, em 1278, um escdº chamado João Fernandes, e que até poderia ser o nosso biografado (A.B.FREIRE, *1916*, pp.57 e 58). Contudo, parece-nos pouco verosímil que D.Dinis só passados tantos anos legitimasse aquele seu antigo servidor.

[62] Em *LL*37B4 afirma-se que Pero Nunes teve filhas que foram freiras, mas não são indicados os seus nomes.

[63] M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.506. Para evitar repetições desnecessárias, remetemos para os pontos anteriores deste texto onde já deixámos referências, quer a Mafalda quer às suas duas irmãs (vd. notas 20, 23, 40, 42 e 43). Destaque-se, porém, a partilha dos bens maternos, feitas entre ela e a sua irmã Sancha, por um lado - Maria já tinha então falecido, e o seu irmão Fernão, por outro. Feita em 1305, coube às duas o casal de Astromil e o terço de um outro nesse lugar, o herdamento do l. de Frazão (excepto as casas da quintã), o casal de Angeses no t. da Maia, a quebrada de Onda com o seu moinho, e todo o herdamento de Vermuim (vd. nota 43).

[64] E não 1294 (vd. M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, 1993, p.506). Com efeito, a 3 de Fev. de 1297 foi

VII10- SANCHA PIRES DE BARBOSA, freira em Arouca entre 1278 e 1315[65].

VII2 - MARTIM PIRES DE BARBOSA, cavaleiro que, como os seus irmãos, frequentou a corte do Bolonhês, onde se encontrava em 1267, tendo então testemunhdo uma doação feita ao rei pelo seu bastardo Rodrigo Afonso[66]. No ano anterior, e já então c.c. **ALDA LOURENÇO DE BERREDO**, vendeu ao monarca, por 1000 lbs., os bens que lhes tinham ficado da parte do seu sogro, Lourenço Martins de Berredo. Esses bens, porém, foram reivindicados em 1268, pelo direito de avoenga, por Maria Anes da Veiga, c.c. Mem Rodrigues de Briteiros e sobrinha de Lourenço Martins, pelo que o rei, a troco de igual quantia, devolveu a Maria Anes os ditos bens[67]. Depois de 1268 não temos mais notícias de Martim Pires. A sua mulher, depois de enviuvar, *foi freira em Cistel* (*LL*38B8), mais concretamente no most° de S^a^ Mª de Celas, onde talvez tenha sido abad^a^ e ainda vivia em Abril de 1279[68]. Segundo *LV*1AH11 não tiveram filhos mas, na verdade, foram os pais de[69]:

VIII2 - *Martim Martins de Barbosa I*, que segue;

VIII2 - MARTIM MARTINS DE BARBOSA I, cav° que identificamos com o Martim de Barbosa, *o Velho*, do *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*[70]. Quanto a nós, é

---

proferida uma sentença sobre uma questão que opunha os most°s. de Paço de Sousa e de Arouca a propósito de bens que ficaram por sua morte: Paço de Sousa ficou com o casal de Argivai, no j. de Penafiel, doado por Maria Pires *em 1295* para ser rezada uma missa anual por sua alma, e Arouca com o casal de Barrimau, no j. de Lousada (ADP, *Secção Monástica - Most° de Paço de Sousa*, n°91, fls.22 e 106, e n°92, fls.24-25 - doc. ref. por A.A.MEIRELES, *1942a*, pp.25 e 270).

[65] Vd. nota 63.

[66] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.93v°.

[67] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fls.91v°-92 (publ. por J.P.RIBEIRO, *1860-96*, vol.I, p.279, e vol.V, p.340, e cit. por J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.128). A venda foi testemunhada por Fernão Fernandes Cogominho.

[68] M.R.B.MORUJÃO, *1991*, p.170.

[69] Sobre os equívocos dos livros de linhagens devido às homonimias veja-se o que ficou dito na nota 22. Também é possível que fossem os pais de uma Guiomar Martins, freira em Arouca entre 1290 e 1296, e que entre essas datas aparece muito associada a Dom Fernão Pires, e que, nesta perspectiva, seria seu tio. Isso explicaria porque indicou o mesmo candidato para a vaga da ig. de Nevogilde, porque o nomeou também procurador para a questão que os opôs ao most° de Cête e, finalmente, porque é que o most° de Arouca emprazou a Fernão Pires um casal que tinha sido seu (vd. notas 40, 42 e 46).

[70] *LL*, vol.II/2, p.278, onde se remete para Martim Nunes, aí c.c. Maria Martins Zote (p.281), e que já provámos ter c.c. Mor Rodrigues de Jolda. Ora, Maria Martins Zote *II*, foi a mulher de Martim Martins I, pelo

também o Martim de Barbosa referido pelas Inq. de 1288 e de 1307-11, com bens nos j. de Prado, de Neiva e de Aguiar de Neiva[71]. Em 1311 outorgou, juntamente com a sua mulher, **MARIA MARTINS ZOTE II**, um escambo feito entre o seu sogro e o deão de Braga, bem como a doação que aquele fez do direito de padroado sobre a ig. de Palmeira, e do qual também abdicaram[72]. Referido em 1329 como infanção *natural* da ig. de Vilar de Porcos, juntamente com os seus filhos Fernão, Sancho, Nuno, Martim e Sancha[73], também tinha esse direito, em 1339, no most° de Mancelos, onde é citado como infanção: *Martim Barboza e seus filhos*[74]. Nesta última data, porém, já tinha falecido, mais precisamente em 1337, num recontro com as tropas de Dom Pero Fernandes de Castro[75], como, de resto, ficou registado pelo Livro de Linhagens do Deão, onde se afirma que *mataram-no na quinta de Marecus, ante dom Pero Fernandes da Guerra*[76]. Deste casamento nasceram vários filhos:

IX3 - *Fernão Martins de Barbosa*, que segue;

IX4 - **NUNO MARTINS DE BARBOSA**, referido com os seus irmãos como *natural* de Vilar de Porcos, e que possivelmente também o seria de Mancelos. Nada mais soubemos a seu respeito.

IX5 - **MARTIM MARTINS DE BARBOSA II**, *o Moço* (*LL*44L6), também *natural*

---

que se compreende a confusão daquela fonte.

[71] Vivos, ou com idade para serem referidos como proprietários, só o poderiam ser Martim Martins I ou Martim Nunes. Este, porém, parece ter confinado os seus interesses patrimoniais à região do rio Sousa. Assim, e segundo as Sentenças de 1290, aquele possuía a casa de Outeiro de Poldros (fg. de Santiago de Atiães, j. de Prado), que era honra velha com divisões e que assim ficou (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-1, Perg.12); as Inq. de 1307-11 referem que honrava cinco homens de um l. da fg. de S.Pedro de Alvite (j. de Neiva), e que uma sua filha fora criada, havia 10 anos, num l. da fg. de S.Julião, no j. de Aguiar de Neiva (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fls.36v° e 39v°, respectivamente). É importante referir que a honra exercida por Martim Martins era a mesma que *antes tinha feito Dom João Mendes*. Trata-se, seguramente, de João Mendes de Briteiros, filho de Mem Rodrigues e de Maria Anes da Veiga. Ora, como esta era prima-direita da mãe de Martim Martins, como já referímos, é muito possível que a presença dos de Barbosa e dos de Briteiros naquela fg. se devesse à sua ligação aos de Berredo, o que, por outro lado, poderá reforçar as identificações por nós propostas.

[72] ADB, *Gav. 1ª das Igrejas*, n°16 (doc. de 17 de Set., feito na sua casa de Outeiro de Poldros - o que mais confirma a nossa identificação - e testemunhado pelo seu filho Fernão Martins e pelo cav° Aires Fernandes).

[73] ANTT, *Sala 25 - Most° de Sª Cruz de Coimbra*, Pasta 10, Alm.60, m°7, n°1.

[74] L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.60 (esta fonte, infelizmente, não indica os nomes dos filhos).

[75] L.KRUS, *1989a*, p.99 - nota 175.

[76] *LD*6AG12, muito embora aí se atribua a morte ao filho homónimo de Martim Martins, o que é um equívoco.

de Vilar de Porcos e, com mais certeza, de Mancelos, já que nesse mesmo ano (1339) é referido como procurador do escd° Martim Anes de Curutelo, num pleito que este tinha com o monarca[77]. Segundo as Inq. de 1343, trazia sonegados ao rei alguns carvalhos da fg. de S^a^ Mª de Abade, no j. de Neiva[78]. Foi c.c. **MARGARIDA ANES DE URRÔ**, de quem teve:

X4 - MOR MARTINS DE BARBOSA II[79], que c.c. Aires de Sugilde (Vd. SUGILDE).

IX6 - SANCHO MARTINS DE BARBOSA, infanção *natural* de Vilar de Porcos e, possivelmente, também de Mancelos, é referido em 1335 a propósito de um casal do j. de Barcelos que indevidamente detinha na sua posse, e que ele declarou pertencer ao most° de Arouca[80]. Foi c.c. **INÊS AFONSO PIMENTEL**, de quem teve filhos (*LL*63P9), mas cujos nomes ignoramos.

IX7 - SANCHA MARTINS DE BARBOSA, que c.c. Pero Anes da Cunha (Vd. CUNHA).

IX8 - GUIOMAR MARTINS DE BARBOSA, que encontrámos como freira em Arouca[81] a partir de 1324[82], e *se morreu en'o tempo da pestilencia que Deus deu en'o ano da era de mil e trezentos e oiteenta e seis annos*[83].

---

[77] *CAIV*.II.201.

[78] ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.138v°.

[79] Vd. nota 24.

[80] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°4, n°27 (doc. de 15 de Maio, testemunhado por Martim Gomes, escd°).

[81] Como é evidente, e nunca se podendo confundir com a freira que referimos na nota 69, não deixa de ser curioso que Martim Martins I tenha tido uma filha de nome Guiomar e que também ela tenha seguido a vida monástica em Arouca. Talvez seja uma simples coincidência, mas também poderá servir para corroborar o que ali ficou escrito.

[82] Neste ano, a 1 de Out., fez um escambo com o seu irmão Fernão e a sua cunhada, recebendo a quintã de Canelas (l. da Quintã, no j. de Penafiel de Sousa), e dando-lhes tudo o que recebera dos pais, excepto os bens que lhe ficaram da parte de Dom Fernão Pires de Barbosa. Quando ela morresse, o irmão poderia recuperar a posse da quint°a, pagando 350 lbs. ao most° de Arouca (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°6, n°19 - treslado pedido por Guiomar Martins em 10 de Jan. de 1346).

[83] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°6, n°20. A morte terá ocorrido nos meses finais de 1348, uma vez que em 17 de Julho ainda estava viva. Nesse dia a sua sobrinha, Senhorinha Fernandes, deu-lhe a herdade da Quintã, a qual tinha recebido do pai (IDEM, *ibidem*, gav.5, m°2, n°28).

IX9 - OUROANA MARTINS DE BARBOSA, unicamente referida pelo *Livro de Linhagens do Deão* (*LD*6AG11).

IX3 - FERNÃO MARTINS DE BARBOSA, que encontrámos pela primeira vez em 1311, a testemunhar uma outorga dada por seus pais a uma doação feita pelo seu avô materno[84]. Em 1324, e já então c.c. **MOR AIRES DE TOROSELHO**, fez um escambo com a sua irmã Guiomar, e ao qual já fizemos menção[85]. Após a morte desta voltou a tomar posse da quintã de Canelas, mas sem cumprir o que ficara estipulado aquando do escambo, ou seja, dando ao most° de Arouca a quantia de 350 lbs. Em 1355 a abad[a] queixou-se ao Infante herdeiro, sentenciando D.Pedro que o most° estivesse na posse da quintã enquanto Fernão Martins não pagasse, condenando-o ainda a 35 lbs. de custas[86]. Fernão Martins, tal como os seus irmãos, também foi infanção *natural* da ig. de Vilar de Porcos e do most° de Mancelos, com a diferença de, naquele primeiro caso (1329), já ser indicado com três filhos:

X1 - *Senhorinha Fernandes de Barbosa*, que segue;

X2 - ALDA FERNANDES DE BARBOSA, freira em S[a] Clara de Coimbra, que em 1331 foi beneficiada pelo test° de sua "tia", Joana Gonçalves Redondo, com parte do rendimento do lugar da Feitoria e uma saia todos os anos[87].

X3 - N. FERNANDES DE BARBOSA.

X1 - SENHORINHA FERNANDES DE BARBOSA, que já referímos a propósito de uma doação feita a sua tia Guiomar Martins, em 1348[88]. Nessa altura já se encontrava

---

[84] Vd. nota 72.

[85] Vd. nota 82. Nesse escambo foram representados por um procurador (c. de proc. de 20 de Set. de 1324, feita na sua casa de Outeiro de Poldros, e testemunhada por Gomes Viegas, Lourenço Esteves, Francisco Anes e Domingos Lourenço, seus escud°s.).

[86] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°6, n°20 (sentença dada em Caminha, a 2 de Abril).

[87] ANTT, Sala 25 - Most° de S[a] Clara de Coimbra, m°19 (DP), n°30 (doc. de 15 de Março). Estes parentesco e filiação têm que ser explicados. Vejamos o primeiro: no test°, Joana Gonçalves chama "sobrinha" a Alda Barbosa e, contudo, não existia qualquer ligação entre os Redondos e os de Barbosa. No entanto, a primeira mulher do pai de Joana Gonçalves, Teresa Martins de Freitas, era irmã da mãe de Mor Aires de Toroselho (*LL*44C6). Seria, assim, um caso de parentesco artificial, cuja terminologia, idêntica ao do real, levanta tantas dificuldades para certas identificações. Era, portanto, uma expressão de afecto, como se na verdade Joana tivesse sido filha de Teresa Martins. Desta forma, e assim chegamos à filiação, Alda só poderia ser filha de Fernão Martins de Barbosa e de Mor Aires de Toroselho.

[88] Vd. nota 83.

c.c. **MARTIM ESTEVES**, de linhagem desconhecida. Não sabemos se tiveram filhos.

NOTAS À ÁRVORE GENEALÓGICA DOS DE BARBOSA

a) Segundo José Mattoso, o conde Nuno de Celanova poderia ser primo-direito de Nuno Mendes, último conde de Portucale, por sua mãe Gontrode Nunes, tia paterna deste, e casada com o conde Vasco [de Celanova?] (J.MATTOSO, *1982*, p.15, e *1985b*, vol.I, p.154; anteriormente, o mesmo autor admitira que Gontrode e Vasco poderiam não ter tido filhos (*1981*, p.115), mas será através deste casal que Nuno de Celanova entroncaria na família condal portucalense).

b) Documentado pela primeira vez em Portugal em 1106, apoiou o partido de D.Afonso Henriques a partir de 1126-27, devendo ter falecido por volta de 1135, último ano em que se encontra referido (A.A.FERNANDES, *1978b*, pp.80-81 e 122, e J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.154).

c) Primeiramente documentado em 1109, foi governador do território de Ponte de Lima entre 1114 e 1118. Seguindo o partido de D.Afonso Henriques, esteve a seu lado desde 1127, devendo ter falecido por volta de 1130, último ano em que é referido. A biografia de Sancho Nunes, porém, levanta alguns problemas, quer quanto ao matrimónio quer quanto à cronologia. Assim, os três livros de linhagens medievais afirmam que casou primeiro com a Infanta Sancha Henriques, irmã do rei, e depois com Teresa Mendes de Riba Douro, filha de Mem Moniz e sobrinha do *Aio* (*LV*1M7 e AG8; *LD*1B2; *LL*37B2).

A ser o mesmo indivíduo, então admitir-se-ia também que não teria morrido cerca de 1130, como acima dissemos, mas que, depois de um hiato de 20 anos, voltara a aparecer na corte em 1151, aí se mantendo até 1169 como governador de Tarouca e de Lafões (*GEPB*.XIX.66-67 e XXIV.414; J.MATTOSO, *1985b*, p.156). Contudo, a cronologia, quer a da sua geração quer a das gerações seguintes, dificilmente se pode articular com essas datas. Com efeito, aparecendo Sancho Nunes em 1109, e já com idade suficiente para confirmar docs., seria difícil que ainda vivesse 60 anos depois. Daí que aceitemos a hipótese de Sancho Nunes ter sido confundido com um neto homónimo, o qual ocupou as tenências de Tarouca e de Lafões, e que casou com

Teresa Mendes de Riba Douro - herdeira da honra de Barbosa, e da qual já o seu marido, ou pelo menos o seu filho, adoptou o apelido Barbosa. Desta forma, o referido hiato de vinte anos corresponderia ao período que medeia a morte de Sancho Nunes I (1130), e o aparecimento de Sancho Nunes II (1151).

A existência de um neto homónimo é defendida por Almeida Fernandes a partir de 1966 (A.A.FERNANDES, *1964-66*, vol.XXXII, pp.239-240, e *1970*, p.43), e também aceite por J.MATTOSO (*1982*, pp.124-125).

Em trabalho mais recente, porém, Almeida Fernandes manifestou a opinião de que os de Barbosa nada teriam a ver com os de Celanova. Segundo este autor, Teresa Mendes teria efectivamente casado com um Sancho Nunes, mas de uma linhagem desconhecida e não dos de Celanova. Seriam os pais de Nuno Sanches *de Barbosa* (pela mãe), e, assim, os progenitores dos de Barbosa (A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/2, pp.398-399, 516-521 e 526-532). Esta hipótese não deixa de ser tentadora, uma vez que poderia resolver o problema das incongruências cronológicas que se verificam entre as gerações do início do séc. XII e as do período dionisino. Como, porém, e como se comprenderá, não pudemos debruçar-nos sobre a documentação do séc. XII, preferimos optar por seguir a hipótese proposta inicialmente, ou seja, baseada na existência de avós e netos homónimos.

d) Mais conhecido como Gomes Nunes de Pombeiro, encontra-se referido pela primeira vez na corte condal em 1104. A sua carreira política foi bastante sinuosa, oscilando entre o partido dos Travas, aos quais se ligara pelo matrimónio, e o de D.Afonso Henriques. Mordomo-mor em 1112, veio a falecer antes de 1148 (J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, pp.154-156).

e) Omitida pelos nobiliários medievais, está inequivocamente referida como irmã de Afonso Nunes em *LF*464 [1118-1127].

f) A sua identificação como filho do conde Nuno de Celanova foi proposta por A.A.FERNANDES (1978b, p.66), e aceite por J.MATTOSO (*1982*, p.119)

g) Identificação feita por A.A.FERNANDES (1978b, p.75 - nota 2), e referida com reservas por J.MATTOSO (*1981*, p.216).

h) Omisso nos livros de linhagens, mas claramente referido como filho de Afonso Nunes

em *DMP-DR*.195 (cfr. J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.154).

i) O conde Vasco Sanches, sobrinho de D.Afonso Henriques (*DMP-DR*.290), encontra-se na corte entre 1153 e 1182, tendo ocupado o cargo de mordomo-mor de 1169 até 1172 (J.MATTOSO, *1982*, p.125, e *1985b*, vol.I, p.157). Quanto aos seus casamentos, o segundo terá que ter ocorrido depois de 1167, uma vez que, nesta data, vendeu com a primeira mulher alguns bens situados em Braga (*LF*.509 - cfr. J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.157).

j) Do que ficou dito na nota c), e atendendo às cronologias conhecidas, é muito provável que as funções que lhe são atribuídas tenham sido exercidas pelo seu neto homónimo (vd. nota q).

k) Foi abade do mostº de Pombeiro (*LV*1B6).

l) Omitido pelos nobiliários medievais, é claramente referido como irmão de Fernão Gomes num doc. relativo à mãe de ambos (*BF*.31 - cfr. J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.155).

m) Segundo os livros de linhagens também tiveram filhas, cujos nomes não são referidos, mas que não tiveram descendência (*LD*1M3 e *LL*37C3).

n) O conde Rodrigo Vasques foi governador de Santarém e de Trancoso, surgindo na corte de D.Sancho I entre 1191 e 1197 (J.MATTOSO, *1982*, p.125)

o) Faleceu na batalha de Ervas Tenras (*LD*1M3 e *LL*37C3).

p) Caso a existência dos homónimos se comprove (vd. nota c), terá sido este, e não o avô, que governou os territórios de Tarouca e de Lafões entre 1151 e 1169. De qualquer forma, o exercício destas tenências parece estar ligado com a aliança aos de Riba Douro, cuja influência naquela região é bem conhecida.

q) Governador de Santarém, Riba Minho e Trancoso durante o reinado de D.Sancho I (J.MATTOSO, *1982*, p.125).

4.8. RIBA DE VIZELA

> SANDE

> MELO

> FREIRE

> ALVIM

> CAMBRA

Os senhores de Riba de Vizela, que não hesitamos em colocar logo a seguir às cinco linhagens mais prestigiadas e aos senhores de Barbosa, de sangue régio e condal, representam talvez o exemplo mais perfeito de uma "história de sucesso". Não pelas suas origens, bem modestas, até, se comparadas com as das anteriores, mas sim pelo processo de ascenção que protagonizaram a partir dos finais do séc. XII e que os conduziu ao cume da pirâmide nobiliárquica.

Vários autores, como José Mattoso ou Leontina Ventura, identificam o iniciador da linhagem indicado pelos nobiliários medievais - Pero Fromarigues (*LL*45A1) -, como um indivíduo de uma família originária do Norte, concretamente da região de Guimarães, mas fortemente ligada à cidade de Coimbra desde o início do séc. XII. Aquela autora, identificou-o como filho de Fromarigo Guterres, que intervém na documentação régia entre 1110 e 1139, e que chegou a exercer as funções de alcaide e de mordomo daquela cidade[1]. Pero Fromarigues, por outro lado, foi o pai de Fernão Pires de Guimarães (*LL*45A2), o qual, segundo José Mattoso, se identificaria com um Fernão Pires que subscreveu diplomas régios entre 1160 e 1178, *incluído no grupo dos cavaleiros de Coimbra, geralmente de segunda categoria e muito ligados ao séquito régio*[2].

A origem, portanto, era modesta. No entanto, esse facto não os impediu de ascenderem à rico-homia, logo na geração seguinte. Com efeito, a familiaridade com o

---

[1] A ascendência de Pero Fromarigues é proposta por Leontina Ventura (*1992*, vols. I, pp.324-326, e vol.II, "Anexos às Prosopografias"), a partir dos dados por si publicados na "Introdução" ao *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra* (p.52).

[2] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.164.

ambiente cortesão permitiu a Fernão Pires casar com uma senhora da antiga linhagem dos senhores de Lanhoso, facto que deverá explicar que o seu filho, Martim Fernandes, surja em 1199 à frente daquela tenência[3]. A partir daqui, Martim Fernandes não parou de acumular provas de confiança régia: alferes-mor (1203-1211), tenente de Faria e de Vermuim (1205-1212)[4], subscreveu quase todos os diplomas de D.Sancho I entre 1190 e 1211, sendo um dos seus executores testamentários[5]. No reinado seguinte ascende ao topo da hierarquia, como mordomo-mor de D.Afonso II (1211-1212)[6].

Se, na sua descendência directa, não voltaremos a encontrar a continuidade do peso político alcançado por Martim Fernandes, por razões que desconhecemos, ele foi assumido pelos descendentes do seu irmão João Fernandes, sobretudo por Martim Anes. Filho de uma Sousa e protegido pelo mestre Dom Gualdim Pais (*LL*26A3), foi alferes-mor de D.Afonso II e de D.Sancho II (1217-1224 e 1226-1240), e mordomo-mor deste último monarca (1223)[7]. As gerações seguintes vão manter o estatuto: o seu filho Gil Martins, pese embora o facto de ter sido um dos fiéis que acompanhou D.Sancho II no exílio, foi mordomo-mor de D.Afonso III (1253-1264), e o neto, Martim Gil I, foi alferes-mor de D.Dinis (1285-1295)[8]. O filho deste, e último representante da linhagem, Martim Gil II, foi também alferes-mor (1295-1312) e Conde de Barcelos.

Como seria de calcular, o protagonismo político da linhagem não podia deixar de se reflectir em outros aspectos, como sejam o das alianças matrimoniais e o património. Quanto ao primeiro, José Mattoso já acentuou, e demonstrou, que a partir de Martim Fernandes o nível das alianças dos Riba de Vizela aumentou[9], não abandonando mais, até à extinção, o âmbito das famílias ligadas à corte[10]. Quanto ao segundo aspecto, e partindo de um núcleo

[3] L.Ventura, *1992*, vol.II, p.1001. A carreira fulgurante deste, porém, só se poderá compreender inteiramente, se ao prestígio da ascendência materna, acrescentarmos a protecção que seguramente recebeu de alguns cavaleiros influentes, sobretudo de alguns parentes, directos ou por afinidade, como sejam o fundador da milícia de Évora e o mestre do Templo, respectivamente Gonçalo Viegas de Lanhoso e Gualdim Pais (J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.164).

[4] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.992, 1000 e 1034, respectivamente.

[5] J.MATTOSO, *1985b*, vol.I, p.164.

[6] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.989.

[7] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.992 e 989, respectivamente.

[8] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.990 e 993, respectivamente.

[9] J.MATTOSO, *1985b*, vol.II, p.165.

[10] Destaquem-se entre outras, as linhagens da Maia, de Baião, de Lumiares, de Soverosa e Portel, ou os Castros, Teles e das Astúrias, chegando mesmo à Família Real.

inicial presumivelmente modesto, e circunscrito à região de origem e ao alfoz coimbrão, os senhores de Riba de Vizela souberam alargar os seus horizontes até espaços mais meridionais, mesmo para zonas periféricas ou marginais[11], cobrindo praticamente todas as regiões do País, com excepção do Algarve[12].

Este alargamento, contudo, não é da inteira responsabilidade do ramo principal da família, uma vez que os de Riba de Vizela, como linhagem-mãe, se segmentaram, dando origem a ramos secundários ou bastardos: Sande, Melo, Freire, Alvim e Cambra[13]. A estas novas linhagens se ficou a dever, em grande medida, a forte implantação *dos de Riba de Vizela* no vale do Vouga, em Viseu ou na serra da Estrela. Questões que teremos ocasião de analisar mais de perto, quando a seguir tratarmos de cada uma dessas novas linhagens.

Fiquemos agora com a reconstituição genealógica do ramo principal dos de Riba de Vizela, recordando apenas que, no período dionisino, se consuma o último passo dessa ascenção fulgurante que referímos no início: tal como outras que já estudámos, também agora se extinguem. Poucas, porém, começando como modestos cavaleiros, desapareceram como condes.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Esta reconstituição terá que iniciar precisamente com Pero Fromarigues[14], bastante anterior, portanto, ao período dionisino, uma vez que é ele o antepassado comum de todos os ramos dos de Riba de Vizela. Como é natural, seremos bastante sintéticos em relação às primeiras gerações, até porque alguns dos membros mais destacados do ramo principal já foram objecto do estudo de outros autores.

Assim, Pero Fromarigues, e segundo a ordem indicada pelo *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* (*LL*45A1), foi o pai de:

---

[11] J.MATTOSO, *1985b*, vol.II, p.165.

[12] Um quadro das propriedades de alguns membros da linhagem - Gil Martins e Pero Anes - foi já elaborado por L.VENTURA (*1992*, vol.II, "Anexos às Prosopografias"), o qual teremos a oportunidade de completar com o de outros indivíduos.

[13] Os Alvim deram ainda origem aos Lobeira, e os Cambra aos Lambaz.

[14] É possível que Pero Fromarigues se possa identificar com um homónimo que se encontra na região de Viseu, em 1150 (L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.325 - nota 2). Ainda segundo a mesma autora, seria irmão de Paio Fromarigues e de Maria Fromarigues (IDEM, *ibidem*, vol.I, p.325 - notas 3 e 4).

IIII - PAIO PIRES DE GUIMARÃES, sobre quem só temos dados através do nobiliário agora referido, o qual afirma que ele teve um filho legítimo e outro bastardo (*LL*45A2). Este último, chamou-se:

IV2 - FERNÃO PIRES DE SANDE (Vd. ***RIBA DE VIZELA*** **> SANDE**).

Quanto ao legítimo, seria fruto da união de Pero Pires com Elvira Fernandes, filha de Fernão Pires Velho, *Tinhoso*, matrimónio que já anteriormente provámos ser cronologicamente impossível[15]. De qualquer maneira, acreditamos que aquele filho legítimo tenha sido:

IV1 - RAIMUNDO PAIS DE RIBA DE VIZELA, rico-homem dascortes de D.Sancho I e de D.Afonso II, foi tenente da Covilhã (1196-1199), de Gouveia (1201-1211), e de Besteiros (1211-1212)[16]. Tal como o seu pai, também teve filhos legítimos e um bastardo:

V3 - SOEIRO RAIMUNDES DE RIBA DE VIZELA (Vd. ***RIBA DE VIZELA*** **> MELO-FREIRE-ALVIM**).

Aqueles, foram tidos em **DORDIA AFONSO DE RIBA DOURO**, neta do *Aio*:

V1 - GUILHERME RAIMUNDES DE RIBA DE VIZELA, também rico-homem de D.Afonso II, como tenente de Gouveia (1220)[17]. Parece ter possuído vários bens na região de Guimarães, entre os quais se destacam as honras de Cela e de Gémeos[18]. Com segurança, sabemos que foi senhor da aldeia de Sadarça

[15] Vd. ***VELHO*** **> GATO** (nota 19).

[16] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1015, 1016 e 1035, respectivamente.

[17] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1016.

[18] *GEPB*.XXIV.278-279.

(c.Gouveia), a qual, por sua morte, ficou à Ordem do Templo[19]. Guilherme Raimundes não casou nem teve qualquer descendente, pelo que *herdou (...) nos seus beens* o seu meio-irmão Soeiro (*LL*45A3)[20], preterindo na herança os filhos de sua irmã.

V2 - DORDIA RAIMUNDES DE RIBA DE VIZELA, que foi c.c. Pero Anes de Cerveira (Vd. CERVEIRA). Antes, porém, ou depois deste casamento, foi também casada com um indivíduo de nome **MEM**[21], uma vez que foram seus filhos:

VI1 - MARTIM MENDES, *cavaleiro de Riba de Vizela* e morador em Calvos (c. de Guimarães), que em 1230 doou à Sé do Porto o direito de padroado que possuía na ig. de Sª Mª de Campanhã[22].

VI2 - TERESA MENDES[23], que c.c. Pero Soares de Briteiros (Vd. BRITEIROS).

III2 - PERO PIRES DE GUIMARÃES, referido em 1174 com a sua mulher, **MARIA PAIS** - desconhecida pelos nobiliários - vendendo a seu irmão Fernão Pires, e a três filhos deste, o que tinha em Fareja e em Cerzedo (c.Guimarães), bens provenientes dos pais de ambos[24]. Segundo os livros de linhagens, teve um único filho:

---

[19] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº9, fl.35vº.

[20] A comprovar esta afirmação do livro de linhagens agora cit., o texto das Inq. de 1288, referido na nota anterior a propósito da aldeia de Sadarça, informa-nos que Mem Soares de Melo, filho de Soeiro, conseguiu depois *ganhar* à Ordem do Templo a dita aldeia, fazendo aí uma honra no tempo de D.Afonso III.

[21] Este casamento já há muitos anos se encontra referido (cfr. *GEPB*.XXV.490 - onde só é referida Teresa).

[22] *CCSP*, pp.114-115 (doc. de 21 de Fev.). Ao contrário de sua irmã, este doc. não o refere como filho de Dordia Raimundes, mas seria demasiada coincidência não o ser também, intitulando-se da forma referida e doando o mesmo direito que Teresa Mendes também doou passado um mês. Por outro lado, Martim Raimundes identifica-se como neto de Dona Teresa Fernandes, provavelmente a sua avó paterna, e por quem lhe viria o referido direito.

[23] A 27 de Março de 1230 também doou à Sé do Porto o mesmo direito de padroado na ig. de Campanhã (*CCSP*, pp.116-118).

[24] *GEPB*.XXV.492 (não se indica a origem do doc.).

IV3 - RAIMUNDO PIRES DE RIBA DE VIZELA, proprietário do paço de Calvos[25], e de outros bens que usurpou no c. de Guimarães[26]. Foi c.c. **SANCHA PAIS CORREIA I**, de quem só teve uma filha:

V4 - MARIA RAIMUNDES DE RIBA DE VIZELA, que c.c. Martim Pais Dade, o *Velho* (Vd. DADE).

III3 - *Fernão Pires de Guimarães*, que segue;

III3 - FERNÃO PIRES DE GUIMARÃES, já por nós referido no texto introdutório sobre esta linhagem, encontra-se documentado entre 1160 e 1178. Foi c.c. **USCO GODINS DE LANHOSO**, de quem teve:

IV4 - MARTIM FERNANDES DE RIBA DE VIZELA, também já acima referido, encontra-se documentado entre 1178 e 1212[27]. *Muito honrado e de grandes feitos* (*LL*45C3), foi alferes-mor de D.Sancho I (1203-1211), mordomo-mor de D.Afonso II (1211-1212)[28], e ainda governador das terras de Faria e de Vermuim (1205-1212). A sua destacada posição na corte, não podia deixar de se reflectir na importância dos seus bens patrimoniais - avolumados graças a doações régias e a compras - espalhados por vários concelhos a Norte e a Sul do Douro (Esposende, Barcelos, V.N. de Famalicão, Guimarães, Fafe, Paredes, Santo Tirso, Paços de Ferreira, Gondomar, Tarouca, V.N. de Paiva, Feira, Albergaria-a-Velha e Alvaiázere)[29]. Foi c.c. **ESTEVAÍNHA SOARES DA**

[25] O paço, situado na fg. de S.João de Calvos (j. de Vermuim, hoje c. de Guimarães), fora-lhe dado por herdadores que pretendiam que ele os defendesse do mordomo. À data das Inq. de 1288-90, o paço e a honra estavam na posse do seu neto Martim Dade (ANTT, *LN -Inq. de Além Douro*, fl.90v°).

[26] *GEPB*.XXV.492.

[27] Surge pela primeira vez na corte, junto de seu pai e de seu irmão em 1178, mas parece que só a partir de 1186 é que essa presença se torna continuada (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.326). A autora agora citada é da opinião de que Martim Fernandes foi vassalo dos senhores de Sousa e, eventualmete, protegido por eles (IDEM, *ibidem*, pp.326 - nota 6, e 327 - nota 1).

[28] Também é referido como mordomo-mor de D.Sancho I em 1191 e em 1205, como substituto do mordomo Dom Gonçalo Mendes de Sousa (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.988 - nota 7).

[29] Um excelente relação dos seus bens foi já feita por L. VENTURA (*1992*, vol.I, pp.328-330), de onde foram retirados os dados indicados no texto. Pela nossa parte, não encontrámos muitos mais: assim, e segundo as Sentenças de 1290, D.Afonso II coutou-lhe a fg. de S^{a} Eulália de Barrosas (j. de Guimarães), então na mão "da sua linhagem"; no tempo do mesmo monarca, honrou toda a fg. de S.Mamede de Valongo, então no j. da

SILVA[30], ama do Infante D.Sancho (II)[31], de quem teve os seguintes filhos:

V5 - DURÃO MARTINS DE RIBA DE VIZELA, que encontrámos pela primeira vez em 1224, a testemunhar uma venda feita à Sé de Braga[32]. Não tendo herdado na corte o posicionamento paterno ficou, porém, com uma parte dos bens que aquele detivera, destacando-se, entre outros[33], o que herdou em Lalim e que, em 1229, vendeu ao mostº de Tarouca pela avultada soma de 340 mbs.[34]. Foi c.c. **ESTEVAÍNHA MARTINS DA SILVA**, de quem teve:

VI3 - JOÃO DURÃES DE RIBA DE VIZELA, *que foi freire da Ordem do Espital* (*LL*45F4). Com efeito, data de 1270 o primeiro doc. em que o encontrámos, no qual, como comendador de Belver, testemunha um escambo feito entre o Hospital e Dom João de Aboim[35]. Manteve-se à frente de Belver até 1278, aparecendo depois, como simples freire, em 1281[36]. Naturalmente ligado aos meios da corte, quer pelo nascimento e parentescos quer pelas suas funções "hospitalárias", não admira que os tenha frequentado: assim, em 1280, testemunhou uma doação feita por D.Dinis à irmã, a Infanta Dona Branca[37]; bastante mais significativo, porém, é o

Maia (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-6, Perg.8, e VIII-3-2, Perg.5, respectivamente). Também parece ter tido o couto de Cota, fg. do c. de Viseu (*GEPB*.XXVII.112).

[30] Fez testº a 10 de Out. de 1214 (ADB, *Gav. dos Testamentos*, nº10).

[31] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.329 - nota 8.

[32] *LF*, doc.886.

[33] Parece ter herdado o couto de Fráguas (c. de Vila Nova de Paiva), uma vez que este chegou à posse do mostº de Arouca, através da sua filha (vd. **VI5**). Segundo as Sentenças de 1290, no tempo de D.Sancho II, cegou um mordomo que pretendera entrar num casal reguengo da fg. de S.Faustino de Riba de Vizela (j. de Guimarães), dado por seu pai ao mostº de Vilarinho (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-6, Perg.7). Também honrou dois casais reguengos da fg. de Sª Cristina, no c. de Fafe (*GEPB*.XXVII.154).

[34] A.A.FERNANDES, *1991-93*, vol.I/1, doc.167.

[35] *LBJP*, doc.L.

[36] ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº85, nº3917 (doc. de 5 de Out. de 1281).

[37] *Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Cabido da Sé (...)*, pp.183-184 e 294-295.

facto de Dom João Durães ter sido um dos executores do testº do conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa, funções que desempenhava em Set. de 1286[38], devendo ter falecido pouco tempo depois. Com efeito, já tinha falecido aquando das Inq. de 1288[39].

VI4 - MARIA DURÃES DE RIBA DE VIZELA, que c.c. Rui Pires da Nóvoa (Vd. NÓVOA).

VI5 - ALDONÇA DURÃES DE RIBA DE VIZELA, freira de Arouca omitida pelos livros de linhagens, e através da qual aquele mostº ficou na posse do couto de Fráguas[40].

V6 - SANCHA MARTINS DE RIBA DE VIZELA, que casou primeiro com Gonçalo Rodrigues de Nomães (Vd. NOMÃES), e depois com Martim Fernandes de Novais (Vd. NOVAIS-PIMENTEL).

V7 - MOR MARTINS DE RIBA DE VIZELA, que foi barregã de D.Afonso II, casando depois com Ponço Afonso de Baião (Vd. BAIÃO). Depois de enviuvar (1237), ingressou no mostº de Arouca, à frente do qual se manteve durante longos anos (1244-1285)[41].

V8 - TERESA MARTINS DE RIBA DE VIZELA I, que c.c. Martim Pires da Maia (Vd. MAIA).

V9 - ELVIRA MARTINS DE RIBA DE VIZELA, que c.c. Pero Mendes de Candarei (Vd. CANDAREI).

---

[38] O seu procurador, Pero Anes, esteve presente à nomeação dos partidores que, em nome de Dom Martim Gil de Riba de Vizela I, por um lado, e da condessa Dona Leonor, por outro, dividiram alguns bens que tinham pertencido a Dom Gonçalo e a Dona Guiomar Mendes de Sousa, sobrinhos do falecido conde (ANTT, *Gavetas*, II-1-5).

[39] Não estas, mas as respectivas Sentenças de 1290, afirmavam que, já no reinado de D.Dinis, tinha feito honra da aldeia de Maçal (j. de Celorico da Beira), a qual pertencia à Ordem do Hospital (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº9, fl.35); e Dom João Durães tinha metido o seu juíz e o seu chegador na aldeia de Poiares (j. de Panóias), pertença da mesma Ordem (IDEM, *Gavetas*, III-10-18, Perg.9). Por herança, deteve bens nos j. de Aguiar de Sousa e de Guimarães (*GEPB*.XXV.491). Segundo o *Livro de Linhagens do Deão*, foi c.c. Constança Anes Redondo (*LD*3L6 e 415), cuja existência nos parece pouco provável (vd. REDONDO - nota 98).

[40] A.A.FERNANDES, *1990b*, pp.55-56.

[41] M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, pp.493-495. Foi durante o seu abaciado, e por sua iniciativa, que se compilaram importantes documentos relativos ao mostº de Arouca, cartulário que ficou conhecido como *Livro de Dona Maior Martins* (cfr. M.H.C.COELHO, *1977*, pp.150-156).

IV5 - *João Fernandes de Riba de Vizela*, que segue;

IV6 - ELVIRA FERNANDES DE RIBA DE VIZELA, omitida pelos livros de linhagens, é referida juntamente com os seus irmãos João e Maria, numa compra feita por seu pai em 1174[42].

IV7 - MARIA FERNANDES DE RIBA DE VIZELA, igualmente ignorada pelos nobiliários medievais, é também referida na já citada compra de 1174. Nada mais soubemos a seu respeito ou sobre a sua irmã.

IV5 - JOÃO FERNANDES DE RIBA DE VIZELA, rico-homem da corte de D.Sancho I, foi *dapifer regis* entre 1186 e 1204, sendo várias vezes referido como mordomo-mor entre 1190 e 1206, vindo a morrer antes de 1208[43]. Tal como o seu irmão, também constituiu um importante património, quer a Norte quer a Sul do Douro[44]. Dom João Fernandes foi casado duas vezes: a primeira, segundo os livros de linhagens (*LL*45G3, H3)[45], com MARIA BERMUDES VARELA ou, mais provavelmente, com **MARINHA MONIZ VARELA**, e a segunda, com **MARIA SOARES DE SOUSA**. Do primeiro casamento, teve os seguintes filhos:

V10 - FERNÃO ANES *CHEIRA* [DE RIBA DE VIZELA], rico-homem da corte de D.Sancho II, foi governador das terras da Feira (1229) e de Besteiros (1235-1236)[46]. Proprietário no c. de Guimarães[47], é sobretudo a Sul do Douro que

---

[42] Vd. nota 24.

[43] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.988 - nota 7, e p.989 - nota 6.

[44] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.329 - nota 6, e p.331 - nota 3. As inq. dionisinas de 1288-90 e as de 1307-11 ainda o recordavam: assim, as primeiras, registaram que quanto tivera a honra de Sobrado (fg. de Santo André da Ribeira, j. de Aguiar de Sousa), cortara os pés a quatro mordomos que ali tentaram entrar (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.11); as segundas, referem um casal, então na posse dos mosteiros de Paço de Sousa e de Pombeiro, que ele tivera na fg. de S.Vicente de Goim, no j. de Lousada (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fl.45). Na margem Sul do Douro, e para além do senhorio de Vagos, é importante destacar o núcleo constituído na zona de Cambra, origem do apelido de um dos ramos secundários dos de Riba de Vizela o qual será estudado mais à frente. De resto, as Inq. de 1284 são muito explícitas ao afirmar que certos bens aí detidos por Fernão Afonso de Cambra, provinham de seu avô Dom João Fernandes (IDEM, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.15v°).

[45] Sobre a ordem dos matrimónios e o nome da "primeira" mulher, vg. L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.329 - nota 6, e p.331 - nota 3. Muito embora esta autora, segundo nos parece, se incline mais para uma ordem inversa dos matrimónios, seguiu, como também faremos, a lição dos livros de linhagens, na árvore genealógica dos Riba de Vizela que publicou nos "Anexos às Prosopografias" (vol.II da obra cit.).

[46] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1028 e 1035, respectivamente.

[47] *GEPB*.XXV.490; A.A.FERNANDES, *1981*, pp.148-149; L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.331.

concentra a maioria dos seus bens, nomeadamente nos c. de Tondela e de Sever do Vouga[48], destacando-se neste último a honra de Pessegueiro[49]. Em 1228[50] já se encontrava c.c. **MARIA MENDES DA SILVA**[51], de quem teve:

VI6 - FRUILHE FERNANDES CHEIRA, que c.c. Vasco Gil de Soverosa (Vd. SOVEROSA).

VI7 - MARIA FERNANDES CHEIRA, que c.c. Pero Mendes de Poiares (Vd. POIARES).

V11 - AFONSO ANES DE CAMBRA (Vd. ***RIBA DE VIZELA*** **> CAMBRA**).

V12 - PERO ANES DE CAMBRA (Vd. ***RIBA DE VIZELA*** **> CAMBRA**).

Do segundo casamento de João Fernandes, com Maria Soares de Sousa, resultou a descendência seguinte:

V13 - *Martim Anes de Riba de Vizela*, que segue;

V14 - MARIA ANES DE RIBA DE VIZELA I, que c.c. João Soares de Paiva (Vd. PAIVA).

V15 - TERESA ANES DE RIBA DE VIZELA, que c.c. Paio Viegas de Alvarenga (Vd. ALVARENGA).

V13 - MARTIM ANES DE RIBA DE VIZELA, foi rico-homem das cortes de D.Afonso II e de D.Sancho II, exercendo o cargo de alferes-mor durante quase 20 anos (1217-1224 e 1226-1240) - ou seja, em períodos bastante conturbados da vida política do

[48] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.332.

[49] A honra, que assentava sobre uma quintã da fg. de S.Martinho de Pessegueiro - adquirida por escambo com Sª Cruz de Coimbra, no tempo de D.Afonso II - estendia-se a toda a freguesia e a 4 casais em Paradela (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fls.18vº-19).

[50] A 3 de Junho desse ano, venderam ambos um casal sito na fg. de S.Paio de Riba de Vizela (c. Guimarães), pela quantia de 150 mbs. (C.M.N.T.S.RAMOS, *1991*, pp.283-284 - doc. 310). Em 1242 cederam ao bispo do Porto o direito que tinham na ig. de S.Vicente de Pereira de Jusã (c. de Ovar), dando parte da fg. à O. do Hospital (*GEPB*.XXVII.666).

[51] Não podemos deixar de chamar a atenção para as três alianças estabelecidas entre os de Riba de Vizela e os da Silva, em duas gerações consecutivas: Martim Fernandes casa com Estevaínha Soares, e o filho destes, Durão Martins, com uma prima em 3º grau de sua mãe, Estevaínha Martins, enquanto que Fernão Anes casa com Maria Mendes, terceira prima das anteriores.

reino[52] - funções que, momentaneamente, acumulou com as de mordomo-mor (1223)[53], e também com o exercício da tenência de Sátão (1233-1240)[54]. Tal como temos vindo a observar em relação a outros indivíduos deste ramo, também o património de Martim Anes se situava, por um lado, na região de Guimarães e dos concelhos limítrofes (Felgueiras, Valongo, etc.), e, por outro, em regiões mais meridionais, como Coimbra (c. de Ansião, Figueiró dos Vinhos)[55]. Região onde desde o início, como vimos, a linhagem constituíra um núcleo patrimonial, e que provavelmente foi reforçado com o casamento de Martim Anes com **ESTEVAÍNHA PAIS GABERE**, sobrinha-neta do mestre templário Dom Gualdim Pais[56]. Antes de casar, porém, Martim Anes teve uma filha natural (*LL*49C5):

VI8 - TERESA MARTINS DE RIBA DE VIZELA II, que c.c. Fernão Pires de Urgezes (Vd. URGEZES).

Do seu casamento com Estevaínha Pais, teve mais os seguintes filhos:

VI 9 - *Gil Martins de Riba de Vizela*, que segue;

---

[52] *GEPB*.XXV.495-497.

[53] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.992 e 989, respectivamente.

[54] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1037.

[55] L.VENTURA, *1992*, vol.I, pp.331-332. Sobre os seus bens situados em Coimbra, temos notícia de que a 26 de Janeiro de 1279, pouco tempo antes de falecer, D.Afonso III ordenou ao almoxarife de Coimbra que entregasse a Pero Anes e a Martim Gil I, netos de Dom Martim Anes, os bens que este ali tivera e que o monarca tinha em tempos mandado confiscar (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.7, mº4, nº14). É muito possível que o confisco tivesse ocorrido depois de Gil Martins, filho de Martim Anes e mordomo do *Bolonhês*, ter abandonado a corte, em 1264. Em relação aos bens localizados mais a Norte, concretamente à honra de Sobrado (c. de Valongo), temos um dado, quanto a nós da maior importância, sobre os vários processos de aquisição ilegal de terras reguengas. Tais processos são muito frequentes e os exemplos abundam, mas o mesmo já não se poderá dizer dos casos declarados de corrupção, e muito menos ainda quando os intervenientes são figuras destacadas da cúria régia: assim, segundo as Sentenças de 1290, e depois de o seu pai ter cortado os pés a quatro mordomos que tentaram entrar naquela honra, o alferes-mor Dom Martim Anes, no tempo de D.Sancho II, acrescentou-lhe os lugares de Vilares, Devesa e Paço, rogando a Dom Gil Vasques [de Soverosa], que então tinha a terra [de Sousa], que aceitasse uma renda, para impedir que o mordomo ali entrasse. Curiosamente, as referidas sentenças mantiveram a situação (ANTT, *Gavetas* , VIII-3-2, Perg.11). A propósito dos seus bens situados em Coimbra, é conhecida uma doação por ele feita em 1242 a favor do cabido coimbrão, e que ostenta um selo com as suas armas (M.ABRANTES, *1983b*, pp.171-172).

[56] L.VENTURA, *1992*, vol.I, p.332. De resto, o próprio *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*, é claro em afirmar que o *meestre dom Galdim Paaez do Tempre fez muito bem e deu grand'algo a este dom Martim Anes de Riba d'Avizela, quando casou com esta dona Stevainha Paaez (...)* (*LL*26A3).

VI10 - JOÃO MARTINS DE RIBA DE VIZELA, *Chora*, rico-homem da corte de D.Sancho II, foi tenente da Maia (1236?-1249?) e da Covilhã (1243)[57]. Com um percurso político bem mais discreto do que o do seu irmão[58] - porventura devido à sua morte prematura, ocorrida por volta de 1250 - o aspecto mais importante da sua vida parece ser o do património, em grande medida acrescentado pelo seu casamento com **URRACA ABRIL DE LUMIARES**[59]. Deste casamento, nasceu único:

VII5 - PERO ANES *GAGO* DE RIBA DE VIZELA, rico-homem das cortes de D.Afonso III e de D.Dinis, foi tenente de Trasserra (1265-1283), de Lafões (1266-1271), da Beira (1268-1269) e da Covilhã (1279-1283). Único herdeiro de um património impressionante, e ainda presuntivo chefe da linhagem, após o exílio de seus tio e primo, é natural que Dom Pero Anes surgisse aos olhos de D.Afonso III como um poderoso aliado que convinha controlar. Perito na arte de alimentar as prosápias nobiliárquicas em proveito próprio, o *Bolonhês* concede-lhe a mão de sua filha bastarda, **URRACA AFONSO**, com quem casa em Maio de 1265[60]. Falecido

[57] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1003 e 1015, respectivamente.

[58] Talvez que uma das notas mais curiosas da sua carreira política, seja até o seu casamento com a herdeira do poderoso Dom Abril Pires de Lumiares, também pretendida por Martim Gil de Soverosa, valido de D.Sancho II, servindo a disputa da mão de Dona Urraca para tema de uma das composições do trovador João Soares Somesso (A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.372-373).

[59] É possível reconstituir uma boa parte do seu património a partir do quadro dos bens do seu filho, recentemente elaborado por L.VENTURA (*1992*, vol.II, "Anexos às Prosopografias). Através dele, sabemos que João Martins, possuíu bens nos c. de Baião, Bragança, Coimbra, Felgueiras, Figueiró dos Vinhos, Guarda, Lisboa, Lousada, Macedo de Cavaleiros, Mesão Frio, Pinhel, Seia e Valongo, mantendo assim a tendência já manifestada pelas gerações anteriores, ou seja, a posse de um núcleo em torno do "berço" de origem, e de um outro mais meridional. Pelo seu casamento, foi senhor do couto de Lumiares, com as honras de Figueira, Queimada e Queimadela (c. de Lamego e de Armamar), a honra de Balisque (c. de Viseu), a honra de Barbosa-a-Velha (c. de Penafiel de Sousa), parte da vila de Aveiro e a quintã do Prado (c. de Tarouca) - *GEPB*.XXV.494-495, e XXXVII.501-502.

[60] Todos os dados que temos vindo a referir, foram retirados da excelente biografia de Pero Anes elaborada por L.VENTURA (*1992*, vol.II, pp.702-705), e à qual nada temos a acrescentar. Permita-se-nos, apenas, salientar um pormenor: dos docs. relativos à aliança de Pero Anes com a bastarda régia Urraca Afonso, consta um diploma em que Pero Anes, pela quitação das arras devidas a sua mulher - 5 quintãs e 60 casais - entrega a esta uma copiosa quantidade de bens, acto esse que foi testemunhado por uma longa série de indivíduos, para além do próprio monarca, de Dom João de Aboim e de Rui Garcia de Paiva (ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fls.77-77v°, cit. várias vezes por aquela Professora, e já há anos publ. no *Milenário de Aveiro. Colectânea de Documentos Históricos*, vol.I, pp.75-77 - doc.XLI). Aqueles outros indivíduos poderiam ser, na opinião de Leontina Ventura, vassalos de Dom Pero Anes, no que inteiramente concordamos. Só queremos, enfim, valorizar o facto de dois deles, João Pires Lobeira e Estêvão Pires Lambaz, serem membros de ramos

antes de Maio de 1286[61], teve apenas uma filha:

VIII3 - ALDARA PIRES DE RIBA DE VIZELA, que c.c. João Pires Portel de Sousa I (Vd. ABOIM-PORTEL).

VI9 - GIL MARTINS DE RIBA DE VIZELA, rico-homem de D.Afonso III, primeiro como tenente de Penela (1250), e depois como mordomo-mor (1253-1264), cargo que acumulou com o governo de Sintra (1253-1264)[62]. Esta privança com o *Bolonhês*, porém, e como é sabido, não fará esquecer que Dom Gil Martins, por um lado, foi um dos poucos fiéis que acompanharam D.Sancho II até à morte no exílio toledano, em 1248, e que, por outro, o próprio reencontrou os caminhos do exílio em Castela, a partir de 1264, para onde levou o seu filho varão, Dom Martim Gil I, ali falecendo nos inícios de 1275[63].

Quanto ao seu património, vastíssimo e um dos raros exemplos de distribuição quase "nacional", foi constituído por herança de seus pais, por doações régias, por diversas formas de aquisição - legais ou não - e em boa parte acrescentado pelo seu casamento

---

secundários dos de Riba de Vizela e, portanto, ainda aparentados com o novo genro do monarca, num significativo exemplo de ligação dos ramos segundos ao principais. Numa outra perspectiva, e como já verificámos com outras linhagens, os laços de vassalidade entre uns e outros, mais do que demonstrar situações de domínio/dependência, poderiam revelar os diferentes níveis a que os vários ramos acediam aos círculos do poder, sendo porventura nesta rede de influências que verdadeiramente se alicerçava o poder das linhagens(-mãe).

[61] Leontina Ventura afirma que a morte deverá ter ocorrido antes de Agosto de 1286 (*1992*, vol.II, p.703 - nota 4); de facto, a 6 de Maio desse ano, Dona Urraca Afonso deu cartas de quitação ao abade de Alcobaça, pela entrega de três cartas que o cartório do mostº tinha que guardar até à morte do seu pai e do seu marido, pelo que podemos recuar a morte de Pero Anes para uma data anterior e, provavelmente, próxima daquela (ANTT, *CR - Mostº de Alcobaça*, mº18 (DP), nº4).

[62] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.690. Uma vez mais remetemos o leitor para as páginas desta importante obra, onde também se inclui a biografia de Dom Gil Martins (pp.690-697). Apenas em casos muito pontuais nos atreveremos a acrescentar alguns aspectos de pormenor.

[63] Já há vários anos que, juntamente com o Professor Henrique David, tivemos a oportunidade de referir uma série de diplomas de Afonso X o Sábio testemunhados por Gil Martins e por seu filho, sendo por vezes aí referidos como *don Gil Martinez de Portugal, don Martin Gil, su fijo* (H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*, pp.142-143). De entre os vários docs. que entretanto encontrámos, mas que se mantêm dentro das cronologias então referidas, destacamos apenas um: a 11 de Abril de 1267, Dom Gil Martins fez e pôs preito a Dom Garcia Fernandes e a Rui Pires, respectivamente mestre e comendador-mor de Alcântara, para que dessem a seu filho a bailia de Valelas, durante a sua vida, dando ele à ordem 1000 mbs., mais outros 1000 em caso de morte de Dom Martim Gil, comprometendo-se a dar fiadores e herdades pela segunda quantia. A entrega do castelo e de outros bens deu-se a 29 de Dez. de 1274, na sua presença (ANTT, *Ordem de Avis*, nº844), pelo que é seguro que tenha morrido já no início de 1275.

com uma das principais herdeiras da casa da Maia, **MARIA ANES DA MAIA**[64]. Deste casamento, nasceram:

VII1 - *Martim Gil de Riba de Vizela I*, que segue;

VII2 - CONSTANÇA GIL DE RIBA DE VIZELA, que c.c. João Gil de Soverosa (Vd. SOVEROSA).

VII3 - GUIOMAR GIL DE RIBA DE VIZELA, que encontrámos referida pela primeira vez em Agosto de 1243, ainda muito nova, a receber uma doação de sua avó materna, Dona Guiomar Mendes de Sousa[65], só nos volta a aparecer passados mais de 40 anos (1285), então como monja em Arouca[66]. No ano seguinte, a 23 de Junho e já como abad[a] - sucedendo assim a Dona Mor Martins de Riba de Vizela[67], prima-direita de seu avô paterno (V7) - fez o seu test°, no qual, entre outras disposições, mandou construir no most° um altar dedicado à SS.Trindade, aonde pedia para ser sepultada, adjudicando-lhe os bens que possuía em Coimbra e em *Ultra Douro* para a manutenção de um capelão[68]. Faleceu antes de Novembro desse mesmo ano, não chegando por isso a assistir, com os seus irmãos, às restantes partilhas dos bens paternos[69].

VII4 - TERESA GIL DE RIBA DE VIZELA[70], referenciada a partir de 1276[71], terá

---

[64] Esta aliança explica a frequência com que o nome de Dom Gil Martins é referido no texto das Inq. de 1258, em julgados que eram tradicionalmente controlados pelos senhores da Maia (cfr. J.MATTOSO *1981*, pp.333 e ss.).

[65] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.690 - nota 7.

[66] Refere-se a notícia às partilhas feitas com os seus irmãos sobre os bens paternos, cabendo a Dona Guiomar os seguintes: os lugares de Pedra do Moço (t. da Guarda), do Porco (t. de Celorico da Beira) e de Gualteiro (t. de Pinhel); todos os bens situados em Pinhel, Sintra e Torres Vedras; seis portais de tendas na rua da Judiaria, o terreo de Covas e a meia herdade dos Quintos, tudo em Beja; e metade de tudo o que seus pais tiveram em Coimbra, Vila Martim, Mesão Frio e Bretiande (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°9, n°4-b, doc. de 14 de Março).

[67] M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*, p.505.

[68] O test°, feito a 23 de Junho, contempla ainda outras disposições: assim, para o seu irmão deixa todos os herdamentos de Beja; a Mor Martins de Baguim, monja em Arouca, 100 lbs anuais sobre os rendimentos dos bens que tinha em Sintra; a Sancha Gomes, Teresa de Freitas, Ouroana de Freitas e a Sancha Fernandes, monjas de Arouca e suas "clientes", 40 lbs. a cada; ao most° de S.Cristóvão de Lafões 50 lbs.; e aos frades pregadores e aos frades menores do Porto, 20 lbs. a cada (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.3, m°3, n°9).

[69] O most° tomou posse de vários bens situados nos c. de Amarante, Maia, Barcelos, Vila Real, Felgueiras e Mesão Frio (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°11, n°30).

[70] Seguramente por lapso, L.VENTURA indica duas Teresa Gil, uma como filha de Gil Martins, e outra como filha de Martim Gil I (*1992*, vol.II, p.690 - nota 8, e p.698 - nota 5, respectivamente), quando na

ido com seu pai para Castela em finais de 1265, ali permanecendo toda a vida[72]. Segundo os livros de linhagens terá sido barregã de **SANCHO IV DE CASTELA** (*LL*16G6), o que parece confirmado por uma série de doações recebidas por Dona Teresa daquele monarca castelhano, algumas até confirmadas por D.Dinis[73]. Deverá ter falecido depois de 1310 e antes de 1315, tendo feito testamento a 16 de Setembro de 1307, doc. da maior importância para o conhecimento da sua fortuna e da sua *casa*, bem como do seu prestígio, já que pede a Fernando IV de Castela, à rainha-mãe Maria de Molina e a D.Dinis que olhem pela boa execução do mesmo[74]. Morreu sem filhos.

VII1 - MARTIM GIL DE RIBA DE VIZELA I, rico-homem das cortes de D.Afonso III e de D.Dinis, aparece na corte do *Bolonhês* a partir de 1255, primeiro como tenente da Beira e de Seia (1255-1264) e depois como tenente de Sousa (1261-1264). Regressado do exílio em Castela, para onde fora em 1264 na companhia do seu pai, surge de novo na corte em 1276, agora à frente da tenência de Elvas, a qual exerceria até 1280, já entrado o reinado de D.Dinis, monarca que serviu como alferes-mor entre 1285 e 1295[75] e de quem foi conselheiro[76]. Foi também tenente de Arouce (1292)[77],

---

verdade se trata de uma só pessoa, filha do primeiro. De resto, e no seu test°, que indicaremos mais à frente, identifica-se como tia de Martim Gil e irmã de Constança Gil, o que não deixa lugar a quaisquer dúvidas.

[71] Dos monarcas castelhanos recebeu: a partir de 1276, os direitos reais e senhoriais do Sabugal; as rendas de Arroyo e de Zaratán depois de 1283; o imposto sobre os judeus de Valladolid, em 1288; as dízimas do porto de Mourão, a partir de 1294 (A.RUCQUOI, *1992*, p.315).

[72] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.690 - nota 8. De entre os docs. cit. por esta Autora, cumpre destacar as partilhas que Dona Teresa efectuou com os seus irmãos sobre os bens paternos, em 1285 e em 1286, partilhando com Constança, entre outros, as casas do couto de Brulhães e as quintãs de Tagilde e de Novelas; ficou ainda com algumas tendas em Beja, tudo o que havia no t. de Castelo Mendo, e em Castelo Bom, Barcarena, Serzedas, Freixiel e Santarém, e com metade dos bens de Montemor-o-Novo e Leiria. Por curiosidade, refira-se que só D.João I, e a troco de uma esmola de 20.000 reais brancos, conseguiu que o most° do Santo Espírito de Toro abdicasse dos bens e direitos do reguendo de Barcarena, que ela deixara ao dito most° (ANTT, *Gavetas*, XI-9-13, doc. de 9 de Abril de 1427, publ. nas *GAVETAS*, vol.XII, pp.484-487).

[73] Sobre as doações de Sancho IV, cfr. L.VENTURA (*1992*, vol.II, p.690 - nota 8). A 15 de Julho de 1298, em Salamanca, D.Dinis doa-lhe, em vida, a vila de Mourão, tal como ela a tivera da mão do *Bravo* - vd. nota 71 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.4).

[74] O test° foi há poucos anos publ. por A.RUCQUOI (*1992*, pp.316-323). O estudo que precede a publicação é até interessante (pp.305-316), mas na hora de identificar Dona Teresa (pp.313-315), aquela autora, talvez por não conhecer muito bem a nobreza medieval portuguesa, acaba por propor a sua identificação como uma bastarda, ou de Martim Gil de Soverosa ou do próprio D.Afonso III...

[75] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.697. Ainda consideramos a hipótese de Martim Gil I, que certamente acompanhou o pai quando este seguiu D.Sancho II para o exílio em Castela, de ali ter continuado mesmo

surgindo ainda referido como amo do Infante D.Afonso (IV) e mordomo da *Rainha Santa* entre 1293 e 1295[78], tendo falecido neste último ano[79]. De novo no reino depois de 1274[80], como ficou dito, voltou a Castela em 1282 - talvez no séquito da rainha-mãe Dona Beatriz - juntamente com outros fidalgos portugueses que apoiaram Afonso

depois de Dom Gil Martins ter regressado a Portugal. Aquela suposição estribava-se no facto de encontrarmos um Dom Martim Gil a confirmar diplomas de Afonso X, ininterruptamente, entre 1252 e 1259. Uma vez, porém, que já em 1255 o de Riba de Vizela surge como *tenens* da Beira, aquele Martim Gil só poderá ser o de Soverosa.

[76] A 6 de Set. de 1294, Jaime II de Aragão enviou-lhe uma carta, recomendando-lhe, na sua qualidade de conselheiro do rei de Portugal, o embaixador que ia enviar a D.Dinis (publ. por M.GAIBROIS DE BALLESTEROS, *1922-28*, III, doc.567 - p.CCCLXXXV). Redactor de várias cartas régias (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°1, fl.196v°, e L°2, fls.20-21, 32v° e 78-78v°), Dom Martim Gil é também referido como testemunha da parte de D.Dinis, nos acordos por este celebrados com o Infante D.Afonso de Portalegre (IDEM, *ibidem*, L°1, fls.216v°-219v°), bem como representante do monarca nas negociações sobre o escambo do senhorio de Portel (IDEM, *ibidem*, L°1, fls.253-253v°). Como seria de calcular, foi também um dos candidatos à herança do conde Dom Gonçalo Garcia de Sousa e, mesmo que nada tenha herdado desse património, a alferesia-mor, antes exercida pelo conde, terá sido uma importante compensação (L.KRUS, *1994*, p.98).

[77] A 10 de Set. de 1292, D.Dinis confirmou-lhe o poder que tinha de nomear alcaide para Arouce, como tenente da terra, ordenando ao c. de Arouce que desse a esse alcaide a jugada dos bois, vacas, bestas e asnos (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fls.39v°-40).

[78] Nestas duas datas, e designando-se com esses cargos, fez doações aos Templários, "pelo muito bem que seu pai, ele e seu filho" tinham recebido daquela Ordem (vd. nota 86). De igual forma, a 16 de Jan. de 1294, em seu nome e no de sua irmã Teresa, apresentou ao bispo do Porto o seu clérigo Martim Pires de Louredo, à vaga da ig. de S.Veríssimo de Nevogilde, da qual eram padroeiros (A.A.MEIRELES, *1942b*, p.175). O seu candidato era também apoiado pelos filhos de Gonçalo Anes Raposo e pelo seu sobrinho, Martim Anes de Soverosa; curiosamente, Pero Esteves, cón° de Ferreira, era apoiado por Constança Gil e Guiomar Gil de Riba de Vizela, pelos irmãos de Barbosa, Fernão, Maria, Sancha e Mafalda Pires, e a sua sobrinha Guiomar Martins, por Toda Rodrigues de Briteiros e por João Fernandes de Lima (IDEM, *ibidem*, pp.175-177). Atendendo a que os irmãos de Riba de Vizela apoiaram candidatos diferentes, e que, inclusivé, Martim Anes não apoiou o partido de sua mãe, poderemos estar perante um caso interessante de antagonismo familiar pela posse de um veículo de influência local, como seja o exercício do direito de padroado.

[79] O último doc. que confirma como alferes-mor, aparecendo também o nome do seu filho homónimo, data de 1 de Junho (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°2, fls.99-99v°). A 9 de Dez., na concessão dos forais de Moura e de Serpa, só é referido um Dom Martim Gil, alferes-mor, que cremos já seja o seu filho, que lhe sucedeu naquele cargo (IDEM, *ibidem*, L°2, fls.111v°-112). Um dos aspectos mais interessantes da sua personalidade, é o de ter sido, segundo a opinião do Professor José Mattoso, o destinatário do *Livro Velho de Linhagens*, redigido no most° de Santo Tirso (J.MATTOSO, *1981*, pp.331-342, e *1982b*, pp.500-509).

[80] Vd. nota 63. Aludímos então à entrega do castelo de Valelas, feita pela O. de Alcântara em benefício de Dom Martim Gil. Foram testemunhas, entre outros, os cavaleiros portugueses Fernão Afonso de Cambra, João Moreira e João Garcia de Paiva, provavelmente vassalos de Martim Gil, ou de seu pai. De novo, relativamente a Fernão Afonso, a ligação dos ramos secundários ao ramo principal da linhagem. As partilhas celebradas entre Martim Gil e as irmãs, em 1285 e em 1286, foram testemunhadas, respectivamente, por Fernão Afonso de Cambra, Martim Rodrigues, Afonso Mendes de Besteiros, João Garcia de Paiva, João Travanca e Pero Martins de Besteiros, cavaleiros, e por Lourenço Viegas de Ataíde, Gonçalo Gomes, Soeiro Mendes, e de novo Afonso Mendes e João Travanca; foram ambas outorgadas por Dom Martim Anes de Soverosa, sobrinho de Martim Gil (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°9, n°4-b, e gav.5, m°11, n°30).

X nas lutas contra o Infante D.Sancho (IV), ali ficando até 1284, e sendo mesmo um dos testamenteiros do *Rei Sábio*[81].

Quanto ao seu património, em parte herdado dos pais e dos avós (c. de Felgueiras, Lousada, Penafiel, Matosinhos, Mesão Frio, Guarda, Coimbra, Lisboa e Beja)[82], e acrescido por aquisições (c. de Elvas, Évora e Seia)[83], e doações - de familiares[84], de ordens monásticas[85] ou militares[86], e mesmo pelo rei[87], manteve a dispersão geográfica já detectada nas gerações anteriores.

Nascido por volta de 1235[88], casou com **MÍLIA FERNANDES DE CASTRO,**

[81] H.DAVID e J.A.S.PIZARRO, *1987*, p.143 - notas 39 e 40 (aos docs. aí citados acrescentem-se os seguintes: docs. de 8 e 24 de Out. de 1282, ref. por A.BALLESTEROS BERETTA, *1984*, pp.997 e 1008, e de 9 de Nov. de 1282, publ. no *Diplomatario Andaluz de Alfonso X*, doc.503 bis). O Martim Gil de 1282-84, por outro lado, nunca poderá ser o de Soverosa (L.KRUS, *1989*, p.60).

[82] A estes concelhos (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.699), haverá que acrescentar os de Mirandela - onde tinha por honras, e a sua linhagem, as aldeias de Carvalhães e de Vilar de Ledra (ANTT, *LN - Inq. da Beira e de Além Douro*, fl.121v°) -, e de Vila Real - onde possuía uma quintã, honrando por ela toda a aldeia de Galegos, na fg. de Vale de Nogueiras (IDEM, *Gavetas*, III-10-18, Perg.11).

[83] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.698-699.

[84] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.699.

[85] O prior e o most° de S.Vicente de Fora penhoraram a Dom Martim Gil a ao seu filho, em suas vidas e pelo valor de 500 lbs., a aldeia de Pousada, no t. da Guarda, *"para encimar a nossa crasta que teemos começada pera fazer"* (ANTT, *CR - Most° de S.Vicente de Fora*, m°4, n°21 - doc. de 11 de Set. de 1290, testemunhado por Rodrigo Anes Redondo, Lourenço Viegas de Ataíde, Afonso Mendes de Besteiros, Estêvão Vasques e João Anes, aio de Dom Martim Gil II, todos cav°s.).

[86] Relativamente à O. de Avis (e para além dos referidos pela Professora Leontina Ventura - vd. nota 83), desde 1 de Março de 1287 que, juntamente com a sua mulher, trazia certos bens daquela ordem - os lugares de Seixo, Seixas, Revereda, Ribeira e Paranhos, no t. de Seia - bens esses que, por morte de ambos, passariam para as mãos de seu filho e, depois da morte deste, regressariam à ordem, tal como Martim Gil II reconheceu em Santarém, a 18 de Nov. de 1292 (ANTT, *Ordem de Avis*, n°223); quanto à O. de Santiago, uma inq. realizada em 1318 apurou que, havia mais de 30 anos, aquela ordem tinha dado a Dom Martim Gil e a sua mulher a vila de Canha - com um rendimento anual de 400 lbs. - a qual passou depois para os seus filhos (A.B.C-VEIGA, *1940*, p.159); finalmente, relativamente à O. do Templo, e para além de Pinheiro de Ázere e Moreira, que trouxe por prazo daquela ordem (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.700 - nota 5), deverá ter tido outras benesses dos cavaleiros templários, uma vez que os beneficiou com duas doações: pela primeira, feita a 5 de Junho de 1293, sendo mestre Dom Lourenço Martins, deu-lhes todos os herdamentos que tinha no t. de Ourém, a quintã de Tamaral, 3 casais no l. de Travanca (j. de Penacova), e um cálix de prata de 2 marcos, para que um capelão cantasse uma missa diária na ig. de S^{a} Mª de Tomar, pelas almas de seu avô, de seu pai e da sua, mas, caso os freires, mais tarde, não o quisessem cumprir, então os seus sucessores ou os de seu sobrinho Martim Anes de Soverosa deveriam "frontá-los" (ANTT, *CR - Ordem de Cristo*, m°1 (DP), n°29); pela segunda, deu-lhes três courelas no t. de Santarém (IDEM, *Casa-Forte - Ordem de Cristo*, L°234 (2ª Parte), fls.61v°-62).

[87] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.700 - notas 3 e 4.

[88] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.698.

talvez entre 1256 e 1262 - altura em que o seu sogro foi rico-homem da corte de D.Afonso III como tenente de Riba Minho[89] - dela tendo tido um filho e uma filha:

VIII1 - *Martim Gil de Riba de Vizela II*, que segue;

VIII2 - MARIA ANES DE RIBA DE VIZELA, que c.c. Pero Fernandes Ponço das Astúrias[90] (Vd. ASTÚRIAS).

VIII1 - MARTIM GIL DE RIBA DE VIZELA II, ou **DE SOUSA**[91], rico-homem da corte de D.Dinis, onde surge a partir de 13 de Agosto de 1288[92], foi alferes-mor (1295-1312)[93], mordomo-mor do Infante D.Afonso (1302-1312)[94] e, finalmente, 2º Conde de Barcelos (1304-1312)[95].

Senhor da vila e condado de Barcelos, bem como de um vasto património, sobretudo

---

[89] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1006. Note-se que Dona Mília era sobrinha de Dona Inês Fernandes de Castro, mulher de Dom Martim Gil de Soverosa.

[90] A 1 de Janeiro de 1289, os seus pais, Dom Fernão Pires Ponço e Dona Urraca Guterres Mocho [Teles], deram a seu sogro todos os bens que possuíam no reino de Portugal, a título de arras da sua noiva, o que aquele outorgou entregando-os depois a Dona Maria Anes (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº85, nº3904 - doc. testemunhado por Dom Pero Martins da Romeira, Rui Pais Bugalho (vassalo de Dom Martim Gil?), Dom Pero Dias, Fernão Garcia de Seabra, Aires Gonçalves e Pero Dias, cavºs.). A título de curiosidade, esses bens situavam-se em Vimioso, Ribles(?), Campo, Vilar de Frades, Carrazedo, Alhariz, Castro, Midões, Freões, Ledra, Carvalhais, Montemel, Sambade, Lumiares, Vilaqueice e Palmeira.

[91] Por duas vezes em docs. (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº7, nº6, e BGUC, *Reservados - Mss. de João Pedro Ribeiro*, Cód.704, fl.69, respectivamente de 1 de Maio de 1305 e de 24 de Fev. de 1306), numa epígrafe (Maio de 1310 - cfr. M.J.BARROCA, *1996*, vol.II/2, nº522A), e, finalmente, no testº (1312 - *ML*.VI.578), fez-se designar como ***Dom Martim Gil de Sousa***.

[92] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº1, fls.239-241. Sem qualquer cargo, e sempre referido como filho do Alferes-mor, confirma os seguintes diplomas: IDEM, *ibidem*, Lº1, fls.247vº-248vº, 256vº-258, 269-270vº, Lº2, fls.48vº-50, 50vº-52vº, 90vº-91vº, 91vº-93vº e 99-99vº (1 de Junho de 1295). Confundindo-o com o pai, Braamcamp Freire indica-o na corte a partir de 1285 e refere-o como alferes-mor desde 1286 até 1312 (A.B.FREIRE, *1973*, vol.III, p.242).

[93] Vd. nota 79.

[94] A 17 de Jun. de 1302 surge-nos pela primeira vez como "Alferes-mor do Rei e Mordomo-mor do Infante" (A.CRUZ, *1938*, p.183, doc.LXXVIII); a última, a 5 de Set. de 1309 (ANTT, *Gavetas*, I-7-8), mas sabe-se que o foi até à morte. Também é referido como alferes-mor do mesmo Infante (*Cr7Reis*.II.45-46; R.PINA, *1945*, p.61), mas não encontrámos qualquer elemento que o confirmasse, tratando-se talvez de uma confusão com o cargo acima documentado.

[95] Desconhece-se a data exacta em que recebeu o título, mas a 15 de Outubro de 1304 recebeu de D.Dinis a vila de Barcelos, "da qual já era conde" (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fls.33-33vº). A partir desta data é sempre designado por *Dom Martim Gil conde*, título a que, por vezes, acrescentava o cargo de alferes e, mais raramente com os dois anteriores, o de mordomo do Infante. Nas Inq. de 1307-11 é a maior parte das vezes identificado apenas por *conde*.

registado pelas Inq. de 1307-11, e que em boa medida herdou de seus pais[96], viu-o aumentado através de préstamos ou por doações de ordens monásticas[97] e militares[98], e ainda de particulares[99] e régias[100]. Seria, porém, pela via matrimonial, que aquele património se viu ainda mais engrandecido. Com efeito, ao casar[101] com **VIOLANTE SANCHES TELO**, filha segunda do 1° Conde de Barcelos, tomou posse das honras e senhorios de Cervã, Atei, Sª Mª da Ribeira, Lemos, Mondim de Basto, as ferrarias do j. de Celorico de Basto e a fortaleza castelhana de Zagala[102].

---

[96] Para além dos já referidos a propósito de seu pai, e dos quais deverá ter herdado uma boa parte, as inq. citadas indicam-lhe bens honrados nos seguintes concelhos: Barcelos, Cabeceiras de Basto (3 casais e 2 lugares), Fafe (1 aldeia), Amarante (1 fg. e 9 casais), Felgueiras (1 fg., 1 lugar e 10 casais), Lousada (30 casais), Penafiel (2 fgs. e 21 casais) e Marco de Canaveses (2 lugares), e Trancoso (3 aldeias) - ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fls.43v°-48v°; 50v°; 62; 71-73 e 76v°.

[97] Em 1305, a abadª de **Arouca** deu-lhe em préstamo, em sua vida, os herdamentos que a sua tia, Guiomar Gil (vd. nota 66), tinha deixado ao most° em Porco, Vila Franca e Bouças Covas (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°7, n°6); em 1313, D.Dinis ordenou que esses mesmos bens fossem entregues ao most°, alguns dos quais tinham sido indevidamente comprados e eram então embargados pelo bastardo régio Fernão Sanches (IDEM, *ibidem*, gav.6, m°7, n°13); curiosa é a referência que temos a propósito do most° de **Bustelo**, ao qual, em Fev. de 1306, comunicou que, se esperava receber os direitos a que tinha direito como *natural*, também se comprometia a defendê-lo (BGUC, *Reservados - Mss. de João Pedro Ribeiro*, Cód.704, fl.69); com o most° de **Santo Tirso** fez um acordo, em Jun. de 1302, pelo qual reteria, em sua vida, os bens que a sua tia, Dona Constança Gil, tinha deixado ao most°, em troca de uma libra de cera anual (doc. sumariado por A.CRUZ, *1938*, p.183 - doc.LXXVIII); ao mesmo most° deixou também 3.000 lbs., a quintã e herdade de Galegos e a quintã de Chão de Coice, tal como a dita sua tia a recebera de D.Afonso III (*BL*.II.34-35); mas como o conde deixara muitas dívidas, sobretudo ao rei, D.Dinis só outorgou os legados a favor de Santo Tirso depois de receber do most° a quantia de 2.000 lbs. (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.82v°-83); finalmente, quanto a **S.Vicente de Fora**, já tivemos ocasião de o referir a propósito de seu pai (vd. nota 85).

[98] Já referidas a propósito de seu pai (vd. nota 86).

[99] Em 1307, a sua tia Dona Teresa Gil, por test°, deixou-lhe ficar a parte que ela tinha no couto de Brulhães e em Lesena(?) (A.RUCQUOI, *1992*, p.317); dois anos depois, a 5 de Set., em Algeciras, recebeu do seu cunhado, Pero Fernandes Ponço das Astúrias, tudo quanto este e os pais tinham em Portugal, e que haviam sido dados a sua irmã - entretanto falecida? - a título de arras (vd. nota 90), dando Dom Martim em troca Vimioso (ANTT, *Gavetas*, I-7-8 - doc. testemunhado por vários indivíduos que seriam vassalos do conde: Rui Pais Bugalho, Martim Gomes Taveira, Vasco Afonso Alcoforado, Rui Lourenço de Portocarreiro e Estêvão Mafaldo).

[100] Para além da vila de Barcelos, D.Dinis deu-lhe ainda as vilas de Viana do Alentejo e de Terena, no bispado de Évora, as quais, depois da sua morte, o monarca deu ao Infante D.Afonso (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.88v° - doc. de 17 de Out. de 1314). Teve também um sótão na fg. de S.Cristóvão de Lisboa, aforado por D.Afonso IV em 1330 (*CAIV*.I.251), o qual, ou foi arrestado para os bens da coroa em virtude das dívidas do conde, ou foi dado ou legado por quando D.Afonso ainda era Infante.

[101] Se o seu matrimónio foi contemporâneo do de sua cunhada Teresa Martins com o bastardo régio Afonso Sanches, aquele dataria dos finais de 1305 ou inícios do ano seguinte (vd. FAMÍLIA REAL - nota 154). O facto, porém, de Dom Martim Gil ter sido feito conde de Barcelos pouco depois da morte de seu sogro, poderá significar que já em 1304 estava casado com Dona Violante.

[102] É sabido que a herança dos bens de Dom João Afonso Telo II, 1° Conde Barcelos, levantou uma séria

Como rico-homem, e chefe da linhagem, Martim Gil parece ter cumprido os dois destinos familiares: por um lado, serviu fielmente a coroa como um dos principais membros da cúria régia[103]; por outro, e tal como o seu pai e, sobretudo o seu avô, abandonou o reino e, como este, morreu exilado em Castela[104]. São bem conhecidas as razões que levaram Dom Martim Gil ao exílio[105]. E, porventura, o seu testamento, datado de 23 de Novembro de 1312, será o testemunho mais eloquente do seu ressentimento para com o bastardo régio Afonso Sanches, seu cunhado e rival[106].

---

questão entre as suas duas filhas, ou melhor, entre os seus dois genros: o conde Dom Martim Gil e o bastardo régio Afonso Sanches (vd. FAM.REAL - nota 156). Essa questão parece ter ficado definitivamente resolvida em 1312, por intervenção arbitral de D.Dinis, que então entregou ao conde os bens referidos no texto (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fls.78-78v°). Já antes, porém, o conde detinha alguns deles, pelo que a resolução régia terá tido, sobretudo, a intenção de formalizar uma situação *de facto* já existente. Com efeito, a 2 de Outubro de 1310, a condessa Dona Violante fez alterar o seu test° de forma a que o marido, que era seu testamenteiro, pudesse retirar do *terço e do quinto* o que achasse necessário para pagar as despesas que tinha feito para reparar e refazer o castelo de Zagala (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Coimbra*, m°22 (DP), n°16). De resto, essas obras estão confirmadas pela existência de uma epígrafe, sita no próprio castelo, que as evoca (M.J.BARROCA, *1995*, vol.II/2, pp.1112-1118 - n°522A). Dona Violante terá falecido pouco depois daquela alteração testamentária, uma vez que por ocasião da decisão régia acima referida já tinha falecido.

[103] Em 1304 acompanhou D.Dinis quando este saíu do reino para arbitrar questões que opunham Castela a Aragão (*Cr.7Reis*, vol.II, p.51; R.PINA, *1945*, p.67; *ML*.VI.56-57). Em [1309], tendo Fernando IV de Castela pedido auxílio a D.Dinis para a conquista de Algeciras, este enviou-lhe 700 cavaleiros comandados por Dom Martim Gil (*Cr.7Reis*, vol.II, p.60 e R.PINA, *1945*, p.74). A data é confirmada pelo *Chronicon Domni Johannis Emmanuelis* (publ. por A.BENAVIDES, *1860*, vol.II, p.677). Segundo a *Cr.1344*, quem comandara a expedição portuguesa teria sido Dom Martim Gil, mas o Mestre de Cristo, (vol.IV, p.252 - nome confundido com Gil Martins? (vd. p.247). No entanto, tendo o ataque ocorrido em Agosto daquele ano (*Chronicon...*), o certo é que o conde de Barcelos se encontrava em Algeciras em 5 de Set., quando recebeu uma doação do cunhado (vd. nota 99). Não sabemos se por nomeação régia, o conde foi, em Nov. de 1304, o árbitro da contenda que opunha os diferentes herdeiros de Martim Afonso de Resende (ANTT, *Sala 25 - Most° de Rio Tinto*, m°4, n°54), tendo as suas decisões sido outorgadas por D.Dinis (IDEM, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, m°14, doc. s/n°).

[104] Desse abandono, mais grave ainda pela sua condição de alferes-mor do reino e de mordomo-mor do Infante D.Afonso, se queixou D.Dinis (*Cr.7Reis*, vol.II, p.97; R.PINA, *1945*, p.112).

[105] J.MATTOSO, *1985a*, pp.298-299.

[106] *ML*.VI.578-582 (como o texto se encontra publ., destacaremos apenas alguns aspectos que consideramos mais significativos). Das várias disposições testamentárias, sobressaem as preocupações do conde relativamente aos castelos e fortalezas que detinha (Zagala, Onibra, Gizo, Maçaeda, Vila Martim, Burguilhos, Freixial e Xerez), e aos bens que possuía, os quais, de forma alguma, deveriam chegar às mãos dos bastardos régios, sobretudo de Afonso Sanches (disposições que em grande medida falharam, sobretudo pela traição de alguns alcaides, entre os quais sobressai a figura de Estêvão Martins de Freitas, *o Maladante*, cuja atitude foi vivamente reprovada pelo sucessor de D.Martim Gil, o conde D.Pedro de Barcelos - *LL*44H6). Os principais beneficiários foram os most°s. de Santo Tirso (em 1336 o most° estava na posse de vários bens em Coimbra que tinham sido do conde - *CAIV*.II.45), Pombeiro e Paço de Sousa, o seu sobrinho Dom Pero Fernandes de Castro e o seu primo co-irmão, Dom Martim Anes de Briteiros. Do seu corpo de vassalos ali referidos, destacam-se Martim Gomes Taveira, que Martim Gil indica para mordomo do sobrinho e depositário dos bens que a este competiam, Fernão Vasques [Pimentel], seu mordomo, e João Anes, seu clérigo (e [chanceler], tal como se intitula na sua epígrafe funerária - cfr. M.J.BARROCA, *1995*, vol.II/2, pp.1260-1262 - n°580). Foi

Falecido pouco depois daquela data, e sepultado junto de sua mulher no most° de Santo Tirso[107], o 2° Conde de Barcelos não deixou descendência legítima. O *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* regista apenas a existência de um filho bastardo:

IX1 - AFONSO MARTINS [DE RIBA DE VIZELA], *que seve casado em Lixboa* (*LL*16F7), e sobre quem nada mais se soube[108].

Sobrinho-trineto, bisneto, neto e filho de alferes-mores e de mordomos-mores, Dom Martim Gil de Riba de Vizela, Conde de Barcelos, Alferes-mor de D.Dinis e Mordomo-mor do Infante D.Afonso, morre, assim, exilado e ressentido com o seu Rei. Mas, acima de tudo, terá morrido com a enorme amargura de não ter deixado filhos, de não poder, enfim, transmitir o impressionante património - talvez mais do que territorial - de prestígio político e social que a sua linhagem acumulara, testemunho de uma ascenção que guindara os *de Riba de Vizela* de "modestos" cavaleiros até condes.

seu testamenteiro Dom Raimundo de Cardona, seu primo co-irmão, e seriam por certo seus vassalos os cav°s. que testemunharam a sua "manda": Vasco Gonçalves Peixoto, Lourenço Gomes [Taveira], Geraldo Pires [de Abreu?], e Garcia Pais [de Moura?].

[107] Já em Fevereiro do ano seguinte o monarca mandava entregar ao most° de Arouca os bens que Dom Martim tivera em préstamo daquele most° (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°7, n°13). Sobre o seu túmulo, v.g. M.J.BARROCA, *1995*, vol.II/2, pp.1117-1118.

[108] É até possível que tenha falecido em vida de seu pai, uma vez que este nem sequer o refere no testamento.

RIBA DE VIZELA > SANDE
> MELO
> FREIRE
> ALVIM > LOBEIRA
> CAMBRA > LAMBAZ

Referidos muito sucintamente no texto introdutório aos senhores de Riba de Vizela, é altura de abordarmos os ramos secundários que deles derivam.

Quase todos de origem bastarda, com excepção dos de Cambra, seriam de esperar trajectórias medíocres, ensombradas pelo estigma de uma origem ilegítima. O parentesco com senhores tão poderosos, porém, poderá ter sido uma das razões, se não mesmo a principal, que contribuiu para atenuar aquele destino. Não de todas, por certo, mas é inegável que os de Melo, de Alvim e de Cambra, sobretudo os primeiros, conseguiram ultrapassá-lo.

Desta forma, poderíamos começar por tentar agrupar estas linhagens, de maneira a tornar mais fácil a sua análise[1]. Para o fazer, seguiremos uma metodologia já ensaiada anteriormente, e que assenta na análise de três vectores: património, alianças matrimoniais e contactos com a corte. Essa análise, de que a seguir apresentaremos as linhas principais, sugeriu-nos a constituição de dois grupos de linhagens: assim, por um lado, teríamos os de Sande e os Freires e, por outro, os de Melo, os de Alvim-Lobeira e os de Cambra.

Começemos pela análise do património, recordando que os de Riba de Vizela, a partir de um núcleo inicial situado em Guimarães e depois em Coimbra, se expandiram para múltiplas zonas do reino. Ora, as duas linhagens do primeiro grupo parecem fixar-se numa área restrita: os primeiros entre os rios Cávado e Ave e depois, já nos meados do séc.XIV até ao Lima; e os segundos na terra de Lafões[2]. As do segundo grupo, pelo contrário, orientaram

[1] Note-se, desde logo, que não consideraremos os Lambazes por insuficiência de dados.

[2] Convirá, aqui, chamar a atenção para um facto que nos parece importante: Sande, Melo, Freire e Alvim-Lobeira são todas de origem bastarda e descendentes de Paio Pires, irmão de Fernão Pires de Guimarães. Ora, só este, pai de Martim Fernandes de Riba de Vizela, parece ter feito parte dos chamados "cavaleiros de Coimbra", muito próximos de D.Afonso Henriques. A ser isto verdade, significa que os seus irmãos se ficaram pelo Entre-Douro-e-Minho, o que parece confirmado pelo próprio apelido Sande, retirado do nome de uma quintã do j. de Guimarães. Claro está, que o mesmo argumento deveria servir para as outras linhagens com a

os seus interesses para zonas mais variadas, que podiam ir desde o Entre-Douro-e-Minho, das zonas montanhosas da Beira interior ou dos vales do Vouga e do Dão, até ao litoral ou aos atractivos pólos urbanos de Coimbra, Leiria e Santarém. Tudo isto, naturalmente, sem iludir o facto de os de Melo ou os de Cambra, por exemplo, centrarem claramente os seus interesses, respectivamente, na região da Serra da Estrela e do vale do rio Vouga. Será, porém, com a análise dos outros dois factores, que melhor se compreenderá essa maior dispersão de interesses.

Na verdade, também quanto às alianças existe uma diferença nítida entre as linhagens dos dois grupos considerados. Assim, os de Sande aliam-se a famílias de nível inferior e com um âmbito de implantação muito restrito e local, como os de Oliveira, Alvelos ou da Mota; os Freires, cruzam-se com ramos de linhagens de nível mais elevado, como os de Lanhoso ou os Redondos, mas secundários. As famílias do outro grupo, tendo em conta as alianças com os Ribeiros, Gatos, Cunhas, Vinhais, Chacins ou Briteiros, revelam bem o seu maior prestígio e os seus contactos com os meios da corte.

Será, porventura, nestes contactos, que reside a principal causa de fractura entre os dois grupos. Os de Sande e os Freires não acusam qualquer relação com os meios cortesãos, e nenhum dos seus membros exerceu qualquer cargo que revelasse a mínima proximidade com esses círculos. Pelo contrário, as outras linhagens estavam-lhe intimamente ligadas, contando com conselheiros régios, alcaides ou meirinhos, e mesmo com barregãs de membros da família real.

Como é evidente, esta última "diferença" deverá ter sido decisiva para a diferenciação entre os vários ramos dos de Riba de Vizela mas, será na articulação dos três factores enunciados que melhor se compreendem as características que individualizaram cada um deles.

4.8.1. SANDE

A linhagem de Sande[3] descende de Paio Pires de Guimarães - já referido na

mesma origem. Contudo, deveremos notar que estas surgem depois dos de Sande, ou seja, num período em que os chefes do ramo principal já tinham atingido o topo da hierarquia, facto que, quanto a nós, os poderá ter beneficiado. Por outro lado, não deveremos perder de vista os outros factores que faltam enunciar e que, em articulação com o do património, permitem uma análise mais correcta das características e da evolução de cada uma destas linhagens.

[3] A grafia varia, mesmo nos livros de linhagens, entre *Sande* e *Sandim*. Optámos pela primeira hipótese, uma vez que é a forma apresentada pelos textos das inq., relativamente ao nome da quintã de **Sande**, e da qual

reconstituição genealógica dos de Riba de Vizela (**III1**) - através do seu seu filho bastardo, Fernão Pires de Sande, o primeiro que os livros de linhagens indicam com este "apelido" (*LL*45P2).

Centrado no concelho de Guimarães, onde possuía a quintã de Sande, o património da linhagem estendia-se, no séc. XIII, até aos concelhos vizinhos de Lanhoso, Fafe, Famalicão e Braga. Como única nota discordante deste panorama, encontrámos alguns bens situados na fg. de Travanca (c. de Oliveira de Azeméis), proveniente da aliança de João Fernandes I com uma família daquela zona. No entanto, e na passagem para a centúria seguinte, esses bens parecem ter sido abandonados. Com efeito, e para além dos bens situados nos concelhos acima referidos, e que se mantiveram no séc. XIV, os de Sande alargaram os seus interesses ao vale do Neiva e ao c. de Vila Verde, a Norte, até Vila do Conde, mais a Sul. Mantinham-se, no entanto, e como já tínhamos dito, na área compreendida entre as margens do Cávado e do Ave.

As alianças matrimoniais com famílias de pouco prestígio e a falta de contactos com a corte, são os traços que completam o quadro de caracterização desta linhagem.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

De Fernão Pires de Sande e de, quanto a nós[4], uma senhora desconhecida, terão nascido:

V1 - *[João Fernandes de Sande I]*, que segue;

V2 - PERO FERNANDES DE SANDE, freire Templário omitido pelos livros de

a linhagem deverá ter adoptado o apelido.

[4] Em *LL*45P3 indica-se para Fernão Pires um casamento e uma sucessão de filhos que nos levanta sérias de reservas. Em primeiro lugar, a sucessão de patronímicos: que Fernão Pires usasse o mesmo patronímico que seu pai, em vez de **Pais**, não causa estranheza, atendendo à ocorrência relativamente frequente dessa "infracção"; agora, que o seu filho Fernão, usasse o patronímico **Anes** (*LL*45P3), é que já nos custa aceitar. Em segundo lugar, o matrimónio: a mesma fonte afirma que c.c. Urraca Esteves Malhoo. Ora, esta senhora era irmã de Maria Esteves Malhoo, mulher de Pero Soares de Alvim, seu sobrinho-neto! Por outro lado, é por demais improvável que o seu filho, o referido Fernão "Anes", ainda pudesse estar vivo em 1284, sendo da mesma geração que o pai de Gil Martins de Riba de Vizela... Estas incongruências levaram-nos a pensar que poderia ter existido uma geração intermédia, omitida pelos nobiliários, entre Fernão Pires e Fernão Anes. E nem será muito forçado propor o nome de João a esse hipotético filho de Fernão Pires, uma vez que foi o nome dado por Fernão Anes ao seu filho mais velho. Além do mais, a existência de um Pero Fernandes de Sande, muito provavelmente filho de Fernão Pires, mais nos faz crer naquela possibilidade.

linhagens, e já falecido em 1270[5].

V1 - [JOÃO FERNANDES DE SANDE I], que poderá ter c.c. **URRACA ESTEVES MALHOO**, e que, assim, seriam os pais de[6]:

VI1 - *Fernão Anes de Sande*, que segue;

VI2 - SANCHA ANES DE SANDE, que c.c. Rui Martins de Oliveira (Vd. OLIVEIRA).

VI1 - FERNÃO ANES DE SANDE, que apenas encontrámos através dos textos das inq. dionisinas, surge-nos referido pela primeira vez nas Inq. de 1284, juntamente com outros *fidalgos* [da honra] *de Baesteyros*[7], a honrar vários lugares da fg. de S.Martinho de Travanca, no j. de Figueiredo (hoje c. de Oliveira de Azeméis)[8], sendo lógico admitir que a sua presença nesta região se devia a herança materna[9]. A partir das inq. seguintes, sobretudo nas de 1288-90, só é referido a propósito dos bens situados a Norte do rio Ave, concretamente nos j. de Penafiel de Bastuço, Guimarães e Lanhoso, entre os quais se destacavam as honras de Arnoso e, naturalmente, de Sande[10]. Pelo seu casamento com **MARIA ANES DE GUIMARÃES**[11], Fernão

[5] A 12 de Março desse ano, o comendador da bailia de Lisboa mandou entregar a Dom João de Aboim todos os bens que tinham pertencido a Dom Pero Fernandes de Sande, sitos na bailia de Sintra - 3 casais, uma vinha na fg. de S.Miguel de Alcainça e o padroado da respeciva ig. - que a Ordem do Templo dera em préstamo a Dom João (*LBJP*, doc.CXIX).

[6] Atendendo ao que ficou exposto na nota já aceitamos que, cronologicamente, seja possível o casamento de Urraca Esteves com [João Fernandes], e não com o pai deste.

[7] Entre eles encontrava-se Dona Maria Esteves [Malhoo], viúva de Pero Soares de Alvim, ou seja, irmã de Urraca Esteves, que referimos como mãe de Fernão Anes, facto que parece corroborar as nossas propostas de filiação e de sequência de gerações.

[8] Pela honra de Besteiros, honravam os l. de Besteiros, Travanca, Damonde e Nespereira de Jusã (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.33v°-34).

[9] Os inquéritos régios posteriores não voltam a referi-lo nesta zona, mas não é de crer que tivesse abandonado a sua posição na honra de Besteiros.

[10] A honra que possuía, juntamente com a sua linhagem, na fg. de S^{a} Mª de Arnoso (j. de Penafiel de Bastuço, hoje no c. de Vila Nova de Famalicão), tinha sido anteriormente de um Ramiro Pais (seria filho de Paio Pires de Guimarães?), e tinha sido alargada ao longo dos tempos através de vários estratagemas mas, ao que parece, sobretudo com Fernão Anes (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.32-32v°), pelo que as Sentenças de 1290 só conservaram a honra dentro dos antigos limites (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fls.71v°-72); já quanto à quintã de Sande, localizada na fg. de S.Clemente de Sande, no j. de Guimarães, as mesmas Sentenças mantiveram a honra da quintã, bem como 8 casais de most°s. e de igs. que a mesma honrava (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-6, Perg.7); no j. de Lanhoso, fazia honra de um casal que trazia por préstamo do

Anes acedeu a certos bens no j. de Freitas[12]. Ainda vivia aquando das Inq. de 1303-1304[13], mas já tinha falecido quando se realizaram as inq. seguintes, em 1307-11, sendo já os seus filhos que detinham bens na fg. de Sª Mª de Vermuim (c. de Vila Nova de Famalicão)[14]. Deste casamento nasceu[15]:

VII1 - *João Fernandes de Sande II*, que segue;

VII1 - JOÃO FERNANDES DE SANDE II, cavaleiro[16] documentado a partir das Inq. de 1301, as quais registaram o facto de ele honrar as fgs. de Sª Mª de Arnoso, de Cesures e de Jesufrei (c. de Vila Nova de Famalicão), a partir da honra de Arnoso[17]. As Inq. de 1307-11 dão-nos conta de bens nos j. de Penela e de Aguiar de Neiva[18] e,

---

most° de Sande, sito na fg. de Serzedelo, e que as ditas Sentenças mantiveram honrado (IDEM, *LN - Inq. de Além Douro*, fl.17v°).

[11] Ainda era parente de Fernão Anes, já que era bisneta de Sancha Martins de Riba de Vizela (*LL*44A4-5). Este parentesco vem, de novo, realçar as evidentes falhas na sequência de gerações indicadas pelos livros de linhagens para os de Sande, e que, mais do que nunca, reforça a nossa proposta de inclusão de uma geração suplementar. Com efeito, e como dissemos, Maria Anes era bisneta de Sancha Martins, e esta era sobrinha-neta de Paio Pires de Guimarães, bisavô de Fernão Anes, o que dá uma diferença de duas gerações entre os dois cônjuges. No entanto, o casamento pode-se aceitar, se entrarmos em linha de conta com as inevitáveis, e reais, diferenças de idades de nascimento e de casamento entre indivíduos da mesma geração.

[12] As já referidas Sentenças de 1290 informam-nos que Fernão Anes detinha a quintã do Corvo, na fg. de S.Pedro de Freitas (c. de Fafe), a qual tinha sido de Dom Estêvão [Anes] de Freitas, [avô de sua mulher], mas como se encontrava em terra reguenga foi devassada (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-6, Perg.11). Por compra, teve outros herdamentos na mesma fg., os quais honrava indevidamente e como tal também ficaram devassados (IDEM, *ibidem*, VIII-3-6, Pergs.11-12).

[13] Nesta ocasião são de novo referidos os abusos que praticara na fg. de S.Pedro de Freitas, e nos quais, de resto, insistia (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-5). Curiosamente, as Inq. de 1343 ainda o recordavam, por um paço que possuíra na mesma fg. (IDEM, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.67).

[14] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.63.

[15] Como vimos, o texto das Inq. de 1307-11 fala de *filhos*, mas só encontrámos notícias relativas a um.

[16] Em 1302 testemunhou uma doação feita por João Durães de Froião, também cav°, a favor de Martim Anes de Briteiros I (ADB, *Gav. dos Coutos e Honras*, n°85).

[17] A honra já foi referida a propósito de seu pai (vd. nota 10). A diferença de 1288-90 para 1301 é o facto de, entretanto, ter sido criada uma honra nova a par da velha (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.7). As Inq. de 1307-11 assinalam a mema situação (IDEM, *ibidem*, L°6, fls.52v°-53).

[18] No primeiro julgado, por uma teiga de cevada e um cabrito defendia um homem da fg. de Duas Igrejas (c. de Vila Verde); no segundo, é interessante o caso da fg. de Sª Mª de Ardegão (c. de Ponte de Lima), onde uma sua filha fora entregue por Martim Viegas, seu homem, a um foreiro, e de onde regressou ao fim de 9 dias, trazendo com ela 2 vacas, 8 carneiros, 60 galinhas e 400 pães! (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fls.28v° e 41, respectivamente).

naturalmente, no j. de Freitas, onde João Fernandes deu continuidade aos abusos paternos[19]. Casado com **LEONOR RODRIGUES ALVELO**, faleceu antes de 1325[20], tendo tido, segundo o Conde D.Pedro (*LL*45P5), os filhos seguintes:

VIII1 - JOÃO ANES DE SANDE, escd°, que nos surge pela primeira vez em 1311, como testemunha de Dom João Rodrigues de Briteiros. Volvidos mais de vinte anos, concretamente em 1334, aparece envolvido com o seu irmão Gonçalo numa contenda com o most° de Vairão, em razão das suas comedorias naquele cenóbio[21]. O livro de linhagens acima referido desconhecia se ele tinha tido filhos (*LL*45P6).

VIII2 - *Rodrigo Anes de Sande*, que segue;

VIII3 - GONÇALO ANES DE SANDE, também escd°, e que acima vimos, em 1334, a ter que devolver vários bens ao most° de Vairão, onde era *natural. Morreo sem semel* (*LL*45P5).

VIII4 - MARIA ANES DE SANDE, que c.c. Gomes Fernandes da Mota (Vd. MOTA).

VIII5 - SENHORINHA ANES DE SANDE, que c.c. Martim Martins Redondo I (Vd. REDONDO).

VIII6 - GUIOMAR ANES DE SANDE, freira em S[a] Clara de Vila do Conde (*LL*45P5).

VIII2 - RODRIGO ANES DE SANDE, cav° que, pelas Inq. de 1307-11, sabemos ter sido criado na fg. de Duas Igrejas, no j. de Penela[22], e que, segundo as Inq. de 1343, trazia em nome do rei as terras [freguesias] de Ribeira, Gemieira, Gondufe, Beiral do Lima, Gândra e Sandiães (c. de Ponte de Lima) e as de Pedregais[23] e Godinhaços (c. de Vila

[19] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.69.

[20] Nesse ano, a 28 de Jan, a sua mulher, já viúva, comprou um casal na fg. de S.João da Ponte (c. de Guimarães), por 200 lbs. (ANTT, *Sala 25 - Coleg[a] de Guimarães*, m° 23 (DP), n°14).

[21] Foram obrigados a devolver dinheiro e bens que tinham roubado no couto de Vairão porque, tendo pedido as naturas, a abad[a] deu-lhas como a escudeiros, o que eles não aceitaram já que queriam receber o que competia aos infanções, que não eram, tendo então cometido aqueles roubos (ANTT, *CD - Most° de Vairão*, m°8, n°76).

[22] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°6, fl.28v°.

[23] Nesta fg. possuía a honra de Pedregais, cuja posse lhe foi confirmada em 1331 (*CAIV*.III.327).

Verde), todas então no j. de Penela[24]. Sabe-se que c.c. **ESTEVAÍNHA FERNANDES CAMELO** (*LD*4U9), mas os livros de linhagens admitiam não saber se Rodrigo Anes tinha tido filhos (*LL*45P6). Na verdade teve-os, e em 1339 é referido com eles - mas sem os seus nomes - como cavaleiro *natural* do most° de Mancelos[25].

[24] ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fls.108v°-113v°.

[25] L.M.V.SÃO PAYO, *1987a*, p.61.

4.8.2. MELO-FREIRE

Tal como os de Sande, também os de Melo, Freire e de Alvim[1], provêm dos de Riba de Vizela por via bastarda. Raimundo Pais, que já referimos no texto sobre o ramo principal (**IV1**), meio-irmão do progenitor dos de Sande, teve também um filho bastardo, Soeiro Raimundes de Riba de Vizela. Ao contrário do seu tio Fernão Pires de Sande, Soeiro Raimundes, mesmo sendo bastardo como aquele, terá beneficiado dos contactos de seu pai na corte: Raimundo Pais, para além de ser legitimamente casado com uma neta de Egas Moniz de Riba Douro, era primo-direito do alferes-mor Martim Fernandes, razões suficientes para explicarem o seu exercício nas tenências da Covilhã (1197-99), de Gouveia (1201-11), e de Besteiros (1211-12)[2]. O facto de Soeiro Raimundes ter sido tenente de Aguiar da Pena (1200), e de ter chegado mesmo ao cargo de alferes-mor (1211)[3], são os testemunhos irrefutáveis daquele benefício. Também não será de estranhar que as gerações seguintes tenham conseguido manter esta situação, sobretudo a partir de D.Afonso III.

Estas circunstâncias favoráveis, que permitiram ultrapassar o estigma de uma origem ilegítima, teriam que se traduzir necessariamente numa evolução bem diferente daquela que conhecemos com os de Sande.

Antes de mais, pelo património. Já vários autores, entre os quais José Mattoso e Leontina Ventura[4], destacaram a importância fundiária dos de Melo na Beira, onde terão fundado a honra de Melo (c. de Gouveia), nos finais do séc. XII ou nos inícios da centúria seguinte, e da qual retiraram o apelido. A expansão para Sul, porém, e conforme aqueles autores também destacaram, não implicou o abandono das propriedades situadas no Entre-

---

[1] Por razões de ordem prática e de maior clareza do texto genealógico, excluímos deste texto os de Alvim, os quais, juntamente com os Lobeira, serão tratados no capítulo seguinte.

[2] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1015-16 e 1035, respectivamente.

[3] L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.1009 e 992, respectivamente.

[4] J.MATTOSO, *1981*, pp.323 e 325-326; L.VENTURA, *1992*, vol.II, pp.668-669. Sobre a evolução da linhagem e a transmissão da honra de Melo, com especial incidência para a segunda metade do séc. XIV e para a centúria seguinte, cfr. I.C.PINA, *1993*.

Douro-e-Minho, donde provinham. Daí que, a par dos inúmeros bens que possuíam nos c. de Gouveia, Seia, Manteigas, Guarda, Sátão, Sortelha, Covilhã, Linhares ou Tábua - e que exprimem a participação da linhagem no processo de senhorialização das Beiras - mantivessem os seus interesses nos c. de Guimarães, Felgueiras, Ponte de Lima, Barcelos, Baião, Marco de Canaveses ou Mesão Frio, sem descurar a sua presença em núcleos urbanos mais litorais como o Porto, Coimbra ou Leiria.

Naturalmente que a proximidade ao trono e o património acumulado permitiram aos senhores de Melo uma política de matrimónios que reforçasse as suas posições: Cunha, Vinhal, Correia, Redondo, Chacim, Resende ou Pacheco são algumas das famílias com quem cruzaram o sangue e os interesses, e que espelham bem a sua política de manutenção de estatuto e de poder.

Quanto aos Freires, e como já referímos, o panorama é bem diferente. Sem um património de vulto e sem contactos com a corte, não seriam, por certo, as alianças com ramos secundários dos de Lanhoso ou dos Redondo, que poderiam alterar a evolução conhecida. De resto, a linhagem não passou da geração dos netos de Soeiro Raimundes.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Soeiro Raimundes de Riba de Vizela foi, como já dissemos, o progenitor dos de Melo, dos Freires e dos de Alvim. Rico-homem, alferes-mor e tenente de Aguiar da Pena no reinado de D.Sancho I[5], foi casado com Urraca Viegas Barroso[6], de quem teve[7]:

[5] Viveu, contudo, até ao reinado de D.Sancho II, como nos informam as Sentenças de 1290, a propósito dos seus bens situados nos j. de Celorico de Basto, Felgueiras, Gondomar e Covilhã: assim, no primeiro, teve a quintã de Pousada (fg. de S.Miguel de Carvalho), que honrava 9 casais, estando a quintã, àquela data, na posse de seu neto Martim Pires de Alvim; no entanto, as Sentenças devassaram alguns herdamentos abusivamente anexados à honra por Dona Urraca Viegas (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-3, Perg.5); no segundo, possuíra a quintã de Revinhade, honrando por ela toda a fg. de Sª Mª de Revinhade, tal como os seus netos faziam em 1290 (IDEM, *ibidem*, VIII-5-3, Perg.4); no terceiro, tivera duas casas, uma na fg. de S.João da Foz do Sousa e outra na de S.Cosme (IDEM, *ibidem*, VIII-3-2, Perg.9); no último, finalmente, comprara e honrara, no tempo de D.Sancho II, 6 casais na fg. de Teixoso, que então estavam na posse de seu neto Afonso Pais Correia (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, Lº9, fl.34).

[6] Para mais dados sobre este casal, vd. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.667 - notas 5 e 6.

[7] Sem qualquer especificação, "os seus filhos" pretenderam usurpar o direito de padroado da ig. de S.Cristóvão de Abação, no c. de Guimarães (*GEPB*.XXXVII.433).

VI1 - *Mem Soares de Melo I*, que segue;

VI2 - PERO SOARES DE ALVIM (Vd.*RIBA DE VIZELA* > **ALVIM**).

VI3 - LOURENÇO SOARES FREIRE, documentado pela primeira vez em 1241, a doar à Sé do Porto, juntamente com o seu irmão Mem Soares, o direito que tinham no padroado da ig. de Sª Cruz de Riba Leça[8]. Entretanto falecido, só volta a ser citado pelas Inq. de 1288-90, a propósito da casa e honra que fizera no tempo de D.Sancho II, numa herdade do mostº de Santo Tirso, localizada na fg. de S.Cosme (j. de Gondomar)[9], e da quintã de S.Cosmade (fg. de S.Julião de Zurara, j. de Zurara), que ele tinha comprado a homens foreiros - no reinado seguinte - e honrado[10]. Foi c.c. **MARIA RODRIGUES FAFES**, de quem teve os seguintes filhos:

VII7 - RUI LOURENÇO FREIRE, sobre quem não temos qualquer notícia, a não ser a de que morreu sem descendência (*LL*30G4).

VII8 - PERO LORENÇO FREIRE, *que foi casado com uma vilã no Crato* (*LD*17F8), e, provavelmente também, morto sem descendentes (*LL*30G4).

VII9 - GUIOMAR LOURENÇO FREIRE, que c.c. João Anes Redondo Vd. REDONDO).

VII10- CONSTANÇA LOURENÇO FREIRE, que c.c. João Martins, *o Trovador*[11].

VII11- TERESA LOURENÇO FREIRE[12].

VI4 - GONTINHA SOARES DE MELO, que c.c. João Pires Redondo I (Vd.

---

[8] *CCSP*, pp.55-56.

[9] ANTT, *Gavetas*, VIII-3-2, Perg.9 (manteve-se honrada após as Sentenças de 1290).

[10] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.48 (então na posse de seus filhos, ficou devassa pelas Sentenças de 1290 - IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.23).

[11] Sobre este indivíduo, filho do também trovador Martim Soares, vg. P.AZEVEDO, *1897b* e *1918*, e para o seu pai o trabalho mais recente de A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.386-388.

[12] A documentação publicada em alguns dos trabalhos cit. na nota anterior, não deixam dúvidas de que João Martins, Trovador, casou com Constança (*LV*1AS11 e *LD*17E7), e não com Teresa (*LL* 30G4). Tal facto, porém, não impede que esta tenha existido.

REDONDO).

VI5 - TERESA SOARES DE MELO, que c.c. Geraldo Afonso de Resende (Vd. RESENDE).

VI1 - MEM SOARES DE MELO I, rico-homem, conselheiro e privado de D.Afonso III, foi tenente de Gouveia (a.1258), e provavelmente também de Leiria (1254)[13]. Documentado a partir de 1241, surge permanentemente na corte entre 1248 e 1262, data provável do seu falecimento. O seu património distribuía-se por duas regiões distintas: a Norte, um núcleo centrado no c. de Guimarães e alargado a concelhos mais ou menos limítrofes (Felgueiras, Gondomar, Porto e Matosinhos)[14]; um outro, mais a Sul, na Beira Interior, que, assentando sobretudo no c. de Gouveia, se estendia até aos c. de Seia, Sátão e Tondela[15]. Mercê das posições ocupadas na corte, possuiu também bens em Leiria, ponto mais meridional da sua expansão. Património que, em linhas gerais, reproduzia o modelo de expansão dos de Riba de Vizela.

Perfeitamente articulado com a sua carreira e com a geografia dos seus bens está também o seu casamento com **TERESA AFONSO GATO** - de um ramo secundário dos Velhos fortemente implantado na Beira -, filha de Dom Afonso Pires Gato, tenente da Guarda[16]. Já casados em Junho de 1243, receberam nesta data parte de uma herdade situada entre Covilhã e Manteigas[17]. Dona Teresa Afonso, que algumas vezes surge apelidada *de Melo*, encontra-se bastante bem documentada, já depois de viúva, desde 1265[18] até 1294, ano em que instituiu a capela de Sª Catarina no mostº de

---

[13] A sua biografia e o seu património foram recentemente reconstituídos (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.I, pp.359-360, e vol.II, pp.667-669, e "Anexos às Prosopografias"), pelo que, salvo indicação em contrário, os dados referidos a partir daqui são retirados daquele trabalho. Quanto à hipótese de ter sido tenente de Leiria, vg. S.A.GOMES, *1995*, p.235.

[14] Teve também bens nos c. de Lousada e da Maia (*GEPB*.XXVI.437 e XXVII.629).

[15] No tempo de D.Afonso III ganhou o l. do Ameal (j. de Sortelha, hoje c. de Sabugal); honrou a aldeia de Carvalhal Redondo, que trazia emprazada pela O. de Avis, e também a aldeia dos Cinco, por uma quintã, meia casa e uma vinha que aí ganhou, ambas no c. da Covilhã (ANTT, *Inq. de D.Dinis* , Lº9, fls.33-34vº).

[16] Vd. biografia de Afonso Pires GATO (BAIÕES>VELHO>**GATO**).

[17] (ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Clara de Coimbra*, mº1 (DP), nº1). Receberam a doação do "concelho" de Grandela (hoje l. da fg. de Faia, c. da Guarda). Pelo matrimónio, Mem Soares surge também com propriedades no c. de Castelo de Paiva (L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.667 - nota 7).

[18] Naquela primeira data recebeu em préstamo da O. do Templo a aldeia de Sardaça, no t. de Folgosinho, dando em troca 25 lbs. anuais, devendo a dita aldeia regressar, por sua morte, à posse da ordem, acrescida de um casal em Melo (Joaquim de Santa Rosa de VITERBO, *Elucidário (...)*, vol.II, p.600). Anos depois, em 1281, reconheceu e outorgou algumas doações feitas por seus pais à O. de Avis (aldeia de Anho, no t. da

Maceiradão[19].

Deste casamento ficou descendência, que trataremos a seguir. Antes, porém, refira-se que Dom Mem Soares também teve *um filho em barregam que houve nome* (*LV*1BB10):

VII6 - SOEIRO MENDES DE MELO, referido pela primeira vez pelas Inq. de 1258, a propósito de uma herdade foreira do rei que tinha comprado no c. de Mangualde[20]. Trinta anos depois surge-nos como cav°, a testemunhar uma doação feita pelo most° de S.Domingos de Lisboa a favor de Dom Martim Anes de Soverosa, de quem poderá ter sido vassalo[21]. Ainda vivo em 1308, residindo então em Rio Torto, no t. de Gouveia, e designando-se como *cav° de Melo*, autorizou os seus filhos a alienarem ao cab° de Viseu, da forma que entendessem, os bens que tinham recebido da parte dos seus avós maternos[22]. Tal como dissemos, teve filhos, omitidos pelos nobiliários:

VIII6 - MEM SOARES DE MELO II, *cav° de Viseu*, que acima vimos, em Set. de 1308, a ser autorizado pelo pai a alienar certos bens que recebera dos avós maternos, mas que conheçemos desde Junho desse ano, quando o irmão lhe doou os bens que também herdara daqueles, pelo "muito amor, muita ajuda e muita criação" que de si tinha recebido[23]. Dois anos depois, sendo referido apenas como cav°, e estando em Gouveia, testemunhou as partilhas feitas entre Martim Fernandes de Cambra e as

---

Guarda, uma herdade em Várzea de Susã e Travancinha, na terra de Seia), quitando-se da parte que lhe ficara desses bens aquando das partilhas realizadas com os seus irmãos mas acordando, também, ficar com essa parte enquanto vivesse, dando à ordem uma adega que tinha comprado na Covilhã (ANTT, *Ordem de Avis*, n°332 - doc. de 2 de Nov., testemunhado pelo cav° Estêvão Anes). As Inq. de 1288-90 também a referem, nomeadamente em relação a bens que usurpara, já depois de enviuvar, nos j. de Gouveia e de Seia (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fls.62 e 64, e *ibidem*, L°9, fls.36-37).

[19] *ML*.V.216 (ref. por A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.409, e por R.C.GOMES, *1987*, p.122).

[20] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.668.

[21] ANTT, *Sala 25 - Most° de S.Domingos de Lisboa*, L°14, fl.3.

[22] ADV, *Pergaminhos*, m°25, n°57 (doc. de 27 de Setembro, testemunhado pelo escd° Martim Fernandes de Cambra). Os seus sogros foram João Pires e Dona Teresa de Orgens, mas desconhecemos o nome de sua mulher a quem, à partida, atribuímos o patronímico "Anes".

[23] ADV, *Pergaminhos*, m°26, n°5 (doc. testemunhado por Pero Gil, escd° de Espinho).

irmãs[24]. Não sabemos se casou ou se teve filhos.

VIII7 - LOURENÇO SOARES DE MELO, escdº que só encontrámos em 1308, nos diplomas referidos a propósito de seu pai e de seu irmão. Também não sabemos se casou[25].

Vejamos, então, a descendência legítima de Dom Mem Soares de Melo I e de Dona Teresa Afonso Gato:

VII1 - *Afonso Mendes de Melo*, que segue;

VII2 - RUI MENDES DE MELO, *Beiçana* (*LV*1BB10), sobre quem só sabemos que casou com **MOR MARTINS DO VINHAL**[26], de quem teve:

VIII4 - LEONOR RODRIGUES DE MELO, que c.c. Martim Gonçalves Redondo (Vd. REDONDO).

VIII5 - MARIA RODRIGUES DE MELO, freira de Sª Clara de Coimbra omitida pelos livros de linhagens. Em 1343, estando de partida para o mostº de Sª Clara de Benavente de Campos, para onde ia acompanhar a sua parente Teresa Afonso de Melo, ali eleita abadª, confirmou a entrega dos seus bens a Sª Clara de Coimbra, tal como o tinha feito quando ali professou[27].

VII3 - MARIA MENDES DE MELO, que c.c. Paio Pires Correia I (Vd. CORREIA).

VII4 - TERESA MENDES DE MELO[28].

---

[24] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.5, mº10, nº43.

[25] Ainda chegámos a pôr a hipótese de Lourenço Soares ser o pai de Mem Lourenço do Fôjo (*LL*36AH10), mas os dados para essa eventual ligação são muito ténues.

[26] Filha do rico-homem Martim Anes do Vinhal, depois de enviuvar de Rui Mendes c.c. Gonçalo Anes Correia I, sobrinho, por afinidade, de Maria Mendes de Melo, irmã de seu primeiro marido. Temos alguns dados para Dona Mor Martins, e que a documentam entre 1304 e 1314, relativos à sua segunda aliança, pelo que os citaremos quando tratarmos desta (Vd. CORREIA).

[27] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sª Clara de Coimbra*, mº1 (DR), nº11 (doc. de 11 de Fev.). A ida de Maria Rodrigues para Benavente é referida por M.ESPERANÇA, *1656-66*, 2ª Parte, p.58.

[28] Apenas referida em *LV*1BB10, casada com o marido atribuído por *LD* e *LL* a sua irmã Maria. Terá existido, ou será uma confusão daquela primeira fonte?

VII5 - SANCHA MENDES DE MELO, monja de Arouca ignorada pelos livros de linhagens, encontra-se referida em 1286, recebendo então de sua mãe a quintã de Vila Verde, no c. de Castelo de Paiva, a qual, quando morresse, ficaria para o seu most°, como reconhecimento do bem que tinha recebido da abad° Dona Luca Rodrigues de Valadares[29].

VII1 - AFONSO MENDES DE MELO, cav° que naturalmente terá frequentado a corte, onde o encontrámos em 1261 a testemunhar a concessão de carta de couto a Portel[30]. Falecido antes de 1304[31], foi c.c. **INÊS VASQUES DA CUNHA**, de quem teve:

VIII1 - *Martim Afonso de Melo I*, que segue;

VIII2 - PERO AFONSO [DE MELO] PORTUGAL[32], *e este Pero Portogal matarom-no per justiça, e nom houve semel* (*LL*30S5).

VIII3 - LOPO AFONSO DE MELO, cav° que em 1304 fez partilhas com o seu irmão Martim Afonso dos bens que lhes ficaram de seus pais, entre os quais avulta a honra e quintã de Melo[33]. Já em 1310 estava c.c. **GUIOMAR GIL DE CHACIM**, com quem surge envolvido numa contenda com Fernão Anes de Portocarreiro[34]. Notável, porém, é o seu testamento, feito em Melo, a 8 de Maio

---

[29] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.667 - nota 7.

[30] *LBJP*, doc.VIII.

[31] A 22 de Out. desse ano os seus filhos fizeram partilhas dos bens paternos, mas a data estará provavelmente mais próxima do falecimento de Dona Inês do que da sua, a qual, atendendo à sua total ausência da documentação, talvez tenha ocorrido alguns anos antes. Quanto aos seus bens, teremos ocasião de os referir em pormenor nas biografias dos seus filhos.

[32] Apelido do avô materno de Dona Inês Vasques, sua mãe.

[33] À referida quintã anexava tudo o que havia nos t. de Folgosinho e de Gouveia; Vila Cortez, no t. de Linhares; a vila de Arcozelo, no t. de Gouveia, com um pardieiro junto à albergaria; a quintã de Vitorino de Piães e os casais de Aborim e de Cossourado; finalmente, tudo o que havia em Ponte de Lima e em Barcelos (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Coimbra*, m°1 (DR), n°11 - doc. de 22 de Out., testemunhado por Gil Fernandes, cav°, e por Pero Martins, escd°). As partilhas contemplavam uma cláusula bastante curiosa, segundo a qual nenhum dos dois irmãos poderia morar ou construir casa nas terras do outro. Disposição essa que, como veremos, trouxe graves diferendos entre as gerações seguintes.

[34] A contenda derivava da posse de um herdamento que um irmão de Fernão Anes tinha vendido a Mem Rodrigues de Vasconcelos, e que Lopo Afonso e a mulher usurpavam. Chegando a acordo, o casal pagou a Fernão Anes a quantia de 20 lbs. e 2,5 soldos (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Coimbra*, m°22 (DP), n°3 - doc. de 5 de Maio, testemunhado por João Pires do Vale).

de 1325[35], e no qual nomeia testamenteira a sua única filha:

IX7 - TERESA AFONSO DE MELO, referida pela primeira vez em 1321, quando Pero Anes, seu homem, testemunhou uma composição feita entre os priores das igs. de S.Pedro e de S.Julião de Gouveia[36]. Em 1325, como dissemos, é nomeada por seu pai como herdeira e testamenteira[37]. No ano seguinte, e já como *Dona de Santa Clara de Coimbra*, e devidamente autorizada, arrendou a quintã de Vitorino de Piães, durante 10 anos, pela renda de 10 lbs. anuais[38]. Passados alguns anos, e tendo sido eleita abad[a] de S[a] Clara de Benavente de Campos, Dona Teresa Afonso, em Fev. de 1343, ainda como freira de S[a] Clara de Coimbra, confessou perante a abad[a] Dona Isabel de Cardona que, quando tinha professado, fizera doação de todos os seus bens ao most[o] e que nesta data, de partida para Benavente, reafirmava essa doação. Foi acompanhada pela sua prima

[35] Das disposições relativas à filha - e que fazem deste test[o] um testemunho único - falaremos na biografia daquela. Quanto às disposições testamentárias, sobressaem as doações pias à ig. de Santo Isidro de Melo - a leira da vinha do Figueiral Chão e 10 lbs., mais 205 lbs. para missas - onde queria ser sepultado. A este título, são interessantes as suas exigências: primeiro, deveriam fazer uma campa muito boa onde depositariam o corpo para que, depois, quando os ossos estivessem limpos e "com a carne comida", os metessem numa arca muito bem feita e *pancada*(?), e a colocassem na parede igual com o altar de São Brás, na referida igreja (ANTT, *Sala 25 - Most[o] de S[a] Clara de Coimbra*, m[o]2 (DP), n[o]36). Faleceu antes de 16 de Abril de 1326, data em que a sua filha arrendou bens que lhe ficaram por sua morte.

[36] ANTT, *Sala 25 - Most[o] de S[a] Clara de Coimbra*, m[o]18 (DP), n[o]1.

[37] Num texto que reputamos como único, entre as várias centenas de testamentos que compulsámos, a sua originalidade é tal que não pudemos deixar de o transcrever parcialmente: *Item, rogo Tareija Affonso mha filha que eu leyxo per mha herel e por mha testamenteyra e de sa madre e de sa avoo e daqueles onde ela vem, que faça come booa filha, e rogo-lhi per mha beençam e pola de Deus pera se comprir todo bem esto que eu mando, que se detenha de casamento quatro anos ca lhi nom minguara muitos boos casamentos cada que lhi comprirem, e meta a renda esto que amamos mim e ela pera se comprir soo milhor e per sacar ela despois mays eyzenta ela se o fezer comme booa filha, e de-lhi porem Deus a sa beençam e a de sa madre e a de seus avoos e a minha ca seja certa* ***que diz o proverio ca filha es e padre seras e qual fezeres tal receberas****. E pero eso cuydo eu que queredes-nos senpre fazer o mayor aguisado e o milhor e que sayades senpre aqueles honde vos vyndes, ca ho sabedes vos mha filha que vos não demando rem esto muyto nem desaguisado ca muyto figi eu per ficar a vos esto que eu aviia, ca bem sabedes vos que despois da morte de vossa madre que podera eu achar muytos casamentos se os eu quisera filhar e podera fazer outras baratas* (sic, por desbaratos?) *muytas assi commo fazem muytos cavaleyros se me heu quisera, mais todo esto eu escussey por vos nom enalear o que foy de nossos avoos e o que eu guanhey de mays pera ficar a vos antre que a outrem (...)* (vd. nota 35). Os conselhos paternos foram seguidos a tal ponto, que Dona Teresa não casou, ingressando no most[o] de S[a] Clara de Coimbra, o qual acabou por herdar o património de Lopo Afonso, incluindo a honra de Melo, facto que, anos mais tarde, viria a levantar sérios problemas.

[38] ANTT, *Sala 25 - Most[o] de S[a] Clara de Coimbra*, m[o]3 (DP), n[o]2.

Maria Rodrigues de Melo[39].

VIII1 - MARTIM AFONSO DE MELO I, cav° que nos surge pela primeira vez envolvido no conflito armado que opôs os de Tavares aos de Cambra, ocorrido em Fornos de Algodres em 1277[40].

Vários anos depois, em 1304, como já aqui se referiu, fez partilhas com o seu irmão Lopo, cabendo-lhe os bens paternos situados nos termos da Guarda, Tábua e Coimbra e um importante núcleo junto ao rio Douro[41]. No ano seguinte, a 28 de Maio, vendeu a Dona Aldonça Martins [de Resende], abad[a] de Tarouquela, a quintã de Saimes (c. de Cinfães), por 1100 libras[42]. Martim Afonso casou duas vezes, a primeira das quais com **INÊS PIRES DE ARGANIL**, com quem fez uma doação, em 1306, ao most° de Salzedas de certos bens em Sedielos[43], e de quem não teve filhos. Teve-os do segundo casamento, efectuado com **MARINHA VASQUES DE ALBERGARIA**[44]:

IX1 - *Martim Afonso de Melo II*, que segue;

IX2 - ESTÊVÃO SOARES DE MELO, *que houve nome (...) come o avoo* [materno] (*LL*30S6). Só o encontrámos em 1352, quando foi obrigado, por

---

[39] Vd. nota 27.

[40] O conflito está registado no *Livro das Eras* (publ. in *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, p.76). Martim Afonso não parece ter participado directamente no recontro, mas sim depois, como vingador de Afonso Correia (*LL*31E7 e 67C2). Ora, esta atitude é muito importante, já que, em nossa opinião, estamos perante um caso de vingança "de família". Com efeito, Afonso [Pais] Correia, era primo co-irmão de Martim Afonso, como filho de Maria Mendes de Melo (**VII3**). Parentesco que também explica que Martim Pires de Alvim tenha deixado, em test°, bens para sufragar a alma de Afonso Correia, sobrinho-neto de Pero Soares de Alvim (vd. ALVIM - nota 31).

[41] A quintã de Gouveia e a vila de Seixo, no t. da Guarda; tudo o que havia na Guarda e em Coimbra e nos respectivos termos; tudo o que havia em Teixoso, Ribeira de Teixoso, Arrefega e Vale de Soeiro Raimundo (o primeiro l. corresponde a uma fg. do c. da Covilhã e é de supor que os outros também fossem da mesma zona, mas não conseguimos encontrá-los); tudo o que havia em Tábua; a quintã de Saimes (fg. de Espadanedo, c. de Cinfães); e tudo o que havia em Vila Marim e Mesão Frio (c. de Mesão Frio), em Sedielos (c. de Peso da Régua), em Matos, Várzea e Paços (c. de Marco de Canaveses) e em Ribadouro (c. de Baião) - vd. nota 33.

[42] ANTT, *Sala 25 - Most° de Tarouquela*, m°20, n°140 (doc. de 28 de Maio de 1305, testemunhado por D.Afonso, bispo de Lamego).

[43] ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°7, fl.78v° (doação ref. na *GEPB*.XXI.244 e XXVI.845). Martim Afonso e o seu irmão Lopo Afonso deveriam ser os "Melos" referidos em 1315 como *naturais-infanções* do most° de Tibães (*BL*.I.383-384).

[44] De Dona Marinha temos apenas uma referência muito sumária, de um doc. relativo a uma venda, mas infelizmente truncado e sem data [1335-1337?] - *CAIV*.II.67.

sentença régia, a pagar 257 lbs. e 9 soldos de custas, num processo que tinha perdido a favor do most^{o} de S^{a} Clara de Coimbra, por ter querido morar na honra de Melo[45]. Não sabemos se casou ou se teve filhos.

IX3 - VASCO MARTINS DE MELO, que casou com **MARIA AFONSO DE BRITO**, dando origem a um ramo de Melos já estudado[46].

IX4 - JOANA MARTINS DE MELO, que c.c. Gonçalo Martins [Coutinho] da Fonseca (Vd. COUTINHO).

IX5 - N. MARTINS DE MELO I, que foi freira em S^{a} Clara de Lisboa (*LL*30S6).

IX6 - N. MARTINS DE MELO II, que foi freira em S^{a} Clara de Santarém (*LL*30S6).

IX1 - MARTIM AFONSO DE MELO II, cav^{o} que nos aparece pela primeira vez em 1342, também envolvido numa contenda com o most^{o} de S^{a} Clara de Coimbra, e de novo por causa da pousadia na honra de Melo e, tal como aconteceria a seu irmão Estêvão anos depois, também Martim Afonso foi condenado pelo rei e proibido de entrar naquela honra[47]. Em 1349 já nos surge casado com **MÉCIA VASQUES [PIMENTEL] DE RESENDE**, através de quem possuiu o morgadio de Avô[48]. Martim Afonso, que em 1355 era vassalo da casa do Infante D.Pedro[49], voltou a casar, agora com **INÊS RODRIGUES DE BRITO**, de quem teve descendência que

---

[45] ANTT, *Sala 25 - Most^{o} de S^{a} Clara de Coimbra*, m^{o}1 (DR), n°12 (doc. de 28 de Set.). Recorde-se que, desde as partilhas efectuadas entre o seu pai e o seu tio Lopo - a quem coubera a honra de Melo, e que depois ficara para aquele most^{o} - o seu pai e respectivos descendentes ficaram impedidos de morar nos lugares que couberam a Lopo (vd. nota 33).

[46] A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, pp.411 e ss. A Dom Vasco Martins coutou D.Pedro I a quintã de Água de Peixes, no t. de Alvito, em 1361 (*CP*.616 e 835).

[47] A abad^{a} Dona Isabel de Cardona tinha-se queixado ao monarca, alegando que Martim Afonso residia em Melo quase todo o ano, indo assim contra o que ficara estipulado nas partilhas efectuadas entre o seu pai e o seu tio. O most^{o} apresentou ao rei a carta de partilhas, que confirmava a cláusula que já aqui referimos, enquanto que Martim Afonso alegava que o seu pai fizera um acordo com o most^{o} quando a sobrinha professou, e pelo qual teria ficado autorizado a viver nos paços da honra de Melo; contudo, como Martim Afonso não apresentou prova escrita desse acordo nem respondeu às intimações régias, foi dado por "revel" e proibido de ali continuar a pousar (ANTT, *Sala 25 - Most^{o} de S^{a} Clara de Coimbra*, m^{o}1 (DR), n°11). De qualquer forma, a insistência de Martim Afonso acabou por dar os seus frutos, já que, muito depois, D.Fernando confirmou-lhe a posse da honra de Melo (A.B.FREIRE, *1973*, p.409).

[48] Quando casou recebeu o morgadio das mãos do seu sogro, com a obrigação de entregar ao cab^{o} de Coimbra uma certa quantia, o que fazia há dez anos - pelo que o casamento deverá ter ocorrido por volta de 1339 (ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra* , m^{o}20, n°866).

[49] A.SÁ, *1899-1900*, vol.I, p.67 - doc. XXXVII.

continuou na posse da honra e senhorio de Melo[50]. Do primeiro casamento teve os seguintes filhos:

X1 - *Fernão Afonso de Melo*, que segue;

X2 - **N.AFONSO DE MELO**, que c.c. Gonçalo Vasques de Góis (Vd. GÓIS).

X1 - **FERNÃO AFONSO DE MELO**, que em 1365 é referido juntamente com a sua mulher, **N. FERNANDES PACHECO**, no grupo dos ricos-homens *naturais* do most° de Grijó[51], e que deu origem a um ramo de Melos que se estabeleceu em Sevilha[52].

[50] A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.410.

[51] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.36.

[52] A.B.FREIRE, *1973*, vol.I, p.410.

4.8.3. ALVIM-LOBEIRA

Descendentes, como os de Melo e os Freires, do bastardo Soeiro Raimundes de Riba de Vizela, quase se poderá afirmar que os de Alvim se situam num nível intermédio entre aquelas duas linhagens "irmãs". Com efeito, se por um lado estavam longe do prestígio e da riqueza dos senhores de Melo, por outro também se elevaram até uma dimensão superior à dos Freires.

De resto, a análise da evolução patrimonial da linhagem, do séc. XIII para o séc. XIV, acusa essas mesmas diferenças. Centrado inicialmente em torno de dois pólos, a terra de Santa Maria, de onde era originária a mulher do primeiro Alvim, Pero Soares, e nas terras de Basto, berço da linhagem da sua mãe, os Barrosos, alargou-se, no séc. XIV, para diferentes zonas do Entre-Douro-e-Minho (c. de Vila Verde, Amares, Fafe, Felgueiras, Vila Nova de Famalicão e Maia), e das Beiras (c. de Sátão, Covilhã e Montemor-o-Velho).

A esta expansão, não serão estranhas uma certa proximidade à corte, revelada pelo exercício, por exemplo, da alcaidaria de Coimbra, ou as alianças com linhagens que nos reinados de D.Afonso III e de D.Dinis atingiram algum relevo: Ribeiro, Petite ou Coelho.

Quanto aos de Lobeira, provenientes de um bastardo de Pero Soares de Alvim, também mantiveram algum contacto com os meios cortesãos - João Pires de Lobeira foi tutor de um dos bastardos de D.Afonso III, para além de trovador - centrando o seu património mais a Sul (Montemor-o-Novo). A falta de elementos impede-nos de saber o nível das suas alianças. De qualquer forma, esta nova linhagem não parece ter sobrevivido por muito tempo.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Como vimos no capítulo dedicado aos de Melo e aos Freires, Soeiro Raimundes de

Riba de Vizela deu também origem aos de Alvim[1], através de um seu filho, irmão, portanto, de Mem Soares de Melo I e de Lourenço Soares Freire:

VI1 - PERO SOARES DE ALVIM, cav° que encontrámos documentado a partir de 1259, data em que doou à Sé do Porto o seu direito de padroado na ig. de S[a] M[a] de Campanhã[2]. Entretanto, e como irmão de Mem Soares de Melo, é muito natural que tivesse frequentado a corte, onde se encontrava em 1272, quando pediu a D.Afonso III a legitimação de um seu filho natural. Aquando das Inq. de 1284 já tinha falecido, uma vez que a sua mulher, **MARIA ESTEVES MALHOO**, é nelas citada como viúva[3]. Pero Soares esteve na origem de um novo ramo dos de Riba de Vizela - os de Lobeira[4] - através do seu filho natural acima mencionado:

VII1 - JOÃO PIRES DE LOBEIRA, leg. a pedido de seu pai por c. de 6 de Maio de 1272[5]. No entanto, os dados conhecidos sobre este cavaleiro são bastante anteriores à sua legitimação. Assim, a primeira referência data de 1258, quando foi beneficiado pelo test° de D.Aires Vasques [de Lima] (*LL*68A3), bispo de Lisboa[6]. A partir de 1261, e até 1285, frequentou a corte, não só como testemunha ou confirmante de diversos diplomas régios, mas também como trovador[7]. Foi também amo de Martim Afonso Chichorro, bastardo de

[1] É provável que o apelido tenha sido retirado do l. de Alvim (fg. da Costa, c. de Guimarães), onde os Riba de Vizela poderiam muito bem ter propriedades.

[2] *CCSP*, pp.93-94 (doc. de 21 de Set.). Recorde-se que o seu irmão Mem Soares fez doação idêntica a 11 de Março desse mesmo ano (cfr. L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.667 - nota 1, e p.668 - nota 4). Por outro lado, parece que os de Alvim também tiveram o padroado da ig. de Antime (c. de Fafe), o qual pertenceria, no séc. XIII, aos Guedãos (*GEPB*.XXXVIII.425). É muito provável que esse direito tenha passado aos de Alvim através da mãe de Pero Soares, Urraca Viegas Barroso, ramo dos Guedãos.

[3] Dona Maria Esteves é ali citada juntamente com outros fidalgos, pela posse da honra de Besteiros (j. de Figueiredo - c. de Oliveira de Azeméis) - ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.33v°. Nas Inq. de 1288 também é referida, pela posse da quintã de Travanca, no mesmo j., e de outros bens no j. da Feira (ANTT, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.6, e *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.5v°, respectivamente).

[4] É provável que o apelido tivesse sido adoptado de alguma propriedade da fg. de Lobeira, no c. de Guimarães.

[5] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, L°1, fl.114.

[6] A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.365. Haveria algum parentesco entre ambos? Se assim era, só poderia ser pela mãe de João Lobeira.

[7] A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.365-366.

D.Afonso III[8]. Ainda vivo em 1299, deverá ter falecido no ano seguinte[9]. Esquecido pelos livros de linhagens, assim como todos os seus filhos, também não conseguímos descobrir o nome da sua mulher, de quem teve:

VIII1 - ESTÊVÃO ANES DE LOBEIRA, escudeiro que em 1301, juntamente com os seus outros irmãos, outorgou a seu irmão Afonso a posse de certos mouros[10], só nos volta a aparecer em 1310, como testemunha das partilhas efectuadas entre Martim Fernandes de Cambra e as irmãs[11]. Ignoramos se teve filhos.

VIII2 - MARTIM ANES DE LOBEIRA, que só conhecemos por também ter outorgado em 1301 um acordo relativo a seu irmão Afonso. De qualquer forma, é possível que tivesse sido o pai de:

IX1 - PERO MARTINS DE LOBEIRA, escudeiro de Martim Fernandes de Cambra, e que com o seu senhor testemunhou, em 1327, o codicilo que Martim Pires de Alvim fez ao seu testamento[12].

VIII3 - JOÃO ANES DE LOBEIRA, que também só encontrámos no já citado acordo de 1301. Nada mais soubemos a seu respeito[13].

---

[8] ANTT, *Sala 25 - Colg^a de S^a Mª da Alcáçova de Santarém*, m°6, n°105 (doc. de 22 de Ab. de 1280, que João Lobeira autenticou com o seu selo pessoal, já que Martim Afonso não tinha selo próprio).

[9] A 28 de Jan. de 1299, e de acordo com as disposições testamentárias de Dom Martim Anes do Vinhal, o mestre de Santiago doou ao most° de Santos 150 lbs. anuais, as quais deveriam ser entregues a João Lobeira enquanto fosse vivo (ANTT, *Sala 25 - Most° de Santos-o-Novo*, m°2, n°6 (26); muito possivelmente já estaria morto em Jan. de 1301, quando os seus filhos, sem a sua intervenção, fizeram um acordo entre eles (BPE, *Fundo Manizola*, cód. 500, n°8a). De qualquer forma, é certo que em 1304 já tinha falecido, altura em que lhe são referidos bens em Montemor-o-Novo (A.R.OLIVEIRA, *1994*, pp.365-366).

[10] Como todos os filhos de João Pires de Lobeira intervieram nesse acordo, e para não fazermos repetições, daremos os pormenores desse acordo na biografia de Afonso Anes.

[11] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°10, n°43 (doc. de 18 de Maio, feito em Gouveia).

[12] ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls.31v°-40. O facto de surgir como escd° de Martim Fernandes de Cambra, a quem seu tio Estêvão também servira como testemunha, e a "coincidência" de ser testemunha de Martim Pires de Alvim, leva-nos a aceitar essa hipótese de filiação. Se estivermos correctos, então teremos aqui mais um exemplo da rede de alianças e de dependências que uniam os vários ramos de uma linhagem-mãe.

[13] É possível que se possa identificar com um homónimo, já falecido em 1338, o qual tinha sido chantre e proprietário de umas casas sitas na fg. da Madalena, em Lisboa (*CAIV*.II.102).

VIII4 - FERNÃO ANES DE LOBEIRA, escudeiro que também outorgou o acordo de 1301, e que, tal como o seu irmão Estêvão, testemunhou as partilhas realizadas em 1310 por Martim Fernandes de Cambra[14].

VIII5 - AFONSO ANES DE LOBEIRA, a quem os seus irmãos e o seu cunhado outorgaram, em 1301, a posse de uns mouros que lhes tinham ficado da parte da mãe, autorizando-o a fazer deles o que entendesse[15].

VIII6 - SANCHA ANES DE LOBEIRA, que em 1301 já estava c.c. **JOÃO FERNANDES**, o qual outorgou o acordo relativo a Afonso Anes.

Do casamento de Pero Soares de Alvim com Maria Esteves Malhoo ficou descendência legítima, através da qual se continuou o apelido Alvim:

VII2 - *Martim Pires de Alvim*, que segue;

VII3 - AIRES PIRES DE ALVIM, desconhecido pelos livros de linhagens, e a quem o seu irmão Martim Pires, em testº, datado de 1327, deixou ficar as herdades que possuía na vila e t. da Covilhã, com a condição de, no caso de Aires Pires morrer sem filhos - o que não pudemos confirmar - as mesmas serem doadas por alma de Afonso Correia[16].

VII4 - SOEIRO [PIRES DE] ALVIM, ou *Frei Soeiro Alvim*, também foi omitido pelos nobiliários medievais. Pelo nome, e pelo facto de ter testemunhado o acordo celebrado em 1301 pelos filhos de João Pires de Lobeira, foi por nós identificado como filho de Pero Soares de Alvim[17]. Não sabemos a que ordem pertencia.

VII2 - MARTIM PIRES DE ALVIM, cavaleiro e trovador[18], encontra-se documentado a

---

[14] Vd. nota 11.

[15] O acordo, celebrado a 31 de Jan., foi testemunhado por Frei Soeiro de Alvim, que nós identificámos como meio-irmão de João Pires de Lobeira; em 28 de Out. de 1307, em Lisboa, Afonso Anes pediu o treslado do doc. anterior, pedido que foi testemunhado por João Anes Salgado e por Gonçalo Correia (BPE, *Fundo Manizola*, Cód.500, nº8a).

[16] ANTT, *Col. Costa Basto - Mostº de Grijó*, nº8, fls.31vº-40.

[17] Vd. nota 15.

[18] Como tal, já mereceu o respectivo, e cuidadoso estudo biográfico de A.R.OLIVEIRA (*1994*, pp.384-386), o qual se poderá complementar com os dados que já havíamos reunido anteriormente (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.229). Assim, limitaremos a nossa intervenção a uma síntese daqueles dois trabalhos, acrescentando apenas alguns dados relativos, sobretudo, a propriedades e a questões familiares.

partir de 1288[19]. Sobrinho de Mem Soares de Melo, influente conselheiro do *Bolonhês*, meio-irmão de João Pires de Lobeira, também ligado aos meios cortesãos, e genro de Pero Afonso Ribeiro, figura bem conhecida da corte de D.Dinis e, inclusivé, tutor de bastardos régios, não é de estranhar que Martim Pires também tenha frequentado a corte régia, sobretudo a partir de 1308[20]. Desde então vassalo do Infante herdeiro D.Afonso[21], é natural que se encontre referido a seu lado por ocasião dos conflitos que o opuseram a D.Dinis, sendo mesmo alcaide de Coimbra (1322-1324), burgo que "pertencia" ao senhorio daquele infante[22].

Quanto aos seus bens, e como já referimos, as Inq. de 1288 registam a posse de propriedades nos j. da Feira[23] e de Celorico de Basto[24], e as de 1301 e de 1307-11

[19] Referido pelas inq. gerais efectuadas nesse ano, teremos oportunidade de citar essas informações quando tratarmos dos seus bens patrimoniais.

[20] Não podemos concordar inteiramente com o Professor Resende de Oliveira, quando este afirma que Martim Pires a frequentou a partir de 1292. Com efeito, e como aquele autor refere, nesse ano ele encontrava-se ali, acompanhado pela mulher, a pedir a legitimação de um bastardo de seu sogro (A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.385). Essa presença, contudo, e até pelas circunstâncias "familiares" em que ocorre, não nos parece que permita afirmar que ele fosse *membro* da corte. Prova disso, a nosso ver, é o facto de Martim Pires, como aquele mesmo autor também reconhece, se ter ausentado no ano seguinte para Castela, aonde esteve em circunstâncias que se desconhecem e por tempo indeterminado. Depois dessa ausência, só volta a aparecer em 1299, no Porto e de novo na companhia da mulher, a tratar de assuntos particulares. Assim sendo, parece que a presença de Martim Pires na corte, como membro efectivo dela, só se deverá enunciar a partir de 1308, na qualidade de vassalo do Infante herdeiro, como aquele autor nos informa.

[21] Como vassalo do Infante, redactou c. de leg. de Pero Martins de Ferreira (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.33v° - doc. de Out. de 1313). Em 1315 trazia, da mão do Infante, a terra de Gulfar (IDEM, *ibidem*, L°3, fls.94v°-95v°). Também não admira que, nestas circunstâncias, tivesse sido procurador do 2° conde de Barcelos, seu parente, D.Martim Gil de Riba de Vizela, na contenda que opôs este ao bastardo Afonso Sanches (IDEM, *ibidem*, L°3, fls.78-78v° - doc. de Jan. de 1312).

[22] A.R.OLIVEIRA, *1994*, p.385. Já o era em 15 de Set. de 1322, mas substituído pelo alcaide-menor, Gomes Fernandes (ANTT, *Sala 25 - Most° de Lorvão*, gav.4, m°2, n°7); a data de 1324 (26 de Julho), é referida por M.H.C.COELHO (*1983*, vol.II, "Apêndice" IX).

[23] A sua mãe tinha-lhe dado um casal na aldeia de Lavandeira (fg. de Santiago de Lourosa), onde ele fez uma casa, e a partir do qual honrou toda a aldeia e ainda a quintã de Lavandeira, que era do most° de Grijó e ao qual pertencia 4 casais que ele também honrava (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fls.5-6v°). A sua ligação à Terra de Santa Maria, porém, era mais vasta: tinha o direito de padroado na ig. de Válega, que doou à Sé do Porto em 1299 (*CCSP*, pp.258-260); por sua mulher pertencia à família patronal do most° de Grijó (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.229); com este most° fez um escambo e uma composição, respectivamente em 1299 e em 1314, sobre vários bens ali situados (IDEM, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°7, fls.330-331, e n°6, fls.167-167v°). O escambo foi testemunhado por Afonso Martins e por Pero Martins, seus escd°s.

[24] Tinha a quintã honrada de Pousada (fg. de S.Miguel de Carvalho), a qual tinha sido de seu avô Dom Soeiro Raimundes, e fora acrescentada por sua avó Urraca Viegas (ANTT, *Gavetas*, VIII-5-3, Perg.5). A sua posse continua a ser noticiada pelas Inq. de 1301 e de 1307-11 (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°3, fl.22, e L°7, fl.53v°, respectivamente).

acrescentam-lhe outros nos j. de Felgueiras[25] e de Montelongo[26]. Fruto provável da sua permanência junto da corte, também adquiriu bens em Montemor-o-Velho[27].

Segundo os livros de linhagens, Martim Pires foi casado duas vezes (*LL*32J6): primeiro com **MARGARIDA PIRES RIBEIRO**[28], e depois com **MARIA MENDES PETITE**[29]. Quanto à primeira mulher, sabemos que fez testº em 1317, no qual nomeia o marido como testamenteiro e a quem incumbe de mandar construir uma capela no mostº de Grijó, onde desejava ser sepultada[30]. Também Martim Pires fez testamento, em 1327[31], devendo ter falecido por volta de 1334[32]. Só teve filhos do primeiro

[25] As Inq. de 1301 afirmam que ele não deixava entrar o porteiro na fg. de Sª Mª de Revinhade, onde, segundo as Inq. de 1307-11, tinha 6 casais honrados (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº3, fl.26vº, e Lº7, fl.71vº, respectivamente).

[26] As Inq. de 1307-11 registam um casal da fg. de Meadelo que tinha sido seu, e que então estava na posse - por doação? - do mostº de Pombeiro (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, Lº7, fl.49vº).

[27] A sua posse regista-se em 1321 (cfr. M.H.C.COELHO, *1983*, vol.I, p.515 - nota 3).

[28] O casamento deverá ter ocorrido por volta de 1270, uma vez que em 1285 o seu filho, João Pires, já é referido como escudeiro e testemunha de um emprazamento feito por Lourenço Esteves de Molnes, cavº (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.7, mº8, nº23).

[29] Já a referímos a propósito do seu casamento com Estêvão Pires Coelho. A sua aliança com Martim Pires poderá ter ocorrido depois de 1330 (vd. COELHO - nota 58). Como nota curiosa, e que já salientámos noutro trabalho, é o facto de Maria Mendes ser a mãe dos dois cônjuges dos filhos do primeiro casamento de Martim Pires (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.300).

[30] As suas disposições testamentárias revelam uma *dona* com bastantes meios de fortuna, desde terras a escravos, passando por jóias e dinheiro, com que beneficia mosteiros, gafos, a construção de pontes e, sobretudo, uma série de raparigas que a serviam, para as quais pede a protecção de sua filha até casarem (ANTT, *Col. Costa Basto - Mostº de Grijó*, nº8, fls.31vº-40 - doc. de 20 de Fev.); no ano seguinte Dona Margarida fez um codicilo ao anterior testº, onde altera um dos executores testamentários, mantendo porém o seu marido nessas funções e a quem deixa um rubi *valniz*(?), e uma esmeralda, para o filho uma safira e um anel, e para a filha uma safira e um jaspe verde, jóias que tinham sido de seu pai, Dom Pero Afonso Ribeiro (IDEM, *ibidem* - doc. de 29 de Jun. de 1318). Faleceu antes de 1327, data em que o seu marido fez testº. O seu corpo foi trasladado para Grijó em 3 de Abril de 1334, cerimónia que foi testemunhada pelos seus testamenteiros, por Rui Gomes de Azevedo, cavº, e por Vasco Esteves de Figueiredo e Martim Anes de Castelões (IDEM, *ibidem*).

[31] Na verdade, o testº foi feito anteriormente, em Évora, mas não se conhece o seu texto. A 9 de Jan. de 1327, no Sabugal, fez um codicilo àquele, e que é o doc. de que dispomos. Nele confirma os testamenteiros anteriormente nomeados, o seu filho e Aires Gonçalves Moreira, seu criado; pede ao monarca que os ajude a cumprir a sua manda bem como aos testamenteiros de sua mulher, já falecida; deixa a seu irmão Aires Pires os bens que tinha na Covilhã, e alguns bens para sufrágio da alma de Afonso Pais Correia, seu primo; ao mostº de Refóios de Basto dois casais e um cálix de prata (ANTT, *Col. Costa Basto - Mostº de Grijó*, nº8, fls.31vº-40 - testemunhado pelos seus testamenteiros, por Martim Fernandes de Cambra, por Pero Martins de Lobeira e Gil Martins, escdºs. de Martim Fernandes, e por Afonso Esteves de Linhares). Deve-se aqui salientar a constante ligação, quer dos de Lobeira quer dos de Alvim, aos de Cambra, seus parentes, em várias circunstâncias, como se pode verificar pela lista de testemunhas. De resto, Martim Pires foi procurador, em 1310, de Mília Fernandes de Cambra, irmã de Martim Fernandes, quando estes fizeram partilhas entre si (IDEM, *CR - Mostº de Arouca*, gav.5, mº10, nº43).

matrimónio:

VIII7 - *João Pires de Alvim*, que segue;

VIII8 - JOANA MARTINS DE ALVIM, que c.c. João Esteves Coelho (Vd. COELHO).

VIII7 - JOÃO PIRES DE ALVIM, que encontrámos referido pela primeira vez em 1285, como escd°, a testemunhar um emprazamento feito pelo cav° Lourenço Esteves de Molnes[33]. Depois daquela data só o voltamos a encontrar citado nos test°s. de sua mãe e de seu pai, dos quais era testamenteiro, respectivamente em 1317 e em 1327[34]. Entretanto, terá c.c. **BRANCA PIRES COELHO**, com quem outorga, em 1339, uma venda feita por sua sogra, e madrasta, Maria Mendes Petite[35]. Depois desta data João Pires começa a aparecer ligado aos meios da corte. Primeiro em 1340, já como cav°, testemunha, em Coimbra, a leitura de uma carta régia relativa aos coutos do cab° coimbrão[36], e depois, em 1355, surge como vassalo da casa do Infante D.Pedro[37]. Neste último ano também fez test°, vindo a falecer antes de 1359[38]. Os livros de linhgens, sem os referir (*LL*41H7), afirmam que teve filhos, um dos quais poderá ter

[32] Na cerimónia de sepultura de sua mulher o seu nome não é referido, pelo que é de supor que também já tivesse falecido (vd. nota 30).

[33] Vd. nota 28. Atendendo ao facto de João Pires só nos voltar a aparecer em 1317, não será de excluir a hipótese de, no caso de 1285, se tratar de um outro filho de Pero Soares de Alvim, homónimo do sobrinho. Até prova em contrário, porém, admitimos que se trate do filho de Martim Pires de Alvim.

[34] Vd. notas 30 e 31, respectivamente.

[35] ADB, *Gav. das Propriedades Particulares*, n°891 (doc. de 29 de Set., testemunhado por Nuno Viegas do Rego e Nuno Fernandes de Barros, cav°s.).

[36] ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, m°16, n°737. Nesse mesmo ano é referida uma sua herdade sita no j. da Feira, e que confinava com bens reguengos (*CAIV*.I.189). Também as Inq. de 1343 o referem, pelo facto de trazer na sua posse todos os reguengos que o rei tinha num l. da fg. de Borba de Junhores, no j. de Celorico de Basto, e sobre os quais não dava qualquer foro (ANTT, *Inq. de D.Afonso IV*, L°1, fl.129v°).

[37] J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.229.

[38] No test°, feito na sua quintã da Lavandeira, pede para ser sepultado na ig. de Silva Escura (c. de Sever do Vouga), onde se manteria uma capela com o produto da venda de várias herdades sitas em Famalicão, na Maia e em Montemor-o-Velho; nomeia testamenteira a sua mulher, a quem deixa metade dos bens pois casou com ela "pela metade" (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls.31v°-40 - doc. de 18 de Abril, testemunhado por Gonçalo Esteves, seu escd°, e por Cristóvão Lourenço de Oliveira, seu homem). Em Janeiro de 1359 a sua mulher, já viúva, recebeu sentença para entregar ao most° de Grijó 4 casais na terra de Sever, o que ficara estipulado no test° de sua sogra e de quem o marido fora testamenteiro (IDEM, *ibidem*, fls.42-43v°).

sido[39]:

IX2 - LEONOR ANES DE ALVIM, que casou primeiro com Vasco Gonçalves Barroso (Vd. BARROSO), e depois com Nuno Álvares Pereira (Vd. PEREIRA).

[39] Cfr. J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.229.

4.8.4. CAMBRA-LAMBAZ

Com o estudo sobre os de Cambra, atingimos o último ramo secundário dos de Riba de Vizela, sendo, de resto, o único que provém daqueles por linha legítima.

Antes de mais, gostaríamos de focar um aspecto que nos parece interessante, ou seja, este ramo não só era legítimo, mas também "primogénito" em relação ao ramo principal dos de Riba de Vizela. Com efeito, no texto introdutório inicial sobre a linhagem-mãe chamámos a atenção para o facto de, por morte de Martim Fernandes de Riba de Vizela, a chefia da linhagem ter transitado para as mãos do seu sobrinho Martim Anes, e não para as do seu filho Durão Martins. Contudo, para que aquela chefia chegasse às mãos de Martim Anes também foram excluídos dela os seus meios-irmãos, filhos do primeiro matrimónio de João Fernandes: Fernão Anes "Cheira" de Riba de Vizela, e Afonso Anes *de Cambra*[1]. Se Durão Martins nem sequer aparece como rico-homem, já Fernão Anes foi governador das terras de Santa Maria e de Besteiros. Bem longe, porém, dos cargos de mordomo-mor e de alferes-mor ocupados por Martim Anes.

O iniciador da linhagem que agora nos ocupa também foi rico-homem, com o exercício do governo da terra de Lafões, o que, como é natural, o aproximou dos meios da corte[2], tendo herdado uma boa parte do património paterno situado no vale do Vouga. A este património inicial, e ao longo do séc. XIII, foram acrescentados mais bens, situados essencialmente nas Beiras (c. de Arouca, Vale de Cambra, Sever do Vouga, S.Pedro do Sul e Viseu). Na passagem para a centúria seguinte, os horizontes patrimoniais da linhagem alargaram-se para a margem Norte do Douro (c. Baião e Sª Marta de Penaguião), bem como para os pólos urbanos de Coimbra, Leiria e Santarém. Será também nesta altura que indivíduos da linhagem assumem cargos da confiança régia, como alcaidarias ou meirinhados.

Quanto às alianças, o nível mantido ao longo das duas centúrias foi quase sempre o mesmo, ou seja, com linhagens de categoria média, quer ligadas à corte - Correias, Petites,

---

[1] Não referimos aqui o nome de Pero Anes por constituir uma simples proposta de identificação.

[2] Uma das suas filhas, inclusivé, foi barregã do bastardo régio Rodrigo Sanches.

Redondos ou Vasconcelos - quer patrimonialmente muito bem implantadas na Beira - Gatos, Fonsecas, Pachecos ou de Arganil -, sendo de destacar uma aliança com os de Briteiros.

Em conclusão, a linhagem de Cambra, porventura afastada da corte, terá apostado no poder territorial, assente no controle de uma determinada região e em alianças estratégicas. A aproximação aos meios da corte faz-se já tardiamente, a partir da segunda década de Trezentos, precisamente quando, por ironia do destino, desaparecia o último senhor de Riba de Vizela.

RECONSTITUIÇÃO GENEALÓGICA

Para além de Fernão Anes "Cheira", que já encontrámos nos de Riba de Vizela (**V10**), João Fernandes teve ainda mais dois filhos[3] do seu primeiro casamento, com Maria Bermudes Varela:

V1 - *Afonso Anes de Cambra*, que segue;

V2 - **[PERO ANES DE CAMBRA]**, que poderia ter sido o pai de:

VI9 - **ESTÊVÃO PIRES DE CAMBRA**, que os livros de linhagens afirmam ter c.c. **MARGARIDA VIEGAS DE RIBA DOURO** (*LD*9BE5 e *LL*36AI8), e que foi o pai de:

VII9 - **ESTÊVÃO PIRES LAMBAZ**, que identificámos com um homónimo, designado como *cavaleiro de Cambra*, que em 1260, juntamente com a sua mulher, **ELVIRA GARCIA**, doou à Sé do

[3] Seguramente foi pai de Afonso Anes. Quanto a Pero Anes, a sua existência é hipotética, e serve apenas como meio de entroncar uma série de indivíduos de apelido Cambra, e com propriedades situadas na área de implantação daquele ramo dos de Riba de Vizela. No entanto, e a título de exemplo, não conseguímos entroncar um Fernão Savarigues de Cambra, que segundo os livros de linhagens foi o pai de Pero Fernandes de Cambra, c.c. Maria Ourigues da Nóbrega (*LL*50A4), senhores do couto de Sabariz - fg. do c. de Vila Verde (*GEPB*.XXVI.473). Seria este Pero Fernandes, e não Pero Anes, o ascendente dos de Cambra "desentroncados"? A questão aqui fica, mas a cronologia que conhecemos para os supostos filhos de Pero Anes, dificilmente se poderá articular com essa hipótese. Finalmente, chamamos a atenção para o facto de ser um "filho" de Pero Anes que dá origem a um novo ramo dos de Riba de Vizela: os *Lambazes*. Ora, o facto de o seu "fundador" ser casado com uma senhora de Riba Douro - muito embora de um ramo bastardo destes - parece conferir a este ramo de Cambras um certo estatuto o que, no nosso entender, poderá abonar a ligação aos de Riba de Vizela que aqui se propõe.

Porto, o direito que tinha no padroado da ig. de Sª Mª de Campanhã[4]. Em 1365, e usando já o "apelido" Lambaz, testemunhou uma doação feita por Dom Pero Anes de Riba de Vizela[5]. Finalmente, em 1292, recebeu sentença régia que o obrigou a deixar livre um casal do mostº de Celas, que [o seu irmão] Martim trouxera emprazado[6]. Teve os seguintes filhos:

VIII9 - PERO ESTEVES LAMBAZ, cavº que, em 1293, testemunhou um acordo celebrado entre Pero Afonso Ribeiro e o cabº de Coimbra[7]. Não se sabe com quem casou, mas teve uma filha (*LL*36AI10):

IX5 - N. PIRES LAMBAZ, que c.c. Martim Raimundes de Alvelos (Vd. ALVELOS)[8].

VIII10 - HENRIQUE ESTEVES LAMBAZ, sobre o qual nada soubemos, e que segundo *LL*36AJ10 também casou, tendo igualmente tido uma filha:

IX6 - CATARINA HENRIQUES LAMBAZ.

VII10 - MARIA PIRES DE CAMBRA[9], que c.c. Mem Gonçalves da Fonseca (Vd. FONSECA).

VII11 - MARTIM ESTEVES DE CAMBRA, que identificámos como filho de Estêvão Pires, e que em 1289, nos paços do concelho de

[4] *CCSP*, pp.120-122. Note-se que a mesma cedência, e como no local próprio foi referido, também foi feita por diversos membros dos diferentes ramos dos de Riba de Vizela.

[5] ANTT, *Ch. de D.Afonso III*, Lº1, fls.77-77vº. É muito provável que fosse vassalo de Dom Pero Anes, facto que poderá corroborar as filiações propostas, uma vez que encontrámos múltiplos casos de ligação vassálica entre membros dos ramos secundários e o ramo principal da linhagem.

[6] ANTT, *Sala 25 - Mostº de Sant'Ana de Coimbra*, mº1, s/nº (doc. de 12 de Junho).

[7] ANTT, *2ª Inc. - Sé de Coimbra*, mº79, nº3354.

[8] Este casal, e segundo a mesma fonte, teve um filho chamado Pero Esteves Lambaz (II).

[9] Só referida por *LD*9BE6.

Coimbra, testemunhou a leitura de uma c. régia[10]. Estamos também convencidos que se trata do cav° Martim Esteves, casado e falecido antes de 1292, que tinha trazido um casal emprazado pelo most° de Celas, casal esse que, depois da sua morte, foi usurpado por Estêvão Pires Lambaz[11]. Não sabemos se deixou descendência.

VI10 - NUNO PIRES DE CAMBRA, que só conhecemos através das Inq. de 1284, segundo as quais teve diversos bens no j. de Cambra[12]. Não sabemos com quem casou, mas foi o pai de:

VII12 - EGAS NUNES DE CAMBRA, também referido pelas Inq. de 1284, herdou de seu pai alguns bens no j. de Cambra, os quais, depois da sua morte, violenta segundo aquelas fontes, passaram para as mãos de sua mulher, **MARIA MENDES**, que não pudemos identificar e da qual não parece ter tido filhos[13].

VII13 - GONÇALO NUNES DE CAMBRA, freire Templário, já falecido em 1283, data em que o seu irmão Soeiro Nunes trazia um herdamento sito em Cambra, e que deveria ser entregue à O. do Templo[14].

VII14 - SOEIRO NUNES DE CAMBRA, *cavaleiro de Cambra* que conhecemos razoavelmente, graças a uma série de acordos que fez com o most° de Paço de Sousa e com a O. do Templo: assim, em Março de 1264, confessou que devia àquele most° a quantia de 30

[10] AGUC, *Fundo Gabriel Pereira*, Gav.7, m° único de Pergs. Latinos do séc.XIII, n°29 (doc. de 14 de Jun.).

[11] Vd. nota 6.

[12] Os bens estavam sobretudo localizados na fg. de Roge (c. de Vale de Cambra), e eram compostos por vários casais, mas onde se destacavam as honras de Sandiães e de Roge, àquela data na posse dos seus netos (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fls.11-13).

[13] Aquelas fontes referem que tinha dado ao most° de Cucujães, por sua alma, um casal situado na aldeia de Gatão, na fg. de S.João de Cepelos (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.14); e que, por partilha, tinha recebido de seu pai 4 casais na aldeia de Folençe (fg. de Junqueira) - estes e os seus outros bens, depois do seu "assassinato", teriam passado para sua mulher e, depois da morte dela, para a posse de Lourenço Fernandes do Rego, seu segundo marido (IDEM, *ibidem*, L°2, fl.11). Esta transmissão de bens explica a contenda que, em 1284, opunha o dito Lourenço Fernandes à ig. de Roge, pela posse de um casal que tinha sido de Nuno Pires de Cambra (IDEM, *ibidem*, L°2, fl.12).

[14] ANTT, *Gavetas*, VII-9-33 (doc. de 11 de Março).

mbs., pelos quais obrigava os frutos da sua quintã de Lourosa e de tudo o mais que tinha em Arouca (j. de Sever do Vouga)[15], emprazando-a ao mesmo mostº três meses depois[16]; em 1281 e em 1283 fez acordos com os templários que incidiam sobre bens situados em Cambra, entre os quais alguns que tinham sido do seu irmão Gonçalo[17]. Faleceu naquele último ano ou no início do seguinte[18]. Em 1264, por ocasião do emprazamento referido, já estava c.c. **ELVIRA GONÇALVES**, de quem teve:

VIII11 - NUNO SOARES DE CAMBRA, também citado em 1264, e sobre quem nada mais soubemos.

VIII12 - JOÃO SOARES DE CAMBRA, que pelo nome e pela cronologia filiámos em Soeiro Nunes, e que de **GERALDA VICENTE**, teve um filho bastardo:

IX7 - ESTÊVÃO ANES DE CAMBRA II, leg. por c. de 5 de Junho de 1320[19].

Soeiro Nunes também teve um filho bastardo:

VIII13 - FERNÃO SOARES DE CAMBRA, leg. por c. de 1 de Junho de 1295[20], e que pensamos possa ter sido o pai de:

IX8 - JOÃO FERNANDES DE CAMBRA, *Homem*

[15] A.A.MEIRELES, *1942a*, p.267.

[16] O emprazamento, que foi feito com o consentimento da sua mulher e do seu filho Nuno, perante os juízes da Covilhã, englobava a quintã e 9 casais, bens que *Dom* Soeiro Nunes entregou para sempre ao mostº em Março de 1283 (A.A.MEIRELES, *1942a*, p.267).

[17] ANTT, *Gavetas*, VII-3-4 e VII-9-33 (docs. publ. por A.SÁ, *1899-1900*, pp.32-35 e 35-37).

[18] Pelo menos antes das Inq. de 1284, que o referem a propósito dos bens que tinha emprazado a Paço de Sousa (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, Lº2, fl.16), facto que é reafirmado pelas Inq. de 1288 (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, Lº4, fl.19vº).

[19] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº3, fl.131vº.

[20] ANTT, *Ch. de D.Dinis*, Lº2, fls.99vº-100.

Cativo (*LL*25U5), que nos aparece pela primeira vez em 1315, como meirinho-mor d'Aquém Douro[21], foi alcaide-mor de Leiria entre 1318 e 1326[22]. Segundo *LL*25U5 - onde não se lhe aponta filiação - foi casado com **ESTEVAÍNHA RODRIGUES DE LEIRIA**, de quem teve:

X4 - CONSTANÇA FERNANDES DE CAMBRA[23], c.c. Gonçalo Anes Botelho (Vd. BOTELHO).

Terá entretanto enviuvado, porque a 26 de Abril de 1318 já se encontrava c.c. **MARGARIDA PIRES**, com quem vendeu à abad[a] de Arouca, por 2500 lbs., as quintãs de Roge e de Sandiães, ambas no j. de Cambra[24].

IX9 - PERO FERNANDES DE CAMBRA, falecido antes de Julho de 1320, data em que o seu irmão comprou aos seus testamenteiros, por 500 lbs., a sua parte da quintã de Sandiães[25].

IX10- AIRES FERNANDES DE CAMBRA, escd° que, em Jan. de 1317, testemunhou as partilhas feitas entre os filhos de Fernão Afonso de Cambra I[26]. Faleceu

---

[21] AGUC, *Fundo Gabriel Pereira*, gav.8, m°2, n°82 (publ. por J.P.RIBEIRO, *1860-96*, vol.I, doc.76, e cit. por H.G.BARROS - *1945-54*, tomo XI, p.142, e por S.A.GOMES, *1995*, pp.237-238 - nota 127).

[22] S.A.GOMES, *1995*, pp.237-238. Em Maio de 1318, como vassalo do rei, testemunhou uma doação feita pelo bastardo régio Afonso Sanches ao most° de S[a] Clara de Vila do Conde (*ML*.VI.270). Em 1320 D.Dinis doou-lhe, para sempre, duas casas em Santarém (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.129v° - doc. de 8 de Fev.).

[23] E não Maria (*LL*25U5).

[24] S.A.GOMES, *1995*, pp.237-238 (notas 126 e 127). Faleceu antes de 1345.

[25] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°5, n°1.

[26] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°2, n°37, e gav.7, m°4, n°21. Não se pode considerar Aires Fernandes como filho de Fernão Afonso, uma vez que não faria sentido testemunhar partilhas em que seria parte interessada. Por outro lado, faz todo o sentido, a exemplo do que ocorria inúmeras vezes, que um membro de um ramo secundário de uma família, fosse vassalo ou "dependente" da casa principal.

pouco depois, uma vez que em 1320 a sua mulher, **GUIOMAR MARTINS DE CARVALHOSA**, já viúva, fez um escambo com o most° de Arouca[27]. Não sabemos se tiveram filhos.

V1 - AFONSO ANES DE CAMBRA, rico-homem da corte de D.Sancho II e tenente de Lafões (1242)[28], mas sobre quem não possuímos muitos dados[29]. Sabemos apenas que faleceu antes de Março de 1272, data em que a sua mulher, **URRACA PIRES RIBEIRO**, já viúva, devolveu ao most° de S[a] Cruz de Coimbra a quintã de *Gueteriz*, no t. de Lafões, que ambos tinham "filhado"[30]. As Inq. de 1284 e de 1288 referem-lhe bens no j. de Cambra[31]. Deste casamento resultou a seguinte descendência:

VI1 - *Fernão Afonso de Cambra I*, que segue;

VI2 - MARTIM AFONSO DE CAMBRA, que em 1272, juntamente com a sua mulher, **FRUILHE**[32], outorgou a entrega feita por sua mãe a S[a] Cruz de Coimbra[33]. Em 1288 possuía a quintã de Falorca, pela qual honrava 5 lugares e uma aldeia da fg. de Silgueiros, no j. de Viseu[34]. Filhos:

VII8 - JOÃO MARTINS DE CAMBRA I, *que foi sandeu e nom houve semel liidima* (*LL*45J5). Quanto ao primeiro aspecto, só podemos dizer que tal situação terá ocorrido depois de 1271, uma vez que em Junho

[27] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.3, m°4, n°20.

[28] L.VENTURA, *1992*, vol.II, p.1018.

[29] Em data que desconhecemos doou um casal à ig. de Vagos (*GEPB*.XXI.733).

[30] ANTT, *CR/CD - Most° de S[a] Cruz de Coimbra*, m°21 (DP), n°1-2, e L°7, fls.9v°-10, respectivamente. A entrega foi outorgada por vários filhos do casal.

[31] Segundo as primeiras, deixara a sua filha Teresa um casal na fg. de Junqueira (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.10v°); pelas segundas, sabemos que tivera a quintã de Vila Nova (fg. de Roge), a qual passara para seu filho Fernão (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.18).

[32] Os livros de linhagens ignoram o seu nome (*LL*45J5).

[33] Vd. nota 30.

[34] Em todos esses lugares trazia o seu mordomo, o qual entregava a voz, a coima e o homízio ao mordomo do rei (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.40v°), situação que foi mantida pelas Sentenças de 1290 (IDEM, *Gavetas*, VIII-3-7, Perg.19).

deste ano ainda serviu como testemunha de um préstamo concedido por Dona Mor Martins, abadª de Arouca[35]; quanto ao segundo, e sem podermos afirmar se eram ou não legítimos, supomos que foram seus filhos[36]:

VIII7 - ESTÊVÃO ANES DE CAMBRA I, que é referido, em 1292, como procurador de Rodrigo Afonso Ribeiro[37]. Não sabemos em que ano faleceu[38] nem com quem casou, mas foi o pai de:

IX1 - GIL ESTEVES DE CAMBRA, que em 1301 testemunhou uma doação feita por Rodrigo Afonso Ribeiro[39]. É possível que tivesse sido o pai de:

X1 - MARTIM GIL DE CAMBRA, cavº, ou escdº, *natural* do mostº de Pedroso, em 1361[40].

IX2 - MARGARIDA ESTEVES DE CAMBRA, já casada em Maio de 1309 com **DOMINGOS PIRES**, com quem doou, ao mostº de Pedroso, o direito que tinha no padroado da ig. de S.Miguel de Milheirós, na terra de Santa Maria[41].

IX3 - CONSTANÇA ESTEVES DE CAMBRA, que em Agosto daquele mesmo ano fez idêntica doação, sendo c.c. **DOMINGOS MIGUÉIS**[42].

---

[35] ANTT, *Col. Costa Basto - Mostº de Arouca*, nº37, fls.61vº-62vº (doc.60).

[36] Pelo patronímico, também poderiam ser filhos de João Soares ou de João Fernandes, mas a cronologia dos dados disponíveis não se articula com essas hipóteses.

[37] *CCSP*, pp.217-218. É muito possível que fosse vassalo de Rodrigo Afonso, situação que se manteria com o seu filho.

[38] É possível que já tivesse falecido quando as suas filhas fizeram uma doação ao mostº de Pedroso (1309).

[39] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.4, mº5, nº27.

[40] L.M.V.SÃO PAYO, *1987*, p.65.

[41] AGUC, *Fundo Gabriel Pereira*, gav.22, nº4.

[42] Vd. nota anterior. As duas irmãs identificam-se também como netas de uma Dona Gontinha Bermudes, de quem terão recebido o dito direito, mas que não sabemos se seria avó paterna ou materna.

VIII8 - MARTIM ANES DE CAMBRA, *escudeiro de Cambra*, que em 1299 testemunhou uma declaração feita pelo cav° Gonçalo Moniz Porro, sobre bens usurpados ao most° de Vilarinho[43]. É possível que tivesse sido o pai de:

IX4 - JOÃO MARTINS DE CAMBRA II, que nosaparece pela primeira vez em 1218, como testemunha de uma procuração dada por Martim Martins de Podentes[44]. Três anos depois, já como *cavaleiro de Cambra*, e c.c. **SANCHA AFONSO DE FERMOSELHE**, vendeu por 6,5 lbs. a parte que tinham numa adega do l. de Carvalhais, no t. de Penela[45]. Já na década seguinte, doou à Sé de Coimbra o padroado da ig. de Castelões (c. de Vale de Cambra)[46]. Ainda vivia em 1363, quando foi nomeado, por razões que ignoramos, tutor das filhas de Gonçalo Vasques da Silveira[47].

Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro* (*LL*44AG7), João Martins foi c.c. **MOR MARTINS DO OUTEIRO**, o que deverá ter acontecido em primeiras núpcias, tendo em conta a cronologia que se conhece para as filhas tidas deste matrimónio:

X2 - MARIA ANES DE CAMBRA, já casada em 1338 com Diogo Gil do Avelar (Vd. AVELAR).

---

[43] ANTT, *CR - Most° de Vilarinho*, m°2, n°39 (doc. feito em Roriz, a 2 de Jul.).

[44] ANTT, *Sala 25 - Coleg^a de Guimarães*, m°21 (DP), n°38.

[45] Fez a venda em nome da mulher (c. de proc. feita em Santa Comba a 12 de Março do mesmo ano, e testemunhada pelos seus escd°s. Pero Pires da Torre, Francisco Esteves e Nuno Aires), sendo testemunhas os seus escd°s. Pero Esteves, Pero Afonso, Pero Lourenço de Barvela e Afonso Vasques (ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a Clara de Coimbra*, m°2 (DP), n°22). Cinco anos depois, e também em nome de Sancha Afonso, vendeu por 50 lbs. o casal que tinham no dito l. de Carvalhais, o qual tinha sido de seu sogro, Vasco Esteves de Fermoselhe (IDEM, *ibidem*, m°3 (DP), n°1 - doc. de 27 de Mar. de 1326, feito em Cambra).

[46] *Livro das Vidas dos Bispos da Sé de Coimbra (...)*, p.107 (com data de [1334-1337], pelo que se deverá corrigir a data e identificação por nós propostas em trabalho anterior - cfr. J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.247).

[47] ANTT, *Arquivo da Casa de Abrantes*, m°72, n°1364.

X3 - MARGARIDA ANES DE CAMBRA, monja de Arouca em 1327[48].

VII9 - GUIOMAR[49] MARTINS DE CAMBRA, que c.c. Rui Fernandes Gato (Vd. GATO).

VI3 - MOR AFONSO DE CAMBRA, que casou primeiro com Martim Pires Correia (Vd. CORREIA), e depois com Fernão Gonçalves Chancinho (Vd. CHANCINHO).

VI4 - CONSTANÇA AFONSO DE CAMBRA, que casou primeiro com Estêvão Mendes Petite (Vd. PETITE), e em segundas núpcias com Fernão Rodrigues Pacheco (Vd. PACHECO). Entre os dois matrimónios foi barregã de Rodrigo Sanches, bastardo de D.Sancho I (Vd. FAM.REAL).

VI5 - MARINHA AFONSO DE CAMBRA, monja de Arouca omitida pelos livros de linhagens, que em 1272 outorgou a devolução feita por sua mãe a Sª Cruz de Coimbra[50].

VI6 - TERESA AFONSO DE CAMBRA, monja de Arouca igualmente ignorada pelos livros de linhagens, e que também outorgou a mesma devolução. Em 1278, dividiu com o seu irmão Fernão uma herdade que tinham na terra de Cambra[51].

VI7 - URRACA AFONSO DE CAMBRA, que outorgou a devolução feita por sua mãe em 1272, e que também foi esquecida pelos nobiliários medievais.

VI8 - MARIA AFONSO DE CAMBRA, monja de Arouca omissa nos livros de linhagens, que em 1275, autorizada pela abadª Dona Mor Martins, doou ao irmão Fernão Afonso, 3 casais do l. de Vilela, no t. de Lafões[52]. As Inq. de 1284

---

[48] A 22 de Ag. desse ano, Margarida Pires de Portocarreiro, leiga de Arouca, deixou-lhe, em testº, uma colcha, um chumaço, e um casal do qual ela poderia auferir um rendimento de 50 lbs., após o que o mesmo ficaria para Arouca (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.5, mº2, nº23).

[49] E não Inês (*LL*45J5).

[50] Vd. nota 30.

[51] Dona Teresa ficou com 8 casais dessa herdade, dispersos por Macieira, Vila Cova, Fuste, Junqueira e Vale de Cambra, e ainda 20 lbs. anuais, pagas sobre o herdamento de Castelões, o qual ficaria para seu irmão depois da sua morte (ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.4, mº5, nº15). Curiosamente, as Inq. de 1284 referem com rigor todos esses casais na posse de Dona Teresa (IDEM, *Inq. de D.Afonso III*, Lº2, fls.10vº, 12 e 17).

[52] ANTT, *CR - Mostº de Arouca*, gav.6, mº9, nº46.

referem que tinha um casal na aldeia de Alijó (fg. de S.João de Cepelos, j. de Cambra)[53].

VII - **FERNÃO AFONSO DE CAMBRA I**, cav° que é referido a partir de 1274, particularmente ligado aos seus primos de Riba de Vizela, dos quais, ao que parece, seria vassalo[54]. O facto mais marcante da sua vida, porém, foi o conflito armado de Fornos de Algodres - conhecido como *Lide de Gouveia*, e ocorrido em 1277 - que o opôs a Pero Esteves de Tavares, e cujos ecos chegaram até nós pelo *Livro das Eras* e pelo *Livro de Linhagens do Conde D.Pedro*[55]. As razões desse conflito não são conhecidas, mas tudo parece apontar para um ajuste de contas entre senhores, e no qual se vislumbram os contornos das solidariedades de parentesco[56].

Quanto ao seu património, e para além da partilha feita com a sua irmã Teresa em 1278, relativa a uma herdade situada em Cambra, e que já conhecemos[57], praticamente todos os seus bens se situavam nesse mesmo julgado, o que é testemunhado pelas Inq. de 1284 e de 1288[58], acrescentando estas últimas alguns bens no j. de Seia, adquiridos

[53] ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fl.14v°.

[54] É muito possível que tivesse acompanhado Dom Gil Martins, seu primo co-irmão, no exílio daquele para Castela, razão pela qual não outorgou, em 1272, como os seus irmãos fizeram, a devolução de bens feita por sua mãe (vd. nota 30). Em 1274, pelo menos, estava ao lado de Dom Gil, quando o filho deste, Dom Martim Gil I, recebeu o castelo de Valelas da O. de Alcântara (ANTT, *Ordem de Avis*, n°844). Em 1285 testemunhou as partilhas feitas pelo mesmo Dom Martim com as irmãs (IDEM, *CR - Most° de Arouca*, gav.7, m°9, n°4b - doc. de 14 de Março).

[55] *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, p.76; *LL*67C2; *ML*.IV.251-251v° (cfr.A.HERCULANO, *1980*, III, p.189).

[56] No caso concreto de Fernão Afonso, morreu no recontro o seu cunhado Afonso Pais Correia, vingado depois, em Pinheiro, por Martim Afonso de Melo I, seu primo co-irmão. Para além das relações de parentesco óbvias entre Cambras e Melos, ramos secundários da mesma linhagem-mãe, existia uma rede mais densa de alianças entre Correias e os de Riba de Vizela: uma irmã de Fernão Afonso, Mor, era casada com Martim Pires Correia, tio do falecido Afonso Pais e da mulher de Fernão Afonso, Sancha Pais; esta, por outro lado, era filha de Mor Mendes de Melo, tia de Martim Afonso de Melo I. Curiosamente, Fernão Afonso também estava ligado ao seu inimigo, uma vez que era primo co-irmão de Rodrigo Afonso Ribeiro, casado com uma filha de Pero Esteves de Tavares.

[57] Vd. nota 49.

[58] Tinha 11 casais e uma póvoa na fg. de Junqueira; honrava duas aldeias da fg. de Roge, e uma aldeia e dois casais na fg. de Cepelos; tinha 8 casais na fg. de Castelões - seis dos quais tinham sido comprados pelo seu avô, Dom João Fernandes de Riba de Vizela -e 2 casais na fg. de Codal (ANTT, *Inq. de D.Afonso III*, L°2, fls.9-9v°, 10v°, 11, 13-13v°, 14v°, 15v°-16 e 19). As Inq. de 1288 referem a posse da quintã de Vila Nova (fg. de Roge), que tinha sido de seu pai, e pela qual honrava não só a aldeia de Vila Nova, mas ainda mais quatro aldeias da Sé do Porto, do most° de Cucujães e da O. do Hospital (IDEM, *Inq. de D.Dinis*, L°4, fl.18).

pelo seu matrimónio com **SANCHA PAIS CORREIA II**[59]. Deste casamento teve vários filhos, mas também teve uma filha bastarda, fruto de uma ligação com **MARIA GOMES DA RIBEIRA**, sua prima co-irmã[60]:

VII7 - INÊS FERNANDES DE CAMBRA, monja de Arouca desconhecida pelos nobiliários, que em 1308 fez partilhas com as suas meias-irmãs, filhas dos dois casamentos de sua mãe[61].

Os seus filhos legítimos, que em 1310 fizeram partilhas dos seus bens[62], foram os seguintes:

VII1 - *Martim Fernandes de Cambra*, que segue;

VII2 - MÍLIA FERNANDES DE CAMBRA, que c.c. Fernão Rodrigues de Vasconcelos (Vd. VASCONCELOS).

VII3 - BEATRIZ FERNANDES DE CAMBRA, que c.c. Álvaro Gonçalves Redondo (Vd. REDONDO).

VII4 - BERENGÁRIA FERNANDES DE CAMBRA, monja de Arouca omitida pelos livros de linhagens, e que se encontra documentada a partir de 1310, ano em que fez partilhas dos bens paternos com os seus irmãos[63]. Ainda vivia em 1340[64].

---

[59] Tratava-se de uma casa e de uma honra na aldeia de Picanços, feita no reinado de D.Afonso II por Paio Correia (ANTT, *Inq. de D.Dinis*, L°1, fl.63).

[60] Era filha de Gomes Pires da Ribeira, tio materno de Fernão Afonso (Vd. RIBEIRO - VII7).

[61] As partilhas incidiram sobre o herdamento da Ribeira, tendo ela ficado com dois casais (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°9, n°32 - doc. de 12 de Agosto).

[62] Acreditamos que a data possa ser relativa ao falecimento de sua mulher, e não ao seu, o qual, atendendo ao seu desaparecimento a partir de 1288, deverá ter ocorrido alguns anos antes de 1310.

[63] Couberam-lhe, a meias com Maria, os bens de Picanços e da Ribeira, o que havia no Entre-Douro-e-Minho e 3 casais no Carregal, tendo que dar 15 lbs./ano a seu irmão Martim (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°10, n°43 - doc. de 18 de Maio, em Gouveia). As partilhas continuaram no ano seguinte, ficando também a meias com Maria, com o que os seus pais tinham em Cambra, excepto o que aí ficou para seu irmão, e com um casal no j. de Lafões, comprometendo-se aquele a dar-lhes herdamentos em Ribeira, Fiscal e no casal de Alfucheira que rendessem 26 lbs. (IDEM, *ibidem*, gav.4, m°5, n°23 - doc. de 12 de Fev., em Fervença). Anos depois fez uma série de composições com o seu irmão, a propósito da quintã de Vila Nova de Cambra e de alguns herdamentos sitos em Arouce (IDEM, *ibidem*, gav.4, m°2, n°37; gav.7, m°4, n°21;e gav.4, m°5, n°62 - docs. de 4 de Jan. de 1317 e de 2 de Jun. de 1319).

[64] ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°5, n°55.

VII5 - MARIA FERNANDES DE CAMBRA I, ou **CORREIA**, monja em Lorvão que também não é referida pelos livros de linhagens, e que se encontra documentada entre 1310 e 1337[65].

VII1 - MARTIM FERNANDES DE CAMBRA, cav° referido pela primeira vez em 1306, numa averiguação ordenada por D.Dinis sobre abusos e pousadias que, com Martim Redondo e outros cav°s., fazia nas aldeias de S^a^ Marinha e de Paços da Beira, que eram do most° de S^a^ Cruz de Coimbra[66]. Em 1310, e já então casado com a sua primeira mulher, **VELASQUIDA PIRES DE ZAMORA**, fez partilhas dos bens paternos com as suas irmãs[67], com as quais, anos depois, veio a ter algumas contendas[68]. Ainda vivia em 1327[69], mas já tinha falecido em 1338, ano em que se fizeram partilhas dos seus bens[70]. Não sabemos em que ano morreu Dona

---

[65] Sobre as partilhas efectuadas em 1310 e os bens que lhe couberam, veja-se o que ficou dito a propósito da sua irmã Berengária, com quem partilhou aqueles, também tendo participado nas composições realizadas com o seu irmão Martim (vd. nota 64). Já tinha falecido em 28 de Abril de 1337, data em que a sua sobrinha Sancha declara ter recebido, da sua parte - sendo apelidada Correia - uma porção da quintã de Vila Nova de Cambra (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°9, n°35).

[66] ANTT, *Sala 25 - Most° de S^a^ Cruz de Coimbra*, cx.1, Pasta 1, Alm.5, m°3, n°12 (doc. de 12 de Jun.).

[67] As partilhas tiveram início a 18 de Maio de 1310, ficando concluídas a 12 de Fev. do ano seguinte. Naquela primeira data, Martim Fernandes ficou com o que havia em Oliveira (c. de Carregal do Sal) - excepto 3 casais no Carregal dos quais as suas irmãs lhe dariam 30 lbs. anuais -, as casas e os pomares da quintã de Vila Nova de Cambra, e as casas e casais de Pinhanços (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.5, m°10, n°43 - doc. testemunhado pelos cav°s. Aires Gonçalves e Mem Soares, e pelos escd°s. Lourenço Vasques, Estêvão e Fernão Anes Lobeira, Aires Pires e Martim Fernandes). Em 1311 viu confirmada a posse das quintãs de Oliveira e de Vila Nova de Cambra (IDEM, *ibidem*, gav.4, m°5, n°23 - doc. testemunhado por Durão esteves de Pousada, Miguel Martins [de Nogueiró], Martim Fernandes de Gatão, Pero Afonso de Espargo, Gonçalo Anes Alvelo e João Pires, seus escd°s.).

[68] Em 1317 teve contenda com as suas irmãs Maria e Berengária, porque lhes tinha dado alguns bens no t. de Arouce, em troca da parte com que elas ficaram na quintã de Vila Nova; mas, a questão surgira porque, desde o início, o rei embargava os bens de Arouce, pelo que aquelas nunca tinham tomado posse deles. Assim, acordaram que, enquanto ele e a mulher os não desembargassem elas se manteriam na posse do que tinham na quintã (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°2, n°37, e gav.7, m°4, n°21 - docs. de 4 de Jan., testemunhados por Pero Esteves de Silgueiros, cav°, e Gil Martins e Aires Fernandes de Cambra, escd°s.). Em 1319, e como a questão continuasse por resolver, o acordo anterior foi reiterado (IDEM, *ibidem*, gav.4, m°5, n°62 - doc. de 2 de Jun., testemunhado por João Martins, escd° de Martim Fernandes).

[69] Nesse ano, a 9 de Jan., juntamente com os seus escd°s. Pero Martins de Lobeira e Gil Martins, testemunhou o test° de Martim Pires de Alvim, seu parente (ANTT, *Col. Costa Basto - Most° de Grijó*, n°8, fls.31v°-40).

[70] Os pormenores dessas partilhas serão referidos nas biografias dos seus filhos. Quanto à data da sua morte, não deverá ter sido muito anterior a 1338, uma vez que em 1340 ainda eram menores os filhos tidos do segundo matrimónio.

Velasquida[71], mas é certo que Martim Fernandes enviuvou e voltou a casar, desta vez com **BEATRIZ RODRIGUES DE AZAMBUJA**, que já estava viúva em 1340, e com um filho menor[72].

Martim Fernandes teve quatro filhos do primeiro matrimónio, e dois do segundo:

VIII1 - *Fernão Afonso de Cambra II*, que segue;

VIII2 - MARIA FERNANDES DE CAMBRA II, monja de Lorvão omitida pelos livros de linhagens, que em 1338 fez partilhas dos bens paternos com os seus irmãos[73].

VIII3 - JOANA FERNANDES DE CAMBRA, monja de Lorvão igualmente ignorada pelos nobiliários medievais, já falecida aquando das partilhas efectuadas pelos seus irmãos, tendo Fernão ficado com a parte que lhe competia da quintã de Oliveira de Currelos[74].

VIII4 - SANCHA FERNANDES CORREIA, monja de Arouca[75] que também não é referida pelos livros de linhagens, e que em 1338 também fez partilhas com os irmãos[76]. Faleceu antes de 22 de Fev. de 1342, data em que o most° de Arouca

---

[71] Não volta a parecer depois do acordo de 1319.

[72] A 4 de Março, o procurador de Beatriz Rodrigues e de Afonso Martins, seu filho, menor e do qual ela era tutora, confirmou e outorgou a partilha de uma vinha da quintã de Vila Nova, feita entre o seu enteado, Fernão Afonso de Cambra II, e a sua cunhada, Berengária Fernandes, monja de Arouca (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4 -n°5, n°55).

[73] Com a sua irmã Sancha, ficou com parte da quintã de Oliveira de Currelos, com 5 casais (c. de Carregal do Sal) - ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°8, n°4.

[74] Vd. nota anterior.

[75] Aguardámos a referência à última monja de Arouca nesta família, para valorizar o relacionamento entre a linhagem-mãe dos de Riba de Vizela, através dos seus diferentes ramos, e aquele que, quanto a nós, foi o mais poderoso e aristocrático cenóbio feminino dos sécs. XIII e XIV (sobre a importância das relações entre a alta nobreza e Arouca, cfr. M.H.C.COELHO e R.C.MARTINS, *1993*). Com efeito, ao longo da segunda metade do séc. XIII e da primeira metade da centúria seguinte, passaram por Arouca 9 senhoras da linhagem (3 de Riba de Vizela, 1 de Melo e 5 de Cambra), entre as quais se destaca Dona Mor Martins de Riba de Vizela, abad[a] durante mais de 40 anos, o que permitiu, em simultâneo, a presença de 7 delas. Se, a estas senhoras, somarmos as que eram Riba de Vizela por via materna, e que ali também professaram, teremos um grupo ainda mais alargado de "parentes". Grupo do qual se poderá adivinhar a rede de influências, exercidas quer no interior quer no exterior do mosteiro.

[76] Sobre os bens que lhe couberam, a meias com Maria, vd. nota 73. No ano anterior, a 28 de Abril, fez um escambo com o irmão, pelo qual recebeu o casal da Quintã (fg. de S.Miguel de Ribeiradio, c. de Oliveira de Frades), dando a Fernão a parte que tinha na quintã de Vila Nova de Cambra (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°9, n°35).

tomou posse dos seus bens[77].

VIII5 - AFONSO MARTINS CORREIA, ainda menor em 1340[78], e que foi c.c. **MARIA PIRES RIBEIRA**, *natural* do most° de Grijó em 1365[79]. Não sabemos se tiveram filhos.

VIII6 - N. MARTINS CORREIA (*LL*70E6).

VIII1 - FERNÃO AFONSO DE CAMBRA II, cav° e alcaide-mor de Celorico da Beira (1336)[80], é referido pela primeira vez em 1333, recebendo então uma doação de sua tia Berengária Fernandes[81]. Em 1338, e já então c.c. **MARIA ANES DE BERREDO**, filha bastarda de Dom João Mendes de Briteiros[82], fez partilhas dos bens paternos com as suas irmãs[83]. Em 1342, por c. régia de 26 de Fev., foram-lhe confirmadas as honras das quintãs de Travassos e da Pena, esta com 14 casais, ambas na fg. de S.Pedro de France (c.Viseu)[84]. Não sabemos se deixaram descendência.

---

[77] Também tinha bens em Mesão Frio, para além do que lhe coube nas referidas partilhas (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.6, m°5, n°14a).

[78] Vd. nota 72. Devemos, assim, corrigir a identificação proposta em trabalho anterior, onde, por falta de dados, o confudímos com Afonso Vasques Correia (J.A.S.PIZARRO, *1995*, p.249).

[79] *LL*36AG11 e 41J7; J.A.S.PIZARRO, *1995*, pp.64-65 e 229.

[80] A 10 de Julho de 1336, juntamente com Martim Lourenço da Cunha, alcaide de Sortelha, e Rui Vasques Ribeiro, alcaide de Penamacor, nomearam procurador a Pero Afonso, alcaide de Vila Viçosa, para que, em seus nomes, informasse o rei de Castela, o qual violara acordos estabelecidos com Portugal, que D.Afonso IV lhes pedira a entrega dos respectivos castelos, de acordo com as cláusulas daqueles acordos (ANTT, *Gavetas*, XVIII-4-22, publ. nas *GAVETAS*, vol.VIII, pp.462-477).

[81] A sua tia doou-lhe uma série de bens (casais, campos, pomares, etc.), anexos à quintã de Vila Nova de Cambra, não só por ele ser sobrinho mas, sobretudo, por ele ter conseguido do monarca uma autorização (c. de 3 de Dez. de 1332), para que Dona Berengária pudesse deixar ao most° de Arouca bens com um rendimento de 40 lbs. anuais (ANTT, *CR - Most° de Arouca*, gav.4, m°5, n°45A-B). Com esta tia, de resto, e a propósito de outros bens da dita quintã, ainda viria fazer alguns acordos (vd. nota 72).

[82] Filha de Dom João Mendes e de Maria Pires, conforme é referido na sua c. de leg., datada de 29 de Nov. de 1298 (ANTT, *Ch. de D.Dinis*, L°3, fl.4).

[83] Sobre os bens que lhe couberam, assim como outros que obteve por escambo feito com a sua irmã Sancha, vd. notas 74 e 76.

[84] ANTT, *LN - Beiras*, L°2, fls.316v°-317v°.

ÍNDICE VOLUME I

INTRODUÇÃO V

ABREVIATURAS E SIGLAS

Abreviaturas 3

Siglas 5

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I - Fontes Manuscritas 9

II - Fontes Impressas 27

III - Instrumentos Auxiliares de Pesquisa 39

IV - Bibliografia Citada 51

PARTE I - METODOLOGIA, CRÍTICA DE FONTES E O GÉNERO GENEALÓGICO

Cap. 1 - O Tema e a Metodologia 107

1.1. História Genealógica ou Catálogo Prosopográfico? 113

1.2. Texto Genealógico e Árvores Genealógicas 116

Cap. 2 - Tipologias e Crítica de Fontes 121

2.1. Tipologia e diversidade 122

2.2. Livros de Linhagens 124

2.3. Fontes diplomáticas 126

Cap. 3 - O Género Genealógico na Historiografia Portuguesa 129
3.1. Do Conde D.Pedro a Alexandre Herculano 136
3.2. De Braamcamp Freire aos nossos dias 143

PARTE II - HISTÓRIAS GENEALÓGICAS

Cap. 4 - Linhagens Medievais 153

Índice Remissivo de Famílias 158

4.1. Família Real 163

4.2. Sousa-Moela 203

4.3. Bragança 225
4.3.1. Chacim-Bocarro 241

4.4. Maia 251
4.4.1. Canelas 267
4.4.2. Baguim 273
4.4.3. Gaia 277

4.5. Baiões 281
4.5.1. Baião-Resende 291
4.5.2. Azevedo-Veiga 307
4.5.3. Velhos 323
4.5.3.1. Velho-Bravo 329

4.5.3.2. Redondo 347
4.5.3.3. Zote 371
4.5.3.4. Vasquinhos 377
4.5.3.5. Gato-Mourão 383
4.5.3.6. Barreto 399
4.5.3.7. Cerveira 409
4.5.4. Paivas 419
4.5.4.1. Paiva 421
4.5.4.2. Taveira 433
4.5.4.3. Rebotim 439

4.6. Riba Douro 445
4.6.1. Lumiares 453
4.6.2. Alvarenga 461
4.6.3. Coelho-Frade-Magro 471
4.6.4. Fonseca-Ferreirim-Bezerra-Mós 489

4.7. Barbosa 511

4.8. Riba de Vizela 533
4.8.1. Sande 555
4.8.2. Melo-Freire 563
4.8.3. Alvim-Lobeira 575
4.8.4. Cambra-Lambaz 583